

COMENTÁRIO
EXEGÉTICO

GORDON
J. WENHAM

LEVÍTICO


VIDA NOVA

COMENTÁRIO
EXEGÉTICO

GORDON
J. WENHAM

LEVÍTICO


VIDA NOVA

COMENTÁRIO
EXEGÉTICO

LEVÍTICO



ABDR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPRODUTIVOS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

■

Wenham, Gordon J.

Levítico: comentário exegético / Gordon J. Wenham; tradução de Daniel Hubert Kroker. – São Paulo: Vida Nova, 2022.

ePub

Bibliografia

ISBN 978-65-86136-08-1

Título original: The Book of Leviticus

1. Bíblia A.T. - Levítico - Comentários I. Título II. Kroker, Daniel Hubert.

■

Índice para catálogo sistemático

1. Bíblia. A.T. Levítico

COMENTÁRIO
EXEGÉTICO

GORDON
J. WENHAM

Tradução

Daniel Hubert Kroker

LEVÍTICO


VIDA NOVA

©1979 de Wm. B. Eerdmans Publishing Co.

Título do original: The Book of Leviticus

(The New International Commentary on the Old Testament),

edição publicada por

William B. Eerdmans Publishing Company

(Grand Rapids, Michigan, EUA/ Cambridge, Inglaterra).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por

Sociedade Religiosa Edições Vida Nova

Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020

vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.^a edição: 2021

Proibida a reprodução por quaisquer meios, salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

As citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas pelo próprio autor a partir do texto original hebraico/grego. As citações com indicação da versão in loco foram traduzidas diretamente da New International Version (NIV), da

Revised Standard Version (RSV), da New English Bible (NEB), da Authorized Version (AV), da Today's English Version (TEV) ou extraídas da Almeida Século 21 (A21), da Almeida Revista e Corrigida (ARC), da Almeida Revista e Atualizada (ARA), da Nova Almeida Atualizada (NAA) e da Nova Versão Internacional (NVI).

Direção executiva

Kenneth Lee Davis

Coordenação editorial

Jonas Madureira

Edição de texto

Valdemar Kroker

Tiago Abdalla T. Neto

Preparação de texto

Rafael Caldas

Marcia B. Medeiros

Revisão de provas

Ubevaldo G. Sampaio

Coordenação de produção

Sérgio Siqueira Moura

Diagramação

Luciana Di Iorio

Capa

Souto Marcas Vivas

Livro digital

Lucas Camargo

Para
Lynne.

Sumário

[*Prefácio da série Comentário Exegético*](#)

[*Prefácio do autor*](#)

[*Reduções gráficas*](#)

[Introdução a Levítico](#)

[I. Título e conteúdo](#)

[II. A estrutura de Levítico](#)

[III. As fontes de Levítico](#)

[IV. Autoria e data](#)

[V. O texto hebraico de Levítico](#)

[VI. A teologia de Levítico](#)

[VII. Levítico e o cristão](#)

[Texto, exposição e notas](#)

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

A. Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

1. A oferta queimada (cap. 1)

2. A oferta de cereais (cap. 2)

3. A oferta pacífica (cap. 3)

4. A oferta de purificação (4.1 — 5.13)

5. A oferta de restituição (5.14-26 [VP 5.14—6.7])

B. Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [vp 6.8—7.38])

1. A oferta queimada perpétua (6.1-6 [VP 6.8-13])

2. A oferta de cereais (6.7-11 [vp 6.14-18])

3. A oferta de cereais do sacerdote (6.12-16 [vp 6.19-23])

4. A oferta de purificação (6.17-23 [VP 6.24-30])

5. A oferta de restituição (7.1-10)

6. A oferta pacífica (7.11-36)

7. Resumo (7.37,38)

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

A. A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

B. Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

C. O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

B. Impureza do parto (cap. 12)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

[D. Crime capital e outros crimes graves \(cap. 20\)](#)

[E. Regras para os sacerdotes \(cap. 21\)](#)

[F. Regras sobre comer sacrifícios \(cap. 22\)](#)

[G. Festas religiosas \(cap. 23\)](#)

[H. Regras para o Tabernáculo \(24.1-9\)](#)

[I. Um caso de blasfêmia \(24.10-23\)](#)

[J. O Ano Sabático e o Jubileu \(cap. 25\)](#)

[K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições \(cap. 26\)](#)

[L. Resgate de ofertas prometidas em voto \(cap. 27\)](#)

[*Bibliografia*](#)

[*Índice de passagens bíblicas*](#)

[*Índice de fontes extrabíblicas antigas*](#)

[*Índice remissivo*](#)

Prefácio da série Comentário Exegético

Conforme narrado no livro de Atos, o encontro entre Filipe e o eunuco etíope na estrada de Jerusalém a Gaza foi obra do Senhor (At 8.26-39). Esse etíope trazia consigo uma cópia de ao menos parte das Escrituras e estava lendo o livro do profeta Isaías. Ao ouvi-lo ler, Filipe indagou: “Entendes o que estás lendo?” (At 8.30, A21).

Ao escrever um comentário, é difícil almejar propósito mais premente do que este: chegar-se ao leitor das Escrituras para conduzi-lo à compreensão do significado do que lê — e fazê-lo de modo não apenas informativo, mas também transformador. Esse é o objetivo da série Comentário Exegético, de Edições Vida Nova. Seu trabalho interpretativo não pode ter melhor razão para existir nem objetivo mais adequado. Serve ao propósito de conduzir o leitor à interpretação exata do texto das Escrituras, além de proporcionar um meio de confirmação e validação das interpretações às quais seu estudante tenha chegado no processo hermenêutico e exegético, com vistas à aplicação pessoal ou à exposição da mensagem escrita. Isso porque vivemos em um mundo caído e aflito que precisa de direção. Portanto, ele precisa da Palavra de Deus.

Mas o caminho da leitura à prática nem sempre é direto e rápido. Para compreender o texto bíblico, são necessárias boas ferramentas, e entre as mais úteis estão os comentários bíblicos. Existem vários tipos de comentários. Os que integram a série Comentário Exegético são aqueles que se aprofundam na compreensão do texto original da Bíblia por meio de uma exegese detalhada, justamente com o propósito de levar o leitor das Escrituras à prática da vontade de Deus.

Assim, os comentários desta série apresentam as seguintes características:

aliam profundidade acadêmica e facilidade de leitura;

atendem às necessidades de pastores e demais pregadores da Palavra inspirada;

são compreensíveis ao leigo interessado no conhecimento mais profundo das Escrituras;

são minuciosos no tratamento de cada texto, sem exagerar nos detalhes;

tratam a exegese não como um fim em si, mas como recurso para a compreensão do todo;

apresentam os aspectos das línguas originais de forma acessível;

têm por objetivo entender cada perícope em seu contexto, associando cada passagem ao que vem antes e depois;

reúnem autores de uma tradição teológica conservadora e são oriundos de diversas orientações no universo evangélico;

buscam representar o texto original de modo apurado, claro e que faça sentido para o leitor de hoje.

Além dessas características, há aspectos que diferenciam os comentários que formam esta série.

Primeiramente, e acima de tudo, ocupam-se do texto das Escrituras. Isso não significa que não deem atenção ao longo desenvolvimento das pesquisas sobre as Escrituras e ao debate acadêmico, mas, sim, que se esforçam em apresentar um comentário do texto e não do debate acadêmico. Portanto, o resultado central e principal desse trabalho é um guia de fácil leitura, reservando para as notas de rodapé (ou notas adicionais ao final de cada seção) a interação com as questões críticas e a respectiva literatura técnica. Ocupar-se, porém, do texto das Escrituras não significa que a série tenha evitado certos métodos críticos ou tenha exigido que cada autor siga uma abordagem definida. Em vez disso, foram adotados as abordagens e os métodos necessários, sempre orientados pelo propósito maior de ajudar cada autor na tarefa de deixar claro o significado desses textos.

Em segundo lugar, os autores da série identificam-se conscientemente como seguidores de Cristo que leem as Escrituras a serviço da igreja e de sua missão no mundo. Ler as Escrituras dessa forma não significa garantir algum tipo

específico de interpretação. Significa entender que, na história da interpretação, há épocas em que as Escrituras trazem uma palavra necessária de confronto, chamando o povo de Deus de volta a sua vocação. Já em outras ocasiões, as Escrituras oferecem uma palavra de consolo, lembrando o povo de Deus de sua identidade, de que ele segue a um Messias crucificado e serve a um Deus que vindicará os caminhos de Cristo e de seu povo.

A terceira característica que distingue esta série é o fato de seus comentários reconhecerem que nossa leitura das Escrituras não pode estar dissociada da realidade do mundo em favor do qual a igreja cumpre sua missão. Pois como C. S. Lewis assinalou, com razão, em seu conto O sobrinho do mago, “o que você ouve e vê depende do lugar em que se coloca”.¹ Esse lugar é o mundo em que estamos, o qual nos pressiona com perguntas que não deixam de instruir nosso trabalho de interpretação. Assim, não basta expor o que Deus disse outrora, já que precisamos ouvir vezes sem conta aquilo que o Espírito, por meio das Escrituras, está dizendo à igreja hoje. Por conseguinte, precisamos examinar o significado teológico daquilo que lemos e como essa mensagem pode conquistar o coração das pessoas.

Por fim, a série Comentário Exegético foi elaborada mediante a seleção de volumes originários de algumas das melhores e mais atualizadas séries de comentários produzidas em língua inglesa. São obras que se situam em um ponto intermediário entre comentários mais críticos e acadêmicos — que incluem, por exemplo, citações não traduzidas do grego, do aramaico ou do latim — e comentários homiléticos — os quais tentam expor de forma clara como um texto das Escrituras pode ser transmitido, em forma de ensino ou pregação, à igreja reunida.

Nossa esperança é que aqueles que estão se preparando para ensinar e pregar a Palavra de Deus encontrem nestas páginas a orientação de que precisam. E que aqueles que estão aprendendo a fazer exegese encontrem aqui um exemplo a ser seguido.

É com imensa satisfação, portanto, que disponibilizamos à igreja brasileira esta preciosa série de comentários bíblicos.

¹ [As crônicas de Nárnia \(São Paulo: Martins Fontes, 2009\), livro 1: O sobrinho do mago.](#)

Prefácio do autor

Levítico costumava ser o primeiro livro que as crianças judias estudavam na sinagoga. Na igreja atual, ele tende a ser a última parte da Bíblia que uma pessoa examina seriamente. Essa negligência é compreensível, visto que Levítico trata em grande parte de temas que parecem ininteligíveis e irrelevantes ao homem contemporâneo. Rituais para o sacrifício e regulamentos relacionados à impureza não parecem ter algo a dizer ao homem nos últimos anos do século 20. “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19.18, A21) é a única máxima memorável em um livro que, no mais, é extremamente enfadonho para muitos. Na prática, então, embora não tão claramente na teoria, Levítico é tratado como se realmente não pertencesse ao cânon das Escrituras Sagradas.

Essa atitude se reflete em alguns comentários recentes, que veem Levítico como pouco mais do que um registro de um estágio no desenvolvimento religioso de Israel sem valor espiritual permanente. Outros comentaristas foram para o extremo oposto na tentativa de cristianizar Levítico. Por meio da interpretação alegórica, cada detalhe da Lei é transformado em uma prefiguração de algum aspecto da obra e do ministério de Cristo. Embora essa abordagem seja menos popular hoje do que na igreja antiga, ela ainda tem os seus adeptos.

A abordagem deste comentário considera o significado original evidente do texto tão sério quanto o seu valor teológico permanente. O dever principal de todo comentarista é esclarecer o que o autor do livro quis dizer e recuperar o que os primeiros leitores entenderam ser o sentido do texto. Mas os comentaristas cristãos têm a obrigação de ir mais longe e dizer o que o texto sagrado tem para ensinar à igreja atual, lembrando-se das palavras de Paulo de que “tudo o que foi escrito no passado foi escrito para nossa instrução” (Rm 15.4, A21). Sou tentado a descrever essa abordagem como a abordagem protestante clássica, visto que um dos melhores comentários antigos nessa linha é o de João Calvino, intitulado *Commentaries on the four last books of Moses* [Comentários dos últimos quatro livros de Moisés]. Mas em épocas mais recentes, o autor católico R. North, no seu estudo de Levítico 25, forneceu o melhor exemplo de uma tentativa de expor o significado histórico adequado de Levítico e a sua mensagem teológica permanente.¹

O processo de interpretação bíblica nunca termina. Todo comentarista se baseia nas percepções dos seus predecessores, às vezes endossando, às vezes corrigindo as visões deles. Mas juntamente com os comentários comuns, encontrei grande valor em três outros tipos de abordagem. Em primeiro lugar, há estudos do ritual e sacrifício no AT que comparam e contrastam costumes bíblicos com as práticas de outros povos do antigo Oriente Próximo.² Eles ajudam a esclarecer os aspectos próprio da religião bíblica. Em segundo lugar, há as obras de antropólogos sociais,³ cuja sensibilidade ao significado do ritual produziu sugestões valiosas sobre o significado do seu simbolismo, substituindo as conjecturas intuitivas de exegetas anteriores por uma interpretação empiricamente fundamentada. Em terceiro lugar, os métodos da nova crítica literária⁴ com o seu interesse em estrutura, palavras-chave, repetição e resumos pode ser de grande valor para trazer à tona os interesses especiais do autor e tornar a exegese mais objetiva. Ao fazer uso dessas novas ferramentas exegéticas, este comentário tem o objetivo de atualizar as interpretações nos comentários mais antigos e tornar claro o que o texto significava no seu contexto original.

Para atingir o segundo objetivo, extrair “o valor teológico permanente” de Levítico, incluí no final de cada capítulo ou em alguma outra parte apropriada uma análise da relação da seção com o NT e o cristianismo. Nessas análises, chamo a atenção do leitor para passagens no NT que fazem uso de ideias, palavras ou rituais extraídos dos capítulos relevantes de Levítico. Foi uma surpresa descobrir como as ideias de Levítico estão difundidas no NT. A “Introdução a Levítico” também inclui duas seções que tratam da relação entre a Lei do AT e o evangelho do NT.⁵

Uma omissão talvez seja percebida. Os comentários atuais muitas vezes dedicam muito espaço à crítica da fonte e à crítica histórica de Levítico. A análise detalhada dessas questões foi evitada de propósito neste comentário. Pareceu-me mais importante estabelecer o significado claro e manifesto do texto e a sua mensagem teológica do que buscar conjecturas sobre como o livro foi escrito. Esses debates críticos têm o seu papel, mas quando se permite que dominem o comentário, eles podem tornar uma parte intrinsecamente interessante das Escrituras em um deserto mais árido do que o Sinai. Preferi limitar esse tipo de abordagem à “Introdução a Levítico” (veja adiante — “As fontes de Levítico”, “Autoria e data”). Ali as posições principais são apresentadas para que o leitor possa considerar os argumentos pessoalmente e pesquisar mais a respeito, se assim desejar.

Por fim, eu gostaria de agradecer a todos que me ajudaram na composição do comentário; especialmente o editor geral, o professor R. K. Harrison, que me convidou para escrever sobre Levítico e em seguida me deu conselhos muito úteis; os editores de Routledge e Kegan Paul, pela permissão para citar da obra de M. Douglas, Pureza e perigo; o meu colega, o professor D. W. Gooding, pela sua orientação em vários pontos; o sr. D. J. Davis da Nottingham University, por permitir que eu lesse a cópia datilografada do seu artigo “An interpretation of sacrifice in Leviticus” [“Uma interpretação dos sacrifícios em Levítico”] antes da publicação em ZAW 89 (1977); a sra. G. Totten da Baptist Union of Ireland, por datilografar o manuscrito; os meus pais, por revisá-lo; o sr. D. G. Deboys e o sr. H. McConville pela revisão das provas; e a minha esposa Lynne, pelo seu apoio e encorajamento constantes.

Gordon J. Wenham

¹ [R. North, Sociology of the biblical Jubilee \(Rome: Pontifical Biblical Institute, 1954\).](#)

² [P. ex., B. A. Levine, In the presence of the Lord \(Leiden: Brill, 1974\), J. Milgrom, Studies in Levitical terminology \(Berkeley: University of California, 1970\) e Cult and conscience \(Leiden: Brill, 1976\).](#)

³ [P. ex., M. Douglas, Purity and danger \(London: Routledge and Kegan Paul, 1966\) \[edição em português: Pureza e perigo, Série Debates \(São Paulo: Perspectiva, 2014\)\] e Implicit meanings \(London: Routledge, 1975\); E. R. Leach, Culture and communication \(London: Cambridge UP, 1976\).](#)

⁴ [Por exemplo, S. E. McEvenue, The narrative style of the priestly writer \(Rome: Biblical Institute Press, 1971\). A nova crítica literária não deve ser confundida com a antiga crítica das fontes.](#)

⁵ [Veja adiante “A teologia de Levítico” e “Levítico e o cristão”.](#)

Reduções gráficas

A21	Almeida Século 21
ANET	Ancient Near Eastern Texts. 2. ed.
AT	Ancien Testament/Altes Testament/Antigo Testamento
AV	Authorized Version (King James)
BASOR	Bulletin of the American Schools of Oriental Research
BDB	Brown , F.; Driver , S. R.; Briggs , C. A. A Hebrew and English Lexi
BTB	Biblical Theology Bulletin
BZAW	Beihefte zur Zeitschrift für die Alttestamentliche Wissenschaft
CAD	Chicago Assyrian Dictionary
CBQ	Catholic Biblical Quarterly
DJD	Discoveries in the Judaean Desert
EQ	Evangelical Quarterly
ExpT	Expository Times
GK	Gesenius , W.; Kautzsch , E. Gesenius' Hebrew grammar. Tradução p
HL	Hittite laws [Leis hititas]
HTR	Harvard Theological Review
HUCA	Hebrew Union College Annual
IDBS	Crim , Keith, org. The interpreter's dictionary of the Bible. Suppleme
IEJ	Israel Exploration Journal
JAOS	Journal of the American Oriental Society
JBL	Journal of Biblical Literature
JNES	Journal of Near Eastern Studies
JQR	Jewish Quarterly Review
JSS	Journal of Semitic Studies
LE	Laws of Eshnuna [Leis de Eshnuna]

LH	Laws of Hamurabi [Leis de Hamurábi]
LXX	Septuaginta
MAL	Middle Assyrian Laws [Leis do Império Médio Assírio]
NAA	Nova Almeida Atualizada
NEB	New English Bible
NVI	Nova Versão Internacional
OTS	Oudtestamentische Studiën
PEQ	Palestine Exploration Quarterly
PS	Pentateuco Samaritano
RB	Revue Biblique
RSV	Revised Standard Version
TB	Tyndale Bulletin
TDOT	Botterweck , G. J. et al., orgs. Theological dictionary of the Old Testament
TEV	Today's English Version (Good News for Modern Man)
THWAT	Theologisches Handwörterbuch zum AT
TM	Texto Massorético
UF	Ugarit-Forschungen
VP	Versões da Bíblia em português
VT	Vetus Testamentum
VTE	The vassal-treaties of Esarhaddon [Tratados de Vassalagem de Esar-I
VTS	Supplements to Vetus Testamentum
ZAW	Zeitschrift für die Alttestamentliche Wissenschaft

Introdução a Levítico

I. Título e conteúdo

A primeira palavra do livro serve de título para o texto em hebraico, wayyiqrā', “e ele chamou”. O título “Levítico” tem sua origem na tradução latina, a Vulgata, que por sua vez o havia adaptado da Septuaginta, a antiga tradução grega do Pentateuco.

Levítico é um título relativamente apropriado para o livro, pois ele trata bastante de questões sacerdotais, e os sacerdotes vinham da tribo de Levi. Assim, os capítulos 1 a 7 tratam dos sacrifícios, os capítulos 8 a 10 da instituição do sumo sacerdócio, os capítulos 11 a 15 das regras da impureza administradas pelos sacerdotes e assim por diante.

Seria equivocado, no entanto, descrever Levítico simplesmente como um manual para sacerdotes. O livro trata igualmente, talvez ainda mais, do papel que os leigos devem desempenhar na adoração. Muitos regulamentos explicam o que o leigo deve sacrificar. Eles lhe dizem quando deve ir ao santuário, o que deve levar e o que o sacerdote tem de fazer quando ele chegar. A maioria das leis se aplica a todo o Israel; apenas algumas seções especificamente dizem respeito somente aos sacerdotes — por exemplo, os capítulos 21 e 22. A orientação da legislação aos leigos é particularmente notável no capítulo 23, em que toda a ênfase está nos dias que precisam ser observados como dias de descanso sabático. Isso estabelece um contraste com Números 28 e 29, que é um calendário para sacerdotes com orientações específicas sobre os sacrifícios a serem oferecidos em cada uma das festas.

II. A estrutura de Levítico

O material em Levítico está organizado, em sua maior parte, de forma clara e lógica. Isso fica logo evidente quando se observa o esboço de seu conteúdo.

Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

A oferta queimada (cap. 1)

A oferta de cereais (cap. 2)

A oferta pacífica (cap. 3)

A oferta de purificação (4.1—5.13)

A oferta de restituição (5.14-26 [VP 5.14—6.7])

Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [VP 6.8—7.38])

A oferta queimada (6.1-6 [VP 6.8-13])

A oferta de cereais (6.7-11 [VP 6.14-18])

A oferta de cereais do sacerdote (6.12-16 [VP 6.19-23])

A oferta de purificação (6.17-23 [VP 6.24-30])

A oferta de restituição (7.1-10)

A oferta pacífica (7.11-36)

Resumo (7.37,38)

A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

Animais impuros (cap. 11)

Impureza do parto (cap. 12)

Enfermidades impuras (cap. 13)

Purificação de enfermidades (cap. 14)

Fluxos impuros (cap. 15)

Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

Princípios de convivência (cap. 19)

Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

Regras para os sacerdotes (cap. 21)

Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

Festas religiosas (cap. 23)

Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

Um caso de blasfêmia (24.10-23)

O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

A lógica geral da organização está especialmente clara nos capítulos 1 a 16. Antes de tudo, os diferentes tipos de sacrifício são explicados nos capítulos 1 a 7, visto que são pressupostos nas seções seguintes. Três tipos diferentes de sacrifício estão envolvidos na ordenação e posse dos sacerdotes (caps. 8—10). Os sacrifícios também são necessários nos ritos de purificação descritos nos capítulos 14 a 16.

Para que se ofereça um sacrifício é necessário um sacerdote. Portanto, a ordenação dos sacerdotes é descrita na segunda seção principal, os capítulos 8 a 10.

As ocasiões para os sacrifícios constituem o tema da terceira seção principal (caps. 11—16). Muitas coisas, como, por exemplo, certos animais, doenças e fluxos corporais, bem como falhas morais, podem tornar um homem impuro e exigir a oferta de sacrifício como parte do processo de purificação. Essas faltas afetam não somente o indivíduo, mas o próprio Tabernáculo, o local e centro da presença de Deus entre seu povo. Se ele é contaminado, o redentor santo de Israel não pode mais habitar entre eles e a sua *raison d'être* é destruída. Essa seção, portanto, conclui apropriadamente com uma descrição do grande dia de cerimônias de expiação quando o Tabernáculo era purificado de todas as suas contaminações.

Na aliança do Sinai, Israel havia sido chamado a se tornar um “reino de sacerdotes e nação santa” (Êx 19.6). Os primeiros dezesseis capítulos de Levítico se concentram quase exclusivamente nas responsabilidades sacerdotais de Israel. Ao preservar a pureza da nação, essas leis permitem que ela permaneça em contato com Deus e testemunhe da sua presença no mundo. Os últimos capítulos do livro se concentram na exigência de santidade nacional: “Devereis ser santos, porque eu, o

Senhor

, o vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2). Essa fórmula e outras semelhantes são usadas repetidamente ao longo dos capítulos 18 a 26 para enfatizar que Israel foi redimido para ser o povo santo de Deus; também servem para conectar leis sobre uma variedade de temas cuja inter-relação nem sempre é óbvia. Essa coleção de leis termina de um modo caracteristicamente oriental com uma série de bênçãos à nação, caso obedeça à Lei, e de ameaças, se desobedecer. O capítulo 27 parece ser uma espécie de apêndice.

Um aspecto notável das leis de Levítico é tão evidente que talvez seja ignorado. No início de praticamente todo capítulo, e em alguns casos várias vezes no mesmo capítulo, o livro diz: “O

Senhor

disse a Moisés”. Em outras palavras, todas as leis estão em uma estrutura narrativa. De acordo com o autor, elas foram reveladas a Moisés durante as peregrinações de Israel no deserto para resolverem problemas específicos que surgiram naquela época. Esse cenário histórico explica alguns dos aspectos do

livro que parecem não fazer sentido se ele estivesse organizado de um modo puramente lógico. Por exemplo, as instruções aos sacerdotes no capítulo 10 estão na sua atual posição porque foram fornecidas naquela ocasião, e o mesmo motivo talvez explique a lei sobre a blasfêmia no capítulo 24. O povo sabia que era errado “tomar o nome do

Senhor

[...] Deus em vão” (Êx 20.7), mas não sabia como punir aqueles que o faziam. Esse episódio explica como Deus revelou que o apedrejamento era a punição apropriada.

Portanto, as leis tinham a intenção de resolver problemas imediatos e urgentes. Isso fica claro nos casos que acabamos de analisar, mas a mesma ideia está implícita na organização dos outros conjuntos de leis. Levítico faz parte do Pentateuco. O livro é precedido por Êxodo e seguido por Números, portanto, não pode ser examinado isoladamente. Êxodo contou como Deus tirou Israel do Egito e fez uma aliança com os israelitas de que eles seriam seu povo e ele seria o Deus deles. O livro de Êxodo terminou com a construção do Tabernáculo e Deus aparecendo em glória ali, um sinal de que estaria com os israelitas onde quer que fossem (Êx 40.34-38).

Um santuário precisa de serviços e ministros, bem como da presença de Deus, de modo que é natural que a continuação da história de Êxodo comece descrevendo a adoração no Tabernáculo (Lv 1—17). Os capítulos seguintes são igualmente apropriados na estrutura histórica do Pentateuco. O objetivo de Israel era Canaã, e não o deserto, e de fato até o episódio desastroso dos espiões (Nm 13 e 14) os israelitas tinham a expectativa de entrarem na Terra Prometida muito em breve. A orientação relacionada à conduta apropriada a um povo santo era, portanto, desejável nessa etapa de seu desenvolvimento. Muitas leis nos capítulos 18 a 27 poderiam se aplicar somente a uma comunidade agrícola sedentária, e não a nômades que estão perambulando.

A proporção de narrativa em Levítico é muito pequena. Com exceção das fórmulas introdutórias, ela está limitada aos capítulos 8 a 10 e 24. No entanto, é essencial reconhecer que todas as leis estão situadas nessa estrutura narrativa se quisermos apreciar a organização delas.

III. As fontes de Levítico

Como vimos, Levítico é um livro bem organizado. Cada tema sucede naturalmente o anterior. Mas o autor não impôs um estilo literário uniforme ao livro: as leis nem sempre são apresentadas no mesmo padrão. Palavras e formulações características de uma seção nem sempre aparecem na outra, ainda que ambas as seções talvez lidem com temas semelhantes. Nesse aspecto, Levítico é mais parecido com as leis de Eshnunna com as suas variações de estilo entre diferentes seções da lei do que com as leis de Hamurábi, que são redigidas em um estilo artificial e uniforme. Usando critérios como fórmulas de introdução e de conclusão, podemos identificar os seguintes conjuntos de leis em Levítico (veja quadro na página seguinte).

Essa análise do material diverge da análise comum de Levítico. A análise comum atribui o livro inteiro à fonte sacerdotal (P), que por sua vez usou coleções anteriores da Lei. Os estudiosos geralmente afirmam que somente as seções narrativas (caps. 8—10; 16) vêm de P mesmo. As outras seções eram originariamente independentes e sofreram alterações para receberem perspectiva e estilo sacerdotais. As coleções anteriores consistiam nos capítulos 1 a 7, 11 a 15, 17 a 26 (o Código de Santidade) e 27.

(1) Capítulos 1 a 3	palavra-chave	“ofertas de alime
(2) Capítulos 4 e 5 [VP 4.1—6.7]	palavra-chave	“ele será perdoad
(3) Capítulos 6 a 17 [VP 6.8—17.16]	fórmula introdutória	“esta é” (a lei de)
(4) Capítulos 18 a 26	fórmula recorrente	“Eu sou o Senhor
(5) Capítulo 27	palavra-chave	“avaliação”

A análise crítica comum que acabamos de explicar parece vulnerável em dois pontos. Em primeiro lugar, ela não reconhece que a expressão inicial “isto é” (“estas são”) liga os capítulos 6 a 17. De fato, 17.2, “Esta é a coisa que o

Senhor

ordenou”, é idêntico a 8.5. É errado propor a existência de fontes diferentes meramente com base em que algumas seções são narrativas e outras, legais. Todo o livro de Levítico é lei em uma estrutura narrativa. Em segundo lugar, é questionável que o capítulo 17 pertença aos seguintes como parte do Código de Santidade. Há muito tempo, Hoffman¹ mostrou que o capítulo 17 parece pertencer ao trecho anterior a ele, e não ao posterior. Bem recentemente, Kilian ressaltou que Levítico 17 é bastante diferente do restante do Código de Santidade.²

É necessário ressaltar o aspecto experimental de todas as tentativas de descobrir fontes em Levítico. Mesmo que se admita a presença delas, isso não implica necessariamente que elas tenham circulado independentemente uma da outra. Análises que pretendem distinguir entre uma fonte original e a obra de redatores posteriores devem ser tratadas com ainda mais cautela. Não sabemos o suficiente sobre o desenvolvimento do idioma, da lei e da religião dos hebreus para tornar as análises elaboradas oferecidas em algumas obras algo além de conjecturas.³

IV. Autoria e data

Em todas as partes, Levítico afirma relatar o que Deus revelou a Moisés; nenhum trecho do livro declara que Moisés anotou o que escreveu. A ausência de clareza quanto à sua origem literária é uma das razões da grande diversidade de visões entre os estudiosos atuais. Os estudiosos tradicionais defendem que Levítico é uma das partes mais antigas do AT, datando da época de Moisés. A visão crítica majoritária situa a composição do livro aproximadamente mil anos depois, após a volta do Exílio. Uma terceira visão, associada a alguns estudiosos israelenses, data Levítico muito antes, embora não tão cedo quanto a época de Moisés. A questão é extremamente complexa: na realidade, envolve a composição de todo o Pentateuco. Aqui só há espaço para apresentar muito brevemente os argumentos a favor e contra as perspectivas diferentes com respeito a Levítico.

1.

A visão tradicional

.⁴ Essa é a visão de que Levítico foi compilado pelo próprio Moisés ou ao menos de que o material no livro, se não a sua forma final, remonta a Moisés.

Quatro argumentos principais são usados para defender essa perspectiva. Em primeiro lugar, o livro sempre pressupõe que as leis foram dadas a Moisés no deserto. Repetidas vezes, lemos: “O

Senhor

disse a Moisés”. Não há somente meras referências ao cenário do deserto na introdução de cada conjunto de leis, mas há alusões a ele nas próprias leis: os sacrifícios são oferecidos no Tabernáculo, e não no Templo (caps. 1—17); os leprosos devem viver fora do acampamento, e não da cidade (13.46); 17.1-9 pressupõe que todo israelita está perto do Tabernáculo. Nos casos em que as leis

se aplicariam somente a um povo estabelecido na terra, elas geralmente são prefaciadas por uma afirmação de que Deus está levando Israel à terra de Canaã, onde todas essas ordenanças se tornariam aplicáveis (14.34; 18.3; 23.10; 25.2).

Em segundo lugar, os comentaristas tradicionais afirmam que não há nada em Levítico que não poderia datar do período mosaico. Há evidência de rituais elaborados e sistemas de sacrifício no antigo Oriente Próximo muito antes da época de Moisés. A visão crítica comum de que essas instituições são um aspecto posterior da religião israelita é contrária ao que se conhece das práticas religiosas em culturas contemporâneas vizinhas.

O terceiro argumento muitas vezes apresentado a favor de uma data mosaica para Levítico é que o livro é inadequado para as necessidades de uma época pós-exílica. Por exemplo, embora Levítico 18 e 20 tratem detalhadamente da questão do casamento, nada é dito sobre o casamento inter-religioso com cananeus, a questão urgente na época de Esdras e Neemias (Ed 9 e 10; Ne 13.23ss.). Embora Levítico exalte o ofício do sumo sacerdote, os sacerdotes da época de Neemias parecem ter se oposto à reforma (Ne 13). As leis do dízimo⁵ parecem pressupor uma proporção de dez levitas para um sacerdote e, no entanto, em Esdras 8.15 descobrimos que após o Exílio havia uma grande falta de levitas; as listas (Ed 2.36ss.; Ne 7.39ss.) indicam uma proporção de doze sacerdotes para um levita entre os exilados que estavam voltando.

Por fim, o livro de Ezequiel cita Levítico ou faz alusão a ele muitas vezes⁶ (p. ex., Lv 10.10//Ez 22.26; Lv 18.5//Ez 20.11; Lv 26//Ez 34). É claro que isso não prova uma data mosaica para Levítico, mas indica simplesmente que era uma obra antiga, cujas leis eram obrigatórias a Israel porque continham a aliança entre Deus e o seu povo.

2.

A visão crítica padrão.

⁷

A origem pós-exílica da obra sacerdotal (P) (Levítico e partes de Gênesis, Êxodo e Números) se tornou um axioma tão fundamental do estudo erudito bíblico que

poucos comentaristas ou introduções do AT apresentam detalhadamente os argumentos a favor dessa posição. É necessário ir para a obra de J. Wellhausen intitulada *Prolegomena to the history of Israel* [Prolegômenos à história de Israel] (1878) para a exposição clássica da razão de acreditar que P é a última das fontes sacerdotais.⁸

De acordo com Wellhausen, é possível identificar um desenvolvimento na vida e na prática religiosas de Israel. No princípio, a adoração era simples, livre e espontânea. Ela gradualmente se tornou mais rígida com as leis e os costumes, até alcançar a certa altura um estágio de legalismo ritualista rígido. Com uma ênfase crescente na forma e no ritual, veio um aumento do poder e privilégios do sacerdócio. P e os livros de Crônicas representam o estágio final dessa evolução religiosa.

Essas tendências podem ser identificadas em várias áreas diferentes da vida religiosa. Em primeiro lugar, há a questão do local de adoração. Na época de Samuel, havia a liberdade de oferecer sacrifícios em qualquer lugar que alguém escolhesse (p. ex., 1Sm 16.2). O rei Josias, no entanto, limitou todo o sacrifício ao templo em Jerusalém (2Rs 23; cf. Dt 12). Levítico (p. ex., 17.1-9) simplesmente pressupõe que todos os sacrifícios precisam ser oferecidos no Tabernáculo. De acordo com a maioria dos estudiosos críticos, o Tabernáculo e o culto descrito em Levítico são projeções para o passado mosaico do Templo de Jerusalém. O fato de que Levítico simplesmente pressupõe que todo o sacrifício ocorrerá no Tabernáculo, isto é, no Templo, e não precisa enfatizar isso, mostra que as medidas de centralização de Josias haviam sido universalmente aceitas, tendo ocorrido muito antes de P ter sido escrito.

A tendência ao ritualismo é evidente na história do sacrifício. No princípio, o sacrifício era uma refeição de comunhão alegre (Jz 13.16ss.). Em Levítico, o sacrifício se tornou uma função sacerdotal elaborada cujo propósito primário era a expiação do pecado.

Nas grandes festas nacionais, a flexibilidade do primeiro período foi substituída depois por um calendário rígido. As Festas dos Pães sem Fermento, das Semanas e dos Tabernáculos originariamente eram festas de colheita. No princípio, cada tribo as celebrava em épocas que correspondiam à situação das colheitas na sua área. Mais tarde, quando toda a adoração foi centralizada em Jerusalém, tornou-se necessário estabelecer uma data fixa para que toda a nação pudesse celebrar as festas conjuntamente. Esse é o pressuposto de Levítico 23.

Ao longo dos anos, a hierarquia sacerdotal se tornou muito mais desenvolvida e mais elaborada. No início, não era necessário um sacerdote para oferecer o sacrifício. Na época pós-exílica, os sacerdotes não somente eram indispensáveis, mas havia grandes distinções no sacerdócio, com a presença de levitas, sacerdotes e sumo sacerdote. Levítico, com sua ênfase na importância do sumo sacerdote, revela a sua origem tardia. No início, as ofertas aos sacerdotes eram opcionais ou ao menos não reguladas pela lei. Gradualmente os sacerdotes ampliaram os seus direitos. Em Levítico, eles insistem em receber dízimos, primeiros frutos e muitas partes dos sacrifícios. De acordo com Wellhausen, isso foi um desenvolvimento posterior.

Um argumento final a favor de uma data posterior para P está na diferença entre os livros de Crônicas e Reis. Reis, provavelmente escrito em cerca de 550 a.C., diz pouco sobre a adoração em Jerusalém. Mas Crônicas, escrito possivelmente dois séculos após Reis, descreve um culto muito elaborado com diversos aspectos semelhantes a P. Essa semelhança entre P e Crônicas, afirma-se, demonstra a data posterior de P.

Desde Wellhausen, muitos detalhes desse esquema apresentado aqui foram modificados; mas a descrição geral permaneceu inalterada na maioria dos livros-texto: a religião de Israel se desenvolveu do protestantismo simples, flexível e liberal atestado nos livros de Juízes e Samuel para o ritualismo legalista semelhante ao catolicismo medieval, que é encontrado no código sacerdotal pós-exílico. No entanto, aqueles que aceitam essa posição geral admitem que embora P (e, portanto, Levítico) não tenha sido finalmente editado até o final do século 5 a.C., o livro em alguns pontos reflete as práticas do Templo pré-exílico.

3. Uma posição intermediária.

9

Uma terceira visão é um meio-termo entre a visão tradicional e a visão crítica comum de Levítico afirmando que P é pré-exílico, mas não mosaico. Essa visão tem sua posição contemporânea principalmente na defesa feita por Y. Kaufmann, ainda que tenha sido muito mais comum no século 19 antes de a obra Prolegomena de Wellhausen ser publicada.

Kaufmann questionou as pressuposições básicas da visão crítica padrão, observando que “A rigidez no calendário e nos ritos e a ausência de ‘espontaneidade natural’ caracterizam as festas da Babilônia e Egito antigos e de todas as civilizações da Antiguidade que conhecemos [...] Esses elementos não são [...] nenhuma indicação do aspecto posterior delas”.¹⁰ Wellhausen pressupunha que a sociedade israelita se desenvolveu de uma sociedade relativamente secular para uma sociedade preocupada com a santidade e a religião. Geralmente as sociedades tendem a se tornar mais seculares com o passar do tempo,¹¹ e isso, de acordo com o argumento, indicaria que a fonte sacerdotal é anterior a Deuteronômio, muitas vezes datado no século 7 a.C.

Kaufmann e sua escola apresentaram fundamentos mais específicos para acreditar na antiguidade de P. Os seus argumentos se dividem em três tipos principais. Em primeiro lugar, o idioma, as leis e as instituições de P não combinam com o que é mais conhecido sobre a época pós-exílica. Crônicas, Esdras e Neemias foram escritos após o Exílio, Ezequiel durante o Exílio. O seu vocabulário de culto compartilha diversos vocábulos do hebraico pós-bíblico. Mas palavras bem diferentes são usadas em P. A única explicação possível parece ser que P vem de um período diferente e anterior.¹² De modo semelhante, parte da terminologia legal em Levítico não era entendida na época pós-exílica, no entanto, ela tem paralelos na lei mesopotâmica do segundo milênio. Isso também aponta para uma data antiga para Levítico.¹³ Outras instituições sagradas mencionadas em P — por exemplo, os dízimos dos animais, a unção do sumo sacerdote, o Urim e o Tumim — não existiam na época do Segundo Templo. Isso é muito estranho se pressupusermos que P foi redigido nessa época.

A segunda observação que devemos fazer é que Deuteronômio e Josué citam Levítico e outras passagens de P, mas o inverso não ocorre. Isso é bem compreensível se P tiver sido escrito antes de Deuteronômio, não o contrário.¹⁴

A terceira razão para defender a antiguidade de P é que suas concepções de santidade e guerra e as suas leis sobre o sacrifício e o sangue têm uma forte semelhança com as mencionadas nos livros de Juízes e Samuel.¹⁵ Por exemplo, Levítico 26.31 menciona uma multiplicidade de santuários onde eram oferecidos sacrifícios. Levítico 17.2ss, que insiste que todos os animais devem ser sacrificados no santuário, somente poderia se aplicar ao período do deserto. Se a sua intenção fosse dar orientações para a situação de ocupação fixa na terra, a passagem teria impedido que a maioria da população chegasse a comer carne, a menos que houvesse numerosos santuários legítimos equivalentes ao

Tabernáculo espalhados pela terra. A proibição de comer sangue (Lv 17.10ss.) é aludida em 1Samuel 14.33,34.

No comentário sobre o texto, tentei evitar que a minha exegese se torne dependente de qualquer posição crítica específica. Cada uma das três posições principais tem as suas próprias dificuldades, e seria precipitado tentar escolher uma delas aqui. Apesar do amplo consenso acadêmico, parece-me que é difícil defender uma data pós-exílica para Levítico dadas as citações abundantes em Ezequiel e à evidência linguística de que o vocabulário de P não se assemelha ao do hebraico bíblico posterior. As evidências exigem uma data muito anterior.

V. O texto hebraico de Levítico

O texto hebraico usado para a tradução deste comentário é o Texto Massorético (TM), encontrado na grande maioria dos manuscritos hebraicos após o século 10 d.C.¹⁶ Esse era o texto comum usado na sinagoga judaica. Os samaritanos preservaram uma versão hebraica levemente diferente dos primeiros cinco livros do AT, o Pentateuco Samaritano (PS). Assim como no caso do TM, ele está acessível em edições completas somente em manuscritos medievais. Desde os primórdios, a igreja cristã dependeu de uma tradução grega do AT chamada Septuaginta (LXX). Embora a tradução do Pentateuco tenha sido feita no século 3 a.C., os primeiros manuscritos completos da LXX datam do século 4 d.C. Outras traduções incluem a Peshitta (versão siríaca), os Targuns (aramaicos) e a Vulgata (latina), mas elas são menos importantes para a crítica textual do Pentateuco do que o TM, o PS e a LXX.

Durante muitos anos, tem sido aceito que o TM preserva o melhor texto na maior parte do AT: isto é, ele é o mais próximo do original, e ocorreram menos erros no processo de cópia dele do que na transmissão de outras versões. Traduções ou versões como a LXX e o PS precisam ser consideradas somente quando o TM apresenta uma dificuldade evidente. Essa confiança no valor do TM do Pentateuco foi confirmada por recentes descobertas de manuscritos e estudos da LXX e do PS.¹⁷

Entre os Manuscritos do Mar Morto descobertos desde 1947, foram encontrados nove manuscritos hebraicos de Levítico,¹⁸ dois manuscritos da LXX de Levítico¹⁹ e um antigo targum do mesmo livro.²⁰ Até agora, somente alguns desses manuscritos foram publicados integralmente, e são apenas fragmentos, muitas vezes contendo algumas palavras de alguns versículos. No entanto, sua antiguidade os torna extremamente valiosos para o crítico textual. Eles retrocedem a informação que temos do texto hebraico cerca de 1100 anos, de 1000 d.C. para cerca de 100 a.C., e revelam que o tipo de texto do TM, bem como textos semelhantes ao PS e à LXX já existiam no período pré-cristão. A diferença entre essas versões não é, em primeiro lugar, o resultado de como foram copiadas no primeiro milênio d.C., mas se baseiam em tradições textuais

muito mais antigas. Isso dá ao crítico textual muito mais confiança para usar as edições comuns do TM, do PS, da LXX e assim por diante na reconstrução do texto hebraico antigo.

D. N. Freedman²¹ analisou o manuscrito de Levítico da caverna 11. Ele observa que esse texto diverge do TM, do PS e da LXX em alguns trechos, mas nenhuma de suas variantes é superior às outras versões. Os editores dos outros fragmentos de Qumran mostram que o fragmento da caverna 1 é do tipo do TM, enquanto os das cavernas 2 e 6 têm variantes textuais em comum com o PS e a LXX.²²

Os méritos relativos de textos diferentes não podem ser avaliados com base em alguns trechos isolados preservados nos fragmentos de Qumran. Esses fragmentos de manuscrito precisam ser vistos no contexto de um conjunto textual maior, como o tipo de texto TM, PS e LXX. Quando isso é feito, percebe-se que o texto do TM do Pentateuco é superior tanto ao PS quanto à LXX, mesmo quando estes compartilham algumas variantes comuns que são diferentes do TM. Por exemplo, em 1.6, tanto o PS quanto a LXX usam o plural sugerindo que os sacerdotes cortavam em pedaços a oferta queimada, enquanto o uso do singular no TM indica que essa era a tarefa do adorador. Isso poderia testemunhar de costumes sacrificiais diferentes ou de compreensões diversas da Lei. Esse tipo de variante é comum nas diferenças entre o TM, de um lado, e a LXX e o PS, de outro; em sua maioria, elas são leves mudanças ou pequenos acréscimos com o objetivo de esclarecer o significado.

Algo que explica os aspectos característicos das diversas tradições textuais é que elas se desenvolveram em centros geográficos diferentes, o texto proto-TM possivelmente na Babilônia, enquanto tanto o PS quanto a LXX têm origem, em última análise, na Palestina. O texto original do qual o proto-TM e os antigos textos palestinos se desenvolveram foi supostamente escrito ainda mais cedo na Palestina. No entanto, pode ser que as divergências entre as tradições textuais ocorram por fatores não geográficos. Não obstante, o que foi estabelecido é que, no caso do Pentateuco, o TM deve estar mais próximo do texto original do que o PS e a LXX. O TM tem ortografia, morfologia e sintaxe mais arcaicas do que o “antigo texto palestino” (PS e LXX). Aliás, defendeu-se que o “antigo texto palestino” é uma modernização do século 5 a.C. do texto hebraico original, uma modernização da qual o TM foi amplamente preservado. Uma visão desse tipo da história textual do Pentateuco inevitavelmente implica uma data anterior para a sua composição original à que geralmente é proposta por estudiosos críticos.²³

Por essas razões, a nossa tradução segue de perto o TM. Nas ocorrências em que divergi do TM, chamei a atenção para isso nas notas de rodapé, embora algumas diferenças triviais, como a omissão de um verbo de ligação ou artigo definido, que não são perceptíveis na tradução, não sejam mencionadas.²⁴

VI. A teologia de Levítico

Levítico é um livro de leis em uma estrutura narrativa, assim que talvez pareça estranho falar sobre sua teologia. Mas os autores bíblicos acreditavam, e a igreja sempre aceitou, que eles estavam escrevendo mais do que história. Eles estavam registrando a Palavra de Deus a seu povo. Portanto, Levítico é mais do que uma descrição de acontecimentos históricos passados e mais do que uma coleção de leis ultrapassadas. O livro nos fala sobre o caráter e a vontade de Deus, que encontraram expressão em seu relacionamento com Israel e nas leis que ele transmitiu aos israelitas. Aqueles que creem que o Senhor Deus “é o mesmo ontem, hoje e eternamente” podem examinar a teologia do livro em busca de percepções que ainda são válidas e relevantes.

A teologia de Levítico dificilmente pode ser tratada de forma isolada da teologia dos outros livros do Pentateuco, especialmente daqueles mais estreitamente relacionados a ele, os livros de Êxodo e Números. Quando esses livros são lidos em combinação com Levítico, algumas pressuposições teológicas deste livro aparecem mais claramente. Por exemplo, Êxodo descreve o estabelecimento da aliança do Sinai e a construção do Tabernáculo: ambas as instituições são fundamentais para a teologia de Levítico. Em uma tentativa de esclarecer alguns dos temas mais importantes do livro, examinaremos a teologia dele sob quatro títulos principais: a presença de Deus, a santidade, a função do sacrifício e a aliança do Sinai.

1. A presença de Deus.

Deus está sempre presente com Israel de modo real. Às vezes, sua presença torna-se visível e tangível. Essa ideia é expressa inúmeras vezes em Levítico. A presença permanente de Deus é uma das pressuposições teológicas que perpassam o livro inteiro.

Deus está presente de forma preeminente na adoração. As leis sobre o sacrifício

dizem repetidamente que as cerimônias ocorrem “diante do

Senhor

”; as ofertas de alimento são um “aroma agradável” “para o

Senhor

” (p. ex., 1.9,13,17; 2.9; 3.5). Ao oferecer sacrifícios, os sacerdotes se aproximam do Senhor (1.6; 21.17). Portanto, é de suprema importância que eles obedeçam de forma rigorosa às instruções de Deus ao realizarem os seus deveres (8.9,13,17,21,29,36 etc.). A morte era uma possibilidade real quando os sacerdotes agiam por iniciativa própria (8.35; 10.2,6,7,9; 16.2,13). Em um sentido, Deus estava sempre presente com o seu povo (Êx 13.14ss.; 40.36-38), pois ele falava regularmente a Moisés do Tabernáculo (1.1; 4.1 etc.; cf. Êx 29.42). Mas em ocasiões especiais, a glória divina aparecia em fumaça e fogo, para que todo o povo pudesse reconhecer a sua vinda. Todos os acontecimentos da outorga inicial da Lei no Sinai, da construção do Tabernáculo e da ordenação do sacerdócio (Êx 19; 40.34ss.; Lv 9.23,24) foram marcados dessa maneira espetacular. O mesmo aconteceu nos juízos contra os filhos de Arão, contra a nação inteira e contra Coré e os seus apoiadores (Lv 10.2; Nm 14.10ss.; 16.19ss.).

Deus está presente não somente na adoração, mas em todos os momentos, até mesmo nas tarefas comuns e diárias da vida. Levítico não identifica nada que esteja além do controle ou interesse de Deus. A totalidade da vida do homem precisa ser vivida na presença de Deus. O refrão recorrente nos últimos capítulos “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” (p. ex., 18.2ss.; 19.3,4,10; 20.7) lembra o povo de Israel de que cada aspecto da vida dele — a religião (caps. 21—24), o sexo (caps. 18 e 20), os relacionamentos com o próximo (caps. 19 e 25) — importa para o seu redentor da aliança. A conduta de cada membro do povo da aliança precisa refletir a do próprio Deus (20.7). O temor a Deus deve levar os homens a praticarem boas obras que em outras condições negligenciariam, como ajudar os cegos, os surdos, os idosos e os pobres. Embora essas pessoas não tenham a quem recorrer quando recebem tratamento injusto, Deus está ciente da sua aflição e se importa com a maneira que seu povo as trata (19.14,32; 25.17,36,43). Seu povo é

advertido de que se negligenciar a Lei do Senhor, Deus voltará seu rosto contra Israel. Indivíduos poderão ser eliminados, isto é, sofrer morte prematura (17.9,10; 18.29; 20.6 etc.), enquanto a nação sofrerá as consequências horríveis estabelecidas no capítulo 26 (v. 14-45).

Levítico distingue entre a presença permanente de Deus com o seu povo, uma presença que deve regular toda a maneira de viver de Israel, e a sua presença visível em glória, que se manifestava de modo evidente em ocasiões especiais. De forma semelhante, o livro distingue entre a presença divina abrangente no acampamento de Israel e a presença divina localizada acima da arca na Tenda do Encontro. Essa Tenda do Encontro (*'ōhel mō'ēd*, lit., “tenda do encontro marcado”, “tenda da reunião”) era dividida em duas partes: a parte interna, chamada de “Lugar Santíssimo” (ou Santo dos Santos), que abrigava a arca, e a parte anterior, o Lugar Santo. Fora da Tenda do Encontro estava o altar principal para os sacrifícios. Considerando que Deus habitava na Tenda do Encontro, os sacrifícios realizados diante dela no altar são descritos como realizados “diante do

Senhor

” (p. ex., 1.5,11 etc.). Era por causa da presença divina no Lugar Santíssimo que o sumo sacerdote podia entrar nele somente uma vez por ano depois de realizar os rituais detalhados descritos no capítulo 16. Foi da Tenda do Encontro que Deus falou a Moisés (1.1), e foi sobre ela que Deus apareceu em fumaça e fogo indicando sua habitação nela (Êx 40.34-38).

De acordo com Êxodo 29.43-45, a presença real e visível de Deus no Tabernáculo estava no centro da aliança. “Virei aos israelitas ali, e a tenda será santificada pela minha glória [...] Habitarei no meio dos israelitas e serei o seu Deus” (A21). Após a aliança ter sido violada pela fabricação do bezerro de ouro, Moisés suplicou para que Deus renovasse a sua aliança: “Se a tua presença não for comigo, não nos faça subir daqui” (Êx 33.15). Todos os esforços humanos são em vão sem o auxílio divino. A mesma observação é feita várias vezes em Levítico 26. Se os israelitas desobedecerem à Lei, Deus se oporá a eles (v. 21,24,28,41). Mas se obedecerem, podem ter a expectativa de desfrutar da mais elevada bênção divina, a sua presença. “Eu andarei entre vós e me tornarei o vosso Deus, e vos tornareis o meu povo” (v. 12). Então, tudo o que foi prometido inicialmente na aliança do Sinai (Êx 19.5,6) provará ser de fato verdadeiro.

Para o cristão do NT, a presença de Deus foi revelada na encarnação. Com alusões a descrições do Tabernáculo feitas pelo AT, João escreveu: “a Palavra se fez carne e ‘tabernaculou’ entre nós [...] vimos sua glória” (Jo 1.14). Para Paulo, todo cristão é um santuário ambulante, um templo para o Espírito Santo em que Deus deve ser glorificado (1Co 6.19,20). Assim como o Tabernáculo do AT, o cristão desfruta da presença permanente do Espírito. Mas assim como o antigo santuário desfrutava de uma manifestação especial da glória de Deus de tempos em tempos, o cristão também deve ficar cheio do Espírito e mostrar a glória de Deus ao mundo (cf. At 6.15; 7.55,56; 2Co 3; Ef 5.18).

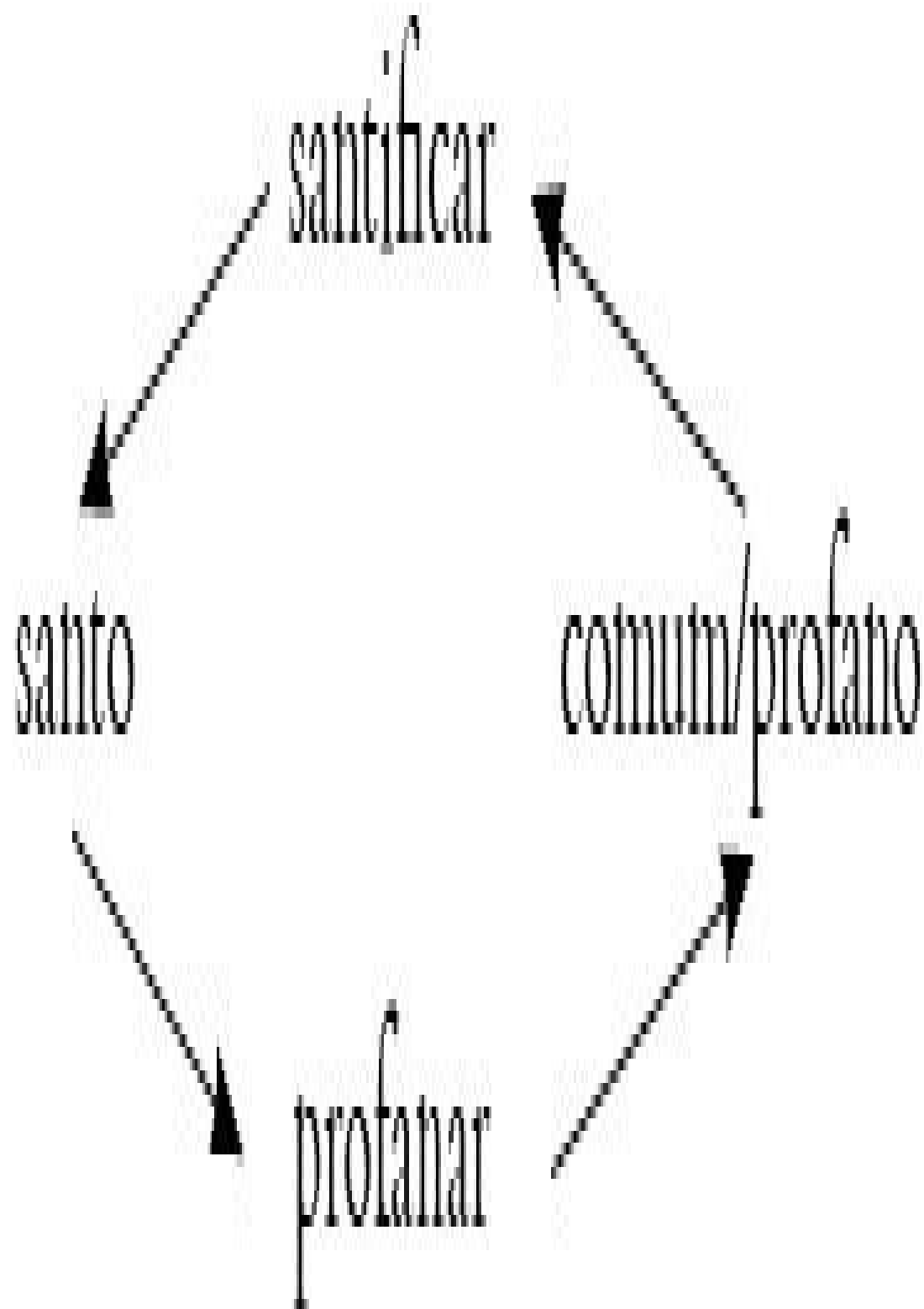
2. Santidade.

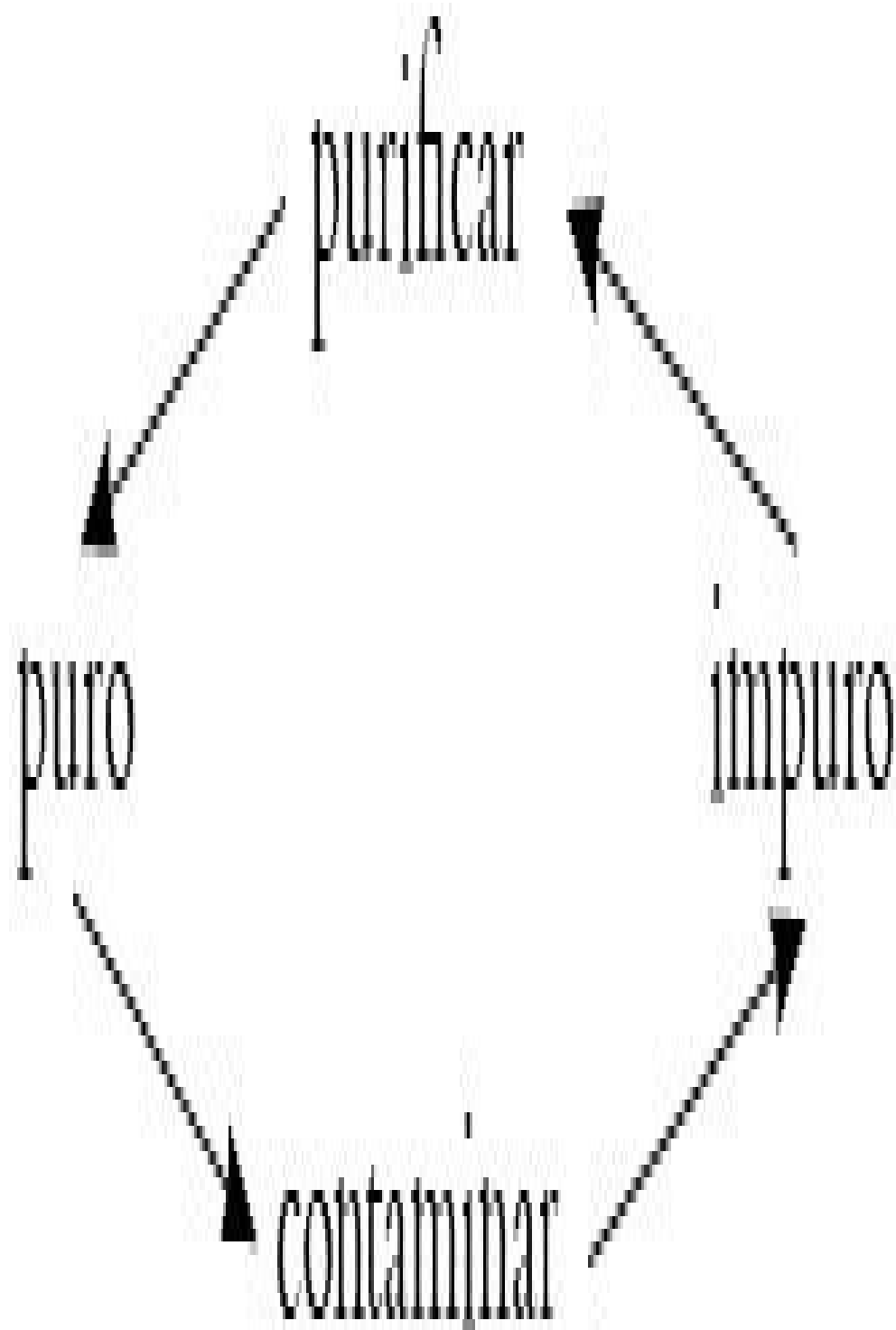
“Devereis [...] ser santos porque eu sou santo” (11.44,45; 19.2; 20.26) poderia ser indicado como o lema de Levítico. Certamente, “santo”, “puro”, “impuro” e palavras cognatas estão entre as mais comuns no livro.²⁵ No entanto, o seu significado preciso é de difícil compreensão. Nesta seção, faremos uma tentativa de defini-los de forma mais precisa.

Os sacerdotes eram instruídos a “distinguir entre o santo e o comum, e entre o puro e o impuro” (10.10). Esse versículo faz um contraste duplo entre “santo” e “comum”, de um lado, e entre “puro” e “impuro”, de outro. “Santo”, portanto, é o oposto de “comum” (ou profano), assim como “puro” é o oposto de “impuro”. O capítulo 11 divide o reino animal em dois grupos, os que são puros e os que são impuros. De modo semelhante, os capítulos seguintes (12—15) detalham quais doenças tornam alguém impuro e quais o deixam puro. “Comum [profano]” (hōl) é de forma semelhante o inverso de “santo” (qādōsh), assim como “profanar” (hīllēl) é o inverso de “santificar” (qiddēsh). No pensamento hebreu, tudo era ou puro ou impuro, ou santo ou comum. Mas o que exatamente constituía a santidade ou a impureza? Como esses conceitos diferentes estão relacionados entre si? Algo pode ser santo e impuro ao mesmo tempo? Para esclarecer a exposição a seguir, apresentarei um resumo das minhas conclusões antes de definir mais detalhadamente o que os diferentes vocábulos significam.

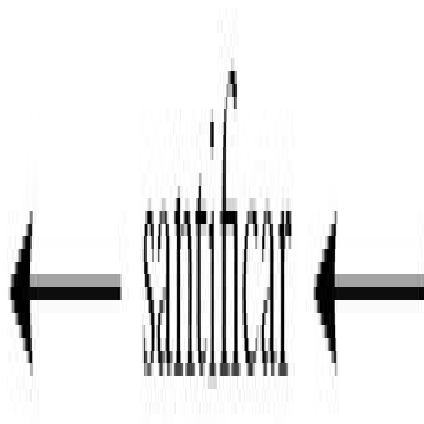
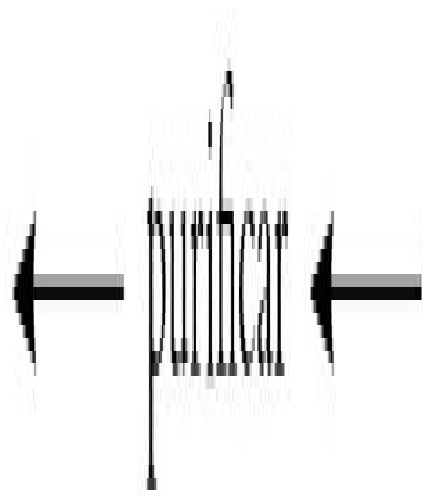
Tudo o que não é santo é comum. As coisas comuns se dividem em dois grupos, o puro e o impuro. As coisas puras se tornam santas quando são santificadas. Mas os objetos impuros não podem ser santificados. As coisas puras podem se tornar impuras, se forem contaminadas. Por fim, itens santos podem ser

corrompidos (ou profanados) e se tornar comuns, até mesmo contaminados e, portanto, impuros. A relação entre esses termos é demonstrada nos diagramas a seguir.





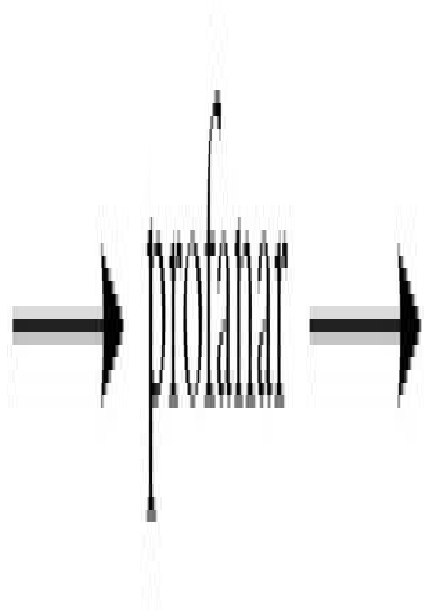
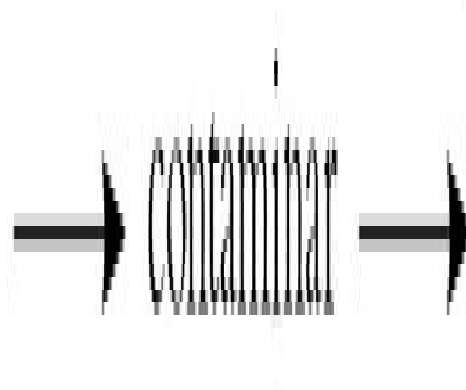
Os diagramas podem ser combinados assim:



santo

puro

imundo



Talvez pelo fato de “comum” ser uma categoria entre os dois extremos de santidade e impureza, ela é mencionada somente uma vez, em Levítico 10.10.

Esse diagrama deixa evidente que a pureza é um estado intermediário entre a santidade e a impureza. A pureza é a condição normal da maioria das coisas e pessoas. A santificação pode elevar o puro ao santo, enquanto a contaminação degrada o puro, tornando-o impuro. O impuro e o santo são dois estados que nunca devem entrar em contato. Se, por exemplo, uma pessoa impura comer alimento santo, isto é, parte de um animal sacrificado, ela será eliminada (7.20,21; 22.3). Pessoas santas, como sacerdotes e nazireus, não devem se contaminar ao terem contato com cadáveres, que são por definição impuros (21.2ss.,11,12; Nm 6.6-8). Caso um nazireu toque em um cadáver acidentalmente e se torne impuro, ele precisa oferecer vários sacrifícios para se purificar da impureza e começar seu período de consagração de novo (Nm 6.9-12).

Isso e muitos outros exemplos mostram que a impureza pode ser transmitida por algumas coisas impuras mediante o contato (p. ex., 11.39,40; 14.36; 15.4ss. etc.). De maneira semelhante, alguns objetos santos tornam tudo o que os toca santo (Êx 29.37; 30.29; Lv 6.11,20 [VP 6.18,27]). Mas a pureza não é transmitida a outras coisas. A pureza é o estado normal básico; a santidade e a impureza são variações da norma de pureza.

O significado básico desse “estar limpo” é “pureza”. Por exemplo, ouro limpo, ou seja, “puro”, era exigido para revestir a arca e outros utensílios do Tabernáculo (Êx 25.11,24 etc.). O fato de que esse “estar limpo” significa basicamente pureza é revelado pelo uso frequente de água para purificar pessoas e coisas impuras (Lv 11.25,28; 14.8,9 etc.). Apenas uma vez o fogo foi especificado como meio alternativo de purificação (Nm 31.23). Mas a limpeza tratada no livro é um conceito mais amplo do que a pureza em si. Ele se aproxima da nossa concepção de normalidade. Muitos dos testes diagnósticos para doenças de pele em Levítico 13 terminam com a observação: “ele está puro [limpo]” (v. 13,17,39). Como as passagens deixam claro, isso não significa que a pessoa em questão não está sofrendo de alguma enfermidade, mas simplesmente que não era algo considerado importante e, portanto, não deveria gerar preocupação. Como um médico hoje poderia dizer: “Isso é normal”. De forma semelhante, os animais puros são aqueles que se locomovem de uma maneira

apropriada à sua classe, de modo normal. Peixes com escamas e barbatanas são puros, mas aqueles sem esses auxílios normais para a propulsão são impuros (11.9-11). A ideia de normalidade também está na base de 21.17-23, em que há a proibição de um sacerdote com alguma deformação física ministrar no altar. Esses sacerdotes, evidentemente, não são declarados impuros, mas, como argumentarei adiante, a ideia de normalidade tem ramificações muito amplas na teologia de Levítico.

A impureza é o contrário da pureza. Qualquer coisa que não é pura (tāhôr) é impura (tāmē'). Diferentemente da pureza, porém, a impureza é contagiosa e incompatível com a santidade. As coisas podem ser impuras em si mesmas (p. ex., alguns animais, cap. 11) (isso poderia ser chamado de impureza permanente) ou o que é intrinsecamente puro pode tornar-se temporariamente impuro. A impureza temporária pode resultar do contato com cadáveres, parto, doença, fluxos (caps. 11—15) e vários pecados, incluindo a relação sexual ilícita (cap. 18) e o homicídio (Nm 35.33). Todos esses tipos diferentes de impureza são considerados de algum modo anormais ou ao menos não muito comuns. Quanto maior é o desvio da norma, maior é o grau de impureza e maior é a dificuldade de purificação.

A impureza permanente não pode ser alterada e não é contagiosa, de modo que não há ritos prescritos para curá-la. Animais impuros não transmitem a sua impureza aos outros; eles simplesmente não podem servir de alimento. Paradoxalmente, a impureza temporária é levada mais a sério. Alguns tipos dessa impureza são contagiosos e podem ser transmitidos a outros (p. ex., 15.19ss.). Todos os tipos de impureza temporária exigem purificação. Aqueles que não se submetem aos procedimentos de descontaminação apropriados colocam em risco a si mesmos e toda a comunidade (Nm 19.13,20).

Diferentes graus de impureza exigem diferentes rituais de purificação. Por exemplo, a leve impureza resultante da relação sexual marital exige que o casal se lave e espere até a noite para que a impureza seja eliminada. O fluxo menstrual resulta em uma impureza de sete dias. Mas fluxos não naturais dos órgãos sexuais podem causar impureza de sete dias após o fim do fluxo e exigir que a pessoa se lave e ofereça sacrifício para que seja purificada (cap. 14).

Algumas doenças de pele persistentes causam impureza, e a pessoa que sofre da doença, portanto, é retirada do acampamento durante sua doença (13.45,46). A teologia, e não a higiene, é a razão para essa providência. O impuro e o santo

não devem ter contato (7.20,21; 22.3). O acampamento de Israel é santo e no meio dele está o Tabernáculo, o local da presença santíssima de Deus. Por essa razão, Números 5.2,3 insiste: “Mandem para fora do acampamento todo o que sofre de uma séria doença de pele, todo o que sofre de algum fluxo, todo o que está impuro por ter tocado em um morto [...] para que não contaminem seu acampamento, no meio do qual eu habito”. Negligenciar essas regras de pureza contamina o Tabernáculo e leva à morte do transgressor (Nm 19.13,20). O Dia da Expição se destinava a purificar o Tabernáculo da impureza contraída por negligência das pessoas em purificarem a si mesmas (15.31; 16.16,19).

Essa insistência na purificação dos que estão impuros é um corolário da ideia de que Israel, o acampamento e especialmente o Tabernáculo são santos. O contato entre a impureza e a santidade é desastroso. Em teoria, elas são completamente distintas, e é necessário mantê-las assim na prática, a fim de que não venha o juízo divino.

A santidade caracteriza o próprio Deus e tudo o que lhe pertence: “Devereis ser santos porque eu sou santo” (11.44,45; 19.2; 20.26). O nome de Deus, que expressa o seu caráter, é santo (20.3; 22.2,32). O nome é profanado pela idolatria, pelo juramento falso e por outros pecados (18.21; 19.12; 20.3; 21.6; 22.2). Deus demonstra a sua santidade ao julgar o pecado (10.3; Nm 20.3). Mas, afora essas observações, não há nenhuma explicação do que a santidade de Deus é em si mesma. A santidade é intrínseca ao caráter de Deus.

Qualquer pessoa ou coisa oferecida a Deus se tornam santas. Por exemplo, o fruto de uma árvore frutífera recentemente plantada não deve ser comido durante três anos: o fruto do quarto ano é uma “santa oferta de louvor ao

Senhor

” (19.24). Somente no quinto ano o próprio dono pode desfrutar do fruto. Semelhantemente, as porções dos sacerdotes dos sacrifícios são santas. O Tabernáculo e os seus utensílios são santos (Êx 40.9; 29.36; 30.29). Também o são o sábado e as outras festas religiosas (Lv 23).

Uma pessoa dedicada ao serviço de Deus é santa. Nesse sentido, os sacerdotes são preeminentemente santos (Êx 29.1; 39.30; Lv 21.6ss.). De forma semelhante, os levitas eram oferecidos completamente ao Senhor em lugar dos israelitas primogênitos que haviam sido santificados. Essa dedicação envolve a separação

da impureza, como o caso do nazireu deixa claro: “Não se aproximará de nenhum cadáver [...] será santo ao

Senhor

durante todos os dias da sua separação”. Em um sentido mais geral, o Israel inteiro é chamado dentre as nações para servir a Deus e, portanto, é santo (Êx 19.5,6; cf. 20.26).

A impureza resulta de causas naturais (p. ex., doença) ou ações humanas (p. ex., pecado), mas a santidade não é simplesmente adquirida por ação ritual ou conduta moral. Levítico realça que há dois aspectos na santificação, um ato divino e ações humanas. Deus santifica e o homem também santifica. Somente aquelas pessoas que Deus chama para serem santas podem se tornar realmente santas: “O homem a quem o

Senhor

escolher, esse será o santo” (Nm 16.7). O lado divino da santificação é declarado no refrão recorrente: “Eu sou o

Senhor

, o vosso santificador” (Lv 20.8; 21.8,15,23; 22.9,16,32). Às vezes, a parte divina na santificação e o lado humano são mencionados juntos: “Tu o santificarás [...] porque eu, o

Senhor

, teu santificador, sou santo” (Lv 21.8). Há mais um exemplo no quarto mandamento: “Lembra-te do dia do sábado para o santificar [...] e o

Senhor

o santificou” (Êx 20.8,11).

Geralmente, no entanto, a ênfase principal do livro está na contribuição humana para a santificação, o que o homem precisa fazer para tornar algo santo. Em alguns casos, como a oferta de propriedade ou de animais para o santuário, nenhum ritual especial é determinado de acordo com Levítico 27, embora um

sacrifício acompanhasse as ofertas mencionadas em Números 7. Nos casos mais importantes, como o altar, o sacerdócio e o Tabernáculo, a santificação era expressa ungindo-se a coisa santa com óleo e oferecendo-se vários sacrifícios (Êx 29.1-36; 40.9; cf. Lv 8 e 9). Quando toda a nação foi santificada por meio da aliança no Sinai, os israelitas precisaram purificar a si mesmos da impureza (Êx 19.10-15), oferecer sacrifício e prometer obediência à Lei (Êx 24.3-8). Guardar a Lei é de fato um dos deveres mais importantes do povo de Israel a fim de demonstrar santidade (Lv 19.2ss.; 20.7ss.; Nm 15.39,40). Desobedecer a Deus é uma profanação digna de morte (Êx 31.14; Nm 20.12).

Esse panorama do uso dos vocábulos para santidade, pureza e impureza demonstrou a importância de tais ideias para entendermos Levítico. Sugeri que a pureza é o estado natural da maioria das criaturas. A santidade é um estado de graça para a qual os homens são chamados por Deus, e ela é obtida por meio da obediência à Lei e da execução de rituais como o sacrifício. A impureza é uma condição abaixo do padrão à qual os homens descem por meio de processos físicos e do pecado. Todo israelita tinha um dever de buscar se livrar da impureza por meio da lavagem com água e do sacrifício, porque a impureza era totalmente incompatível com a santidade do povo da aliança.

M. Douglas tentou descobrir os profundos princípios subjacentes que unem esses conceitos de santidade e de pureza. Ela defende que “santo” significa mais do que a separação para o serviço divino. “Santo” significa inteireza e completude.

Grande parte de Levítico se dedica a afirmar a perfeição física que é exigida das coisas apresentadas no Templo e das pessoas que se aproximam dele. Os animais oferecidos no sacrifício precisam ser sem defeito, as mulheres têm de ser purificadas depois do parto, os leprosos devem ser separados e purificados ritualmente após terem sido curados antes de terem a permissão de se aproximar do santuário. Todos os fluxos corporais são contaminadores e desqualificam alguém para se aproximar do Templo. Os sacerdotes somente podem entrar em contato com a morte quando os seus parentes próximos morrem. Mas o sumo sacerdote nunca deve ter contato com a morte.²⁶

Ela cita Levítico 21.17-21, listando imperfeições que impedem alguém de atuar como sacerdote, e resume: “Em outras palavras, ele precisa ser perfeito como homem para ser um sacerdote”.²⁷

Outros preceitos desenvolvem a ideia de inteireza em outra direção. As metáforas do corpo físico e dessa nova tarefa estão relacionadas à perfeição e completude do indivíduo e de seu trabalho. Outros preceitos estendem a santidade a espécies e categorias. Seres híbridos e outras confusões são abominados.

18.23: “Não terás cópula com animal algum para te tornares impuro com isso. Uma mulher não ficará diante de um animal para ter cópula com ele: isso é perversão”.

A palavra “perversão” é uma tradução significativamente equivocada da rara palavra hebraica *tebhel*, que significa mistura ou confusão. Levítico 19.19 trata do mesmo tema.

“Guardarás os meus estatutos. Não permitirás que o teu gado se cruze com o de espécie diferente. Não semearás sementes diferentes no teu campo nem vestirás roupa feita de tecidos diferentes”.

Todas essas ordens são prefaciadas pela ordem geral:

“Sede santos, porque eu sou santo”.

Podemos concluir que a santidade é exemplificada pela completude. A santidade exige que os indivíduos se conformem à classe à qual pertencem. E a santidade exige que as classes diferentes de coisas não sejam confundidas.

Mais um conjunto de princípios aprimora esse último ponto. Santidade significa manter distintas as categorias da criação. Ela envolve, portanto, a definição, discriminação e ordem corretas. Nessa definição, todas as regras de moralidade sexual exemplificam o santo. O incesto e adultério (Lv 18.6-20) são contra a santidade no sentido simples de ordem correta. A moralidade não conflita com a santidade, mas a santidade é mais uma questão de separar aquilo que deve ser separado do que proteger os direitos de maridos e irmãos.

Em seguida, aparece no capítulo 19 mais uma lista de ações que são contrárias à santidade. Desenvolvendo a ideia de santidade como ordem, e não confusão, essa lista realça a retidão e a honestidade como santas e a contradição e a desonestidade como opostas à santidade. Roubar, mentir, dar falso testemunho, trapacear em pesos e medidas, todos os tipos de dissimulação como falar mal dos surdos (e supostamente sorrir diante deles), odiar o seu irmão no seu coração (enquanto supostamente fala de forma gentil com ele), essas coisas são claramente contradições entre o que parece e o que é.²⁸

Essa ideia de completude ou normalidade como a concepção implicitamente pressuposta na essência de santidade e pureza é a base que estabelece as divisões do reino animal de acordo com Douglas.²⁹

A teologia do Novo Testamento faz uso abrangente e frequente da ideia de santidade. Todos os cristãos são santos. Isto é, eles foram chamados por Deus para serem o seu povo assim como o antigo Israel havia sido chamado (Cl 1.2; 1Pe 1.2; 2.9,10; cf. Êx 19.5,6). Mas esse estado de santidade precisa se expressar em uma conduta santa (Cl 1.22; 1Pe 1.15). A santificação é expressa por meio da obediência ao padrão ensinado (Rm 6.17-19), assim como em Levítico ela se manifesta mediante a obediência à Lei. Pedro exorta seus leitores a tornarem o lema de Levítico o seu próprio: “Sede santos, porque eu sou santo” (1Pe 1.16). A imitação de Deus é um tema que une a ética dos dois Testamentos, o AT e o NT

(cf. Mt 5.48; 1Co 11.1).

3. A função do sacrifício.

“Sob a lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue, e sem derramamento de sangue não há perdão de pecados” (Hb 9.22). O autor de Hebreus tinha em mente os ritos descritos em Êxodo e Números, bem como os de Levítico; mas Levítico trata especialmente do sacrifício, dedicando seus primeiros dezessete capítulos à explicação das ocasiões para o sacrifício e dos procedimentos corretos a serem seguidos. O comentário examinará nos trechos apropriados o significado específico dos tipos diferentes de sacrifício. Aqui serão consideradas questões mais amplas: a função do sacrifício em geral e a sua relação com o pecado e a impureza.

Nos últimos cem anos, várias teorias sobre o significado do sacrifício no AT foram apresentadas. Recapitular todas elas seria inapropriado aqui.³⁰ Meu objetivo é mais modesto. Usando como ponto de partida as abordagens mais recentes,³¹ tentarei explicar os princípios básicos do sacrifício no AT à medida que o Pentateuco os esclarece.

De acordo com D. J. Davies, o sacrifício israelita consistia em restaurar o relacionamento entre Deus e Israel e entre diferentes membros do povo. A aliança do Sinai tinha criado uma comunhão caracterizada por vida e ordem, harmonia entre Deus e o homem e entre os próprios homens. Fora da aliança e das suas instituições havia o domínio da morte e desordem do qual Israel havia sido redimido. Qualquer coisa que perturbasse essa ordem — por exemplo, morte, doença ou pecado — era uma potencial ameaça a toda a comunidade, e o sacrifício era o meio principal para remediar a ruptura e restaurar a harmonia na comunidade. Diferentes tipos de rupturas eram corrigidos por diferentes tipos de sacrifício.

Essa análise tem muitos aspectos que a recomendam. Mas ela tem uma compreensão somente parcial dos conceitos de Levítico. Em Levítico, o sacrifício ou, mais especificamente, o sangue sacrificial está normalmente associado à purificação e à santificação. Por exemplo, a consagração do altar e dos sacerdotes é efetuada por meio da unção com óleo e sangue sacrificial (Êx 29.36,37; Lv 8.11-15,23-30). O homem que se recuperava de uma doença de

pele era ungido com sangue para purificá-lo de impureza ritual (Lv 14.6ss.). Todas as várias ofertas de purificação e reparação detalhadas nos capítulos 4 e 5 são designadas para tratar da impureza associada ao pecado. Todos esses sacrifícios alcançavam o seu clímax anual no dia de cerimônias de expiação, quando cada parte do Tabernáculo era aspergida com sangue para “purificá-lo e santificá-lo das impurezas dos israelitas” (16.19).

Portanto, de acordo com Levítico, o sangue sacrificial era necessário para purificar e santificar. O sacrifício pode anular os efeitos do pecado e da enfermidade humana. O pecado e a doença podem profanar o santo e contaminar o puro. O sacrifício pode anular esse processo. Podemos ampliar o diagrama usado na seção anterior.

← SACRIFÍCIO ←

← santificar

← purificar

santo

puro

ímpuro

profanar →

contaminar →

→ PECADO e ENFERMIDADE →

Vimos que o contato entre o santo e o impuro resulta em morte. O sacrifício, ao purificar o impuro, torna esse contato possível. O Deus santo pode se encontrar com o homem pecador. Muitos dos rituais descritos em Êxodo, Levítico e Números ilustram essa ideia. Por exemplo, na ordenação de Arão, o sangue do cordeiro da ordenação foi esfregado em Arão e os seus filhos, e o restante foi lançado sobre o altar (Lv 8.22-24). Um procedimento semelhante foi seguido quando a aliança foi selada com os anciãos de Israel: quando eles haviam concordado com as condições da aliança, metade do sangue sacrificial foi lançado sobre eles, e o restante, sobre o altar (Êx 24.6-8). Por meio da ordenação, Arão foi santificado para o sacerdócio. Por meio da aliança, Israel foi transformado em um reino de sacerdotes e uma nação santa (Êx 19.6). O sacerdócio de Israel significava que a nação estava em um relacionamento singular com Deus, capaz de se aproximar dele e mediar a sua presença ao mundo. É tentador considerar os rituais prescritos para o “leproso” (Lv 14) como uma recapitulação do processo que tornou Israel santo. Em decorrência de uma enfermidade, ele havia se tornado impuro e sido excluído da comunidade da aliança. Após a sua cura, foi usado hissopo para aspergir sangue sobre ele (14.6,7). Isso talvez remeta ao ritual da Páscoa (cf. Êx 12.22). A segunda etapa na “ressantificação” de um “leproso” envolvia um sacrifício real e mais sangue sendo esfregado. Ritos semelhantes acompanharam a ordenação de Arão e a ratificação da aliança do Sinai (cf. Lv 8.22-24 e Êx 24.6-8). No Sinai, toda a nação havia se tornado santa. Se mais tarde, em decorrência de um pecado, um membro individual de Israel se tornasse impuro, ele precisava repetir o processo de santificação. Ele precisava nascer de novo para a comunidade pelo sangue e pela água (cf. Jo 3).

Acima argumentamos que a santificação pressupunha um chamado divino para a santidade. A santidade não era adquirida meramente pela obediência à Lei ou pela sujeição a algum ritual (p. ex., Nm 16.5). As leis sobre o sacrifício vão ainda mais longe. Elas afirmam não somente que o sacrifício precisa estar de acordo com a vontade de Deus para ser eficaz em primeiro lugar, mas também que é o próprio Deus que concede o resultado desejado de santidade ou pureza. Muitas leis terminam com a observação: “O sacerdote fará expiação por seu pecado e ele será perdoado” (ou “estará puro”) (p. ex., 4.20,26,31; 12.7,8). O acréscimo “ele será perdoado” (“estará puro”) é significativo. A mera execução do rito pelo sacerdote é inadequada. Deus é aquele que concede perdão e purificação.³²

Quando a impureza causada pelo pecado ficava sem ser expiada pelo sacrifício, podia haver mortes em decorrência disso. Por sinal, o Pentateuco relata diversos incidentes em que a perversidade do pecado levou ao juízo imediato, de modo que foi impossível oferecer um sacrifício rápido o suficiente para impedir um desastre (Êx 32.25-35; Lv 10; Nm 25). Talvez não seja uma coincidência que nessas ocasiões, quando a ira de Deus era demonstrada na morte de alguns dos culpados, nenhum sacrifício é mencionado para renovar a santidade do restante do povo. Quando um homem morria, não era necessário que animais também fossem sacrificados (Nm 25.6-13; cf. 17.1-15 [VP 16.36-50]).

Mais uma indicação de que a morte de um animal de algum modo substituíra a morte de uma pessoa culpada é fornecida pelo verbo “fazer expiação” (kipper), que geralmente descreve o que o sacerdote faz no sacrifício. No entanto, apesar da sua ocorrência frequente, sua etimologia e seu significado são incertos. Uma possível derivação é do verbo acadiano kuppuru, “purificar” ou “limpar”. Isso está de acordo com aqueles contextos em que o altar ou o santuário é o objeto direto do verbo e a ação envolvia esfregar sangue no altar (Lv 16.33).

Por outro lado, kipper, “fazer expiação”, pode ser derivado da palavra hebraica kōper, que significa “preço de resgate”. Um kōper é o dinheiro que um homem condenado à morte pode pagar para escapar da pena de morte (Êx 21.30; Pv 6.35). Kipper, “fazer expiação”, poderia então ser traduzido literalmente por “pagar um resgate (pela vida de alguém)”. Em certas passagens, que descrevem vários pagamentos monetários para fazer expiação, “pagar um resgate” pareceria uma tradução muito mais apropriada do que “purificar” (p. ex., Êx 30.15; Nm 31.50). Essa interpretação é compatível com a maioria das passagens que falam sobre o sacrifício que “faz expiação” por alguém. Por meio da morte do animal e dos rituais que se seguem, os homens são resgatados da morte que seu pecado e sua impureza merecem.

Havia ao menos três partes envolvidas em todo sacrifício: Deus, o sacerdote e o adorador. Já vimos que Levítico insiste em que o sacrifício precisa ser oferecido em resposta ao chamado de Deus, e não por iniciativa própria, a fim de que seja eficaz para tornar os homens santos (cf. Lv 10). O livro também mostra que a execução correta dos rituais de expiação pelo sacerdote não é suficiente por si mesma. Deus precisa conceder perdão e purificação. O livro faz uma última observação a respeito da atitude do adorador. No caso de pecado não intencional, a contrição e o sacrifício são suficientes para a expiação. Mas quando o pecado era “de mão erguida”, isto é, consciente e intencional, a restituição e a confissão

pública eram pré-requisitos para a expiação sacrificial³³ (cap. 5 [VP 5.1—6.7]; cf. Nm 15.27-30).

João Batista, o nosso Senhor Jesus, Paulo, Pedro e o autor de Hebreus estão entre aqueles no NT que fazem uso da ideia de que a morte de Cristo foi um sacrifício que fez expiação pelo pecado. Diferentemente dos sacrifícios em Levítico, a crucificação tinha escopo ilimitado e não precisava de nenhuma repetição. “Jesus Cristo, o justo [...] é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos pecados de todo mundo” (1Jo 2.1,2). “Ele se manifestou de uma vez por todas para aniquilar o pecado por meio do sacrifício de si mesmo” (Hb 9.26). Mas como no caso dos sacrifícios do AT, precisa haver um chamado divino ao indivíduo e uma resposta de fé e arrependimento para que o homem desfrute dos efeitos da expiação de Cristo (cf. Ef 1 e 2).

4. A aliança do Sinai.

Em nítido contraste com os vocábulos para “sacrifício” e “santidade”, a aliança é raramente mencionada em Levítico. Na verdade, ela é mencionada somente dez vezes ao todo, das quais oito ocorrências estão no cap. 26.³⁴ Mas embora a palavra traduzida por “aliança” (bērît) seja rara, ideias relacionadas à aliança permeiam todo o livro. Assim como a presença de Deus com Israel, a aliança é uma das pressuposições fundamentais que orientam a teologia de Levítico.

Levítico é a continuação de Êxodo. No cerne de Êxodo (caps. 19ss.) está a aliança do Sinai. Tudo o que se segue em Êxodo são desdobramentos da aliança. O capítulo 32 descreve a primeira vez que Israel violou a aliança, quando adorou o bezerro de ouro. Os capítulos 33ss. descrevem a renovação da aliança. As leis foram registradas uma segunda vez, e o Tabernáculo foi construído para que a promessa da aliança de que Deus habitaria entre seu povo pudesse se cumprir. Levítico explica como a adoração segundo a aliança deve ser conduzida (caps. 1—17), depois como o povo da aliança deve se comportar (18—25) e termina com uma seção de bênçãos e maldições, inteiramente apropriada a um documento da aliança (cap. 26). De fato, o último versículo desse capítulo conecta tudo o que vem antes com o Sinai, em que a aliança foi concluída. “Estes são os estatutos, juízos e leis que o

Senhor

colocou entre ele e os israelitas no monte Sinai pela mão de Moisés” (26.46).

Estudos recentes³⁵ lançaram muita luz sobre a forma da aliança no AT. Ela tem uma semelhança notável com a forma usada em outros textos do antigo Oriente Próximo para redigir tratados e coleções de leis. Isso é totalmente apropriado, pois a aliança do Sinai³⁶ era ao mesmo tempo um tratado entre Deus e Israel e leis impostas à nação.

Seis partes principais foram distinguidas na forma da aliança/tratado do Oriente Próximo.

(1) O título que designa o suserano, o autor do tratado — Êxodo 20.1: “Eu sou o

Senhor

teu Deus”. Cada vez que Levítico repete essas palavras solenes, Israel é lembrado de como Deus falou pela primeira vez a toda a nação reunida nas encostas do monte Sinai.

(2) O prólogo histórico explica os antecedentes para se firmar o tratado. Os tratados hititas geralmente realçam a bondade do rei hitita no seu relacionamento com seu vassalo e chamam a atenção para a perversidade e rebeldia do vassalo. O Decálogo continha uma breve introdução histórica que lembrava Israel da sua redenção: “Eu sou o

Senhor

teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da escravidão” (Êx 20.2). Em Deuteronômio, os primeiros onze capítulos refletem sobre a graça de Deus revelada a Israel no passado e servem de prólogo histórico. Levítico, em contraste, tem somente breves lembretes da libertação do Êxodo (p. ex., 11.45; 18.3; 19.34,36; 22.33). Eles são especialmente adequados no caso das leis do Jubileu, que tinham o objetivo de impedir a escravidão permanente dos pobres (25.38,42).

(3) A peça central de todo tratado era a seção de estipulações. Nas coleções legais, como o código de Hamurábi, as leis constituíam a seção central. O mesmo vale para as coleções bíblicas de leis. Nos tratados, uma estipulação

básica de fidelidade total ao suserano pode ser distinguida de estipulações mais detalhadas que abrangem problemas específicos. Nessa terminologia, “ser santo” poderia ser descrito como a estipulação básica de Levítico. As outras leis explicam o que isso significa em diferentes situações.

(4) As cláusulas do documento. Tratados e coleções legais muitas vezes mencionam onde e como o texto do tratado foi escrito e a importância de lê-lo regularmente. Esse elemento também está presente nos textos bíblicos de aliança (Êx 24.4,12; 32.15,16; 34.1-4; Dt 27.2-8; 31.11,12,24ss.).

(5) Bênçãos e maldições. Os que cumprem as leis ou estipulações do tratado recebem a promessa de prosperidade, enquanto os que as desprezam são advertidos dos castigos terríveis que os deuses lhes infligirão. Levítico 26 e Deuteronômio 28 são excelentes exemplos disso; de fato, muitas bênçãos e maldições nesses capítulos têm paralelos bem próximos em outras fontes do Oriente Próximo.

(6) Lista de deuses. Uma lista de deuses que testemunham o tratado geralmente aparecem na conclusão dele. Mas esse aspecto está ausente nas coleções legais mesopotâmicas e, por razões teológicas óbvias, nas passagens da aliança do AT.

O contexto da aliança/tratado da lei do Pentateuco realça três aspectos importantes das leis. Em primeiro lugar, a Lei foi dada em um contexto de graça. Na forma de tratado, as estipulações vinham após o prólogo histórico. Isso era análogo à situação histórica: Deus transmitiu sua Lei aos israelitas depois de terem sido redimidos do Egito, e não como um meio de assegurar sua redenção. O chamado de Deus para que Israel fosse seu povo santo precedeu a revelação da aliança no Sinai, mas somente a obediência podia tornar a santidade uma realidade viva. Em Levítico, sempre que o Êxodo do Egito é mencionado, ele é mencionado como uma razão para cumprir a Lei (p. ex., 11.45; 18.3; 23.43). O fiel do AT deveria tratar os outros como Deus o havia tratado: “Devereis amá-lo [o estrangeiro residente] como a vós mesmos, porque vós fostes estrangeiros residentes na terra do Egito” (19.34).

Em segundo lugar, embora Israel tivesse sido salvo da escravidão egípcia e chamado para ser o povo de Deus, isso não significava que os israelitas fossem livres para fazer o que bem entendessem. Exatamente o oposto era o caso. Como nação santa, eles precisavam manter-se puros do pecado e da impureza a fim de que a ira de Deus não caísse sobre eles. Os textos da aliança expressam a mesma

ideia nas bênçãos e maldições de Levítico 26 e Deuteronômio 28. Ali a nação é lembrada de que todas as promessas divinas de boas colheitas, paz e da própria presença de Deus serão suas se observar os mandamentos de Deus. Mas se os israelitas se esquecerem da palavra dele e seguirem o próprio caminho, experimentarão tudo aquilo que os homens mais temem: doença, seca, morte infantil, fome, ocupação inimiga e deportação a terras estrangeiras. Levítico realça que se um destino desse tipo sobrevier a Israel, isso não acontecerá apesar da aliança, mas por causa dela. O próprio Deus punirá seu povo desobediente: “Eu pessoalmente vos desafiarei e vos ferirei sete vezes mais pelos vossos pecados” (26.24,28). Nas palavras do profeta Amós: “De todas as famílias da terra, escolhi somente a vós; portanto, eu vos punirei por todas as vossas iniquidades” (Am 3.2).

O terceiro ponto que devemos observar sobre a aliança é a sua eternidade. Na aliança, Deus firmou um compromisso com Israel para sempre, e Israel deveria retribuir oferecendo sua lealdade eterna ao seu redentor soberano. O propósito das maldições em Levítico 26 era fazer com que Israel se afastasse dos seus maus caminhos e desse ouvidos a Deus (26.18,21,23,27). Mas os israelitas recebem a garantia de que por mais que demorem para perceber seu erro e confessar os seus pecados, Deus estará pronto para restabelecê-los quando mudarem seus caminhos (26.40,41). Mesmo que não se arrependam, Deus não os abandonará, embora possam continuar a sofrer o exílio da sua terra (26.44). A razão da fidelidade de Deus é a sua promessa aos patriarcas, Abraão, Isaque e Jacó (26.42,45; cf. Êx 32.11-14; Dt 4.30,31; 30.1-10; Is 49.15; Jr 31.36). A bênção divina depende da obediência, mas a desobediência não resultará em rejeição total, apenas na continuação do juízo divino.

Os profetas tinham a expectativa de uma nova aliança sob a qual uma nova lei seria escrita no coração dos homens, e não em pedras como a Lei da aliança do Sinai. O NT afirma que essa aliança foi inaugurada pela morte de Cristo, que salvou o seu povo da escravidão do pecado. A nova aliança, assim como a antiga, revela a graça de Deus ao homem pecador. A nova aliança é semelhante à antiga no fato de que os membros de ambas devem obedecer à lei: “Se me amardes, obedecereis aos meus mandamentos” (Jo 14.15). Por fim, a nova aliança também oferece uma certeza da fidelidade eterna de Deus a seu povo: “Dou-lhes a vida eterna, e ninguém as arrancará da minha mão” (Jo 10.28).

VII. Levítico e o cristão

Cada seção sobre a teologia de Levítico, assim como a maioria dos capítulos do comentário, termina com um parágrafo ou dois relacionando as leis em Levítico ao NT. Aqui tentarei explicar em detalhes os princípios subjacentes a esses comentários.³⁷ O desafio de relacionar o AT às dificuldades da igreja atual não é peculiar a Levítico. Assim, quando parecer apropriado, incluirei exemplos de outras partes do Pentateuco.

Os cristãos têm o costume de dividir a lei do AT em três partes: a moral, que inclui, por exemplo, os Dez Mandamentos, a civil, isto é, a legislação para a sociedade do AT, e a cerimonial, que são as leis sacrificiais e rituais. Muitas pessoas, apesar do ensino de Paulo de que “toda a Escritura é divinamente inspirada e proveitosa” (2Tm 3.16), afirmam que somente a lei moral é obrigatória para o cristão. Essa posição enfrenta três dificuldades principais. Em primeiro lugar, o NT não parece distinguir dessa maneira os diferentes tipos de lei. Em segundo lugar, é difícil fazer a divisão entre preceitos morais e outras ordenanças. O sábado é uma lei moral ou cerimonial? Em terceiro lugar, grande parte da legislação civil se baseia em juízos morais, muitas vezes expressos nos Dez Mandamentos. Embora a divisão da Lei em três partes seja, de minha perspectiva, arbitrária e artificial, ela fornece uma estrutura conveniente para a nossa análise, em que uma abordagem um pouco diferente será defendida.

No que diz respeito a princípios básicos de conduta, o AT e o NT concordam plenamente: “Amarás o

Senhor

, teu Deus, de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento e de todas as forças. Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mc 12.30,31; Dt 6.5; Lv 19.18). Com essa citação dupla de Deuteronômio e Levítico, Jesus extraiu a essência da Lei do AT e lhe deu seu próprio selo de aprovação. O NT cita muitas vezes os Dez Mandamentos. Pedro cita a determinação levítica de santidade (1Pe 1.16). Os exemplos poderiam ser multiplicados para mostrar que o NT defende o

mesmo padrão de ética pessoal que o AT. Isso é natural, visto que o Deus do AT é o Deus do NT. O povo de Deus deve imitar Deus. Se Levítico chama os homens para serem “santos porque eu sou santo”, nosso Senhor nos exorta: “Sede, pois, perfeitos, assim como perfeito é o vosso Pai celestial” (Mt 5.48). É evidente que as éticas pessoais de ambos os Testamentos são semelhantes.

Podemos ir mais longe. O contexto teológico dos imperativos éticos é semelhante em ambos os Testamentos. Tanto no AT quanto no NT, a lei constitui parte do relacionamento da aliança entre Deus e o seu povo. Embora já tenhamos mencionado isso (veja a seção VI.4), isso é tão importante que merece mais elaboração.

Três paralelos claros podem ser estabelecidos entre a visão que o AT tem da aliança e o ensino do NT sobre a lei e a graça. É verdade que no NT é difícil encontrar terminologia e estruturas relacionadas à aliança, mas isso não significa que os princípios preservados na aliança do AT desapareceram. Nos ensinamentos de Jesus e Paulo, a aliança se reduziu ao nível de pressuposições básicas. Ainda que, em geral, eles não falem sobre a aliança, as suas pressuposições sobre a relação entre a graça e a lei mostram que os seus ensinamentos são dirigidos pelos princípios inerentes na aliança do AT.

Antes e acima de tudo, as alianças do AT eram acordos de graça divina. Deus chamou Abraão. Ele tirou Israel do Egito. Ele escolheu Davi. Em cada caso, Deus tomou a iniciativa de salvar seu povo e criou um relacionamento de comunhão entre ele e os israelitas. No NT, nosso Senhor veio para buscar e salvar o que estava perdido e chamar pecadores para o arrependimento: “Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores” (Rm 5.8).

Em segundo lugar, as alianças envolviam a Lei. Abraão recebeu a ordem: “Anda na minha presença e sê perfeito” (Gn 17.1). As alianças criavam uma comunhão entre Deus e o homem; a aliança davídica é comparada ao relacionamento entre pai e filho (2Sm 7.14). O homem deve responder à graça de Deus. Mas como? Essa é a função da Lei. A Lei explica como os homens devem imitar Deus. O NT insiste em que a Lei não é um meio de salvação, mas uma resposta à salvação. O discípulo não deve meramente observar a letra do mandamento. A justiça dele precisa exceder a dos escribas e fariseus. Ele precisa ser perfeito assim como o seu Pai celestial é perfeito (Mt 5.17-48).

Por fim, a aliança envolvia bênçãos e maldições. Se Israel obedecesse à Lei, a

nação deveria ter a expectativa de uma prosperidade cada vez maior. Se fosse desobediente, o sofrimento dela seria terrível. Davi foi advertido de que se o seu filho cometesse iniquidade, “eu o castigarei com açoites de homens” (2Sm 7.14). O mesmo tema reaparece no NT. Aqueles que buscam o reino de Deus e a sua justiça são assegurados de que não terão falta de comida ou roupas (Mt 6.25-33). Mas aqueles que se recusam a perdoar os outros perderão o perdão próprio (Mt 18.23-25). Paulo observa que os esforços de alguns cristãos serão recompensados, mas a obra de outros será destruída pelo fogo, embora eles mesmos sejam salvos (1Co 3.10-15). Ele compara a experiência de Israel no deserto com a da igreja coríntia. Muitos israelitas morreram no deserto por cederem à imoralidade. Os coríntios terão o mesmo destino se não se arrependerem. De fato, alguns já tinham sofrido o juízo (1Co 10.1—11.32).

Parece sensato afirmar que o NT não somente aceita a lei moral do AT, mas também reitera a teologia básica da aliança da qual a lei é uma parte. Se o NT realça muito mais intensamente a graça de Deus, a razão disso é que a encarnação e morte de Cristo revelaram a misericórdia de Deus de modo muito mais notável do que até mesmo o Êxodo do Egito.

Além das leis morais como “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (19.18), Levítico contém diversas leis que às vezes são descritas como legislação civil, por exemplo, leis sobre o cultivo da terra (p. ex., 19.9,10,19,23-25) e regulamentos que estabelecem a pena de morte para certos crimes (p. ex., 20.9-16). Esse tipo de lei é citado com menos frequência no NT do que os simples imperativos morais, mas, quando é citado, ele é tratado como igualmente imbuído de autoridade (p. ex., 1Co 9.9 citando Dt 25.4; e Mc 7.10 citando Lv 20.9). A arbitrariedade da distinção entre lei moral e lei civil é reforçada pela organização do material em Levítico. O amor ao próximo precede imediatamente uma proibição de cruzamento entre espécies diferentes; o lema da santidade aparece logo antes de uma lei sobre executar filhos rebeldes (19.18,19; 20.7-9). Em vez de distinguir entre leis civis e morais, seria melhor dizer que algumas prescrições são amplas e geralmente aplicáveis à maioria das sociedades, enquanto outras são mais específicas e dirigidas aos problemas sociais do antigo Israel. Neste comentário, a seguinte posição é pressuposta: os princípios implícitos no AT são válidos e imbuídos de autoridade para o cristão, mas as aplicações específicas do AT podem não ser. Os princípios morais são os mesmos hoje, mas visto que a nossa situação muitas vezes é diferente do contexto do AT, a aplicação dos princípios em nossa sociedade talvez seja também diferente.

Alguns exemplos podem esclarecer o problema. De acordo com Deuteronômio 22.8: “Quando construíres uma casa nova, farás um parapeito no terraço, para que não tragas culpa de sangue sobre a tua casa se alguém cair de lá”. O princípio implícito dessa lei é óbvio: os israelitas precisam tomar precauções para que os seus amigos e vizinhos não sofram acidentes fatais. Essa regulação para a construção de casas poderia ser considerada uma aplicação do sexto mandamento: “Não matarás”. No Oriente Próximo, em que casas com telhados planos são comuns e podem ser usados para dormir e tomar banho de sol, ter parapeitos para evitar que pessoas caíssem era uma precaução pertinente. Mas a não ser que as nossas casas tenham telhados planos usados com propósitos semelhantes, há pouco sentido em colocar parapeitos neles. Isso não significa que não podemos aprender nada dessa lei ou que ela não tem autoridade para nós. Ela tem. Ela diz ao cristão que pense sobre as áreas de risco de sua casa. Ignorá-las é violar o sexto mandamento por omissão, se não por ação. Medidas de segurança são mais do que humanas: elas são a vontade de Deus.

Muitas outras leis no Pentateuco podem ser consideradas aplicações do Decálogo a situações específicas. Os Dez Mandamentos expressam princípios absolutos de modo muito abrangente sem aplicação detalhada. Eles não são leis que juízes devem administrar. Juízes humanos não poderiam garantir a obediência ao décimo mandamento, por exemplo. Antes, os Dez Mandamentos abrigam os princípios religiosos e morais que devem inspirar e guiar todo aspecto da vida nacional de Israel.

Algumas leis em Levítico foram escritas com juízes em mente. Elas prescrevem a pena apropriada quando o Decálogo for violado. Por exemplo, a idolatria, a blasfêmia, a desonra aos pais e o adultério eram punidos com a morte. Essa punição (20.2; 24.10-23; 20.9; 20.10) ressalta a gravidade dessas ofensas. Mas o roubo, por exemplo, era tratado com muito mais leniência (Lv 5.20-26 [VP 6.1-7]). É uma característica da lei bíblica tratar ofensas contra a propriedade de forma mais leniente do que era habitual no antigo Oriente Próximo, ao passo que ofensas contra a vida e a religião eram tratadas mais severamente.³⁸

Os princípios morais e religiosos subjacentes à legislação do AT incluem os Dez Mandamentos, mas também há outros princípios. Novamente, eu defenderia que são os princípios implícitos que devem ser obrigatórios para o cristão, e não aplicações específicas encontradas no AT. Por exemplo, um tema recorrente na lei bíblica é que os membros mais fracos da sociedade devem ser especialmente protegidos. O pobre, o órfão e a viúva, o clero (levitas) e o imigrante

(estrangeiros que residem na terra) muitas vezes são escolhidos para receberem tratamento especial. Levítico 19.9,10 diz: “Quando fizerdes a colheita da vossa terra, não irás até o canto do teu campo para colher e não colherás as espigas caídas da tua colheita [...] Deverás deixá-las para os pobres e os estrangeiros residentes. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus”.

É equivocado tentar aplicar essa lei diretamente à nossa sociedade. Isso não significa que grandes e eficientes colheitadeiras motorizadas estejam em oposição à vontade de Deus.³⁹ O alvo dessa lei é muito claro, isto é, permitir que o pobre sem terra recolha algum alimento gratuito. Colheitadeiras motorizadas ineficientes não trazem benefício algum para os pobres na nossa sociedade, que geralmente vivem em centros urbanos longe dos campos de colheita. Mas embora essa lei seja literalmente inaplicável nas sociedades modernas, os princípios subjacentes a ela ainda devem desafiar os cristãos a inventarem os meios mais eficazes para ajudar os pobres da nossa época. Não é a tarefa do comentarista dizer quais meios devem ser adotados (p. ex., subsídios de alimentação ou assistência social), mas simplesmente enfatizar que os políticos e eleitores cristãos têm o dever de apoiar bons esquemas para ajudar os pobres. As leis do Jubileu em Levítico 25 também oferecem comentários muito relevantes sobre questões de riqueza e pobreza.

Por fim, chegamos à questão da lei cerimonial. Comentários muito detalhados sobre os regulamentos relacionados à impureza e aos rituais sacrificiais podem ser encontrados na Epístola aos Hebreus. O grande argumento desse autor é que Cristo cumpriu os ideais embutidos na lei do AT. Ele é um sumo sacerdote superior a Arão. O sacrifício dele é mais eficaz para purificar o pecado do que o sangue de touros e bodes. Diferentemente dos ritos do AT, o sacrifício de Jesus nunca precisa ser repetido, pois assegura o perdão dos pecados de uma vez por todas. Em certo sentido, então, toda a lei cerimonial em Levítico é obsoleta para o cristão. Estamos interessados no sacrifício de Cristo, e não no sacrifício de animais. Mas, em contrapartida, os rituais de Levítico ainda têm uma relevância imensa. Era da perspectiva desses sacrifícios que o próprio Jesus e a igreja antiga entendiam a morte expiatória dele. Levítico forneceu os modelos teológicos para sua compreensão. Se desejamos seguir os passos do nosso Senhor e pensar como ele, precisamos tentar entender o sistema sacrificial de Levítico. Ele foi

estabelecido pelo mesmo Deus que enviou seu Filho para morrer por nós; e ao redescobrir os princípios da adoração no AT registrados ali, podemos aprender algo sobre como devemos nos aproximar de um Deus santo.

¹ [Hoffmann I, p. 469.](#)

² [R. Kilian, Literarkritische und formgeschichtliche Untersuchung des Heiligkeitgesetzes \(Bonn: Hanstein, 1963\), p. 176ss.](#)

³ [C. S. Lewis advertiu sabiamente os críticos da Bíblia contra confiarem demais nos resultados da análise crítica: “Os ‘resultados garantidos da crítica moderna’, quanto ao modo em que um livro antigo foi escrito, são ‘garantidos’, podemos concluir, somente porque os homens que conheciam os fatos estão mortos e não podem revelar a farsa”. C. S. Lewis, Fern-seed and elephants \(Glasgow: Fontana, 197\), p. 117. A análise literária feita por T. Jacobsen da Sumerian king list \[Lista de reis sumérios\] \(Chicago: 1939\) foi bem-sucedida porque dispunha de inscrições suficientes para datar mudanças na gramática suméria. Se os estudiosos do AT estivessem na mesma situação em relação ao hebraico, as suas análises exigiriam mais respeito.](#)

⁴ [Veja a bibliografia de Bonar, Calvino, Gispén, Harrison, Hertz, Hoffmann, Keil, Külling.](#)

⁵ [Números 18.26ss. Estudiosos de todas as convicções concordam que esse material é do mesmo período geral que Levítico.](#)

⁶ [Veja Hoffmann I, p. 478; II, p. 3s., 81s., 319s., 359-61, 384-6 para listas completas de paralelos.](#)

⁷ [Veja a bibliografia de Baentsch, Bertholet, Clements, Eissfeldt, Elliger, Fohrer, Kaiser, Kilian, Kornfeld, Maarsingh, Noth, Porter, Reventlow, Snaith, Wellhausen.](#)

⁸ [S. R. Külling, Zur Datierung der “Genesis-P-Stücke” \(Kampen; Kok, 1964\), faz a revisão mais completa dos argumentos a favor e contra a data posterior de P.](#)

⁹ [Veja a bibliografia de Hurvitz, Kaufmann, Speiser, Weinfeld.](#)

¹⁰ [Y. Kaufmann, The religion of Israel \(London: Allen and Unwin, 1961\), p. 178.](#)

¹¹ [M. Weinfeld, Deuteronomy and the Deuteronomistic school \(Oxford: Clarendon, 1972\), p. 179, n. 1.](#)

¹² [A. Hurvitz, “The evidence of language in dating the priestly code”, RB 81 \(1974\), p. 24-57.](#)

¹³ [E. A. Speiser, “Leviticus and the critics”, in: Oriental and Biblical studies \(Philadelphia: University of Pennsylvania, 1967\), p. 123-42.](#)

¹⁴ [Weinfeld, Deuteronomy, p. 180s.](#)

¹⁵ [Esse argumento é apresentado por Kaufmann e Weinfeld. Ele recebe um apoio independente de M. Douglas \(Implicit meanings, p. 315s.\) ao dizer que por motivos antropológicos ela dataria Levítico cedo caso não houvesse o consenso crítico que lhe atribui uma data posterior.](#)

¹⁶ [A edição crítica mais recente de Levítico é Bíblia hebraica stuttgartensia \(Stuttgart: Württembergische Bibelanstalt, 1973\).](#)

¹⁷ [Para um exame equilibrado de desenvolvimentos recentes na crítica textual do AT, veja S. Talmon, “The OT text”, in: P. R. Ackroyd; C. F. Evans, orgs., The Cambridge history of the Bible \(Cambridge UP, 1970\), vol. 1, p 159-99. Sobre a LXX, veja S. Jellicoe, The Septuagint and modern study \(Oxford: Clarendon, 1968\); E. Tov; R. A. Kraft, in: IDBS p. 807-15; D. W. Gooding, The account of the Tabernacle \(Cambridge UP, 1959\). Sobre o PS, veja J. D. Purvis, The Samaritan Pentateuch and the origin of the Samaritan sect \(Cambridge: Harvard UP, 1968\); B. K. Waltke, “The Samaritan Pentateuch and the text of the OT”, in: J. B. Payne, or., New perspectives on the OT \(Waco: Word Books, 1970\), p. 212-39.](#)

¹⁸ [O número total de manuscritos mencionados por P. W. Skehan em R. E. Brown et al., orgs. Jerome Bible commentary \(London: Geoffrey Chapman, 1968\), vol. 2, p. 564.](#)

¹⁹ [Publicação preliminar feita por P. W. Skehan em VTS 4 \(1957\), p. 157-60.](#)

²⁰ [DJD, vol. 6, p. 86-9, 92s.](#)

²¹ [“Variant readings in the Leviticus Scroll from Qumran cave 11”, CBQ 36 \(1974\), p. 525-34.](#)

²² [DJD, vol. 1, p. 51-3; DJD, vol. 3, p. 56s, 106.](#)

²³ [Veja a seção anterior; para uma análise mais completa desses pontos, veja Waltke, “The Samaritan Pentateuch”, p. 232ss.](#)

²⁴ [Os comentários de Elliger e Gispén fornecem discussões mais detalhadas das variantes textuais.](#)

²⁵ [“Santo” \(qādôsh\) e os seus termos cognatos \(p. ex., “santificar”, “santidade”\) ocorrem 152 vezes em Levítico \(cerca de 20% das ocorrências no AT\). “Impuro” \(tāmē’\) e os seus cognatos ocorrem 132 vezes \(mais do que 50% das ocorrências do AT\). “Puro” \(tāhōr\) e os seus termos relacionados ocorrem 74 vezes \(35% do total\). “Profano” \(hillēl\) ocorre 14 vezes em Levítico entre as 66 referências no AT. A estatística é de THWAT, vol. 1, p. 517, 647; vol. 2, p. 593.](#)

²⁶ [Douglas, Purity and danger, p. 51 \[edição em português: Pureza e perigo, Série Debates \(São Paulo: Perspectiva, 2014\)\].](#)

²⁷ [Ibidem.](#)

²⁸ [Ibidem, p. 53ss.](#)

²⁹ [Isso é examinado mais detalhadamente adiante. Veja comentários no cap. 11.](#)

³⁰ [Veja uma crítica vigorosa de alguns dos tratamentos iniciais em D. J. Davies, “An interpretation of sacrifice in Leviticus”, ZAW 89 \(1977\): 387-99.](#)

³¹ [Veja Davies, ibid.; E. R. Leach, Culture and communication, p. 81-93.](#)

³² [Veja B. A. Levine, In the presence of the Lord, p. 65s.](#)

³³ [Veja abaixo no cap. 5; também J. Milgrom, Cult and conscience, p. 104ss.](#)

³⁴ [2.13; 24.8; 26.9,15,25,42 \(3x\),44,45.](#)

³⁵ [Análise básicas são feitas em K. Baltzer, The covenant formulary \(Oxford: Blackwell, 1971\); D. J. McCarthy, Treaty and covenant \(Rome: Biblical Institute Press, 1963\); e em relação a Deuterônômio, veja M. Weinfeld, Deuteronomy and the deuteronomistic school, p. 59ss.; J. A. Thompson, Deuteronomy \(London: IVP, 1974\), p. 14ss.; P. C. Craigie, The Book of Deuteronomy \(Grand Rapids:](#)

Eerdmans, 1976), p. 20ss.

³⁶ A palavra hebraica bērit significa tanto aliança quanto tratado.

³⁷ Uma declaração melhor e mais abrangente da mesma abordagem pode ser encontrada em J. Bright, The authority of the OT (Grand Rapids: Baker, 1975).

³⁸ M. Greenberg, “Some postulates of biblical criminal law”, in: M. Haran, org., Y. Kaufmann Jubilee Volume (Jerusalem: Magnes, 1960), p. 5-28; E. M. Good, “Capital punishment and its alternatives in ancient Near Eastern Law”, Stanford Law Review 19 (1967): 947-77.

³⁹ Conforme J. V. Taylor, Enough is enough (London: SCM, 1975), p. 50s.

Texto, exposição e notas

☛ I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [VP 6.8—7.38])

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

☛ A. Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

B. Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [VP 6.8—7.38])

A. Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

A oferta queimada (cap. 1)

A oferta de cereais (cap. 2)

A oferta pacífica (cap. 3)

A oferta de purificação (4.1—5.13)

A oferta de restituição (5.14—26 [VP 5.14—6.7])

A estrutura de Levítico 1 a 3

Levítico começa com instruções sobre como os três tipos mais comuns de sacrifício do AT devem ser realizados. O capítulo 1 trata das ofertas queimadas, o capítulo 2, das ofertas de cereais e o capítulo 3, das ofertas pacíficas. Eles estão juntos porque todos esses sacrifícios constituem “oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável”. Essa expressão, às vezes abreviada, conclui cada parágrafo.

Após uma introdução a toda a seção (1.1,2), há nove parágrafos de ordens detalhadas, três parágrafos para cada um dos três tipos de sacrifício. Em cada um dos tipos de sacrifício, o texto trata primeiro do sacrifício mais valioso e, depois, do menos valioso.

Capítulo 1

Ofertas queimadas v. 3-9 gado (rebanho bovino) v. 10-13 ovelhas ou cabras v

Alguns autores têm sugerido que a ordem do material nesses capítulos de Levítico foi ditada por considerações didáticas: as regras sobre os diferentes sacrifícios foram organizadas em uma ordem lógica para facilitar a sua memorização.¹ Outros pontos de semelhança e diferença são tratados na análise detalhada de cada capítulo.

¹ [A. F. Rainey, “The order of sacrifices in OT ritual texts”, Biblica 51 \(1970\): 485-98, esp. 487.](#)

1. A oferta queimada (cap. 1)

A estrutura de Levítico 1

v. 1,2 Introdução

v. 3-9 Ofertas queimadas de gado

v. 10-13 Ofertas queimadas de ovelhas e cabras

v. 14-17 Ofertas queimadas de aves

A estrutura desse capítulo é clara. O texto começa definindo a situação geral. “Quando (kî) alguém entre vós...” (v. 2). Então três situações subordinadas são apresentadas em três parágrafos longos, cada um começando com “Se” (’im) (v. 3-9; 10-13; 14-17). A fraseologia de cada situação subordinada à geral segue um padrão coerente. Todas elas começam com: “Se a sua oferta queimada [para o

Senhor

] for do ...”. Todas elas terminam com: “oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável”.

A primeira situação é tratada de forma bastante detalhada. As duas situações seguintes são explicadas mais brevemente. Mas em todas as três, a lei deixa claro exatamente o que o adorador e o sacerdote devem fazer. O adorador leva o animal, imola-o, tira o seu couro ou as suas vísceras e o corta em pedaços. O sacerdote asperge o sangue sobre o altar e coloca a carcaça desmembrada no

fogo.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

chamou Moisés e lhe falou da Tenda do Encontro da seguinte forma: ²Fala aos israelitas e dize-lhes: Quando alguém entre vós oferecer uma oferta ao

Senhor

, deveis apresentar vossa oferta de animais domésticos, seja do rebanho bovino, seja do rebanho ovino e caprino. ³Se sua oferta queimada for do rebanho bovino, ele deverá oferecer um macho perfeito. Ele o trará para a entrada da Tenda do Encontro, para que assim o

Senhor

possa aceitá-lo. ⁴Então ele colocará a sua mão sobre a cabeça da oferta queimada, para que assim seja aceita no lugar dele para fazer expiação por ele. ⁵Então ele imolará o novilho diante do

Senhor

, e os filhos de Arão, os sacerdotes, deverão oferecer o sangue e aspergi-lo em redor sobre o altar que está na entrada da Tenda do Encontro. ⁶Então ele deverá tirar o couro da oferta queimada e cortá-la em pedaços. ⁷Então os filhos de Arão, os sacerdotes, acenderão um fogo sobre o altar, colocarão lenha sobre o fogo ⁸e colocarão os pedaços do animal, incluindo a cabeça e a gordura, sobre a lenha que está no fogo no altar. ⁹Mas ele deverá lavar suas vísceras e pernas traseiras com água e o sacerdote deverá queimar tudo isso sobre o altar como uma oferta queimada, uma oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável.

¹⁰Se sua oferta queimada for do rebanho de ovelhas ou de cabras, ele deverá oferecer um macho perfeito. ¹¹Ele o imolará no lado norte do altar diante do

Senhor

, e então os filhos de Arão, os sacerdotes, deverão aspergir o seu sangue sobre o altar. ¹²Então ele deverá cortá-lo em pedaços, e o sacerdote os colocará, incluindo a cabeça e a gordura, sobre a lenha que está no fogo no altar. ¹³Mas ele deverá lavar as vísceras e as pernas traseiras com água, e então o sacerdote deverá oferecer tudo isso e queimá-lo como oferta queimada. É uma oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável.

¹⁴Se sua oferta queimada para o

Senhor

consistir em aves, ele deverá oferecer ou rolinhas ou pombinhos como oferta. ¹⁵O sacerdote deverá levar a ave até o altar, destroncar a sua cabeça e queimá-la no altar e deixar que seu sangue escorra na parede do altar. ¹⁶Então ele tirará o papo com seu conteúdo e jogará no lado leste do altar, no lugar das cinzas. ¹⁷Então ele abrirá a ave, pegando-a pelas asas, sem parti-la em duas, e o sacerdote a queimará sobre a lenha que está no fogo no altar. É uma oferta queimada, uma oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável.

1.1 Introdução

O

Senhor

chamou Moisés. Essa expressão um pouco incomum enfatiza a solenidade e importância da revelação que está prestes a vir. Chamou (qārā') é muitas vezes usado quando um filho recebe um nome. "Abrão [...] chamou de Ismael o filho" (Gn 16.15). "Chamar" significa basicamente falar em voz alta e clara. Quando Deus se revela no AT, ele "fala" e "diz" com mais frequência do que "chama". Aqui, no entanto, ele chama Moisés e isso indica a importância do que está por vir. O sacrifício está no centro da adoração de Israel e, portanto, os regulamentos sobre o sacrifício prestes a serem anunciados são extremamente importantes.

Da Tenda do Encontro. Essa expressão e a forma do verbo inicial "chamou" nos lembram que Levítico é uma continuação de Êxodo. Êxodo terminou com a construção do Tabernáculo e a aparição de Deus na nuvem sobre a Tenda do Encontro, a tenda que ficava no centro do Tabernáculo e que abrigava a arca e outros utensílios e móveis sagrados (Êx 40.16-38). É importante reconhecer que as leis em Levítico fazem parte de uma narrativa histórica. Elas estão registradas para mostrar como Israel se tornou a nação que se tornou. Elas revelam o que estava envolvido no chamado para ser o povo de Deus. Elas ilustram como o propósito da aliança divina de tornar os israelitas "reino de sacerdotes e nação santa" (Êx 19.6) se expressou e desenvolveu em um sistema amplo e abrangente de cultos religiosos e lei social.

As leis sobre o sacrifício estão incluídas nessa seção para explicar os sacrifícios e cerimônias mencionados na ordenação de Arão (caps. 8 e 9). Depois vêm muitas outras leis que têm o objetivo de ajudar o povo a tornar-se puro e santo, de ensiná-lo a distinguir entre o puro e o impuro (caps. 11—16). Repetidas vezes, é mencionado que Deus falou a Moisés e que Moisés então transmitiu as instruções de Deus ao povo. Em 24.10ss., ficamos sabendo de um homem que amaldiçoa a Deus e de como o juízo de Deus sobre o seu pecado é declarado por meio de Moisés ao povo. Esse pequeno incidente resume todo o livro de Levítico. Embora, à primeira vista, o livro de Levítico pareça um amontoado

de leis, a impressão é incorreta. Levítico na realidade faz parte da grande jornada histórica que Israel faz do Egito à Terra Prometida. A concessão da Lei foi um dos acontecimentos mais importantes nessa história.

Ao interpretar Levítico, e especialmente ao buscar aplicá-lo à situação atual, o contexto histórico das leis deve ser levado em consideração. Elas não são preceitos universais atemporais como no livro de Provérbios. As leis de Levítico foram reveladas à nação da aliança em uma fase particular da sua história. Elas tinham o objetivo de moldar Israel para ser um povo santo em um ambiente histórico específico. Embora a santidade de Deus seja imutável, a expressão dela pode variar em cada época.

1.2

Fala aos israelitas. Com essas palavras, Moisés recebe a ordem de retomar seu papel característico como mediador entre Deus e o povo. Êxodo enfatiza a posição especial de Moisés como o profeta que declara a vontade de Deus aos homens e como intercessor quando pecam. Da sarça ardente (Êx 3), passando pelas pragas (Êx 7—12) e pela Lei transmitida no Sinai (Êx 19ss.), até o episódio do bezerro de ouro (Êx 32—34), Moisés exerce seu papel de mediador. Números 12.6ss. o compara ao servo de confiança de Deus, enquanto Deuteronômio 18.15ss. orienta Israel a esperar por outro profeta como Moisés.

Uma oferta (qorbān). A palavra¹ usada aqui é um termo geral que abrange todos os sacrifícios que um israelita individual podia oferecer, ofertas queimadas, ofertas pacíficas, ofertas de purificação e assim por diante. As leis seguintes tratam de ofertas apresentadas por indivíduos. Os sacrifícios públicos nacionais oferecidos todo dia e nas festas são listados em Números 28 e 29. Aqui se trata de um ato pessoal de devoção ou expiação. Sacrifícios precisavam ser oferecidos se um homem pecasse ou se contaminasse de alguma forma (Lv 4 e 5; 12—15). Eles também poderiam ser apresentados para marcar outras ocasiões significativas, por exemplo, o cumprimento de um voto (Nm 6.9ss.), a ordenação de Arão (Lv 8 e 9) ou um parto (Lv 12). Na verdade, toda refeição em que se comia carne tinha uma natureza sacrificial, e o animal tinha de ser apresentado

no Tabernáculo antes de ser comido (Lv 17).

Devereis apresentar vossa oferta (lit.: “devereis ofertar vossa oferta”). O verbo no imperfeito hebraico muitas vezes tem uma nuance imperativa em passagens legais, que é mais bem transmitida em nosso idioma por “dever” ou “ter de”.

De animais domésticos. O hebraico behēmāh geralmente se refere a animais domésticos em oposição a animais selvagens, para os quais o vocábulo comum é ḥayyāh. Muitas vezes, behēmāh indica animais domésticos maiores, por isso, a palavra “gado” em diversas versões; mas como essa passagem deixa claro, o termo também inclui animais menores como ovelhas e cabras. O sacrifício estava no centro da adoração do AT. Um ingrediente essencial do sacrifício era a necessidade de ele ser custoso. Como Davi disse: “não oferecerei ao

Senhor

, meu Deus, ofertas queimadas que não me custem nada” (2Sm 24.24). O mesmo sentimento está na base da observação de que a oferta deve ser do rebanho bovino [...] [ou] do rebanho ovino e caprino, o que significava, na prática, novilhos, ovelhas e cabras. Os sacrifícios precisavam ser de animais domésticos, não selvagens nem de caça. De acordo com Deuteronômio 14.5, animais de caça podiam ser comidos se fossem mortos corretamente, mas não oferecidos como sacrifício, visto que não haviam custado nada. Além disso, somente animais perfeitos eram aceitáveis na adoração (Lv 1.3,10; 22.18ss.). Somente o melhor é bom o suficiente para Deus. Mais tarde, o profeta Malaquias disse aos que ofereciam animais inferiores que eles estavam desprezando o nome do Senhor e contaminando a sua mesa: “‘Vós me desdenhais’, diz o

Senhor

do Exércitos; ‘trazeis como oferta o que foi tomado à força, o aleijado e o doente, e isso trazeis como vossas ofertas. Deveria eu aceitar isso da vossa mão?’, diz o

Senhor

” (Ml 1.7,13).

No Ocidente com essa superabundância de alimentos, talvez passe facilmente despercebido o que estava envolvido em oferecer um animal sem defeito como

sacrifício. Carne era um luxo raro na época do AT para todos, a não ser os muitos ricos (cf. a parábola de Natã, 2Sm 12.1-6). No entanto, até mesmo nós poderíamos empalidecer se víssemos um cordeiro ou novilho inteiro virando fumaça em uma oferta queimada. Angústia maior ainda deve ter sentido o israelita pobre daquele tempo!

1.3-17 A oferta queimada

A oferta queimada é a primeira da lista de sacrifícios nos capítulos 1 a 5, embora com base em outras passagens descubramos que quando diferentes sacrifícios eram apresentados ao mesmo tempo, as ofertas de purificação eram oferecidas antes das ofertas queimadas (p. ex., Lv 9; Nm 6.11ss.; 2Cr 29.20-30). A razão para descrever primeiro a oferta queimada é o fato de ela ser o mais comum dos sacrifícios, realizados todas as manhãs e noites e com frequência maior em dias santos. Ela é seguida por instruções para a oferta de cereais e a oferta pacífica (caps. 2 e 3), pois são como a oferta queimada pelo fato de serem “ofertas de alimento” que produzem “para o

Senhor

um aroma agradável” (1.9,13,17; 2.2,9,16; 3.5,16). Isso torna razoável pensar que os sacrifícios nos capítulos 1 a 5 são organizados de acordo com seus vários conceitos teológicos, para que seja mais fácil lembrar de seus aspectos diferenciadores. Talvez eles tenham sido agrupados desse modo para ajudar os sacerdotes a aprenderem as suas tarefas.² Para esclarecer o significado dessas estranhas cerimônias, cada sacrifício será explicado sob vários subtítulos e não versículo por versículo.

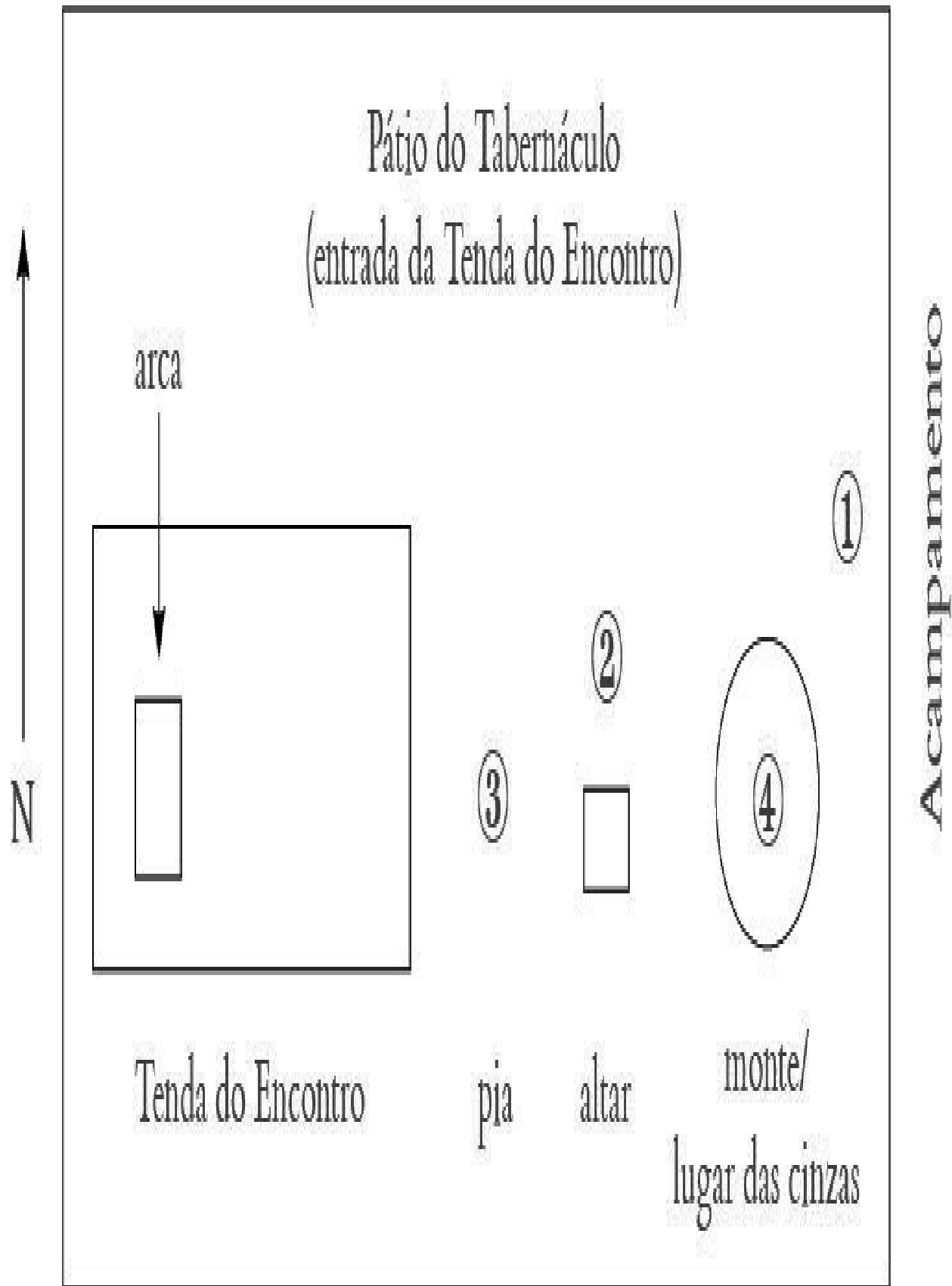
Os animais sacrificiais

Vários animais eram aceitos como ofertas queimadas. Para ofertas individuais, novilhos, ovelhas, cabras e até mesmo pombinhos e rolinhas eram aceitos. Em geral, a vítima sacrificial precisava ser um macho perfeito, embora não haja essa insistência no caso de aves. Para cultos oficiais, cordeiros (machos, portanto) de um ano eram as vítimas mais comuns, embora em algumas ocasiões carneiros ou novilhos fossem preferidos (Nm 28 e 29).

O rito

O aspecto característico para a oferta queimada era que o animal inteiro (separado do seu couro, Lv 7.8, ou papo, 1.16) era queimado no altar. O termo hebraico para oferta queimada, ‘ōlāh, provavelmente significa “ascender”, isto é, ascender/subir a Deus na fumaça (cf. Jz 13.20). Mas antes de o animal ser queimado, precisava ser submetido a vários outros procedimentos.

Antes de tudo, o dono do animal o levava ao pátio externo do Tabernáculo ou Templo, para a entrada da Tenda do Encontro (v. 3). Essa era a tenda que abrigava a arca e outros utensílios e móveis sagrados (Êx 37). Fora da tenda estava o grande altar para as ofertas queimadas, com uma superfície quadrada de 2,2 metros de lado e 1,3 metro de altura, que é descrito em Êxodo 27.1-8. Era ali que ocorriam as várias cerimônias.



Quando chegava à “entrada da Tenda do Encontro”, o adorador punha a mão sobre a cabeça do animal (veja

■

1

■

no diagrama; v. 4). Levítico menciona somente o ato, mas é muito improvável que isso tudo fosse feito em silêncio. O mais provável é que o adorador explicava aqui o motivo de estar trazendo o sacrifício; por exemplo, parto e nascimento de um filho, cura ou impureza (caps. 12; 14; 15). Ele até mesmo pode ter recitado ou cantado um salmo. Vários salmos mencionam ofertas queimadas (20.4[VP 20.3]; 40.7[VP 40.6]; 50.8; 51.18,21[VP 51.16,19]; 66.13,15). Faria muito sentido o próprio adorador ter cantado os salmos 40, 51 e 66, enquanto os salmos 20 e 50 teriam sido mais apropriados como a resposta do sacerdote. Certamente, o sacerdote também precisa ter dito algo para assegurar ao adorador que a sua oferta havia sido aceita (v. 4).

Então o adorador imolará o animal pessoalmente, no lado norte do altar (veja

■

2

■

no diagrama; v. 5,11). No sacrifício diário, obviamente o próprio sacerdote teria matado o animal. A palavra traduzida por “imolar” (shāḥaṭ) o animal é um verbo especial geralmente reservado para imolar sacrificialmente no AT. No hebraico pós-bíblico, a palavra indica um método especial de matar ritualisticamente que garantia que todo o sangue fosse drenado do corpo do animal. Considerando que a proibição de comer carne com sangue nela acompanhava Israel desde os primórdios (Gn 9.4; Lv 17.10ss.; 1Sm 14.32ss.), isso provavelmente tem o mesmo significado aqui. Na oferta queimada, os sacerdotes precisavam coletar o sangue com uma bacia enquanto escorria do animal que estava morrendo. Depois, eles deviam oferecer o sangue a Deus. O que estava envolvido em “oferecer o sangue” não fica claro nessa passagem. O verbo usado aqui (qāraḇ, no hifil) tem um sentido abrangente. Em 1.13; 3.9,14; 7.3,33; 8.18, ele novamente se refere a uma ação específica no sacrifício. Talvez o sacerdote o

levantasse e proferisse uma oração. Então o sacerdote devia aspergir³ o sangue nos lados do altar, e não em cima dele.

Em seguida, o animal era cortado em pedaços pelo adorador e o sacerdote o queimava pedaço por pedaço sobre o altar, a começar com a cabeça e a gordura. Enquanto o sacerdote fazia isso, o adorador preparava as outras partes. Ele lavava as pernas traseiras⁴ e as vísceras do animal para remover qualquer traço de fezes (cf. Dt 23.13-15[VP 23.12-14]. Isso provavelmente era feito na grande pia entre o altar e a Tenda do Encontro (Êx 40.7; veja

■

3

■

no diagrama). Então o sacerdote queimava tudo, com exceção do couro (veja Lv 7.8), no altar.

As funções do sacerdote e do ofertante, que se distinguem entre si, são cuidadosamente definidas nas leis que tratam do gado bovino e ovino. O adorador preparava o animal para o sacrifício, matando-o, tirando seu couro, lavando as partes sujas e cortando-o em pedaços. O sacerdote, por sua vez, precisava recolher o sangue e aspergi-lo sobre o altar e então colocar os pedaços de carne sobre o fogo do altar. Essa distribuição de deveres dificilmente era praticável quando uma ave pequena era oferecida. Nesse caso, o sacerdote fazia praticamente tudo. Tudo o que o adorador precisava fazer era remover o papo com seu conteúdo,⁵ colocar esses pedaços no lugar das cinzas (veja

■

4

■

no diagrama) e abrir a ave, presumivelmente para facilitar que ela queimasse (v. 16s.). Remover “o papo com seu conteúdo” corresponde a lavar as vísceras e pernas traseiras dos animais maiores (v. 9,13). A lei está interessada em proteger o puro e santo sacerdote da contaminação. Portanto, o adorador precisa se encarregar das tarefas mais sujas associadas com o sacrifício.

O propósito da oferta queimada

Se usar um pouco de imaginação, todo leitor do AT logo percebe que esses sacrifícios antigos eram ocasiões muito comoventes, fazendo os cultos atuais parecerem domesticados e entediantes. O adorador antigo não somente cantava alguns hinos e ouvia o que o ministro dizia, mas também estava ativamente envolvido na adoração. Ele precisava escolher um animal sem defeito do seu próprio rebanho, levá-lo ao santuário, matá-lo e desmembrá-lo com as próprias mãos e então vê-lo ser consumido pelo fogo diante dos seus próprios olhos. Ele estava convencido de que algo muito significativo era alcançado por meio desses atos e sabia que esse sacrifício influenciava profundamente o seu relacionamento com Deus. No entanto, visto que os adoradores entendiam o propósito da oferta queimada tão bem, os homens do antigo Israel deixaram esse sacrifício tão comum do AT amplamente sem explicação. Esse capítulo de Levítico é como um extrato de um livro de oração do qual as orações foram omitidas, deixando apenas os comentários explicativos, isto é, as instruções para a condução do culto. É nas orações que o propósito de um ritual se torna claro; comentários explicativos por si só tendem a ser ambíguos. Há algumas sugestões enigmáticas nesse capítulo sobre o propósito do sacrifício, mas em si mesmas elas são insuficientes para responder às nossas perguntas. Depois de considerarmos as evidências desse capítulo, passaremos, então, a outras passagens para tentarmos elucidar a função da oferta queimada.

O primeiro ponto que devemos observar é que a vítima precisa ser um macho perfeito (v. 3,10). Essa exigência sublinha a importância da oferta queimada. Para alguns tipos de ofertas pacíficas, animais com pequenos defeitos podiam ser oferecidos, mas isso nunca era permitido no caso de uma oferta queimada (22.23). Machos também eram considerados mais valiosos do que fêmeas. Por exemplo, no caso das ofertas de purificação, um líder precisava levar um bode, mas a lei previa que a pessoa comum levaria somente uma cabra (4.22-31). Exceto para a oferta queimada e as ofertas de restituição, animais de ambos os sexos podiam ser oferecidos: a limitação a machos mostra a condição elevada desses dois sacrifícios.

Para que assim o Senhor possa aceitá-lo (v. 3); para que assim possa ser aceita no lugar dele (v. 4).⁶ Nessas expressões, o alvo geral do sacrifício é indicado: que o ofertante possa ser aceito (rātsāh) por Deus. Paz com Deus é o objetivo

do sacrifício. Levítico estabelece várias regras, cuja infração significará que o sacrifício não será aceito (7.18; 22.23,25,27). Os salmistas muitas vezes oram para que Deus aceite o seu povo, isto é, ouça as suas orações e o abençoe (Sl 40.14[VP 40.13]; 77.8 [VP 77.7]; 85.2 [VP 85.1]). Inversamente, uma das ameaças mais sérias nos textos proféticos é que Deus não aceitará seus sacrifícios dos israelitas (Jr 14.12; Os 8.13; Am 5.22).

A ideia de que o sacrifício agrada a Deus é afirmada pela expressão característica de Levítico 1 a 3, uma oferta de alimento⁷ para o Senhor que tem um aroma agradável (p. ex., 1.9,13,17). A ordem hebraica de palavras deixa claro que o aroma sacrificial agrada ao Senhor, e não ao homem. A ideia é expressa do modo mais absoluto e simples possível na história do Dilúvio. Antes do Dilúvio, “o

Senhor

viu [...] que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era continuamente má” (Gn 6.5, A21). Assim, ele decidiu destruir a humanidade. Após o Dilúvio, Noé ofereceu um sacrifício: “O

Senhor

sentiu o aroma suave e disse em seu coração: Não tornarei a amaldiçoar a terra por causa do homem, pois a imaginação do seu coração é má desde a infância” (Gn 8.21, A21). Embora o homem continuasse pecador, a atitude de Deus para com o homem mudou graças à oferta queimada. Esse não é um exemplo isolado. A ideia de que o homem está sempre em risco de provocar a ira de Deus percorre todo o Pentateuco. Juízos violentos e mortes repentinas estão espalhados por suas páginas. O sacrifício é o meio designado que torna possível a coexistência entre um Deus santo e um homem pecaminoso.⁸

Para fazer expiação por ele (v. 4). Essa é a indicação mais clara do propósito da oferta queimada que pode ser encontrada na lei levítica. Ela faz expiação pelos pecados do adorador. No entanto, muitos comentaristas minimizam o valor expiatório da oferta queimada. Considerando que a oferta de purificação (pelo pecado) (Lv 4) e a oferta de restituição (pela culpa) (Lv 5) são aquelas que fazem expiação pelo pecado, algum outro significado é atribuído à oferta queimada. De acordo com Keil, a oferta queimada expressa “entrega completa ao Senhor [...] consagração [...] a um modo de vida agradável a Deus”.⁹ Em uma linha semelhante, de Vaux diz que ela é “um ato de homenagem expresso

*por uma dádiva”.*¹⁰

Outros estudiosos¹¹ insistem mais acertadamente que a oferta queimada de fato faz expiação, embora de modo um pouco diferente das ofertas de purificação e de restituição. Enquanto a oferta de purificação trata de purificar as diferentes partes do Tabernáculo da impureza causada pelo pecado,¹² a oferta queimada faz expiação pelo pecado em um sentido mais geral.¹³ O valor expiatório da oferta queimada também é sugerido em Levítico 14.20 e 16.24 e ainda mais explicitamente fora da Lei. Em Gênesis 8.21, a atitude de Deus para com o homem é revertida pela oferta queimada. Em vez de um dilúvio, há uma promessa de que as colheitas não deixarão de ocorrer, e é feita uma aliança com as gerações futuras de que a terra nunca mais será destruída por um dilúvio universal. Assim, a oferta queimada não remove o pecado ou muda a natureza pecaminosa do homem, mas torna a comunhão entre o homem pecador e um Deus santo possível. Ela aplaca ou propicia a ira de Deus contra o pecado. A ideia de que a oferta queimada aplaca a ira de Deus é expressa em muitas outras passagens. Se um mandamento era violado de modo involuntário, era necessário oferecer uma oferta queimada com outros sacrifícios (Nm 15.24). A decisão que Davi tomou de fazer uma contagem do povo trouxe uma praga sobre todo o Israel e muitos morreram. Ela parou quando Davi ofereceu ofertas queimadas e ofertas pacíficas (2Sm 24.25; cf. 1Cr 21.26). Jó apresentava ofertas queimadas toda semana para cada um dos seus sete filhos, “pois Jó dizia: talvez meus filhos tenham pecado” (Jó 1.5). Após o fim da provação de Jó, os seus amigos receberam a ordem de oferecer uma oferta queimada em favor de si mesmos para que Deus não os tratasse de acordo com a insensatez deles (42.8). Por fim, 2Crônicas 29.7,8, ao descrever a negligência de adoração divina por parte de Acaz, menciona que as ofertas queimadas não foram oferecidas: “Por isso, a ira do

Senhor

veio sobre Judá e Jerusalém”. Com base nessas passagens, concluímos que uma função da oferta queimada era impedir que o aborrecimento de Deus com o pecado do homem se transformasse em castigo. Considerando que a própria natureza do homem é pecaminosa, sempre há atrito entre ele e o seu Criador. Por essa razão, Jó se sentia obrigado a oferecer ofertas queimadas pelos seus filhos toda semana. Parece que ideias semelhantes estão na base da instituição da oferta queimada em Números 28.

Outros textos indicam que a oferta queimada envolvia mais do que expiação. Ela poderia ser oferecida como um ato de obediência ou ação de graças. Gênesis 22 fala sobre a maneira que Abraão recebeu a ordem de oferecer o seu filho Isaque como oferta queimada. Na história bíblica, isso constituiu o teste supremo da confiança de Abraão na promessa divina de que os filhos dele herdariam a terra de Canaã. Diante de uma ordem divina que parecia anular a promessa, Abraão precisava decidir se obedeceria, perdendo seu filho e vendo suas esperanças destruídas, ou se salvaria o que pudesse por meio da desobediência. Como a história indica, ele obedeceu e no momento decisivo seu filho foi salvo, e sua fé, vindicada. Esse é o ponto central da história. No entanto, o exegeta poderia perguntar por que a oferta queimada foi o meio escolhido para testar a obediência de Abraão. Outros modos de verificar a devoção de Abraão poderiam ser sugeridos. Talvez a oferta queimada tenha sido escolhida porque era um serviço em que o adorador dava testemunho da sua fé em Deus e da sua disposição de obedecer aos mandamentos dele. Em Êxodo 18.11,12, Jetro reconheceu que “o

Senhor

é maior do que todos os deuses”; então ele ofereceu uma oferta queimada e sacrifícios. De forma semelhante, depois de o povo ter aceitado as condições da aliança do Sinai, Moisés ofereceu ofertas queimadas e ofertas pacíficas (Êx 24.3-8). Em 1Reis 18.38,39, quando caiu fogo divino e consumiu a oferta queimada, o povo gritou: “O

Senhor

é Deus!”. Em 1Samuel 15.22 e Salmos 40.7 [VP 40.6], o sacrifício e a obediência são contrapostos, e a implicação é que o sacrifício deve expressar obediência; o sacrifício sem obediência é um ritual vazio. Se a confirmação de fé e a obediência são motivos implícitos para apresentar uma oferta queimada, é muito apropriado que ela seja oferecida como ação de graças pela libertação, como uma oferta voluntária ou quando um voto é cumprido (Nm 6.14; 15.3; Sl 50; 66.13-15). O adorador experimentou a fidelidade de Deus na sua vida e agora deseja expressar a sua fé publicamente.

Esse motivo poderia estar na base da prescrição de que após um parto, uma cura ou contaminação corporal, uma pessoa precisa oferecer ofertas de purificação e ofertas queimadas (Lv 12.6; 14.13,19 etc.; 15.15,30). Ação de graças nessas

ocasiões não seria fora de propósito (cf. 1Sm 1.24—2.11). No entanto, se é certo considerar a oferta pelo pecado um meio de purificar o santuário das contaminações do pecado, faria bastante sentido a oferta queimada ter o objetivo de libertar o adorador das consequências do pecado, ou seja, protegê-lo da ira de Deus. Para a mente moderna, parece estranho que doenças de pele e o parto devam ser considerados contaminadores, tornando alguém responsável por desagradar a Deus. No entanto, esse é um tema comum na legislação levítica. Somente os puros são adequados para Deus. Ao examinarmos as leis alimentares, veremos que somente os animais que fazem parte de certas categorias claras podem ser sacrificados e servir de comida. Aqueles animais fora dessa classificação são proibidos. De forma semelhante, sacerdotes com deformidades não podem officiar no santuário. Lavradores não podem usar uma parelha mista de animais para lavrar a terra ou misturar suas plantações. Portanto, em toda a legislação há um interesse em preservar a pureza da ordem natural. A desordem simboliza o pecado. Em qualquer lugar ou situação que se manifeste a desordem, o homem é lembrado do pecado, que causa rupturas constantes na criação (Gn 3.14ss.). Quando o homem é lembrado do pecado, quer pela doença, quer pelo parto, quer por sua falha óbvia, ele precisa oferecer uma oferta queimada, o sacrifício que torna a coexistência divina e humana possível.

A oferta queimada, então, faz expiação pelo homem. Já na introdução mostramos que fazer expiação (kipper) tem dois significados diferentes em hebraico, “esfregar para limpar/purificar” ou “pagar um resgate”.¹⁴ Qual significado é mais apropriado no caso da oferta queimada?

Naqueles rituais em que kipper significa “esfregar para limpar” ou “purificar”, está claro que o sangue é o agente purificador que precisa ser aplicado cuidadosamente ao objeto contaminado, por exemplo, às pontas (chifres) do altar (4.25) ou ao propiciatório (16.14). Esse não é o caso da oferta queimada. O sangue é simplesmente recolhido e jogado sobre o altar. O foco de atenção é a carcaça do animal que está queimando e o aroma suave produzido desse modo. Na oferta queimada, não há nenhum sinal de uma tentativa de purificar o adorador, o sacerdote ou o altar. A oferta queimada pode, em vez disso, ser considerada um pagamento de resgate pelo adorador? Parece que sim, se for considerada no contexto mais amplo do AT.

No uso atual, um resgate tende a significar a quantia paga a terroristas para libertar reféns inocentes. Ele muitas vezes envolve pagar por um ato ilegal e

ultrajante. Mas no AT, o pagamento de um resgate era um ato muito humano. Ele permitia que uma pessoa culpada fosse punida com uma punição menor do que ela merecia. Se um homem fosse dono de um boi perigoso e permitisse que ele corresse em liberdade sem controle e alguém fosse morto, o dono estava sujeito à pena de morte. Mas o tribunal podia decidir salvar a vida dele se o dono pagasse um resgate (Êx 21.30). No caso de adultério, o marido lesado tinha direito a exigir a pena de morte; ele podia fazer com que a sua esposa infiel e o amante dela morressem (Lv 20.10). No entanto, ele poderia escolher poupar sua esposa e o amante dela, se este pagasse uma compensação, literalmente um “resgate” (Pv 6.35). A permissão para substituir a pena máxima por um resgate era comum na lei do antigo Oriente Próximo, mas no caso de homicídio premeditado, o AT explicitamente excluía essa possibilidade.

“Não aceitareis resgate pela vida de um homicida [...] ele certamente deve ser morto [...] nenhuma expiação se poderá fazer [lit.: ‘nenhum resgate se poderá pagar’] pela terra por causa do sangue que nela for derramado, senão com o sangue daquele que o derramou” (Nm 35.31,33, A21).

Mais uma passagem que claramente usa o verbo “fazer expiação” no sentido de “pagar um resgate” é 2Samuel 21.3-6. Uma fome estava assolando a nação de Israel e o povo descobriu que isso era a consequência do pecado não expiado de Saul. Assim, Davi perguntou: “Como poderei fazer expiação?” (lit.: “O que poderei pagar como resgate?”). Os gibeonitas respondem: “Não é questão de prata nem ouro [...] queremos que nos dê sete dos descendentes de Saul para que possamos enforcá-los diante do

Senhor

”. Davi queria pagar um resgate, mas nesse caso os gibeonitas insistem em que alguns da família de Saul fossem mortos para expiar os pecados de Saul.

Nessa passagem, a ideia de resgate se tornou mais ampla. A morte de alguns dos parentes de Saul salvou o restante da família e a nação inteira. Números 25.13 diz que Fineias fez expiação (pagou um resgate) pelo povo de Israel. Ele fez isso ao matar um dos israelitas culpados, interrompendo, assim, a praga que estava varrendo a nação. De maneira semelhante, ao oferecer incenso, Arão fez expiação e interrompeu a praga que teria destruído Israel após o pecado de Coré, Datã e Abirão (Nm 16 e 17). Os levitas com o seu serviço faziam expiação por Israel. Todo primogênito israelita teoricamente era consagrado a Deus, porque

todos os primogênitos haviam sido poupados na última praga no Egito. Mas os levitas assumiram esse papel dos primogênitos; estes foram substituídos por aqueles. Eles foram comparados a um para-raios, por meio do qual a ira de Deus era desviada do povo inteiro e concentrada neles.¹⁵ Por sua vez, os levitas ofereciam touros para fazer expiação por si mesmos, fazendo a ira de Deus cair sobre o animal (Nm 8.5ss.). Por fim, Moisés se ofereceu como expiação pelo grande pecado que Israel cometeu de fabricar o bezerro de ouro. Na sua oração, ele pediu que Deus perdoasse o pecado dos israelitas ou “risca-me do teu livro”. Esse é mais um caso de um homem que sacrifica a si mesmo para que toda a nação seja liberta. Mas a oração de Moisés foi rejeitada e “o

Senhor

lançou uma praga sobre o povo” (Êx 32.30-35).

Nos textos não sacrificiais, kipper significa pagar um resgate, para que a pessoa culpada não sofra a pena de morte exigida pela Lei ou pela santidade de Deus em situações particulares. O próprio resgate pode ser dinheiro, o sofrimento de outra pessoa ou até mesmo a morte de animais que substituem homens (Nm 8.10-12). Isso parece ser o que Levítico 17.11 tem em vista: “... e o dei a vós no altar para fazer expiação [lit.: resgatar] pela vossa vida: pois é o sangue que faz expiação pela vida [resgata a vida]”.¹⁶ É essa a interpretação que parece combinar melhor com a oferta queimada. Na sua misericórdia, Deus permitiu que o homem pecador oferecesse um pagamento de resgate pelos pecados, para que ele escapasse da pena de morte que as suas iniquidades mereciam. Como é comum no caso de resgates, a oferta queimada era um preço alto a ser pago. Cordeiros e touros sem defeito eram ainda mais caros do que são hoje.

Essa interpretação é confirmada por um aspecto do ritual de que não tratamos por enquanto: colocará a sua mão sobre a cabeça da oferta queimada (v. 4). Colocar talvez seja uma tradução um tanto fraca do hebraico (šāmak): pressionar poderia ser preferível (cf. Is 59.16; Ez 24.2; 30.6; Am 5.19). O adorador não somente deveria tocar o animal; ele deveria se apoiar nele. A ação constitui parte de muitos sacrifícios (cf. 3.2,8,13; 4.4,15,24; 16.21). Aqui a importância dessa ação é especialmente enfatizada pelo contexto. A imposição das mãos do homem torna o sacrifício aceitável como expiação (v. 3,4).

Uma razão para enfatizar essa parte da ação é que era nesse momento que o adorador proferia sua oração. A imposição de mãos está associada com a oração

em Levítico 16.21 (cf. Dt 21.6-9), bem como na tradição judaica posterior. Esse é um princípio teológico importante. O sacrifício sem oração é inútil. Todas as capacidades e faculdades de um homem precisam estar ativas na adoração divina, coração e mente, bem como mãos e pés. A mera participação cerimonial ou na igreja é inadequada por si mesma. Ela precisa ser acompanhada de oração e louvor sinceros.

Mais uma razão para a imposição de mãos era o estabelecimento de uma relação próxima entre o adorador e a oferta. Não se sabe exatamente a relação que essa prática ritual expressa. Alguns consideram a imposição de mãos uma afirmação de propriedade: “este é o meu animal que está sendo sacrificado”, com a implicação de que os benefícios do sacrifício devem ser direcionados ao adorador.¹⁷ Isso é tão evidente que dificilmente parece necessário expressar esse sentimento em um ato específico. Duas outras interpretações fazem mais sentido. A imposição de mãos pode indicar que o animal está substituindo o adorador. O adorador está oferecendo a si mesmo a Deus por meio da vítima sacrificial. “A implicação clara é que, em algum sentido metafísico, a vítima é um substituto vicário do próprio doador.”¹⁸ Ou, alternativamente, a imposição de mãos transfere os pecados do adorador simbolicamente para o animal.¹⁹ Ambos os significados parecem ser atestados nas Escrituras. Ao pôr as mãos sobre os levitas, os israelitas os designavam para servir em lugar dos primogênitos (Nm 8.10; cf. 3.40-51). De forma semelhante, Moisés pôs as mãos sobre Josué, conferindo-lhe, assim, autoridade para atuar em seu lugar como sucessor (Nm 27.18,23; Dt 34.9). Mas, no Dia da Expição, Arão precisava pôr suas mãos sobre o bode expiatório e confessar sobre ele “todas as iniquidades dos israelitas”, e também tinha de colocá-las “sobre a cabeça do bode e conduzi-lo [...] para o deserto” (Lv 16.21). De maneira semelhante, em 24.14, as pessoas que ouviram o blasfemador tinham de pôr suas mãos sobre ele para transferir o pecado delas (de ouvir a blasfêmia) sobre o homem, que deveria ser punido por seu próprio pecado e pelo delas.²⁰

Não parece ser necessário decidir entre essas explicações. Ambas combinam bem com sacrifícios que fazem expiação, isto é, o animal que serve de resgate pela vida do homem. Pode-se considerar o animal ou morrendo no lugar do adorador como seu substituto ou recebendo a pena de morte por causa do pecado transferido a ele pela imposição de mãos.

Em passagens fora da Lei Mosaica, a oferta queimada é mencionada com relativamente pouca frequência, mas as referências ao sacrifício em Salmos são

especialmente informativas. Parece provável que os salmos fossem muitas vezes proferidos ou cantados durante os sacrifícios, portanto, podem nos fornecer um vislumbre da teologia subjacente a esses sacrifícios. A oferta queimada é mencionada em Salmos 20.4 [VP 20.3]; 40.7 [VP 40.6]; 50.8; 51.21 [VP 51.19]; 66.15. A oferta queimada era o principal sacrifício de toda manhã e noite, de modo que é possível que os salmos 4 e 5, que mencionam sacrifícios nesses períodos, também tenham sido usados no serviço para a oferta queimada.

A oferta queimada resultava principalmente em reconciliação entre Deus e o homem; mas ela também expressava fé em Deus e obediência à sua Lei e podia ser usada em cumprimento de um voto. Salmos faz alusão a esses temas. Salmos 51.18,19 [VP 51.16,17] diz que uma oferta queimada é inútil se não for acompanhada por um espírito quebrantado e contrito.²¹ Nos salmos 4; 5; 40; 50 e 66, confissões de fé, afirmações de obediência e o cumprimento de votos estão combinados e interligados. Em todos esses salmos, constantemente é expressa a convicção de que Deus responde às orações daqueles que oram e oferecem sacrifício da maneira certa (cf., p. ex., Sl 20).

Resumo da oferta queimada no AT

A oferta queimada era o mais comum de todos os sacrifícios no AT. Sua função principal era expiar o pecado do homem propiciando ou aplacando a ira de Deus. Na imolação de um animal, mais comumente um cordeiro, o juízo de Deus contra o pecado humano era simbolizado, e o animal sofria no lugar do homem. O adorador reconhecia sua culpa e responsabilidade por seus pecados ao pressionar a sua mão na cabeça do animal e ao confessar seu pecado. O cordeiro era aceito como o preço de resgate pelo culpado. O uso diário do sacrifício na adoração do Templo e do Tabernáculo era um lembrete constante da pecaminosidade do homem e da santidade de Deus. Isso também ocorria com o uso esporádico dele após doenças, parto e votos. Ao levar um sacrifício, um homem reconhecia sua pecaminosidade e culpa. Ele também confessava publicamente a sua fé no Senhor, sua gratidão por bênçãos passadas e a sua determinação de viver de acordo com a vontade santa de Deus todos os dias da sua vida.

O NT e a oferta queimada

A oferta queimada é mencionada explicitamente em somente duas passagens no NT (Mc 12.33; Hb 10.6-8), sendo ambas citações/paráfrases do AT. Em outras ocasiões, a apresentação da oferta queimada está implícita no texto, mas não registrada explicitamente (cf. Lc 2.24 com Lv 12.6; cf. Lc 17.14 com Lv 14.2ss.; cf. At 21.26 com Nm 6.14).

Essas referências apenas de passagem não fazem justiça à importância da oferta queimada na teologia do NT. Esse sacrifício é uma das diversas imagens usadas para descrever o sacrifício que Cristo faz de si mesmo na cruz. Jesus falou que ele veio “para dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10.45). Com linguagem tirada de Levítico, Paulo diz: “Andai em amor como Cristo, que também nos amou e se entregou por nós a Deus como oferta e sacrifício com aroma suave” (Ef 5.2, A21). Pedro também ecoa o AT: “fostes resgatados pelo precioso sangue, como de um cordeiro sem defeito e sem mancha, o sangue de Cristo” (1Pe 1.18,19, A21). Hebreus 7.27 menciona os sacrifícios diários que os sacerdotes do AT precisavam oferecer, mas Cristo ofereceu um só sacrifício “quando ofereceu a si mesmo [...] de uma vez por todas” (A21).

A ideia de que Jesus era a verdadeira oferta queimada que tira o pecado do mundo provavelmente remonta ao próprio Jesus.²² Nas abordagens do judaísmo antigo sobre a oferta queimada, uma ocasião se destaca como especialmente significativa: o sacrifício de Isaque. Ao menos para alguns judeus, o fato de Isaque estar disposto a ser sacrificado foi o que realmente assegurou a expiação pelos pecados. As ofertas queimadas diárias e os cordeiros pascais eram lembretes da autoentrega de Isaque a Deus, e por causa de seus méritos os sacrifícios posteriores foram aceitos por Deus. Nos Evangelhos, podemos constatar que Jesus assume o lugar de Isaque na teologia judaica. No batismo dele, a voz do céu proclama: “Este é o meu filho amado, de quem me agrado” (Mt 3.17, A21; cf. Mc 1.11; Lc 3.22), uma combinação de expressões de Gênesis 22.16 e Isaías 42.1. De modo semelhante, João Batista saúda Jesus como “o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29). Faz pouca diferença determinar se João estava se referindo ao cordeiro pascal ou ao cordeiro da

oferta queimada, pois ambos eram considerados lembretes do maior sacrifício expiatório, o de Isaque. Na teologia do NT, Jesus assume o papel de Isaque, enquanto Deus Pai assume o papel de Abraão. Esse pensamento está na base de passagens bem conhecidas como João 3.16: “Porque Deus amou tanto o mundo, que deu o seu Filho unigênito” (A21), e Romanos 8.32: “Aquele que não poupou nem o próprio Filho, mas, pelo contrário, o entregou por todos nós, como também não nos dará com ele todas as coisas?” (A21).

O NT usa a imagem da oferta queimada de um modo bem diferente também. O serviço cristão, na igreja e na comunidade, é comparado ao sacrifício: “Assim, por intermédio dele, ofereçamos sempre a Deus um sacrifício de louvor [...] não vos esqueçais de fazer o bem e de repartir com os outros, porque Deus se agrada de tais sacrifícios” (Hb 13.15,16, A21; cf. Fp 4.18; 1Pe 2.5). Pelo fato de que a única oferta que pode expiar os pecados foi feita por Cristo, os cristãos não precisam mais levar seus cordeiros ao altar para receber perdão dos pecados. Mas oferecer um sacrifício envolvia louvar a Deus por sua graça e declarar a intenção de amar a Deus e obedecer aos seus mandamentos. Agora que o sacrifício animal é obsoleto, o louvor e as boas obras por si mesmos constituem os sacrifícios apropriados que um cristão deve oferecer.

O significado cristão da oferta queimada

Com a morte de Cristo, a única “oferta queimada” suficiente foi oferecida de uma vez por todas e, portanto, os sacrifícios animais que prenunciavam o sacrifício de Cristo foram tornados obsoletos. Os cristãos, portanto, não têm nenhuma necessidade de fazer ofertas queimadas para a expiação dos seus pecados. O derramamento do sangue de Cristo foi o preço de resgate perfeito. Ele carregou a ira do Pai por nós, o que outrora fizeram os touros e cordeiros no AT, para que o homem pecador possa, apesar do seu pecado, desfrutar da presença de Deus e obter resposta às suas orações.

Portanto, as leis em Levítico nos lembram da morte de Cristo e do que ele fez por nós. Elas também nos lembram das consequências sérias do pecado e da abrangência dele. Somente a morte pode expiar o pecado. É compreensível que o

adorador se sentisse bastante prejudicado financeiramente quando precisava escolher um dos seus melhores cordeiros para ser sacrificado. Mas isso o lembrava de que o animal era um resgate, um pagamento substitutivo da sua própria vida. “Porque o salário do pecado é a morte.” Em sua misericórdia, Deus forneceu uma alternativa barata na época do AT — um cordeiro. Na época do NT, o perdão gratuito está disponível. “O dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Rm 6.23, A21).

A oferta queimada precisava ser oferecida diariamente para fazer expiação pelos pecados. O cristão também está ciente da necessidade do perdão diário. Assim como o adorador precisava confessar seus pecados e declarar sua intenção de andar nos caminhos de Deus quando apresentava o animal, também o cristão precisa fazer isso. Nas palavras de 1João 1.7-9: “se andarmos na luz [...] temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu filho, nos purifica de todo pecado. Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (A21). A oferta queimada era a primeira oferta do dia na adoração normal. Isso nos lembra de que o perdão dos pecados é o pré-requisito da verdadeira adoração. Somente aqueles cujos pecados são perdoados podem desfrutar da comunhão com Deus e louvá-lo de coração.

O padrão dos sacrifícios no AT pode, assim, fornecer um padrão de verdadeira adoração cristã. A adoração deve começar com a confissão de pecados, a reivindicação do perdão de Cristo e a total e renovada dedicação ao serviço de Deus, antes de seguir com o louvor e a petição.

¹ Esse vocábulo qorbān ocorre no NT (Mc 7.11), na passagem em que Jesus condena um recurso legal dos fariseus para evitar a obrigação de sustentar seus pais dedicando uma propriedade a Deus.

² Conforme A. F. Rainey, *Biblica* 51 (1970), p. 486s.

³ Aspergir (zāraq) é usado para despejar líquidos ou pós de um recipiente (Êx 24.6,8), às vezes com o objetivo de espalhá-los (p. ex., Ez 10.2).

⁴ Kerā‘ayim: pernas traseiras (conforme TEV e Snaith, p. 31) claramente denota as pernas traseiras de insetos que pulam em 11.21. O mesmo sentido é provável aqui, visto que é mais provável que as pernas traseiras estivessem sujas de excremento. Mas o fato de o vocábulo ser incomum torna isso incerto. A LXX

entendeu “pés”, e essa ideia é seguida pela NEB: “canelas”.

⁵ Conteúdo (nōtsāh) ocorre somente aqui no AT, portanto, seu significado é incerto. Ele talvez seja uma forma alternativa de escrever nōtsāh, que significa “penas” (daí a tradução do grego e da Vulgata e de alguns comentaristas atuais, como, por exemplo, RSV; Elliger, p. 26s.). No entanto, os targuns e a Peshitta e a maioria dos comentaristas atuais preferem traduzir o termo por “conteúdo”. A palavra talvez seja derivada de yātsā’, “sair”.

⁶ O versículo 4b também pode ser traduzido por “e esta será aceita por ele para fazer expiação por ele”. No entanto, waw + perfeito pode expressar propósito (GK 165a) (cf. Lv 14.36), e um sentido final é apropriado aqui (cf. v. 3b) (Hoffmann, vol. 1, p. 123).

⁷ Hebr. ’ishsheh. O significado desse vocábulo é obscuro. A tradução tradicional tem sido “oferta de fogo”, entendendo-o como derivado de ’ēsh, “fogo”. Essa compreensão ainda é aceita por de Vaux, *Studies*, p. 31; Snaith, p. 32. A dificuldade com essa compreensão é que ’ishsheh se refere não somente a sacrifícios que são queimados total ou parcialmente no altar, mas às porções dos sacrifícios comidos pelos sacerdotes (2.3,10; 7.30,35) e aos Pães da Presença (24.7,9). Por essa razão, outras propostas foram feitas. Elliger, p. 35, seguindo uma sugestão anterior de Wetzstein, deriva o termo de ’ānash e acha que ele significa uma oferta para criar relações amistosas entre Deus e o homem. Uma terceira possibilidade é que o termo está associado ao termo ugarítico ’itt, uma palavra de significado incerto de acordo com J. Hoftijzer, “Das sogenannte Feueropfer”, *VT* 16 (1967): 114-34. Essa explicação foi aceita por Maarsingh, p. 22, e G. R. Driver, *Ugaritica* 6 (1969): 181-4, que traduz ’itt por “oferta generosa e rica”. Uma quarta sugestão vem de Cazelles, p. 13, que deriva ’ishsheh do acádico eshsheshu. Ele sugere que isso significa alimento ofertado a Yahweh, daí “oferta de alimento” na NEB, TEV e na nossa tradução. A derivação parece provável, visto que festas de eshsheshu eram um aspecto regular da religião mesopotâmica do terceiro ao primeiro milênios a.C. Os sacrifícios oferecidos nessas ocasiões eram chamados ofertas de eshsheshu e abrangem aproximadamente a mesma amplitude de materiais que o termo hebraico ’ishsheh. Mas CAD E, p. 371-3, não oferece nenhuma tradução de eshsheshu, e se o hebraico, ’ishsheh significa o mesmo que eshsheshu, ele também deveria ser deixado sem tradução. Somente uma observação de fato favorece “oferta de alimento” como uma tradução de ’ishsheh: em vários trechos (3.11,16; 21.6,21) a palavra parece ser explicada pelo acréscimo imediato do

vocábulo mais comum lehem, “pão, alimento”.

⁸ Veja Introdução VI.3, “A função do sacrifício”.

⁹ Keil, Biblical archaeology, vol. 1, p. 317.

¹⁰ De Vaux, Studies, p. 37. Visões semelhantes são expressas por Gispén, p. 47; A. F. Rainey, “Sacrifice and offerings”, in: Zondervan pictorial encyclopedia of the Bible (Grand Rapids: 1975), vol. 5, p. 205s. Levine, Presence of the Lord, p. 22-7, defende que a oferta queimada é simplesmente um convite para que Deus participe de uma oferta pacífica.

¹¹ Por exemplo, Clements, p. 11; Dillmann, p. 319s.

¹² Veja adiante no capítulo 4.

¹³ Veja Milgrom, Encyclopedia Mikraot 7 (1976): 243.

¹⁴ Um terceiro significado, “cobrir”, do árabe kappara, era defendido antigamente por muitos estudiosos. Há pouco que possa recomendá-lo, embora Snaith, p. 30, e, de forma mais circunspecta, F. Maass, in: THWAT, vol. 1, p. 843, o prefiram.

¹⁵ J. Milgrom, Studies, p. 31.

¹⁶ Veja análise mais aprofundada adiante no cap. 17 e em Levine, Presence of the Lord, p. 67ss.

¹⁷ Por exemplo, Clements, p. 10; de Vaux, Studies, p. 28; R. Péter, VT 27 (1977): 52.

¹⁸ E. R. Leach, Culture and communication, p. 89.

¹⁹ Por exemplo, Gispén, p. 38s.; Keil, p. 283s.

²⁰ Assim, Gispén, p. 38.

²¹ Para uma análise dessa passagem, veja os comentários, esp. A. A. Anderson, Psalms (New Century Bible: Oliphants, 1972), p. 400s.

²² G. Vermes, Scripture and tradition in Judaism (Leiden: Brill, 1961), p. 193-

[227.](#)

2. A oferta de cereais (cap. 2)

A estrutura de Levítico 2

O capítulo se divide em três parágrafos:

- v. 1-3 Ofertas de cereais de grãos não cozidos
- v. 4-10 Ofertas de cereais cozidos/assados
- v. 11-16 Regras diversas sobre as ofertas de cereais

Os dois primeiros parágrafos têm uma estrutura semelhante. Cada um começa com “Se alguém apresentar / Se apresentares uma oferta de cereais” e termina com “oferta de alimento [...] das ofertas de alimento do

Senhor

” (v. 2,3,9,10). Como no capítulo 1, a lei deixa claro o que o ofertante precisa fazer e quais eram os deveres do sacerdote. O segundo parágrafo trata de três tipos diferentes de ofertas de cereais cozidos ou assados. A primeira situação é iniciada com “Se” (kî) (v. 4), as situações subordinadas com “se” (’im) (v. 5,7; cf. o cap. 1).

O terceiro parágrafo trata de diversas regras que determinam o uso de todos os tipos de ofertas de cereais. Seu tema indica que ele tem uma estrutura diferente dos primeiros dois parágrafos, com exceção do último versículo (v. 16), que segue bem de perto os versículos 2 e 9.

Exegese e exposição

¹Se alguém apresentar uma oferta de cereais ao

Senhor

, sua oferta deverá ser da melhor farinha e ele derramará azeite sobre ela e colocará incenso sobre ela. ²Então a levará aos filhos de Arão, os sacerdotes, e levará uma mão cheia da farinha e do azeite, bem como todo o incenso, e o sacerdote queimará isso no altar como porção memorial, uma oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável. ³Mas o restante da oferta de cereais pertence a Arão e seus filhos; é uma porção santíssima das ofertas de alimento do

Senhor

.

⁴Se apresentares uma oferta de cereais assada em um forno, ela pode consistir em bolos finos de farinha sem fermento misturada com azeite ou bolachas sem fermento untadas com azeite. ⁵Se tua oferta for assada na assadeira, precisa ser transformada em um bolo de pão sem fermento misturado com azeite. ⁶Tu o partirás em pedaços e derramarás azeite sobre ele: é uma oferta de cereais. ⁷Se tua oferta de cereais for cozida na panela, deverá ser feita com farinha e azeite. ⁸Então deverás levar essa oferta de cereais feita com esses ingredientes ao

Senhor

e oferecê-la ao sacerdote, e ele a levará ao altar. ⁹Então o sacerdote tirará da oferta de cereais a sua porção memorial e a queimará no altar, uma oferta de alimento para o

Senhor

que tem um aroma agradável. ¹⁰Mas o restante da oferta de cereais pertence a Arão e seus filhos; é uma porção santíssima das ofertas de alimento do

Senhor

.

¹¹Nenhuma de vossas ofertas de alimento para o

Senhor

poderá ser feita com fermento. Não queimareis nenhum fermento nem mel como oferta de alimento para o

Senhor

. ¹²Podereis apresentá-los como uma oferta de primeiros frutos para o

Senhor

, mas eles não poderão ser oferecidos no altar para fazer um aroma agradável.

¹³Deverás temperar com sal todas as ofertas de cereais. O sal da aliança do teu Deus nunca poderá faltar nas tuas ofertas de cereais. Todas as tuas ofertas precisam ter sal.

¹⁴Mas se fizeres uma oferta de cereais para o

Senhor

da primeira colheita, farás tua oferta de cereais tostados ou grãos moídos.

¹⁵Acrescentarás azeite e porás incenso sobre ela: é uma oferta de cereais. ¹⁶Então o sacerdote deverá queimar a porção memorial que consiste em um pouco de grão moído, um pouco de azeite e todo o incenso, como oferta de alimento para o

Senhor

.

A oferta de cereais

A oferta queimada diária oficial era sempre seguida pela oferta de cereais (Nm 28). A oferta queimada e a oferta de cereais são muitas vezes citadas juntas nos livros históricos (Js 22.23,29; Jz 13.19,23; 1Rs 8.64; 2Rs 16.13,15). Portanto, é natural que a oferta de cereais seja descrita imediatamente após a oferta queimada em Levítico. Ela também é um dos três sacrifícios (a oferta queimada, Lv 1, e a oferta pacífica, Lv 3, são os outros) que produzem um “aroma agradável ao

Senho

r” (1.9,17; 2.2,9,12; 3.5,16).

No entanto, esse sacrifício é diferente da oferta queimada e da oferta pacífica pelo fato de não ser um sacrifício animal, mas uma oferta de cereais. Outra diferença em relação à oferta queimada é que somente um punhado do sacrifício era queimado no fogo, e o restante era entregue aos sacerdotes para o comerem, ao passo que na oferta queimada tudo, exceto o couro, era queimado. O modo completamente diferente em que os ingredientes do sacrifício eram usados torna improvável a sugestão de comentaristas rabínicos de que a oferta de cereais era a oferta queimada de pessoas muito pobres. Embora a oferta de cereais seja descrita imediatamente após a oferta queimada, isso não significa que ela era oferecida somente em combinação com a oferta queimada. Ela podia ser oferecida sozinha, por exemplo, quando os primeiros frutos da colheita eram levados ao santuário (2.14; cf. Dt 26).

Os ingredientes da oferta de cereais

Farinha e azeite eram os ingredientes principais da oferta de cereais. A farinha podia ser preparada (assada/cozida) ou crua. Três modos diferentes de preparar a oferta são detalhados. Ela podia ser assada em um forno (v. 4) ou assada na assadeira (um prato plano usado como uma frigideira, mas com pouco azeite) (v. 5), ou cozida na panela, isto é, frita (v. 7). Na época da colheita, os israelitas eram encorajados a apresentar um tipo especial de oferta de cereais tostados ou grãos moídos (v. 14). Era necessário acrescentar sal a toda oferta de cereais; esse aspecto é especialmente enfatizado, sendo afirmado de três modos diferentes no versículo 13. Uma pitada de incenso¹ também era geralmente colocada nas ofertas de cereais (v. 2,15,16). Mas fermento e mel eram proibidos (v. 11; cf. Êx 23.18; 34.25).

O rito

O ofertante antes de tudo preparava os cereais. Se era farinha de ótima qualidade ou novos grãos tostados, ele misturava isso com azeite e acrescentava um pouco de incenso (v. 1,2,14,15). Se era uma oferta preparada, ele assava a farinha sem fermento, partia as bolachas e borrifava azeite sobre elas (v. 4ss.). Isso então era apresentado ao sacerdote² que pegava uma mão cheia da mistura e todo o incenso e queimava isso como uma porção memorial.³ O restante era entregue aos sacerdotes para o comerem no santuário. Isso é sugerido pelo versículo 3: é uma porção santíssima das ofertas de alimento do Senhor (cf. 6.7-11 [VP 6.14-18]).

O significado da oferta de cereais

Levítico 2 nos dá poucas dicas do que se pensava que a oferta de cereais alcançava no relacionamento divino-humano ou qual era o propósito do adorador em apresentá-la. A palavra hebraica para oferta de cereais é *minhāh*. Em

Levítico, esse é um termo técnico para ofertas de cereais como definidas neste capítulo. Mas, em outros textos, o seu significado é muito mais amplo. Ele pode se referir a sacrifícios animais, bem como a ofertas de cereais; por exemplo, as ofertas tanto de Caim quanto de Abel são chamadas de minhãh, embora a de Abel consistisse em animais e a de Caim, em cereais. Outras referências a minhãh em passagens não técnicas podem estar associadas a sacrifícios animais, bem como a ofertas de cereais (1Sm 2.17,29; 26.19).

No uso não religioso, minhãh muitas vezes significa “tributo”, o dinheiro pago por um rei vassalo a seu senhor como indicação de sua boa vontade e fidelidade contínuas (Jz 3.15,17,18; 2Sm 8.6; 1Rs 5.1 [VP 4.21]; 10.25; 2Rs 17.3 etc.). O vocábulo pode simplesmente significar “um presente”, embora isso muitas vezes sugira que aquele que dá o presente teme o receptor e que está buscando agradá-lo por meio do presente. Assim, Jacó envia uma minhãh a seu irmão Esaú (Gn 32.19ss. [VP 32.18ss.]) e mais tarde a seu filho José, o primeiro-ministro do Egito (Gn 43.11,15,25,26) (cf. tb. 2Rs 8.7-9).

Parece haver bem pouca dificuldade em transferir esses significados seculares de minhãh à esfera religiosa. A oferta de cereais é um tipo de tributo do adorador fiel ao seu senhor divino. Quando um tratado era feito, as nações conquistadas deveriam levar o seu tributo ao grande rei. Israel também estava ligado a Deus por uma aliança e, portanto, tinha uma responsabilidade de expressar sua fidelidade ao levar suas ofertas de cereais. Isso ajudava a manter a nação em uma situação favorável diante de Deus. Há uma alusão a isso na expressão oferta de alimento para o Senhor que tem um aroma agradável (2.2,9,16). Sobre o significado disso, veja o comentário do capítulo 1.

Geralmente, a oferta de cereais era apresentada em combinação com outros sacrifícios, e isso torna difícil descobrir o propósito exato do rito com base nas ocasiões em que era usado. O versículo 14 sugere que uma ocasião apropriada para apresentar uma oferta de cereais era a festa da colheita, quando os primeiros frutos eram levados ao altar. De acordo com Deuteronômio 26, o adorador em um culto desse tipo precisava reconhecer as misericórdias da aliança de Deus para com ele na sua condução à Terra Prometida e declarar que ele havia cumprido fielmente a lei dos primeiros frutos. Na sua oração, o adorador expressava em palavras o que significava levar uma oferta dos primeiros frutos: ele era leal ao grande senhor da aliança e a sua oferta era de fato um tributo a ele. Ele estava devolvendo a Deus parte da sua produção agrícola em um ato de ação de graças que reconhecia a bondade de Deus para com o adorador. O Senhor

“nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra, terra que dá leite e mel. E agora te trago as primícias dos frutos da terra que me deste, ó

Senhor

” (Dt 26.9,10, A21).

A outra ocasião em que uma oferta de cereais precisava ser apresentada desacompanhada de outros sacrifícios era muito diferente. Se um homem suspeitasse que a sua esposa estivesse cometendo adultério, mas não podia prová-lo, ele poderia levá-la ao sacerdote, que pronunciava várias maldições sobre ela e a fazia beber água amarga para verificar se ela era culpada ou não. Ao longo dessa cerimônia, uma oferta de cereais de farinha de cevada era apresentada. No entanto, não era usado nada de azeite ou incenso, “porque é oferta de cereais por ciúmes, oferta de recordação, que faz recordar a culpa [ou declarar a culpa]” (Nm 5.15). Nesse caso, a oferta não parece ser muito mais do que um pagamento ao sacerdote por administrar o ritual de ciúmes.

A omissão de azeite e incenso nesse tipo de oferta de cereais, no entanto, levamos a fazer a pergunta sobre o significado — se é que há — dos elementos individuais no ritual. Considerando que isso não nos é dito explicitamente, somente podemos fazer sugestões. Talvez seja o caso em que o azeite e o incenso tornam a oferta mais rica e mais desejável e, portanto, mais agradável a Deus. Azeite e incenso também são omitidos na oferta de purificação do pobre em Levítico 5.11. Keil sugere que a razão nesse caso é que um homem que precisava de expiação pelo pecado “não podia acrescentar azeite e incenso, como símbolos do Espírito e louvor a Deus, ao sacrifício com o qual buscava o perdão dos pecados”.⁴ É verdade que o azeite é às vezes associado com o Espírito no AT (1Sm 10.1,9ss.; 16.13); em outros trechos, o azeite é associado com a alegria (Is 61.3; Sl 45.8 [VP 45.7]; cf. 2Sm 14.2). “O azeite e o perfume alegram o coração” (Pv 27.9). Talvez o azeite e o incenso não fossem usados para a oferta de purificação nem para o ritual com uma mulher suspeita de adultério porque não eram ocasiões alegres.

Por fim, devemos observar a proibição de fermento e mel na oferta de cereais. O uso de fermento era proibido na Páscoa (Êx 12.15; 13.3,7) e com os sacrifícios (Êx 23.18; 34.25). No entanto, os pães dos primeiros frutos (Lv 23.17,20) eram fermentados e mel também era incluído nos primeiros frutos oferecidos na época de Ezequias (2Cr 31.5). Nenhuma explicação lógica para a proibição de

fermento no sacrifício é oferecida na Bíblia. A maioria dos comentaristas pensa que o fermento e o mel eram proibidos porque causavam fermentação. Eles acreditam que isso era inaceitável porque sugeria corrupção/deterioração.⁵ Outra explicação é que o fermento é um organismo vivo, e somente coisas mortas podiam ser queimadas no altar como sacrifício.

O sal, em contrapartida, era necessário em todo sacrifício. O versículo 13 faz essa observação de modo muito enfático, portanto, presume-se que seu valor simbólico era muito importante. Geralmente, o uso de sal é considerado a contraparte da proibição de fermento. “O sal impede a putrefação, enquanto o fermento e mel a produzem”.⁶ Por mais verdadeira que seja essa observação, há pouca evidência de que isso tenha sido o simbolismo que se tinha em mente aqui. Isso poderia indicar que o sacrifício era dedicado a Deus⁷ (Jz 9.45; 2Rs 2.20-22). O mais provável é que o sal da aliança do teu Deus (v. 13) forneça a pista do simbolismo. Isso sugere que o sal simbolizava a aliança. Gregos e árabes são conhecidos por terem comido sal juntos quando concluíam alianças. No AT, o sal está relacionado com alianças em duas ocasiões, e em ambas uma aliança de sal significa uma aliança eterna (Nm 18.19; 2Cr 13.5). O sal era algo que não poderia ser destruído pelo fogo ou tempo ou qualquer outro meio na Antiguidade. Acrescentar sal à oferta era um lembrete de que o adorador estava em um relacionamento de aliança eterna com o seu Deus. Isso significava que Deus nunca o abandonaria e também que o adorador tinha um dever perpétuo de afirmar e cumprir a Lei da aliança.

A oferta de cereais era então uma dádiva de gratidão que o adorador oferecia a Deus. Ela normalmente vinha após a oferta queimada. Tendo Deus fornecido o perdão dos pecados por meio da oferta queimada, o adorador respondia dando a Deus parte da produção de suas mãos com a oferta de cereais. Isso era um ato de dedicação e consagração a Deus como Salvador e Rei da aliança. Ela expressava não somente gratidão, mas também obediência e uma disposição de cumprir a Lei. Assim como a oferta queimada, a oferta de cereais era um sacrifício repetido muitas vezes durante a vida de um adorador. A natureza pecaminosa do homem exige que ele busque repetidamente o perdão divino e que renove sua dedicação e seus votos da aliança.

As ofertas de cereais também serviam a um propósito prático — o de fornecer aos sacerdotes sua porção regular de alimentos. Os sacerdotes e os levitas não tinham terra própria e eram inteiramente dependentes da boa vontade do povo. Os levitas dependiam dos dízimos, mas os sacerdotes dependiam das ofertas dos

sacrifícios e, especialmente, das ofertas de cereais, visto que era o mais frequente dos sacrifícios entregues aos sacerdotes. Os sacerdotes, por sua vez, davam uma parte da sua “renda” a Deus ao queimarem um punhado da oferta de cereais no altar como “porção memorial” (v. 2,9,16).

O NT e a oferta de cereais

A tradução que a Septuaginta faz de oferta de cereais (thysía) é a palavra comum para sacrifício no NT. Assim, algumas passagens no NT que mencionam o “sacrifício” poderiam ser referências à oferta de cereais. Não há uma referência específica a qualquer pessoa levando uma oferta de cereais no NT, mas aquelas ocasiões que exigiam uma oferta queimada normalmente também exigiam uma oferta de cereais. Supostamente, devemos entender a apresentação de uma oferta de cereais em Lucas 17.11-14 e Atos 21.22-26.

A oferta de cereais simbolizava a dedicação da vida e do trabalho de um homem a Deus. Ele levava seu alimento comum ao sacerdote e declarava que estava disposto a cumprir a Lei. Essas atitudes também devem ser verdadeiras a respeito do cristão. Paulo exorta aos romanos: “... que apresenteis o vosso corpo como sacrifício vivo, santo e aceitável a Deus, que é o vosso culto espiritual. E não vos conformeis a este mundo, mas sede transformados pela renovação da vossa mente, para que proveis qual é a boa, agradável e perfeita vontade de Deus” (Rm 12.1,2). Em uma linha semelhante, o autor de Hebreus diz: “Assim, por intermédio dele, ofereçamos continuamente um sacrifício de louvor a Deus, isto é, o fruto dos lábios que reconhecem o seu nome. Mas não deixeis de fazer o bem e repartir com os outros, porque Deus se agrada de tais sacrifícios” (13.15,16). No antigo Israel, a oferta de cereais era apresentada de manhã e à noite; a “hora do sacrifício” (1Rs 18.36; 2Rs 3.20) se referia a uma hora específica do dia. Um cristão é chamado para ser tão regular e diligente em se dedicar novamente ao serviço de Cristo quanto o eram os homens do antigo Israel.

A oferta de cereais também fornecia aos sacerdotes sua principal fonte de renda. Os leigos cristãos são responsáveis por garantirem que seus ministros e clérigos

recebam a provisão apropriada. “Não sabeis que os que estão empregados no serviço do templo comem do que é do templo e que os que servem no altar participam das ofertas sacrificiais? Assim o Senhor também ordenou que os que pregam o evangelho vivam do evangelho” (1Co 9.13,14). Paulo justifica o pagamento de ministros com base na prática do AT e no ensino de Cristo — “o Senhor também ordenou”. Ele parece estar se referindo à observação que Jesus faz em Lucas 10.7 de que “o trabalhador é digno do seu salário”. Faria sentido para membros de igrejas refletirem sobre o ensino do NT a respeito desse tema, pois poucos ministros têm a franqueza de Paulo no que diz respeito à sua própria remuneração. De acordo com Jesus e Paulo, o ministro tem direito a ser remunerado por sua pregação. Ele deve receber o suficiente para pagar a sua moradia, comida e bebida (Lc 10.7; 1Co 9.4). Ele deve receber um auxílio para a sua esposa, se for casado (1Co 9.5). De fato, deve ser remunerado pelo mesmo motivo que outros trabalhadores o são — soldados, agricultores e pastores são os exemplos citados por Paulo (1Co 9.7).

¹ A sugestão de Elliger de que o incenso não foi usado na adoração israelita até a época de Jeremias (p. 45) é refutada pela descoberta de queimadores de incenso que datam de épocas muito mais antigas. Veja R. Amiran, *Ancient pottery of the Holy Land* (Jerusalem: Massada, 1969), p. 302-6.

² E ele a levará ao altar (v. 8). Visto que a aproximação do altar era uma prerrogativa sacerdotal, geralmente é pressuposto que “ele” se refere ao sacerdote. Mas visto que o sacerdote é o sujeito explícito do v. 9, talvez o sujeito implícito de “levará” no v. 8 seja o adorador (cf. a alternância entre o adorador não designado e o sacerdote no cap. 1). Se a interpretação anterior for adotada, é melhor entender wehiggîshāh como fim/propósito, “para que ele a leve” (cf. 1.4); assim Hoffman, vol. 1, p. 149; Elliger, p. 39.

³ Porção memorial (’azkārāh) é um termo técnico usado em Levítico 2.2,9,16; 5.12; 6.8 [VP 6.15]; 24.7; Nm 5.26. É difícil encontrar um equivalente exato em nosso idioma para ele. Ele é derivado do verbo zākar, “lembrar-se”. Daí a tradução tradicional “memorial” (AV) ou “porção memorial” (RSV, NVI). G. R. Driver, JSS 1 (1956), p. 100, preferiu traduzi-lo por “símbolo”, que ele entendia no seguinte sentido: “É o sinal pelo qual o adorador é lembrado ou ensinado de que a oferta inteira de fato pertence a Deus, mas que ele se agrada em aceitar somente uma parte dela como um ‘símbolo’, ao mesmo tempo que abre mão da queima do restante dela no altar para que essa parte seja consumida de outra forma”. Essa tradução foi adotada pela NEB e TEV. Penso que a explicação que

Driver fornece do termo seja correta, mas questiono se “símbolo” transmite a ideia melhor do que “porção memorial”.

⁴ Keil, p. 313.

⁵ Conforme Keil, p. 256; Hertz, p. 16.

⁶ Hertz, p. 16.

⁷ Porter, p. 27.

3. A oferta pacífica (cap. 3)

A estrutura de Levítico 3

Assim como os capítulos 1 e 2, este capítulo também se divide em três parágrafos.

v. 1-5 Oferta pacífica de rebanho bovino

v. 6-11 Oferta pacífica de ovelhas

v. 12-17 Oferta pacífica de cabras

Cada parágrafo segue o mesmo padrão. Fórmulas quase idênticas ocorrem em todos os parágrafos. Eles começam com “Se a oferta pacífica de alguém for de [...] deverá oferecer um animal perfeito, macho ou fêmea”. Em seguida, as diferentes tarefas do ofertante e do sacerdote são especificadas. O adorador abate o animal e o corta em pedaços, enquanto o sacerdote asperge o sangue sobre o altar e queima partes específicas da carcaça. Cada parágrafo termina com as palavras “uma oferta de alimento ao

Senhor

”. No terceiro parágrafo, essa fórmula final é de certa forma expandida (v. 16,17) para explicar por que a gordura deve ser queimada e não comida. A afirmação (v. 17) “Esse é um regulamento permanente para vossos descendentes...” é usada diversas vezes em Levítico para realçar princípios religiosos especialmente importantes. Da perspectiva estrutural, ela serve de ligação entre vários conjuntos de leis no livro (cf. 7.36; 10.9; 16.29,34; 17.7; 23.14,21,31,41; 24.3).

Exegese e exposição

¹Se a oferta dele for uma oferta pacífica do rebanho bovino, deverá oferecer diante do

Senhor

um animal perfeito, macho ou fêmea. ²Ele colocará sua mão sobre a cabeça da oferta e a imolará na entrada da Tenda do Encontro. Então os filhos de Arão, os sacerdotes, deverão aspergir o sangue sobre o altar. ³Então ele deverá oferecer como oferta de alimento para o

Senhor

da oferta pacífica toda a gordura que cobre as vísceras, ⁴os rins e a gordura que está sobre eles junto aos lombos, e também deverá separar o lóbulo longo do fígado perto dos rins. ⁵Então os filhos de Arão deverão queimar esses pedaços no altar em cima da oferta queimada sobre o fogo e a lenha. É uma oferta de alimento para o

Senhor

com um aroma agradável.

⁶Se a oferta pacífica dele para o

Senhor

for do rebanho ovino ou caprino, ele deverá oferecer um animal perfeito, macho ou fêmea. ⁷Se oferecer um cordeiro, deverá oferecê-lo diante do

Senhor

, ⁸colocar sua mão sobre a cabeça de sua oferta e imolá-la diante da Tenda do Encontro. Então os filhos de Arão aspergirão seu sangue sobre o altar. ⁹Então

deverá oferecer uma oferta de alimento para o

Senhor

da oferta pacífica: ele deverá separar a gordura, a cauda toda cortada rente ao espinhaço, toda a gordura que cobre as vísceras, ¹⁰os rins e a gordura que está sobre eles junto aos lombos, e o lóbulo longo do fígado perto dos rins. ¹¹Então os sacerdotes queimarão os pedaços sobre o altar como alimento, como oferta de alimento para o

Senhor

.

¹²Se a oferta dele for uma cabra, ele deverá oferecê-la diante do

Senhor

, ¹³colocar a mão sobre sua cabeça e imolá-la diante da Tenda do Encontro. Então os filhos de Arão aspergirão o seu sangue sobre o altar. ¹⁴Assim, ele deverá oferecer parte da sua oferta como oferta de alimento para o

Senhor

. Ele deverá separar toda a gordura que cobre as vísceras, ¹⁵os rins e a gordura que está sobre eles perto dos lombos, e o lóbulo longo do fígado próximo dos rins. ¹⁶Então o sacerdote queimará esses pedaços sobre o altar como alimento, como uma oferta de alimento com um aroma agradável: toda a gordura pertence ao

Senhor

. ¹⁷Esse é um regulamento permanente para vossos descendentes em qualquer lugar em que habitardes: Nunca comereis gordura nem sangue.

A oferta pacífica

A oferta pacífica vem após a oferta queimada e a oferta de cereais, porque, assim como estas ofertas, ela é queimada para produzir um aroma agradável ao Senhor

(3.5,16; cf. 1.9; 2.2 etc.). Mas em outros aspectos, ela é muito diferente das ofertas anteriores. A oferta pacífica era um sacrifício opcional, que um homem podia oferecer quando quisesse. Levítico 7.12ss. fornece três razões possíveis para apresentá-la: como uma oferta de confissão, uma oferta voluntária ou para cumprir um voto. Ela não fazia parte das ofertas diárias regulares no templo,¹ enquanto a oferta queimada e a oferta de cereais eram levadas todas as manhãs e noites. A outra diferença principal entre esse sacrifício e os outros era que o adorador podia comer parte do próprio animal. Na oferta queimada, todo o animal era queimado, e na oferta de cereais, tudo menos o punhado memorial era comido pelo sacerdote. Na oferta pacífica, parte do animal era queimada, parte era comida pelos sacerdotes e o restante era devolvido ao adorador para o seu próprio consumo. A oferta pacífica, portanto, era uma refeição festiva consumida no santuário ou próximo dele. Embora seja esse aspecto da oferta que naturalmente atraia a maior parte da atenção nos livros históricos do AT, Levítico fala muito pouco sobre isso, tratando mais dos rituais preliminares e dos deveres dos sacerdotes nessas ocasiões.

Os animais sacrificiais

Para a oferta pacífica, eram usados os mesmos animais — gado bovino, rebanho ovino e caprino — que na oferta queimada, exceto aves, provavelmente porque eram muito pequenas para constituir uma refeição que valesse a pena. Os animais usados na oferta pacífica poderiam ser tanto fêmeas quanto machos. Para as ofertas queimadas, somente machos eram aceitáveis. O uso de fêmeas na oferta pacífica mostra que ela era considerada um sacrifício menos importante do que a oferta queimada.

O rito

O adorador levava o seu animal à entrada da Tenda do Encontro (v. 1,2,7,8,12,13; veja diagrama, p. 43). Em seguida, ele tinha de colocar sua mão sobre a cabeça do animal (v. 2,8,13), identificando-se, assim, com o animal ou lhe transferindo sua culpa. Nesse momento da cerimônia, ele provavelmente explicava o motivo de estar oferecendo o sacrifício, por exemplo, que ele viera para agradecer a Deus por ter respondido à sua oração ou porque seu voto estava sendo cumprido. Então ele precisava imolar (shāḥaṭ, cf. 1.5) o animal, e o sacerdote aspergia o sangue sobre o altar. O passo seguinte era tirar o couro do animal e cortá-lo em pedaços. Isso não é afirmado no capítulo 3, mas precisa ser pressuposto com base na analogia da oferta queimada.

Até aqui, a cerimônia era idêntica à da oferta queimada. Daí em diante, o ritual era bem diferente. Em vez de todo o animal ser queimado no altar, somente os rins, a gordura que cobre as vísceras e o lóbulo longo do fígado² e, no caso da ovelha de cauda gorda, a gordura da cauda (v. 9) eram queimados no altar como uma oferta de alimento para o Senhor (v. 5,11, cf. acima). Além do couro, que era prerrogativa dos sacerdotes da oferta queimada, o sacerdote também recebia o peito e a coxa direita do animal (7.31ss.).

A cerimônia terminava com o adorador e os seus amigos participando de uma refeição sagrada para comer o restante da carne. Nas palavras de Deuteronômio 12.7: “comereis perante o

Senhor

, vosso Deus, e vos alegrareis, vós e vossas famílias, em tudo em que puserdes a mão, naquilo que o

Senhor

, vosso Deus, vos tiver abençoado” (A21). Levítico fornece pouquíssimos detalhes sobre a própria refeição: 7.20 determina que todos os participantes precisam estar em um estado de pureza ritual; 7.15,16 afirma que a carne deve ser comida no mesmo dia, se for um sacrifício de confissão, e no dia seguinte, se tiver outros propósitos.

O propósito da oferta pacífica

Durante muitos anos, os estudiosos debateram a função da oferta pacífica. Até hoje não há consenso sobre o modo mais apropriado de traduzir o termo hebraico shelāmîm, muitas vezes traduzido por oferta pacífica. Sugestões recentes incluem “oferta compartilhada” ou “oferta de comunhão”.³ Isso é simplesmente uma conjectura baseada na natureza da festa após o sacrifício, quando o adorador e os seus amigos comiam a carne juntos.

Outras interpretações sugeridas dependem de encontrar uma etimologia adequada para shelāmîm. Considerando que shlm é uma raiz comum com uma ampla variedade de significados, ela não restringe muito o campo. Shālēm, “ser completo”, é a base da hipótese de que shelāmîm significa “sacrifício final”.⁴ O termo também é a base da tradução “sacrifício da aliança”.⁵ Ao oferecer esse sacrifício, o adorador demonstra a sua fidelidade “completa” ao Senhor da aliança. Certamente, ele foi oferecido em diversas ocasiões em que a aliança estava sendo ratificada ou renovada, mas “sacrifício da aliança” parece exceder o significado do vocábulo. Em certo sentido, todos os sacrifícios tinham o objetivo de celebrar e afirmar a aliança⁶ entre Deus e o seu povo. Além disso, a oferta pacífica era um sacrifício opcional, diferentemente dos outros sacrifícios, e, sem dúvida, um sacrifício destinado a sustentar o relacionamento da aliança teria constituído uma parte regular do culto, sem depender da iniciativa de indivíduos piedosos.

Mais uma sugestão⁷ conecta o hebraico shelāmîm com o termo acádio shulmānu, “uma dádiva”. Mas em certo sentido, todos os sacrifícios são dádivas oferecidas a Deus e, portanto, essa ideia dificilmente amplia nossa compreensão desse sacrifício específico.

Muito mais provável é a visão de que o hebraico shelāmîm é sinônimo da palavra ugarítica šlmm.⁸ Nos textos ugaríticos, textos do norte cananeu que datam de cerca de 1400 a.C., bem próximo do período mosaico, alguns sacrifícios são mencionados, ofertas queimadas (šrp) e šlmm. Na Bíblia, as ofertas queimadas muitas vezes acompanham as ofertas pacíficas (p. ex., 1Sm

13.9; 1Rs 9.25). De fato, no nosso texto, a oferta pacífica é oferecida “em cima da oferta queimada” (v. 5), o que implica que elas eram oferecidas uma após a outra. Infelizmente, não podemos ter certeza do que o termo ugarítico šlmm significava; possivelmente “ofertas feitas [...] para obter paz”.⁹ Portanto, somos forçados a voltar ao AT para examiná-lo em busca de pistas.

A tradução tradicional “oferta pacífica” conecta shelāmîm com o hebraico shālôm, “paz”. Paz no hebraico significa mais do que a ausência de guerra. A verdadeira paz significa saúde, prosperidade e paz com Deus, isto é, salvação. Essa compreensão da oferta pacífica, aceita por diversos autores antigos e atuais,¹⁰ é a que mais parece fazer justiça às evidências do AT.

Levítico 7 menciona três tipos diferentes de oferta pacífica: ofertas de confissão, ofertas para cumprir um voto e ofertas voluntárias. A salvação (paz) é o fator comum nessas diferentes situações em que essas ofertas eram apresentadas.

O tipo de oferta pacífica de confissão¹¹ era apropriado em duas situações bem diferentes: quando alguém estava buscando libertação divina dos seus inimigos ou de doença. Nesses casos, faria sentido essa pessoa considerar necessário confessar seus pecados, caso achasse que essa era a razão da sua angustiante situação presente (Jz 20.26; 21.4; 2Sm 24.25). Ou ela poderia oferecer o sacrifício de confissão após ter sido libertada. Nesse caso, a confissão se concentraria na misericórdia de Deus e não na sua própria pecaminosidade. Por exemplo:

Ó Deus, cumprirei os votos que fiz;

eu oferecerei [shillēm] ofertas de ação de graças [isto é, ofertas de confissão] a ti;

pois livraste minha vida da morte e meus pés de cair,

para que eu ande diante de Deus na luz da vida (Sl 56.13,14 [VP 56.12,13]).

Aqui há um jogo de palavras entre a palavra geral para ofertas pacíficas (shelāmîm) e o verbo “oferecerei” (shillēm).

Como a citação acima de Salmos 56 ilustra, há uma forte associação entre a oferta pacífica de confissão e a oferta pacífica de cumprimento de voto. Em circunstâncias difíceis, as pessoas de antigamente muitas vezes faziam um voto ao Senhor de que, se ele as ajudasse, elas fariam algo para Deus. Quando cumpriam seu voto, elas deveriam levar uma oferta pacífica. Jacó fez um voto em Betel, quando estava fugindo de casa, de que se Deus o trouxesse de volta para casa em segurança, “o

Senhor

será o meu Deus” (Gn 28.20,21). Como garantia do seu voto, ele despejou azeite sobre o travesseiro de pedra. Quando finalmente voltou a Betel, nós o vemos purificando a si mesmo (um pré-requisito para uma oferta pacífica, Lv 7.19,20) e construindo um altar para que pudesse oferecer o sacrifício (Gn 35). Talvez o voto e a oferta pacífica mais conhecidos estejam na história do nascimento de Samuel (1Sm 1). Todo ano, a família de Elcana subia a Siló para oferecer um sacrifício. Embora novamente o sacrifício não seja mencionado explicitamente, ele era uma oferta pacífica em que Elcana distribuía porções de carne a membros diferentes da sua família. Lemos que esse sacrifício era anual (v. 3).

Presumivelmente, na maioria das ocasiões, ele adotava a forma de uma oferta voluntária, mas, nessa ocasião, Ana fez um voto de que dedicaria um filho gerado por ela para ser nazireu (v. 11). Quando o filho nasceu e desmamou, Ana levou três touros (ou possivelmente um touro de três anos)¹² como oferta pacífica mais um efa de farinha e um odre de vinho. Essa era uma oferta pacífica generosa segundo qualquer critério, e ela provavelmente reflete a gratidão de Ana pelo nascimento de Samuel, bem como a relativa riqueza de Elcana; afinal de contas, ele tinha condições de sustentar duas esposas (1Sm 1.2).

O terceiro tipo de oferta pacífica é geralmente designada de oferta voluntária (Êx 35.29; Ed 1.4; 8.28; Sl 54.8 [VP 54.6] etc.). Era um ato espontâneo de generosidade do adorador, motivado pela bondade de Deus, como, por exemplo, em época de colheita (Dt 16.10). Enquanto os outros tipos de ofertas pacíficas estavam intimamente ligados à oração de petição, orações por libertação ou perdão ou por segurança ou por filhos, a oferta voluntária era uma resposta à generosidade inesperada e não solicitada de Deus. Essa talvez seja a explicação de por que os homens podiam trazer animais menos do que perfeitos para as ofertas voluntárias (Lv 22.23). No que dizia respeito à confissão de pecados ou votos, eram necessários animais perfeitos.

Com bastante frequência, a oferta pacífica é associada com ocasiões em que a aliança era enfatizada (p. ex., Êx 24.5; Dt 27.7; 1Rs 8.63). Aqui é difícil ter certeza de qual aspecto do sacrifício era predominante na mente dos adoradores. Podia ser a pura gratidão pela graça de Deus em escolher a nação para ser o povo de Deus. Podia estar ligado aos seus votos de cumprir a aliança (cf. Êx 24.7; Dt 27). Ou podia ser uma confissão da misericórdia de Deus e da sua própria pecaminosidade de que as leis os haviam lembrado e uma súplica por força divina para cumpri-las no futuro. Esses aspectos diferentes da oferta pacífica não são mutuamente excludentes e poderiam ser pressupostos em todas essas cerimônias da aliança.

Embora a confissão de pecados e súplicas por libertação estejam associadas com esses sacrifícios, eles são vistos de forma geral como ocasiões alegres. Essas refeições sagradas eram oportunidades para o regozijo diante do Senhor (Dt 12.12,18; 27.7; 1Rs 8.66). Quando Deus salvou e abençoou seu povo, os israelitas podiam e deviam ter prazer em adorá-lo.

Na cerimônia, essas ideias são manifestas tanto em palavras quanto em ação. Novamente não temos o registro do que é dito, além do salmo 100, que foi designado para a oferta de confissão, embora vários outros salmos mencionem o serviço (Sl 26; 50; 54; 107; 116). É possível que um ou mais desses salmos fossem recitados enquanto o adorador punha a sua mão na cabeça do animal. Certamente, nesse momento ele explicava em oração ou louvor por que estava oferecendo esse animal. Então o imolava, e o sacerdote fazia expiação com o sangue (cf. Lv 17.11). A expiação não é um aspecto proeminente da oferta pacífica. Quando esse era o interesse principal, a oferta queimada teria sido apresentada antes da oferta pacífica. Mas até mesmo esse sacrifício essencialmente alegre inclui um rito de sangue, um lembrete de que o homem pecador sempre necessita do perdão de seus pecados.

Desse momento em diante, o rito era diferente da oferta queimada. Somente a gordura e o fígado e os rins eram queimados, e não o animal inteiro como na oferta queimada. Por que em um sacrifício parte de um animal deveria ser queimada, mas em outro tinha de ser o animal inteiro? A resposta precisa estar nas funções diferentes dos sacrifícios. Mas não temos como definir mais precisamente a razão para a diferença. Na oferta de purificação (Lv 4.8-10), as partes do animal queimadas são as mesmas da oferta pacífica. No AT, nem sangue nem gordura podem ser comidos (Lv 7.22ss.). Somos informados da razão de o sangue ser tabu: a expiação é feita por meio dele (Lv 17.11). A razão

para a proibição de comer gordura permanece obscura. Calvino¹³ talvez esteja certo em achar que a gordura era considerada propriedade especial de Deus. Certamente, gordura no AT pode ser sinônimo de “o melhor” (Gn 45.18; Sl 81.17 [VP 81.16]). Ao entregar a gordura, o adorador estava dando o melhor do animal; e, uma vez que o animal era considerado representante do homem, o adorador demonstrava que estava ofertando a Deus a melhor parte de sua vida.

Os rins também eram separados para serem queimados no altar, bem como a gordura em volta deles e as vísceras. É provável que algum simbolismo estivesse ligado a esse gesto. O AT também se refere aos rins e às entranhas (vísceras) como o centro das emoções (Jó 19.27; Sl 16.7; Jr 4.14; 12.2), assim como em nosso idioma falamos sobre o coração (o coração no AT se refere primariamente à mente e à vontade). É possível que oferecer os rins e a gordura interna simbolize a dedicação das melhores e mais profundas emoções do adorador a Deus. Pois a oferta pacífica era muitas vezes oferecida em situações essencialmente emotivas, em que um homem fazia votos ou via a si mesmo buscando em Deus a libertação ou louvando-o por sua misericórdia.

A oferta pacífica terminava com uma refeição. Os sacerdotes recebiam certas partes do animal (o peito e a coxa direita de acordo com Lv 7.31-33), e o adorador e os amigos consumiam o restante. Embora esse ritual seja ignorado nesse capítulo de Levítico,¹⁴ ele era para a maioria das pessoas a parte mais popular da adoração. Estudiosos têm dado muita importância a essa refeição, embora a Bíblia reduza sua importância. Certamente não era uma refeição em que Deus comia parte da refeição, mesmo que às vezes alguns antigos israelitas tivessem essa ideia equivocada. Uma visão tão grosseria de Deus é criticada no salmo 50, um salmo que poderia ter sido naturalmente usado na oferta pacífica (veja v. 14).

Se eu tivesse fome, não te contaria,

pois o mundo é meu e tudo o que nele existe.

Por acaso como eu a carne de touros?

Ou bebo eu o sangue de bodes? (50.12,13)

Na verdade, era uma refeição em que a presença de Deus era reconhecida como especialmente próxima, e isso a tornava uma ocasião especialmente alegre (cf. Dt 12.7). Comer carne era um luxo no antigo Israel. Toda a carne vinha de animais que o adorador dava a Deus e agora era devolvida parcialmente por Deus ao adorador. Isso simbolizava a maneira de Deus devolver ao adorador sua vida para continuar desfrutando dela. O adorador havia feito seus votos para cumprir a Lei da aliança ou realizar algo mais específico (p. ex., devolver Samuel a Deus), se a oração fosse respondida. Agora, na refeição sacrificial, Deus concedia uma garantia tangível das suas bênçãos prometidas. O prazer de comer a carne era um lembrete físico de todas as outras bênçãos que acompanhavam a observância fiel da aliança (Lv 26.3ss.; Dt 28.1ss.). Um povo que cumpria a Lei desfrutaria de paz em casa e fora dela, teria colheitas abundantes, famílias grandes e uma prosperidade econômica geral. Era certo e apropriado que os homens aguardassem com interesse a oferta pacífica. Ela era uma garantia e a ilustração física de todos os benefícios que podem ser desfrutados por aqueles que estão em paz com Deus.

O NT e a oferta pacífica

O vocábulo específico para oferta pacífica nunca é usado no NT. Paulo se encarregou de pagar as ofertas de quatro homens com um voto, e uma dessas ofertas teria sido uma oferta pacífica (At 21.23-26). Uma palavra mais geral para sacrifício, usada no NT, às vezes parece se referir a ofertas pacíficas. A insistência de Oseias (6.6) em que Deus deseja misericórdia (bondade amorosa) e não sacrifício é citada duas vezes pelo nosso Senhor (Mt 9.13; 12.7). Essa é a essência da oferta pacífica, que envolvia o adorador declarando as misericórdias de Deus e sua própria disposição em obedecer à Lei. As cartas do NT desenvolvem esse aspecto. Paulo exorta os romanos a oferecerem seus corpos como um sacrifício vivo, “que é o vosso culto espiritual” (Rm 12.1). Hebreus nos convida: “... ofereçamos continuamente um sacrifício de louvor a Deus, isto é, o fruto dos lábios que reconhecem o seu nome”. Mas nos lembra também a não nos esquecermos “de fazer o bem e repartir com os outros, porque tais sacrifícios são agradáveis a Deus” (Hb 13.15,16).

Mais diretamente relacionada à oferta pacífica do AT está a ceia do Senhor. Na última ceia,¹⁵ Jesus se referiu ao cálice de vinho como “a nova aliança no meu sangue” (1Co 11.25). Ao fazê-lo, ele aludiu ao sangue da antiga aliança (Êx 24.8). Quando o povo havia aceitado a aliança do Sinai, Moisés pegou o sangue das ofertas queimadas e ofertas pacíficas e o jogou sobre o povo dizendo: “Este é o sangue da aliança que o

Senhor

fez convosco”. A última ceia era mais como a oferta pacífica do que uma oferta queimada pelo fato de que tanto a oferta pacífica quanto a última ceia eram refeições, enquanto a oferta queimada nunca foi uma refeição. A morte de Cristo na cruz é um paralelo mais forte com a oferta queimada. O partilhar do seu corpo e sangue com seus discípulos constitui um paralelo mais estreito da oferta pacífica.

Outras semelhanças entre o culto de comunhão cristão e a oferta pacífica do AT podem ser identificadas. Ambos exigem que o adorador esteja puro, isto é, em um estado apropriado para participar. “Todo aquele que comer do pão ou beber do cálice do Senhor de maneira indigna será culpado de profanar o corpo e o sangue do Senhor” (1Co 11.27; cf. Lv 7.20). A punição divina é prometida àqueles que comem sem discernir o corpo. “É por isso que muitos de vós estão fracos e doentes; e alguns já morreram” (1Co 11.30). Aqui, Paulo está expressando as prescrições de Levítico de forma atualizada. A primeira oferta pacífica relatada foi oferecida no Sinai, quando os Dez Mandamentos foram transmitidos. Portanto, é extremamente apropriado que o Decálogo, ou o resumo que o nosso Senhor faz da Lei, seja lido na ceia do Senhor.

Assim como na época do AT o adorador louvava ao Senhor, fazia votos e apresentava seus pedidos a Deus na oferta pacífica, o cristão também deve tornar o culto de comunhão uma ocasião em que ele se dedica novamente ao serviço de Deus e apresenta suas orações e louvor a Deus. Deus em Cristo agora está presente no seu culto. Em vez de comer carne, agora consumimos pão e vinho como garantias físicas da bondade de Deus para conosco. Eles nos lembram da nossa salvação alcançada por meio de Cristo; eles nos asseguram do seu favor no presente e prometem que ele continuará nos abençoando até voltar.

O contraste mais notável com a antiga oferta pacífica está no uso do sangue. Debaixo da antiga aliança, beber sangue sacrificial era rigorosamente proibido.

Debaixo da nova, isso é expressamente ordenado, ainda que sob a forma de vinho. É o sangue que faz expiação pelo pecado e, ao tomá-lo, o cristão é lembrado constantemente de que ele é salvo por Deus e não por seus próprios esforços. De acordo com o AT, a vida contida no sangue era sagrada porque era dada por Deus. O homem não tinha o direito de tomar para si a vida implantada por Deus. Ela precisa ser devolvida diretamente ao seu Criador. Agora, na era do NT, esse poder expiatório e doador de vida pode ser bebido pela criatura para purificá-la dos seus pecados e assegurá-la da salvação de Deus. Portanto, a ceia do Senhor deve ser como o sacrifício expiatório, ao mesmo tempo uma ocasião solene e alegre: solene porque nenhum ser humano pode entrar levemente na presença de Deus e comprometer-se a cumprir suas leis, e alegre porque a graça de Deus e a sua promessa excedem tudo o que conseguimos pedir ou pensar nesta vida e na vindoura.

O NT não compara ofertas pacíficas com festas cristãs como jantares de Natal, recepções de casamento, festas de batismo e assim por diante, porque essas ocasiões não haviam se desenvolvido como as conhecemos. No entanto, poderíamos comparar as reuniões familiares alegres de pessoas cristãs após votos matrimoniais ou batismais com a refeição que vinha depois da oferta pacífica. Em um contexto em que os votos foram feitos a Deus de modo completamente sincero, certamente podemos celebrar o acontecimento e ter certeza da presença de Deus na festa. Refeições de Natal com muita frequência são dissociadas da adoração cristã. No entanto, se tivermos nos lembrado do maior presente de Deus ao homem na igreja, se o tivermos adorado pela vinda de Cristo e nos comprometido de modo renovado ao seu serviço, há um lugar real para uma refeição festiva em que nos regozijamos na sua presença contínua que começou lá em Belém.

¹ [Somente no Pentecostes a oferta pacífica era oficialmente exigida \(23.19\).](#)

² [A tradução de yōteret é incerta \(“redenho”, ARC; “protuberância, A21; “o lóbulo longo”, NEB\). Com o apoio de L. Rost, “Der Leberlappen”, ZAW 79 \(1967\): 35-41, adotei como tentativa a última tradução, visto que ela parece ser a interpretação das primeiras versões, isto é, a LXX e os targums. O lobus caudatus é uma projeção do fígado parecida com um dedo.](#)

Por que ela deveria ser separada para ser queimada também é incerto. Hoffmann, vol. 1, p. 166, sugere que ela era considerada uma das melhores partes do animal (cf. TEV, “a melhor parte do fígado”). Rost, p. 29s., diz que o motivo era evitar o

seu uso em adivinhação.

A expressão seguinte perto (‘al) dos rins também é problemática. Hoffmann, vol. 1, p. 164, e Elliger, p. 47, afirmam que se refere ao lugar em que essa parte do fígado é cortada, enquanto NEB, RSV e Rost, p. 37s., pressupõem que ‘al significa “com”.

³ [Por exemplo, Snaith, p. 37, NEB e TEV.](#)

⁴ [Clements, p. 14; Rendtorff, Studien zur Geschichte des Opfers im alten Israel \(Neukirchen: 1967\), p. 133.](#)

⁵ [R. Schmid, Das Bundesopfer in Israel \(München: Kösel, 1964\).](#)

⁶ [Veja Introdução \(VI.3\): “A função do sacrifício” \(p. 22\); D. J. Davies, ZAW 89 \(1977\): 390ss.](#)

⁷ [B. A. Levine, Presence of the Lord, p. 29ss.](#)

⁸ [Entre as análises recentes, veja J. C. de Moor, “The peace offering in Israel and Ugarit”, Schrift en Uitleg: FS W. H. Gispen \(Kampen: Kok, 1970\), p. 112-7; L. R. Fischer, “A new ritual calendar from Ugarit”, HTR 63 \(1970\): 485-501.](#)

⁹ [Assim, de Moor, p. 117.](#)

¹⁰ [Por exemplo, Calvin, vol. 2, p. 333; Keil, p. 298s.; Elliger p. 47,51; e Milgrom, p. 69s.](#)

¹¹ [O termo hebraico tôdāh é geralmente traduzido por “ação de graças”; mas a ideia é mais ampla do que isso. Pode incluir a confissão de pecados \(Js 7.19; Ed 10.11\), bem como uma confissão de fé que surge da experiência que um homem tem da misericórdia de Deus. C. Westermann, in: THWAT, vol. 1, p. 674-82.](#)

¹² [“Três touros” no TM. Essa leitura parece preferível a “touro de três anos” da LXX e da Peshitta e a maioria das traduções e comentários atuais. Um touro era para a oferta queimada, um para a oferta de purificação que deveria ser feita após o parto \(Lv 12\) e o terceiro para a oferta pacífica, para pagar o voto dela. Um efa de farinha \(1Sm 1.24\) é aproximadamente três vezes a quantidade normal de farinha a ser oferecida com um touro \(Nm 15.9\), o que apoia a ideia de que na verdade três touros foram oferecidos nessa ocasião.](#)

¹³ Calvino, vol. 2, p. 334s. A evidência citada por J. Heller (“Die Symbolik des Fettes im AT”, VT [1970]: 106-8) para interpretar a gordura como símbolo de força é inconclusiva.

¹⁴ Ele é mencionado em 7.15-18, em que é especificado quão rapidamente o animal deve ser consumido.

¹⁵ A última ceia talvez de fato tenha sido uma refeição de Páscoa (Mt 26.17-19; cf. Jo 18.28). Isso não invalidaria as conexões teológicas que estamos estabelecendo entre a oferta pacífica e a ceia do Senhor, pois a Páscoa poderia ser descrita como um tipo especializado de oferta pacífica que a nação inteira celebrava uma vez por ano.

4. A oferta de purificação (4.1 — 5.13)

A estrutura de Levítico 4 e 5 [VP 4.1—6.7]

Esses capítulos tratam da oferta de purificação (4.1—5.13) e da oferta de restituição (5.14-26 [VP 5.14—6.7]). A estrutura deles é considerada em conjunto porque as leis sobre esses dois sacrifícios são organizadas de modo semelhante, que é claramente diferente da organização implícita nos capítulos 1 a 3. Enquanto os capítulos anteriores são organizados em torno da vítima sacrificial, com o propósito de tratar dos animais mais valiosos antes dos menos custosos, nesses capítulos o valor do animal ocupa um lugar secundário. Aqui a distinção mais importante é entre pecados inadvertidos e pecados de omissão ou intencionais. A condição do pecador que leva a oferta também é importante. Assim:

4.1-35 ofertas de purificação por ofensas inadvertidas

5.1-13 ofertas de purificação por pecados de omissão

5.14-19 ofertas de restituição por pecado inadvertido

5.20-26 ofertas de restituição por pecado intencional [VP 6.1-7]

Cada seção principal começa com: “Se alguém (nepesh kî) pecar” (4.2; 5.1,15,21 [VP 6.2]) e termina com: “O sacerdote fará expiação pelo pecado dele e ele será perdoado” (4.35; 5.13,18,26 [VP 6.7]). Orações gramaticais semelhantes geralmente marcam o fim dos parágrafos em cada seção principal, mas uma palavra diferente para “se”, ’im, geralmente¹ introduz cada parágrafo subordinado (p. ex., 4.13,27,32; 5.7,11,17).

Com base nesses critérios, a estrutura desses capítulos pode ser apresentada do seguinte modo:

Ofertas de purificação

4.1-35 por pecado inadvertido

v. 2 introdução geral (palavras iniciais *nepesh kî*)

v. 3-21 sangue aspergido no lugar santo

v. 3-12 pelo sumo sacerdote ('im)

v. 13-21 por toda a comunidade ('im)

v. 22-35 sangue aspergido/esfregado no altar principal

v. 22-26 pelo líder tribal ('^asher)

v. 27-31 por uma pessoa comum que oferece uma cabra ('im)

v. 32-35 por uma pessoa comum que oferece uma ovelha ('im)

5.1-13 por pecados de omissão

v. 1-6 oferta — ovelha ou cabra (nepesh kî)

v. 7-10 oferta — aves ('im)

v. 11-13 oferta — farinha ('im)

Ofertas de restituição

5.14-19 por pecado inadvertido

v. 14-16 ofensa conhecida (nepesh kî)

v. 17-19 ofensa conhecida ('im)

5.20-26 [VP 6.1-7] por pecado intencional ('im)

A organização do material em tríades aparece bem claramente nessa análise. Esse é também um aspecto característico dos capítulos 1 a 3 (veja acima). Assim como em Levítico 1 a 3, há numerosas semelhanças na linguagem de cada parágrafo, mas é desnecessário listá-las aqui. Podemos observar que o primeiro parágrafo não tem a expressão final normal: “o sacerdote fará expiação [...] e ele será perdoado” (ou expressão semelhante). A razão disso é que o sacerdote é o adorador, portanto, ele não pode pronunciar seu próprio perdão. As leis sobre a oferta de restituição são peculiares por não especificarem que ritual deve ser seguido. Considerando que as regras para a oferta de restituição seguem o padrão das regras para a oferta de purificação, parece provável que os animais em ambos os sacrifícios fossem tratados da mesma forma. Isso é confirmado em Levítico 7.1-7.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Diga aos israelitas: Se algum de vós pecar inadvertidamente ao violar uma das ordens do

Senhor

:

³Se for o sacerdote ungido que pecar trazendo culpa sobre o povo, ele oferecerá ao

Senhor

pelo pecado que cometeu um novilho perfeito como oferta de purificação.

⁴Levará o novilho diante do

Senhor

para a entrada da Tenda do Encontro; então colocará sua mão sobre a cabeça do novilho, e então imolará diante do

Senhor

. ⁵Então o sacerdote ungido pegará parte do sangue do novilho e o levará para dentro da Tenda do Encontro. ⁶O sacerdote deverá molhar seu dedo no sangue, e então aspergirá parte do sangue sete vezes diante do

Senhor

na cortina do Lugar Santo. ⁷Então o sacerdote colocará parte do sangue nos chifres do altar do incenso aromático que está diante do

Senhor

na Tenda do Encontro. Mas ele deverá derramar todo o restante do sangue na base do altar da oferta queimada, que está na entrada da Tenda do Encontro. ⁸Ele também removerá toda a gordura do novilho, toda a gordura que cobre as vísceras, ⁹os dois rins e a gordura que está sobre eles nos lombos, e deverá remover também o lóbulo longo do fígado, ¹⁰assim como foi removido do boi da oferta pacífica; e então o sacerdote os queimará no altar da oferta queimada.

¹¹Mas ele levará todo o restante do novilho, seu couro e toda a sua carne, incluindo sua cabeça e pernas, suas vísceras e seu esterco, ¹²para fora do acampamento para um lugar puro, para o monte de cinzas. Então ele o queimará sobre um fogo de lenha; precisa ser queimado do lado do monte de cinzas.

¹³Se toda a comunidade inadvertidamente violar uma das ordens do

Senhor

e o assunto estiver oculto de toda a assembleia, e, depois, eles se sentirem culpados ¹⁴quando o pecado que foi cometido se tornar conhecido, a assembleia deverá oferecer um novilho como oferta de purificação e levá-la diante da Tenda do Encontro. ¹⁵Então os anciãos da comunidade deverão colocar suas mãos sobre a cabeça do novilho diante do

Senhor

, e, depois, o novilho será imolado diante do

Senhor

. ¹⁶Então o sacerdote ungido levará parte do sangue do novilho para dentro da Tenda do Encontro. ¹⁷Então o sacerdote deverá molhar seu dedo em parte do sangue e aspergi-lo sete vezes diante do

Senhor

na cortina. ¹⁸Mas ele deverá colocar parte do sangue nos chifres do altar que está diante do

Senhor

na Tenda do Encontro. Porém, derramará todo o restante do sangue na base do altar da oferta queimada que está na entrada da Tenda do Encontro. ¹⁹Ele removerá toda a gordura e a queimará no altar. ²⁰Ele deverá tratar o novilho exatamente como o novilho da oferta de purificação. O sacerdote fará expiação por eles e eles serão perdoados. ²¹Então ele deverá levar o restante do novilho para fora do acampamento e queimá-lo exatamente como foi queimado o novilho mencionado anteriormente. É uma oferta de purificação da assembleia.

²²Se um líder de uma tribo pecar ao violar inadvertidamente uma das ordens do

Senhor

, seu Deus, e então se sentir culpado, ²³ou o pecado que ele cometeu for levado ao seu conhecimento, ele deverá apresentar como sua oferta um bode perfeito.

²⁴Ele colocará sua mão sobre a cabeça do bode, então o imolará no lugar em que é morta a oferta queimada diante do

Senhor

; é uma oferta de purificação. ²⁵Depois, o sacerdote pegará parte do sangue da oferta de purificação no seu dedo e o colocará nos chifres do altar da oferta queimada. Mas deverá derramar o restante do seu sangue na base do altar da oferta queimada. ²⁶Ele deverá queimar toda a sua gordura no altar como a gordura da oferta pacífica. O sacerdote fará expiação por seu pecado e ele será perdoado.

²⁷Se alguém do povo comum pecar ao violar de maneira inadvertida uma das ordens do

Senhor

, e então se sentir culpado, ²⁸ou o pecado que foi cometido for trazido a seu conhecimento, então ele deverá levar como sua oferta uma cabra perfeita pelo pecado que cometeu. ²⁹Deverá colocar sua mão sobre a cabeça da oferta de purificação; e então imolará a oferta de purificação no lugar da oferta queimada. ³⁰Então o sacerdote pegará parte do sangue com seu dedo e o colocará nos chifres do altar da oferta queimada. Mas derramará todo o restante do sangue na base do altar. ³¹Ele deverá remover toda a gordura da mesma maneira que fez com a gordura da oferta pacífica, e então o sacerdote deverá queimá-la no altar para produzir um aroma agradável ao

Senhor

. O sacerdote fará expiação por ele e ele será perdoado.

³²Se ele levar uma ovelha como sua oferta de purificação, deverá levar uma ovelha perfeita. ³³Colocará sua mão sobre a cabeça da oferta de purificação, depois a imolará como uma oferta de purificação no lugar em que a oferta queimada é morta. ³⁴O sacerdote então pegará parte do sangue da oferta de purificação com seu dedo e o colocará nos chifres do altar da oferta queimada. Mas ele deverá colocar todo o restante do sangue na base do altar. ³⁵Ele removerá toda a sua gordura, assim como a gordura da oferta pacífica é removida, e então o sacerdote deverá queimá-la no altar em cima das ofertas queimadas do

Senhor

. O sacerdote fará expiação pelo pecado dele e ele será perdoado. ^{5.1}Se alguém pecar ao ouvir uma ordem pública para tornar algo evidente e ele foi testemunha ou viu ou sabe alguma coisa — se ele não o declarar, sofrerá a sua iniquidade.

²Se alguém tocar algo impuro, por exemplo, qualquer animal morto ou criatura morta que enxameia, e isso lhe escapar da memória, mesmo que seja impuro, e então ele se sentir culpado; ³ou se tocar uma pessoa que sofra de alguma impureza contagiosa e isso lhe escapar da memória, porém, mais tarde descobrir e se sentir culpado, ⁴ou se alguém fizer uma promessa precipitada para fazer algo, e isso lhe escapar da memória, e então mais tarde descobrir e se sentir culpado sobre qualquer uma dessas coisas, ⁵se ele se sentir culpado quanto a qualquer uma dessas coisas, ele deverá confessar como pecou ⁶e, então, por causa de seu pecado que cometeu, deverá levar como sua restituição para o

Senhor

uma ovelha ou cabra para ser usada como oferta de purificação. Então o sacerdote fará expiação por ele por causa do seu pecado.

⁷Se ele não tiver recursos para dar uma ovelha, por ter pecado precisa levar como sua restituição ao

Senhor

duas rolinhas ou dois pombinhos, um para a oferta de purificação e outro para a oferta queimada. ⁸Deverá levá-los ao sacerdote e oferecer primeiro o da oferta de purificação, e deverá destroncar sua cabeça sem arrancá-la. ⁹Então ele aspergirá parte do sangue da oferta de purificação na parede do altar, mas o restante do sangue deixará escorrer na base do altar. É uma oferta de purificação. ¹⁰Ele deverá usar a segunda ave como oferta queimada de acordo com a regra, e o sacerdote fará expiação por ele por causa de seu pecado e ele será perdoado.

¹¹Se não tiver recursos para levar duas rolinhas ou dois pombinhos, deverá levar como oferta pelo seu pecado a décima parte de um efa de farinha como oferta de purificação. Mas não deverá acrescentar azeite ou incenso, porque é uma oferta de purificação. ¹²Ele deverá levá-la ao sacerdote, e o sacerdote pegará uma mão cheia dela como porção memorial e a queimará sobre o altar em cima das ofertas queimadas do

Senhor

: é uma oferta de purificação. ¹³E o sacerdote fará expiação por ele por causa de seu pecado em um desses casos, e ele será perdoado. O restante dessa oferta de purificação pertence ao sacerdote assim como a oferta de cereais.

A oferta de purificação (pelo pecado)

A oferta de purificação é o quarto tipo de sacrifício tratado em Levítico. Já apontamos alguns dos aspectos característicos dessa oferta em “A estrutura de Levítico 4 e 5”. Aqui podemos observar que, assim como a oferta queimada e a oferta de cereais, essa era uma oferta obrigatória, embora, de acordo com Números 28 e 29, ela fosse oferecida com menos frequência do que a oferta queimada e a de cereais. Diferentemente desses sacrifícios, o material queimado no altar tem importância relativamente pequena: somente uma vez se diz que ele produz “um aroma agradável ao

Senhor

” (4.31). O aspecto mais importante desse rito é a aspersão do sangue no altar ou no véu. O lugar em que o sangue era aspergido dependia da condição social do ofertante.

O nome do sacrifício

A maioria das versões e dos comentaristas traduz o termo hebraico para esse sacrifício (ḥaṭṭā') por “oferta pelo pecado”. Essa é uma tradução natural e óbvia,² pois ḥaṭṭā' geralmente significa “pecado”, até mesmo nesse capítulo (4.3,14,23,28 etc.), e ḥaṭā' é o verbo comum traduzido por “pecar” (4.2,3,22,27). Já vimos, no entanto, que outros sacrifícios também faziam expiação pelo pecado, notavelmente a oferta queimada (cap. 1), a oferta pacífica (cap. 3), bem como a oferta de restituição (5.14-26 [VP 5.14—6.7]). Simplesmente adotar a tradução “oferta pelo pecado” para ḥaṭṭā' obscurece a função exata desse sacrifício. Sem dúvida alguma, ele está relacionado com o pecado e trata de suas consequências. Mas ele não era o único sacrifício expiatório, como os comentaristas tendem a sugerir.

O pecado rompe o relacionamento entre Deus e o homem e entre o homem e o próximo. Ele apresenta uma ameaça ao relacionamento da aliança, provocando a ira divina. Há também outros efeitos colaterais. Se alguém rouba alguma coisa, o dono não somente se sentirá prejudicado, mas também terá a esperança de que a sua propriedade será restituída caso o ladrão for pego. A propiciação da ira divina, conforme tem sido defendido, é um elemento importante na oferta queimada. A restituição, conforme será indicado, é a ideia fundamental na oferta de restituição. A purificação é o elemento principal no sacrifício de purificação. O pecado não somente suscita a ira de Deus e o priva do que lhe é devido, mas também torna o santuário dele impuro. Um Deus santo não pode habitar em meio à impureza. A oferta de purificação purifica o local de adoração, para que Deus possa estar presente entre seu povo. Essa interpretação da palavra parece ser compatível com a ideia na raiz de seu significado³ e é essencial para explicar os rituais de aspersão de sangue peculiares a ele.⁴

Os animais sacrificiais

Uma variedade mais ampla de ofertas era permitida para a oferta de purificação do que para outros sacrifícios. Touros, bodes e cabras, cordeiras, rolinhas e pombinhos são mencionados. Se o adorador era muito pobre, ele podia oferecer em vez disso um décimo de efa de farinha.⁵ É notável que o cordeiro ou carneiro, o animal mais comum nas ofertas queimadas, nunca é usado para a oferta de purificação (embora cordeiras fossem usadas), enquanto bodes e cabras, o animal padrão para a oferta de purificação, nunca eram apresentados nas ofertas queimadas regulares. Pombinhos nunca ocorriam em ofertas pacíficas porque eram pequenos demais para uma refeição, mas eram permitidos tanto nas ofertas queimadas quanto nas ofertas de purificação. Uma oferta de cereais sempre acompanhava o sacrifício animal da oferta queimada; ela podia ser oferecida no lugar de um animal na oferta de purificação (5.11-13).

Machos e fêmeas podiam ser usados na oferta de purificação, mas somente machos na oferta queimada. Isso indica que embora ambos os tipos de oferta fossem considerados essenciais na adoração, a oferta queimada desempenhava a função principal. Isso é confirmado pela lista de animais prescritos para sacrifícios festivos em Números 28 e 29. As ofertas queimadas exigiam mais animais de valor elevado do que as ofertas de purificação.

O rito

A oferta de purificação começava do mesmo modo que os outros sacrifícios. O adorador levava o seu animal à entrada da Tenda do Encontro, colocava sua mão sobre a cabeça dele, afirmava por que tinha trazido o sacrifício⁶ e então o matava.

O restante do ritual era exclusivo da oferta de purificação. Na oferta queimada, o sangue do animal era jogado contra o altar. Mas na oferta de purificação, parte do sangue era recolhido em uma bacia, e o restante, despejado na base do altar.

O sangue separado era usado em uma variedade de formas que dependia de quem era o adorador.

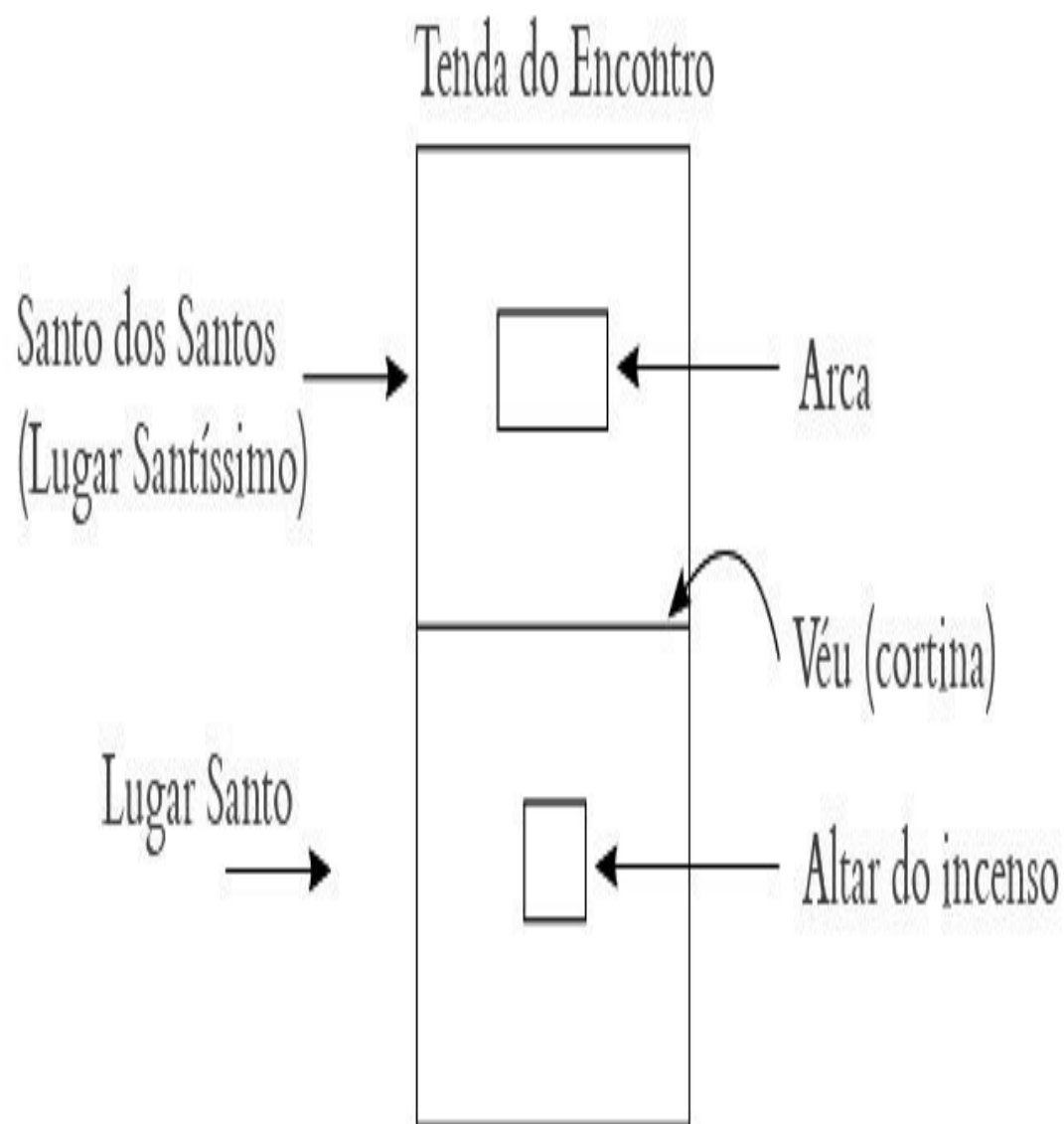
Se o sacerdote ungido estava oferecendo a oferta de purificação, o sangue era aspergido sete vezes no véu⁷ do santuário, isto é, a cortina que funcionava como a porta do Lugar Santíssimo, a parte mais interior do Tabernáculo. Um pouco de sangue também era passado nos chifres⁸ do altar do incenso que ficava na frente do véu. Esses ritos ocorriam na segunda parte mais santa do Tabernáculo, o Lugar Santo, em que somente os sacerdotes podiam entrar.

Se os líderes ou alguém do povo comum apresentavam uma oferta de purificação, o sangue não era levado para dentro da Tenda do Encontro, mas esfregado nos chifres do grande altar das ofertas queimadas que ficava no Pátio aberto (v. 22ss.).

Levítico 16 ordena que no Dia da Expição o sumo sacerdote deveria levar o sangue ao próprio Lugar Santíssimo e o passaria sobre o propiciatório e na parte da frente dele, que estava sobre a arca.

Esses rituais de aspersão de sangue são o foco principal de atenção no sacrifício de purificação. No entanto, o descarte do restante do animal também é mencionado. O restante do sangue era despejado na base do altar da oferta queimada (como nas ofertas de purificação e pacíficas). As porções com gordura eram queimadas no altar como na oferta pacífica como um aroma agradável ao Senhor (4.31). Quando um sacerdote oferecia uma oferta de purificação, o resto do animal, incluindo seu couro, carne, cabeça, pernas, vísceras e esterco, era levado para fora do acampamento e queimado do lado do monte de cinzas.⁹

Pátio do Tabernáculo



Altar das ofertas queimadas

No entanto, se uma pessoa comum levava uma oferta de purificação, as partes com gordura eram queimadas e o sacerdote podia comer o restante (6.19ss [VP 6.26ss.]). Se um homem era pobre demais para levar até mesmo uma ave como sacrifício, ele podia oferecer um décimo de um efa de farinha. Nesse caso, somente a porção memorial era queimada (hiqṭîr) sobre o altar, e o restante¹⁰ era comido pelos sacerdotes (5.11-13).

As ocasiões que exigiam a oferta de purificação

Levítico menciona várias ocasiões, principalmente individuais, em que é necessário levar a oferta de purificação. Os calendários litúrgicos em Números 28 e 29 complementam isso prescrevendo em quais festas era necessário incluir ofertas de purificação na adoração pública.

Uma mulher impura por causa de um parto tem de levar uma oferta de purificação (12.6); também precisa fazer isso alguém que esteve impuro durante algum tempo em virtude de uma doença de pele grave (14.19) ou um fluxo corporal (15.15). Essas são todas situações em que alguém esteve impuro durante um período sem a possibilidade de purificação.

Outras ocasiões menos frequentes que exigiam a oferta de purificação incluem a consagração dos sacerdotes (8.14), do altar (Nm 7.16) e dos levitas (Nm 8.8). Ao cumprir o seu voto, o nazireu também precisava levar uma oferta de purificação (Nm 6.14).

Levítico 4 e 5 abrange situações mais gerais em que a oferta de purificação era exigida. Essas situações se dividem em duas categorias principais, a primeira delas inclui pecados inadvertidos ou inconscientes, bishgāgāh (4.2; cf. v. 13,22,27), e a segunda, pecados de omissão (5.1-4). Outras passagens explicam mais claramente o que se queria dizer com inadvertência. Números 15.27ss. contrasta pecados inconscientes com pecar “de mão levantada” (v. 30), isto é, descaradamente ou intencionalmente (“com atitude desafiadora”, NVI).

O pecador que peca “de mão levantada” não será perdoado, mas eliminado, ao passo que alguém que peca de forma inadvertida pode oferecer sacrifício e desfrutar do perdão. Os versículos 32 a 35 dão um exemplo claro de pecado “de mão levantada”, apanhar lenha no sábado, pois o homem condenado é morto. Para serem lembrados de observar os mandamentos, os israelitas precisam prender borlas às suas vestes de modo que não sejam desencaminhados por caprichos pecaminosos (Nm 15.37-41).

De modo ainda mais preciso, Números 35 afirma que casos de homicídio fazem alguém merecer a pena de morte. Sempre que a morte de um homem é premeditada, é necessário exigir a pena de morte (35.16-21). Mas em todos os outros casos em que não houve premeditação, em que uma pessoa foi morta inadvertidamente (*bishgāgāh*), o assassino pode fugir para uma das cidades de refúgio (Nm 35.11). Os versículos 22 e seguintes dão alguns exemplos de homicídio inadvertido, incluindo tanto acidentes quanto outros ataques que resultam em morte não planejada de antemão.¹¹

A segunda categoria de pecados que exigem expiação por meio de uma oferta de purificação, os pecados de omissão (5.1-4), são considerados por muitos comentaristas exemplos de pecados inadvertidos; mas a expressão específica *bishgāgāh*, “inadvertidamente”, não é usada para descrever essas transgressões e, portanto, parece melhor considerar que um tipo diferente de transgressão está sendo tratado. O fator comum nesses pecados é que alguém sabe que deve fazer algo, mas então não se lembra disso, isso lhe escapa da memória¹² (v. 2,3,4). O primeiro caso trata da obrigação de fornecer evidências no tribunal (v. 1), o segundo e terceiro tratam do dever de alguém passar por purificação ritual depois de se tornar impuro (v. 2,3; cf. 11.24-28,39,40; 22.4-7) e o quarto, de obrigações autoimpostas que então são esquecidas (v. 4). Em cada caso, quando pesa a consciência da pessoa que esqueceu, ela precisa confessar o seu pecado e levar uma oferta de purificação. Esse sacrifício é evidentemente apropriado no que diz respeito à impureza não tratada. Ao deixar de se purificar prontamente, o homem impuro pode ter transmitido impureza ao santuário (cf. 15.31).

O significado do sacrifício de purificação

A maioria dos comentaristas considera esse sacrifício a principal oferta de expiação no antigo Israel. É a oferta pelo pecado. Hertz escreve: “ela tornava o transgressor da santidade de Deus adequado para receber o perdão divino”.¹³ C. F. Keil diz: “Ofertas pelo pecado foram instituídas com o propósito de interromper a separação entre o homem e Deus causada pelo pecado [...] e de restaurar o indivíduo novamente a desfrutar de modo intacto dos benefícios da aliança divina de misericórdia e salvação”.¹⁴

Keil interpretou o ritual do sacrifício assim: “o ofertante transferia a consciência do pecado e o desejo de perdão à cabeça do animal que havia sido trazido em seu lugar, pela imposição de sua mão; e depois disso, o animal era sacrificado e sofria a morte por ele como o salário do pecado”.¹⁵ A aspersão do sangue do animal no santuário protegia o pecador da santidade de Deus que se manifesta em ira justa. A gordura era queimada no altar para simbolizar a purificação da alma humana do pecado. A carne era queimada fora do acampamento para representar a destruição do pecado.¹⁶

Por mais comum que sejam essa interpretação da oferta pelo pecado e outras semelhantes, elas parecem inadequadas pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, impor as mãos sobre o animal e imolá-lo são aspectos comuns a todos os sacrifícios de sangue em Levítico. Se esses atos simbolizam a transferência do pecado e a substituição da vida do adorador pela vida do animal nesse sacrifício, faz sentido achar que eles tinham um significado semelhante em outros sacrifícios. Mas então qual é o significado especial da oferta de purificação? É provável que os sacrifícios animais incluam um elemento de expiação substitutiva quando o pecado era transferido ao animal e os animais morriam no lugar do adorador. Mas se de fato havia esse núcleo comum a todos os sacrifícios, o que parece provável, ainda permanece a pergunta a respeito do que os diferenciava.

A análise que Keil faz dos aspectos peculiares da oferta pelo pecado parece um pouco arbitrária. Por que o sangue aspergido no santuário deveria proteger o adorador? Por que a carne queimada fora do acampamento simbolizava a destruição do pecado, enquanto a carne queimada sobre o altar simbolizava a purificação do adorador? Essas são obviamente tentativas de encontrar uma explicação lógica para esses ritos com base na pressuposição de que o seu propósito geral é a expiação. Isso não consegue explicar por que o sangue deveria ser aspergido no altar da oferta queimada no caso do pecado de uma pessoa comum, por que ele deveria ser aspergido no altar de incenso no caso de

um pecado nacional ou pecado do sumo sacerdote e por que uma vez por ano o sangue precisava ser levado ao Lugar Santíssimo e aspergido sobre o propiciatório propriamente.

Em vez de depender de conjecturas sobre o simbolismo usado nesses ritos, é melhor depender de afirmações explícitas sobre o que se pensava alcançar com eles. Em vários lugares, a oferta desse sacrifício está conectada com a purificação, especialmente de contaminações corporais (Lv 12.8; 14.19).

Afirma-se que esses ritos purificam as pessoas, “para que não morram em sua impureza ao profanar o meu Tabernáculo que está entre eles” (15.31). No Dia da Expição, o sangue era aspergido nas várias partes do Tabernáculo purificando-o e santificando-o “das impurezas dos israelitas” (16.19).

Esses versículos expressam claramente a ideia de que o pecado contamina o homem e especialmente o santuário de Deus, e que o meio apropriado de purificação é sangue animal. Isso na verdade é ilustrado pelo fim de Nadabe e Abiú, que imaginaram estar se aproximando de Deus quando ofereceram incenso que ele não havia ordenado. Por essa violação das leis, “saiu fogo de diante do

Senhor

e os consumiu” (Lv 10.2).

O conceito de que o pecado contamina não é facilmente entendido pela mente ocidental e, assim, várias tentativas foram feitas para explicá-lo. B. A. Levine observa que, no Dia da Expição, sangue era aspergido sobre vários objetos pelos quais o sumo sacerdote passava a caminho do Lugar Santíssimo. Ele vê a entrada do sumo sacerdote como uma infecção potencialmente perigosa indo diretamente à presença de Deus e tornando Deus sujeito ao ataque de demônios. O pecado era considerado um contágio demoníaco que poderia ser introduzido no santuário por agentes humanos.¹⁷

Essa interpretação talvez fosse sustentada em algumas religiões não israelitas, mas ela dificilmente parece provável em um contexto do AT. Não é Deus que é colocado em perigo pela contaminação do pecado, mas o homem. A santidade de Deus pode se expressar em ira quando o pecado não é expiado e a sua culpa não é removida. O grande chamado de Israel era ser o povo santo de Deus em quem ele habitaria. A presença dele se concretizou na nuvem que desceu sobre o monte Sinai na concessão da Lei e se concretizava na nuvem que encobria o

Tabernáculo de tempos em tempos. O Tabernáculo era de fato o local de habitação de Deus entre o seu povo (Êx 29.43-46). Ele tinha de ser mantido puro e livre do pecado a fim de que Deus permanecesse ali e o povo não experimentasse a ira de Deus em vez da sua misericórdia. A habitação de Deus no meio das pessoas é tanto uma grande bênção quanto um grande perigo. O perigo, obviamente, surge da pecaminosidade do homem, que sempre suscita a ira de Deus.

Na análise de Levítico 1, concluímos que a oferta queimada era o principal sacrifício de expiação no antigo Israel. Era o sacrifício que reconciliava o pecador com o seu Criador. Ele era o sacrifício mais frequente e também o mais custoso. Somente animais sem defeito podiam ser oferecidos e eles precisavam ser queimados por inteiro; não sobrava nada de carne para os sacerdotes comerem.

Em contraste, a oferta de purificação era um rito menos importante. Ele era oferecido com frequência menor, e animais menos valiosos eram usados. O objetivo dele era lidar com um problema subsidiário criado pelo pecado humano — contaminação e corrupção/deterioração. Essa é uma ideia quase estranha ao mundo moderno. Valorizamos a memória de pessoas e acontecimentos famosos, e temos prazer em visitar os lugares em que elas viveram ou em que algo significativo aconteceu. Sentimos que ao irmos lá talvez recapturemos algo da atmosfera e do espírito dos grandes homens ou do acontecimento histórico. A Bíblia atribui um significado maior às nossas ações. Para nós, elas são apenas memórias. Para os autores bíblicos, uma ação tem efeitos duradouros. Em especial, os pecados contaminam os lugares em que são cometidos. Há culpa na área em que um pecado ocorre (Dt 21.1-9). Os pecados dos cananeus contaminaram a terra a ponto de ela vomitá-los (Lv 18.24-30).

Shakespeare estava familiarizado com a ideia de que o pecado deixa uma mancha que nenhum esforço humano consegue remover. Por exemplo, Lady Macbeth sofria de insônia em decorrência da participação em um assassinato. Toda noite, ela se levantava da cama e lavava suas mãos repetidamente, porque achava que elas ainda tinham sangue.

“Eis o cheiro permanente do sangue:

todos os perfumes da Arábia não suavizarão essa pequena mão.

Ó! ó! ó!”

— Macbeth 5.1.55-57

A oferta de purificação tratava da contaminação causada pelo pecado. Se o pecado contaminava a terra, ele contaminava especialmente a casa em que Deus habitava. A gravidade da contaminação dependia da gravidade do pecado, que por sua vez estava relacionada com a condição do pecador. Se um cidadão pecava de forma individual, sua ação contaminava o santuário somente até certo ponto. Por isso, o sangue da oferta de purificação era esfregado somente nas pontas (chifres) do altar do sacrifício queimado. Se, no entanto, toda a nação pecava ou o membro mais santo da nação, o sumo sacerdote, pecava, isso era mais grave. Era necessário levar o sangue para dentro do Tabernáculo e aspergi-lo no véu e no altar do incenso. Por fim, ao longo do período de um ano, os pecados da nação poderiam se acumular em tal medida que contaminavam até mesmo o Lugar Santíssimo, em que Deus habitava. Para que ele continuasse habitando entre o seu povo, esse lugar também precisava ser purificado na cerimônia anual do Dia da Expição (veja Lv 16).

Exegese detalhada

Levítico 4 trata da oferta de purificação de forma diferente dos sacrifícios anteriores. A passagem é mais explícita sobre o tipo de animal exigido de pessoas diferentes em situações diferentes. Explica-se de maneira específica que um sacerdote ungido deve oferecer um novilho, um líder, um bode, e um homem comum deve oferecer uma cabra ou ovelha ou aves. Vale a pena fazer uma investigação mais profunda da razão para essas distinções.

4.3-12 A oferta de purificação do sacerdote ungido

O sacerdote ungido é um termo incomum que ocorre somente no capítulo 4 (v. 3,5,16) e em 6.15 [VP 6.22]. Arão e seus dois filhos foram ungidos (Êx 28.41; 30.30; 40.15; Nm 3.3) e, portanto, o texto pode estar se referindo a qualquer um deles. A maioria dos comentaristas, no entanto, acredita que aqui se tenha em mente somente o sumo sacerdote, isto é, Arão. A favor disso, Números 35.25 parece considerar a unção do sumo sacerdote algo especial. Assim, seria muito natural que “o sacerdote ungido” se referisse ao sumo sacerdote, embora o termo técnico mais comum seja “o grande sacerdote” (Lv 21.10 etc.).

Trazendo culpa sobre o povo (v. 3). Quando o sacerdote pecava, ele envolvia não somente a si mesmo, mas toda a nação. Aqui temos a ideia de que a ação de um homem pode afetar toda a nação. Embora alguns comentaristas¹⁸ digam que a referência é somente a um pecado que o sumo sacerdote cometia no exercício dos seus deveres oficiais, parece mais provável¹⁹ que qualquer pecado cometido pelo sumo sacerdote de forma particular ou pública pode trazer culpa sobre toda a nação (Lv 10.6; 22.16). Isso reflete o papel muito especial do sumo sacerdote no antigo Israel.

Os sacerdotes deveriam ser mestres do povo (Dt 33.10) e, portanto, precisavam ser exemplos especialmente na sua vida particular; e o sumo sacerdote, que atuava como o líder dos sacerdotes, precisava exhibir em sua conduta o ideal de uma vida que todas as pessoas pudessem admirar.

O sumo sacerdote é o representante da nação e o seu ideal. À medida que ele é puro e irrepreensível, o Israel inteiro cumpria suas obrigações por meio do seu representante. Quando, no entanto, o sumo sacerdote é maculado por meio do pecado e se torna indigno de representar a nação, o Israel inteiro se torna culpado diante de Deus.²⁰

A gravidade dos pecados do sumo sacerdote é realçada ainda mais nos versículos 4 a 7 por meio do animal valioso que ele precisa levar e pela prescrição de que ele tinha de aspergir o sangue do animal no véu e no altar de incenso. Um touro/novilho²¹ é o maior animal prescrito para a oferta de purificação. A única outra ocasião em que ele era exigido ocorria quando a nação inteira pecava (veja v. 13ss.). Aspergir o sangue no Lugar Santo indica que a contaminação causada pelo pecado do sacerdote era mais grave do que o pecado de um leigo, que somente exigia que o altar da oferta queimada fosse purificado (cf. o comentário anterior e v. 22ss.).

4.13-21 A purificação exigida para o pecado da comunidade

O pecado cometido por toda a comunidade exigia os mesmos ritos de purificação que um pecado do sumo sacerdote, embora dessa vez o novilho fosse levado pelos anciãos (v. 14,15) e não pelo sumo sacerdote. Mas a identificação da natureza exata da transgressão é problemática. Há alguma diferença entre comunidade (‘ēdāh) (v. 13,15) e assembleia (qāhāl) (v. 13,14,21)? Quais são as circunstâncias em que a transgressão é cometida e descoberta (v. 13,14)?

Comentaristas judeus tradicionais afirmaram que “comunidade” se refere à corte suprema de justiça no antigo Israel, o Sinédrio. No AT, no entanto, “comunidade” geralmente tem um significado muito mais amplo do que isso; às vezes, de fato a palavra parece corresponder à nação inteira (Êx 12.3,6; 17.1; Nm 20.1,2). Isso levou a maioria dos comentaristas cristãos a considerar “comunidade” e “assembleia” termos intercambiáveis, significando um grande grupo ou ajuntamento de pessoas.

A verdade parece estar em algum ponto entre esses extremos. “A comunidade não é todo o povo, mas o povo representado por seus líderes”.²² A comunidade era um grupo claramente definido de pessoas no antigo Israel com funções representativas e legais.²³ De tempos em tempos, vemos a comunidade atuando em uma esfera legal, especialmente em casos de penas capitais (Nm 15.33ss.; 27.2; 35.12,24s.). É um grupo que está ao lado de Moisés e Arão e que assume

proeminência em épocas de crise de liderança (Êx 16.1,2,9; Nm 8.20; caps. 13; 14; 16). Provavelmente era um grande corpo, um tipo de parlamento com funções representativas e judiciais. É tentador ver em Números 1.2; 14.29 uma definição da “comunidade”, isto é, “todos os homens fisicamente aptos com mais de 20 anos”. Uma vez que a “comunidade” continha representantes de todas as famílias em Israel, é fácil perceber por que o termo poderia ser usado às vezes para designar a nação inteira.

“Assembleia” (qāhāl) tem um significado menos preciso. Significa um ajuntamento de pessoas reunidas com um propósito religioso ou secular. O termo se refere com mais frequência a ajuntamentos religiosos no Sinai (Dt 5.22; 9.10; 18.16) ou no Templo (1Rs 8.22,65). As pessoas com ferimentos físicos ou de linhagem estrangeira não podem entrar na assembleia, isto é, elas não podem participar na adoração (Dt 23.2ss. [VP 23.1ss.]). A palavra pode se referir mais geralmente a ajuntamentos para a guerra (Gn 49.6; Ez 23.24; 26.7) ou simplesmente a um grande número de pessoas (Gn 28.3; 48.4).

A situação em vista aqui parece ser a seguinte: a “comunidade” que representa o Israel inteiro se desencaminha, mas a falta fica oculta de toda a assembleia, isto é, não é trazida à luz durante a adoração da assembleia nos cultos diários. Como isso poderia ter acontecido é obscuro. Talvez se tenha em mente uma visão ou profecia ou uma operação do Urim e Tumim. De todo modo, a falta não parece afetar a condução da adoração. Mas a comunidade começa a se sentir culpada (v. 13),²⁴ e então o pecado que trouxe culpa sobre ela se torna conhecido. Por isso, a assembleia leva um novilho como oferta e o santuário é purificado.

De maneira alternativa, podemos interpretar a ofensa como tendo sido cometida por um membro da comunidade, e ela fica oculta do restante da comunidade quando se reúne. No entanto, visto que esse parece ser o caso considerado nos versículos 22 e seguintes, é preferível ver a falta nos versículos 13 e seguintes como pecado coletivo dos líderes de Israel. Se esse é o modo correto de interpretar a lei, Josué 9 poderia ser um caso disso, quando os líderes de Israel fizeram uma aliança com Gibeão sem pedir a orientação do Senhor (v. 14).

4.22-26 A oferta de purificação de um líder de uma tribo

O pecado de um líder de tribo não era tão grave quanto o pecado de um sumo sacerdote ou da comunidade inteira. O líder precisava oferecer somente um bode, e o seu sangue era aspergido no altar da oferta queimada. Isso simbolizava a ideia de que o seu pecado não havia contaminado o santuário interno; ele afetou apenas o santuário externo em que ficava o altar da oferta queimada. Mais uma diferença em relação às ofertas de purificação anteriores era que o sacerdote podia comer a carne do bode (6.17ss. [VP 6.24ss.]; cf. 4.12,21) depois de as outras partes terem sido queimadas.

Líder de uma tribo (nāśî') inclui uma variedade de posições de liderança no antigo Israel.²⁵ O significado em sua raiz é “elevado”; literalmente significa alguém que foi levantado acima das pessoas. Na maioria das vezes, o substantivo se refere aos líderes das tribos (p. ex., Nm 2.3ss.), mas também pode se referir ao líder de grupos pequenos em uma tribo (p. ex., Nm 3.24,30) e até mesmo ao líder da nação (1Rs 11.34; Ez 12.10). É um termo associado especialmente à organização tribal do antigo Israel. Com o estabelecimento da monarquia, parece ter caído em desuso, até Ezequiel o ter resgatado. Ezequiel geralmente designa o rei do Israel restaurado de “líder tribal” (p. ex., Ez 44.3; 45.7,22 etc. [“príncipe” na maioria das versões]).

Êxodo 22.27 [VP 22.28] diz: “Não blasfemarás contra Deus, nem amaldiçoarás um líder [tribal] do teu povo”. Os líderes do antigo Israel ocupavam uma posição privilegiada que a lei tentava proteger. Mas sua posição de liderança significava que os seus pecados eram, de forma correspondente, mais graves do que os de pessoas comuns, por isso, precisavam oferecer animais mais valiosos na adoração. A passagem trata da purificação dos pecados do homem comum por último.

4.27—5.13 Oferta de purificação das pessoas comuns

O pecado de uma pessoa comum,²⁶ alguém que não é um sacerdote ou líder de tribo, é o tema da seção seguinte. Um leigo não precisa apresentar uma oferta tão

valiosa para expiar seu pecado quanto um dos líderes ou sacerdotes. Ele pode levar uma cabra (4.27ss.) ou uma ovelha (v. 32ss.). Se é pobre, pode levar em vez disso uma rolinha ou pombinho (5.7ss.) ou até mesmo um pouco de farinha de boa qualidade (5.11ss.). Aqui temos uma escala decrescente de ofertas semelhante à escala das ofertas queimadas em Levítico 1. Considerando que tanto a oferta queimada quanto a oferta de purificação eram obrigatórias em certas situações, e não opcionais como a oferta pacífica, a lei fazia provisão para os pobres ao permitir que apresentassem uma oferta mais barata caso não tivessem recursos para apresentar uma ovelha ou cabra. O ritual em que um leigo levava uma ovelha ou cabra era muito semelhante ao do líder. O ofertante colocava sua mão sobre o animal e o matava. O sacerdote pegava parte do sangue e o aspergia nos chifres ou pontas do altar para purificá-lo. O restante era queimado ou consumido pelos sacerdotes.

Levítico 5.1-6 apresenta de maneira específica alguns pecados pelos quais um homem comum precisava apresentar uma oferta de purificação. Eles podem ser descritos como pecados de omissão (veja p. 81,82: “As ocasiões que exigiam a oferta de purificação”). Sofrerá a sua iniquidade (v. 1) — essa expressão normalmente se refere ao pecado e à punição dele. Aqui ela provavelmente indica o cumprimento da maldição, pronunciada contra testemunhas que não declaram o que testemunharam (Jz 17.2; Pv 29.24). Quando o homem começa a constatar que a maldição está se cumprindo, ele se sente culpado e então leva sua oferta.

Os versículos 7 a 10 especificam que um homem pobre precisa levar dois pássaros para o sacrifício: um para a oferta de purificação e outro para a oferta queimada. Se essa era a posição de um pobre, as pessoas mais abastadas presumivelmente precisavam oferecer uma oferta queimada também. Já observamos que há uma escala decrescente para ofertas queimadas no capítulo 1. Isso demonstra que a oferta de purificação trata somente de um aspecto do processo de expiação. Ela purifica o Tabernáculo ou Templo, para que Deus possa estar presente com o adorador. A oferta queimada pode então ser oferecida para produzir reconciliação entre o homem e Deus e dar ao adorador uma oportunidade para se dedicar novamente ao serviço de Deus.

A oferta de purificação e o NT

De acordo com as leis levíticas, o sangue da oferta de purificação era usado para purificar o Tabernáculo da contaminação do pecado. Vimos que o propósito primordial dessa purificação era tornar possível a continuidade da presença de Deus entre o seu povo. Muitos outros elementos usados na adoração são manchados com sangue para torná-los apropriados para o serviço/culto a Deus: além de vários altares, também o véu (ou “cortina”, Lv 4) e o propiciatório (Lv 16), as vestimentas dos sacerdotes e os próprios sacerdotes (Êx 29.19ss.; Lv 8.22ss.). Hebreus 9.22 expressa isso assim: “segundo a lei, quase todas as coisas são purificadas com sangue, e sem derramamento de sangue não há perdão” (A21).

Para os autores do NT, é o sangue de Cristo que purifica da contaminação do pecado. Pedro define os cristãos como aqueles que são “escolhidos e destinados por Deus Pai e santificados pelo Espírito, para a obediência a Jesus Cristo e para a aspersão do seu sangue” (1Pe 1.2). Para João, a comunhão com Deus e com outros cristãos ocorre por meio do sangue do seu Filho Jesus nos purificando de todo o pecado (1Jo 1.7). Os santos no céu “lavaram as suas túnicas e as branquearam no sangue do Cordeiro” (Ap 7.14, A21). Assim, a purificação do pecado, assegurada na antiga aliança por meio da oferta de purificação, é efetuada na nova aliança pelo sangue de Cristo. Enquanto nas leis levíticas o local de adoração era purificado, na nova dispensação isso ocorre com o próprio adorador.

João e Pedro mencionam as ofertas de purificação somente de passagem; é o livro de Hebreus que examina o significado delas para o cristão de forma mais detalhada (veja Hb 9; 10). Jesus Cristo é o verdadeiro sumo sacerdote, cujas ações Arão e seus filhos somente estavam imitando o melhor que conseguiam. Cristo “entrou de uma vez por todas no santuário, usando não o sangue de bodes e novilhos, mas o seu próprio sangue, garantindo assim uma redenção eterna. Porque se o aspergir do sangue de bodes e touros e das cinzas de uma novilha sobre os que estão impuros santifica para a purificação da carne, quanto mais o sangue de Cristo, que por meio do Espírito eterno ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará a vossa consciência das obras mortas para servirdes o Deus vivo!” (Hb 9.12-14).

O autor continua e agora ressalta a singularidade e absoluta suficiência do sacrifício de Cristo. Sua morte obteve para nós uma purificação pelo pecado que

os animais nunca conseguiriam obter. Diferentemente deles, a vida de Jesus precisou ser oferecida uma só vez para alcançar o seu efeito. “Portanto, irmãos, tendo coragem para entrar no santuário por meio do sangue de Jesus, pelo novo e vivo caminho que ele nos abriu através do véu, isto é, da sua carne, e tendo um grande sacerdote sobre a casa de Deus, aproximemo-nos com coração sincero, com a plena convicção da fé, com o nosso coração purificado pela aspersão da má consciência e tendo o corpo lavado em água pura” (Hb 10.19-22). Ele estabelece um paralelo entre queimar o sacrifício de purificação fora do acampamento e a morte de Jesus fora de Jerusalém. Isso é um lembrete aos cristãos de como eles devem adorar a Deus. “Temos um altar do qual os que servem no tabernáculo não têm direito de comer. Porque os corpos dos animais, cujo sangue é trazido pelo sumo sacerdote para dentro do lugar santíssimo, como oferta pelo pecado, são queimados fora do acampamento. Por isso, para santificar o povo por meio do seu sangue, Jesus também sofreu fora da porta da cidade. Saíamos, pois, até ele, fora do acampamento, levando a afronta que ele sofreu. Pois aqui não temos cidade permanente, mas buscamos a que virá. Assim, por intermédio dele, ofereçamos sempre a Deus um sacrifício de louvor, que é fruto dos lábios que declaram publicamente o seu nome. Mas não vos esqueçais de fazer o bem e de repartir com os outros, porque Deus se agrada de tais sacrifícios” (Hb 13.10-16, A21).

A aplicação cristã de Levítico 4 e 5

Como no caso de outros sacrifícios em Levítico, a vinda de Cristo tornou a oferta de purificação obsoleta. A morte de Cristo nos purificou das contaminações do pecado de um modo completo e absoluto que nunca mais precisa ser repetido. No entanto, isso não significa que não temos nada a aprender sobre o pecado, os seus efeitos e seus remédios com base em Levítico 4. Os autores do NT demonstram o contrário.

A exegese deles de modo algum esgota a relevância de Levítico 4 para a igreja de hoje. Levítico 4 deixa claro que o pecado contamina o santuário: ele torna impossível para Deus habitar entre o seu povo. Embora Israel ainda fosse o povo escolhido, quando pecava não desfrutava mais dos benefícios da presença de

Deus (cf. Êx 32; Lv 10; Nm 14 etc.). De modo semelhante, o cristão é advertido a não “entristecer o Espírito” (Ef 4.30) com seu pecado. A presença de Deus é agora mediada pelo Espírito Santo que habita no cristão (Ef 2.22); é por isso que a morte de Cristo precisa purificar a nossa “consciência” ou “coração”. Existe a ameaça contínua no NT de que o pecado pode afastar o Espírito do cristão, assim como debaixo da Lei Deus podia ser afastado do Tabernáculo. O cristão recebe a ordem de andar no Espírito e encher-se do Espírito (Gl 5.25; Ef 5.18).

Levítico 4 também mostra que o pecado dos líderes de Israel era considerado mais sério do que o de pessoas comuns. O sumo sacerdote e a comunidade precisavam oferecer animais mais valiosos do que o homem comum. Do mesmo modo, o NT também insiste em que o juízo de Deus sobre os membros da igreja é proporcional à sua responsabilidade: “A quem muito é dado, muito lhe será exigido” (Lc 12.48). “Nós que ensinamos seremos julgados de forma mais severa” (Tg 3.1).

Essas leis do AT também mostram que o pecado não intencional é tanto um pecado aos olhos de Deus quanto a prática pecaminosa deliberada. Promessas precipitadas ou deveres não cumpridos são tão capazes de fazer com que Deus se separe de nós agora quanto o eram debaixo da antiga aliança.

Elas também nos mostram o que devemos fazer quando a nossa consciência nos condena: “se ele se sentir culpado quanto a qualquer uma dessas coisas, ele deverá confessar como pecou, e, então, [...] deverá levar [...] uma oferta de purificação” (5.5,6). Do mesmo modo, também no NT, a confissão dos pecados é um pré-requisito da purificação. “Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça” (1Jo 1.9, A21). Para o cristão, a oferta animal não é mais necessária, visto que a morte de Cristo produziu a purificação, mas a confissão é imprescindível para o restabelecimento da comunhão com Deus.

5. A oferta de restituição (5.14-26 [VP 5.14—6.7])

Exegese e exposição

¹⁴O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁵“Se alguém transgredir e pecar inadvertidamente contra a propriedade sagrada do

Senhor

, ele deverá trazer como restituição para o

Senhor

um carneiro convertível em siclos de prata segundo o padrão do santuário para ser uma oferta de restituição. ¹⁶Ele também deverá restituir no que pecou na propriedade sagrada, acrescentar um quinto e dá-lo ao sacerdote. O sacerdote fará expiação por ele usando o carneiro da oferta de restituição, e ele será perdoado.

¹⁷Se alguém pecar ao violar alguma ordem do

Senhor

, mas não o perceber, e então se sentir culpado e carregar sua iniquidade, ¹⁸ele deverá levar ao sacerdote um carneiro perfeito ou seu equivalente (em dinheiro) para ser uma oferta de restituição, e o sacerdote fará expiação por ele por causa de seu erro inadvertido que ele não percebeu, e ele será perdoado. ¹⁹É uma oferta de restituição. Ele fez restituição ao

Senhor

•
²⁰[6.1]O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²¹[6.2]“Se alguém pecar e transgredir contra o

Senhor

ao enganar seu próximo com respeito a qualquer depósito ou penhor, por roubo, ou por oprimir o seu próximo, ²²[6.3]ou ao encontrar propriedade perdida, e ele enganar ou jurar falsamente em qualquer desses casos em que os homens pecam uns contra os outros, ²³[6.4]se ele pecar e se sentir culpado, deverá devolver o que roubou ou extorquiou, o depósito que recebeu em confiança, ou a propriedade perdida que ele achou, ²⁴[6.5]ou qualquer coisa sobre a qual jurou falsamente; assim que ele se sentir culpado, deverá restituir plenamente e acrescentar um quinto ao que deve lhe dar. ²⁵[6.6]Ele deverá levar ao sacerdote, como sua restituição ao

Senhor

, um carneiro perfeito ou seu equivalente para ser oferta de restituição. ²⁶[6.7]O sacerdote fará expiação por ele diante do

Senhor

, e ele será perdoado por qualquer uma dessas coisas pelas quais os homens trazem culpa sobre si mesmos.”

A oferta de restituição (pela culpa)

A oferta de restituição (“oferta pela culpa”, RSV, NEB, NIV) conclui a lista de sacrifícios em Levítico 1 a 5. Como no caso dos outros sacrifícios, houve muito

debate sobre a sua função e propósito na adoração israelita. A palavra traduzida aqui por oferta de restituição ou “oferta pela culpa” (’āshām) em outros contextos pode significar “restituição” ou “culpa”, e isso causou confusão sobre a função desse sacrifício. Em Levítico 5.7, de acordo com a tradução da RSV, um homem pobre “precisa levar como sua oferta pela culpa [...] duas rolinhas ou dois pombinhos, um para a oferta pelo pecado e outro para a oferta queimada”. Parece preferível, no entanto, traduzir a primeira expressão por “como sua restituição” (cf. 5.6,15,25 [VP 6.6]; 19.21) e não por “sua oferta pela culpa”, pois aves nunca são oferecidas como oferta pela culpa.

A confusão entre a oferta de restituição e a oferta de purificação (Lv. 4) é aumentada pela antiga interpretação da oferta de purificação como a oferta pelo pecado. Certamente, a oferta pelo pecado e a oferta pela culpa devem estar intimamente relacionadas. Consequentemente, muitos comentaristas interpretam a oferta pela culpa como um tipo de oferta pelo pecado ou vice-versa.

Um exame mais atento revela que os dois sacrifícios eram bem diferentes. O ritual era diferente. Os animais sacrificiais eram diferentes. As circunstâncias em que eram oferecidos eram diferentes. A função da oferta de restituição não era a mesma que a da oferta de purificação. Em resumo, nomes diferentes indicam sacrifícios diversos. Uma vez que outros sacrifícios também tinham relação com a culpa do pecado, há muito que se pode dizer a favor de chamar isso de “oferta de restituição”²⁷ ou “oferta de compensação”²⁸ a fim de realçar o seu significado exato.

Os animais desse sacrifício

Somente um carneiro ou um cordeiro podia ser oferecido como oferta de restituição (Lv 5.14ss.; 14.12ss.; 19.21,22; Nm 6.12). A oferta de restituição é incomum em restringir a escolha do animal a uma espécie desse modo. Carneiros e cordeiros podiam ser oferecidos como ofertas queimadas ou ofertas pacíficas, mas outros animais também podiam. Por outro lado, cordeiros nunca eram permitidos para a oferta de purificação. Touros, bodes e cabras, cordeiras e aves podiam ser oferecidos, mas não carneiros ou cordeiros. A escolha de

animais é a primeira distinção clara entre a oferta de purificação e a oferta de restituição.

O rito (veja também Lv 7.1-7)

O aspecto ritual da oferta de restituição é descrito muito mais brevemente do que o dos outros sacrifícios, e é difícil ter certeza acerca do procedimento exato. A brevidade da descrição talvez corresponda à relativa falta de importância do ritual em relação a esse sacrifício. O valor do animal apresentado era mais importante do que o procedimento no altar.

O adorador levava o seu carneiro sem defeito ao altar da oferta queimada. Como acontecia nos outros sacrifícios, o animal era morto ali. Não ficamos sabendo se o adorador colocava sua mão sobre o animal, mas Números 5.7 menciona a confissão como parte do rito. Considerando que a imposição de mãos era geralmente acompanhada pela confissão em outros sacrifícios animais, parece provável que isso fizesse parte desse sacrifício também.

Como acontecia nas ofertas queimadas e nas ofertas pacíficas, o sangue era lançado sobre o altar. Não havia quaisquer ritos de aspersão de sangue como os que caracterizavam a oferta de purificação. Por fim, a gordura e as vísceras do carneiro eram queimadas no altar. Os sacerdotes tinham direito à carne e podiam cozinhá-la e comê-la em um lugar santo. Ao destinar a carne aos sacerdotes, a oferta de restituição se assemelhava à oferta de purificação do líder ou do leigo.

As ocasiões que exigiam a oferta de restituição

As situações que demandavam a oferta de restituição são listadas e explicadas em Levítico 5.14-24 [VP 5.14—6.5]; 14.10ss.; 19.20-22; Números 5.6-10; 6.9-12. A primeira é definida em Levítico 5.15 assim: “Se alguém transgredir e pecar

inadvertidamente contra a propriedade sagrada do

Senhor

...”. A palavra transgredir (mā‘al) é usada para uma ampla variedade de pecados graves no AT. Ela pode se referir a adultério (Nm 5.12,27), adoração de divindades pagãs (Nm 31.16; Ez 20.27) e casamento com estrangeiros (Ed 10.2,10). Ela também se refere ao pecado de Acã de roubar os espólios consagrados (Js 7.1) e à falta de Uzias ao insistir em oferecer incenso no Templo, um privilégio limitado aos sacerdotes (2Cr 26.16,18).

A transgressão aqui é definida mais precisamente como pecar inadvertidamente²⁹ contra a propriedade sagrada do

Senhor

. A palavra traduzida por propriedade sagrada é literalmente “coisas sagradas”. No singular, essa palavra (qōdesh) significa “santidade” ou “santuário” (p. ex., 20.3; 22.2,32; 10.4,17,18). O plural parece se referir a ofertas feitas aos sacerdotes, que em Levítico 22 e 27 são chamadas de “coisas sagradas”. Somente os sacerdotes e membros da casa dele podem comer das coisas sagradas (22.2-13). “Se alguém comer comida sagrada de forma inadvertida, ele deverá acrescentar um quinto a ela e dá-la ao sacerdote” (22.14). O capítulo 27 define “coisas sagradas” como qualquer coisa que os homens dedicam a Deus, como, por exemplo, animais, casas, terra, dízimos.

Quando um homem dedicava algo, o valor disso era avaliado pelo sacerdote, e se o ofertante depois mudava de ideia, precisava pagar um quinto a mais para redimir o item. “Porção santíssima”, literalmente “coisa santa das coisas santas”, é um termo técnico para as partes dos sacrifícios comidas pelos sacerdotes (p. ex., Lv 2.3,10).

O que exatamente constituía um pecado inadvertido contra a propriedade sagrada (as coisas sagradas) do Senhor não é especificado. Comer comida sagrada é uma possibilidade (veja Lv 22.14). Talvez não cumprir um voto de dedicação ou não apresentar o dízimo também teria constituído uma transgressão que exigia uma oferta de restituição. Observe-se que a penalidade tem duas partes: o homem precisa restituir ao sacerdócio aquilo de que os sacerdotes haviam sido privados por erro dele, mais 20%. Ele também precisava levar um carneiro para ser sacrificado no altar. O adorador precisava compensar o homem

que ele havia prejudicado devolvendo-lhe o que ele havia perdido, e precisava reconhecer a sua culpa diante de Deus levando um carneiro sacrificial.

O carneiro precisa ser perfeito, isto é, sem defeito, e precisa ser convertível em siclos de prata segundo o padrão do santuário (v. 15). Essa expressão é obscura. A expressão judaica tradicional é que o carneiro precisa valer ao menos dois siclos.³⁰ Estudos mais recentes explicaram a expressão de forma diferente. A tradução adotada aqui pressupõe a interpretação de E. A. Speiser.³¹ Se o homem não podia levar um carneiro como oferta de restituição, ele precisava levar em vez disso uma quantia equivalente de prata. Um valor preciso não é fornecido para o carneiro, pois o seu preço variava de tempos em tempos. Uma provisão semelhante é encontrada nos documentos de Nuzi do segundo milênio a.C. Jackson,³² no entanto, sugere que a expressão significa “na tua avaliação da propriedade”, isto é, a pessoa culpada precisa restituir a propriedade sagrada, mais 20%, mais uma quantia de valor equivalente à propriedade sagrada. Para defender essa ideia, Jackson³³ precisa pressupor que a referência a siclos de prata é uma interpolação no versículo 15, visto que ela está ausente em 5.18 e 5.25 [VP 6.6]. A explicação de Speiser de que a expressão em 5.18,25 é uma abreviação da expressão completa em 5.15 parece preferível.

Segundo o padrão do santuário (v. 15) é literalmente “em siclos sagrados”. Evidentemente, o santuário tinha o seu próprio conjunto de pesos, um pouco diferentes de outros sistemas.³⁴ Para esse sacrifício importante, era preciso usar os pesos sagrados do santuário.

Os versículos 17 a 19 tratam de mais um caso de transgressões inadvertidas contra a propriedade sagrada. Ela é diferente da primeira — em que a transgressão era conhecida — pelo fato de que o transgressor não sabe o que fez de errado: mas não o perceber (v. 17). Isso não parece se referir a ignorância da lei. Presume-se que os homens sabem que eles não devem tomar propriedade sacerdotal. Nem é uma questão de descobrir que tal coisa pertencia ao sacerdote. Se alguém descobria que havia furtado inadvertidamente uma propriedade sagrada, ele deveria devolvê-la, mais 20%, mais um carneiro (veja v. 15,16). Em vez disso, a descoberta de que ele cometeu uma transgressão surge por meio da sua consciência. Ele se sente culpado e começa a sofrer³⁵ por causa disso, isto é, carrega a sua iniquidade.

Portanto, esse é um caso de suspeita de transgressão contra propriedade sagrada, um dos pecados mais temíveis na Antiguidade.³⁶ Alguém suspeitou que pecou,

mas não sabe exatamente como. Nessa incerteza, essa pessoa teme o pior e, portanto, é necessário levar uma oferta de restituição, um carneiro perfeito ou seu equivalente (em dinheiro). A gravidade do pecado de que trata a oferta de restituição é demonstrada pelo fato de que, diferentemente das ofertas queimada e de purificação, não era permitido o oferecimento de animais menos valiosos do que carneiros. No entanto, como somente havia suspeita de pecado, e não conhecimento de pecado de fato, a oferta não implicava nenhuma restituição de propriedade sagrada. Esse sacrifício servia então para pacificar consciências israelitas hipersensíveis. A última frase, Ele fez restituição ao

Senhor

(v. 19), realça a certeza de perdão já mencionada no versículo anterior.³⁷

A terceira situação em que uma oferta de restituição era exigida era bem diferente. Ela é novamente descrita como transgressão contra o Senhor (v. 21 [VP 6.2]). O pecado de que se trata aqui não é meramente roubar os bens de um vizinho de forma descarada, por extorsão ou não devolvendo a propriedade confiada aos cuidados de outrem (v. 21,22 [VP 6.2,3]), mas também ocorre no caso em que uma pessoa for questionada a respeito disso, e ela jurar falsamente (v. 22 [VP 6.3]) que não é culpada. Juramentos pelos deuses eram um meio comum de decidir disputas legais, quando não havia outras evidências. Êxodo 22.6ss. [VP 22.7ss.] prescreve um juramento pelo Senhor para diversos casos desse tipo.³⁸ Ao abusar do juramento, uma pessoa tomava o nome santo de Deus em vão e transgredia contra a sua santidade. Portanto, uma oferta de restituição era necessária para fazer reparação. Milgrom³⁹ mostra que os vizinhos de Israel também consideravam um falso juramento um pecado comparável à transgressão contra a propriedade sagrada.

O que é notável nessa prescrição é que embora a transgressão fosse descarada e intencional, um perjúrio em um tribunal público, ainda assim a expiação sacrificial era permitida. As outras ofertas de restituição eram para pecados inadvertidos. Esse também era o caso das ofertas de purificação, embora também fossem aceitáveis para pecados de omissão (5.1-6). Parece provável que a expiação para pecados intencionais era possível quando havia evidência de verdadeiro arrependimento, demonstrado por remorso (sentir-se culpado), restituição plena (5.23 [VP 6.4]) e confissão de pecados⁴⁰ (cf. Nm 5.6-8).

Mais um aspecto notável dessa lei é a exigência pequena da restituição feita ao

homem que havia perdido a sua propriedade, em comparação com a lei em Êxodo 22.6ss. Ali, por razões semelhantes, a restituição dobrada era a norma (200%), enquanto aqui ela é somente uma restituição do valor equivalente mais um quinto (120%), além de um carneiro. Tradicionalmente, essa discrepância foi explicada assim: Êxodo considera uma situação em que o transgressor é condenado com base na evidência apresentada pelo querelante, mas em Levítico o culpado confessa a sua culpa. Diminuir a pena deve ter encorajado a rendição voluntária.⁴¹

Uma oferta de restituição de um cordeiro era exigida, juntamente com uma oferta queimada e uma oferta pelo pecado quando um leproso era declarado puro (Lv 14). Uma oferta de restituição de um carneiro é prescrita quando um homem tinha relações sexuais com uma moça escrava comprometida com outro homem (Lv 19.20-22). Se a moça fosse livre, ambos teriam sido mortos como adúlteros (cf. Dt 22.23,24). Considerando que era escrava, ela não era considerada responsável por sua ação. O homem, no entanto, deveria levar uma oferta de restituição. Por fim, um nazireu que, por força das circunstâncias, violava o seu voto de dedicação total a Deus precisava oferecer uma oferta de restituição (Nm 6.6-12).

O significado da oferta de restituição

A oferta de restituição é prescrita para dois tipos principais de transgressões, a transgressão contra coisas sagradas e a transgressão contra o nome santo de Deus por proferir falsos juramentos no tribunal. Como foi mostrado na Introdução (veja VI.2, p. 15: “Santidade”), o contato entre o santo e o impuro poderia resultar em morte (Lv 10.1,2; Nm 16.16ss.). Pode-se argumentar que nesse sacrifício o carneiro era morto no lugar do pecador culpado.

De maneira alternativa, o carneiro pode ser visto como restituição a Deus, assim como a devolução da propriedade mais um quinto faz restituição ao homem ou sacerdote cujos bens foram roubados.

Ambas as explicações parecem abranger o caso do nazireu cuja santidade era

contaminada por alguém que morria perto dele (Nm 6.9). Juntamente com uma oferta de purificação e uma oferta queimada, ele precisa levar uma oferta de restituição quando renova o seu voto (Nm 6.11,12). A base para isso poderia ser o sofrimento do animal no lugar do nazireu contaminado ou a reparação ao Senhor pelo tempo que ele havia sido privado dos serviços do nazireu. A razão de um “leproso” purificado ter precisado fazer uma oferta de restituição não é clara (Lv 14.12). Doenças de pele graves tornavam um homem impuro e, portanto, ele era expulso do acampamento. Talvez a oferta de restituição tenha sido incluída nesse caso porque Deus de algum modo havia sido privado da adoração do homem. Ou, pelo fato de as doenças de pele serem muitas vezes associadas com juízo sobre o pecado, especialmente de transgressão contra a santidade (2Cr 26.16-19), talvez fosse o caso de ser considerado apropriado que o “leproso” purificado oferecesse esse sacrifício para trazer sobre ele os benefícios do sacrifício caso a sua doença tivesse sido causada por um pecado desse tipo (cf. Lv 5.17-19). Por fim, se violar o mandamento quanto a usar o nome de Deus em vão exigia uma oferta de restituição, não é surpreendente que o adultério também o exigia (Lv 19.20-22). Mas isso não ajuda a determinar se o carneiro oferecido morria no lugar do pecador ou fornecia compensação a Deus pela sua perda.

A interpretação mais antiga do significado da oferta de restituição é encontrada em Isaías 53, em que o Servo Sofredor é descrito: “Ele foi ferido pelas nossas transgressões, ele foi esmagado pelas nossas iniquidades” (v. 5). “O

Senhor

fez cair a iniquidade de todos nós sobre ele” (v. 6). Nessas palavras, a ideia da expiação substitutiva é claramente apresentada. O servo sofre em nosso lugar. Ele carrega a pena dos nossos pecados.

No versículo 7, torna-se claro que o profeta está pensando de modo sacrificial: o servo é “como um cordeiro que é levado ao matadouro” (A21). A palavra usada aqui (śeh) é menos precisa do que a usada para cordeiro em Levítico e pode na verdade se referir a ovelhas ou cabras. Uma alusão a qualquer tipo de sacrifício animal, portanto, é possível e pode ser a intenção. No entanto, o versículo 10 é mais específico: “Contudo, foi da vontade do

Senhor

esmagá-lo; ele o pôs a sofrer”. “Uma oferta pelo pecado” é literalmente uma oferta de restituição. A morte do Servo Sofredor faz compensação pelos pecados do povo e faz com que muitos sejam considerados justos.

Talvez não seja necessário, no entanto, escolher entre a ideia de expiação substitutiva — do cordeiro que morre no lugar do pecador — e a de restituição — do cordeiro que de algum modo compensa Deus pela perda que ele sofreu como o resultado do pecado. Em alguma medida, a substituição parece fazer parte da teologia de todos os sacrifícios: a restituição talvez seja o componente específico da oferta de restituição, assim como a purificação é o alvo característico da oferta de purificação.

A oferta de restituição chama a atenção para o fato de que o pecado tem uma dimensão tanto social quanto espiritual. Ele não afeta somente o nosso relacionamento com o nosso próximo, ele afeta o nosso Criador. Ele influencia o nosso relacionamento vertical com Deus, bem como o relacionamento horizontal com os outros. Do mesmo modo que temos de nos acertar com os homens pagando-lhes de volta pelas injustiças que cometemos contra eles, também precisamos compensar o nosso Pai celestial pelas dívidas que acumulamos contra ele.

A oferta de restituição demonstra, assim, que há mais um aspecto do pecado que os outros sacrifícios não abrangem. Ele é o da satisfação ou compensação. Se a oferta queimada produz reconciliação entre Deus e o homem, a oferta de purificação ou oferta pelo pecado produz purificação, enquanto a oferta de restituição produz satisfação por meio de um pagamento pelo pecado.

O sistema sacrificial, portanto, apresenta modelos ou analogias diferentes para descrever os efeitos do pecado e o modo de remediá-los.⁴² A oferta queimada usa uma imagem pessoal: do homem, o pecador culpado que merece morrer por seus pecados, e do animal que morre no lugar dele. Deus aceita o animal como um resgate pelo homem. A oferta pelo pecado [de purificação] usa um modelo médico: o pecado torna o mundo tão contaminado que Deus não pode mais habitar ali. O sangue do animal desinfeta o santuário a fim de que Deus continue presente com o seu povo. A oferta de restituição apresenta uma imagem comercial do pecado. O pecado é uma dívida que o homem contrai com Deus. A dívida é paga por meio do animal oferecido.

O NT e a oferta de restituição

A oferta de restituição nunca é mencionada no NT, mas Isaías 53 é citado várias vezes e as suas ideias estão na base de muitas passagens que descrevem o sofrimento de Cristo (v. 1//João 12.38; Rm 10.36; v. 4//Mt 8.17; v. 5,6//1Pe 2.24,25; v. 9//1Pe 2.22; v. 12//Lc 22.37). Os Evangelhos realçam como Cristo foi açoitado, deixou falsas acusações sem resposta no seu julgamento, foi crucificado com dois ladrões e sepultado no túmulo de um homem rico. Todos esses pontos talvez sejam alusões a Isaías 53. Até mesmo quando não aludiam explicitamente a Isaías 53, os Evangelistas obviamente viam o cumprimento dessa profecia em Jesus.

Parece legítimo, portanto, considerar a morte de Cristo não somente a oferta queimada, oferta pacífica e oferta de purificação perfeitas, mas também a oferta de restituição perfeita, o sacrifício que compensa Deus metaforicamente pelos nossos pecados. Como no caso dos outros sacrifícios, é difícil entender como uma transação desse tipo pode ser aplicada a Deus e especialmente às relações na Trindade. Não devemos achar que qualquer uma dessas analogias ou modelos sacrificiais seja uma descrição completa. Eles são termos humanos que têm o objetivo de fornecer ao homem alguma percepção dos mistérios da nossa redenção.

A morte de Cristo, a oferta de restituição perfeita, portanto, tornou a oferta de restituição levítica obsoleta, bem como os outros sacrifícios. Já não é necessário tentar compensar Deus pela nossa falha levando um carneiro ou um cordeiro ao altar. O sacrifício de Cristo cancelou as nossas dívidas espirituais.

Há mais um aspecto da oferta de restituição que ainda tem relevância hoje. A oferta de restituição concentra a atenção na dívida que contraímos com Deus quando rompemos o relacionamento de confiança com ele ou com os outros homens. Quando o pecado envolvia uma injustiça contra um próximo, este próximo precisava receber restituição mais um quinto do valor, além do sacrifício que era oferecido a Deus. O perdão divino dependia da restituição ao próximo e do sacrifício oferecido ao Senhor. De forma semelhante, o NT demanda que façamos reparações ao nosso próximo a fim de desfrutarmos de paz com Deus.

“Perdoa-nos as nossas transgressões, assim como temos perdoado aos nossos transgressores” (Mt 6.12). “Quando apresentares tua oferta no altar, se ali te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa diante do altar a oferta e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; depois vem apresentar a oferta” (Mt 5.23,24, A21). Quando Jesus foi à casa de Zaqueu, este anunciou: “Vê, Senhor, darei aos pobres metade dos meus bens, e, se prejudiquei alguém em alguma coisa, eu lhe restituirei quatro vezes mais” (Lc 19.8,9, A21). Em ambos os Testamentos, o caminho da salvação se dá por meio do sacrifício e de reparações àqueles que prejudicamos.

¹ Em 4.22, um caso subordinado é iniciado com “se, todo aquele” (’asher). Esse é um uso raro e peculiar de ’asher). O termo pode ser usado aqui para indicar que um tipo diferente de oferta de purificação está prestes a ser discutido, em que o sangue é colocado no altar principal fora da Tenda do Encontro.

² Por exemplo, RSV, NEB, ARA, NVI.

³ Hattā’t é um substantivo formado a partir do piel de ḥattā’ (pecar), isto é, ḥittē’, “des-pecar” ou “purificar”. Logo, hattā’t significa “purificação” ou “sacrifício que obtém a purificação”. Assim, B. A. Levine, Presence of the Lord, p. 101s.; cf. Lv 8.15; Nm 19.19; Sl 51.9 [VP 51.7]; Ez 43.20ss.

⁴ A interpretação seguida aqui é a de J. Milgrom, desenvolvida por ele em diversas obras, esp. “The function of the ḥattā’t sacrifice” [texto em hebraico], Tarbiz 40 (1970): 1-8; “Two kinds of ḥattā’t”, VT 26 (1976): 333-7; Encyclopedia Miqra’it, vol. 7: Cult and conscience, cc. 237-240.

⁵ O efa é uma unidade de capacidade cujo tamanho exato é incerto. De acordo com de Vaux, Ancient Israel, p. 202 [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)], um décimo de um efa de farinha era igual a 1,5 litro de farinha.

⁶ Em analogia com outros sacrifícios (veja acima).

⁷ Entendendo ’et penê pārōket (na cortina, v. 6,17) como o objeto direto de aspergirá. Lit., “aspergirá [...] a face (superfície) da cortina”. De outro modo, ’et-penê pode ser entendido como uma alternativa a lipnê, “diante de”, como em 1Samuel 2.11.

⁸ Projeções [pontas] em cada canto do altar que pareciam chifres.

⁹ Queimará (4.12) — aqui é usada uma palavra diferente da palavra no v. 10 (hiqtîr). Šārap é a queima comum que produz a destruição. Hiqtîr significa literalmente “transformar em incenso” e é a palavra usada para queimar coisas no altar. Queimadas ali, elas subiam a Deus como uma espécie de incenso, um cheiro adocicado ou um “aroma agradável”. Do lado do monte de cinzas (lit., “em cima ou ao lado do lançar cinzas”). O monte de cinzas fora do acampamento deve ser distinguido da cova das cinzas (1.16) (lit., “lugar das cinzas”) perto do altar da oferta queimada. A palavra hebraica ‘al (do lado) pode significar “em cima de” ou “ao lado de”. O último significado seria uma tradução mais apropriada. ‘Al claramente significa “em cima de” quando se fazem referências a sacrifícios sendo queimados um em cima do outro no altar (p. ex., 1.12; 3.5; 4.35; 8.28).

¹⁰ A última frase do v. 13 diz no hebraico: “isso pertence ao sacerdote assim como a oferta de cereais”. A LXX, seguida pela maioria dos tradutores recentes, interpreta corretamente como “o restante pertence ao sacerdote”.

¹¹ Cf. B. S. Jackson, *Essays in Jewish and comparative legal history* (Leiden: Brill, 1975), p. 91s.

¹² Lit., “é ocultado dele”. O contexto mostra que o esquecimento é a causa do pecado.

¹³ Hertz, p. 22.

¹⁴ *Biblical Archeology*, vol. 1, p. 299.

¹⁵ Keil, p. 305.

¹⁶ Keil, p. 306s.

¹⁷ Levine, *Presence of the Lord*, p. 68s.

¹⁸ Por exemplo, Keil, p. 303.

¹⁹ Cf. Hoffmann, vol. 1, p. 176s; Gispén, p. 71s.

²⁰ Hoffmann, vol. 1, p. 176s.

²¹ Por vezes, em vez do termo normal para “touro novilho” (par), a expressão

pleonástica (par ben-bāqār), literalmente “um touro/novilho bovino”, é encontrada (4.3,14; 16.3; 23.18). R. Péter, VT 25 (1975): 492, sugere que essa expressão é um arcaísmo que data de um período em que par simplesmente significava “um animal macho adulto”.

²² Keil, Biblical Archaeology, vol. 2, p. 316; cf. Saalschütz, p. 38ss.

²³ A. Hurvitz (Tarbiz 40 [1971]: 261-7) mostra que ‘ēdāh, um termo especialmente comum na literatura sacerdotal, caiu em desuso após o Exílio.

²⁴ “São culpados” é uma tradução possível de ’āshēm, mas, como Milgrom (Cult and conscience, p. 722) mostrou, traduzir o termo por “ser culpado” torna a observação supérflua. Acabou-se de afirmar que um mandamento foi violado. Está claro que a comunidade é objetivamente culpada, mas não percebe isso. A palavra ’ashēm tem o mesmo sentido em 4.22,27; 5.2-5,17,23,24 [VP 6.4,5].

²⁵ Cf. E. A. Speiser, “Background and function of the biblical nāšî’, Oriental and biblical studies, p. 113-22.

²⁶ Lit., “um entre o povo da terra”, uma expressão relativamente rara no Pentateuco (veja Gn 23.7,12,13; Êx 5.5; Lv 20.2,4; Nm 14.9). Gispén (p. 84) ressalta que, apesar de essas leis anteverem o estabelecimento de Israel em Canaã, essa expressão não refuta necessariamente a autoria mosaica.

²⁷ Milgrom, Cult and conscience, p. 13s.

²⁸ Veja N. H. Snaith, “The sin-offering and the guilt-offering”, VT 15 (1965): 73-80.

²⁹ Sobre esse termo, veja acima comentário de 4.2, p. 82.

³⁰ Cf. Elliger, p. 77.

³¹ Veja E. A. Speiser, Oriental and biblical studies, p. 124-8, seguido por Levine, Presence of the Lord, p. 95-100; Milgrom, Cult and conscience, p. 13ss. Speiser entende o sufixo pronominal em ‘erkekā, “tua avaliação”, como uma forma arcaica que perdeu o seu significado, de modo que ‘erkekā significa “avaliação”, “equivalente monetário”. Cf. bō’^akāh, “tua aproximação > aproximação” (Gn 10.19,30 etc.).

³² [B. S. Jackson, Theft in early Jewish law \(Oxford: Clarendon, 1972\), p. 175.](#)

³³ [Ibidem, p. 172.](#)

³⁴ [Veja de Vaux, Ancient Israel, p. 203ss \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\].](#)

³⁵ [Para esse significado de “carregar a iniquidade”, cf. Gn 4.13; Lv 7.18; 20.17,20; Nm 5.31; 14.34; Sobre ’āshēm, “sentir-se culpado”, cf. o comentário de 4.13.](#)

³⁶ [Milgrom, Cult and conscience, p. 76ss.](#)

³⁷ [’Ashōm ’āsham \(ele fez restituição\) é geralmente traduzido por “ele é culpado”. No entanto, uma reafirmação da culpa do homem é inesperada a essa altura do texto, pois as leis sacrificiais geralmente terminam com uma afirmação de perdão e expiação. O fato de que ’āsham pode significar “carregar culpa, sofrer punição” é claro \(p. ex., Os 5.15; 10.2\). Visto que ḥittē’ pode significar “des-pecar, purificar, fazer a oferta de purificação” \(6.19\), um significado análogo pode ser apresentado para ’āsham, “fazer restituição”.](#)

³⁸ [Para exemplos extrabíblicos, veja LE 22, 37; LH 9, 23, 106, 120, 126, 131, 206s., 227, 249, 266, 281; MAL A25, 47.](#)

³⁹ [Cult and conscience, p. 21s.](#)

⁴⁰ [Para uma análise detalhada da confissão e arrependimento na lei do AT, veja Milgrom, Cult and conscience, p. 105ss.](#)

⁴¹ [Jackson \(Theft in early Jewish Law, p. 175\) busca associar Êxodo e Levítico pensando que o carneiro precisa ter um valor equivalente à propriedade roubada. A restituição então seria 220%. Como Milgrom \(Cult and conscience, p. 116, n. 428\) mostra, haveria muitos casos em que o valor do carneiro seria muito diferente daquele do item roubado.](#)

⁴² [Sobre modelos teológicos na teologia da expiação, veja J. I Packer, “What did the cross achieve?”, TB 25 \(1974\): 3-45.](#)

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

A. Instruções para os leigos (1.1—5.26 [VP 1.1—6.7])

☛ B. Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [VP 6.8—7.38])

B. Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [vp 6.8—7.38])

Instruções para os sacerdotes (6.1—7.38 [VP 6.8—7.38])

A oferta queimada perpétua (6.1-6 [VP 6.8-13])

A oferta de cereais (6.7-11 [VP 6.14-18])

A oferta de cereais do sacerdote (6.12-16 [VP 6.19-23])

A oferta de purificação (6.17-23 [VP 6.24-30])

A oferta de restituição (7.1-10)

A oferta pacífica (7.11-36)

Resumo (7.37,38)

A estrutura de Levítico 6.1—7.38 [VP 6.8—7.38]

O material nesses capítulos é apresentado em nove parágrafos.

6.1-6 [VP 6.8-13] A oferta queimada perpétua

6.7-11 [VP 6.14-18] A oferta de cereais

6.12-16 [VP 6.19-23] A oferta de cereais do sacerdote

6.17-23 [VP 6.24-30] A oferta de purificação

7.1-10 A oferta de restituição

7.11-21 A oferta pacífica

7.22-27 Gordura ou sangue não devem ser comidos

7.28-36 As porções da oferta pacífica pertencentes aos sacerdotes

7.37,38 Resumo

Cada parágrafo começa com “O

Senhor

falou a Moisés” (6.12 [VP 6.19]; 7.22,28) ou “Esta é a lei da” (6.7 [VP 6.14]; 7.1,11,37). Em duas ocasiões, ambas as expressões iniciais ocorrem juntas (6.1,2; 6.17,18 [VP 6.8,9; 6.24,25]), talvez indicando subdivisões principais do material. Além disso, há uma pequena alteração na fórmula inicial em 7.22,23,28,29, que se dirige aos israelitas e não aos filhos de Arão (6.2,17,18 [VP 6.9,24,25]). De acordo com esses critérios, os nove parágrafos se dividem em três grupos de três (A: 6.1-6; 6.7-11; 6.12-16; B: 6.17-23; 7.1-10; 7.11-21; C: 7.22-27; 7.28-36; 7.37,38), uma organização em tríades semelhante à dos capítulos anteriores.

O tema principal desses capítulos é o consumo da carne sacrificial (p. ex.,

6.9,11,16,19 [VP 6.16,18,23,26]): quem pode comer o quê e onde. Na maioria dos casos, somente sacerdotes podiam comer os sacrifícios, mas leigos podiam tomar parte na oferta pacífica, e esta é a sugestão para apresentar regras mais gerais sobre o comer em 7.22-27 e sobre as porções da oferta pacífica reservadas aos sacerdotes em 7.28-36.

A seção termina com um breve resumo do seu conteúdo que lista os principais temas tratados (7.37,38). Resumos finais como esse também são encontrados em 11.46,47; 13.59; 14.54-57; 15.32,33.

A relação de Levítico 6 e 7 com os capítulos 1 a 5

Nesses capítulos, são acrescentadas algumas regras para a conduta da adoração. Em vários aspectos, elas se sobrepõem ao material dos capítulos 1 a 5, e até certo ponto os copiam. Eles tratam dos mesmos sacrifícios — a oferta queimada, a oferta de cereais, a oferta pacífica, a oferta de purificação e a oferta de restituição. Dessa vez, no entanto, o texto trata dos sacrifícios em uma ordem diferente; a oferta pacífica é tratada por último em Levítico 7, mas é o terceiro tipo de sacrifício no capítulo 3.

O leitor atual de Levítico inevitavelmente pergunta por que deve haver essa repetição e aparente incoerência na organização do material no livro. Críticos da Bíblia apresentaram muitas sugestões para explicar a presente estrutura de Levítico da perspectiva do processo em que o livro foi escrito. A mais simples e menos especulativa dessas teorias é a de Hoffmann,¹ que defende que Levítico 6 e 7 foi escrito logo depois de Êxodo 29. Êxodo 29 conta de que forma Arão e seus filhos deviam ser ordenados como sacerdotes e fala dos sacrifícios que precisavam ser oferecidos naquela ocasião. Levítico 6 e 7 explica alguns detalhes do ritual envolvido nesses sacrifícios. Então, algum tempo depois, Levítico 1 a 5 foi escrito para esclarecer como e quando o leigo comum devia levar seus sacrifícios. Hoffman fundamenta sua afirmação na forte ligação entre Êxodo 29 e Levítico 6 e 7 e no fato de que ambos os conteúdos foram revelados no monte Sinai (Lv 7.37,38), enquanto Levítico 1 a 5 foi revelado no Tabernáculo (Lv 1.1).

Esse tipo de resposta só lida parcialmente com a pergunta da relação entre o material nesses capítulos. No nível da autoria humana, ele não explica como o editor de Levítico entendia a relação mútua dessas seções. No nível da inspiração divina, precisamos perguntar: O que devemos aprender do segundo tratamento do mesmo tópico? Por que Deus apresentou as suas instruções para a adoração de uma forma em Levítico 1 a 5 e de outra nos capítulos 6 e 7?

Uma comparação de Levítico 1 a 5 com os capítulos 6 e 7 revela diferenças de ênfase e organização que talvez forneçam uma pista quanto à sua relação mútua e propósito particular. Levítico 1.2 e 4.2 iniciam as suas observações sobre a adoração com: “Fala aos israelitas”. As leis individuais seguintes começam com: “Se um homem”, “Se alguém” e assim por diante. Os capítulos 1 a 5 são dirigidos a qualquer israelita que precisa oferecer um sacrifício. Eles se concentram no que o adorador precisa fazer.

Em contraste, os capítulos 6 e 7 concentram a atenção na função dos sacerdotes na adoração. Levítico 6.2 [VP 6.9] diz: “Ordena a Arão e seus filhos” e 6.18 [VP 6.25]: “Dize a Arão e seus filhos”. A maioria dos regulamentos nesses dois capítulos é para a informação dos sacerdotes. As regras explicam o que os sacerdotes devem fazer, quais partes do sacrifício devem ser dadas a eles e assim por diante. Somente dois parágrafos (7.22ss., 28ss.) se dirigem ao povo como um todo. Eles são na verdade uma espécie de digressão motivada pelos rituais associados com a oferta pacífica, que envolvia um grau maior de participação leiga do que os demais sacrifícios.

As diversas intenções de ambas as seções esclarecem suas ênfases diferentes. Se você fosse um leigo, gostaria de saber quando deveria oferecer uma oferta pacífica ou uma oferta de purificação. Você também estaria interessado em que tipos de animais precisaria levar para os diferentes sacrifícios e o que deveria fazer nesse culto. Esses temas são o interesse dominante de Levítico 1 a 5.

No entanto, se você fosse um sacerdote, estaria mais interessado no ritual como tal. Era dever do adorador levar o animal nas ocasiões certas, e do sacerdote, sacrificá-lo de acordo com a forma apropriada. Ele precisava saber quais partes do animal precisavam ser queimadas, quais podiam ser comidas e quais não podiam. Ele também estava interessado em quais partes do sacrifício lhe pertenciam, quais precisavam ser compartilhadas com os seus colegas e quais deviam ser devolvidas ao adorador.

Essa diferença no propósito explica as ênfases diferentes das duas seções. Os capítulos 1 a 5 se concentram naqueles aspectos do sacrifício que dizem respeito diretamente ao próprio adorador, enquanto os capítulos 6 e 7 se concentram naqueles que dizem respeito ao sacerdote que oficiava o culto. Não há uma divisão fixa e imutável entre essas seções: os capítulos 1 a 5 também contêm detalhes do cerimonial principalmente relacionados ao sacerdote, enquanto os capítulos 6 e 7, por sua vez, também contêm alguma instrução para o israelita comum.

Nessas seções, a ordem dos sacrifícios também é diferente. Nos capítulos 1 a 5, a ordem é oferta queimada, oferta de cereais, oferta pacífica, oferta de purificação e oferta de restituição. Nos capítulos 6 e 7, a ordem é oferta queimada, oferta de cereais, oferta de cereais do sacerdote (não mencionada em Levítico 1 a 5), oferta de purificação, oferta de restituição e oferta pacífica.

Nos capítulos 1 a 5, o motivo para a organização parece teológica: as “ofertas de alimento” que produzem “um aroma agradável para o

Senhor

” são agrupadas (caps. 1—3) e então vêm as ofertas de purificação e de restituição (caps. 4 e 5) que obtêm o perdão de pecados. Nos capítulos 6 e 7, os sacrifícios são organizados na ordem da sua frequência.² Os sacrifícios regulares diários vêm antes, isto é, a oferta queimada, a oferta de cereais geral e a oferta de cereais do sacerdote. Depois disso, vêm a oferta de purificação, que era obrigatória somente em certas festas ou após alguém ter pecado. A oferta de restituição nunca era oferecida de forma regular, embora fosse obrigatória para certos pecados. Por fim, a oferta pacífica era geralmente um sacrifício opcional.

¹ [Hoffmann, vol. 1, p. 70s.](#)

² [Veja Números 28 e 29.](#)

1. A oferta queimada perpétua (6.1-6 [VP 6.8-13])

Exegese e exposição

¹[⁸]O

Senhor

falou a Moisés: ²[⁹]“Ordena a Arão e seus filhos da seguinte forma: Esta é a lei da oferta queimada, a oferta queimada que está sobre o braseiro do altar a noite toda até de manhã. O fogo precisa ser mantido aceso sobre ele. ³[¹⁰]O sacerdote deverá pôr suas vestes de linho e seus calções de linho sobre a sua carne e, depois, remover as cinzas produzidas pelo fogo da oferta queimada e colocá-las perto do altar. ⁴[¹¹]Então ele deverá tirar as suas roupas e vestir outras roupas e, depois, levar as cinzas para fora do acampamento para um lugar puro. ⁵[¹²]Mas o fogo precisa ser mantido aceso sobre o altar: não poderá se extinguir. O sacerdote deverá queimar lenha todas as manhãs e colocar a oferta queimada sobre a lenha e queimar a gordura em cima das ofertas pacíficas sobre a lenha. ⁶[¹³]Um fogo perpétuo precisará ser mantido aceso sobre o altar: ele não poderá se extinguir.”

O interesse principal desse parágrafo é que o fogo no altar da oferta queimada nunca se apague. Essa observação é feita cinco vezes (v. 2,5,6 [VP 9,12,13]). Era dever do sacerdote manter o fogo aceso com a carcaça da oferta queimada terminando de ser consumida em cima dele. A lei se concentra na parte mais difícil da tarefa: manter o fogo aceso a noite inteira. Era costume oferecer uma oferta queimada toda manhã e toda noite (Nm 28.3-8). Na maioria dos dias, outras ofertas seriam oferecidas durante o dia, mas após a oferta queimada da noite não haveria nada até o dia seguinte, e, sem o devido cuidado, o fogo se apagaria. O sacerdote não deve permitir que isso aconteça: O fogo precisa ser mantido aceso [...] não poderá se extinguir (6.5 [VP 6.12]).

De manhã, era necessário tirar as cinzas (v. 3,4) [VP 10,11]). Ao se aproximar do altar, o sacerdote sempre precisava pôr vestes sacerdotais especialmente destinadas a cobrir sua carne, isto é, as suas partes íntimas (v. 3 [VP 10]); cf. Êx 20.26; 28.42,43), até mesmo quando ele não estava realmente participando de um sacrifício, mas apenas tirando as cinzas. Ao deixar o altar para levar as cinzas a um lugar fora do acampamento, ele precisava pôr outras vestes. As vestes santas eram reservadas para o uso no santuário (v. 4 [VP 11]). O santo e o comum não podiam ser confundidos (cf. Lv 10.10).

Qual era o propósito do fogo perpétuo da oferta queimada? O que isso simbolizava? Visto que as Escrituras nunca esclarecem isso de forma explícita, somente podemos listar as sugestões que foram feitas. Calvino observa que as primeiras ofertas queimadas no Tabernáculo e no Templo foram acesas por fogo do céu (Lv 9.24; 2Cr 7.1). Os sacerdotes precisavam manter esse fogo aceso “a fim de que as ofertas fossem queimadas com fogo celestial”.¹ Keil² acha que era necessário manter o fogo aceso porque a oferta queimada “era o símbolo divinamente designado e sinal visível da adoração ininterrupta de Jeová”. Gispen³ entende que ele representava a consagração contínua do povo a Deus. Se a oferta queimada também era considerada um sacrifício propiciatório,⁴ o fogo perpétuo servia de lembrete da necessidade constante de expiação.

Qualquer que seja a interpretação adotada, os cristãos podem extrair dela uma lição. Se o fogo representa a presença eterna de Deus com o seu povo, o cristão é lembrado a manter o fogo divino sempre queimando nele. Nas palavras de Paulo: “Não apagueis o Espírito” (1Ts 5.16ss., A21). Se ele fala sobre a nossa necessidade permanente de expiação, somos lembrados de que Cristo “vive sempre para interceder” por nós (Hb 7.25, A21).

Charles Wesley une várias dessas interpretações em um hino:

Ó tu, que vieste do alto
o puro fogo celestial compartilhar,
acende uma chama de amor sagrado
no vil altar do meu coração.

Ali a deixes por tua glória queimar
com chama inextinguível
e com tremor à sua fonte voltar
em humilde oração e ardente louvor.

¹ [Calvino, vol. 2 p. 364.](#)

² [Keil, p. 318.](#)

³ [Gispen, p. 104.](#)

⁴ [Veja acima: “O propósito da oferta queimada”, p. 44ss.](#)

Os sacrifícios santíssimos (6.7—7.10 [VP 6.14—7.10])

As ofertas descritas em seguida — a oferta de cereais, a oferta de purificação e a oferta de restituição — são todas chamadas de santíssimas (6.10,18 [VP 6.17,25]; 7.6). Isto é, elas são sacrifícios que somente sacerdotes podem comer. Além disso, elas precisam ser comidas em um lugar santo, no pátio em volta da Tenda do Encontro (6.9,19 [VP 6.16,26]). O foco nessa seção são os direitos dos sacerdotes: definir o que os sacerdotes podem tomar para si ou não.

2. A oferta de cereais (6.7-11 [vp 6.14-18])

Exegese e exposição

⁷[¹⁴]“Esta é a lei da oferta de cereais. Os filhos de Arão deverão oferecê-la diante do

Senhor

junto ao altar. ⁸[¹⁵]Então o sacerdote deverá tirar com sua mão em forma de concha parte da farinha e do azeite e todo o incenso sobre a oferta de cereais e queimará sua porção memorial sobre o altar como aroma agradável ao

Senhor

. ⁹[¹⁶]Mas o restante dela Arão e seus filhos deverão comer. Será comida em forma de bolos não fermentados em um lugar santo: isto é, eles deverão comê-la no pátio da Tenda do Encontro. ¹⁰[¹⁷]Não poderá ser assada com fermento. Eu a dei como porção deles das minhas ofertas de alimento. É santíssima como a oferta de purificação e a oferta de restituição. ¹¹[¹⁸]Todo descendente de Arão do sexo masculino poderá comer dela. É a parte permanente devida a vossos descendentes das ofertas de alimento do

Senhor

. Qualquer um que as tocar se tornará santo.”

Como nos primeiros capítulos de Levítico, essa oferta é descrita logo após a oferta queimada, que ela normalmente acompanhava.

O ritual e o significado da oferta de cereais já foram tratados (veja comentário do

cap. 2). Esses versículos acrescentam muito pouco aos regulamentos anteriores: eles simplesmente sublinham que todos os sacerdotes têm direito a comer essa oferta, contanto que a consumam em um lugar santo, como o é o pátio do Tabernáculo.

Qualquer um (ou qualquer coisa) que as tocar se tornará santo (v. 11c [VP 18c]). Isso provavelmente tem a intenção de ser uma advertência a pessoas leigas para que evitem tocar os sacrifícios santíssimos. Mas é bem difícil afirmar o que “tornar-se santo” significa nesse contexto. Expressões semelhantes aparecem no versículo 20 [VP 27]; Êxodo 29.37; 30.29; Deuteronômio 22.9. Elliger explica a expressão assim: “Ele entra em um estado em que qualquer um que não é sacerdote treinado para agir discretamente logo provocará a ira especial de Deus contra si. Ao menos, ele só pode se libertar desse estado passando por um ato especial de purificação”.¹

Certamente, Levítico sublinha os perigos relacionados à santidade.² O juízo vem quando o impuro se encontra com o santo (cf. 7.20; 10.1-3). Mas esse texto não explica quanto tempo o estado de santidade adquirido por meio do contato com um sacrifício durava ou o que poderia ser feito para tornar o leigo “comum” novamente. Os versículos 20 e seguintes [VP 27ss.] sugerem que a santidade somente poderia ser removida destruindo-se o objeto ou lavando-o. Ele na verdade não se refere à “desconsagração” de pessoas. O capítulo 27 trata de resgatar coisas e pessoas que foram dedicadas ao Senhor. Em termos gerais, o doador precisava pagar 20% a mais para resgatar a sua oferta. Quando um nazireu havia cumprido o período do seu voto, ele precisava ser “desconsagrado” oferecendo todos os tipos de sacrifício, exceto a oferta de restituição (Nm 6.13-20). Não se sabe se algum desses procedimentos era adotado nesse caso de consagração involuntária.

¹ [Elliger, p. 97.](#)

² [Veja Introdução \(VI.2\), p. 15: “Santidade”.](#)

3. A oferta de cereais do sacerdote (6.12-16 [vp 6.19-23])

Exegese e exposição

¹²[¹⁹]O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹³[²⁰]“Esta é a oferta de Arão e seus filhos que eles deverão oferecer ao

Senhor

a partir do dia em que ele foi ungido, como oferta de cereais regular, um décimo de efa de farinha; eles terão de oferecer metade dela de manhã e metade dela à noite. ¹⁴[²¹]Ela deverá ser feita com azeite sobre uma assadeira. Tu a trarás bem misturada e oferecerás em pequenos pedaços como uma oferta de cereais moídos como aroma agradável ao

Senhor

. ¹⁵[²²]O sacerdote que for ungido para sucedê-lo entre seus irmãos deverá fazer isso. Esse é um regulamento permanente para o

Senhor

: a oferta deverá ser completamente queimada. ¹⁶[²³]Toda oferta de cereais do sacerdote deverá ser completamente queimada. Não poderá ser comida.”

Esse sacrifício não é mencionado nos capítulos 1 a 5. O princípio essencial¹

enunciado nessa lei é que o sacerdote não deve comer o sacrifício oferecido em favor dele mesmo. Toda oferta de cereais do sacerdote deverá ser completamente queimada. Não poderá ser comida (v. 16 [VP 23]). Um princípio semelhante está na base das regras sobre a oferta de purificação.² Quando um sacerdote levava uma oferta dessas, o animal inteiro era queimado (4.1-12; 6.23 [VP 6.30]); mas quando um leigo levava uma oferta de purificação, o sacerdote podia comer parte da carne (6.19 [VP 6.26]). Semelhantemente, as ofertas de cereais doadas por leigos podiam ser comidas pelos sacerdotes (6.9-11 [VP 6.16-18]), mas quando o sacerdote oferecia uma em seu favor, ela precisava ser queimada inteiramente (v. 16 [VP 23]).

A partir do dia em que ele foi ungido (v. 13 [VP 20]) é literalmente “no dia em que ele foi ungido”. Essa expressão³ indica o momento em que o sacrifício começou a ser oferecido diariamente, como oferta de cereais regular. A oferta de cereais diárias feita pelos sacerdotes é mencionada por Josefo.⁴

Hebreus 7.27 se refere a esses sacrifícios diários. O sacerdócio de Cristo é superior ao de Arão porque ele não precisa repetir esse sacrifício. “Ele não precisa, como os sumos sacerdotes, oferecer sacrifícios a cada dia, primeiramente por seus próprios pecados e depois pelos do povo; ele fez isso de uma vez por todas quando ofereceu a si mesmo”. Essa lei levítica permanece como um lembrete de que embora o perdão completo esteja disponível a nós como cristãos, ainda assim precisamos reivindicá-lo diariamente.

¹ Há certas dificuldades em traduzir o versículo 14 [VP 21]. Bem misturada (murbeket) e pequenos pedaços (tupînê) são palavras raras, cujo significado exato é incerto. Tupînê, “pequenos pedaços”, talvez seja uma corruptela de teputennāh, “vós o esmagareis”. Veja os comentários de Elliger, Gispén e Hoffman para uma análise mais detalhada.

² Veja J. Milgrom, “Two kinds of Hattā’t”, VT 26 (1976): 333-7.

³ Cf. 5.24 [VP 6.5], “assim que ele se sentir culpado” (lit., “no dia da sua culpa”).

⁴ Antiguidades 3:10:7.

4. A oferta de purificação (6.17-23 [VP 6.24-30])

Exegese e exposição

¹⁷[²⁴]O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁸[²⁵]“Dize a Arão e seus filhos: Esta é a lei da oferta de purificação. A oferta de purificação deverá ser imolada diante do

Senhor

no lugar em que a oferta queimada é imolada. É santíssima. ¹⁹[²⁶]O sacerdote que fizer o sacrifício deverá comê-lo em um lugar santo: ele deverá ser comido no pátio da Tenda do Encontro. ²⁰[²⁷]Qualquer coisa que tocar sua carne se tornará santo. Tu deverás lavar num lugar santo qualquer veste em que respingar o sangue aspergido. ²¹[²⁸]A vasilha de barro usada para o cozimento deverá ser quebrada. Se for cozida em uma vasilha de cobre [bronze] deverá ser esfregada e lavada em água. ²²[²⁹]Qualquer membro do sexo masculino das famílias de sacerdotes poderá comê-la. É santíssima. ²³[³⁰]Mas qualquer oferta de purificação em que for trazido sangue para dentro da Tenda do Encontro para fazer expiação no santuário não poderá ser comida. Deverá ser queimada com fogo.”

Esse trecho abrange grande parte do mesmo material do capítulo 4, esclarecendo quais ofertas de purificação o sacerdote pode comer e quais não. O versículo 23 [VP 30] proíbe que as ofertas de purificação levadas pelo sacerdote ou pela comunidade sejam comidas (cf. 4.7,18). Os versículos 20 a 22 [VP 27-29] mencionam o que deve ser feito se o sangue purificador é perdido. Considerando que é o sangue que purifica o altar e outros objetos sagrados, ele não deve respingar em outros objetos. Se isso acontecer, é necessário lavar o objeto para

tirar dele o sangue. Se isso é impossível, a coisa precisa ser destruída (v. 21 [VP 28]). Isso é mais uma ilustração do princípio de não misturar o santo e o comum (cf. o comentário sobre 6.11 [VP 6.18]).

5. A oferta de restituição (7.1-10)

Exegese e exposição

¹“Esta é a lei da oferta de restituição. Ela é santíssima. ²O sacerdote deverá imolar a oferta de restituição no lugar em que se imola a oferta queimada, e ele aspergirá o seu sangue em volta do altar. ³Ele deverá oferecer toda a sua gordura; removerá a gordura da cauda, a gordura que cobre as vísceras, ⁴os dois rins e a gordura que está sobre eles junto aos lombos, e o lóbulo longo do fígado perto dos rins. ⁵O sacerdote deverá queimá-los no altar como uma oferta de alimento para o

Senhor

. É uma oferta de restituição. ⁶Todo membro do sexo masculino das famílias de sacerdotes poderá comê-la. Ela deverá ser comida em um lugar santo. Ela é santíssima. ⁷A mesma regra da oferta de purificação se aplica à oferta de restituição. O sacerdote que faz expiação com ela deverá recebê-la.

⁸O sacerdote que oferecer uma oferta queimada por alguém deverá receber seu couro. ⁹Toda oferta de cereais assada no forno, ou cozida em uma panela ou assada em uma assadeira, deverá ser dada ao sacerdote que a oferecer. ¹⁰Mas toda oferta de cereais não cozida, misturada com azeite ou seca, será compartilhada igualmente entre todos os filhos de Arão.”

Aqui há uma descrição com mais informações da oferta de restituição do que no capítulo 5. Para uma análise do ritual e do seu significado, veja o comentário de Levítico 5.

Essa seção também lista o que deve ser feito com várias outras ofertas. Na oferta queimada, era queimado o animal inteiro exceto o seu couro. O couro era dado ao sacerdote (v. 8). Os versículos 9 e 10 tratam de ofertas de cereais cozidas e

não cozidas. O versículo 9 parece dizer que as ofertas cozidas eram comidas pelo sacerdote no exercício da sua função, enquanto o versículo 10 sugere que a oferta não cozida era compartilhada entre todos os sacerdotes. É difícil saber qual poderia ser a razão para essa regra. Keil¹ sugere que ofertas cozidas tendiam a ser mais raras e menores do que ofertas não cozidas, portanto, podiam ser comidas por um só homem, mas as não cozidas precisavam ser repartidas. Hoffmann² questiona se há alguma evidência para essa diferença de tamanho e quantidade e sugere que ambos os tipos de ofertas de cereais podiam ser compartilhados entre todos os sacerdotes. O versículo 10, segundo ele, simplesmente tem o objetivo de impedir que as ofertas de cereais sejam compartilhadas com o leigo.

¹ [Keil, p. 323.](#)

² [Hoffmann I, p. 247.](#)

6. A oferta pacífica (7.11-36)

Exegese e exposição

¹¹“Esta é a lei da oferta pacífica, que deverá ser oferecida ao

Senhor

:

¹²Se ele a oferecer como oferta de confissão, deverá oferecer com o sacrifício de confissão bolos finos sem fermento misturados com azeite, e bolachas sem fermento untadas com azeite, e farinha misturada com bolos que contenham azeite. ¹³Ele deverá oferecer bolos de pão com fermento como sua oferta juntamente com a oferta pacífica de confissão. ¹⁴Ele também deverá oferecer parte de toda oferta como uma contribuição para o

Senhor

. Ela será dada ao sacerdote que aspergir o sangue da oferta pacífica. ¹⁵A carne de uma oferta pacífica de confissão deverá ser comida no dia em que for oferecida. Nada dela poderá ser deixado até a manhã seguinte.

¹⁶Se a oferta dele for um sacrifício de voto ou voluntário, deverá ser comido no dia em que ele o oferecer, e qualquer coisa que sobrar poderá ser comida no dia seguinte. ¹⁷Mas qualquer carne que sobrar no terceiro dia deverá ser queimada com fogo. ¹⁸Se alguma carne da oferta pacífica for comida no terceiro dia, o homem que a ofereceu não será aceito. Não lhe será creditado. Está apodrecida. A pessoa que a comer levará a sua iniquidade.

¹⁹A carne que entrar em contato com qualquer coisa impura não poderá ser comida. Deverá ser queimada. Qualquer um que estiver puro poderá comer carne. ²⁰Qualquer pessoa que comer carne de uma das ofertas pacíficas do

Senhor

enquanto estiver impura será eliminada do seu povo. ²¹Se uma pessoa tocar algo impuro, seja impureza humana, seja um animal impuro ou alguma impureza abominável, e então comer alguma carne da oferta pacífica do

Senhor

, essa pessoa deverá ser cortada do seu povo”.

²²O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²³“Dize aos israelitas: Não comereis nenhuma gordura de boi, ovelha ou cabra. ²⁴A gordura de um animal que morre naturalmente ou acidentalmente pode ser usada para qualquer propósito, mas não deveis comê-la de maneira alguma. ²⁵Pois quem comer a gordura de um animal que pode ser oferecido ao

Senhor

como oferta de alimento, a pessoa que a comer será eliminada do seu povo.

²⁶Não comereis o sangue de qualquer ave ou animal nas vossas habitações.

²⁷Quem comer qualquer sangue será cortado do seu povo.”

²⁸O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²⁹“Dize aos israelitas: Todo aquele que oferecer uma oferta pacífica ao

Senhor

deverá trazer dela uma dádiva para o

Senhor

. ³⁰Sua própria mão deverá trazer as ofertas de alimento do

Senhor

; ele deverá trazer a gordura do peito, bem como o peito, o peito a ser dedicado como dedicação ao

Senhor

. ³¹O sacerdote deverá queimar a gordura no altar, e o peito pertencerá a Arão e seus filhos. ³²Darás a perna direita da oferta pacífica como uma contribuição ao sacerdote. ³³Isso é para o sacerdote que oferecer o sangue da oferta pacífica e queimar a gordura. A perna direita será a porção dele, ³⁴porque eu peguei o peito da dedicação e a perna direita da contribuição da oferta pacífica dos israelitas e os dei a Arão e seus filhos como direito permanente dos israelitas.

³⁵Este é o direito ungido de Arão e seus filhos das ofertas de alimento do

Senhor

, a partir do dia em que os apresentou para atuarem como sacerdotes para o

Senhor

, ³⁶porque o

Senhor

ordenou que isso fosse dado a eles pelos israelitas quando os ungiu. Essa é uma regra permanente para todos os descendentes deles”.

7.11-21

A oferta pacífica é a única oferta que os leigos podiam comer. Algumas partes do sacrifício animal eram dadas aos sacerdotes, mas a parte principal era devolvida ao adorador para o próprio consumo. Essa seção está ocupada com a regulamentação dessa refeição sagrada, especialmente quem pode comer o quê e quando. Para muitos israelitas, a oferta pacífica era a principal — alguns diriam

a única — oportunidade para comer carne. Por essa razão, essa seção leva a outros regulamentos mais gerais que governam o consumo de carne (v. 22ss.).

Essa seção fornece muitos detalhes não encontrados em outros trechos em Levítico sobre o propósito e o procedimento da oferta pacífica. Já analisamos as perguntas mais gerais suscitadas por esse sacrifício no comentário do capítulo 3; agora vamos nos concentrar nas observações detalhadas feitas aqui. É difícil ou impossível recuperar o significado de alguns detalhes, e as sábias palavras de Calvino sobre essa seção merecem ser repetidas: “É certo, de fato, que Deus tinha uma razão para proceder mais rigorosamente ou de forma mais indulgente; mas investigar no tempo presente coisas desconhecidas e que não conduzem de maneira alguma à piedade, não é certo nem útil”.¹ Os comentários atuais contêm uma quantidade considerável de especulação sobre algumas dessas regras, mas conclusões seguras parecem tão inalcançáveis quanto sempre foram.

Os versículos 11 a 17 distinguem a oferta pacífica para confissão² daquelas oferecidas espontaneamente ou em conexão com um voto. A oferta de confissão era o tipo mais solene de oferta pacífica, como dois aspectos revelam. Em primeiro lugar, a oferta de confissão precisava ser acompanhada por algum tipo de oferta de cereais: bolos finos sem fermento misturados com azeite, e bolachas sem fermento untadas com azeite, e farinha misturada com bolos que contenham azeite (v. 12) e bolos de pão com fermento (v. 13). A impressão que dá é que todos esses tipos diferentes de pão precisavam acompanhar a oferta de confissão; eles não eram opções dentre as quais o adorador podia escolher para levar sua comida preferida. Ele precisava dar um de cada tipo ao sacerdote no exercício da sua função (v. 14). A segunda diferença entre a oferta de confissão e as outras ofertas era que ela precisava ser comida no dia do sacrifício; não podia sobrar nada para a manhã seguinte. Se sobrava alguma coisa, isso precisava ser queimado; não podia ser comido (v. 15). Outros tipos de oferta pacífica podiam ser comidos no dia seguinte ao do sacrifício, mas não no terceiro dia (v. 16,17).

Essa regra, de que a carne dos sacrifícios devia ser comida imediatamente, não é mencionada em relação a nenhum dos outros sacrifícios. Mas parece provável que a carne das ofertas de purificação e de restituição deveria ser consumida no mesmo dia em que o sacrifício era apresentado, pois em 10.19 Arão justificou queimar a oferta pelo pecado alegando ser impossível para ele tê-la comido naquele dia, o dia em que os seus filhos haviam morrido.

A razão para comer a carne imediatamente não é clara. Simplesmente ficamos

sabendo que, se um indivíduo comer a carne no terceiro dia, ele “não será aceito. Não lhe será creditado. Está apodrecida. A pessoa que a comer levará a sua iniquidade” (v. 18). Se a palavra traduzida aqui por apodrecida (piggûl)³ tiver sido traduzida corretamente, talvez tenhamos uma pista quanto ao propósito dessa regra. Ela pode ser derivada de uma raiz que significa “apodrecer” (pāgal). Se essa é a etimologia correta da palavra, os adoradores não podem guardar a comida de um dia para o outro, para que ela não apodreça e se torne não comestível como acontecia com o maná (Êx 16.19ss.). Isso então seria mais um exemplo da insistência das leis levíticas em que somente animais e pessoas perfeitas podem participar na adoração de Deus. Aqueles que têm algum defeito ou não correspondem de algum modo ao ideal estão excluídos da adoração (Lv 1.3,10; 21.16ss.). Outra razão para não comer carne estava relacionada à possibilidade do seu contato com alguma coisa impura. Então obviamente ela não podia ser comida (v. 19-21).

Outras explicações lógicas para essa regra incluem a ideia de que ao insistir em que a carne precisava ser comida rapidamente a lei encorajava o adorador a compartilhar a refeição com os outros, especialmente os pobres. Outra ideia é que ao comer toda a comida em um só dia, em vez de guardá-la, o adorador exercia fé em que Deus proveria para as suas necessidades diariamente.⁴

Nenhuma dessas sugestões realmente explica por que um sacrifício de confissão precisava ser comido em um só dia, enquanto outros podiam ser consumidos durante dois dias. A primeira explicação parece ter mais elementos a seu favor. Qualquer que seja a razão, todo aquele que come de uma oferta pacífica após o prazo prescrito perde qualquer benefício dela. Aliás, essa pessoa é considerada culpada e levará a sua iniquidade, isto é, sofrerá a punição divina apropriada (v. 18; cf. 5.1; 17.16; 19.8).

Uma punição mais severa é destinada àqueles que são pessoalmente impuros e, no entanto, ousam comer da oferta sacrificial. Essa pessoa será cortada do seu povo (v. 20,21). Essa expressão indica um juízo divino direto, geralmente a morte. Ela está ligada a vários pecados, principalmente de um tipo religioso e sexual (cf. 7.21,25,27; 17.4,9; 18.29; 19.8; 20.17,18; 22.3 etc.), que por sua própria natureza são difíceis de serem punidos por juízes humanos. Se o culpado não admitir sua culpa, é improvável que seja provada em um tribunal humano. Por essa razão, é apresentada a ameaça de uma punição executada por Deus.⁵

Os tipos de impureza que excluem um homem da adoração são descritos mais

amplamente em outras passagens em Levítico, especialmente no capítulo 22. Os contatos com pessoas mortas ou enfermas ou animais impuros (veja o cap. 11) ou fluxos corporais de qualquer tipo (caps. 12—15) trazem impureza a uma pessoa e impedem sua participação em uma refeição sacrificial, até que essa pessoa seja purificada com as cerimônias apropriadas.

7.22-27 Proibição de gordura e sangue

A gordura de animais que podem ser sacrificados — bois, ovelhas e cabras — pertence a Deus (v. 23). Ela precisa ser queimada e não comida. Se, no entanto, o animal morre de causas naturais, ela não pode mais ser oferecida como sacrifício, pois somente animais sem defeito servem para Deus. Nessa situação, ela não deve ser desperdiçada. A gordura pode ser usada para qualquer propósito que não seja comer, presumivelmente para iluminação, polimento e outros propósitos ligados ao lar (v. 24). Levítico 11.39,40 e 17.15 permitem que a carne de um animal desse tipo seja comida, mas afirmam que qualquer um que faz isso se torna impuro e precisa se lavar depois. Deuteronômio prefere que Israel mantenha sua santidade intacta e recomenda dar a carcaça ao residente estrangeiro ou vendê-la a estrangeiros (Dt 14.21).

Não há circunstâncias em que o sangue possa ser comido. Comer sangue significa comer carne da qual o sangue não foi drenado (p. ex., 1Sm 14.33). O sangue é o meio de expiação em todos os sacrifícios animais e não pode ser comido (cf. Lv 17.10ss.). Era difícil fazer com que ambas as proibições fossem seguidas, mas a ameaça de retribuição divina é apresentada contra os transgressores: essa pessoa será eliminada do seu povo (v. 25,27).

7.28-36 As porções da oferta pacífica pertencentes aos sacerdotes

De todos os sacrifícios apresentados por um leigo, o sacerdote que executava o sacrifício recebia algo (cf. 6.19 [VP 6.26]; 7.6ss.). Esse era o direito ungido do sacerdote (v. 35): ele tinha direito a uma porção dos sacrifícios em virtude de sua unção como sacerdote.⁶ Da oferta pacífica, ele recebia duas partes, o peito (v. 30) e a perna direita (v. 33). É difícil saber precisamente quais cortes que se tem em mente com esses termos. A perna direita (shôq) poderia indicar a parte traseira, mas Deuteronômio 18 fala sobre o ombro (zerôa'), o que indica a parte dianteira. Em um templo cananeu em Laquis, foram encontradas no altar as pernas dianteiras direitas de várias espécies diferentes. À luz dessa evidência, parece provável que tanto Levítico como Deuteronômio estejam aludindo a um costume pré-mosaico de dar a perna dianteira direita ao sacerdote. No entanto, Deuteronômio 18.3 especifica o bucho e as queixadas e não o peito, o que sugere que houve alguma flexibilidade mais tarde. Os consumidores de hoje muitas vezes preferem cortes da perna àqueles do peito, mas se isso se aplicava aos animais mais magros do antigo Israel não se sabe.

É dito que o peito é uma dedicação (tenûpāh) (v. 30), enquanto a perna é descrita como uma contribuição (terûmāh) (v. 34). Qual é a distinção entre esses termos? De acordo com a exegese judaica tradicional, a “contribuição” (ato de erguer) era efetuada por um movimento vertical para cima e para baixo, enquanto a “dedicação” (ato de balançar) era feita com um movimento lateral. Etimologicamente, esse é um modo bem natural de interpretar esses termos, mas não explica a diferença entre eles. E em alguns casos, é difícil imaginar um movimento desse tipo envolvido no ritual (p. ex., Nm 8.13ss.; Ez 45.1).

Estudiosos recentes, portanto, procuraram outras explicações para os termos. Vincent⁷ sugeriu que “dedicação” era uma oferta sagrada a Deus e/ou aos seus sacerdotes, enquanto “contribuição” era originariamente um tributo secular. Driver⁸ negou que realmente havia qualquer diferença entre a “contribuição” e a “dedicação”. Milgrom,⁹ por outro lado, acredita que a “contribuição” representava o primeiro estágio em dar alguma coisa a Deus. Somente certos objetos passavam por uma cerimônia dedicatória ritual no próprio santuário, chamada de “dedicação”. As muitas referências a esses termos nas Escrituras¹⁰ são compatíveis com essa distinção, mas seria imprudente considerá-las uma prova.

7. Resumo (7.37,38)

³⁷Esta é a lei das ofertas queimadas, ofertas de cereais, ofertas de purificação, ofertas de restituição, ofertas de ordenação e ofertas pacíficas, ³⁸que o

Senhor

ordenou a Moisés no monte Sinai, no dia em que ordenou aos israelitas que apresentassem suas ofertas ao

Senhor

no deserto do Sinai.

Levítico 6 e 7 e o NT

Ao comentar sobre 6.2-6,13-16 [VP 6.9-13,20-23], observamos algumas semelhanças entre a teologia de Levítico e o NT. Mas em comparação com algumas outras passagens no livro, os paralelos do NT parecem raros. No entanto, eles esgotam as lições que um cristão pode extrair desses dois capítulos?

Esses capítulos eram dirigidos aos sacerdotes do antigo Israel, que lideravam e conduziam os cultos e oficiavam os sacrifícios. Embora o sangue da aliança tenha sido tornado obsoleto na nova aliança pela morte de Cristo, aqueles que lideram a adoração do novo Israel de Deus ainda podem encontrar orientação quanto à abordagem e atitude corretas a serem adotadas no serviço divino, pois é o mesmo Deus a quem nos dirigimos hoje.

Essas leis realçam que a atenção escrupulosa a detalhes e a obediência meticulosa às instruções de Deus deveriam estar presentes no sacerdote e no adorador, pois, caso contrário, “o homem que a ofereceu não será aceito” (7.18).

Expressamos respeito e reverência na vida comum quando nos conformamos às regras de etiqueta na nossa sociedade. Essas convenções variam de sociedade para sociedade. O que pode ser considerado um comportamento cortês e polido em uma cultura pode ser visto como muito rude em outra. Nossas convenções de adoração são completamente diferentes daquelas do antigo Israel e variam de denominação para denominação. A atenção cuidadosa à convenção pode ser um modo de demonstrar a nossa reverência e amor por Deus. “Ofereçamos a Deus uma adoração aceitável com reverência e temor; pois o nosso Deus é fogo consumidor” (Hb 12.28,29). Paulo, ao repreender os líderes da igreja coríntia, adverte-os a liderarem a adoração da igreja com ordem e dignidade: “porque Deus não é Deus de desordem, mas, sim, de paz” (1Co 14.33, A21).

Calvino comenta sobre isso: “Visto que Deus prefere a obediência a todos os sacrifícios, não era sua vontade que qualquer coisa permanecesse incerta quanto aos ritos externos; que de outro modo não seriam de grande importância; para que eles pudessem aprender a observar precisamente, e com o mais minucioso cuidado, tudo o que a Lei ordenava, e também para que não introduzissem nenhum acréscimo de si mesmos”.¹¹

Jesus disse que Deus precisava ser adorado em espírito e em verdade. E se tornou um lugar-comum contrastar espírito e forma como se fossem incompatíveis na adoração. “A letra mata, mas o Espírito vivifica” (2Co 3.6, A21) é um texto que, fora de contexto, pode ser usado para justificar uma condução descuidada de cultos e outras atividades cristãs. A espontaneidade e falta de preparação é identificada com espiritualidade. Levítico 6 e 7 negam isso: o cuidado e a atenção a detalhes são indispensáveis para a condução da adoração divina. Deus é mais importante, mais ilustre, mais digno de respeito do que qualquer homem; portanto, devemos seguir rigorosamente as suas prescrições, se o respeitamos.

Uma breve reflexão sobre as artes dramáticas e musicais dissipa a ilusão de que uma ótima apresentação pode ser feita sem prática e atenção a detalhes. Aliás, grandes atores e músicos gastam horas estudando e ensaiando as obras que apresentarão, para que consigam recapturar o espírito do autor e transmiti-lo em sua apresentação. As plateias têm a expectativa de que os músicos buscarão a perfeição na sala de concertos. A adoração também é uma apresentação, uma apresentação em honra do Deus todo-poderoso. Assim como nenhuma orquestra pode nos dar o seu melhor sem um condutor competente e ensaio meticuloso, assim também provavelmente nenhuma congregação adorará ao nosso Deus

santo de um modo digno sem a condução cuidadosa de um ministro bem instruído.

¹Calvino, vol. 2 p. 371.

²Sobre a tradução “confissão” (tôdāh), veja comentário na p. 67, n. 11.

³Piggûl é usado em três outras passagens (Lv 19.7; Is 65.4; Ez 4.14). B. A. Levine (Presence of the Lord, p. 7, n. 7) traduz isso por “oferta adiada”.

⁴Hoffmann, vol. 1, p. 251.

⁵Sobre ser eliminado, veja comentário de 17.4.

⁶Somente aqui mishhāh (direito ungido) tem o sentido de “porção”. Em outros lugares, o termo sempre significa “unção” (p. ex., 8.2,10). Visto que o restante do versículo liga o seu direito a uma parte dos sacrifícios com a sua ordenação, tentei ressaltar a conexão na tradução.

⁷A. Vicent, in: Mélanges Syriens offerts à R. Dussaud I (Paris: Geuthner, 1939), p. 267-72.

⁸G. R. Driver, JSS I (1956), p. 100-5.

⁹[J. Milgrom, “The leg of the contribution” \(hebraico\), Tarbiz 42 \(1972-1973\), p. 1-11; “The alleged wave-offering in Israel and in the Ancient Near East”, IEF 22 \(1972\): 33-8.](#)

¹⁰Por exemplo, “contribuição” — Êx 25.2,3; 30.13ss.; Lv 10.15; 22.12; Nm 31.29,41 etc.; “dedicação” — Êx 35.22; Lv 14.12,21,24; 23.15,17,20; Nm 8.13ss.

¹¹[Calvino II, p. 363.](#)

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

☛ II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

Observações preliminares

É uma surpresa para o leitor ver as leis em Levítico interrompidas subitamente por uma narrativa longa que descreve a ordenação de Arão e seus filhos ao sacerdócio. Tendemos a considerar Levítico um livro de leis, e não de história. Mas, na realidade, o inverso é que é a verdade. Levítico e os outros livros do Pentateuco tratam basicamente da história do povo de Deus. Eles tratam de como Deus tirou os israelitas do Egito, o que aconteceu no deserto, como Deus fez uma aliança com eles, como a adoração divina foi estabelecida e assim por diante. A história fornece um cenário para essas leis, e não o oposto.

Não é somente o caso de a narrativa explicar o momento em que certas leis foram dadas e a razão delas. Sim, ela faz isso. Mas os acontecimentos são muitas vezes tão importantes quanto as leis. A ação salvadora de Deus é exatamente tão significativa quanto a sua Palavra. A revelação bíblica é mais do que a mera transmissão de verdades sobre Deus e a sua vontade. A Bíblia afirma que Deus dirigiu o curso da história a fim de criar um povo santo que conhecia e fazia a sua vontade.

No centro desse esquema, estava o estabelecimento de um sistema de adoração

puro, em que Deus podia ser honrado e adorado de um modo apropriado e por meio do qual o pecado humano podia ser expiado. Com esse fim, o Tabernáculo foi construído para que assim a presença de Deus pudesse se tornar uma realidade permanente e viva na história religiosa de Israel. O Tabernáculo foi mobiliado com a arca e os altares e todos os outros equipamentos necessários para fazer expiação. Vestes sagradas foram feitas para que os sacerdotes as vestissem durante os sacrifícios (Êx 35—40). Regulamentos que explicam quais sacrifícios deviam ser oferecidos formam o tema central de Levítico 1 a 7. Mas não havia uma ordem específica de sacerdotes para executar o ministério da expiação. Os capítulos 8 a 10 dizem como o sacerdócio foi instituído e os primeiros sacrifícios, oferecidos. A morte repentina de dois dos filhos de Arão ressaltava a necessidade de santidade entre os sacerdotes e a exigência de uma adoração a Deus somente de acordo com a forma divinamente autorizada.

Essa narrativa então trata de um estágio vital na história da redenção. Israel havia sido constituído o povo de Deus por meio da aliança no Sinai. Esse relacionamento de graça conferia tanto privilégios quanto responsabilidades. Os israelitas podiam ter certeza das bênçãos de Deus desde que fossem fiéis às condições da aliança. Mas se violassem a aliança, foram advertidos de que o juízo de Deus viria sobre eles. De fato, após a fabricação do bezerro de ouro, Deus ameaçou destruir Israel completamente (Êx 32ss.). Esse episódio enfatizou a gravidade do pecado e a necessidade de expiação. No entanto, um só incidente dificilmente seria o bastante para mudar atitudes arraigadas que haviam se desenvolvido durante muitos anos. Um lembrete constante da necessidade da presença e santidade de Deus era necessário juntamente com o meio de expiação regular pelos pecados. Isso foi fornecido pelo Tabernáculo e pelo sacerdócio. O Tabernáculo ficava no meio do acampamento para lembrar as pessoas da glória e santidade de Deus, e ele servia de centro de adoração em que o perdão era oferecido ao povo. A inauguração desse ministério sacerdotal no Tabernáculo, portanto, constituiu um passo extremamente significativo na história da nação.

O propósito de todas essas instituições sagradas é resumido em Êxodo 29.43-46: “Ali [isto é, no Tabernáculo] me encontrarei com o povo de Israel, e o Tabernáculo será santificado pela minha glória; consagrarei a Tenda do Encontro e o altar; Arão também e seus filhos consagrarei para me servirem de sacerdotes. E habitarei no meio do povo de Israel, e serei o seu Deus. E eles saberão que eu sou o

Senhor

, seu Deus, que os tirou da terra do Egito para habitar no meio deles; eu sou o

Senhor

, seu Deus”.

Antes de examinarmos os parágrafos individuais em detalhes, alguns dos aspectos mais amplos do relato merecem atenção. A primeira expressão que devemos observar é: “conforme o

Senhor

ordenara a Moisés”. Considerando que é uma afirmação tão comum no Pentateuco, tendemos a ignorá-la. Mas a partir de 7.38, essa expressão ou outra semelhante se repete com notável frequência nesses três capítulos (8.4,5,9,13,17,21,29,34,36; 9.6,7,10,21; 10.7,13,15).

Ao descrever a construção do Tabernáculo, Êxodo 39 e 40 usam a mesma técnica para enfatizar a fidelidade com que o projeto divino foi executado. A obediência de Moisés e Arão à palavra de Deus também é enfatizada por repetição verbal. O mandamento para ordenar Arão e seus filhos foi dado em Êxodo 28 e 29. Para realçar quão fielmente essas ordens foram obedecidas, elas são ecoadas fortemente no relato do seu cumprimento nesses capítulos. Praticamente todo versículo no capítulo 8 é uma citação ou adaptação de ordens dadas primeiramente em Êxodo 29.¹ No capítulo 9, encontramos resumos bem mais livres das leis sobre os sacrifícios em Levítico 1 a 7.² Desse modo, a fidelidade rigorosa de Moisés à vontade declarada de Deus é enfatizada. Após a execução precisa de todas essas ordens e em cumprimento da promessa divina (9.4,6), “a glória do

Senhor

apareceu a todo o povo” (9.23). Quando o povo de Deus obedece à palavra dele, pode ter a expectativa de desfrutar do cumprimento de suas promessas.

O capítulo 10 deixa claro que o inverso também é verdadeiro. A natureza exata da desobediência de Nadabe e Abiú é obscura, a não ser pelo fato de que a sua ação foi algo que “o

Senhor

não havia ordenado”. Mas essa transgressão bastou para transformar o fogo da bênção (9.24) no fogo do juízo (10.2).

Em seguida, no capítulo 10, vemos os sacerdotes sobreviventes dando atenção precisa às ordens de Deus conforme transmitidas por Moisés (10.3,5,6,7,8,11,12,13,16,18). Novamente, as instruções anteriores sobre a adoração são citadas e adaptadas livremente (10.12-15//6.9 [VP 6.16] e 7.30,32; 10.17,18//6.19,23 [VP 6.26,30]).

O segundo aspecto notável a respeito desse episódio surge se recordarmos o que aconteceu entre a transmissão das instruções sobre a designação de sacerdotes (Êx 29) e o seu cumprimento em Levítico 8 a 10. Os planos para construir o Tabernáculo e estabelecer Arão como sumo sacerdote foram interrompidos pela fabricação do bezerro de ouro. De acordo com Êxodo 32, Arão não foi o instigador dessa ideia, mas um colaborador muito disposto. Somente por meio da intercessão de Moisés todo o povo de Israel, incluindo Arão, foi salvo da destruição pela ira de Deus. Êxodo 35ss. contou como o Tabernáculo foi construído de acordo com o plano original. Embora as vestes para Arão estivessem prontas, Arão não desempenhou nenhuma função em dedicar o Tabernáculo em Êxodo 40. Assim, ficamos em suspense. Poderá Arão se tornar sumo sacerdote ou ele está excluído para sempre desse ofício em decorrência do bezerro de ouro?

O relato dessa ordenação resolve as nossas dúvidas. A graça e o perdão de Deus são tais que até mesmo um pecador como Arão pode ser designado ao ofício religioso mais elevado da nação. Talvez o paralelo bíblico mais forte com a experiência de Arão tenha sido o de Pedro. Apesar da sua negação tríplice do seu Senhor no julgamento de Cristo, ele foi restabelecido mais tarde como líder dos apóstolos após a ressurreição.

O terceiro aspecto recorrente dessa narrativa é a centralidade de Moisés. Ele é o ator principal na história. Ele é o mediador entre Deus e o sacerdócio recém-ordenado. Ele é um sacerdote antes de o sumo sacerdote ser ordenado. O papel singular e especial de Moisés nessa história não é peculiar a ela; aparece em muitas outras partes do Pentateuco. Mas o fato de o papel de Moisés ser tão evidente não significa que seja sem importância. Muito pelo contrário, as referências frequentes a Moisés mostram o lugar proeminente que ele ocupava na economia divina da salvação. Ele é aquele a quem Deus se dirigia para revelar a sua vontade ao povo e a Arão (8.1,5,9,13,21,29,31,34ss.; 9.6,7,10;

10.3). Raramente Deus se dirige a Arão sozinho. Geralmente isso ocorre por meio de Moisés, ou junto a ele. Aqui vemos Moisés como um profeta que tem contato direto com Deus e que transmite a vontade de Deus ao povo. A autoridade de Moisés é tão grande que uma ordem dele é tratada como se fosse de Deus, até mesmo quando não há referência explícita à sua origem divina (10.4,6,7; cf. v. 3,12). Quando Moisés está satisfeito com a conduta de Arão, a pressuposição é que Deus está satisfeito (10.19,20).

Mais um aspecto do papel profético mediador de Moisés é a função que ele desempenha na ordenação de Arão. Considerando que Arão não tem nenhum predecessor como sumo sacerdote, ele precisa ser ordenado com base na instrução explícita de Deus conforme mediada por Moisés. Não havendo nenhum outro sacerdote que possa fazê-lo, Moisés precisa liderar a cerimônia. Na cerimônia de ordenação, um carneiro foi oferecido como oferta pacífica (8.22ss.). Em circunstâncias normais quando um carneiro era oferecido, o sacerdote que oferecia o sacrifício recebia o peito e a coxa direita e vários bolos como a sua porção (7.11ss.), mas nesse caso os privilégios são compartilhados entre Moisés e Deus. Moisés recebe o peito como a sua porção (8.29) e o resto é queimado (8.28). Dessa forma simbólica, torna-se claro que Deus e Moisés estão envolvidos na instituição do sacerdócio.

A estrutura de Levítico 8 a 10

No material legal de Levítico, observou-se uma tendência de organizar as leis em conjuntos de três. Esta seção narrativa se divide, da mesma forma, em três cenas.

(1) Ordenação de Arão e seus filhos — dia 1 (cap. 8)

(2) Ordenação de Arão — dia 8: os primeiros sacrifícios de Arão são aceitos (cap. 9)

(3) As ofertas dos filhos de Arão são rejeitadas (cap. 10)

Cada cena em alguma medida tem paralelos com a anterior na forma e no conteúdo e, em alguma medida, tem contrastes com ela. Temos aqui um tríptico literário, isto é, três imagens designadas para ficarem juntas de modo que cada uma ilumine e enriqueça o significado das outras. Musicalmente, isso poderia ser descrito como um tema e duas variações. Essa técnica de redação simultânea em vários planos foi observada em outras passagens do Pentateuco.³

Uma análise do esboço do capítulo pode exhibir alguns aspectos desse método de narrativa. Outros pontos serão observados na análise detalhada de cada capítulo e no comentário dele.

Capítulo 8	Capítulo 9
1 O Senhor fala a M	2 M fala a A
2 “Pega”	2 “Pega”
4 M fez conforme ordenado	5 pegaram conforme or
5 M diz: “Isto é”	6 M diz: “Isto é”
6 M traz para perto de A e seus filhos	7 M diz a A: “Aproxim
7 M veste A	
12 M unge A	

14 M oferece oferta de purificação

8 A oferece sua oferta d

18 M oferece oferta queimada

12 A oferece sua oferta

22 M oferece oferta pacífica

18 A oferece a oferta pa

31 M diz a A e filhos: “Comer no santuário”

33 Permanecei no santuário

22 Bênção, fogo do Ser

O capítulo 8 é uma unidade bem estruturada em si, que é analisada a seguir. O que devemos observar aqui é a relação dele com os dois capítulos seguintes. No capítulo 8, Moisés atua como sacerdote: nos sacrifícios, ele se encarrega de todos os deveres sacerdotais especificados nos capítulos 1 a 7. Ele manuseia o sangue (8.15,19,23), queima as porções com gordura (v. 16,20,28) e recebe a porção sacerdotal do peito (v. 29). Arão e seus filhos, por outro lado, encarregam-se de algumas tarefas geralmente designadas aos leigos, como colocar suas mãos sobre os animais e imolá-los (v. 14,15,18,19). Até a cerimônia de ordenação acabar, Moisés precisava atuar como sacerdote.

O capítulo 9 descreve uma sequência de acontecimentos muito semelhante, mas dessa vez Arão ocupa o centro do palco. Ele oferece sacrifícios, primeiro por si mesmo (v. 8ss.) e então pelo povo (v. 15ss.). Como o sumo sacerdote apropriadamente constituído, ele agora tem o direito de se encarregar desses deveres. Moisés pode abdicar da sua atuação como sacerdote e apenas medeia as instruções de Deus a Arão quanto ao que fazer e em que momento (v. 2,7). A cena termina com uma exibição pública de aprovação dos primeiros sacrifícios de Arão. Moisés e Arão vão juntos à Tenda do Encontro, abençoam o povo e então a glória de Deus aparece na forma de fogo que consome os sacrifícios (v. 22-24), como havia sido prometido (v. 4,6).

Ao longo dos capítulos 8 e 9, a obediência de Moisés e Arão é realçada constantemente (8.4,9,13,17,21,29,36; 9.5,7,10,21). Todo passo que eles dão é em obediência a uma ordem divina transmitida diretamente ou mediada por Moisés. Ambos os capítulos começam com uma palavra assim (v. 2). Mas a ação no capítulo 10 começa sem instrução divina alguma. Em uma linguagem muito semelhante ao capítulo 8, ficamos sabendo que os próprios Nadabe e Abiú tomam a iniciativa. O ouvinte ou leitor atento percebe imediatamente que há algo errado. Essa cena não começa como as duas anteriores. Ela tem uma estrutura diferente. De modo quase imediato, a narrativa explica o que está errado: o fogo que eles ofereceram era um fogo “que ele [o

Senhor

] não tinha ordenado”. Nossa inquietação se transforma rapidamente em choque. “Saiu fogo de diante do

Senhor

” (v. 2). Na cena anterior (9.24), isso era a prova suprema de que Deus havia aceitado bondosamente o sacrifício de Arão, um sinal que veio somente no fim dos deveres do seu primeiro dia. Aqui, em contraste, a presença de Deus é manifestada quase imediatamente, não em graça que queima o sacrifício, mas em juízo que aniquila os jovens excessivamente confiantes.

A reorganização drástica do padrão formal dos capítulos 8 e 9 encontrada no início do capítulo 10 complementa e reforça a mensagem do conteúdo desse capítulo. Ao fazerem o que não havia sido ordenado, Nadabe e Abiú viraram o seu mundo teológico de cabeça para baixo. O narrador chama a atenção para essa confusão ao desarranjar a estrutura narrativa estabelecida nos capítulos 8 e 9.

Vários aspectos no restante do capítulo 10 relembram ideias dos dois capítulos anteriores (veja a tabela), mas somente aos poucos a estrutura da narrativa volta aos padrões encontrados nos capítulos 8 e 9. Assim como o capítulo 8, o capítulo 10 (v. 12-19) conclui com instruções sobre comer a carne sacrificial em um lugar santo. O antigo padrão reapareceu, fornecendo ao leitor um sentimento de segurança e normalidade, reforçado pela observação final: “Moisés ficou satisfeito” (v. 20).

A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

Êx 29.1ss.//Lv 8.2; 29.4ss.//8.6ss.; 29.7//8.12; 40.9-11//8.10,11; 29.8,9//8.13; 29.10-14//8.14-17; 29.15-18//8.18-21; 29.19,20//8.22-24; 29.22-25//8.25-28; 29.26//8.29; 29.21//8.30; 29.31,32//8.31; 29.34//8.32; 29.35-37//8.33-35.

2

Lv 9.8ss.; cf. 4.3ss.; 9.12-14//1.3-9 (9.15-17); 9.18-21//3.2-5 e 7.30,33. Para uma análise dos termos sacrificiais técnicos usados nos capítulos 8 e 9, veja o comentário das passagens paralelas anteriores.

³ Veja S. E. McEvenue, The narrative style of the priestly writer, p. 158ss.

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

☛ A. A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

B. Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

C. O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

A. A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

A estrutura de Levítico 8

A narrativa pressupõe um conhecimento das instruções mais detalhadas de Êxodo 29. O refrão frequente: “Conforme o

Senhor

lhe ordenara” e as observações iniciais: “O

Senhor

falou” fornecem pistas quanto à organização do material.

v. 1-3 A ordem dupla de Deus a Moisés

v. 2 Pega Arão, vestes, óleo etc.

A

v. 3 Reúne toda a comunidade	B
------------------------------	---

v. 4-30 Obediência de Moisés	
------------------------------	--

v. 4,5 Comunidade reunida	B
---------------------------	---

v. 6-9 Vestes de Arão colocadas	A
---------------------------------	---

v. 10-13 Arão ungido	
----------------------	--

v. 14-17 Oferta de purificação	
--------------------------------	--

v. 18-21 Oferta queimada	
--------------------------	--

v. 22-30 Oferta pacífica	
--------------------------	--

v. 31-35 Ordem de Moisés a Arão	
---------------------------------	--

v. 36 Obediência de Arão	
--------------------------	--

A organização em forma de quiasmo (AB-BA) do material nos versículos 2 a 30 deve ser observada. Na ordem de Deus, as instruções com respeito a Arão, suas vestes e assim por diante (v. 2) precedem a determinação de reunir a comunidade (v. 3). Na descrição da obediência de Moisés, essa ordem é invertida. O quiasmo evidencia a unidade desses acontecimentos. Os últimos versículos (31-36) fazem a ligação entre o primeiro dia da ordenação de Arão (8.33) e a sua conclusão uma semana depois (9.1) e também ligam esse capítulo com o foco dominante dos capítulos 6 e 7, ou seja, como a comida sacerdotal deve ser consumida.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Pega Arão e seus filhos, as vestes, o óleo da unção, o novilho para a oferta de purificação, os dois carneiros e uma cesta de pão sem fermento, ³e reúne toda a comunidade na área cercada da Tenda do Encontro.” ⁴Assim Moisés fez como o

Senhor

lhe ordenou, e a comunidade se reuniu na área cercada da Tenda do Encontro.

⁵Então Moisés disse à comunidade: “Isto é o que o

Senhor

ordenou que fosse feito”. ⁶Então Moisés apresentou Arão e seus filhos e os lavou em água. ⁷Ele colocou nele a túnica e o cinto, vestiu-o com o manto e colocou nele o colete sacerdotal e o prendeu com o cinturão bem elaborado do colete sacerdotal. ⁸Então colocou nele o peitoral e dentro do peitoral pôs o Urim e o Tumim. ⁹Então colocou o turbante sobre a sua cabeça, e no turbante acima do

seu rosto colocou a roseta [lâmina] de ouro, como um símbolo de santidade, conforme o

Senhor

ordenara a Moisés.

¹⁰Então Moisés pegou o óleo da unção e ungiu o Tabernáculo e tudo o que estava nele e os santificou. ¹¹Ele aspergiu parte dele sete vezes sobre o altar, e ungiu o altar, todos os seus utensílios, a bacia e sua base para santificá-los. ¹²Então derramou parte do óleo da unção sobre a cabeça de Arão e o ungiu para santificá-lo. ¹³Então Moisés apresentou os filhos de Arão e os vestiu com a túnica e lhes prendeu os cintos e lhes firmou os gorros, conforme o

Senhor

ordenara a Moisés.

¹⁴Então ele trouxe à frente o novilho da oferta de purificação, e Arão e seus filhos colocaram suas mãos sobre a cabeça do novilho da oferta de purificação. ¹⁵Depois, Moisés o imolou e pegou (parte) do sangue e o colocou com seu dedo sobre os chifres do altar e em volta delas, e purificou o altar de todo pecado, e o (restante do) sangue ele derramou na base do altar, e o santificou ao fazer expiação por ele. ¹⁶Então pegou toda a gordura sobre as vísceras, o lóbulo longo do fígado, os dois rins e sua gordura, e Moisés os queimou no altar. ¹⁷Mas o resto do novilho, ou seja, seu couro e o excremento, foi queimado num fogo fora do acampamento, como o

Senhor

ordenara a Moisés.

¹⁸Então o carneiro para a oferta queimada foi apresentado, e Arão e seus filhos colocaram suas mãos sobre a cabeça do carneiro. ¹⁹Depois, Moisés o matou e aspergiu o sangue sobre o altar. ²⁰Ele cortou o carneiro em pedaços e os queimou, a cabeça, os pedaços e a gordura. ²¹Mas ele lavou as vísceras e pernas traseiras com água, e Moisés queimou todo o carneiro no altar. Foi uma oferta queimada que produziu um aroma agradável, uma oferta de alimento para o

Senhor

, conforme o

Senhor

ordenara a Moisés.

²²Então o segundo carneiro, o carneiro da ordenação, foi apresentado, e Arão e seus filhos colocaram suas mãos sobre a cabeça do carneiro. ²³Depois, Moisés imolou o carneiro e pegou parte do sangue e o colocou no lóbulo da orelha direita de Arão, no polegar da sua mão direita e no polegar do seu pé direito.

²⁴Então os filhos de Arão foram apresentados, e Moisés colocou parte do sangue no lóbulo da orelha direita deles, no polegar da mão direita deles e no polegar do pé direito deles, e Moisés aspergiu o resto do sangue sobre o altar. ²⁵Então ele pegou a gordura, a cauda gorda, toda a gordura sobre as vísceras, o lóbulo longo do fígado, os dois rins e sua gordura e a coxa direita; ²⁶e da cesta de pães sem fermento que estava diante do

Senhor

ele pegou um bolo sem fermento, um bolo feito de pão e azeite e uma bolacha, e os colocou em cima das porções de gordura e da coxa direita. ²⁷Então ele colocou tudo isso nas mãos de Arão e seus filhos, e os dedicou como uma dedicação diante do

Senhor

. ²⁸Então Moisés os pegou das mãos deles e os queimou no altar em cima da oferta queimada: essa foi a oferta de ordenação que produziu um aroma agradável, uma oferta de alimento para o

Senhor

. ²⁹Então Moisés pegou o peito e o dedicou como dedicação diante do

Senhor

: isso tornou-se a porção de Moisés do carneiro da ordenação, conforme o

Senhor

ordenara a Moisés.

³⁰Então Moisés pegou parte do óleo da unção e parte do sangue que estava no altar e aspergiu sobre Arão e suas vestes e sobre seus filhos e as vestes deles e ele santificou Arão, suas vestes, seus filhos e as vestes deles. ³¹Depois, Moisés disse a Arão e a seus filhos: “Cozinhei a carne na área cercada da Tenda do Encontro e comei-a ali, bem como o pão que está na cesta das ofertas de ordenação, conforme eu ordenei: ‘Que Arão e seus filhos o comam’. ³²Mas o resto da carne e do pão precisa ser queimado com fogo. ³³Durante sete dias não deveis sair da área cercada da Tenda do Encontro, até que o período da vossa ordenação esteja completo, porque vossa ordenação leva sete dias. ³⁴Assim como foi realizado hoje, o

Senhor

ordenou que seja realizado para fazer expiação por vós. ³⁵Deveis permanecer na área cercada da Tenda do Encontro dia e noite por sete dias e manter a guarda do

Senhor

, para que não morrais; pois assim eu ordenei”.

³⁶Arão e seus filhos fizeram todas essas coisas que o

Senhor

lhes ordenou por meio de Moisés.

8.1-5 A comunidade reunida

O sumo sacerdócio era o ofício mais santo em Israel, e um homem podia ser designado para essa função somente se tivesse sido chamado por Deus e, depois, se submetido aos ritos de ordenação. Esses ritos envolviam tanto a oferta de

sacrifício quanto a unção com óleo, e haviam sido explicados detalhadamente em Êxodo 29. Agora tudo o que era necessário consistia em um breve lembrete do que tinha de ser feito (v. 2,3).

Moisés talvez tenha recebido em particular a ordem de ordenar Arão, mas a cerimônia era tão importante que precisava ser executada em público. Toda a comunidade¹ (v. 3, cf. v. 4,5), isto é, o corpo de anciãos que representava a nação inteira de Israel, foi convocada para testemunhar a ordenação na área cercada da Tenda do Encontro. Essa expressão em outros trechos foi traduzida por “entrada” (cf. 1.3; 3.2; 4.4 etc.). Mas aqui e nos versículos 33 e 35, ela parece designar mais do que a entrada com uma cortina de frente para o Lugar Santo ou até mesmo a área imediatamente adjacente à entrada, referindo-se possivelmente a todo o pátio externo do Tabernáculo, que era separado do acampamento por cortinas. Podemos imaginar toda a “comunidade” reunida em volta do grande altar de bronze para assistir à cerimônia.

Outras ocasiões significativas na história da nação testemunhadas pela comunidade incluíram o convite para trazer ofertas para a construção do Tabernáculo (Êx 35.1), o censo geral (Nm 1.18), a dedicação dos levitas (Nm 8.9) e a água da pedra (Nm 20.8). Esses acontecimentos marcantes precisavam ser observados por todos os líderes nacionais.

8.6-9 O uniforme de Arão

A sociedade moderna raramente usa uniformes e acha difícil ver algum sentido nisso, a não ser que haja uma ligação sentimental com costumes antigos. Até mesmo os lares de práticas arcaicas — a igreja e as universidades — estão descartando ou reduzindo o seu uso de vestimentas tradicionais. Por isso, é ainda mais importante para a compreensão dessa passagem pensarmos cuidadosamente sobre a razão do uso de uniformes no passado.

Essencialmente, um uniforme chama a atenção para o ofício ou posição de uma pessoa, em oposição à sua personalidade individual. Ele enfatiza a sua função e não o seu nome. Na Grã-Bretanha, o prefeito usa uma corrente, o juiz usa uma

peruca, o policial usa um capacete azul, e o ministro religioso, uma gola clerical. Um uniforme permite que o restante da sociedade identifique imediatamente figuras de autoridade e lhes preste o respeito apropriado. Além disso, podemos constatar que, em geral, quanto mais prestigioso é o ofício, mais magnífico é o uniforme. Os regimentos de guarda de elite no exército britânico têm um uniforme cerimonial mais notável do que outras unidades militares. Em geral, os capuzes e togas de formatura de doutorado são muito mais coloridos e caros do que togas de cursos de bacharelado. Os cardeais se vestem de maneira mais esplêndida do que padres nas paróquias.

Os mantos sacerdotais de Arão são plenamente descritos em Êxodo 28 e 39. Aqui simplesmente ficamos sabendo que, em obediência à ordem de Deus, essas vestes esplêndidas agora foram colocadas em Arão. Ao vestir essas roupas, ele tomou para si mesmo toda a honra e glória do sumo sacerdócio. Em uma religião cuja doutrina principal era a santidade de Deus, o sumo sacerdote, que mediava a expiação entre Deus e o homem, era uma pessoa extremamente importante. Sua roupa gloriosa simbolizava a importância do seu ofício. Provavelmente também havia um significado simbólico ligado aos itens individuais do traje sacerdotal, mas isso está agora além dos nossos propósitos.²

Moisés apresentou Arão e seus filhos e os lavou em água (v. 6), como foi prescrito em Êxodo 29.4. Mas de acordo com Êxodo 30.17ss., os sacerdotes precisavam se lavar toda vez que executavam seus deveres no Tabernáculo (cf. Lv 16.4). Lavar-se também assegurava a purificação após uma cura de “lepra” (Lv 14.8,9) e depois da emissão de fluxos corporais (Lv 15). Lavar-se na Bíblia é uma ação física exterior que representa o desejo de uma purificação espiritual interior, como a associação entre “mãos limpas e coração puro” (Sl 24.4; 73.13; Is 1.16) deixa claro.

A túnica era uma roupa de baixo longa usada colada à pele. Ela também era usada por leigos (Gn 27.32) e sacerdotes ordinários (Êx 39.27). As túnicas dos sacerdotes eram feitas de linho fino (Êx 28.39). O cinto era longo e adornado e era preso em volta da cintura (Êx 28.39). O manto era uma veste específica de sumos sacerdotes (Êx 28.31-34; 39.22-26). Ele era feito de material azul e usado sobre a “túnica” como um poncho. O colete sacerdotal [“éfode”, em versões antigas], descrito com alguns detalhes em Êxodo 28.5ss.,³ parece ter sido uma espécie de colete usado sobre o manto. Nele ficava o peitoral, a peça que mais chamava a atenção do traje do sumo sacerdote. O peitoral (descrito em Êx 28.15ss.) era quadrado em sua forma (com 25 cm de lado), feito de material

semelhante ao colete sacerdotal e era enfeitado com pedras preciosas que simbolizavam as tribos de Israel. Nele havia um tipo de bolsa para o Urim e o Tumim (v. 8). Essas são palavras hebraicas que significam literalmente “luzes e perfeições”. Considerando que desconhecemos sua natureza exata, geralmente as palavras hebraicas ficam sem tradução. Esses objetos parecem ser uma espécie de dados pelos quais era revelada a vontade de Deus. Eles tinham a capacidade de dar uma resposta positiva, negativa ou neutra a uma pergunta. O rei ou líder da nação perguntaria ao sacerdote se um modo de ação proposto era aprovado por Deus e se teria êxito. Lemos sobre a consulta ao Urim e Tumim em várias ocasiões no antigo Israel, mas na época pós-exílica eles haviam caído em desuso (Nm 27.21; Dt 33.8; 1Sm 14.41 [LXX]; cf. 23.9,10; 28.6; Ed 6.23; Ne 7.65).

O turbante era feito de material azul e nele ficava presa uma lâmina de ouro na qual estavam gravadas as palavras: “Santo ao

Senhor

” (Êx 28.36ss.), descrita aqui como a roseta de ouro [...] um símbolo de santidade.⁴

Essas belas vestes chamavam a atenção para a dignidade e santidade supremas do ofício do sumo sacerdote. Ele era o mediador entre Deus e o homem. Ele efetuava a expiação pelo pecado da nação, e as suas vestes custosas simbolizavam o valor do seu ministério à nação.

O NT insiste em que o sumo sacerdócio de Cristo é muito superior ao de Arão (Hb 4.14ss.). Assim como Arão na época do AT entrou no Tabernáculo com a roseta de ouro em sua cabeça para que Israel pudesse ser aceito, Cristo também entrou no céu e vive para sempre a fim de interceder por nós. O livro de Apocalipse usa o simbolismo das vestes para realçar o valor do ministério de Cristo por seu povo. Ele está vestindo uma túnica longa (“manto”) e um cinto (“faixa”) em volta do seu peito (Ap 1.13).

A nação de Israel como um todo era chamada para ser um reino de sacerdotes (Êx 19.6), e a igreja também é chamada para essa função (1Pe 2.5; Ap 1.6). Israel podia ver na figura gloriosa do sumo sacerdote a personificação de tudo o que a nação deveria ser, tanto individual quanto coletivamente. De modo semelhante, o cristão é chamado a olhar para Cristo e imitar as suas ações e

atitudes. Portanto, metáforas relacionadas à roupa são usadas muitas vezes para descrever essas virtudes cristãs. “Vesti o peitoral da fé e do amor, tendo por capacete a esperança da salvação” (1Ts 5.8). “Revesti-vos de compaixão, bondade, humildade e paciência” (Cl 3.12, A21).

8.10-13 A unção

Em continuidade com sua obediência às ordens de Deus (Êx 40.9-11), Moisés agora executa várias cerimônias com o óleo especial, ungindo vários itens no Tabernáculo e o próprio Arão. A receita para esse óleo é fornecida em Êxodo 30.23ss. Ao derramar óleo sobre essas coisas, ele as dedicou ao serviço de Deus. Quando Saul e Davi foram ungidos como rei, o Espírito desceu sobre eles (1Sm 10.1ss.; 16.13). De maneira semelhante, Isaías 61.1 diz: “o Espírito do

Senhor

Deus está sobre mim, porque o

Senhor

me ungiu” (A21). Considerando que o Espírito traz unidade e bênção, isso talvez explique a referência a essa cerimônia no salmo 133.

A bacia (v. 11) era um grande objeto em que os sacerdotes precisavam se lavar antes de começar a adoração divina (Êx 30.17ss; 38.8). Tanto pessoas quanto coisas são dedicadas por meio da unção cerimonial com óleo.

8.13

Os filhos de Arão são designados para o sacerdócio. Eles usam uma versão

simplificada das vestes do sumo sacerdote. Não há menção a eles usando um colete sacerdotal, peitoral ou roseta de ouro.

8.14-17 A oferta de purificação

Para que Deus estivesse presente nos sacrifícios oferecidos pelos sacerdotes, o seu santuário precisava ser purificado da contaminação do pecado, especificamente daquelas contaminações introduzidas pelos próprios sacerdotes. Com essa finalidade, o primeiro sacrifício foi uma oferta de purificação em favor de Arão e seus filhos: eles colocam suas mãos sobre o novilho (v. 14). O sacrifício segue exatamente as instruções em Êxodo 29.10-14 e é muito semelhante ao ritual prescrito para a oferta de purificação do sacerdote em Levítico 4. Aqui, no entanto, Moisés oficia em lugar dos sacerdotes, que ainda precisam ser ordenados, e o sangue é esfregado no altar da oferta queimada e não no véu e no altar do incenso (Lv 4.6,7).

Argumentamos que o sangue purifica o objeto em que é esfregado, e isso é confirmado no versículo 15: e purificou⁵ o altar de todo pecado. Por que era considerado necessário purificar o altar externo da oferta queimada nessa etapa e não o altar interno, o do incenso? A narrativa não deixa isso claro. Talvez porque os sacerdotes ainda precisavam entrar no santuário interno e, conseqüentemente, ainda não o tinham contaminado; ou talvez porque eles estavam prestes a oferecer uma oferta queimada nesse altar e era necessário purificá-lo antecipadamente.

8.18-21 A oferta queimada

Esse sacrifício segue as instruções transmitidas em Êxodo 29.15-18 e o ritual de Levítico 1. Mais uma vez, o elemento incomum é que Moisés é quem realiza o aspecto sacerdotal do ritual e os futuros sacerdotes assumem o papel do adorador

comum⁶ (cf. v. 15ss.). Aqui Arão e seus filhos buscam reconciliação com Deus oferecendo um carneiro no lugar deles como resgate pelos seus pecados. Ao se identificarem com o animal imolado, eles dedicam a si mesmos a Deus. Na expressão de Paulo, eles morreram para o pecado a fim de que pudessem viver para a justiça (Rm 6.5ss.).

8.22-30 A oferta pacífica da ordenação

Essa oferta segue as prescrições de Êxodo 29.19ss. e corresponde amplamente ao ritual para a oferta pacífica descrito de forma geral em Levítico 3. Como nos sacrifícios anteriores, Moisés desempenha a função de sacerdote e pega o peito [...] como dedicação,⁷ isto é, a parte do animal que normalmente pertencia ao sacerdote (v. 29). Na oferta pacífica comum, os sacerdotes também recebiam a coxa direita. Nessa ocasião, a coxa direita foi incluída na porção de Deus queimada no altar (v. 25). Talvez essa distribuição dos privilégios sacerdotais represente a ideia de que a ordenação de Arão é executada conjuntamente por Deus e Moisés.

A divergência mais notável com o procedimento comum nas ofertas pacíficas está no tratamento do sangue. Normalmente, o sangue era jogado diante do altar (Lv 3.2,8,13), mas nesse caso parte dele é esfregado na orelha direita, polegar da mão direita e polegar do pé direito e nas roupas de Arão e seus filhos (v. 23,24,30). O resto do sangue foi jogado diante do altar como normalmente acontecia.

Há vários níveis de significado nesse ritual. O fato de que tanto Arão quanto o altar são ungidos primeiro com óleo e então com sangue simboliza a íntima conexão do sacerdócio com o sacrifício. Por meio do sangue do altar, Arão é ordenado a oferecer um sacrifício no altar.

Outros paralelos dessa cerimônia apontam para mais um nível de significado. O “leproso” purificado apresenta uma oferta de restituição, e o sangue dela é esfregado na sua orelha direita, no polegar da mão direita e no polegar do pé direito (Lv 14.14). Aqui o altar representa o divino e o rito de esfregar sangue

indica que o “leproso” agora voltou à comunhão com Deus. Uma interpretação semelhante é adequada para as cerimônias que ratificam a aliança do Sinai descritas em Êxodo 34. O sangue indica que, na aliança, Israel se tornou o povo de Deus. Assim, aqui o sangue associa Deus a Arão, mostrando de modo concreto que ele agora é o homem de Deus, o seu representante especial entre o povo de Israel.

Por fim, ofertas pacíficas eram oferecidas para a confissão ou para selar um voto (cf. 7.12ss.), e isso permite uma terceira interpretação do rito. No primeiro caso, o sangue poderia ter servido para purificar Arão e seus filhos da contaminação do pecado, santificando-os para que estivessem em uma condição apropriada para entrar na presença de Deus. No segundo, ele pode ter servido para selar os seus votos de ordenação.

Toda a evidência aponta para a primeira interpretação. O versículo 30 afirma que o óleo e o sangue santificaram “Arão e suas vestes”. Êxodo 29.34 insiste em que qualquer carne que sobra da oferta até o segundo dia precisa ser queimada. Isso é compatível com a possibilidade de ela ser uma oferta pacífica de confissão, mas não com um voto. Além disso, não há menção alguma no texto a votos como parte dos ritos de ordenação. Portanto, se essa oferta pacífica era essencialmente confessional, qual era o conteúdo da confissão de Arão? Não podemos ter certeza, mas ela talvez tenha consistido em uma confissão da misericórdia de Deus em escolher Arão para ser sumo sacerdote e uma oração para que ele fosse abençoado no seu ministério.

Somente o lóbulo da orelha direita, o polegar da mão direita e o polegar do pé direito recebem sangue. Por que essas partes do seu corpo deveriam ser selecionadas para a purificação? Isso é um exemplo de uma parte representando o todo: o lado direito era considerado o lado mais importante e favorecido (Gn 48.17ss.; Mt 25.34,41). “O sacerdote precisa ter ouvidos consagrados para sempre dar ouvidos à voz santa de Deus; mãos consagradas para nunca deixar de realizar obras santas; e pés consagrados para andar sempre em caminhos santos”.⁸

8.31-36 Outras instruções a Arão

Os versículos 31 a 36 resumem as instruções já transmitidas em Êxodo 29.31ss. Embora Arão e seus filhos nesse sacrifício estejam na função de adoradores e não de sacerdotes, eles recebem a ordem para comer a carne da oferta pacífica dentro dos limites do pátio do Tabernáculo. Para os adoradores leigos, não era especificado onde eles deviam comer as ofertas pacíficas. Arão e seus filhos estão sendo ordenados para o sacerdócio. Portanto, eles precisam comer a carne do sacrifício no lugar santo.

Durante sete dias (v. 33,35) — Um homem pode se contaminar em um momento, mas a santificação e a remoção da impureza são geralmente um processo mais lento. Após a cura de doenças de pele graves ou fluxos corporais, um período de transição de sete dias é prescrito (14.8ss.; 15.13,14,28,29). Outros acontecimentos de grande importância também eram marcados por uma interrupção de sete dias dos contatos sociais normais (p. ex., nascimento, Lv 12, cf. Gn 17; casamento, Gn 29.27; e luto, Gn 50.10).

De acordo com Êxodo 29.35, um novilho precisava ser oferecido em cada um dos seis dias seguintes como oferta de purificação.⁹ Isso talvez também tenha sido acompanhado pelas ofertas queimadas diárias, conforme especificado em Êxodo 29.38ss. De modo bastante incomum, Levítico 8 não deixa claro se as instruções foram cumpridas ao pé da letra, mas talvez essa seja a implicação dos versículos 35 e 36. Uma advertência é dada sobre a necessidade de obediência exata às prescrições divinas para a adoração: Devereis [...] manter a guarda do

Senhor

, para que não morrais.¹⁰ Não foi a primeira vez que uma advertência desse tipo foi dada (veja Êxodo 19.21). Essa advertência é repetida aqui. Ela prenuncia e explica o desastre que sobreveio a Nadabe e Abiú, que ousaram oferecer fogo “que ele não havia ordenado”.

Levítico 8 e o NT

Nessa seção, uma doutrina surge muito claramente: a universalidade e abrangência do pecado. Os homens escolhidos para ministrar a Deus no Tabernáculo contaminam o Tabernáculo, portanto, ofertas de purificação precisam ser apresentadas. Suas roupas e seu corpo estão manchados pelo pecado e é necessário esfregar sangue neles para purificá-los. Esses sacrifícios não são oferecidos somente uma vez; eles precisam ser repetidos, porque o pecado está profundamente enraizado na natureza humana e se repete com frequência. Não há uma purificação de uma vez por todas conhecida no AT. É a natureza incorrigível do coração humano que essas cerimônias de ordenação realçam. Nas palavras do salmista:

Todos se desviaram
e juntos se corromperam;
não há quem faça o bem,
não há um sequer (Sl 14.3; cf. Rm 2 e 3).

A pecaminosidade dos sacerdotes e a ineficácia dos seus sacrifícios para remover o pecado é um dos temas principais de Hebreus (veja Hb 5—10). A vinda de Cristo cumpriu tudo o que os antigos sacerdotes tentavam fazer.

“Ele não precisa, como os sumos sacerdotes, oferecer sacrifícios a cada dia, primeiramente por seus próprios pecados e depois pelos do povo; ele fez isso de uma vez por todas quando ofereceu a si mesmo” (Hb 7.27). Como Arão, os cristãos ainda precisam do perdão diário do seu pecado (1Jo 1.8,9), mas, diferentemente dele, eles não precisam oferecer um sacrifício animal, pois “o sangue de Jesus nos purifica de todo pecado” (1Jo 1.7).

Outro aspecto que esse capítulo deixa claro é o papel mediador singular de Moisés. Ele é o sacerdote que ordena Arão. Ele é o profeta que declara a vontade de Deus a Arão. Em Deuteronômio 18.15, Moisés diz: “O

Senhor

, teu Deus, levantará um profeta semelhante a mim do meio de ti” (A21). Para os autores do NT, esse profeta é Cristo (At 3.22). Assim como Moisés, Jesus declarou a vontade de Deus aos homens (Jo 1.17,18; 5.30ss.). Assim como Moisés, que designou Arão para “instruir os israelitas” (10.11), o Senhor escolheu seus apóstolos para irem “às ovelhas perdidas de Israel” e para “pregar” (Mt 10.6,7, A21). Esses homens, por sua vez, continuaram a prática de chamar e ordenar sucessores, muitas vezes escolhidos por profecia, para continuarem a obra de ensinar e pregar o evangelho (At 13.1-3; 1Tm 1.18; 3.1ss.; 4.11ss. etc.).

¹ [Sobre “comunidade”, veja o comentário de 4.13.](#)

² [Keil, Biblical Archaeology, vol. 1, p. 216ss., oferece uma possível interpretação do simbolismo associado com o sumo sacerdote.](#)

³ [Outros coletes sacerdotais são mencionados em Juízes 8.27; 17.5; 18.17ss.; 1Samuel 2.28; 14.3; 21.10 \[VP 21.9\]; 22.18; 23.9; 30.7. Muitos estudiosos defendem que esses coletes sacerdotais tinham um design diferente da vestimenta sacerdotal e, no entanto, tinham elementos importantes em comum com o do sumo sacerdote. Eles eram feitos de materiais valiosos, abrigavam o Urim e Tumim e eram usados para divinação.](#)

⁴ [Roseta. Hebraico tsîts \(lit., “flor”\), tradicionalmente se supôs ter sido algo em forma de uma fita estreita, daí a tradução mais antiga “lâmina”. Símbolo de santidade \(nēzer haqqōdesh\) poderia ser traduzido por “coroa de santidade”, “coroa santa” \(RSV\). Símbolo de santidade \(cf. “símbolo de dedicação santa”, NEB; “sinal sagrado de dedicação”, TEV\) retoma a interpretação da LXX e Vulgata, sendo a coroa um símbolo de dedicação a um ofício elevado.](#)

⁵ [Hittē’, “des-pecar, purificar”. Conforme Levine, Presence of the Lord, p. 101. Cf. 6.19 \[VP 6.26\]; 9.15; 14.49,52.](#)

⁶ [A tradução da RSV “Moisés matou” \(v. 15,19,23\) é incorreta. O sujeito não é identificado e, por analogia com os capítulos 1 e 4, devemos presumir que o ofertante, isto é, Arão, matou, cortou em pedaços e lavou o animal. V. W. Turner \(The ritual process \[London: Routledge and Kegan Paul, 1969\], p. 94ss.\) observou que rituais de posse muitas vezes contêm um elemento em que o homem conduzido a um ofício elevado precisa fazer algo humilhante que nunca mais precisará fazer após ter sido empossado.](#)

No entanto, foi queimado num fogo (v. 17) parece ser um uso impessoal da

terceira pessoa no singular, na voz ativa, “ele queimou” (cf. 18,22,24), visto que Arão estava confinado ao pátio do Tabernáculo (v. 31-35).

⁷ [Sobre esse vocábulo, cf. comentário de 7.30.](#)

⁸ [Dillmann, p. 465.](#)

⁹ [Keil \(Biblical Archaeology, vol. 1, p. 226 n. 3\) defende que a oferta pacífica e a unção dos sacerdotes e do altar foram repetidas diariamente durante uma semana. Essa é uma leitura possível do texto, mas, de minha perspectiva, não a mais provável.](#)

¹⁰ [Milgrom, Studies, p. 10, considera isso uma referência ao dever dos sacerdotes de guardar o santuário, mas pode ser uma determinação mais geral para que obedecessem rigorosamente às ordens de Deus; cf. RSV: “realizando o que o](#)

Senhor

ordenou”.

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

A. A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

☛ B. Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

C. O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

B. Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

Após uma semana de cerimônias de ordenação, Arão agora está plenamente aprovado como sumo sacerdote. Ele não precisa mais depender de Moisés para oferecer sacrifícios por ele. Ele agora está qualificado para oferecê-los pessoalmente. Esse capítulo fala sobre os primeiros trabalhos religiosos que Arão conduziu.

O serviço descrito aqui tem certa semelhança com o do Dia da Expição mencionado em Levítico 16. Em ambas as ocasiões, alguns conjuntos de sacrifícios foram apresentados, primeiramente, alguns em favor dos sacerdotes, depois, outros em favor de todo o povo. Nessa ocasião, porém, não houve bode expiatório, mas, em vez disso, ofertas pacíficas. Esse fato a tornou uma ocasião mais festiva do que o Dia da Expição.

A estrutura de Levítico 9

Como já foi explicado (veja p. 126-9: “A estrutura de Levítico 8 a 10”), a estrutura desse capítulo se assemelha muito à do anterior, e grande parte do seu significado surge por meio do contraste com ele. Segundo os mesmos critérios usados no capítulo 8, esse capítulo está dividido da seguinte forma:

v. 1-4 Ordem de Moisés a Arão e à comunidade

v. 5,6 A comunidade obedece

v. 7 Ordem de Moisés a Arão

v. 8-21 Arão obedece

v. 8-11 ao oferecer a sua oferta de purificação

v. 12-21 ao oferecer outros sacrifícios

v. 22-24 Fogo do Senhor

Exegese e exposição

¹No oitavo dia, Moisés chamou Arão e seus filhos e os anciãos de Israel, ²e ele disse a Arão: “Pega um bezerro perfeito para a oferta de purificação e um carneiro perfeito para a oferta queimada e oferece-os diante do

Senhor

. ³Dize aos israelitas o seguinte: ‘Pegai um bode para a oferta de purificação e um bezerro e um cordeiro perfeitos de um ano para a oferta queimada, ⁴e um boi e um carneiro para sacrificá-los diante do

Senhor

como oferta pacífica, e uma oferta de cereais misturada com azeite, porque hoje
o

Senhor

aparecerá a vós’”.

⁵Então eles pegaram e levaram o que Moisés havia ordenado até diante da Tenda do Encontro, e toda a comunidade se aproximou e se colocou diante do

Senhor

. ⁶Então Moisés disse: “Isto é o que o

Senhor

ordenou que fizésseis para que a glória do

Senhor

possa aparecer a vós”.

⁷Então Moisés disse a Arão: “Aproxima-te do altar, apresenta tua oferta de purificação e tua oferta queimada e faz expiação por ti e pelo povo, e apresenta a oferta do povo e faz expiação por eles, conforme o

Senhor

ordenou”.

⁸Então Arão se aproximou do altar e imolou o bezerro da oferta de purificação por si mesmo. ⁹Depois, os filhos de Arão apresentaram o sangue para ele, e ele molhou seu dedo no sangue e o colocou nos chifres do altar, mas o restante do sangue derramou na base do altar. ¹⁰Ele queimou no altar a gordura, os rins e o lóbulo longo do fígado que era da oferta de purificação, conforme o

Senhor

ordenara a Moisés. ¹¹Mas a carne e o couro ele queimou com fogo fora do acampamento.

¹²Então ele imolou a oferta queimada, e os filhos de Arão apresentaram a ele o sangue, e ele o aspergiu sobre o altar. ¹³Depois, entregaram a ele a oferta queimada, pedaço por pedaço, e também a cabeça, e ele os queimou no altar.

¹⁴Então ele lavou as vísceras e as pernas traseiras e as queimou no altar em cima da oferta queimada.

¹⁵Depois, ele apresentou as ofertas do povo. Pegou o bode da oferta de purificação que era pelo povo, e o imolou e fez purificação pelo pecado, assim como fizera com o anterior.

¹⁶Então ele apresentou a oferta queimada e o fez conforme as regulamentações.

¹⁷Depois, ele apresentou a oferta de cereais, pegou uma mão cheia dela, e a queimou no altar do lado da oferta queimada da manhã.

¹⁸Então ele imolou o boi e o carneiro das ofertas pacíficas pelo povo. Os filhos de Arão apresentaram o sangue para ele, e ele o aspergiu sobre o altar. ¹⁹Mas quanto à gordura do boi e do carneiro, à cauda gorda, à gordura que cobre as vísceras, aos rins, ao lóbulo longo do fígado, ²⁰eles colocaram essas porções de gordura em cima dos peitos e queimaram as porções de gordura no altar. ²¹Mas ele dedicou como uma dedicação diante do

Senhor

os peitos e a coxa direita, como Moisés ordenara.

²²Então Arão levantou as suas mãos em direção ao povo e o abençoou. Depois de fazer a oferta de purificação, a oferta queimada e a oferta pacífica, ele desceu.

²³Então Moisés e Arão entraram na Tenda do Encontro, saíram de novo e abençoaram o povo. Então a glória do

Senhor

apareceu a todo o povo. ²⁴Veio fogo do

Senhor

e consumiu sobre o altar a oferta queimada e as porções de gordura. Quando todo o povo viu isso, todos gritaram de júbilo e caíram com o rosto em terra.

9.1-4 As ordens de Moisés a Arão e à comunidade

No oitavo dia (v. 1), exatamente uma semana após os sacrifícios descritos no capítulo 8, Arão estava pronto para começar seu ministério sacerdotal. Mas até mesmo o sumo sacerdote estava sujeito a Moisés, o mediador profético entre Deus e o homem. O texto informa que Moisés disse ou ordenou o que deveria ser feito cinco vezes em sete versículos (9.1,2,5,6,7). Os anciãos de Israel são chamados para participar da adoração (v. 1). Eles parecem ser basicamente o mesmo grupo da comunidade no versículo 5¹ (cf. 8.3-5).

Pega um bezerro perfeito (v. 2). Os comentaristas judeus há muito têm observado a ironia dessa ordem a Arão. O primeiro sacrifício que ele precisa oferecer é um bezerro, como se fosse para expiar seu pecado de fabricar o bezerro de ouro (Êx 32), enquanto o carneiro para uma oferta queimada traz à memória o mesmo animal oferecido por Abraão em lugar de Isaque (Gn 22). Certamente a pecaminosidade do homem é enfatizada por essa ordem. Durante sete dias, sacrifícios foram oferecidos para purificar os pecados de Arão na cerimônia de ordenação. No entanto, no primeiro culto religioso que conduz, Arão oferece sacrifícios tanto por si mesmo quanto pelo povo.

O propósito desses sacrifícios é afirmado duas vezes: porque hoje o

Senhor

aparecerá a vós (v. 4);² para que a glória do

Senhor

possa aparecer a vós (v. 6).³ A glória do

Senhor

é a presença visível de Deus entre o seu povo. Ela é descrita em Êxodo 24.16,17: “E a glória do

Senhor

repousou sobre o monte Sinai, e a nuvem o cobriu durante seis dias [...] a

aparência da glória do

Senhor

no alto do monte era como fogo que consome” (A21). “A glória do

Senhor

” parece ser um modo alternativo de descrever a coluna de nuvem e fogo que acompanhou Israel constantemente ao longo de sua peregrinação no deserto (Nm 14.10ss.). Ela apareceu no monte Sinai, quando o Tabernáculo foi concluído, e em outras importantes ocasiões históricas. Mas a glória de Deus nem sempre estava presente no Tabernáculo, ausentando-se de tempos em tempos (Êx 40.34ss.). A volta de Deus na sua glória era sempre algo que devia ser aguardado com grande expectativa. Havia o reconhecimento de que se Deus não estivesse presente no Tabernáculo, então toda a adoração ali não tinha sentido. Esses sacrifícios têm o objetivo de tornar a comunhão entre Deus e o homem possível novamente.

9.5,6 A comunidade obedece

Então eles pegaram e levaram (v. 5) ecoa exatamente a ordem no versículo 3.

Isto é o que o Senhor ordenou (v. 6). Cf. 8.5. A semelhança na fraseologia chama a atenção para o primeiro e último dias da ordenação de Arão. Mas dessa vez a glória aparecerá (v. 6).

9.7 Ordem de Moisés a Arão

Essa ordem complementar serve para especificar mais precisamente a

determinação para que os vários sacrifícios mencionados nos versículos 2 e 3 fossem oferecidos. Os sacrifícios pelos sacerdotes deveriam ser apresentados antes dos sacrifícios pelo povo.

9.8-21 Arão obedece

Embora ofertas de purificação e ofertas queimadas tivessem sido apresentadas em favor de Arão nos sete dias anteriores, ele agora precisava oferecer uma de cada tipo por si mesmo (v. 8-14). Sua ação em executar esses sacrifícios servia de admissão da própria pecaminosidade e necessidade de perdão. O ritual para ambos os sacrifícios segue o procedimento normal⁴ para ofertas queimadas e ofertas de purificação estabelecido nos capítulos 1 e 4, com a exceção de que o sangue da oferta de purificação é esfregado no altar externo da oferta queimada. Normalmente, na oferta de purificação do sumo sacerdote, o sangue era esfregado no altar de incenso (4.3ss.). A razão para essa variação talvez seja que o altar do incenso ainda não precisasse de purificação, visto que Arão ainda não havia entrado na Tenda do Encontro em que ficava.

Quatro sacrifícios foram apresentados em favor do povo (v. 15-21): um bode como oferta de purificação para purificar o altar,⁵ um bezerro e um cordeiro como oferta de purificação, uma oferta de cereais e um boi e um carneiro como ofertas pacíficas. Essas são ofertas relativamente modestas em comparação com aquelas ofertas nas festas principais (veja Nm 28 e 29) e insignificantes comparadas com aquelas apresentadas por Salomão na consagração do Templo (1Rs 8.62ss.). Porém, o foco aqui não é a quantidade, mas a variedade. No primeiro dia de Arão no ofício, ele oferece todo tipo de sacrifício, exceto ofertas de restituição, que eram reservadas a transgressões específicas (veja o cap. 5), e a maioria dos tipos de animal sacrificial.⁶ Isso indica que o propósito desses sacrifícios não era fazer expiação por pecados específicos, mas, por causa da pecaminosidade geral da nação, dedicar todo o povo à adoração de Deus de acordo com os seus meios designados e orar para que Deus o abençoasse.

9.22-24 Fogo do Senhor

Usando o altar da oferta queimada como plataforma, Arão virou-se para se dirigir ao povo e pronunciar a bênção de Deus (v. 22), talvez usando as palavras de Números 6.23ss.

O

Senhor

te abençoe e te guarde;

O

Senhor

faça resplandecer o seu rosto sobre ti

e seja gracioso contigo;

O

Senhor

levante sobre ti o seu rosto

e te dê a paz.

Então Moisés e Arão entraram na Tenda do Encontro. Esse era o lugar em que Deus geralmente falava a Moisés (Êx 40; Lv 1; Nm 12). Assim, parece provável que eles tenham entrado dessa vez para ter comunhão com Deus e orar para que ele cumprisse a sua promessa de aparecer em glória (cf. v. 4 e 6). Sua convicção de que Deus tinha a intenção de abençoar seu povo foi fortalecida por seu período de comunhão, e, quando saíram dali, abençoaram juntos o povo. As suas

palavras então foram miraculosamente confirmadas pela aparição da glória de Deus. Isso assume a forma de fogo descendo sobre o altar e consumindo instantaneamente todas as porções sacrificiais que ainda queimavam ali. A narrativa deixa claro que elas já estavam queimando quando o fogo apareceu (v. 10,14,17,20). Mas levaria algum tempo para queimar todos os animais mencionados nesse capítulo, e o processo estava incompleto até Deus demonstrar de maneira extraordinária sua aceitação deles ao consumir plenamente as ofertas.

Em três outras ocasiões, Deus manifestou sua aprovação de uma oferta queimada ao enviar fogo celestial para queimá-la: quando o nascimento de Sansão foi anunciado a Manoá e sua esposa (Jz 13.15ss.), quando Salomão dedicou o Templo (2Cr 7.1ss.) e quando Elias desafiou os profetas de Baal no monte Carmelo (1Rs 18.38ss.). Todas essas vezes, confrontados pela realidade de Deus que inspirava admiração, os adoradores caíram no chão e louvaram a Deus. Levítico 9.24 diz que todos gritaram de júbilo. A palavra traduzida por “gritar de júbilo” significa um grito alto, geralmente de alegria. Ela normalmente aparece em conexão com outras palavras que expressam louvor e alegria por causa dos caminhos e obras de Deus (p. ex., Is 49.13; Jr 31.7; Sl 20.6 [VP 20.5]; 33.1; 35.27; 59.17 [16]; 95.1). Esses episódios mostram que a adoração de Deus envolve uma resposta total do homem a Deus. A presença de Deus foi recebida com júbilo, e não em silêncio. Mais do que isso, eles caíram com o rosto em terra (v. 24). A grandeza e a santidade de Deus não podem ser ignoradas; Deus precisa ser reconhecido por todo o nosso ser. Nada menos que isso é adequado.

Levítico 9 e o NT

Esse capítulo faz surgir muito claramente o propósito e a natureza da adoração no AT. Toda pompa e cerimônia serviam a um fim: a aparição da glória de Deus. As vestes deslumbrantes de Arão e a multiplicidade de animais sacrificiais não eram fins em si mesmos, mas somente meios para um fim, isto é, a adoração apropriada de Deus. Essas vestimentas e sacrifícios elaborados ajudavam as simples mentes humanas a apreciarem a santidade majestosa de Deus. Mas todo o ritual no AT teria sido inútil se Deus não tivesse se dignado a revelar-se ao

povo. A roupa e os sacrifícios meramente ajudavam a colocar os adoradores em um estado mental preparado para a vinda de Deus e removiam os obstáculos do pecado humano que impediam a comunhão, mas não asseguravam necessariamente a presença de Deus.

O NT está igualmente consciente do vazio de um ritual em que Deus não está presente. É Cristo ou o Espírito que revela a glória de Deus na era do NT. Em várias ocasiões na vida de Cristo, lemos sobre a manifestação da glória de Deus: no nascimento de Cristo (Lc 2.9) e na sua transfiguração (Lc 9.31), nos seus milagres (Jo 2.11) e na segunda vinda dele (Mt 16.27; 25.31). O próprio Cristo é descrito como a glória de Deus (1Co 2.8; Jo 1.14). Cristo está presente onde dois ou três se reúnem no nome dele (Mt 18.20). A adoração precisa ser em Espírito e em Verdade (Jo 4.24). Quando o Espírito veio em Pentecostes, ele apareceu na forma de fogo; por sua inspiração, os cristãos falaram sobre “as obras poderosas de Deus” (At 2.11). Diversas vezes em Atos, lemos a respeito do Espírito descendo sobre os discípulos e os levando a adorar a Deus, às vezes em línguas estranhas.

O louvor espontâneo e sincero é, assim, um aspecto da verdadeira adoração comum a ambos os Testamentos. Esse também é o caso do temor. No antigo Israel, os israelitas “caíram com o rosto em terra”. De modo semelhante, no dia de Pentecostes, lemos que “temor veio sobre cada alma” (At 2.43). Hebreus nos lembra de “oferecermos a Deus a adoração aceitável, com reverência e temor; pois o nosso Deus é fogo consumidor” (Hb 12.28s.).

Em grande parte do tempo, a adoração de Israel e da igreja atual não está à altura desses ideais, apesar da oração de Cristo para que todos os seus discípulos possam ver a sua glória (Jo 17.24). Na cidade celestial, essa oração será cumprida: “A cidade não necessita nem do sol, nem da lua, para que nela brilhem, pois a glória de Deus a ilumina, e o Cordeiro é a sua lâmpada” (Ap 21.23, A21).

¹ [Sobre o significado de “comunidade”, veja comentário de 4.13,14 \(p. 87-8\).](#)

² [A forma hebraica aqui é incomum, pelo fato de que as formas no perfeito raramente têm um significado futuro. Nir’āh normalmente seria traduzido por “apareceu”, mas o contexto aqui exige “aparecerá”. Alternativamente, talvez se tenha em mente o particípio nir’eh.](#)

³ “Para que”; waw fraco com imperfeito tem sentido de finalidade (GK, p. 165a).

⁴ Veja v. 16: conforme as regulamentações.

⁵ Sobre ḥittē’, “purificar” (v. 15), cf. comentário de 8.15.

⁶ Aves, que eram alternativas para os pobres, não foram incluídas nesse sacrifício nacional.

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

A. A ordenação de Arão e seus filhos (cap. 8)

B. Os primeiros sacrifícios de Arão (cap. 9)

☛ C. O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

C. O juízo sobre Nadabe e Abiú (cap. 10)

A morte de Nadabe e Abiú

A tragédia e o triunfo são inseparáveis na Bíblia e na vida. Já no primeiro dia do ministério sumo sacerdotal de Arão, seus dois filhos mais velhos morrem por infringir a Lei de Deus. Na vida do nosso Senhor, o seu batismo pelo Espírito foi seguido pela tentação no deserto, e a sua entrada triunfal em Jerusalém, por sua crucificação seis dias depois. Na igreja antiga, a cura do coxo foi sucedida pela morte de Ananias e Safira (At 3—5).

Esses contrastes gritantes são perturbadores para as atitudes burguesas cômodas que muitas vezes se passam por cristãs. Em muitas partes da igreja, a visão bíblica do juízo divino é convenientemente esquecida ou considerada algo que desapareceu depois do AT. As famosas últimas palavras de Heine: “Deus me perdoará. Esse é o seu trabalho” tornaram-se o axioma implícito de grande parte da teologia moderna. Essa história curta, portanto, é uma afronta a pensadores liberais. Ela também deve desafiar os cristãos confiantes na Bíblia cujas atitudes são moldadas, com maior frequência do que percebem, pelas tendências de pensamento prevalecentes.

A estrutura de Levítico 10

Os aspectos principais desse capítulo são analisados acima (veja “A estrutura de Levítico 8 a 10”). Ele se divide nas seguintes seções:

- v. 1-3 Fogo do Senhor
- v. 4 Ordem de Moisés a Misael etc.
- v. 5 Obediência de Misael
- v. 6,7a Ordem de Moisés a Arão
- v. 7b Obediência de Arão
- v. 8-11 As ordens do Senhor a Arão
- v. 12-18 Ordens de Moisés a Arão
- v. 19 Resposta de Arão
- v. 20 Moisés satisfeito

O padrão regular da narrativa dos capítulos anteriores, de uma ordem seguida de seu cumprimento, é interrompido nesse capítulo, de modo mais evidente pela presunção de Nadabe e Abiú em oferecer fogo que o Senhor “não tinha ordenado” (v. 1,2). O padrão é restabelecido nos versículos 4 e 5, em que Misael e Elzafã obedecem prontamente a Moisés, e reafirmado nos versículos 6 e 7, quando Arão faz a mesma coisa. Mas então nos versículos 8 a 11, o Senhor fala diretamente a Arão e lhe dá certas instruções, cujo cumprimento não é mencionado nesse capítulo.

Apesar das aparências, esse segundo desvio do padrão de ordem-cumprimento não indica a desobediência de Arão, mas o contrário; é uma confirmação do seu

sumo sacerdócio e um lembrete da continuação dos seus deveres. Isso é demonstrado pelo fato de que esse é o único trecho em Levítico em que Deus se dirige a Arão somente, sem a intervenção de Moisés. A conduta presunçosa de seus dois filhos, Nadabe e Abiú, lança uma nuvem sobre todo o sacerdócio. Essa palavra de Deus a Arão é de fato uma reafirmação de que ele ainda tem um papel a desempenhar em ensinar a Israel o caminho da santidade. O seu cumprimento da ordem é o tema da narrativa seguinte e fornece uma ligação importante com os capítulos 11 a 15, que tratam das regras sobre a impureza. Por fim, as ordens de Moisés a Arão nos versículos 12 a 18 não são cumpridas imediatamente. Em vez disso, Arão explica sua ação (v. 19). No entanto, Moisés fica satisfeito (v. 20). Em outras palavras, Arão é restaurado não somente aos olhos de Deus (v. 8ss.), mas também aos olhos de Moisés, o mediador da aliança (v. 20).

Exegese e exposição

¹Então Nadabe e Abiú, filhos de Arão, pegaram, cada um, o seu incensário, puseram fogo nele e colocaram incenso em cima dele e ofereceram diante do

Senhor

um fogo estranho que ele não tinha ordenado. ²Então saiu fogo de diante do

Senhor

e os consumiu, e eles morreram diante do

Senhor

. ³Moisés disse a Arão: “Era isso que o

Senhor

queria dizer quando declarou:

‘Eu tenho de ser santificado por aqueles que estão próximos de mim.

E tenho de ser honrado na presença de todo o povo!'.’.”

Arão ficou em silêncio.

⁴Moisés chamou Misael e Elzafã, filhos de Uziel, tio de Arão, e lhes disse: “Aproximai-vos, carregai e retirai vossos irmãos do santuário para fora do acampamento”. ⁵Assim eles se aproximaram e os carregaram em suas túnicas para fora do acampamento, como Moisés ordenara.

⁶Moisés disse a Arão e seus filhos Eleazar e Itamar: “Não desarrumeis o vosso cabelo, nem rasgueis as vossas roupas, para que não morrais e ele não fique irado com toda a comunidade. Mas deixai que todos os vossos irmãos, toda a casa de Israel, lamentem o fogo que o

Senhor

enviou. ⁷Não deixeis a área cercada da Tenda do Encontro para que não morrais, pois o óleo da unção do

Senhor

está sobre vós”. Eles fizeram como Moisés disse.

⁸O

Senhor

falou a Arão da seguinte forma: ⁹“Não bebereis vinho nem bebida forte sempre que tu ou teus filhos entrarem na Tenda do Encontro, para que não morrais. Esta é uma regra permanente para os vossos descendentes. ¹⁰É vossa tarefa distinguir entre o santo e o comum, e entre o puro e o impuro, ¹¹e instruir os israelitas em todas as regras que o

Senhor

lhes falou por meio de Moisés”.

¹²Então Moisés disse a Arão e a Eleazar e Itamar, seus filhos sobreviventes: “Tomai a oferta de cereais que sobrou das ofertas de alimento do

Senhor

, e comei-a na forma de pão sem fermento perto do altar, pois é santíssima.
¹³Devereis comê-la em um lugar santo porque é vossa porção e porção dos vossos filhos das ofertas de alimento do

Senhor

, pois assim me foi ordenado. ¹⁴Vós e vossos filhos e filhas deverão comer o peito dedicado e a coxa que foi contribuída em um lugar puro. Pois eles foram dados como vossa porção e a porção de vossos filhos das ofertas pacíficas dos israelitas. ¹⁵Eles deverão levar a coxa contribuída e o peito dedicado com as ofertas de alimento das porções com gordura para oferecer como dedicação diante do

Senhor

, e vós e vossos filhos a terão como direito permanente, como o

Senhor

ordenou”.

¹⁶Mas Moisés examinou cuidadosamente a questão do bode da oferta de purificação e descobriu que já havia sido queimado. Ele ficou irado com Eleazar e Itamar, os filhos sobreviventes de Arão, e disse: ¹⁷“Por que não comestes vós a oferta de purificação no lugar santo, pois era santíssima e foi dada a vós para carregardes a iniquidade da comunidade para fazer expiação por eles diante do

Senhor

? ¹⁸Visto que o sangue não foi levado para dentro do Lugar Santo, vós deveríeis tê-la comido no santuário conforme eu ordenei”.

¹⁹Arão disse a Moisés: “Mesmo que eles tivessem oferecido diante do

Senhor

a sua oferta de purificação e a oferta queimada hoje, coisas assim têm acontecido a mim. Se eu tivesse comido uma oferta de purificação hoje, o

Senhor

teria ficado satisfeito?”.²⁰ Quando Moisés ouviu isso, ficou satisfeito.

10.1-3 Fogo do Senhor

Nadabe e Abiú (v. 1) eram os mais velhos dos quatro filhos de Arão (Êx 6.23). Eles haviam acompanhado seu pai e Moisés na subida do monte Sinai (Êx 24.1). Junto com Arão e seus irmãos, Eleazar e Itamar, eles haviam acabado de ser ordenados como sacerdotes (Lv 8.30). Pode-se pressupor, portanto, que tinham o direito de oferecer incenso. Certamente, o versículo 1 está repleto de palavras que nos capítulos 8 e 9 descrevem o trabalho sacerdotal, como, por exemplo: pegaram (lāqah) (8.15,16,23,25; 9.2,15); puseram (nāṭan) (8.15,24; 9.9); colocaram (śîm) (9.20; cf. 8.8,9,26); ofereceram (hiqrîb) (8.18,22; 9.2,9,15,16,17). Até mesmo a palavra traduzida por incenso¹ (qetoret) é parecida com a palavra que se traduz por “queimar” sacrifícios no altar (hiqtîr) (8.16,20,21,28; 9.10,13,14,17,20).

Esses ecos verbais dos capítulos anteriores remetem a lembranças de importantes ocasiões comoventes em que o plano de Deus para criar um povo santo fez um avanço significativo. Então subitamente a nossa euforia é destruída pelas últimas cinco palavras (hebraicas) da frase: “um fogo estranho que ele não tinha ordenado”.

Fogo estranho. O leitor gostaria muito de saber a natureza exata do pecado deles.² O que tornou esse fogo “estranho”? Incenso era produzido por meio da mistura de especiarias aromáticas, que então eram vaporizadas quando colocadas em um incensário que continha brasas de carvão, isto é, “fogo”. De acordo com Levítico 16.12, esses pedaços de carvão precisavam ser tirados do altar. Será que dessa vez eles vieram de algum outro lugar? Ofertas de incenso diárias foram prescritas em Êxodo 30.7,8. Nadabe e Abiú ofereceram isso na hora errada do dia? Isso poderia ser deduzido de Êxodo 30.9, que proíbe “incenso estranho”.³ Em outros trechos da Lei, “estranho” (zār) se refere a

peças que não são sacerdotes (Êx 30.33; Lv 22.12; Nm 17.5 [VP 16.40]) ou a estrangeiros (Dt 25.5). Talvez “não autorizado” pudesse ser uma tradução alternativa. De todo modo, o termo parece relativamente vago.

O que realmente importava é afirmado em seguida: era fogo que ele não tinha ordenado. Toda a narrativa a partir de 8.1 nos levou a ter a expectativa de que os ministros de Deus obedeceriam à Lei prontamente e com exatidão. De repente, vemos os filhos de Arão fazendo algo que não havia sido ordenado.

Saiu fogo de diante do

Senhor

(v. 2). Exatamente a mesma expressão ocorre em 9.24. Na primeira ocasião, fogo divino veio somente após todos os sacrifícios terem sido oferecidos. Dessa vez, ele veio instantaneamente e os consumiu (cf. 9.24: “consumiu” os sacrifícios). Isso era um fogo de juízo: eles morreram diante do

Senhor

. Na primeira vez, o fogo foi uma prova da bênção de Deus. Então os israelitas gritaram de júbilo. Agora Arão ficou em silêncio (v. 3).

Moisés, o porta-voz de Deus, tem uma palavra para a ocasião. Ele explica a ação de Deus em uma parêntese de versos poéticos.

“Eu tenho de ser santificado por aqueles que estão próximos de mim.

E tenho de ser honrado na presença de todo o povo!” (v. 3)

Eu tenho de ser santificado⁴ (’eqqādēsh). A santidade (qdsh) é um dos grandes temas de Levítico.⁵ Toda a nação foi chamada para ser santa, mas quão maior não era a responsabilidade dos sacerdotes cujo dever era executar os rituais santificadores e ensinar ao povo o caminho da santidade. Eles estavam próximos (qārōb) de Deus de modo preeminente, pois eles mesmos se aproximavam dele (qārēb) (p. ex., 9.7,8) e aproximavam os sacrifícios (hiqrīb)

(p. ex., 7.9,33; 9.9 etc.). Honrado ou “glorificado” é a forma verbal (kābēḏ, nifal) da palavra traduzida por glória (kābôḏ) (cf. 9.23). A santidade e a glória de Deus também são mencionadas juntas em Isaías 6.3:

Santo, santo, santo é o

Senhor

dos Exércitos;

toda a terra está cheia da sua glória (A21).

De forma muito acertada, alguém já disse que “a santidade de Deus é a sua glória oculta e encoberta [...] Mas a sua glória é a sua santidade revelada”.⁶

As palavras de Moisés podem ser parafraseadas de modo livre assim: “Quanto mais perto um homem está de Deus, mais atenção ele precisa dar à santidade e à glória de Deus”. A implicação não mencionada é que os filhos do sumo sacerdote deveriam ter tido uma atitude melhor do que essa ação tão presunçosa. A mesma observação teológica é feita de muitas maneiras diferentes no AT. Por Israel ser o povo da aliança de Deus, a nação estava sujeita às maldições da aliança listadas em Levítico 26 e Deuteronômio 28. Amós diz que enquanto outras nações merecem a punição de Deus por seus pecados graves contra a humanidade, Judá e Israel serão punidos simplesmente por não terem guardado a Lei (Am 2 e 3). Os homens santos em Israel são julgados de acordo com um critério ainda mais elevado: eles devem seguir as determinações de Deus nos mínimos detalhes. No caso deles, a transgressão mais leve tende a atrair a punição mais assustadora. O maior dos líderes de Israel, Moisés, não obteve a realização da ambição que o havia acompanhado a vida inteira por se desviar um pouco dos mandamentos de Deus (Nm 20): “porque não acreditastes em mim, não santificando-me diante dos israelitas” (Nm 20.12, A21). Alguns dos homens de Bete-Semes, uma cidade sacerdotal (Js 21.16), morreram por não tratarem a arca com a devida reverência (1Sm 6.19). O capítulo 13 de 1Reis fala de um profeta que, tendo cumprido fielmente a sua missão de pregar contra o altar de Betel, não se apressou para casa como lhe havia sido ordenado e então foi morto por um leão. Tanto Geazi, servo de Elias, quanto o rei Uzias foram atacados com

lepra por causa de seus pecados (2Rs 5.20ss.; 2Cr 26.16ss.).

Ao comentar sobre essa passagem, Calvino escreveu: “se refletirmos quão santa é a adoração de Deus, a enormidade da punição de modo algum nos ofenderá. Além disso, era necessário que a religião deles fosse sancionada já em seu princípio; pois se Deus tivesse tolerado que os filhos de Arão transgredissem impunemente, depois disso, eles teriam negligenciado de forma despreocupada toda a Lei. Portanto, essa foi a razão para uma severidade tão grande: que os sacerdotes vigiassem de forma zelosa contra toda profanação”.⁷

10.4 A ordem de Moisés a Misael e Elzafã

10.5 A obediência deles

10.6,7a A ordem de Moisés a Arão e seus filhos sobreviventes

10.7b A obediência deles

Após a morte de Nadabe e Abiú, a narrativa volta ao padrão comum de ordem-cumprimento, ao que tudo indica para enfatizar o efeito da sua morte nos espectadores: as ordens de Deus não devem ser desprezadas.

Os sacerdotes não podiam se aproximar dos mortos, pois defuntos traziam contaminação que os impediria de exercer a sua função no santuário (Lv 21).

Essa proibição era absoluta no caso do sumo sacerdote (21.10ss.), mas outros sacerdotes podiam sepultar os seus parentes mais próximos. O normal seria que os irmãos de Nadabe e Abiú tivessem realizado o seu funeral; em vez disso, os primos de Arão chamados Misael e Elzafã⁸ são incumbidos dessa tarefa (v. 4).

Arão e seus filhos também são proibidos de participar nos rituais de luto costumeiros. Não desarrumeis o vosso cabelo nem rasgueis as vossas roupas (v. 6; cf. 13.45; Gn 37.29 etc.). Essa regra normalmente se aplicava somente ao sumo sacerdote (Lv 21.10); aqui ela é estendida também a seus filhos. Não se explica por que Eleazar e Itamar não podiam participar do lamento pela morte de seus irmãos. O texto simplesmente declara que se eles fizessem isso morreriam e a ira de Deus viria sobre toda a comunidade (v. 6). Talvez a razão disso tenha sido que Nadabe e Abiú não haviam sofrido uma morte natural, mas um juízo direto de Deus. Os sacerdotes sobreviventes, ainda que fossem irmãos, precisavam se identificar inteiramente com a perspectiva de Deus e não provocar nenhuma suspeita de que aceitavam os pecados de seus irmãos. Se tivessem participado dos costumes tradicionais de rasgar as suas roupas poderiam ter ficado tentados em seu luto a culpar Deus pela morte dos irmãos. São raros os homens como Jó, capazes de lamentar a perda de parentes e louvar a Deus ao mesmo tempo (Jó 1.20,21).

A dedicação total ao serviço de Deus é exigida dos sacerdotes: eles não devem deixar a área cercada da Tenda do Encontro (v. 7)⁹ nem mesmo para um funeral (cf. Mt 8.21,22; Lc 9.59,60; 14.26,27).

Do santuário para fora do acampamento (v. 4, cf. v. 5). Seus corpos mortos são impuros e precisam ser removidos da área santa para o setor dos impuros fora do acampamento (cf. 4.12,21 etc.). Eles são tratados como as partes descartadas dos animais dos sacrifícios.

Em suas túnicas (v. 5). As vestes que simbolizavam o seu chamado elevado (8.13) foram agora usadas como mortalhas para o seu sepultamento infame.

Mas deixai que todos os vossos irmãos, toda a casa de Israel, lamentem o fogo que o

Senhor

enviou (v. 6). Os sacerdotes não deveriam lamentar as mortes, mas “Deus permitiu que os homens mortos fossem lamentados pelo povo, a fim de que a

memória do seu castigo não se perdesse depressa demais”.¹⁰

10.8-11 As ordens do Senhor a Arão

O

Senhor

falou a Arão. Somente aqui em Levítico Deus fala a sós e diretamente com Arão; em outras passagens, isso sempre ocorre na companhia de Moisés ou por meio dele. Isso mostra a importância do que ocorre em seguida e que Arão, apesar das más ações de seus filhos, ainda era o sumo sacerdote, capaz de fazer a mediação entre Deus e o homem.

As ordens transmitidas a Arão, no entanto, são estranhas. Por que era necessário introduzir uma proibição de beber álcool aqui e então combiná-la com instruções sobre o ensino aos israelitas? Hoffmann¹¹ sugere que era o costume suprir pessoas em luto e outras pessoas aflitas com muita bebida para alegrá-las (cf. Pv 31.6,7). As observações sobre bebida então estariam em harmonia com determinações anteriores que proibiam que os sacerdotes cedessem aos costumes de luto comuns (v. 6). Gispén,¹² seguindo comentaristas judeus anteriores, acredita que a proibição foi provocada pela embriaguez de Nadabe e Abiú, que os levou ao erro. Mas não há nada explícito no texto que demonstra que eles haviam bebido demais.

Os autores do AT tinham plena consciência de que álcool demais poderia produzir insensatez e falta de entendimento (Pv 20.1; Os 4.11; 7.5). É vossa tarefa.¹³ A essência do trabalho do sacerdote era tomar decisões quanto ao que constituía a diferença entre o santo e o comum, e entre o puro e o impuro (v. 10).¹⁴ Cometer um erro nessas questões provocava o juízo de Deus e poderia levar à morte. Assim, para reduzir o risco desses erros, os sacerdotes não podiam beber antes de exercer sua função. Os nazireus, mais um grupo de homens santos no antigo Israel, precisavam se abster durante todo o tempo do seu voto (Nm 6.3,4; Jz 13.4,5; Lc 1.15). Leigos comuns podiam desfrutar de vinho como uma dádiva de Deus (Sl 104.15), mas o ato de beber excessivamente era castigado

(Pv 23.29ss.). Líderes na igreja do NT precisavam ser moderados no seu uso de bebida (1Tm 3.3,8; Tt 2.2,3).

Instruir os israelitas (v. 11). Os sacerdotes não eram somente homens que ofereciam sacrifícios, mas também eram mestres. “Instruir” (lehôrôt) o povo envolvia ensinar a lei (tôrāh), o que incluía tanto ensinar as regras reveladas quanto tomar decisões sobre casos difíceis não tratados explicitamente na revelação do Sinai (Dt 17.9ss.).

10.12-18 As ordens de Moisés a Arão

Moisés constata que os sacerdotes concluíram os sacrifícios mencionados no capítulo 9. O ato final na maioria dos sacrifícios era o consumo das partes comestíveis pelos sacerdotes.

A oferta de cereais (v. 12) é a que acompanhava a oferta queimada do povo (9.4). Com exceção da porção memorial, tudo isso era comido pelos sacerdotes¹⁵ (9.17; cf. 2.2,3,9,10 etc.) em um “lugar santo”, isto é, o pátio do Tabernáculo (6.9ss. [VP 6.16ss.]). Regulamentos semelhantes se aplicavam aos privilégios sacerdotais das ofertas pacíficas: o peito dedicado e a coxa que foi contribuída (v. 14; cf. 7.29ss.). Moisés lembra Arão e seus filhos de que, apesar do desastre da morte de Nadabe e Abiú, os privilégios sacerdotais não foram perdidos. Por ordem de Deus, essas partes do sacrifício são seu direito permanente (v. 13,15; cf. 7.34,36).

No caso das ofertas de purificação, os sacerdotes não tinham um direito automático à carne. Isso dependia do que era feito com o sangue do sacrifício. Se o sangue era esfregado dentro da Tenda do Encontro, a carcaça do animal era queimada fora do acampamento (4.1-21). Se, no entanto, o sangue era esfregado no altar da oferta queimada fora da Tenda do Encontro, os sacerdotes tinham direito a comer a carne (6.18ss. [VP 6.25ss.]). O capítulo 9 menciona duas ofertas de purificação, uma por Arão¹⁶ (9.8ss.), e outra pelo povo,¹⁷ a saber, um bode (9.15). A ira de Moisés é provocada porque eles não seguiram as regras com a segunda oferta. Eles queimaram a carne em vez de eles mesmos a

comerem, como era seu direito (v. 16-18). Considerando que¹⁸ o sangue não foi levado ao lugar santo, isto é, a parte externa da Tenda do Encontro, vós deveríeis tê-la comido.

10.19 Resposta de Arão

10.20 Moisés satisfeito

Ao apresentar uma oferta de purificação e uma oferta queimada por si mesmos (9.8ss.), Arão e seus filhos haviam se empenhado para evitar a ira de Deus. No entanto, eles não tiveram êxito: coisas assim têm acontecido a mim, diz Arão se referindo ao fogo de juízo divino (10.2). Considerando-se as circunstâncias, o medo de Arão de comer “coisas santíssimas” como a carne da oferta de purificação era compreensível.

Quando Moisés ouviu isso, ficou satisfeito (v. 20). Talvez isso sugira que Deus demonstra maior graça para com aqueles que cometem erros porque o temem do que com aqueles que entram na sua presença de forma despreocupada e irreverente, como foi o caso de Nadabe e Abiú (cf. v. 1-3).

Levítico 10 e o NT

Em nenhum trecho do NT há uma referência a esse episódio específico, embora haja diversas linhas de continuidade teológica que ligam essa passagem com o ensino do NT. O discípulo precisa colocar a lealdade a Cristo antes das obrigações familiares (v. 6,7; Mt 8.21,22). Os ministros, assim como os sacerdotes araônicos, devem ser moderados (v. 9; 1Tm 3.3,8). Mas o princípio

mais notável endossado pelo NT é que quanto mais próximo um homem está de Deus mais severo será o critério para julgá-lo (v. 3). Nosso Senhor disse: “A quem muito é dado, muito será exigido” (Lc 12.48, A21). E Pedro diz: “O julgamento começa com a casa de Deus” (1Pe 4.17). Ainda Tiago (3.1): “Nós que somos mestres seremos julgados de forma mais severa”. A história de Nadabe e Abiú ilustra vividamente essas afirmações do NT.

¹ Sobre essa palavra, veja M. Haran, VT 10 (1960): 113-29.

² Para tratamentos recentes, veja J. C. H. Laughlin, “The ‘strange fire’ of Nadab and Abihu”, JBL 95 (1976), p. 559-65.

³ Keil, p. 351.

⁴ Como ocorre com frequência nas leis, o imperfeito tem sentido imperativo; cf. comentário de 1.2.

⁵ Veja “Introdução” (VI. 2), p. 15. “Santidade”.

⁶ Herntrich citado por O. Kaiser, Isaiah 1—12 (London: S.C.M., 1972), p. 79.

⁷ Calvino, vol. 3, p. 431. Para uma análise mais plena da doutrina bíblica do juízo, veja J. W. Wenham, The goodness of God (London: IVP, 1974).

⁸ Sobre a árvore genealógica, veja Êx 6.16ss.

⁹ Sobre essa expressão, cf. comentário de 8.3.

¹⁰ Calvino, vol. 3, p. 434.

¹¹ Hoffmann, vol. 1, p. 296.

¹² Gispen, p. 166.

¹³ É vossa tarefa distinguir (ûl^habdîl) é uma construção incomum. Hoffmann, vol. 1, p. 296, compara essa passagem com Êx 32.39, em que novamente um imperativo é seguido por waw e infinitivo, aparentemente dando continuidade ao sentido imperativo do primeiro verbo.

¹⁴ Sobre essas distinções, veja “Introdução” (VI. 2), p. 15: “Santidade”.

¹⁵ Comei-a na forma de pão sem fermento (v. 12). Pão sem fermento é uma aposição explicativa de -a, daí essa tradução e a da TEV: “fazei pão sem fermento com ela e comei-a”.

¹⁶ Sobre a anormalidade no ritual, veja comentário de 9.8ss.

¹⁷ Carregardes a iniquidade (v. 17); cf. 5.1; 7.18.

¹⁸ Hên (visto que, v. 18; mesmo que, v. 19) chama a atenção para algum fato que deve produzir uma ação, ou leva a uma conclusão (BDB, 243b).

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

☛ III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

Levítico 11 a 15: Observações preliminares

O capítulo 11 começa uma nova seção do livro de Levítico. Os capítulos 11 a 15 tratam de vários tipos de impureza e como os homens podem ser purificados delas. O capítulo 11 faz distinção entre alimentos puros e impuros, isto é, quais animais podem ser comidos e quais não podem. O capítulo 12 trata da contaminação associada com o parto, e os capítulos 13 e 14 tratam de doenças de pele e relacionadas a fungos. O capítulo 15 trata de fluxos corporais. Esses cinco capítulos remetem a 10.10: é preciso “distinguir entre o santo e o comum [...] entre o puro e o impuro” e servem para preparar o caminho para o capítulo 16, que descreve o grande Dia da Expição. As cerimônias nesse dia foram ordenadas “por causa das impurezas dos israelitas” (16.16). Esses capítulos então ajudam a explicar o que se quer dizer com impureza. A relação entre os capítulos 11 a 15 e o capítulo 16 pode ser comparada à relação entre os capítulos 1 a 7 e 8 a 10. Os capítulos 1 a 7 explicam os sacrifícios oferecidos na ocasião da instituição do sacerdócio (8—10); os capítulos 11 a 15 fornecem um contexto essencial para a compreensão da importância do Dia da Expição (16).

Esses capítulos de literatura jurídica estão entre duas seções de narrativa histórica (caps. 8—10 e 16). Considerando que a parte de legislação é

proporcionalmente muito mais extensa do que a de história aqui e em todo o livro de Levítico, tendemos a esquecer que a narrativa estabelece a estrutura da lei, e não o contrário. A preponderância da lei tende a lhe dar a aparência de atemporalidade, ao passo que o contexto deixa claro que essas leis foram transmitidas em uma situação específica a um povo específico. Elas fazem parte de um plano para tornar o povo de Israel santo. “Eu sou o

Senhor

que vos tirou da terra do Egito para ser vosso Deus; por isso deveis ser santos, porque eu sou santo” (11.45). Elas não devem ser necessariamente consideradas prescrições universais e eternas. Elas expressam a vontade de Deus para o seu povo em uma época específica, mas, como o NT deixa claro, elas não tinham a intenção de serem aplicadas para sempre ou aplicadas aos gentios (Mc 7.14ss.; At 10; 15; 1Co10.23ss.). Mas isso não isenta o comentarista cristão da necessidade de procurar o significado dessas leis na vida do antigo povo de Israel. Por que elas foram transmitidas e que alvo elas deveriam alcançar? Se pudermos entender por que Israel recebeu a imposição desses regulamentos, talvez descubramos por que elas foram abolidas debaixo da nova aliança e também o que ainda podem nos ensinar hoje.

A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

Animais impuros (cap. 11)

Impureza do parto (cap. 12)

Enfermidades impuras (cap. 13)

Purificação de enfermidades (cap. 14)

Fluxos impuros (cap. 15)

Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

☛ A. Animais impuros (cap. 11).

B. Impureza do parto (cap. 12).

C. Enfermidades impuras (cap. 13).

D. Purificação de enfermidades (cap. 14).

E. Fluxos impuros (cap. 15).

F. urificação do Tabernáculo (cap. 16).

A. Animais impuros (cap. 11)

A estrutura de Levítico 11

A estrutura desse capítulo é bem clara. O assunto e também as palavras e expressões-chave marcam as divisões principais. Esse capítulo se divide em seis seções principais, cada uma iniciada por “estes”, “desses” ou “esta” (v. 2,9,13,24,29,46). As seções principais ainda são subdivididas em parágrafos, geralmente indicados por um inclusio, isto é, a repetição de uma oração ou expressão inicial no fim do parágrafo; por exemplo: “podereis comer dentre todos os animais da terra...” (v. 2,3, cf. v. 4,8,9 [2x]); “Mas todos os animais que [...] não têm barbatanas e escamas [...] deveis considerá-los detestáveis” (v. 10,12, cf. v. 20,23). “Qualquer um que tocar o seu cadáver se torna impuro até a tarde” (v. 24,25; v. 27,28); “deveis considerar impuros” (v. 29,38).

Animais puro e impuros: definições (v. 1-23)

v. 1-8 Animais da terra

v. 2,3 podem ser comidos

v. 4-8 não podem ser comidos — impuros

v. 9-12 Animais da água

v. 9 podem ser comidos

v. 10-12 não podem ser comidos — detestáveis

v. 13-23 Animais que voam

v. 13-19 não podem ser comidos — aves detestáveis

v. 20-23 insetos — detestáveis (v. 20)

podem ser comidos (v. 21,22)

detestáveis (v. 23)

A contaminação por animais e o seu tratamento (v. 24-47)

v. 24-28 Animais da terra

v. 29-45 Animais que enxameiam

princípios gerais (v. 29-38)

animais puros (v. 39,40)

exortação final (v. 41-45)

v. 46,47 Resumo

A organização tríplice em animais que habitam a terra, o mar e o ar tem semelhanças com Gênesis 1.20ss. A predileção do autor por organizar seu material em grupos de três já foi observada em capítulos anteriores.

Levítico 11: animais puros e impuros

Essas leis fascinaram e confundiram gerações de estudiosos da Bíblia. Por que Deus decretou que certos alimentos podiam ser comidos e outros tinham de ser rejeitados? Houve uma grande variedade de hipóteses, mas até agora não surgiu nenhum consenso. Antes de apresentarmos as várias possibilidades, devemos resumir os próprios regulamentos.

(1) Animais de casco fendido e que ruminam (p. ex., ovelhas e gado bovino) podem ser comidos. Outros mamíferos são impuros (p. ex., porcos e camelos) e não podem ser comidos (v. 2-8).

(2) Somente peixes que têm barbatanas e escamas podem ser comidos (v. 9-12).

(3) Certas aves mencionadas, provavelmente aves de rapina, não podem ser comidas (v. 13-19).

(4) Insetos voadores não podem ser comidos, mas insetos que pulam podem ser comidos (v. 20-23).

(5) Tocar o cadáver de um animal impuro torna uma pessoa impura. Ela precisa se lavar (v. 24-28).

(6) Outros animais que enxameiam, como ratos e lagartos, também são impuros. Se eles são encontrados mortos em uma vasilha, a vasilha se torna impura e precisa ser destruída ou purificada (v. 29-38).

(7) Animais puros que morrem de causas naturais se tornam impuros, impróprios para o consumo e uma fonte de contaminação (v. 39,40).

A impureza associada a certos animais é menos grave do que outros tipos de impureza tratados em capítulos seguintes de Levítico. Isso fica evidente de dois modos: somente o contato com um cadáver torna um homem impuro e para se purificar dessa impureza é necessário apenas se lavar e esperar até a tarde. Outras contaminações exigem um tempo muito maior para que as pessoas sejam purificadas, bem como a oferta de um sacrifício (veja caps. 12—15).

Essas regras sobre animais impuros são relativamente diretas, mas a sua explicação lógica é bem obscura e tem sido tema de debate desde épocas pré-cristãs. Por que ovelhas e gafanhotos podem ser comidos, mas porcos e ratos precisam ser evitados? Qual é o sentido em dividir animais da terra em ruminantes de casco fendido que são puros e outros que não são? Antes de iniciar a exegese detalhada dessas leis, é apropriado considerar os princípios gerais e as abordagens apropriadas a elas.

Quatro tipos diferentes de explicação foram oferecidos para essas leis: as

distinções entre animais puros e impuros são arbitrárias, culturais, higiênicas ou simbólicas.

(1) As distinções são arbitrárias. Sua explicação lógica é conhecida somente para Deus, que as revelou ao homem como um teste de obediência. Embora essa fosse a visão de alguns rabinos¹ e talvez seja a conclusão a que alguém seja levado se nenhuma outra explicação for adequada, ela é basicamente uma abordagem negativa e deve ser adotada somente como um último recurso.

(2) A explicação cultural defende que os animais impuros são ou aqueles usados na adoração pagã ou os que estão associados com divindades pagãs específicas. Como marca da sua fidelidade à aliança, Israel precisa evitar totalmente esses animais.²

A favor dessa explicação está o fato de que ela é muito antiga.³ A declaração que a própria Lei faz de seu propósito também lhe confere plausibilidade. A aliança tinha o objetivo de separar Israel de todos os povos e criar uma nação santa (Êx 19.5,6; cf. Lv 11.44,45). Isaías 65.4 fala sobre os ímpios “que comem carne de porco” provavelmente como parte de algum ritual cananeu. Arqueólogos também descobriram quantidades de ossos de porco em níveis pré-israelitas em Tell el-Farah (norte), o que sugere que o porco pode ter sido um animal sagrado.⁴

Infelizmente, essa hipótese explica muito pouco a evidência para que seja de fato útil. Em geral, os cananeus sacrificavam a mesma variedade de animais que Israel. Por que eles não foram declarados impuros? Em especial, por que o touro não era proibido no AT, visto que era um animal cultural importante tanto no ritual egípcio quanto no cananeu? Parece improvável que a impureza seja derivada exclusivamente do uso de alguns animais na religião pagã. Talvez em situações em que os cananeus usassem um animal considerado impuro pelos israelitas por outras razões, aquele animal se tornava ainda mais repugnante na visão da aliança, mas o uso pagão dificilmente explica a categorização inicial de puro e impuro.

(3) A interpretação higiênica afirma que os animais impuros são impróprios para o consumo porque são transmissores de doenças. Os animais puros são aqueles que são relativamente seguros para o consumo. Essa explicação é adotada por muitos autores recentes. O porco pode ser fonte de triquinose. O coelho e a lebre são transmissores de tularemia. Os peixes sem barbatanas e escamas tendem a se entocar no lodo e se tornar fontes de bactérias perigosas, assim como as aves de

rapina que se alimentam de carne putrefata.⁵

Essa interpretação é especialmente atraente para os leitores ocidentais dos séculos 20 e 21, visto que somos tão obcecados pelo cuidado com a saúde e a ciência médica. E é claro que talvez Deus em sua providência tenha dado regras que contribuíam para a saúde do povo. Mas somente o fato de que conseguimos ver considerações higiênicas na base de algumas leis não significa que os autores humanos também viram isso. Há boas razões para acreditar que eles não consideravam essas prescrições higiênicas.

Em primeiro lugar, a higiene consegue explicar somente algumas proibições. Alguns animais puros são mais questionáveis com base na higiene do que alguns animais impuros citados.⁶ Se o antigo Israel tivesse descoberto os perigos de comer carne de porco, a nação também poderia ter descoberto que cozinhá-la completamente os evitaria. Em todo o caso, a triquinose é rara em porcos caipiras. Entre os árabes, a carne de camelo é considerada um luxo, embora Levítico a considere impura.

Em segundo lugar, não há nenhuma indicação no AT de que ele considerava esses alimentos um risco à saúde. Cláusulas explicativas que justificam uma lei específica são um aspecto muito característico da Lei do AT, porém, nunca há uma sugestão de que esses alimentos animais precisem ser evitados por prejudicar a saúde. No entanto, isso certamente teria constituído uma razão excelente para evitar alimentos impuros.

Em terceiro lugar, por que, se a higiene é o motivo, plantas venenosas não são classificadas como impuras?

Por fim, se a saúde era a razão primária para declarar certos alimentos impuros, por que o nosso Senhor os pronunciou puros em sua época? Não há evidência de que a compreensão de higiene no Oriente Médio havia avançado tanto na época do século 1 d.C. que as leis levíticas fossem desnecessárias. De fato, se o propósito principal das leis era higiênico, é surpreendente que Jesus as tenha abolido.

(4) A interpretação simbólica das leis alimentares considera o comportamento e hábito dos animais puros ilustrações vivas de como o israelita justo deve se comportar, enquanto os impuros representam o homem ímpio. Esse tipo de explicação remonta a autores judeus pré-cristãos e foi defendido por

comentaristas mais recentes. Arístéas⁷ sugeriu que ruminar o alimento tornava o animal puro porque isso lembrava os homens de meditar na Lei. Bonar⁸ defendeu que a ovelha era pura porque lembrava o antigo israelita de que o Senhor era o seu pastor, ao passo que os hábitos sujos do porco expressavam a “imundícia da iniquidade”. Outros⁹ acharam que alguns animais eram considerados impuros por causa da sua associação com a morte ou o pecado.

Por mais interessantes e imaginativas que sejam essas tentativas mais antigas de interpretação simbólica, elas são, na melhor das hipóteses, parciais, analisando somente parte dos dados, e, na pior, esquisitas e até excêntricas. Não parece haver critério algum para preferir uma interpretação a qualquer outra. A exegese bíblica sem balizas é capaz de se perder na total subjetividade.

As obras da antropóloga social Mary Douglas parecem evitar esses perigos. Ela defende que as leis relacionadas à impureza têm significado simbólico, mas a sua interpretação se baseia em uma leitura abrangente de todas as leis e uma dependência das distinções enfatizadas no próprio livro de Levítico, e não em aspectos que parecem fascinar o leitor atual.

Na nossa introdução,¹⁰ sugerimos que a ideia subjacente à santidade e pureza era a inteireza e normalidade. Os sacerdotes, por exemplo, precisam ser livres de deformidade física (21.5,6,17ss.). Colheitas mistas, roupas mistas e casamentos mistos são incompatíveis com a santidade (18.23; 19.19).

A mesma insistência na inteireza está na base das leis relacionadas à impureza no capítulo 11. O mundo animal é dividido em três esferas: os animais que voam no ar, os que andam na terra e os que nadam nos mares (cf. Gn 1.20-30). Cada esfera tem um modo de deslocamento associado a ele. As aves têm duas asas que usam para voar e dois pés para andar; os peixes têm barbatanas e escamas que usam para nadar; animais da terra têm cascos que usam para correr. Os animais puros são os que se conformam a esse padrão de classes puras. Aquelas criaturas que de algum modo violam os limites são impuros. Assim, os peixes sem barbatanas e escamas são impuros (Lv 11.10; Dt 14.10). Insetos que voam, mas que têm muitas pernas são impuros, enquanto gafanhotos que têm asas e somente duas pernas para pular são puros (Lv 11.20-23). Animais com uma forma indeterminada de deslocamento, isto é, que “enxameiam”, são impuros (Lv 11.41-44). “A santidade exige que os indivíduos se conformem à classe à qual eles pertencem.”¹¹ Na medida em que alguns animais não se conformam, eles são impuros.

Essa análise explica as divisões principais entre puro e impuro, mas ela não explica por que porcos são impuros, enquanto ovelhas e cabras são consideradas puras. Douglas acha que uma explicação racional para essa diferenciação pode ser discernida se o contexto social estiver em mente. Ovelhas e cabras teriam sido a carne comum para os criadores de animais, de modo que era normal considerá-los puros. Mas porcos e camelos não se conformavam exatamente às normas de conduta definidas por ovelhas e cabras e, portanto, eram impuros. Eles violam os limites dos animais puros por não ruminarem ou não terem cascos fendidos. Em outras palavras, há um paralelo entre a santidade buscada no homem e a pureza dos animais: o homem precisa se conformar às normas da perfeição moral e física, e os animais precisam se conformar aos padrões do grupo animal ao qual eles pertencem.¹²

Uma análise mais desenvolvida¹³ demonstra que cada esfera do reino animal tem uma estrutura semelhante. Os animais da água se dividem em puros e impuros, mas os animais da terra e do ar se subdividem ainda em animais puros que podem ser comidos e animais puros que podem ser sacrificados e também comidos. Essa divisão tríplice dos animais — impuros, puros e sacrificiais — corresponde à divisão da humanidade: os impuros, isto é, os excluídos do acampamento de Israel, os puros, isto é, a maioria dos israelitas comuns, e os que oferecem sacrifícios, isto é, os sacerdotes. Essa divisão em três grupos tanto do reino animal quanto da esfera humana não é coincidência, como é demonstrado por várias leis no Pentateuco que aplicam princípios semelhantes aos homens e animais (Gn 1.29,30; Êx 13.2,13; 20.10; 21.28ss.; 22.28,29 [VP 22.29,30]; Lv 26.22). Uma vez que se admite que os animais simbolizam o mundo humano, a impureza das aves de rapina se torna inteligível: elas são detestáveis porque comem carne putrefata e carne da qual o sangue não foi drenado apropriadamente, atos que tornam os homens impuros (Lv 11.13-19; cf. 11.40 e 17.10ss.).

Portanto, Mary Douglas afirma que havia um sistema implícito nos regulamentos associados à impureza e que seu simbolismo era conscientemente percebido no antigo Israel. Os israelitas expressavam um entendimento da santidade e da condição especial de Israel como o povo santo de Deus. A divisão entre alimentos puros (podiam ser comidos) e alimentos impuros (não podiam ser comidos) correspondia à divisão entre o Israel santo e o mundo gentio. Entre os animais que eram puros, havia alguns tipos que podiam ser oferecidos como sacrifício. De modo semelhante, havia um grupo de homens em Israel que podiam oferecer sacrifícios, isto é, os sacerdotes. Por meio desse sistema de leis

simbólicas, os israelitas eram lembrados em cada refeição da sua redenção para serem o povo de Deus. Sua dieta era limitada a certas carnes para imitar o seu Deus, que havia restringido a sua escolha entre as nações a Israel. Ela servia, além disso, para relembrar as responsabilidades que Israel tinha de ser uma nação santa. Quando os israelitas distinguiam entre alimentos puros e impuros, eram lembrados de que a santidade era mais do que uma questão de carne e bebida, mas um modo de vida caracterizado pela pureza e integridade.

A argumentação mais forte a favor da interpretação que Douglas faz das leis alimentares é a sua abrangência e coerência. Podemos encontrar mais apoio a essa posição na mais antiga explicação dessas leis para leitores gregos no século 2 a.C., a Carta de Arístéas. Ele diz que os homens precisam se portar como os pássaros puros que comem grãos, e não como as aves selvagens e carnívoras.¹⁴ Esses regulamentos ensinam Israel a agir “com discriminação de acordo com a norma da justiça — de modo mais especial porque fomos claramente separados do resto da humanidade”.¹⁵

Por fim, podemos observar que o NT parece considerar as leis alimentares um símbolo da divisão entre judeus e gentios, e a sua abolição debaixo da nova aliança é equivalente à derrubada do muro de separação. Isso é analisado mais plenamente adiante.¹⁶

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés e Arão: ²“Fala aos israelitas da seguinte forma: Estes são os animais que podereis comer dentre todos os animais da terra: ³todos os animais que têm casco dividido e fendido e que ruminam, esses podereis comer.

⁴Mas os seguintes animais de casco dividido e que ruminam não deveis comer: o camelo, pois, embora rumine, não tem o casco dividido: deveis considerá-lo impuro. ⁵O coelho, pois, embora rumine, não tem o casco dividido: deveis

considerá-lo impuro. ⁶A lebre, pois, embora rumine, não tem o casco dividido: deveis considerá-la impura. ⁷O porco, pois, embora tenha o casco dividido e fendido, não ruma: deveis considerá-lo impuro. ⁸Não comereis a carne deles e não tocareis o cadáver deles. Deveis considerá-los impuros.

⁹Podereis comer estes dentre os animais da água: tudo o que tem barbatanas e escamas e vive nas águas, isto é, nos mares ou nos rios, esses podereis comer.

¹⁰Mas todos os animais que vivem nos mares e rios e não têm barbatanas e escamas, ou todos os animais que se enxameiam nas águas ou outros seres vivos das águas, deveis considerá-los detestáveis. ¹¹Deveis considerá-los detestáveis. Não comereis sua carne e tratareis seu cadáver como detestável.

¹²Todo animal nas águas que não tiver barbatanas ou escamas, deveis considerá-lo detestável.

¹³Deveis detestar estes animais entre as aves — não poderão ser comidos. São detestáveis: a águia, o abutre, a águia marinha, ¹⁴o açor, qualquer espécie de falcão, ¹⁵qualquer espécie de corvo, ¹⁶a avestruz, o mocho, a gaivota, qualquer espécie de gavião, ¹⁷a coruja, o corvo-marinho, o corujão, ¹⁸a coruja branca, o pelicano, o abutre, ¹⁹a cegonha, qualquer espécie de garça, a poupa e o morcego.

²⁰Todos os insetos com asas que andam sobre quatro pés deveis considerar detestáveis. ²¹Mas podereis comer qualquer inseto com asas que anda sobre quatro pés se tiver pernas articuladas com as quais salta. ²²Podereis comer estes: qualquer espécie de locusta, qualquer espécie de grilo, qualquer espécie de gafanhoto de antenas longas ou curtas. ²³Mas todos os insetos com asas que têm somente quatro pés deveis considerar detestáveis.

²⁴Por meio desses vos tornareis impuros. Qualquer um que tocar o seu cadáver se torna impuro até a tarde. ²⁵Qualquer um que carregar parte de seu cadáver precisará lavar suas roupas e se torna impuro até a tarde.

²⁶Qualquer animal que tem casco dividido mas não fendido e não ruma, vós deveis considerá-lo impuro. Qualquer um que o tocar se tornará impuro.

²⁷Qualquer animal de quatro patas que anda sobre a planta dos pés deveis considerá-lo impuro. Qualquer um que tocar o cadáver dele se tornará impuro até a tarde. ²⁸Qualquer um que carregar seu cadáver deverá lavar suas roupas e se tornará impuro até a tarde. Deveis considerá-los impuros.

²⁹Estes são os animais que enxameiam no chão que deveis considerar impuros:

a doninha, o rato e qualquer espécie de lagarto grande; ³⁰a lagartixa, o crocodilo da terra, o lagarto, o lagarto da areia e o camaleão. ³¹Devereis considerar esses como impuros dentre todos os animais que enxameiam. Qualquer um que os tocar quando estiverem mortos se tornará impuro até a tarde. ³²Qualquer coisa sobre a qual algum deles cair (quando estiverem mortos) se tornará impura até a tarde: isso se aplica a qualquer objeto de madeira, peça de roupa, couro, pano de saco ou qualquer objeto que estiver em uso. Precisar-se-á ser colocado em água e permanecerá impuro até a tarde, e então será puro. ³³Mas o conteúdo de qualquer vasilha de barro em que um deles cair se tornará impuro e deveis quebrá-la. ³⁴Qualquer comida que de outra forma poderia ser comida sobre a qual cair água (de tal vasilha) se tornará impura, e qualquer bebida de tal vasilha que de outra forma poderia ser ingerida se tornará impura. ³⁵Qualquer coisa sobre a qual o cadáver cair se tornará impura: um forno ou um fogão precisará ser quebrado. Eles são impuros. Devereis considerá-los impuros. ³⁶Porém, fontes, poços ou cisternas de água serão considerados puros, mas o homem que tocar o cadáver se tornará impuro. ³⁷Se um dos cadáveres cair sobre a semente a ser plantada, ela é pura. ³⁸Mas se for derramada água sobre a semente e então cair um cadáver sobre ela, deveis considerá-la impura.

³⁹Se morrer um animal que pode ser comido, qualquer um que tocar seu cadáver se tornará impuro até a tarde. ⁴⁰Qualquer um que comer qualquer parte de seu cadáver ou o carregar precisará lavar suas roupas e permanecerá impuro até a tarde.

⁴¹Tudo o que enxamear no chão é detestável: não deverá ser comido. ⁴²“Tudo o que enxamear no chão” se refere a animais que rastejam, coisas que enxameiam e que têm quatro pés ou mais. Não deveis comê-los. São detestáveis. ⁴³Não vos torneis detestáveis por meio de quaisquer coisas que enxameiam. Não vos contamineis por meio delas nem vos torneis impuros por elas. ⁴⁴Pois eu sou o

Senhor

, o vosso Deus, e vós deveis santificar-vos e ser santos porque eu sou santo. Não vos contamineis com quaisquer coisas que enxameiam e que rastejam no chão.

⁴⁵Pois eu sou o

Senhor

que vos tirou da terra do Egito para ser vosso Deus; por isso deveis ser santos,

porque eu sou santo”.

⁴⁶Esta é a lei sobre animais, aves, todos os seres vivos que nadam na água e todos os animais que enxameiam no chão, ⁴⁷para que se faça distinção entre o impuro e o puro, entre o animal que pode ser comido e o que não pode ser comido.

Nota sobre problemas de tradução

O significado de muitos dos termos hebraicos para aves e répteis é incerto. Um perito¹⁷ nessa área sugere que somente 40% dos termos hebraicos podem ser identificados com exatidão. Simplesmente segui o consenso de estudos recentes.¹⁸ Onde os peritos divergem, geralmente adotei as traduções de G. Bare e da Encyclopedia Miqrait.

11.1-3 Animais da terra que podem ser comidos

O

Senhor

falou a Moisés e Arão (v. 1). É raro que as leis sejam dirigidas a Arão e Moisés juntos; é muito mais comum que Deus se dirija somente a Moisés (p. ex., 1.1; 4.1). Hoffmann¹⁹ defende, de maneira plausível, que Arão é especificamente incluído aqui e em 13.1; 14.33 e 15.1 porque essas são seções que lidam com a impureza, e em 10.10,11 os sacerdotes foram comissionados para “distinguir entre o santo e o comum, e entre o puro e o impuro” e para “instruir os israelitas”.

Estes são os animais [...] dentre todos os animais da terra (v. 2). A palavra aqui para “animal” (hebr., ḥayyāh), literalmente “ser vivente”, com frequência indica animais selvagens (p. ex., Gn 7.14; Lv 17.13), enquanto “animal da terra” (behēmāh) muitas vezes se refere a animais domesticados (p. ex., Êx 20.10; Lv 1.2). Mas como o paralelo em Deuteronômio 14.4 deixa claro, ambos os termos têm um significado mais amplo aqui.

Que têm casco dividido e fendido e que ruminam (v. 3). Essa definição inclui bois, ovelhas e cabras, os principais animais domesticados, e os animais de caça selvagens listados em Deuteronômio 14.5. Nos animais que têm casco fendido, “os cinco dedos básicos do pé foram reduzidos e só sobraram dois funcionais; esses terminam em cascos e os animais estão, na realidade, andando com dois dedos em cada pé”.²⁰

Vacas, ovelhas e cabras também “ruminam”. Essa expressão significa que elas engolem a comida sem mastigá-la muito, armazenam-na temporariamente em um de seus compartimentos estomacais (o rúmen), depois, durante o seu descanso, a fazem voltar e a mastigam de novo, agora plenamente, e então engolem e digerem a comida. Parece claro que essa definição técnica de ruminação não é exatamente o significado da palavra hebraica, visto que vários animais tecnicamente não ruminam, como, por exemplo, o camelo, o coelho e a lebre, sobre os quais os versículos 4 a 6 dizem que “ruminam”. Esses animais parecem mastigar a sua comida longamente como verdadeiros ruminantes, e é nisso que a lei está insistindo. Animais puros são aqueles que têm cascos fendidos e mastigam a sua comida longa e plenamente. Eles podem ser comidos.

11.4-8 Animais da terra que não podem ser comidos (impuros)

Depois de dar uma definição geral do que constitui um animal que pode ser comido ou puro, a lei prossegue e deixa claro que ambas as qualificações para a pureza são exigidas. Animais puros precisam ruminar e ter cascos fendidos. Uma coisa sem a outra torna o animal impuro. O camelo (o que está em questão aqui é o dromedário de uma corcunda), o coelho sírio ou hírax das rochas e a lebre

mastigam a sua comida longa e plenamente como verdadeiros ruminantes, mas não têm casco fendido.²¹ Portanto, eles são impuros. O porco também é classificado como impuro, porque tem somente metade das qualificações necessárias: tem cascos fendidos, mas não rumina (v. 7).

Não comereis a carne deles e não tocareis o cadáver deles (v. 8). Esses animais impuros tornavam uma pessoa impura somente se ela os comesse ou tocasse o seu cadáver. Uma pessoa poderia andar de camelo, por exemplo, sem contrair impureza (Gn 24.10ss). Somente comê-los ou tocá-los após eles terem morrido era contaminador, e o último caso também era verdadeiro a respeito de animais puros e cadáveres humanos (v. 39,40; 21.2 etc.). Era a proibição de comê-los que era peculiar a animais impuros.

As tentativas principais de explicar essa lei já foram analisadas anteriormente. Aqui podemos observar que a explicação cultural ou a explicação higiênica realmente não fazem justiça às qualificações para a pureza reiteradas no texto — que tenham cascos fendidos e sejam ruminantes. A interpretação simbólica de Mary Douglas entende essa regra da seguinte forma. As ovelhas, cabras e bois eram os animais sacrificiais comuns dos criadores de animais. Eles têm em comum cascos fendidos e a ruminação. Interpretando isso teologicamente, poderíamos dizer que assim como Deus havia limitado a sua “dieta” a esses animais, também o seu povo precisava fazer o mesmo. É dever do homem imitar o seu Criador (v. 44,45). Quando o israelita restringia sua comida aos animais escolhidos por Deus, ele recordava que devia todos os seus privilégios à eleição divina. Assim como Deus havia escolhido certos animais para o sacrifício, assim também ele havia escolhido uma só nação “dentre todos os povos que há sobre a terra” para ser um “reino de sacerdotes e uma nação santa” (Dt 7.6; Êx 19.6). É digno de nota que Deuteronômio (14.1,2) apresenta o regulamento sobre animais puros com uma referência à eleição de Israel, enquanto Levítico (11.44,45) conclui os seus regulamentos com observações semelhantes. A Lei exige um compromisso total com o Senhor: mestiços e pessoas vacilantes em sua lealdade não desfrutam das bênçãos da aliança (p. ex., Lv 20.2; Dt 20.8; 23.3 [VP. 23.2]). Animais com somente metade das características exigidas eram impuros, por motivos semelhantes: eles simbolizam aqueles que tentavam obscurecer os limites da comunidade da aliança e prejudicar a sua santidade. Somente aqueles plenamente comprometidos com a Lei, “os ruminantes que têm casco fendido”, poderiam considerar-se verdadeiros membros da nação eleita.

11.9-12 Animais da água que podem ser comidos e que não podem ser comidos

O critério exclusivo para distinguir entre peixes puros e impuros e outros animais da água é se eles têm barbatanas e escamas. Os peixes, que normalmente têm barbatanas e escamas, podem ser comidos (v. 9). Outros animais aquáticos sem barbatanas e escamas não podem ser comidos (v. 10-12). Essa regra única se aplica a animais de origem tanto de água doce quanto de água salgada. Nenhum exemplo para ilustrar essa regra geral é apresentado: o princípio é simplesmente afirmado.

Qual é o raciocínio implícito nessa divisão em peixes com escamas e barbatanas, que são puros, e outros animais da água, que são impuros? Várias sugestões foram feitas. Muitas vezes se apela à higiene. “Os peixes que não têm escamas e barbatanas são peixes de água rasa. Eles facilmente se tornam condutores de várias bactérias nocivas”.²² Keil justifica a proibição deles simbolicamente: “Dentre os animais da água, todos os peixes parecidos com serpentes e mariscos pegajosos, e dentre as pequenas coisas que rastejam, todas menos alguns tipos de gafanhoto, em parte porque eles lembram a antiga serpente, em parte porque procuram a sua comida em todo o tipo de impureza e em parte porque rastejam no pó e representam corrupção na natureza pegajosa dos seus corpos”.²³ Gispén²⁴ mostra que romanos e egípcios não comiam peixes sem escamas.

Mary Douglas sugere que as barbatanas e escamas são mencionadas porque elas são os meios normais de propulsão entre os peixes. Em outros trechos do capítulo, o número e a natureza dos pés de um animal é de grande importância para determinar se ele é puro ou não (v. 3ss., 21ss., 27, 42ss.). De fato, o meio de locomoção e o modo de se alimentar são os dois tipos de teste usados para distinguir entre animais puros e impuros. Em Gênesis e Levítico, o mundo é dividido em três esferas: ar, terra e água. Cada esfera tem o seu próprio tipo de vida animal. “No firmamento, aves que têm duas pernas voam com asas. Na água, peixes que têm escamas nadam com barbatanas. Na terra, animais de quatro pernas saltam, pulam ou andam. Qualquer classe de animais que não está equipada para o tipo certo de locomoção no seu elemento é contrária à santidade [...] Assim, qualquer coisa na água que não tem escamas e barbatanas é impura. Nada se diz sobre hábitos predatórios ou animais necrófagos. O único teste

seguro para a pureza em um peixe são as suas escamas e a sua propulsão por meio de barbatanas.”²⁵ De forma mais simples, peixes que nadam normalmente são puros. Ao se limitarem a comer os membros normais do mundo dos peixes, os israelitas eram lembrados de que a sua vida precisava se conformar às normas do mundo de Deus em um sentido moral e espiritual, bem como fisicamente, e que Deus os havia escolhido para serem uma nação santa.

11.13-19 Aves que não podem ser comidas

A lista continua mencionando várias aves que são detestáveis (v. 13). Esse talvez seja um termo mais forte do que “impuro”, mas os princípios que se aplicam ao que é detestável parecem ser basicamente os mesmos do que é “impuro”.

A identificação da espécie listada apresenta problemas, mas a maioria dos comentaristas concorda em que as aves em questão são aves de rapina ou aves necrófagas.²⁶ O morcego não é, no sentido exato da palavra, uma ave, embora os árabes também o classifiquem assim.²⁷

Aqui também os comentaristas discordam quanto à razão para essa proibição. “Aves de rapina, que comem carne putrefata, são perigosos transmissores de doença”.²⁸ “São impuros todos os animais que contêm a imagem do pecado, da morte e corrupção [...] Entre os animais que têm asas, não somente as aves de rapina [...] mas também aves dos pântanos e outras, que se alimentam de minhocas, carne putrefata e todos os tipos de impureza.”²⁹ A maioria dos comentaristas atuais concorda em que é o simbolismo de rapinar outros animais que torna as aves de rapina impuras. Elas são assassinas ou bebedoras de sangue, e assim violam a Lei. Douglas³⁰ mostra que, em Israel, os animais precisavam obedecer à Lei da aliança. Tanto o homem quanto os seus animais devem guardar o sábado (Êx 20.10). Os primogênitos entre os animais eram consagrados ao sacrifício (Êx 22.28,29 [VP 22.29,30], assim como os primogênitos entre os homens eram dedicados ao sacerdócio. Considerando que os padrões de alimentação dessas aves violam o princípio fundamental de não comer carne com sangue, elas são declaradas impuras assim como homens que comem carne sem drenar o sangue se tornam impuros (Lv 17).

11.20-23 Insetos

O versículo 20 afirma que todos os insetos com asas que andam sobre quatro pés devem ser detestados. O hebraico *sherets* é um termo mais amplo do que a tradução em nosso idioma por insetos sugere; “coisas que enxameiam [fervilham]” ou “enxameadores” expressam o seu significado de maneira mais adequada. Eles são criaturas pequenas que com frequência aparecem em enxames e se movem para cá e para lá de modo accidental. “Enxameadores” são encontrados na terra, no mar e no ar. Aqui insetos com asas é uma tradução bem apropriada, mas ela obscurece o aspecto peculiar de enxamear/fervilhar. Andar sobre os quatro pés é o oposto de andar de forma ereta: o número de pernas é irrelevante. Tudo o que enxameia é detestável porque, de acordo com Douglas, esses animais não têm nenhum movimento característico à sua esfera de vida definido. As aves têm duas asas que usam para voar e duas pernas para andar. Os animais da terra têm quatro pernas. Os peixes têm barbatanas e escamas. Mas “enxameadores” enxameiam, quer na terra, quer no ar, quer no mar. Eles violam as categorias de movimento. Insetos voadores voam no ar com asas e, depois, andam sobre seus diversos pés no solo.

Quatro tipos de locusta ou gafanhotos são pronunciados puros (v. 21-23). Eles são caracterizados por terem pernas articuladas com as quais saltam (v. 21; lit., “pernas traseiras [cf. 1.9,13 etc.] acima de seus pés”). Essas pernas permitem que tenham um movimento de salto diferente, algo diferente de enxamear. Isso os torna mais como uma ave com suas asas e dois pés. Considerando que eles têm um movimento apropriado à sua esfera, eles são puros. Douglas diz: “O exemplo dos gafanhotos é interessante e consistente. O teste para estabelecer se esse é um tipo puro e, portanto, que pode ser comido depende de como ele se move na terra. Se ele rasteja, é impuro. Se salta, é puro”.³¹ Nenhum outro comentarista produziu uma explicação da razão de os gafanhotos serem comestíveis enquanto outros insetos são proibidos. A visão de Mary Douglas tem o grande mérito de aceitar a explicação apresentada no próprio livro de Levítico, por mais estranha que essa distinção nos pareça.

É difícil estabelecer a identidade das locustas ou dos gafanhotos.³² Pouco parece

se apoiar na identificação. É provável que somente alguns exemplos específicos sejam dados para esclarecer o princípio geral. Durante séculos, gafanhotos têm sido uma parte regular da dieta do Oriente Médio e eles são considerados muito nutritivos.³³ João Batista viveu no deserto se alimentando de gafanhotos e mel silvestre (Mc 1.6).

11.24-45 Contaminação por animais e seu tratamento

Até aqui, esse capítulo de Levítico simplesmente definiu quais animais são puros ou detestáveis e quais não o são. É permissível comer animais puros, mas não outros, e esses animais puros só podem ser comidos se o sangue deles foi ritualmente drenado. Tendo dito isso, porém, há inúmeras perguntas que precisam de resposta. Se um animal é impuro, isso significa que quem o toca é contaminado? Faz alguma diferença para a impureza do animal se ele está vivo ou morto? O que acontece se alguém toca um animal impuro ou come carne impura acidentalmente? Esses são os problemas tratados no restante do capítulo.

Em primeiro lugar (v. 24,27,31,39), o texto esclarece que somente animais mortos contaminam os homens. A impureza de animais mortos é contagiosa; enquanto estão vivos, talvez sejam impuros em si mesmos, mas não afetam os outros. Em segundo lugar, todos os animais mortos são impuros a não ser que tenham sido abatidos ritualmente. Assim, até mesmo animais puros são impuros se morrem de forma natural (v. 39). Eles não podem ser comidos e qualquer pessoa que os toca se torna impura (v. 39,40). Em terceiro lugar, a impureza causada por animais mortos é temporária. Ela somente dura até a tarde do dia em que foi contraída (v. 24,25,27,28 etc.). Nesse sentido, ela é diferente de outros tipos de contaminação que podem durar uma semana (15.13), dois meses (12.5) ou indefinidamente (13.45,46). Em quarto lugar, artigos do lar que têm contato com o cadáver de um animal também se tornam impuros e precisam ser purificados por meio de uma lavagem (v. 25,28,32,40).

As regras sobre a morte mostram o impacto da impureza que ela causa. Enquanto nenhum animal impuro vivo contamina algo ou alguém, todos os cadáveres contaminam. Isso está em pleno acordo com a nossa compreensão do

puro como o inteiro e o normal, e do impuro como o subnormal ou anormal. A morte é o extremo oposto da vida saudável normal. Entre esses dois extremos está a doença e a deformidade. A doença pode tornar um homem contagiosamente impuro (Lv 15), enquanto a deformidade é simplesmente um obstáculo ao serviço sacerdotal (21.17ss.). A morte é a maior desordem que pode afetar as atividades humanas. Ela é a contradição suprema das promessas de vida e saúde da aliança (Lv 26) e anula o propósito criador de Deus (Gn 1 e 2). Com base nessa análise, poderíamos considerar normal que a impureza causada pela morte fosse tratada mais severamente do que aquela causada pela doença. Pode-se sugerir que o contato com animais mortos era muito frequente e tornaria um regulamento desse tipo algo impraticável.³⁴

11.24-28 Animais da terra

Os versículos 24 e 25 explicam como essas regras se aplicam aos insetos voadores mencionados na seção anterior. O versículo 26 reafirma o princípio de que somente animais que têm casco fendido e ruminam são puros. O versículo 27 expressa a mesma lei de maneira inversa. Qualquer animal de quatro patas que anda sobre a planta dos pés deveis considerá-lo impuro. Animais como gatos e cachorros, ursos e leões têm pés ou patas, e não cascos, portanto, são impuros. A palavra traduzida por “patas”³⁵ (yāḏ) geralmente significa “mão”. Douglas, no entanto, sugere que “mão” pode ser uma tradução melhor aqui. Animais com pés parecidos com mãos estão se portando “de modo não natural” ao usar as mãos para andar. Por usar um meio inapropriado de locomoção, demonstram ser impuros.³⁶

11.29-38 Animais que enxameiam e a contaminação que eles causam

Os animais listados nos versículos 29 e 30 são descritos como animais que enxameiam. Naturalistas atuais têm relativa certeza de que se tem em mente aqui somente animais pequenos como camundongos e lagartixas, visto que são descritos como subindo e caindo em vários utensílios do lar. Esses animais são impuros porque enxameiam, isto é, eles andam para cá e para lá de modo imprevisível. Enxamear é expressamente contrário à santidade no pensamento bíblico, de acordo com Douglas. A ordem, e não o caos, é o objetivo da criação, e esse princípio se aplica tanto ao movimento quanto à espécie.

Visto que as categorias animais principais são definidas pelo seu movimento típico, “enxamear”, que não é um modo de propulsão apropriado a qualquer elemento particular, confunde as classificações básicas. Coisas que enxameiam não se encaixam em classificação alguma. Enguias e vermes habitam a água, mas não como peixes; os répteis andam na terra seca, mas não como quadrúpedes; alguns insetos voam, mas não como aves. Não há nenhuma ordem neles [...] O protótipo e modelo das coisas que enxameiam são o verme. Assim como o lugar dos peixes é o mar, assim o lugar dos vermes é o domínio do túmulo com a morte e o caos.³⁷

Se essa explicação estiver correta, a teologia implícita é a mesma que a anterior. Somente animais que são verdadeiros exemplos de cada tipo são puros. Outros que transgridem as normas de locomoção são impuros em si mesmos e transmitem impureza aos outros quando mortos.

Esses “animais que enxameiam” apresentam os seus próprios problemas especiais. Como no caso de outros animais, os seus cadáveres contaminam. Mas porque eles tendem a entrar em casas, eles têm contato com todos os tipos de objetos do lar e os contaminam. Algumas situações típicas em que isso pode ocorrer são, portanto, resumidas e uma solução apropriada para a contaminação é especificada.

O princípio básico que governa as leis seguintes é afirmado no versículo 32: Qualquer coisa sobre a qual algum deles cair (quando estiverem mortos) se tornará impura. A tradução comum para o inglês (cf. RSV) pode sugerir que

somente quando o cadáver do animal de fato cair sobre alguma coisa a contaminará. No entanto, o hebraico admite a possibilidade de um animal vivo cair em cima ou dentro de alguma coisa e morrer ali. Qualquer coisa com que o cadáver do animal tiver contato estará contaminada.

O que deve ser feito com o objeto contaminado? Isso depende do que é o objeto. Se é de madeira ou é uma roupa ou couro ou pano de saco ou qualquer objeto que estiver em uso (v. 32), esse objeto pode ser purificado. Isso se faz colocando-se o objeto na água e provavelmente deixando-o de molho até a tarde (v. 32). Mas a regra poderia significar que era suficiente molhar o objeto contaminado em água e deixar que a sua contaminação saísse até a tarde. De todo modo, à noite, a contaminação havia sido removida e a vasilha ou outro objeto então estava ritualmente puro.

No entanto, fornos, fogões e vasilhas de barro (v. 35)³⁸ não podiam ser purificados desse modo. Eles precisavam ser quebrados para impedir seu reuso. De modo semelhante, qualquer comida ou bebida contida na vasilha se tornava impura, portanto, não podia ser consumida. Logicamente, se uma pequena vasilha que contém água se torna impura quando um desses animais cai nela, grandes recipientes como cisternas também deveriam tornar-se contaminados se um animal caísse neles (v. 36). Isso teria consequências drásticas em uma região em que a escassez de água potável é frequente. Assim, imediatamente é afirmada uma exceção ao princípio geral: se um animal cai em uma fonte ou cisterna, nem o recipiente nem a água se tornam impuros. Somente a pessoa que tira o animal morto contrai a impureza.

É difícil ter certeza da razão de uma vasilha de madeira contaminada ser tratada de maneira diferente de uma vasilha de barro (v. 32,33). Por que uma só precisa ser lavada, mas a outra, destruída? Uma regra semelhante é enunciada em 6.21 [VP 6.28] com respeito à oferta de purificação. Normalmente a explicação é que a impureza se infiltra em uma vasilha de barro e é difícil removê-la pela lavagem, ao passo que no caso de uma vasilha de madeira, ela somente permanece na superfície. Isso seria verdade se a cerâmica não fosse vitrificada e se a madeira fosse extremamente polida. Mas visto que a cerâmica vitrificada já era de fato fabricada na Palestina, essa explicação não parece ser inteiramente convincente. Se esse era o raciocínio, a impureza não teria penetrado nas vestes e nos panos de saco e não seria igualmente difícil removê-la (v. 32)? Parece possível que a distinção seja entre vasilhas e utensílios usados para o trabalho ordinário e vasilhas para cozinhar. A impureza no alimento seria mais grave do

que em roupas.

Ambas as explicações parecem ter relação com o último caso tratado pela lei, a contaminação de sementes (v. 37,38). Se a semente seca tem contato com o cadáver de um animal, ela não é contaminada. Se a semente molhada tem contato com um animal, ela se torna impura. Geralmente se diz que a água permite que a impureza penetre na semente e a torne impura. Mas talvez seja o caso em que a semente molhada está sendo preparada não para ser semeada, mas para ser cozida ou fervida, e essa pode ser a razão de a semente molhada tornar-se impura, mas o mesmo não ocorrer com a semente seca.

11.39,40 Contaminação que vem de animais puros

Até mesmo animais puros que morrem naturalmente, em vez de serem sacrificados ritualmente e terem seu sangue drenado, tornam-se impuros e não podem ser comidos. As pessoas que se tornam impuras por meio de contato com eles ou de sua ingestão precisam se lavar e permanecem impuras até a tarde.

11.41-45 Exortação final

Para concluir essa seção com uma legislação complicada, uma das regras mais simples é reiterada: Tudo o que enxamear no chão é detestável: não deverá ser comido (v. 41. cf. v. 29). Esse único exemplo representa o conjunto inteiro de leis alimentares. Ignorá-las torna um homem detestável, contaminado e impuro (v. 43). Isso é incompatível com o chamado de Israel. Israel foi escolhido para ser o povo santo de Deus (Êx 19.6). Mais do que isso, Israel é chamado para agir como Deus: para ser santo porque eu sou santo. Duas vezes em dois versículos esse ideal é afirmado. O versículo 45 recorda a primeira revelação da aliança ao povo no monte Sinai (Êx 19ss.) e olha, em retrospectiva além desse acontecimento, para a sua redenção do Egito. Essas leis, que talvez passem a

forte impressão ao leitor moderno de serem esquisitas e pedantes, tinham uma importância muito diferente para o antigo Israel. Elas eram lembretes perpétuos da graça de Deus a Israel. Assim como as leis distinguiam animais puros de impuros, assim o povo era lembrado de que Deus havia distinguido os israelitas de todas as outras nações na terra para ser a sua propriedade exclusiva. Se a distinção entre puro e impuro era às vezes obscura para Israel, a razão para a eleição divina de Israel também o era. Ela se encontrava na vontade inescrutável de Deus, e não no mérito nacional (Dt 7.6-8).

Esse chamado para “ser santos porque eu sou santo” é um dos lemas de Levítico. Ele é repetido duas vezes aqui (v. 44,45) e aparece mais três vezes (19.2; 20.7,26). O dever mais elevado do homem é imitar o seu Criador. “Sede, pois, perfeitos, assim como perfeito é o vosso Pai celestial” (Mt 5.48, A21).

11.46,47 Resumo

Esse trecho lista em resumo as leis no capítulo e afirma o seu propósito: para que se faça distinção entre o impuro e o puro. Essa expressão refere-se em retrospectiva aos deveres impostos aos sacerdotes em 10.10: “distinguir [...] entre o puro e o impuro, e instruir os israelitas”. Resumos semelhantes aparecem no fim dos capítulos 13, 14 e 15.

As leis alimentares no NT

As leis levíticas relacionadas aos alimentos causaram uma das grandes controvérsias na igreja do NT, e vemos a maioria dos autores do NT se referindo a elas. A causa da controvérsia eram dois fatores. Em primeiro lugar, a observância dessas leis havia se tornado a marca do judeu fiel; sua abstinência de certos alimentos e sua adoção de vários rituais o distinguia dos gentios. Em decorrência da dispersão dos judeus por todo o mundo antigo e da incorporação

da Judeia em impérios estrangeiros, os judeus haviam se tornado extremamente conscientes de sua distinção, uma distinção que focalizava suas leis alimentares e se expressava nelas. Aqueles que tinham contato diário com gentios eram lembrados continuamente das diferenças, bem como de que Israel era o povo escolhido de Deus e uma nação santa. Portanto, essas leis ocupavam um lugar central na vida e no pensamento judaicos, e ainda hoje ocupam. A segunda razão para a controvérsia foi a insistência do nosso Senhor em que as leis alimentares não importavam realmente, bem como a decisão apostólica de que elas não precisavam ser observadas, a menos que ofendessem a consciência da pessoa escrupulosa.

Antes de analisarmos o motivo teológico implícito nessa reavaliação radical das leis alimentares, precisamos rever as passagens do NT que tratam dessa questão. Mateus 15.10-20 (//Mc 7.14-23) faz parte de um sermão de Jesus que ataca o costume dos fariseus que permitia aos homens que fizessem doação ao Templo escapar da obrigação imposta pelo quinto mandamento de cuidar de seus pais. O costume tornava a tradição farisaica mais importante do que a Palavra de Deus. Então Jesus passa a tratar de mais uma prática tradicional que, segundo ele, tendia a ser considerada mais importante do que o princípio moral. Ele disse que era mais importante ter um coração puro do que lavar as mãos antes das refeições. “Tudo o que entra pela boca desce para o estômago e é depois expelido. Mas o que sai da boca procede do coração, e é isso que torna o homem impuro. Porque do coração é que saem os maus pensamentos, homicídios, adultérios, imoralidade sexual, furtos, falsos testemunhos e calúnias. São essas coisas que tornam o homem impuro; mas o comer sem lavar as mãos não o torna impuro” (Mt 15.17-20, A21; cf. 23.25-28). Marcos, ao comentar as observações de Jesus, disse: “Assim ele declarou puros todos os alimentos” (7.19). Em outras palavras, Jesus estava abolindo a distinção entre animais puros e impuros. No Evangelho de João, vemos Jesus colocando o seu ensino em prática ao pedir que uma mulher samaritana lhe desse de beber. Em 4.9, a mulher demonstra surpresa pelo fato de Jesus, como judeu, estar disposto a aceitar água de uma samaritana. “Pois os judeus não bebem das mesmas vasilhas que os samaritanos” (cf. a tradução da NEB). As leis alimentares eram uma afirmação da distinção de Israel; removê-las era colocar em questão sua condição especial.

Isso aparece mais claramente na história de Cornélio. Assim como a conversão de Paulo, essa é uma história que Lucas relata três vezes, um claro sinal da sua importância no desenvolvimento da igreja primitiva. Somos informados de que Pedro teve uma visão em que “ele viu o céu aberto e um objeto descendo, como

se fosse um grande lençol, baixado pelas quatro pontas sobre a terra. Nele havia todo tipo de animais e répteis e aves do céu. E uma voz lhe disse: Levanta-te, Pedro, mata e come. Mas Pedro respondeu: De modo nenhum, Senhor, porque nunca comi algo comum ou impuro. Pela segunda vez lhe falou a voz: Não chames de comum o que Deus purificou. Isso aconteceu três vezes; e logo o objeto foi recolhido ao céu” (At 10.11-16, A21). Logo depois, homens vêm e convidam Pedro para ir à casa de Cornélio. Quando Pedro chega ali, ele explica por que foi. “Bem sabeis que não é permitido a um judeu misturar-se com não judeus ou aproximar-se deles. Mas Deus mostrou-me que a nenhum homem devo chamar comum ou impuro” (At 10.28, A21). Então ele prega o evangelho a eles, e o Espírito vem sobre Cornélio e sua casa e eles são batizados. Ao relatar suas ações aos outros apóstolos, Pedro aponta para a dádiva do Espírito como prova de que Deus removeu as barreiras entre judeus e gentios. O que chama a atenção na narrativa da nossa perspectiva é o modo que Pedro liga a visão que revoga a distinção entre animais puros e impuros com a distinção entre homens puros e impuros, isto é, entre judeus e gentios.

A questão de alimentos puros e impuros foi tratada novamente no Concílio de Jerusalém (At 15), quando foi debatido se era necessário circuncidar os gentios e exigir que cumprissem a Lei de Moisés (v. 5). Decidiu-se exigir dos cristãos gentios somente que se abstivessem da contaminação dos ídolos, da imoralidade, do que é sufocado e de sangue. Em outras palavras, a exigência da circuncisão e a distinção entre animais puros e impuros foram abolidas. Isso às vezes é considerado uma conciliação entre as alas judaica e gentia da igreja. Certamente é possível que tenha havido um elemento assim em sua decisão, mas é possível ver uma base teológica para a conclusão deles. O rito da circuncisão e a distinção entre animais puros e impuros estavam associados particularmente à condição especial de Israel ser o povo da aliança, ao passo que a proibição de sangue (e carne sufocada) já estava presente na época de Noé (Gn 9.4). Eram as leis que distinguiam Israel das outras nações que foram colocadas à parte, e não os princípios morais mais antigos que se aplicavam a todos os homens.

Nas epístolas de Paulo, a questão do alimento é analisada em várias passagens. Paulo de fato adverte que o cristão deve se abster de certos alimentos conforme as circunstâncias. A razão disso não é que algum alimento é impuro em si mesmo: “do Senhor é a terra e tudo o que há nela” (1Co 10.26). A razão para se abster agora é diferente: é a lei do amor. O cristão, de acordo com Paulo, pode comer qualquer coisa contanto que não ofenda alguém ao fazê-lo. Mas caso essa liberdade leve outro cristão a tropeçar, ele deve evitar aqueles alimentos que

causam suspeita. “Se teu irmão está sendo prejudicado por aquilo que comes, já não estás andando segundo o amor. Não permitas que o que tu comes cause a ruína daquele por quem Cristo morreu” (Rm 14.15).

O valor cristão de Levítico 11

O NT ensina que as leis alimentares do AT não são mais obrigatórias para o cristão. Essas leis simbolizavam a escolha divina de Israel. Elas serviam de lembretes constantes da graça eleitora de Deus. Assim como Deus havia limitado sua escolha a Israel dentre todas as nações, assim também os israelitas precisavam restringir sua dieta a certos animais. A cada momento, essas leis os lembravam da graça de Deus para com Israel. Na nova era em que a salvação está disponível a todos os homens, e Israel não é mais o único objeto da graça divina, essas leis perderam o seu significado particular. A sua única utilidade seria dividir a humanidade em judeus e gentios, mas na era que já começou, o outro propósito de Deus é revelado “em Cristo [...] para unir todas as coisas nele” (Ef 1.10). A distinção entre alimentos puros e impuros é tão obsoleta quanto a distinção entre judeus e gentios.

Isso não significa que essas leis não tenham nada a ensinar ao cristão. Como vimos, elas eram lembretes constantes aos israelitas de que foram escolhidos para ser um povo santo e de que eram chamados para imitar Deus, bem como de que deveriam expressar gratidão por esse chamado. O cristão do NT está em uma posição muito semelhante. A igreja é agora “geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus” (1Pe 2.9, A21). Os cristãos têm a obrigação de fixar “sua mente nas coisas que são de cima, e não nas coisas que estão na terra” (Cl 3.2), de “dar graças em todas as circunstâncias” (1Ts 5.18). Embora o cristão seja muito mais privilegiado que o antigo Israel, é fácil tomar por certo a graça que recebeu e não reconhecê-la. As antigas leis alimentares tinham o objetivo de refrear essa negligência.

Essas leis não eram somente lembretes da redenção de Israel, elas eram “semelhantes a sinais que a cada momento motivavam a reflexão sobre a unicidade, pureza e completude de Deus. Por meio de regras para que se evitasse

uma série de coisas, a santidade recebia uma expressão física em todo encontro com o reino animal e em toda refeição. A observância das regras alimentares teria então sido uma parte significativa do grande ato litúrgico de reconhecimento e adoração que culminava no sacrifício do templo”.³⁹ Mary Douglas mostrou que há uma ligação no pensamento bíblico entre inteireza, santidade e integridade. Deus exige integridade de caráter e inteireza de forma física nos seus adoradores. Essas regras eram símbolos de uma ordem moral. Somente os membros normais de cada esfera da criação, como, por exemplo, peixes com barbatanas, eram considerados puros. Essa definição, que identificava membros “perfeitos” do reino animal com pureza, era um lembrete de que Deus buscava perfeição moral em seu povo. Aves que comiam carne putrefata e animais carnívoros eram impuros porque também tipificavam os instintos pecaminosos, destrutivos e assassinos de um homem. Portanto, em um sentido real, Jesus estava extraindo o simbolismo das leis levíticas ao insistir em que é o que sai da boca de um homem que o contamina: “maus pensamentos, homicídios, adultérios etc.”. Essas regras em Levítico serviam não somente de lembretes da redenção, mas também de valores morais. Com a lei de Deus escrita no seu coração pelo Espírito, o cristão não deveria precisar de lembretes tão tangíveis da vontade e do caráter de Deus. Ele também tem acesso fácil à Bíblia, que apresenta um espelho para a sua conduta. Sigamos o conselho de Tiago para atentarmos a essa lei perfeita, a lei da liberdade, e então pratiquemos o que ela ensina (Tg 1.25).

¹ [Veja Hertz, p. 93.](#)

² [Veja. M. Noth, The laws in the Pentateuch and other studies \(Edinburgh: Oliver and Boyd, 1966\), p. 56ss.](#)

³ [Orígenes, Contra Celso 4.93.](#)

⁴ [R. de Vaux, “Les sacrifices de porcs en Palestine et dans l’Ancient Orient”, BZAW 77 \(1958\): 250-65.](#)

⁵ [Veja, por exemplo, Clements, p. 34.](#)

⁶ [F. J. Simoons, Eat not this flesh: food avoidances in the old world \(Madison: University of Wisconsin, 1961\), p. 37ss.](#)

⁷ [Carta de Arístes, 154s.; ela foi provavelmente redigida no século 2 a.C.](#)

⁸ [Bonar, p. 214s.](#)

⁹ [Keil, p. 357ss.; Hoffmann, vol. 1, p. 315ss.](#)

¹⁰ [Veja Introdução \(VI.2\), p. 15: “Santidade”.](#)

¹¹ [M. Douglas, Purity and danger, p. 53 \[edição em português: Pureza e perigo, Série Debates \(São Paulo: Perspectiva, 2014\)\].](#)

¹² [Ibidem, p. 54s.](#)

¹³ [M. Douglas, “Deciphering a meal”, Daedalus 101 \(1972\): 61-8, reimpresso em Implicit meanings \(London: Routledge, 1975\), p. 249-75.](#)

¹⁴ [Carta de Arístéas, linhas 145-9.](#)

¹⁵ [Carta de Arístéas, linha 151.](#)

¹⁶ [Veja também meu artigo: “The theology of unclean food”, EQ 53.1 \(January/March 1981\): 6-15.](#)

¹⁷ [F. S. Bodenheimer citado em G. Bare, Plants and animals of the Bible \(United Bible Societies: 1969\), p. iii.](#)

¹⁸ [Veja B. Bare, Plants and animals of the Bible; G. S. Cansdale, Animals of the Bible lands \(Exeter: Paternoster, 1970\); G. R. Drive, “Birds in the OT”, PEQ 87 \(1955\): 5-20; Encyclopedia Miqrail \(Jerusalem: Bialik, 1965-1976\); e os léxicos de W. Baumgartner e W. L. Holladay.](#)

¹⁹ [Hoffmann, vol. 1, p. 302.](#)

²⁰ [G. S. Cansdale, Animals of Bible lands, p. 43.](#)

²¹ [Para descrições, veja Cansdale, Animals, p. 64-70, 129-32.](#)

²² [Clements, p. 34.](#)

²³ [Keil, Biblical archaeology, vol. 2, p. 119.](#)

²⁴ [Gispen, p. 181.](#)

²⁵ Purity and danger, p. 55.

²⁶ Uma visão tão antiga quanto a Carta de Arístéas.

²⁷ Keil, p. 265.

²⁸ Clements, p. 34.

²⁹ Keil, Biblical archeology, vol. 2, p. 118s.

³⁰ Daedalus 101 (1972), p. 75.

³¹ Purity and danger, p. 56.

³² Veja Bare, Plants and animals, p. 30, 44ss., 48, 102; Encyclopedia Miqrait, vol. 1, p. 520-6.

³³ Cansdale, Animals of Bible lands, p. 244.

³⁴ As gradações entre vida e morte, altar e Sheol (domínio dos mortos), homens santos e impuros, animais sacrificiais perfeitos e mortos podem ser representadas como no diagrama a seguir:



Santos dos Santos	Altar	Pátio do Tabernáculo	Acampamento	Fora do acampamento	Sheol
Deus	Sacerdotes	Sacerdotes deformados	Israelitas	Impuros	Mortos
	Sacrificial perfeito	Sacrificial com defeito	Podem ser comidos (puros)	Não podem ser comidos (impuros)	Cadáveres

³⁵ A única outra vez em que ela é traduzida por “pé” na AV é 1Samuel 17.7: “do pé do leão e do pé do urso”. Em 1Samuel 17, poderia ser uma expressão idiomática — “do poder do leão”.

³⁶ Purity and danger, p 56, seguido por Porter, p. 90. Douglas também sugere que isso poderia explicar por que os animais listados nos versículos 29 e 30 são proibidos: suas patas dianteiras têm uma aparência esquisita de mãos! Mais provavelmente, eles são impuros por enxamear.

³⁷ Purity and danger, p. 56.

³⁸ Forno, hebr., tannûr, significa um grande pote para ferver ou assar. Fogão, kîrayim, é usado somente aqui no AT. De acordo com a Mishná, Shabbat 3.1, era um tipo de fogão que continha dois buracos em que eram colocados potes para cozinhar.

³⁹ Douglas, Purity and danger, p. 57.

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

☛ B. Impureza do parto (cap. 12)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

B. Impureza do parto (cap. 12)

A estrutura de Levítico 12

v. 1 Introdução

v. 2-5 Impureza após o parto

v. 2-4 nascimento de um menino

v. 5 nascimento de uma menina

v. 6,7a Sacrifício após o parto

v. 7b Resumo

v. 8 Prescrição adicional para os pobres

A estrutura dessa breve lei é clara. Em primeiro lugar, há uma definição de quanto tempo uma mulher fica impura após o parto e o que ela precisa fazer durante esse período (v. 2-5). A situação principal — a impureza após o nascimento de um menino — é introduzida por *kî* (v. 2), enquanto a situação complementar é introduzida por *'im* (v. 5). Para esse padrão em outros trechos de Levítico, veja especialmente os capítulos 1, 4 e 5. Quando o período de impureza termina, sacrifícios importantes são especificados (v. 6,7). Há um resumo do conteúdo da lei (v. 7) e, por fim, uma prescrição para os pobres (v. 8).

Essa estrutura básica reaparece nos capítulos seguintes:

Período de impureza	12.2ss.	13.1ss.	14.1ss.
Sacrifício	v. 6,7	14.1ss.	14.2ss.
Resumo	v. 7	13.59; 14.32,54	
Prescrição para os pobres	v. 8	14.21ss.	

Exegese e exposição

¹O

Senhor

disse a Moisés: ²“Fala aos israelitas da seguinte forma: Se uma mulher conceber e der à luz um menino, ela se tornará impura por sete dias, assim como fica impura durante o período menstrual. ³No oitavo dia, a carne do prepúcio dele deverá ser circuncidada. ⁴Durante os trinta e três dias seguintes ela deverá ficar em casa até que seja purificada do seu sangue. Ela não deverá tocar em nada santo, e não deverá ir ao santuário até que o seu período de purificação esteja completo. ⁵Mas se ela der à luz uma menina, por duas semanas ela ficará tão impura quanto durante a sua menstruação, e então ela deverá ficar em casa durante sessenta e seis dias, pois está sendo purificada do seu sangue.

⁶Quando o seu tempo de purificação estiver completo, seja por causa de menino, seja por causa de menina, ela deverá levar ao sacerdote na entrada da Tenda do Encontro um cordeiro de um ano para a oferta queimada e um pombinho ou uma rolinha como oferta de purificação. ⁷Então deverá oferecê-los diante do

Senhor

para fazer expiação por ela e ela será purificada do seu fluxo de sangue. Esta é a lei para a mulher que dá à luz um menino ou uma menina. ⁸Se ela não tiver condições de oferecer um cordeiro, poderá levar duas rolinhas ou dois pombinhos, um para a oferta queimada e outro para a oferta de purificação. O sacerdote fará expiação por ela e ela ficará pura”.

Impureza após o parto

Depois de tratar da impureza associada com os animais, a Lei agora passa a considerar várias contaminações corporais. O capítulo 12 trata da contaminação ritual que vem após o nascimento de uma criança, os capítulos 13 e 14, da impureza causada por doenças de pele, e o capítulo 15, da impureza associada com a reprodução, incluindo o ciclo mensal da mulher. Há referência à última impureza nos versículos 2 e 5 de Levítico 12, já prenunciando a lei apresentada em mais detalhes em 15.19ss. Enquanto o capítulo anterior trata das causas da contaminação que são externas ao homem, esses capítulos tratam das fontes internas de contaminação; elas surgem da constituição do homem, e não do seu ambiente. Uma vez que o homem pode poluir a si mesmo por meio das próprias funções corporais, assim como por meio do seu contato com animais, essas leis sobre a impureza refletem o fato de que a condição de Israel como uma nação santa enfrenta desafios internos e externos. O pecado não é meramente uma questão de ambiente, mas de falha individual.

A lei é breve e simples. Quando um bebê nasce, a mãe fica contagiosamente impura durante uma ou duas semanas, como ela é impura durante o período menstrual (v. 2, cf. v. 5). Isso é explicado de forma mais detalhada em 15.19-24. Na semana seguinte à menstruação, uma mulher não somente ficava impura e impedida de visitar o santuário, mas qualquer pessoa ou qualquer coisa que ela tocasse também se tornava impura. No oitavo dia, um menino precisava ser circuncidado (v. 3; cf. Gn 17.10ss.), mas a mulher permanecia impura em si mesma, embora já não fosse capaz de contaminar outras pessoas. Portanto, ela precisava se abster de tocar qualquer coisa santa, por exemplo, de comer carne de uma oferta pacífica (7.20,21) e, se ela era a esposa de um sacerdote, de comer as porções sacerdotais a que tinha direito (22.3ss.). Ela também estava proibida de ir ao santuário (v. 4,5). Essa é mais uma ilustração do princípio de que o impuro precisa ser mantido separado do santo.¹

Após o fim do período de purificação (40 dias para um menino, 80 dias para uma menina), a mãe tinha de levar uma oferta de purificação e uma oferta queimada (v. 6,8). Geralmente, exigia-se um sacrifício quando a impureza de uma pessoa durava mais do que sete dias (cf. cap. 15). Primeiramente, a oferta de purificação era apresentada para purificar o santuário.² Embora ela não tivesse entrado no santuário após o nascimento do filho, a sua presença no acampamento ainda assim havia contaminado o altar (cf. 15.31), e o sangue da oferta de purificação o purificava. Então a oferta queimada era levada para obter o perdão dos pecados, expressar a gratidão da mãe pelo nascimento de seu filho e renovar a dedicação dela a Deus. Como em outras passagens, a lei permitia que os pobres

levassem uma ave em vez de um cordeiro como oferta queimada (v. 8; cf. 1.14ss.; 14.21ss.).

Embora esse ritual seja muito simples, não é fácil entender o raciocínio por trás dessa lei. Por que uma mulher se tornava impura ao gerar filhos? Era o que o Criador lhe havia ordenado (Gn 1.28). A mesma pergunta surge em relação às outras fontes corporais de contaminação mencionadas em Levítico 15. A reprodução é essencial para a sobrevivência da raça humana e, no entanto, a relação sexual torna tanto o homem quanto a mulher impuros (15.18). Se o nascimento causava essa impureza grave e prolongada — sem dúvida alguma o tipo mais grave de impureza além das doenças de pele não curadas tratadas nos capítulos 13 e 14 —, seria normal achar que o antigo Israel teria visto a geração de filhos com maus olhos. Mas como muitas histórias deixam claro, a ausência de filhos era considerada o infortúnio supremo (Gn 15ss.; 1Sm 1) e às vezes era vista como o juízo de Deus (Lv 20.20; Dt 28.18), ao passo que uma família grande era considerada uma grande bênção de Deus (Lv 26.9; Dt 28.11; Sl 127.3-5). O segundo grande problema apresentado por essas leis é a pergunta: por que o período de impureza de uma menina era o dobro do período de um menino?

Várias respostas são apresentadas pelos comentaristas. Alguns³ sugerem que nessa lei está preservada uma prática pré-israelita mais antiga, que considerava a nova mãe impura. Tendo em vista o fato de que outros povos tornavam a nova mãe um tabu, essa é uma visão possível; mas ainda precisamos explicar por que Deus achou apropriado incorporar essa lei em Levítico sem endossar outros costumes antigos. Mais uma explicação⁴ é que mulheres que tinham dado à luz havia pouco tempo estavam especialmente sujeitas ao ataque de demônios. Para essa explicação, são feitas referências às convicções de outras nações e a Gênesis 3.1 e Êxodo 22.17 [VP 22.18]. Mas aqui não há menção alguma a demônios, e é um procedimento arriscado impor convicções a um texto em que não há clara evidência delas.

A própria lei fornece uma resposta direta à primeira pergunta. Não é o próprio nascimento da criança que torna a mulher impura. Não há menção alguma que sugira que o bebê seja impuro, mas é o fluxo (lóquios) que ocorre após o parto que torna a mulher impura. Três vezes seu sangue ou seu fluxo de sangue é mencionado (v. 4,5,7). Durante os primeiros dias após o parto, esse fluxo é totalmente vermelho, então fica marrom e, depois, torna-se mais descorado. Ele pode durar de duas a seis semanas. Pelo fato de que a primeira fase de lóquios é

parecida com o fluxo menstrual, faz sentido que uma mulher seja tratada como tão contagiosamente impura quanto o é na menstruação. Considerando que o fluxo pós-natal dura mais do que uma semana, a mulher continua impura durante mais 33 ou 66 dias, totalizando 40 ou 80 dias.

Sobre a pergunta mais fundamental de por que um fluxo torna uma pessoa impura, a Bíblia não apresenta uma resposta explícita. Keil⁵ sugere que é porque cadáveres em decomposição geram fluxo e causam contaminação, assim todo fluxo corporal é um lembrete do pecado e da morte. Para Mary Douglas,⁶ um corpo com fluxo ou que sangra é incompleto e, portanto, é impuro. Perda de sangue pode levar à morte, a antítese da vida saudável normal. Qualquer pessoa que perde sangue ao menos corre o risco de tornar-se menos do que perfeita e, portanto, impura. Assim, o sangue é ao mesmo tempo o purificador ritual mais eficaz (“o sangue faz expiação”, 17.11) e a substância mais contaminadora quando está no lugar errado. Isso é profundo. Nossas maiores aflições resultam da corrupção do nosso bem mais elevado, por exemplo, a capacidade de falar, o sexo, a tecnologia, o poder atômico.

Nenhuma explicação convincente foi oferecida para a questão de por que o nascimento de uma menina torna a mãe impura durante um período que é o dobro do período relacionado ao nascimento de um menino. Parece ter havido uma convicção na Antiguidade de que o fluxo pós-natal durava duas vezes mais no caso de uma menina.⁷ Mais recentemente, um médico⁸ defendeu que há uma justificativa física para essa convicção. Os números que ele apresenta, no entanto, dificilmente explicam o dobro de tempo da purificação.⁹ Talvez haja nessa questão um reflexo da condição relativa dos gêneros sexuais no antigo Israel. Por exemplo, o preço do resgate de mulheres é cerca de metade do de homens (Lv 27.2-7).

Levítico 12 e o NT

Esses rituais são mencionados em Lucas 2.22-24: “Terminados os dias da purificação deles segundo a lei de Moisés, eles [Maria e José] levaram-no a Jerusalém [...] para oferecer um sacrifício [...] duas rolinhas ou dois

pombinhos”.

O Livro de Oração Comum anglicano estabelece uma breve liturgia intitulada “Ação de graças das mulheres após o parto”, em que as mulheres expressam gratidão pela libertação “da grande aflição e do perigo do parto”.

¹ [Veja “Introdução” \(VI. 2\), p. 15: “Santidade”.](#)

² [Veja comentário do capítulo 4.](#)

³ [Heinisch, p. 59; cf. C. J. Vos, Woman in OT worship, p. 62ss.](#)

⁴ [Elliger, p. 157s., e Bertholet, p. 41.](#)

⁵ [Keil, p. 374s.](#)

⁶ [Douglas, Purity and danger, p. 51 \[edição em português: Pureza e perigo, Série Debates \(São Paulo: Perspectiva, 2014\)\], seguido por Porter, p. 94.](#)

⁷ [Dillmann, p. 506.](#)

⁸ [D. I. Macht, “A scientific appreciation of Leviticus 12.1-5”, JBL 52 \(1933\): 253-260.](#)

⁹ [Cf. C. J. Vos, Woman in OT worship, p. 68s.](#)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

B. Impureza do parto (cap. 12)

☛ C. Enfermidades impuras (cap. 13)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

A estrutura de Levítico 13 e 14

Esses capítulos tratam da “doença de pele grave” (tsāra‘at) em pessoas (13.2-46; 14.1-32), roupas (13.47-58) e casas (14.33-53). É difícil achar uma palavra em nosso idioma que abranja essas diversas condições. Influenciados pela tradução grega (lepra), as versões tradicionais de nosso idioma traduziram tsāra‘at por “lepra”. Evidentemente, isso é inapropriado no caso de mofo e bolor em roupas e casas. Quanto às várias enfermidades de pele incluídas pelo termo hebraico, é incerto se alguma delas corresponde à verdadeira lepra (hanseníase).

Talvez pareça estranho para os leitores atuais dar o mesmo nome a condições tão diversas quanto o mofo e a psoríase. No entanto, a mente hebraica encontrava semelhanças suficientes entre as duas condições para fazê-lo. Todos esses flagelos, categorizados como tsāra‘at, são impuros e podem ser reconhecidos

pela descoloração da superfície (13.3,49; 14.37), por afetarem parte de um objeto, e não a sua totalidade (13.9-13; 14.37,42,55), serem mais do que superficiais (13.3; 14.37) e se espalharem ativamente (13.7,51; 14.44). Esses sintomas são claramente anormais e, ao desfigurarem a aparência do homem e das suas obras, destroem a inteireza que deve caracterizar a criação. Por essa razão, essas condições são declaradas impuras.

A predileção pela divisão tríplice que caracteriza outras partes da lei levítica é novamente muito marcante nesses capítulos. Eles se dividem em três grandes seções, cada uma iniciada com “O

Senhor

falou a Moisés (e a Arão)” (13.1; 14.1; 14.33) e terminando com “Esta é a lei sobre...” (13.59; 14.32; 14.54). Essas seções por sua vez são subdivididas em parágrafos mais curtos, em que novamente são proeminentes os padrões triádicos.

Portanto, a estrutura geral desses capítulos é a seguinte:

13.1-59 Doenças de pele graves em homens e roupas: diagnóstico e tratamento.

14.1-32 Purificação ritual após a cura de doenças de pele graves.

14.33-57 Doenças de pele graves em casas; diagnóstico, tratamento e purificação.

A estrutura de Levítico 13

Esse capítulo se divide em duas seções principais, o diagnóstico e tratamento de doenças de pele humanas (v. 2-46) e o diagnóstico e tratamento de “doenças de pele” em roupas e artigos semelhantes (v. 47-58). Vinte e um casos de doença de pele são distinguidos na primeira seção, e há três casos diferentes de peças de

roupa “enfermas” na segunda.

A descrição formal de cada caso é bem estereotipada. Cada diagnóstico geralmente contém os seguintes itens. Em primeiro lugar, uma afirmação preliminar dos sintomas, como, por exemplo: “se alguém tiver uma queimadura” (v. 24). Em segundo lugar, uma inspeção sacerdotal: “o sacerdote deverá olhar” (v. 3,10 etc.). Em terceiro lugar, uma afirmação dos sintomas específicos nos quais o sacerdote precisa fundamentar o seu diagnóstico, por exemplo: “Se o pelo na parte afetada tiver se tornado branco” (v. 3). Em quarto lugar, o diagnóstico sacerdotal e tratamento prescrito, como, por exemplo: “é a afecção de uma doença de pele grave [...] deve declará-lo impuro” (v. 3). A declaração de impureza leva ao tratamento prescrito nos versículos 45 e 46. Às vezes, quando a inspeção sacerdotal inicial demonstra ser inconclusiva, o suspeito pode ser isolado durante uma semana e então examinado novamente (v. 26). Mais uma semana e mais uma inspeção sacerdotal são exigidas em alguns casos (v. 5,33). Por vezes, a inspeção sacerdotal não era necessária (v. 40,41).

Usando esses critérios formais como guia, a lei pode ser dividida em seções, como veremos em seguida. Devemos observar quão frequentemente a situação principal (iniciado com substantivo + kî, “se”) é seguida por duas situações complementares (iniciados com ’im, “se”). Esse padrão tríplice aparece em outros trechos na lei levítica.¹

v. 1 Introdução

v. 2-8 Primeiro conjunto de testes para doença de pele

v. 2,3 Claramente impuro (kî)

v. 4-6 Indicação inicial inconclusiva — mas puro (’im)

v. 7,8 Reincidência posterior — impuro (’im)

v. 9-17 Segundo conjunto de testes para doença de pele

v. 9-11 Claramente impuro (kî)

v. 12,13 Indicação inicial — puro ('im)

v. 14,15 Indicação posterior — impuro

v. 16,17 Indicação final — puro (kî)

v. 18-23 Terceiro conjunto de testes para doença de pele em cicatrizes

v. 18-20 Claramente impuro (kî)

v. 21,22 Indicação inicial inconclusiva — mas impuro ('im)

v. 23 Indicação inicial inconclusiva — mas puro ('im)

v. 24-28 Quarto conjunto de testes para doença de pele em queimaduras

v. 24,25 Claramente impuro (kî)

v. 26,27 Indicação inicial inconclusiva — mas impuro ('im)

v. 28 Indicação inicial inconclusiva — mas puro ('im)

v. 29-37 Quinto conjunto de testes para doença de pele em couro cabeludo ou barba

- v. 29,30 Claramente impuro (kî)
- v. 31-34 Indicação inicial inconclusiva — mas puro (kî)
- v. 35,36 Reincidência posterior ('im)
- v. 37 Cura subsequente ('im)
-
- v. 38,39 Uma doença de pele que é pura (kî)
-
- v. 40-44 Calvície e doença de pele
- v. 40 Calvície total — puro (kî)
- v. 41 Calvície parcial — puro ('im)
- v. 42-44 Doença de pele com calvície — impuro (kî)
-
- v. 45,46 Tratamento de pessoas diagnosticadas como impuras
- v. 47-58 Diagnóstico e tratamento de doença de pele em roupas
-
- v. 47-52 Primeiro teste — impuro (kî)
- v. 53-55 Segundo teste — impuro ('im)
- v. 56,57 Terceiro teste — impuro ('im)
- v. 58 Tratamento de peça de roupa pura
-
- v. 59 Resumo

A identidade de “doença de pele grave”

Até recentemente, o vocábulo hebraico *tsāra‘at* geralmente era traduzido por “lepra”, por causa da tradução grega lepra, ainda que a palavra também seja aplicada a infecções de roupas (13.47-58) e casas (14.34-53). A verdadeira lepra (hanseníase) é uma doença horrível que afeta a pele e faz com que outras partes do corpo se tornem dormentes e insensíveis à dor, enquanto os ossos são deformados e aquele que sofre da doença acaba morrendo dela. Ela ainda é comum em partes do Oriente e da África. Também é contagiosa, e até pouco tempo era incurável. Se a lepra fosse a doença em questão aqui, não haveria nenhum problema para entender por que o que sofria da doença era declarado impuro.

O consenso da opinião médica moderna, no entanto, é que a lepra não é uma das doenças descritas aqui.² Há várias razões para isso. Em primeiro lugar, a evidência arqueológica do Egito não revela evidência alguma de pessoas sofrendo de lepra antes do século 5 d.C. É verdade que relatos escritos mostram que pessoas haviam reconhecido a lepra antes, mas ela certamente era rara na Palestina em épocas pré-cristãs.³ Em segundo lugar, os sintomas da lepra não correspondem à descrição das enfermidades em Levítico. De acordo com Browne, nenhuma das referências bíblicas a *tsāra‘at* “incluem algum dos sinais e sintomas inequívocos da lepra nem, e os que são mencionados contrariam a ideia de lepra, em vez de apoiá-la. Além disso, nenhum dos aspectos patognomônicos da lepra nem sequer é sugerido. São eles: áreas anestéticas da pele, ulceração indolor e progressiva das extremidades e nódulos faciais. Esses são claros desvios da normalidade que seriam notados por leigos que observavam a Lei, e de fato foram observados em outras terras em que a verdadeira lepra começou a ocorrer”.⁴ Por fim, a palavra grega lepra não designava a verdadeira lepra, para a qual era usado um termo diferente, elephantiasis.⁵

Mas se *tsāra‘at* não é lepra, ela pode ser identificada com alguma enfermidade específica? Em várias passagens, *tsāra‘at* é comparado à neve (Êx 4.6; Nm 12.10; 2Rs 5.27). Nossas versões tentam fazer a comparação mais precisamente traduzindo a expressão por “[pele, pessoa] leprosa, branca como a neve”. Não há

nenhuma justificativa para acrescentar “branco” ao símile. Faz bastante sentido o ponto de comparação ser a “flocosidade” da neve (cf. Sl 68.15 [VP 68.14]; 147.16).⁶ Hulse⁷ defende que faz muito sentido a comparação entre a leprosa Miriã e um bebê natimorto pelo fato de que, quando o feto morto no ventre sai da mãe, sua pele cai como flocos. Etimologicamente, o vocábulo grego lepra parece se referir ao aspecto escamoso,⁸ e o hebraico tsāra‘at talvez também se refira a isso.⁹ Parece provável que a palavra hebraica indique uma doença de pele escamosa de algum tipo.

Browne¹⁰ afirma que é impossível fazer um diagnóstico preciso com base na descrição em Levítico 13. Hulse, no entanto, é mais otimista. Ele acredita que a “doença de pele grave” a que 13.2ss. se refere é provavelmente psoríase, a doença da cabeça ou da barba (v. 29ss.), o favo, e as manchas nos versículos 38 e 39, vitiligo (leucoderma). Ele sugere que formas severas de outras doenças de pele, como eczema, às vezes poderiam ter feito com que o paciente fosse classificado impuro. Os períodos de confinamento prescritos por Levítico permitiam que o sacerdote distinguisse essas doenças de pele prolongadas de problemas de pele causados por outras doenças, como escarlatina. Após uma semana ou duas, a pele voltaria ao normal depois de uma febre (que fazia parte da escarlatina), mas não se fosse uma das enfermidades listadas por Hulse.

Antes de examinarmos o texto de Levítico 13 detalhadamente, faz sentido recorrer a algumas definições médicas modernas das doenças em questão.

“Psoríase é uma doença crônica e não contagiosa caracterizada pela presença de manchas bem demarcadas e avermelhadas levemente salientes de vários tipos cobertas por escamas secas de um branco acinzentado ou prateadas. A doença é geralmente localizada, particularmente no couro cabeludo, cotovelos, joelhos, canelas, partes externas dos braços e a parte inferior das costas, mas às vezes pode se tornar mais espalhada. As lesões coçam e quando são esfregadas, as escamas caem em flocos e deixam uma superfície vermelha brilhante e úmida.”¹¹ A severidade da doença varia. Em alguns casos, os sintomas podem desaparecer durante meses ou anos. Ela geralmente não afeta a saúde geral da pessoa que sofre da doença. Em regiões de clima temperado, entre 1% e 2% da população tende a sofrer de psoríase, mas a doença é muito mais rara em climas mais quentes.¹²

“Favo é uma infecção muito mais severa e nociva em que o fungo invade tanto o cabelo/pelo quanto a espessura inteira da pele. A doença aparece principalmente

no couro cabeludo e só raramente em outros lugares. Crostas amarelas em formato de copo são formadas em volta de fios de cabelo/pelos soltos e encaracolados que têm cor de palha e há também um odor como o de um camundongo. Um tecido de cicatriz se desenvolve nas partes mais profundas da pele, o que resulta em perda permanente de cabelo/pelos, deixando uma mancha lisa, brilhante, fina e branca.”¹³ A doença é contagiosa.¹⁴

“Leucoderma é uma condição levemente deformadora em que porções de pele, sob outros aspectos normal, perdem a sua coloração natural e se tornam completamente brancas.”¹⁵ Ela é diferente de psoríase e favo pelo fato de que afeta somente a cor da pele e não penetra abaixo da superfície.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés e a Arão da seguinte forma: ²“Se alguém tiver um inchaço na pele ou uma erupção ou uma mancha brilhante e isso se tornar uma afecção de uma doença de pele grave em seu corpo, ele deverá ser levado a Arão, o sacerdote, ou a um de seus filhos que também são sacerdotes. ³O sacerdote deverá olhar a parte afetada de sua pele. Se o pelo na parte afetada tiver se tornado branco e a afecção parecer mais profunda do que a pele, ela é a afecção de uma doença de pele grave. Quando o sacerdote o vir, deverá declará-lo impuro. ⁴Se a mancha brilhante estiver branca e não parecer mais profunda do que a pele e o pelo não tiver se tornado branco, o sacerdote deverá isolar o afetado durante sete dias. ⁵No sétimo dia, o sacerdote deverá examiná-lo e se, à medida que conseguir ver, a afecção não tiver se tornado pior, isto é, não tiver se espalhado pela pele, o sacerdote deverá isolá-lo durante mais sete dias. ⁶No sétimo dia, o sacerdote deverá examiná-lo novamente, e se a afecção estiver descorada e não tiver se espalhado pela pele, o sacerdote deverá pronunciá-lo puro: “É somente uma erupção”. Ele deverá lavar suas roupas e estará puro. ⁷Mas se a erupção se espalhar pela pele depois de ele ter comparecido diante do sacerdote para sua

purificação, ele deverá apresentar-se novamente diante do sacerdote. ⁸Então o sacerdote deverá olhar, e se a erupção tiver se espalhado pela pele, deverá pronunciá-lo impuro: “É uma doença de pele grave”.

⁹Se alguém for afetado por uma doença de pele grave, deverá ser levado ao sacerdote. ¹⁰O sacerdote deverá olhar, e se houver um inchaço branco na pele que tornou branco o pelo e se houver uma pinta de carne viva no inchaço, ¹¹é uma antiga doença de pele grave no corpo dele e o sacerdote deverá pronunciá-lo impuro. Não precisará isolá-lo, pois é impuro.

¹²Se a doença de pele grave se alastrar e cobrir toda a pele do homem afetado da cabeça aos pés, à medida que o sacerdote conseguir ver, ¹³o sacerdote deverá olhar, e se a doença de pele grave estiver cobrindo o seu corpo inteiro, deverá pronunciar puro o homem afligido. Ele se tornou completamente branco: ele está puro. ¹⁴Mas se for vista carne viva nele, ele se tornará impuro. ¹⁵O sacerdote deverá olhar a carne viva e pronunciá-lo impuro. A carne viva é impura: é uma doença de pele grave. ¹⁶Mas então se a carne viva retroceder e se tornar branca, ele poderá ir ao sacerdote. ¹⁷E o sacerdote deverá examiná-lo, e se a afecção tiver se tornado branca, o sacerdote deverá pronunciar puro o homem afligido. Ele está puro.

¹⁸Se alguém tiver uma ferida na pele, e esta sarar, ¹⁹e então surgir um inchaço branco ou uma mancha brilhante branco-avermelhada no lugar onde estava a ferida, ele deverá comparecer diante do sacerdote.

²⁰O sacerdote deverá olhar, e se parecer mais profundo do que a pele e seu pelo tiver se tornado branco, o sacerdote deverá pronunciá-lo impuro. É uma afecção de uma doença de pele grave. Brotou na ferida. ²¹Se quando o sacerdote olhar para ela, o pelo não tiver se tornado branco e não for mais profunda do que a pele, mas estiver descorada, o sacerdote deverá isolá-lo durante sete dias. ²²Se então se espalhar pela pele, o sacerdote deverá declará-la impura. É uma afecção. ²³Mas se a mancha brilhante permanecer em um lugar e não se espalhar, é somente a cicatriz de uma ferida, e o sacerdote deverá pronunciá-lo puro.

²⁴Ou se alguém tiver uma queimadura na sua pele, e o tecido vivo se tornar uma mancha branco-avermelhada ou uma mancha branca brilhante, ²⁵o sacerdote deverá olhar para isso. Se o pelo na mancha brilhante tiver se tornado branco e ela parecer mais profunda do que a pele, é uma doença de pele grave. Ela brotou na queimadura e o sacerdote deverá pronunciá-lo impuro. É uma afecção de uma

doença de pele grave. ²⁶Mas, se quando o sacerdote olhar para ela, não houver pelo branco na mancha brilhante e ela não for mais profunda do que a pele e estiver descorada, o sacerdote deverá isolá-lo durante sete dias. ²⁷No sétimo dia, o sacerdote deverá examiná-lo, e se ela tiver se espalhado pela pele, o sacerdote deverá pronunciá-lo impuro. É uma afecção de uma doença de pele grave. ²⁸Mas se a mancha brilhante tiver permanecido em um lugar, e não tiver se espalhado na pele e estiver descorada, é o inchaço de uma queimadura. O sacerdote deverá pronunciá-lo puro, pois é somente a cicatriz de uma queimadura.

²⁹Se um homem ou uma mulher tiver uma afecção na cabeça ou na barba, ³⁰o sacerdote deverá olhar a afecção. Se ela parecer mais profunda do que a pele e seus pelos estiverem amarelados e finos, o sacerdote deverá pronunciá-lo impuro. É uma infecção severa, uma grave doença de pele na cabeça ou na barba. ³¹Se o sacerdote olhar para uma afecção de uma infecção severa, e ela não parecer mais profunda do que a pele, mas não houver pelos pretos nela, o sacerdote deverá isolar o homem afetado com a infecção severa durante sete dias. ³²No sétimo dia, o sacerdote deverá olhar a afecção, e se a infecção severa não tiver se espalhado e não houver pelo amarelado nela, e a infecção severa não parecer mais profunda do que a pele, ³³ele deverá se rapar, exceto a área severamente infectada, e o sacerdote deverá isolar o homem infectado severamente durante mais sete dias. ³⁴Então, no sétimo dia, o sacerdote deverá olhar a infecção severa, e, se ela não tiver se espalhado e não parecer mais profunda do que a pele, o sacerdote deverá pronunciá-lo puro. Ele deverá lavar suas roupas e estará puro. ³⁵Se após a sua purificação a infecção severa se espalhar pela pele, ³⁶o sacerdote deverá examiná-lo. Se a infecção severa tiver se espalhado pela pele, o sacerdote não deverá procurar pelos amarelados; ele está impuro. ³⁷Mas se a infecção severa não tiver se tornado pior, conforme ele conseguir enxergar, e tiver nascido pelo preto nela, a infecção severa está curada. Ele está puro; o sacerdote deverá pronunciá-lo puro.

³⁸Se um homem ou uma mulher tiver manchas brilhantes no seu corpo, isto é, manchas brilhantes brancas, ³⁹o sacerdote deverá olhar, e se houver manchas brancas descoradas no seu corpo, é vitiligo que brotou na sua pele; mas ele está puro.

⁴⁰Se um homem perde o seu cabelo, ele é calvo, mas está puro. ⁴¹Se ele perde o cabelo na frente da cabeça, ele é “calvo na frente”, mas está puro. ⁴²Mas se houver uma afecção branco-avermelhada na calva ou na calva da frente, há uma doença de pele grave brotando na calva. ⁴³O sacerdote deverá olhar, e, se houver

um inchaço branco-avermelhado de uma afecção na calva semelhante em aparência à grave doença de pele no corpo, ⁴⁴ele é um homem com uma doença de pele grave e está impuro. O sacerdote deverá pronunciá-lo impuro; sua doença está na sua cabeça.

⁴⁵O homem com uma doença de pele grave deverá ter suas roupas rasgadas e seu cabelo pendendo solto e deverá cobrir seu bigode e deverá gritar: “Impuro! Impuro!”. ⁴⁶Todos os dias que ele tiver a doença ele estará impuro: ele está impuro. Ele deverá viver sozinho; sua moradia deverá estar fora do acampamento.

⁴⁷Se uma roupa estiver afetada por uma doença de pele grave, seja uma roupa de lã, seja de linho, ⁴⁸seja na urdidura, seja na trama, de linho ou lã, ou no couro ou em qualquer coisa feita de couro, ⁴⁹se a afecção for esverdeada ou avermelhada na roupa ou no couro ou na urdidura ou na trama ou em qualquer objeto de couro, é a afecção de uma doença de pele grave, e deverá ser mostrada ao sacerdote. ⁵⁰O sacerdote examinará a afecção e isolará o objeto durante sete dias. ⁵¹No sétimo dia, ele deverá examiná-lo. Se o problema tiver se espalhado pela roupa, pela urdidura ou pela trama, ou pelo couro ou qualquer coisa feita de couro, a afecção é uma doença de pele grave e persistente. Ela está impura. ⁵²Ele deverá queimar a roupa ou a urdidura ou a trama de lã, de linho, ou o objeto de couro que tiver a afecção nele, porque é uma doença de pele grave e persistente. Deverá ser queimada.

⁵³Se o sacerdote vir que a afecção não se espalhou pela roupa, pela urdidura ou pela trama, ou por qualquer objeto de couro, ⁵⁴o sacerdote deverá lhes ordenar que lavem o objeto afetado e ele deverá isolá-lo durante mais sete dias.

⁵⁵Depois de ele ter sido lavado, o sacerdote deverá examinar a afecção, e se sua aparência não tiver mudado, mesmo que não tenha se espalhado, é impuro e tu deverás queimar o objeto. É corrosivo, seja na frente, seja atrás. ⁵⁶Se o sacerdote olhar e a afecção estiver descorada depois de ter sido lavada, ele deverá rasgá-la da roupa ou do couro, ou da urdidura ou da trama. ⁵⁷E se aparecer de novo na roupa ou na urdidura ou na trama ou em qualquer objeto de couro, está se espalhando. Deverás queimar a coisa que está afetada. ⁵⁸Mas qualquer roupa, urdidura, ou trama, ou objeto de couro que lavares e a afecção desaparecer, deverá ser lavada uma segunda vez e então estará pura”.

⁵⁹Esta é a lei sobre a doença de pele grave em roupas de lã ou de linho, na

urdidura ou na trama, ou em objetos de couro para pronunciá-los puros ou impuros.

13.1 Introdução

O

Senhor

falou a Moisés e a Arão. Essa é uma das várias leis na presente seção dirigidas a Moisés e também a Arão (11.1; 14.33; 15.1). Os sacerdotes tinham o dever de distinguir entre o puro e o impuro e de ensinar essa diferença ao povo (10.10,11). Essas leis sobre a impureza resultante de doença de pele diziam respeito especialmente aos sacerdotes e, assim, a lei é dirigida especificamente a Arão, o sumo sacerdote, bem como a Moisés.

13.2-8 Primeiro conjunto de testes para doenças de pele

Essa seção fornece princípios gerais para distinguir uma doença de pele grave, que envolve impureza, de enfermidades menos importantes, que não envolvem impureza. Uma “doença de pele grave” pode começar com algum tipo de inchaço ou mancha brilhante¹⁶ na pele (v. 2). Se o leigo suspeita de que isso seja “grave”, ele tem de ir ao sacerdote, que determinará se é impuro ou não.

O primeiro teste aplicado pelo sacerdote é se o pelo se tornou branco e qual parece ser a profundidade da lesão. Se o pelo se tornou branco e a lesão é mais profunda do que a pele, ela é “grave” e o homem é pronunciado impuro (v. 3).

Então, ele é excluído do acampamento e precisa viver sozinho, com seu cabelo solto e suas roupas rasgadas, e deve alertar de sua impureza todas as pessoas que se aproximarem dele (v. 45,46). Considerando que doenças de pele não afetam a pigmentação do pelo, Hulse sugere que o pelo se torna branco em decorrência das escamas brancas agarradas aos fios de cabelo/pelos.¹⁷

Se, no entanto, a natureza escamosa somente parece ser superficial e o pelo não se tornou branco, o sacerdote deve suspender o juízo. O suspeito é isolado durante uma semana, e a área afetada é reexaminada pelo sacerdote uma semana depois. Se a característica escamosa não se espalhou, ele é confinado novamente durante uma semana e reexaminado. Se a doença ainda permaneceu estática e a área afetada está descorada¹⁸ ou turva (psoríase é caracterizada por escamas brilhantes), o homem é pronunciado puro (v. 6,7). Esse período de quarentena ajudaria a distinguir doenças agudas de doenças crônicas. A doença precisava se tornar visivelmente pior durante ao menos duas semanas, quando o pelo e a carne em outras situações não seriam afetados.

13.9-17 O segundo conjunto de testes para doenças de pele

O segundo conjunto de testes depende da presença de carne viva¹⁹ na área afetada. Se o pelo se tornou branco e há carne viva, isso é um sinal seguro de uma “doença de pele grave”. Ela é uma doença antiga (v. 11) e não é necessário nenhum período de quarentena. É difícil determinar o significado exato de viva aqui. Talvez seja uma referência à inflamação da pele que a torna vermelha. Hulse sugere que se refere às áreas minúsculas de sangramento que ocorrem quando as escamas de psoríase são esfregadas e saem.²⁰ Se a pele sobre todo o seu corpo fosse afetada pela doença e ela se tornasse branca, não havia problema; mas se carne “viva” era vista, o homem estava impuro (v. 13). A “doença de pele grave”, portanto, era uma condição irregular, com aspecto de remendos, como a psoríase. “Assim, qualquer doença de pele abrangente que envolvesse descamação da pele, como dermatite esfoliante ou, novamente, o estágio esfoliante da escarlatina, não era a lepra bíblica”.²¹

13.18-28 Testes para doenças de pele associadas com cicatrizes

Testes semelhantes são aplicados a inflamações mais localizadas (v. 18-28) em um furúnculo ou queimadura. A presença de pelo branco e de infecção profunda é um sintoma seguro de que a doença é grave. Em casos de dúvida, um período de quarentena de duas semanas é prescrito. Isso poderia ser uma descrição de favo ou de eczema em partes da pele, mas Hulse sugere que o mais provável é a psoríase. “É bem reconhecido que a psoríase pode ocorrer em cicatrizes e em locais de queimaduras e outros ferimentos.”²²

13.29-37 Testes para doenças de pele na cabeça ou barba

Esses métodos tratam de infecções do couro cabeludo e da barba. Uma palavra diferente é usada no versículo 30 para descrever essas enfermidades. Infecção severa traduz o termo hebraico *neteḡ*. Como o versículo 30 deixa claro, isso é considerado um tipo de “doença de pele grave”, embora a sua descrição mais comum “infecção severa” seja um indício de que aqui haja referência a um tipo diferente de enfermidade. Outro indício é a justaposição de “doença de pele grave” e “infecção severa” no resumo desses capítulos em 14.54. Por fim, embora o tratamento dessa doença seja semelhante ao da doença mencionada anteriormente, o sacerdote recebe a ordem de verificar se há pelos finos amarelos (v. 30) e não brancos (v. 3,4,21 etc.). O cabelo e os pelos amarelados são uma característica de favo, e não de psoríase. Assim, Hulse²³ defende que favo é a doença a que esse trecho se refere.

O método de diagnóstico do favo é semelhante ao da psoríase. O sacerdote precisa procurar pelo amarelado e sinais de que a infecção é mais profunda do

que a pele. Se não encontrar esses sinais, o suspeito é isolado durante até duas semanas. Após a primeira semana, ele precisa rapar o seu pelo com exceção da área afetada pela “infecção severa”.

O versículo 31, com a expressão mas não houver pelos pretos nela, parece contradizer os princípios de diagnóstico enunciados nos versículos 30, 32, 36 e 37. Talvez se esperaria ler: “e ela não parecer mais profunda do que a pele e não houver pelos amarelos nela”, mas na verdade consta: “não houver pelos pretos nela”. Keil²⁴ gostaria de ler tsāhōb (amarelo) em vez de shāhōr (preto), mas a maioria dos comentaristas não acha que a emenda seja necessária. Qualquer pelo preto na área infectada seria suficiente para autorizar que um homem fosse declarado puro (cf. v. 37).

13.38,39 Uma doença de pele que é pura

A maioria dos comentaristas reconhece que a enfermidade mencionada aqui é o vitiligo ou o leucoderma, em que partes da pele se tornam completamente brancas. Em árabe, o termo para isso é bahaq, e em hebraico, bōhaq. A doença não é considerada contagiosa. Diferentemente de outras enfermidades, ela não é mais profunda do que a pele e os pelos não são descoloridos por escamas que caem.

13.40-44 Calvície e doença de pele

Esses versículos tratam de outras infecções da cabeça. A calvície como tal não constitui impureza (v. 40), mas doenças de pele graves podem atacar a cabeça de um homem calvo, bem como alguém que não perdeu o cabelo. Os mesmos testes diagnósticos se aplicam à cabeça, bem como a outras partes do corpo. Hulse²⁵ acha que novamente a psoríase é a doença mais provável relacionada aos sintomas descritos aqui.

13.45,46 Tratamento dos que têm doenças de pele graves

Quando o sacerdote confirmou que a doença de pele é grave e contaminadora, o que sofre dela precisa rasgar suas roupas, desarrumar seu cabelo e cobrir seu lábio e gritar “Impuro” para impedir que as pessoas se contaminem ao tocar o infectado. Além disso, essa pessoa precisa ir embora e viver sozinha fora do acampamento. Por ser alguém permanentemente impuro, o indivíduo tem de separar-se do acampamento santo de Israel em que Deus está presente (Nm 5.1-4; cf. Dt 23.11ss. [VP 23.10ss.]).

Esses dois versículos fornecem alguma percepção das ideias religiosas associadas com doenças de pele impuras. Rasgar as roupas, desarrumar o cabelo e cobrir o bigode são sinais de luto. A palavra traduzida por “rasgar” (pāram) é rara, usada somente em Levítico, nessa passagem e em 10.6 e 21.10. Nas duas outras passagens, ela está associada a desarrumar o cabelo como um ato de lamento pelos mortos. Isso é algo que os sumo sacerdotes não devem fazer. Rasgar (qāra‘) as próprias roupas pode ser um sinal de tristeza pela morte (Gn 37.34; 2Sm 1.11), pelo pecado e as suas consequências (Nm 14.6; 2Rs 22.11,19; Ed 9.5) ou por outra calamidade (2Rs 11.14; 19.1). Cobrir o bigode²⁶ está associado especificamente com o luto pelos mortos em Ezequiel 24.17,22, enquanto em Miqueias 3.7 isso é um sinal de vergonha para os videntes que não recebem uma resposta de Deus.

A pessoa enferma precisa viver sozinha fora do acampamento. Uma existência solitária era considerada uma calamidade em si na Antiguidade (cf. Lm 1.1). É uma ideia moderna querer “fugir de tudo”. O homem bíblico sabia que era seu propósito viver em sociedade, ser membro do povo de Deus. Viver fora do acampamento, portanto, teria ocasionado grande aflição. Nem todo lugar fora do acampamento era impuro; havia lugares puros fora do acampamento (p. ex., 4.12). Mas era o lugar mais distante de Deus, para o qual o pecador e o impuro eram banidos (10.4,5; Nm 5.1-4; 12.14,15; 31.19-24). Era o lugar em que malfeitores eram executados (Nm 15.35,36).

A área mais santa, em que as pessoas estavam mais próximas de Deus, era o Tabernáculo. Nele, os homens santos, os sacerdotes, atuavam. Em volta do Tabernáculo ficava o acampamento em que Israel, o povo santo de Deus, vivia. Essa parte, por sua vez, era rodeada pela área fora do acampamento, que era povoada por não judeus, pecadores e impuros. Viver fora do acampamento implicava ser cortado das bênçãos da aliança. Não era de admirar que, ao ser diagnosticado como impuro, um homem precisasse passar por um processo de luto. Ele experimentava uma morte em vida; sua vida como membro do povo de Deus que experimentava as bênçãos de Deus chegava ao fim. Gênesis 3 apresenta uma descrição semelhante. O homem foi advertido de que a desobediência à ordem de Deus significava a morte (Gn 2.17). Na verdade, a destruição física não foi a consequência imediata da Queda, mas a exclusão do Éden (3.24), e com ela a perda de todos os benefícios associados ao jardim (3.16ss.). Assim como Adão e Eva experimentaram uma morte em vida ao serem expulsos do Éden, todo homem diagnosticado como impuro experimentava um destino semelhante.

Outros trechos nas Escrituras nos dizem que essa pena era de fato executada. Quando Miriã, a irmã de Moisés, sofreu de uma doença de pele, ela foi isolada do acampamento durante sete dias (Nm 12.9ss.). Em 2Reis 7.3ss., lemos sobre quatro leprosos que viviam fora da porta da cidade.

A morte muitas vezes ocorre após a doença, e os autores do AT às vezes fazem essa conexão. A pessoa vai para o sheol quando morre e quando está gravemente doente (Sl 18.6 [VP 18.5]; 30.4 [VP 30.3]; 116.3; Is 38.10). No sheol, uma existência miserável aguardava o ímpio (Is 14.10). Fora do acampamento, o homem afligido pela impureza estava semelhantemente privado das bênçãos comuns da aliança.

13.47-58 “Doença de pele” grave em roupas

A mente moderna reconhece poucas coisas em comum entre doenças de pele humanas e o bolor que afeta peças de roupa e outros objetos de uma casa. Os antigos israelitas viam as coisas de forma diferente. Eles usavam a mesma

palavra para ambas as condições, tsāra‘at, que traduzimos por “doença de pele grave”. Da perspectiva da aparência, há áreas de semelhança entre as duas enfermidades. Ambas são condições da superfície anormais que desfiguram o exterior da pele ou da roupa. Ambas fazem com que a superfície escame ou descasque. Esses versículos extraem outros pontos de semelhança nos testes diagnósticos que são aplicados para distinguir infecções fungais puras de impuras.

Se o dono do objeto observa um bolor esverdeado ou avermelhado crescendo em uma roupa feita de lã ou linho, ele tem de levá-la ao sacerdote para ser inspecionada. A mesma lei se aplica a coisas feitas de couro, ao próprio couro e a partes de uma peça, a “urdidura” e a “trama”. Essa expressão seja na urdidura, seja na trama ocorre várias vezes, somente nesse capítulo (v. 48,49,51,52,53,56,57,58). A tradução tradicional das palavras hebraicas refere-se aos fios longitudinais e transversais em uma peça tecida. Mas uma interpretação desse tipo está repleta de problemas. Como o bolor poderia se desenvolver na urdidura e na trama e não na própria peça? Como ele poderia se desenvolver na urdidura sem a trama também ser afetada? Os comentaristas oferecem duas soluções diferentes para esse problema. A primeira é que a expressão se refere a dois tipos de fio, um usado para a urdidura e o outro para a trama. Sugere-se que os fios de partes diferentes do processo eram preparados de forma diferente e armazenados separadamente.²⁷ A alternativa é que a expressão se refere a etapas diferentes na fabricação, talvez do fio e do material tecido.²⁸ A primeira explicação é provavelmente a mais adequada.

O teste aplicado pelo sacerdote é bem simples. Após examinar o objeto afetado, ele o isola durante uma semana. Se o bolor ou fungo se espalhar no objeto durante aquela semana, é uma doença de pele grave e persistente,²⁹ e o objeto, portanto, é impuro e precisa ser queimado (v. 52). Se, no entanto, o bolor não der sinais de se espalhar durante a semana em que é isolado, o objeto precisa ser lavado e isolado durante mais uma semana. Se a aparência da área afetada não mudar durante a semana, isso é corrosivo³⁰ e impuro e o objeto inteiro precisa ser queimado (v. 55). Se a parte afetada der sinais de diminuir durante a semana, somente a área afetada precisa ser rasgada da roupa (v. 56), mas se a infecção irromper novamente, a roupa inteira precisa ser destruída (v. 57).

13.59 Resumo

Em Levítico 13, certas enfermidades são descritas, e os sacerdotes são informados sobre como distinguir entre o puro e o impuro. Autores atuais tentaram identificar essas doenças e lhes atribuir seus nomes atuais. Embora esse seja um exercício válido, não se deve achar que era isso que os sacerdotes estavam tentando fazer. Eles não eram médicos tentando decidir se um homem estava sofrendo de psoríase ou eczema. Os sintomas como tais eram o que levavam um homem a ser declarado impuro, e não a causa subjacente desses sintomas. Se o homem tinha uma aparência ruim, ele era declarado impuro. Não era o caso de a doença em si ser considerada contagiosa ou causa de morte, mas os sintomas eram incompatíveis com alguém ser membro pleno do povo da aliança.

Os sintomas que levavam a um veredito de impureza eram os seguintes. A “doença de pele” precisava ser longa e duradoura. Ela precisava ser antiga (v. 11) ou durar ao menos uma semana ou duas (v. 4ss.,26ss.,33ss.,50ss.). Ela tinha de ser mais profunda do que a pele (v. 3,20,25,30) ou irremovível ao ser lavada (v. 55). Ela afetava somente parte de uma pessoa. Ela deixava manchas. Se cobria o corpo inteiro, não contaminava (v. 12,13). No caso de peças de roupa e objetos, está claro que somente parte do objeto era afetada, visto que o versículo 56 fala sobre rasgar da roupa o lugar afetado.

A última observação talvez indique a razão de algumas doenças serem consideradas impuras, e outras, não. A santidade em Levítico é simbolizada pela inteireza. Animais precisam ser perfeitos para serem usados no sacrifício. Os sacerdotes não devem ter nenhuma deformidade física. Misturas são uma abominação. Os homens precisam se comportar de um modo que expresse inteireza e integridade nas suas ações. Quando um homem mostra sinais visíveis de ausência de inteireza em uma condição consistente que afeta partes da pele, ele tem de ser excluído da comunidade da aliança. Desvios temporários da norma não requerem esse tratamento, mas se os sintomas duram mais do que duas semanas, ele precisa ir embora para viver fora do verdadeiro Israel. Essas leis sobre doenças de pele são novamente um testemunho eloquente da importância da pureza e santidade no antigo Israel. Qualquer pessoa poderia se tornar vítima dessas enfermidades e enfrentar a perspectiva de ser excluída da sua família e dos amigos durante o resto dos seus dias. No entanto, preservar a

pureza do Tabernáculo e a santidade da nação era tão importante que indivíduos e famílias poderiam ser forçados a sofrer imensamente. O desconforto individual não poderia pôr em risco o bem-estar espiritual da nação, pois a presença permanente de Deus com o seu povo dependia da exclusão da impureza do seu meio (cf. Is 6.3-5).

¹ [As mesmas formas e o mesmo padrão tríplice voltam a ocorrer nas leis sobre as doenças de pele em roupas \(v. 47-58\), mas obviamente nesses casos o artigo infectado é tratado diferentemente de um homem infectado \(cf. v. 52 e 45,46\).](#)

² [S. G. Browne, *Leprosy in the Bible* \(London: Christian Medical Fellowship, 1970\); E. V. Hulse, “The nature of biblical ‘leprosy’ and the use of alternative medical terms in modern translations of the Bible”, *PEQ* 107 \(1975\): 87-105.](#)

³ [Browne, p. 9ss.](#)

⁴ [Browne, p. 8.](#)

⁵ [Browne, p. 14s.](#)

⁶ [Browne, p. 7.](#)

⁷ Hulse, p. 93.

⁸ [Hulse, p. 93.](#)

⁹ [Browne, p. 5; cf. BDB 863b.](#)

¹⁰ [Browne, p. 5s.](#)

¹¹ [Hulse, p. 96.](#)

¹² [Hulse, p. 99s.](#)

¹³ [Hulse, p. 96s.](#)

¹⁴ [Hulse, p. 100.](#)

¹⁵ [Hulse, p. 95.](#)

¹⁶ [Baheret \(mancha brilhante\); cf. AV: “ponto brilhante”, RSV: “ponto”, NEB e](#)

TEV: “inflamação”. A variedade de traduções ilustra o significado incerto dos termos mais gerais nesse capítulo. A etimologia (bhr, “brilhar”) e as versões antigas parecem conectar o termo com brilho, mas uma precisão clínica é impossível.

¹⁷ Hulse, p. 98.

¹⁸ Kēhāh (lit., “tornou-se descorado”). Cf. os versículos 21, 26, 28, 39 e 56. A raiz também é usada para visão fraca (Gn 27.1) e espíritos fracos (Ez 21.12 [VP 21.7]).

¹⁹ Também pode ser traduzido por pinta de carne viva (miḥyat bāsār ḥay) (lit., “tecido vivo [cf. v. 24] de carne viva”).

²⁰ Hulse, p. 98.

²¹ Hulse, p. 95.

²² Hulse, p. 98.

²³ Hulse, p. 99

²⁴ Keil, p. 381.

²⁵ Hulse, p. 98.

²⁶ Šāpām (bigode, “lábio superior” — AV, RSV, NEB) é usado muito raramente para termos certeza do significado exato do termo. A expressão “fazer o šāpām” (2Sm 19.25 [VP 19.24]) sugere que os pelos faciais estão envolvidos.

²⁷ P. ex., Keil, p. 383; Hoffmann, vol. 1, p. 390.

²⁸ Snaith, p. 98.

²⁹ Mam’eret (persistente). Um termo raro encontrado somente em 13.51,52; 14.44 e Ezequiel 28.24. Tem etimologia incerta. O contexto é o melhor guia para o significado da palavra.

³⁰ Peḥetet. Usado somente aqui e de significado incerto. BDB 809a associa o vocábulo com pḥt, “perfurar”.

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

B. Impureza do parto (cap. 12)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

☛ D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

A estrutura de Levítico 14

Esse capítulo está intimamente ligado ao anterior e já foram feitas algumas observações preliminares sobre a sua organização. Veja p. 187: “A estrutura de Levítico 13 e 14” e p. 188: “A estrutura de Levítico 13”.

Ele se divide em duas partes: a primeira trata da purificação ritual de um homem cuja doença de pele desapareceu (14.1-32) e a segunda lida com o tratamento das “doenças de pele” de casas (v. 33-53). Cada parte se subdivide em três parágrafos.

v. 1 Introdução

v. 2-31 Ritual após a cura de uma doença de pele

v. 2-9 Primeira semana

v. 10-20 Segunda semana

v. 21-31 Alternativa para os pobres

v. 32 Resumo

v. 33 Introdução

v. 34-53 Tratamento de doença de pele em casas

v. 34-42 Tratamento inicial (kî)

v. 43-47 Tratamento sem êxito ('im)

v. 48-53 Tratamento com êxito ('im)

v. 54-57 Resumo

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Esta é a lei sobre o homem com uma doença

de pele grave na ocasião da sua purificação. Ele deverá ser levado ao sacerdote.
³E o sacerdote deverá sair do acampamento e observar. E, se a afecção de uma doença de pele grave tiver sido curada no homem afetado, ⁴o sacerdote ordenará que ofereçam por aquele que está sendo purificado duas aves puras vivas, madeira de cedro, um cordão escarlata e hissopo. ⁵Então o sacerdote ordenará que eles matem uma das aves sobre uma vasilha de barro que contenha água corrente. ⁶Mas ele deverá pegar a ave viva, a madeira de cedro, o cordão escarlata e o hissopo e molhá-los no sangue da ave que foi morta sobre a água corrente. ⁷Depois deverá aspergir isso sete vezes sobre aquele que está sendo purificado da grave doença de pele, declará-lo puro e soltar a ave viva para que voe embora em campo aberto.

⁸O homem purificado deverá lavar suas roupas, rapar todos os seus pelos e lavar o seu corpo em água, e então ele estará puro. Depois disso, ele poderá entrar no acampamento, mas viverá fora de sua tenda durante uma semana. ⁹No sétimo dia, ele deverá rapar todos os seus pelos, isto é, da sua cabeça, sua barba e suas sobrancelhas. Ele deverá rapar todos os seus pelos; então deverá lavar suas roupas e a si mesmo em água, e então estará puro.

¹⁰No oitavo dia, ele deverá pegar dois cordeiros perfeitos e uma ovelha perfeita de um ano, três décimos de um efa da melhor farinha para a oferta de cereais misturada com azeite, e um logue de azeite.

¹¹O sacerdote oficiante deverá colocar as ofertas e o homem que está sendo purificado diante do

Senhor

na entrada da Tenda do Encontro.

¹²Então o sacerdote deverá pegar um cordeiro e o oferecerá como oferta de restituição, e o logue de azeite, e os dedicará como uma dedicação diante do

Senhor

. ¹³Ele deverá imolá-lo no lugar em que se imola a oferta de purificação e a oferta queimada no santuário, porque a oferta de restituição é como a oferta de purificação; é santíssima e pertence ao sacerdote. ¹⁴Então o sacerdote deverá pegar parte do sangue da oferta de restituição e colocá-lo no lóbulo da orelha direita do homem que está sendo purificado, no polegar da sua mão direita e no

polegar do seu pé direito. ¹⁵O sacerdote deverá pegar parte do azeite e derramá-lo na palma da sua mão esquerda. ¹⁶Então o sacerdote molhará seu dedo direito no azeite que está na palma da sua mão esquerda e aspergirá parte dele com seu dedo sete vezes diante do

Senhor

. ¹⁷E parte do azeite restante na sua mão o sacerdote deverá colocar no lóbulo da orelha direita do homem, no polegar da mão direita e no polegar do pé direito, em cima do sangue da oferta de restituição. ¹⁸Depois o sacerdote deverá colocar o restante do azeite na palma da sua mão na cabeça do homem que está sendo purificado, e o sacerdote fará expiação por ele.

¹⁹O sacerdote deverá executar a oferta de purificação e fazer expiação pelo homem purificado por causa de sua impureza, e depois disso ele imolará a oferta queimada. ²⁰O sacerdote deverá oferecer a oferta queimada e a oferta de cereais sobre o altar e fazer expiação por ele, e então ele estará puro.

²¹Se for pobre e não tiver recursos, deverá pegar um cordeiro como oferta de restituição para a dedicação, para fazer expiação por si mesmo, e um décimo de um efa da melhor farinha misturada com azeite como oferta de cereais, um logue de azeite, ²²e duas rolinhas ou dois pombinhos, o que seus recursos permitirem levar. Um é para a oferta de purificação, e outro, para a oferta queimada. ²³No oitavo dia da sua purificação, ele deverá levá-los ao sacerdote na entrada da Tenda do Encontro diante do

Senhor

. ²⁴Então o sacerdote pegará o cordeiro da oferta de restituição e o logue de azeite e os dedicará como uma dedicação diante do

Senhor

. ²⁵Depois, ele deverá imolar o cordeiro da oferta de restituição, e então o sacerdote pegará parte do sangue da oferta de restituição e o colocará no lóbulo da orelha direita do homem que está sendo purificado e no polegar da sua mão direita e no polegar do seu pé direito.

²⁶Então o sacerdote deverá derramar parte do azeite na palma da sua mão esquerda ²⁷e aspergir parte dele com o seu dedo direito sete vezes diante do

Senhor

. ²⁸Depois, o sacerdote colocará parte do azeite que está na palma da sua mão no lóbulo da orelha direita do homem, bem como no polegar da mão direita e no polegar do pé direito dele, onde tinha sido colocado o sangue da oferta de restituição. ²⁹Mas o sacerdote deverá colocar o restante do azeite que está na palma da sua mão na cabeça do homem para fazer expiação por ele diante do

Senhor

. ³⁰Das aves que seus recursos permitirem levar, rolinhas ou pombinhos, ele deverá usar ³¹o que os seus recursos permitirem, um como oferta de purificação, e outro como oferta queimada juntamente com a oferta de cereais, e o sacerdote deverá fazer expiação pelo homem que está sendo purificado diante do

Senhor

”.

³²Essa é a lei para o homem com uma doença de pele grave que não tem recursos para sua purificação.

³³E o

Senhor

falou a Moisés e Arão da seguinte forma: ³⁴“Se, quando chegardes à terra de Canaã que estou vos dando como posse, eu colocar sobre uma casa na terra que possuídes uma afecção de uma doença de pele grave, ³⁵o proprietário da casa deverá ir e dizer ao sacerdote: ‘Algo que me parece uma afecção de doença está na casa’. ³⁶Então o sacerdote deverá dar ordens para que desocupem a casa antes que o sacerdote venha olhar a afecção, para que nada na casa se torne impuro. Depois, o sacerdote irá para ver a casa. ³⁷Ele deverá examinar a afecção, e se a afecção nas paredes da casa consistir em manchas esverdeadas ou avermelhadas, e parecer mais profunda do que a superfície da parede, ³⁸o sacerdote deverá sair da casa pela porta e fechá-la por sete dias. ³⁹No sétimo dia, o sacerdote deverá voltar e olhar. Se o sintoma tiver se espalhado pelas paredes da casa, ⁴⁰o sacerdote deverá dar ordens para que as pedras que estão afetadas pela afecção sejam arrancadas e jogadas fora da cidade em um lugar impuro. ⁴¹Ele deverá mandar raspar o interior da casa, e eles deverão jogar o reboco que tiverem

raspado fora da cidade em um lugar impuro. ⁴²Então deverão pegar outras pedras e colocá-las no lugar das pedras antigas e pegar reboco novo e rebocar a casa.

⁴³Se, então, a afecção voltar e surgir na casa depois que ele tiver arrancado as pedras, raspado a casa e a tiver rebocado novamente, ⁴⁴o sacerdote deverá vir e ver que a afecção se espalhou pela casa. É uma doença de pele grave e persistente na casa. Ela está impura.

⁴⁵Ele deverá derrubar a casa, as pedras, a madeira e todo o reboco da casa, e levar isso para fora da cidade a um lugar impuro.

⁴⁶Todo aquele que entrar na casa durante o período em que ela estiver oficialmente fechada se tornará impuro até a tarde. ⁴⁷Todo aquele que dormir ou comer na casa deverá lavar suas roupas.

⁴⁸Mas se o sacerdote entrar na casa e vir que a afecção não se espalhou pela casa depois de ser rebocada novamente, o sacerdote poderá declarar a casa pura porque ela se recuperou de sua afecção. ⁴⁹Para purificar a casa, ele deverá pegar duas aves, madeira de cedro, um cordão escarlata e hissopo. ⁵⁰Ele deverá matar uma ave sobre uma vasilha de barro que contenha água corrente ⁵¹e pegar o cedro, o hissopo, o cordão escarlata e a ave viva e molhá-los no sangue daquela que foi morta e na água corrente, e aspergir a casa sete vezes. ⁵²Então ele deverá purificar a casa com o sangue da ave, a água corrente, a ave viva e a madeira de cedro, o hissopo e o cordão escarlata. ⁵³Ele deixará que a ave viva saia da cidade ao campo aberto e fará expiação pela casa, e então ela estará pura”.

⁵⁴Essa é a lei para cada afecção de uma doença de pele grave, para uma infecção severa, ⁵⁵para doenças de pele graves em roupas ou casas, ⁵⁶e para inchaços, erupções e manchas brilhantes, ⁵⁷para mostrar quando elas estão impuras e quando estão puras. Essa é a lei para a doença de pele grave.

14.1-32 Purificação ritual após a cura de doença de pele grave

Os procedimentos descritos nesse capítulo não são terapêuticos, mas rituais. Os sacerdotes não faziam nada para curar a pessoa doente. Seu dever era diagnosticar quando um homem estava impuro e quando estava puro novamente e assegurar que os rituais corretos fossem executados quando a doença desaparecesse e o homem fosse readmitido na comunidade. Para usar uma analogia atual, o sacerdote no antigo Israel era mais como um inspetor de saúde do que um médico. Ele determinava se uma pessoa estava infectada; ele não tentava curá-la. Nesse aspecto, Israel era diferente das nações vizinhas, que praticavam exorcismo e ritos mágicos para tentar curar doenças. Em Israel, um homem precisava buscar auxílio diretamente de Deus em oração, e não depender dos remédios duvidosos da medicina popular.

Os ritos prescritos aqui são longos e complexos, como convém à grande mudança de condição envolvida na purificação. Quando alguém era pronunciado ritualmente impuro com uma doença de pele, essa pessoa era excluída da comunidade da aliança. Quando sua enfermidade desaparecia, ela era readmitida a uma vida de comunhão com a nação santa. Essa transição da vida para a morte é marcada primeiro por cerimônias fora do acampamento. Então a readmissão como membro pleno do povo de Israel é obtida por meio da oferta de quatro tipos principais de sacrifícios obrigatórios — a oferta de purificação, a oferta queimada, a oferta de restituição e a oferta de cereais.

14.2-9 Rituais fora do acampamento

Se um homem acha que está recuperado de uma doença de pele, o sacerdote é chamado para examiná-lo fora do acampamento. Se o sacerdote fica satisfeito com a cura do homem, duas aves puras são providenciadas. Uma deve ser morta e é necessário pegar o seu sangue e misturá-lo com água fresca contida em uma vasilha de barro. Parte disso é aspergido sobre o homem, usando-se madeira de cedro, cordão escarlata e hissopo. A ave viva também é molhada no sangue e então pode voar livremente. Em seguida, o próprio homem precisa raspar todos os seus pelos e lavar a si mesmo e as suas roupas. Depois disso, está puro o suficiente para entrar no acampamento, mas não para morar em casa.

No sétimo dia, o homem se raspava novamente e passava por mais um banho ritual para se purificar e se colocar em uma condição apropriada para entrar no pátio do Tabernáculo no dia seguinte (v. 9).

Esses rituais são chamados pelos antropólogos de “ritos de agregação”, isto é, cerimônias em que uma pessoa em condição social anormal é reintegrada na sociedade comum. Rapar-se, lavar-se e oferecer sacrifício são ingredientes regulares desses ritos.¹ Os atos de rapar todos os pelos e se lavar obviamente descrevem a purificação da contaminação causada pela doença de pele e pela vida de impureza implícita em viver um período fora do acampamento.

Os ritos das aves são mais difíceis de interpretar. Há algumas semelhanças entre elas e os rituais do Dia da Expição em que eram usados bodes (Lv 16). Nessa ocasião, um bode era oferecido como oferta de purificação, enquanto o outro, o bode expiatório, era enviado para o deserto carregando simbolicamente os pecados da nação (16.6ss.).

A primeira pista quanto ao significado desse ritual está presente na seleção das duas aves puras. Animais puros no AT simbolizam Israel.² As aves devem representar o israelita curado que está prestes a reingressar na comunidade da aliança. Essa identificação simbólica é confirmada por meio do ato de mergulhar uma ave no sangue da outra e aspergir esse sangue no adorador. Essa ação ao menos estabelece uma relação visível entre o adorador e as aves. Isso foi constatado por comentaristas mais antigos. Por exemplo, Keil afirma que a ave solta para voar em campo aberto é “uma representação simbólica do fato de que o ex-leproso agora está imbuído de nova energia vital e liberto dos grilhões da sua doença e pode, agora, voltar [...] à comunhão dos seus compatriotas”.³ A outra ave também simbolizava o homem curado. A morte dela, de acordo com Keil, representa o destino que um homem teria sofrido, não fosse a misericórdia de Deus que o curou.

Davies prefere identificar a função da ave que é solta mais fortemente com a do bode expiatório: “ela levava embora para o mundo externo o problema que afligia o homem e a sociedade”.⁴ O bode expiatório levava embora os pecados da nação, ao passo que a ave levava embora a doença de pele contaminadora.

A comparação com a cerimônia do Dia da Expição talvez também esclareça por que a outra ave era sacrificada. Em Levítico 16, o segundo bode serve de oferta de purificação para purificar o Tabernáculo “da impureza dos israelitas” (16.19).

O sangue era aspergido sete vezes sobre a tampa da arca (16.14,15). Também nesse caso, o sangue da ave é aspergido sete vezes sobre o adorador, e o sacerdote então o declara puro (14.7). Aliás, esse rito é muito semelhante à oferta de purificação do homem pobre (5.7-10), exceto pelo fato de que esta era realizada no pátio do Tabernáculo, enquanto o rito de Levítico 14 ocorria fora do acampamento. O uso de madeira de cedro, cordão escarlate e hissopo também está presente em um rito de purificação (cf. Nm 19.6; Sl 51.9 [VP 51.7]; Is 1.18), embora não possamos ter certeza do significado simbólico preciso desses itens.

Durante sete dias, o homem precisava viver fora da sua tenda (v. 8). Em outras palavras, a sua reintegração na comunidade da aliança não estava completa até que no oitavo dia ele pudesse apresentar um sacrifício no Tabernáculo. Calvino estabelece um paralelo com a postergação da circuncisão até o oitavo dia depois do nascimento: “Assim como os infantes no oitavo dia [...] eram enxertados na igreja, assim também o oitavo dia é prescrito, aqui, para a restauração daqueles que, na cura recebida, nasceram de novo, por assim dizer; pois são considerados mortos aqueles que a lepra havia banido da comunidade santa”.⁵

14.10-32 Rituais dentro do pátio do Tabernáculo

No oitavo dia, o processo de reincorporação do homem curado na aliança era completado por sacrifícios e certas unções rituais. Essas cerimônias têm seus paralelos mais fortes nos rituais finais da aliança descritos em Êxodo 24 e no serviço de ordenação descrito em Levítico 8 e 9.

A importância dessa ocasião aparece no tipo de sacrifícios prescritos: todos os sacrifícios obrigatórios — a oferta queimada (cf. Lv 1), a de cereais⁶ (cf. Lv 2), a de purificação (Lv 4) e a oferta de restituição (Lv 5) — precisavam ser oferecidos. Somente as ofertas pacíficas (Lv 3), que eram quase sempre voluntárias, estão ausentes. Para os sacrifícios animais, eram apresentados cordeiros, mas estes poderiam ser substituídos por pombinhos no caso da oferta queimada e da oferta de purificação, se o custo de três cordeiros fosse muito alto. A oferta de restituição, porém, não podia ser menos do que um cordeiro.

A função desses sacrifícios já foi analisada. Somente a presença da oferta de restituição é inesperada nessa lista. Geralmente, depois de um homem ter sido declarado puro após um período extenso de impureza, ele simplesmente precisava apresentar uma oferta de purificação para purificar o santuário, e uma oferta queimada, que resultava na reconciliação com Deus e representava uma dedicação renovada da sua vida ao serviço de Deus. A oferta de cereais era uma promessa de lealdade. Todos esses temas são claramente compreensíveis no contexto de um homem que está sendo readmitido como membro pleno da aliança. Mas por que a oferta de restituição era exigida?

Três situações diferentes em que uma oferta de restituição era exigida são descritas em 5.14-26 [VP 6.7]: transgressão contra uma propriedade sagrada, suspeita de transgressão ou juramentos falsos. É possível, como Milgrom defende,⁷ que a oferta de restituição precisasse ser apresentada pelo homem curado porque ele poderia suspeitar de que essa doença de pele grave havia sido causada por uma transgressão, embora não tivesse certeza de qual havia sido seu pecado. Em diversas ocasiões no AT, as pessoas desenvolvem “doença de pele grave” após uma conduta sacrílega (p. ex., Nm 12.9ss.; 2Rs 5.27; 2Cr 26.17ss.). Ciente de que o sacrilégio poderia ser punido desse modo, um israelita devoto atacado por uma doença de pele poderia considerar apropriado oferecer uma oferta de restituição como prevenção, tendo em mente a possibilidade de alguma negligência sua ter sido a causa do seu sofrimento. Por outro lado, poderia ser o caso em que a oferta de restituição, cuja função básica é compensar Deus por uma perda, fosse considerada apropriada para restituir todos os sacrifícios, dízimos e primeiros frutos que o homem doente não havia sido capaz de apresentar durante a sua impureza.

O aspecto mais incomum desses rituais é o uso específico do sangue da oferta de restituição. Ele é passado na orelha, no polegar da mão direita e no polegar do pé direito do homem curado (v. 14,17; cf. 8.23ss.). Pode-se supor, como em outros casos em que o sangue sacrificial é colocado em objetos, que essa ação purifica os receptores. Sete dias antes, um rito semelhante havia sido executado com o sangue de uma ave, e isso serviu de purificação inicial. Agora, o sangue do cordeiro sacrificial era usado para completar o processo de purificação. O sangue aspergido no altar também era colocado no homem curado, indicando, assim, que ele estava novamente em contato com a graça de Deus. Essa mensagem é realçada pelo passo seguinte. Azeite, primeiro dedicado a Deus e colocado na mão esquerda do sacerdote, era aspergido sete vezes diante do Senhor, e parte dele era passado na orelha, no polegar da mão direita e no polegar do pé direito

do homem e sobre a sua cabeça (v. 15-17,26-29). Se o sangue servia para uni-lo com o altar, o azeite expressava a união entre Deus, o sacerdote e o adorador. Uma vez que era readmitido como membro pleno da aliança, o homem curado podia oferecer os sacrifícios comuns exigidos de todos os membros de Israel, as ofertas queimadas, de cereais e de purificação (v. 19,20,30,31).⁸

14.33-53 A infecção de casas

As leis relacionadas a doenças de pele graves terminam com uma seção sobre casas infectadas. Assim como as roupas, elas também podem ser afetadas por mofo ou fungos. Testes semelhantes àqueles aplicados a roupas e doenças de pele humana são usados para determinar se uma infecção é grave. A cor e a profundidade da infecção — se [...] consistir em manchas esverdeadas ou avermelhadas (14.37; cf. 13.49) e parecer mais profunda do que a superfície da parede (14.37; cf. 13.3,20,21,26 etc.) — são significativas. Um período de isolamento semelhante de sete dias também é imposto. Se a doença se espalhar durante esse período, será tomada uma ação para erradicá-la (14.38,39; cf. 13.4,5,26). Se a doença não for curada por meio da reconstrução da parte afetada da casa, toda a casa precisa ser derrubada (14.39-45). Se for curada, o ritual com as duas aves será executado pela casa (14.48-53; cf. v. 3-7). Quando isso tiver sido feito, a casa será considerada pura e poderá ser habitada novamente (cf. v. 46,47). Não há imposição de nenhum sacrifício de fato (cf. 14.10-31), pois construções simplesmente tinham de ser puras, sem uma exigência de que estivessem em comunhão com Deus.

Essa lei prevê a época em que Israel residiria em casas na Terra Prometida de Canaã (v. 33,34). Portanto, ela não somente fala sobre casas feitas de pedras, mas também sobre a cidade (v. 41,45,53). As leis anteriores, por outro lado, falam sobre tendas (14.8) e sobre o acampamento (13.46; 14.3,8). Essas leis sobre casas podem ser vistas como uma extensão das leis que tratam de roupas e tecidos. Quando aparecia mofo em uma tenda, ela era presumivelmente tratada de acordo com as regras estabelecidas em 13.47ss. A mesma palavra persistente (*mam'eret*) é usada para descrever a doença em 13.51,52 e 14.44. Portanto, essa lei é uma extensão, uma aplicação da antiga lei sobre peças de roupa na nova

situação criada pela ocupação em Canaã. Os antigos princípios para distinguir “doenças de pele graves” das menos significativas ainda se aplicam, mas o tratamento é diferente. Pode-se destruir uma roupa infectada queimando-a (13.52), mas uma casa de pedra precisa ser derrubada (14.45). Esse processo de reinterpretação ou, mais exatamente, de reaplicação de antigas leis a novas circunstâncias é algo que precisa ser considerado em toda nova situação. Em geral, os intérpretes cristãos precisam enfrentar o problema quando tentam descobrir a relevância da Lei do AT para situações do NT. Mas até mesmo no AT era necessário estar atento para procurar novas aplicações de antigas leis (cf. Nm 27; 36; Lv 24.10ss.; 2Cr 30.16ss.).

14.54-57 Resumo

Esse resumo abrange todas as leis nos capítulos 13 e 14. Para fórmulas semelhantes, veja 11.46,47; 12.7; 13.59; 14.32; 15.32,33.

Essas leis constituem parte do ensino com que os sacerdotes precisavam estar familiarizados, para que pudessem instruir o povo a fazer distinção entre o puro e o impuro (v. 57; cf. 10.10,11). A santidade, como já vimos, é definida em Levítico como inteireza, completude. As doenças de pele desfiguravam a superfície das coisas e desse modo destruíam a sua integridade. Somente o perfeito e santo podia desfrutar da presença do Deus santo e, portanto, o impuro era expulso do acampamento. No caso de objetos materiais, isso significava a destruição por fogo ou por descarte fora da cidade em um lugar impuro. No caso de pessoas, elas eram forçadas a viver fora do acampamento e ipso facto fora do contato do Tabernáculo por meio do qual a graça de Deus se fazia presente com os homens. Como párias, eles estavam mortos para a comunidade e cortados da graça divina.

Essas pessoas podiam ser readmitidas somente se a sua enfermidade desaparecesse. Como era comum no antigo Israel, a purificação ritual e a santificação delas era obtida pela oferta de sacrifícios.⁹

Não se afirma em nenhuma passagem dessas leis que as doenças de pele eram

causadas por pecados específicos. Na verdade, o fato de que objetos inanimados como roupas e casas podiam ser afetados evidentemente exclui uma ligação tão absoluta entre o pecado e as “doenças de pele”. No entanto, em vários casos, a doença de pele é definitivamente considerada a consequência de pecados específicos: Números 12.9ss.; 2Reis 5.26,27; 15.5; 2Crônicas 26.19ss.

Parece provável que até mesmo na época do AT, “doenças de pele” e o seu tratamento eram considerados um símbolo do pecado e das suas consequências. Quando um homem era afligido por uma doença de pele desfiguradora, ele estava “destituído da glória de Deus” de forma visível (Rm 3.23), a glória que ele havia recebido em sua criação (Sl 8.6 [VP 8.5]). Seu banimento da sociedade humana e do Santuário de Deus era uma representação da Queda, em que Adão e Eva foram expulsos do Éden (Gn 3). A infecção de roupas e casas com “doença de pele” servia de lembrete da interação entre o homem e o seu ambiente. Em todas as Escrituras, o pecado humano tem consequências não somente para a humanidade, mas também para o restante da criação (Gn 3.17,18; 6.13,14; Dt 28.15ss.; Am 4.7ss.; Rm 8.20ss.). Se na época do AT se reconhecia uma ligação entre o pecado e uma doença de pele, é natural que houvesse a associação da cura dessa doença com ofertas prescritas para pecadores.

O NT e as doenças de pele

O NT se refere a doenças de pele em diversas passagens. Embora a palavra usada em grego seja lepra, a opinião médica atual não tem certeza de que isso tenha incluído a lepra ou somente as “doenças de pele” mencionadas por Levítico.¹⁰ “Leprosos” (leproi) estavam entre aqueles curados por Jesus ao longo do seu ministério (Mt 8.2-4; 11.5; Mc 14.3; Lc 17.11-19). A lei levítica não fornecia meio algum de curar “doenças de pele”. A pessoa que sofria da doença precisava aguardar com esperança uma cura de Deus, sem o auxílio humano. Somente então ela poderia se apresentar ao sacerdote. Mas com a vinda de Cristo, o próprio Deus buscou os “leprosos” e os curou. Jesus veio para buscar e salvar aqueles que estavam perdidos. Seu alcance dos leprosos estava no mesmo nível que seu ministério a outros doentes e excluídos sociais, como coletores de impostos e prostitutas. Em Jesus, uma nova era havia chegado. O reino de Deus

estava presente, e a salvação estava disponível a todos os que tinham fé. Nessa nova era, as antigas barreiras tornaram-se obsoletas porque Deus estava chamando todos os homens para sua nova comunidade. Na era da graça, enfermidades externas não importavam mais. Jesus tinha vindo para curá-las. Jesus não aboliu as leis de Levítico; na verdade, ele diz aos “leprosos” curados para que as observem (Mt 8.4; Lc 17.14). Mas a nova era de salvação tornou obsoleta a ideia de que os doentes deveriam ser banidos da sociedade humana e divina. O ministério de Jesus e o dos seus discípulos (Mt 10.8) era um ministério que produzia reconciliação entre Deus e os homens. Portanto, as antigas leis que isolavam os homens por causa da sua má aparência haviam se tornado inapropriadas e desatualizadas. Assim como as regras sobre animais impuros, elas não eram adequadas ao novo programa, que alcançaria seu clímax na criação de um novo céu e uma nova terra, em que homens de toda classe e nação seriam redimidos (Ap 7.9).

¹ [E. R. Leach, Culture and communication, p. 78s.](#)

² [Veja acima o comentário do capítulo 11. Aves sacrificiais como pombinhos ou rolinhas não são especificamente prescritas; isso talvez seja intencional, visto que elas poderiam ser identificadas com o sacerdote.](#)

³ [Keil, p. 385.](#)

⁴ [D. J. Davies, “An interpretation of sacrifice in Leviticus”, ZAW 89 \(1977\): 397; cf. Porter p. 108.](#)

⁵ [Calvino, vol. 2, p. 26.](#)

⁶ [O volume de um efa \(v. 10,21\) é incerto, provavelmente 15 litros de farinha. O logue também é incerto, possivelmente meio litro. Cf. de Vaux, Ancient Israel, p. 200-3 \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\].](#)

⁷ [Milgrom, Cult and conscience, p. 80ss.](#)

⁸ [Os versículos 30 e 31 contêm um possível caso de corruptela textual. No hebraico, “que seus recursos permitirem” aparece no fim do versículo 30 e novamente em uma forma um pouco diferente no início do versículo 31. A maioria dos comentaristas acredita que a repetição é um exemplo de ditografia. Esse pode muito bem ser o caso, embora, como experiência, eu tenha mantido a](#)

expressão nos dois versículos da tradução (cf. Hoffmann, vol. 1, p. 406; Gispén, p. 225s.; e provavelmente a NEB).

⁹ Cf. Introdução (VI. 2), p. 15: “Santidade”; p. 22 (VI.3): “A função do sacrifício”.

¹⁰ Browne, p. 13ss.; Hulse, p. 91.

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

B. Impureza do parto (cap. 12)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

☛ E. Fluxos impuros (cap. 15)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

Este capítulo, que conclui os regulamentos sobre a impureza, trata da contaminação associada com o processo reprodutivo. Para a mente moderna, pareceria mais natural agrupar as leis neste capítulo com as do capítulo 12, que tratam do parto. Mas, evidentemente, algum outro princípio está subjacente à presente organização de Levítico. Seria a duração da impureza? As leis relacionadas à impureza começam com a impureza permanente: aquela associada com vários animais e comida (cap. 11). Em seguida, tratam da impureza decorrente do parto, que pode durar até oito dias (cap. 12). Os capítulos 13 e 14 tratam da impureza de duração indefinida; tudo depende de quanto tempo persiste a doença de pele. Por fim, o capítulo 15 trata dos fluxos associados com a reprodução, contaminações que geralmente só afetam uma pessoa no máximo até uma semana. Qualquer que seja a explicação da ordem do material nos capítulos 11 a 15, essas leis esclarecem os rituais do Dia da Expição, que têm o objetivo de purificar o Tabernáculo “da impureza dos israelitas” (16.16). Sem esses capítulos, não teríamos como saber qual era o propósito das cerimônias descritas no capítulo 16.

A estrutura de Levítico 15

Esse capítulo trata de quatro casos principais, cada um iniciado com “Se um homem/mulher” (’îsh/’ishshāh kî) (cf. caps. 12—14). Cada tipo de contaminação é definido, as suas consequências são descritas e um rito apropriado de purificação, geralmente lavar-se e esperar até a tarde, é prescrito.

Portanto, o capítulo se divide do seguinte modo:

v. 1 Introdução

v. 2-18 Fluxos masculinos

v. 2-12 Prolongados (kî)

v. 13-15 purificados por sacrifícios

v. 16,17 Transitórios (kî)

v. 18 e relação sexual

v. 19-30 Fluxos femininos

v. 19-23 Transitórios (menstruação) (kî)

v. 24 e relação sexual

v. 25-27 Prolongados (kî)

v. 28-30 purificados por sacrifícios

v. 31 Propósito da lei

v. 32,33 Resumo

O equilíbrio e a simetria da organização são notáveis. Dois tipos de fluxos, prolongados e transitórios, são distinguidos. Considerando que eles podem afetar ambos os sexos, são apresentados quatro casos principais. Também devemos observar que os fluxos de mulheres são tratados na ordem inversa daqueles dos homens. Isso fornece um padrão de quiasmo geral (AB-BA). Normalmente, o quiasmo é usado no hebraico para mostrar a unidade de um acontecimento com duas facetas.¹ É um recurso extremamente apropriado para ser usado nessas leis particulares, visto que elas estão concentradas fortemente na unidade da humanidade em dois sexos. Forma e conteúdo aqui se complementam para expressar a ideia de que “Deus criou o homem à sua imagem [...] homem e mulher os criou” (Gn 1.27). A unidade e a interdependência dos sexos tem sua expressão mais profunda no ato da relação sexual, e isso é tratado de modo muito apropriado no versículo 18, o ponto central da estrutura literária.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés e a Arão da seguinte forma: ²“Falai aos israelitas e dizei-lhes: Se um homem está emitindo um fluxo da sua ‘carne’, ele está impuro por causa do seu fluxo. ³Esta é a impureza quando ele emitir um fluxo, não importa se sua ‘carne’ faz sair seu fluxo ou o retém (ele será impuro enquanto sua ‘carne’ estiver emitindo um fluxo ou o retendo): essa é sua impureza.

⁴Qualquer cama em que o homem com fluxo estiver deitado se tornará impura, bem como qualquer peça de mobília em que sentar. ⁵Se alguém tocar a cama dele, deverá lavar suas roupas e se banhar em água e estará impuro até a tarde. ⁶Todo aquele que sentar em uma peça de mobília que o homem com um fluxo usou para sentar deverá lavar suas roupas e se banhar em água, e estará impuro até a tarde.

⁷Todo aquele que tocar a carne de um homem com um fluxo deverá lavar suas roupas e se banhar em água, e estará impuro até a tarde.

⁸Se o homem com um fluxo cuspir em um homem puro, este deverá lavar suas roupas e banhar-se, e estará impuro até a tarde. ⁹Toda sela em que o homem com fluxo cavalgar se tornará impura. ¹⁰Todo aquele que tocar em alguma coisa que esteve debaixo dele se tornará impuro até a tarde, e todo aquele que carregar alguma dessas coisas deverá lavar suas roupas e banhar-se em água, e estará impuro até a tarde.

¹¹Todo aquele em quem o homem com um fluxo tocar sem ter lavado suas mãos em água deverá lavar suas roupas e banhar-se em água, e estará impuro até a tarde.

¹²Uma vasilha de barro que o homem com um fluxo tocar deverá ser quebrada, e uma vasilha de madeira deverá ser lavada com água.

¹³Quando um homem com um fluxo estiver purificado de seu fluxo, ele deverá contar sete dias para a sua purificação, lavar suas roupas, banhar sua carne em água corrente, e então estará puro. ¹⁴No oitavo dia, ele deverá pegar duas rolinhas ou dois pombinhos e se apresentar diante do

Senhor

na entrada da Tenda do Encontro e entregá-los ao sacerdote. ¹⁵Então o sacerdote deverá usar um dos animais como oferta de purificação, e o outro como oferta queimada, e o sacerdote fará expiação por ele diante do

Senhor

por causa de seu fluxo.

¹⁶Se um homem sofrer uma emissão de sêmen, ele deverá lavar toda a sua carne

em água e estará impuro até a tarde. ¹⁷Toda roupa ou parte da pele com a qual o sêmen entrar em contato deverá ser lavada em água, e será impura até a tarde.

¹⁸Se uma mulher tiver relações sexuais com um homem, eles deverão se banhar em água e serão impuros até a tarde.

¹⁹Se uma mulher tiver um fluxo, isto é, um fluxo de sangue na sua ‘carne’, sua impureza menstrual durará sete dias. Qualquer um que a tocar estará impuro até a tarde.

²⁰Qualquer coisa em que ela se deitar ou sentar durante seu período menstrual se tornará impuro. ²¹Qualquer um que tocar a cama dela deverá lavar suas roupas e banhar-se em água, e estará impuro até a tarde. ²²Qualquer um que tocar em qualquer peça de mobília em que ela sentar deverá lavar suas roupas e se banhar em água, e estará impuro até a tarde. ²³Se ele tocar na cama ou na peça de mobília em que ela estiver sentada, ele se tornará impuro até a tarde.

²⁴Se um homem se deitar com ela e a impureza menstrual dela vier sobre ele, ele se tornará impuro durante sete dias e qualquer cama em que ele se deitar se tornará impura.

²⁵Se uma mulher tiver um fluxo de sangue por um número de dias fora do seu período menstrual ou além do seu período menstrual, durante todo o período em que seu fluxo persistir sua impureza será igual à do seu período menstrual; ela estará impura.

²⁶Qualquer cama em que ela se deitar durante o seu fluxo se tornará impura como uma cama durante o seu período menstrual, e qualquer peça de mobília em que ela sentar se tornará impura como a impureza do seu período menstrual.

²⁷Qualquer homem que tocar essas coisas se tornará impuro e deverá lavar suas roupas e se banhar em água, e estará impuro até a tarde.

²⁸Quando o fluxo dela cessar, ela deverá contar sete dias e depois estará pura.

²⁹No oitavo dia, ela deverá pegar duas rolinhas ou dois pombinhos e levá-los ao sacerdote na entrada da Tenda do Encontro. ³⁰Então o sacerdote deverá usar um dos animais como oferta de purificação, e o outro como oferta queimada, e o sacerdote fará expiação por ela diante do

Senhor

por causa do fluxo que a tornou impura.

³¹Vós devereis separar os filhos de Israel da sua impureza para que eles não morram na sua impureza ao profanar o meu Tabernáculo que está entre eles”.

³²Essa é a lei de um homem com um fluxo e da emissão de sêmen que causa impureza, ³³e da mulher indisposta com o seu período, dos fluxos entre homens e mulheres e de um homem que se deita com uma mulher que está impura.

15.1 A impureza dos fluxos humanos

Para essa fórmula introdutória, cf. 11.1; 13.1; 14.33 e os comentários correspondentes.

15.2-15 Fluxos masculinos prolongados

Esse capítulo trata de diversos fluxos dos órgãos sexuais. Os versículos 16 a 24 lidam com os fluxos breves normais de homens e mulheres, e os versículos 25 e seguintes tratam do fluxo prolongado de uma mulher. Com a exceção do primeiro parágrafo, está claro que os fluxos vêm dos órgãos sexuais. Essa primeira seção apenas afirma que o fluxo vem da carne do homem (v. 2,3). Essa palavra (bāsār) é bem comum no hebraico e tem uma ampla variedade de significados. Seu significado básico é “carne” (no sentido humano ou animal) (Lv 4.11); ela também pode indicar o “corpo” como um todo (Lv 14.9), ou até mesmo o “homem” como fraco ou mortal em oposição a Deus (Gn 6.3; cf. Is 31.3). Alguns comentaristas tem argumentado, portanto, que um fluxo do pênis talvez não seja necessariamente a implicação aqui; poderia ser também um caso de hemorroida. Mas isso é improvável por duas razões. Em primeiro lugar, não

há nenhuma menção a alguma perda de sangue, que Levítico dificilmente deixaria de mencionar se fosse uma referência à hemorroida. Em segundo lugar, o versículo 19 usa a mesma palavra “carne” para a vagina da mulher, de modo que é extremamente natural achar que os versículos 2 e 3 têm em mente o órgão masculino correspondente.

Desde a Septuaginta, a enfermidade em foco tem sido identificada com a gonorreia, e a maioria dos comentaristas aceita esse diagnóstico. Mas, além do fato de que um fluxo anormal do órgão masculino está sendo descrito, poucos detalhes específicos são fornecidos aqui. O substantivo fluxo (zôb) é usado somente nesse capítulo; o verbo relacionado “fluir” é raro,² a não ser na referência comum a Canaã como terra em que “flui leite e mel” (Êx 3.8; Nm 13.27 etc.). O versículo 3 fornece mais detalhes.³ A emissão pode ser bem fluida; a palavra traduzida por “faça sair” (rār) é usada somente aqui, mas está relacionada com a palavra traduzida por saliva (rîr) (Jó 6.6; 1Sm 21.14 [VP 21.13]). Ou a carne pode bloquear (lit., “fazer com que sele”) o órgão, presumivelmente por ser grosso e coagular. Mas quer o fluxo seja fluido, quer coagule, ele torna o homem afetado impuro.

A impureza do homem e suas consequências são o tema principal dessa seção. O elemento notável sobre a impureza associada com esses fluxos é que não somente a pessoa afetada se torna impura, mas também as pessoas e objetos que têm contato com esse homem, e eles por sua vez se tornam fontes secundárias de impureza. Sob esse aspecto, a impureza descrita aqui é muito mais “contagiosa” do que a impureza de doenças de pele tratadas nos capítulos 13 e 14 ou animais impuros no capítulo 11. Nesses casos, somente a pessoa que têm contato direto com a fonte de impureza é contaminada. Ela mesma não se torna uma fonte de impureza. Nesse aspecto, então, a gonorreia em homens e fluxos menstruais e outros fluxos femininos são considerados fontes muito mais capazes de contaminação do que outras.

Por exemplo, qualquer cama (v. 4,5),⁴ cadeira (v. 6) ou sela (v. 9)⁵ em que um homem se senta ou deita se tornam impuros e também uma fonte de contaminação secundária para outros. Se alguém toca a cama contaminada, essa pessoa se torna impura e precisa lavar a si mesma e as roupas e ficar impura até a tarde. Parece haver no versículo 10 uma alusão ao fator que liga a cama, a cadeira e a sela. Elas são objetos que estiveram debaixo do homem com fluxo, isto é, tiveram forte contato com o seu órgão infectado.

O contato direto com um homem impuro também transmite impureza (v. 7). Embora a mesma palavra “carne” seja usada nesse versículo e também nos versículos 2 e 3, a maioria dos comentaristas parece achar que se tem em mente qualquer parte do corpo aqui, e não somente o pênis. Isso parece ser confirmado pelo versículo 11. Se o homem não lava suas mãos antes de tocar alguém, ele transmite contaminação. Se ele lava suas mãos, ele não transmite impureza. A saliva de um homem infectado também contamina (v. 8). Os vasos para cozinhar tocados por um homem infectado também precisam ser destruídos (v. 12; cf. 11.32,33).

Embora essas regras gerassem grande inconveniência, elas parecem implicar que um homem com um fluxo pode continuar vivendo em casa. Ele não é expulso para o deserto como aqueles afligidos por doenças de pele graves⁶ (13.45,46), nem precisa passar pelos rituais de purificação elaborados descritos no capítulo 14. Quando ele se recupera, precisa simplesmente esperar sete dias, lavar-se e oferecer os dois sacrifícios mais baratos (v. 14; em contraste com 14.10-20). Isso indica que a impureza causada pelo fluxo era considerada menos séria do que a associada com doenças de pele.

15.16-18 Fluxos masculinos transitórios

A emissão de sêmen,⁷ na relação sexual (v. 18) ou em outros momentos (v. 16,17), também causa contaminação. Essa ideia é atestada em muitas culturas, incluindo a babilônica, egípcia, grega, romana e árabe.⁸ Há referência a ela em vários outros trechos do AT (Êx 19.15; Lv 22.4ss.; Dt 23.10ss. [VP 23.9ss.]; 1Sm 21.5ss. [VP 21.4ss.]; 2Sm 11.11). Nenhum sacrifício era exigido para purificar uma pessoa desse tipo de contaminação: o homem (e a sua esposa quando estava envolvida) simplesmente precisava (precisavam) se lavar e esperar até o anoitecer (v 16,18). O efeito prático dessa legislação era que quando um homem tinha de executar deveres religiosos, quer envolvesse adoração, quer participação nas guerras santas de Deus, a relação sexual não era permitida.

15.19-24 Fluxo menstrual

Enquanto os fluxos prolongados em homens são tratados antes dos fluxos transitórios, os fluxos de mulheres são tratados na ordem inversa: a menstruação é tratada primeiro. Uma possível razão para essa mudança na ordem foi sugerida acima (veja “A estrutura de Levítico 15”).

A impureza (*niddāh*) associada com o período mensal da menstruação já foi mencionada em 12.2,5. Embora uma palavra diferente seja usada, há alusão à ideia em 2Samuel 11.4. Era uma convicção comum dos povos da Antiguidade, incluindo os egípcios, persas e árabes, que a menstruação acarretava impureza cultural.⁹ Aqui o conceito bíblico é explicado mais plenamente. Durante os sete dias após a menstruação, uma mulher está impura do mesmo modo que um homem que sofre de um fluxo prolongado. Qualquer pessoa que a toca se torna impura durante o dia e precisa lavar a si mesma e suas roupas (v. 19, cf. v. 7,11). De modo semelhante, qualquer coisa em que a mulher menstruada se deita ou senta se torna uma fonte secundária de contaminação, que por sua vez contaminará qualquer um que tocar esse objeto (v. 20-23, cf. v. 4-10).

Por fim, se a menstruação de uma mulher começar enquanto ela estiver tendo relação sexual com o seu marido, ele se torna impuro como ela. A impureza dele dura sete dias, e qualquer coisa em que ele se deitar torna-se uma fonte secundária de contaminação (v. 24, cf. v. 19-23). Essa interpretação¹⁰ do versículo 24 é mais provável do que a alternativa, a de que a relação sexual em qualquer momento durante os sete dias após a menstruação faz com que o homem contraia esse tipo severo de impureza.¹¹ A relação sexual durante a menstruação de uma mulher é expressamente proibida em outras passagens de Levítico (18.19; cf. Ez 18.6; 22.10), e aqueles envolvidos estão sujeitos a serem “eliminados” (Lv 20.18), isto é, a sofrerem castigo divino. Não há conflito entre esses regulamentos; antes, eles abordam o mesmo tema de ângulos diferentes. Nesse capítulo, estamos lidando com regras de impureza, no capítulo 18, com proibições categóricas, e no capítulo 20, com punições resultantes de vários pecados.¹²

Devemos observar que embora a impureza menstrual seja considerada tão contagiosa quanto os fluxos de gonorreia (v. 2-15), não são exigidos sacrifícios para fazer expiação por ela. Dessa perspectiva, ela é parecida com as emissões

de sêmen normais dos homens (v. 16,17). Um período de espera e lavagem é tudo o que é necessário para que a pessoa fique livre da impureza. Somente se essas pessoas não observarem o período apropriado de espera ou não se lavarem, elas poderão ser consideradas pecadoras e se tornar sujeitas a juízo. Os processos sexuais, portanto, tornam os homens impuros, mas isso não é o mesmo que afirmar que sejam pecaminosos. A impureza estabelece limites de ação, mas, desde que não sejam transgredidos, nenhuma culpa é contraída.

15.25-30 Fluxos prolongados das mulheres

A enfermidade em foco é um fluxo de sangue fora do período normal de menstruação (v. 25), como o de que sofria a mulher mencionada nos Evangelhos (Mc 5.25; Lc 8.43). Diversas doenças diferentes podiam causar esse sangramento. O importante para Levítico é o fato de ele ser um fluxo irregular, como a gonorreia, portanto, trata-se de forma semelhante. Enquanto durar, a própria mulher está impura e torna qualquer um que a toca impuro, bem como as coisas em que ela se senta ou deita (v. 26,27). Se a enfermidade desaparece, ela tem de esperar sete dias e então oferecer os sacrifícios mínimos, uma ave para uma oferta queimada e uma ave para uma oferta de purificação. São exigidos sacrifícios aqui porque, como no caso do parto (cap. 12), da doença de pele (caps. 13 e 14) e da gonorreia (15.2-12), a impureza durava mais de uma semana.

15.31 O propósito desses regulamentos

Vós deveis separar (v. 31).¹³ O verbo usado aqui (hizzîr) ocorre nessa forma somente cinco outras vezes, em Números 6 (v. 2,3,5,6,12) como referência aos votos de um nazireu. Uma forma relacionada é usada em Levítico 22.2. Em Números 6, a separação é positivamente “para o

Senhor

” e negativamente do vinho e bebida forte (Nm 6.3). Aqui ela é uma separação da sua impureza para que não morram na sua impureza ao profanar o meu Tabernáculo. Aqueles que estavam impuros não podiam participar da adoração divina no Tabernáculo. Se participassem, não somente contaminariam o Tabernáculo, mas também estariam sujeitos a sofrer a morte nas mãos de Deus. Isso havia sido enfatizado na concessão da Lei no Sinai. Naquela ocasião, as pessoas receberam a ordem de se lavar (Êx 19.10) e se abster de relações sexuais (19.15), senão morreriam (v. 12,21 etc.). O perigo de entrar no Tabernáculo em uma condição inapropriada foi ilustrado pelo destino de Nadabe e Abiú (Lv 10). Embora alguns tipos de impureza somente exijam um período de espera e lavagem em água para a purificação, há advertências repetidas sobre as consequências de ignorar esses rituais. “Carregará a sua iniquidade” (17.16; 19.8; 22.9), “ele será eliminado” (cf. 20.18 etc.). Claramente, o leigo precisava saber quanto ele estava impuro, a fim de que não se tornasse sujeito às penas severas por infringir esses regulamentos. O propósito dessas leis era explicar as condições que tornavam o homem impuro, para que ele pudesse evitar ações que trariam a ira de Deus sobre si.

A função dessas leis

O versículo 31 explica por que essas leis são incluídas em Levítico. Elas foram dadas ao povo a fim de que os israelitas pudessem evitar cometer pecados mais graves por não saberem como agir quando estivessem impuros. Mas, em primeiro lugar, por que essas condições específicas eram consideradas impuras? O próprio texto não responde explicitamente à pergunta, portanto, não é surpresa alguma que os comentaristas apresentem uma variedade de respostas.

Clements¹⁴ acha que motivos higiênicos estão na base dessas leis. Mas aqui, como em outros trechos de Levítico, isso inclui somente alguns dos casos tratados, e, portanto, a maioria dos comentaristas rejeita essa tese. Elliger¹⁵ e Kornfeld¹⁶ argumentam que o sexo estava associado com poderes demoníacos e, portanto, produzia impureza. Considerando que não há nada nessas leis sobre

demônios, essa sugestão é somente especulação. Bertholet¹⁷ e Heinisch¹⁸ não tentam explicar as funções dessas leis, mas simplesmente observam que outras religiões antigas têm conceitos semelhantes. Comentaristas mais antigos, incluindo Calvino,¹⁹ Bonar e Keil, veem esses fluxos como símbolo do pecado e da morte. Até mesmo o processo natural de reprodução torna um homem impuro. Essas leis serviam de lembrete constante de que todo homem é pecador, e o pecado afeta os seus pensamentos e ações mais íntimos. Gispén²⁰ endossa essa visão parcialmente, mas acrescenta que isso também servia para realçar a necessidade que Israel tinha de ser santo e para diferenciar a nação dos cananeus e dos costumes deles.

Mary Douglas não analisou essas leis de forma tão profunda quanto as do capítulo 11, mas fez algumas observações instrutivas sobre elas. A santidade é simbolizada pela perfeição física. Defeitos impedem que animais sejam usados em sacrifícios ou que sacerdotes exerçam suas funções no santuário. Homens com doenças de pele são expulsos do acampamento. De maneira semelhante, todos os fluxos corporais são contaminadores e desqualificam uma pessoa de se aproximar do templo.²¹ Os fluxos não são somente incompatíveis com a santidade, eles simbolizam rupturas na “política de corpo” da nação. “Quando os rituais expressam inquietação quanto aos orifícios do corpo, a contraparte sociológica dessa inquietação é a preocupação com a proteção da unidade política e cultural de um grupo minoritário.” Em toda a sua história, os israelitas foram uma minoria enfrentando inúmeras dificuldades. Eles acreditavam que todas as emissões corporais — sangue, pus, excremento, sêmen — eram contaminadoras. “Os limites ameaçados da sua ‘política de corpo’ teriam um reflexo muito notável no seu cuidado com a integridade, unidade e pureza do corpo físico.”²² Em outras palavras, as regras sobre fluxos corporais fornecem expressão simbólica às leis que proíbem o casamento misto com os cananeus e às proibições contra costumes e religiões estrangeiros, que conflitavam com a condição especial de Israel como a única nação santa e eleita.

Por fim, Douglas também mostra que regras relacionadas à impureza podem servir para fortalecer a moralidade ou ao menos refletir os princípios morais aceitos na sociedade. Ao afirmar que certas ações acarretam impureza, o próprio ato é desencorajado. Isso é especialmente útil na área da moral individual em que não é provável que as sanções legais sejam eficazes.²³

Douglas não investiga esse aspecto das regras israelitas de contaminação. Mas onde as regras sobre fluxos eram respeitadas, elas certamente tinham

implicações para a moralidade e religião (p. ex., 1Sm 21.5ss.; 2Sm 11.11). Elas tenderiam a encorajar o controle na conduta sexual. Isso é muito evidente nas regras a respeito da relação sexual (v. 18) e do período mensal de menstruação (v. 19-24). Considerando que a relação sexual tornava ambos os parceiros impuros e, portanto, impedia que participassem da adoração durante um dia inteiro, esse regulamento excluía os ritos de fertilidade e a prostituição cultural que eram um aspecto tão importante de grande parte da religião do Oriente Próximo. Ela também servia para tornar as prostitutas comuns párias sociais. Evidentemente, o antigo Israel, como muitas outras sociedades, não foi capaz de banir a prostituição completamente (cf. Pv 7), mas essa regra impedia a prostituta de ter respeitabilidade social e, portanto, ajudava a fortalecer a estabilidade da vida familiar. Semelhantemente, a proibição de relação sexual na guerra deveria proteger as mulheres conquistadas de abuso (cf. Nm 25).

As leis a respeito do período menstrual em um primeiro exame parecem muito severas para a mente moderna. A primeira impressão é que elas parecem designar toda mulher adulta em Israel a um estado de intocabilidade durante uma semana por mês. Mas como foi mostrado, é um fenômeno relativamente recente o fato de que as mulheres passam por um período menstrual uma vez por mês entre a adolescência e a menopausa. A razão disso não é que a fisiologia feminina mudou, mas, sim, que os hábitos sociais na sociedade ocidental moderna são diferentes. No antigo Israel, três fatores estavam combinados para tornar a menstruação muito mais rara, ao menos entre mulheres casadas: casar-se cedo, provavelmente logo após a puberdade, desmamar os filhos tardiamente (talvez com dois ou três anos) e o desejo de famílias grandes (Sl 127.4,5). As únicas mulheres que provavelmente seriam bastante afetadas pela lei de Levítico 15.19-24 eram adolescentes não casadas. A frequência relativa das suas menstruações e a impureza contagiosa associada com a menstruação deveriam tornar qualquer jovem rapaz temente a Deus cauteloso quanto ao contato físico com uma moça que ele não conhecia bem, pois se participasse da adoração em uma condição impura, ele estaria sujeito ao juízo de Deus. Desse modo, esses regulamentos talvez tenham promovido controle nas relações entre os sexos e atuado como um freio das paixões da mocidade.

Levítico 15 e o NT

As leis nesse capítulo não são tratadas formalmente no NT. No entanto, há alusão a elas, e elas constituem o contexto de vários episódios nos Evangelhos. O caso mais claro é o de uma mulher que havia sofrido de hemorragia durante doze anos e se aproximou de Jesus na multidão, tocou-o e foi curada da sua enfermidade. Sob a lei levítica, essa mulher deveria ter sido excluída da sociedade e isolada para que outros não se tornassem impuros ao tocá-la. Essa lei explica por que a mulher ficou tão atemorizada quando Jesus revelou o que ela havia feito. O fato de ela ter desprezado esses regulamentos relacionados à impureza teria tornado muitas outras pessoas impuras, e faria bastante sentido elas terem se voltado com raiva contra ela. Jesus a confortou: “A tua fé te curou; vai em paz” (Mc 5.34).

A ação de Jesus nessa ocasião foi característica da sua atitude para com os regulamentos relacionados à impureza em geral. Vemos Jesus tocando outras classes de pessoas cuja condição física as tornava impuras e, portanto, excluídos sociais, notavelmente os “leprosos”, os mortos (Mc 5.41) e os “pecadores” (Lc 7.36ss.). Suas ações demonstravam que, com a vinda dele, uma nova era havia sido inaugurada no trato de Deus com a humanidade. Em Cristo, Deus havia se aproximado dos homens e estava chamando os pecadores ao arrependimento. As leis levíticas tendiam a separar os homens de Deus. Por meio de seus atos, Jesus mostrou que qualquer pessoa que se arrependesse poderia ser aceita por Deus. Sua atitude em relação às leis sobre impureza corporal era idêntica à sua atitude em relação às leis alimentares. Ambos os tipos de lei simbolizavam a eleição exclusiva de Israel: Jesus proclamava que o reino de Deus era acessível a todos os que criam.

Os ensinamentos de Jesus inevitavelmente o levaram ao conflito com os fariseus, e eles o confrontaram sobre o ato de lavar as mãos (Mt 15/Mc 7). Evidentemente, com base em Levítico 15.11, eles insistiram em que antes de toda refeição um homem deveria lavar as mãos a fim de não transmitir impureza a mais ninguém. Ao lavar as mãos em toda ocasião, eles evitavam transgredir a lei inadvertidamente. Jesus declarou que “o que torna o homem impuro não é o que entra pela boca, mas o que sai dela; é isso que o torna impuro” (Mt 15.11, A21). De acordo com Jesus, a impureza era mais uma questão da mente do que do corpo. Assim, ele apontou além da letra dos regulamentos relacionados à pureza para os princípios morais em que se fundamentavam.

Sugeri que uma das funções dessas regras relacionadas à impureza talvez tenha sido estigmatizar a conduta sexual irregular e estimular o controle entre os solteiros. Nesse aspecto, a ética do NT tem a mesma posição que o AT (cf. Mt 5.27ss.; 1Co 6.9ss.; 1Tm 5.2; Hb 13.4; 1Pe 3.2ss). Mas as regras relacionadas à impureza dificilmente serão eficazes a não ser em uma sociedade homogênea em que são universalmente aceitas. A igreja do NT não estava nessa posição, mas era uma pequena minoria em um mundo estranho. Portanto, dependia quase inteiramente da exortação para afirmar princípios bíblicos de moralidade (p. ex., 1Co 6.15ss.; 2Pe 1.4ss.). Somente em casos extremos ela usava a excomunhão como um meio de garantir a observância desses princípios (1Co 5.1-5).

¹ [Veja F. I. Andersen, The sentence in biblical Hebrew \(The Hague: Mouton, 1974\), p. 120ss.](#)

² [Somente Sl 78.20; 105.41 falam de água que flui, bem como Jr 49.4.](#)

³ [A frase entre parênteses na nossa tradução do versículo 3 não é encontrada no TM hebraico, mas somente no Pentateuco Samaritano e na Septuaginta. Parece mais fácil entender que ela foi omitida no TM por erro de cópia chamado homoeoteuton, em vez de ter sido uma inserção deliberada no texto hebraico do qual a LXX e o Pentateuco Samaritano são derivados. No entanto, isso faz pouca diferença para a interpretação da passagem.](#)

⁴ [Cama: provavelmente um objeto mais semelhante a um pedaço de tapete ou colchão simples do que aos nossos móveis elaborados.](#)

⁵ [Merkāb: literalmente algo para montar; isso também poderia se referir a uma carroça ou parte dela.](#)

⁶ [Números 5.2-4 parece opor-se a essa ideia. Mas Saalschütz, p. 242s., sugere, de forma plausível, que esse era um decreto aplicável somente à peregrinação pelo deserto, quando o acampamento era considerado especialmente santo.](#)

⁷ [Lit., “derramamento de semente”, de acordo com H. M. Orlinsky, JBL 63 \(1944\), p. 37-9.](#)

⁸ [Gispen, p. 230.](#)

⁹ [Gispen, p 230.](#)

¹⁰ Veja Saalschütz, p. 243; Keil, p. 394; Gispén, p. 235.

¹¹ Hoffmann, vol. 1, p. 428; Snaith, p. 108; Maarsingh, p. 128.

¹² Cf. Maarsingh, p. 128-9.

¹³ O Pentateuco Samaritano e as versões antigas apresentam hizhîr, “advertir”, e não hizzîr, “separar”. O TM provavelmente deve ser preferido como a versão mais difícil.

¹⁴ Clements, p. 43.

¹⁵ Elliger, p. 197.

¹⁶ Kornfeld, p. 99s.

¹⁷ Bertholet, p. 49.

¹⁸ Heinisch, p. 69.

¹⁹ Calvino, vol. 2, p. 32; Bonar, p. 287ss; Keil, Biblical archaeology, vol. 1, p. 378ss.

²⁰ Gispén, p. 230.

²¹ Douglas, Purity and danger, p. 51 [edição em português: Pureza e perigo, Série Debates (São Paulo: Perspectiva, 2014)].

²² Ibidem, p. 124. Mais tratamentos gerais do significado simbólico desses rituais podem ser encontradas em Implicit meanings, especialmente p. 60ss., 249ss., 276ss.

²³ Veja Purity and danger, p. 129ss.

III. A impureza e o seu tratamento (11.1—16.34)

A. Animais impuros (cap. 11)

B. Impureza do parto (cap. 12)

C. Enfermidades impuras (cap. 13)

D. Purificação de enfermidades (cap. 14)

E. Fluxos impuros (cap. 15)

☛ F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

F. Purificação do Tabernáculo (cap. 16)

Levítico 16: O Dia da Expição

Esse capítulo começa com uma referência ao capítulo 10 (16.1,2; cf. 10.1ss.). O trecho entre esses dois capítulos (11—15) teve como foco explicar a diferença entre o puro e o impuro, pois o dever de ensinar o povo sobre essas diferenças havia sido imposto aos sacerdotes em 10.10,11. Portanto, o ponto de partida para essa nova seção, que trata do Dia da Expição, está, assim como o dos capítulos 11 a 15, no capítulo 10. Aquele capítulo mostrava como sacerdotes que ousassem se aproximar de Deus sem o devido cuidado e autopreparação poderiam morrer subitamente no fogo do juízo divino. Assim, o capítulo 16 determina os rituais apropriados que o sumo sacerdote precisa executar a fim de preservar a si mesmo de um destino semelhante (16.2).

Mas esse não é o único ponto de contato entre o capítulo 16 e o material anterior.

Os capítulos 11 a 15 expuseram que todos os homens estão sujeitos a contrair impureza por meio de comida, da morte, do sexo ou de doença. Como vimos, a impureza não é necessariamente culpável moralmente; ela nem sempre exige um sacrifício para eliminar os seus efeitos. Mas ela coloca uma pessoa em uma condição inapropriada para entrar no santuário. No entanto, as regras relacionadas à impureza têm uma abrangência tão ampla que inevitavelmente alguém as infringirá sem querer e, desse modo, contaminará o santuário e o tornará inapropriado para a presença de Deus. O propósito principal das cerimônias do Dia da Expição é purificar o santuário das contaminações introduzidas nele pelos adoradores impuros (cf. 16.16,19). Sem um propósito como esse, não teria feito muito sentido o sacerdote arriscar a sua vida entrando no Lugar Santíssimo. O alvo desses rituais é tornar possível a continuação da presença de Deus entre o seu povo.

A estrutura de Levítico 16

As cerimônias do Dia da Expição eram complexas, e a sua descrição no capítulo 16 está envolvida de modo correspondente. Certa quantidade de repetição de segmentos-chave (p. ex., “fazer expiação por si mesmo” etc., v. 6,11,17,24,33,34; “uma regra permanente”, v. 29,31,34) é encontrada, mas em geral o estilo é mais discursivo do que em outros trechos do livro. Ele pode ser analisado assim:

As prescrições para o Dia da Expição

v. 1,2 Introdução

v. 3-5 Animais e traje sacerdotal necessários para as cerimônias

v. 6-10 Estrutura da cerimônia

v. 11-28 Descrição detalhada da cerimônia

v. 11-19 os ritos de aspersão de sangue

v. 20-22 o bode expiatório

v. 23-28 a purificação dos participantes

v. 29-34 O dever do povo

A introdução (v. 1,2) é típica de Levítico. A seção final (v. 29-34) também contém um resumo dos rituais principais (v. 32,33) análogos àqueles encontrados no final dos capítulos 11, 13, 14 e 15. Um esboço das cerimônias é fornecido (v. 6-10) e então elas são descritas detalhadamente (v. 11-28). O mesmo padrão é encontrado em outras passagens das Escrituras (p. ex., em Dt 27, cf. v. 2,3 juntamente com v. 4-8).

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés depois da morte dos dois filhos de Arão, quando eles se aproximaram do

Senhor

e morreram. ²O

Senhor

falou a Moisés: “Dize a Arão, teu irmão, que ele não entre a qualquer momento no santuário atrás da cortina em frente do propiciatório que está em cima da arca, para que ele não morra, porque eu apareço em uma nuvem sobre o propiciatório.

³Arão deverá entrar no santuário com os seguintes elementos: com um novilho como oferta de purificação e um carneiro como oferta queimada. ⁴Ele deverá vestir a túnica sagrada de linho, usar calções de linho sobre a pele, amarrar um cinto de linho e fixar um turbante de linho. Essas são as vestes sagradas. Ele deverá lavar seu corpo em água e então vesti-las. ⁵Da comunidade de Israel ele deverá pegar dois bodes como oferta de purificação e um carneiro como oferta queimada.

⁶Arão deverá apresentar o novilho como oferta de purificação e fazer expiação por si mesmo e pela sua casa. ⁷Então ele deverá pegar os dois bodes e colocá-los diante do

Senhor

na entrada da Tenda do Encontro. ⁸Arão deverá lançar sortes sobre os dois bodes, um para o

Senhor

e um para Azazel. ⁹Arão apresentará o bode sobre o qual cair a sorte do

Senhor

e usá-lo como oferta de purificação.

¹⁰Mas o bode sobre o qual cair a sorte de Azazel deverá ser colocado diante do

Senhor

, enquanto ainda estiver vivo, para fazer expiação por ele e enviá-lo para Azazel no deserto.

¹¹Arão deverá apresentar o novilho da sua oferta de purificação e fazer expiação

por si mesmo e por sua casa e, depois, imolará o novilho da sua oferta de purificação. ¹²Em seguida, ele deverá pegar o incensário cheio de brasas ardentes do altar diante do

Senhor

e duas mãos cheias de incenso aromático fino e então levá-los para dentro da cortina. ¹³Ele deverá colocar o incenso diante do

Senhor

para que a nuvem de incenso cubra o propiciatório que está em cima da arca do testemunho, para que ele não morra. ¹⁴Então deverá pegar parte do sangue do novilho e o aspergirá com seu dedo em frente do propiciatório, e em frente do propiciatório ele deverá aspergir parte do sangue com seu dedo sete vezes.

¹⁵Então ele imolará o bode da oferta de purificação do povo e levará seu sangue para dentro da cortina, e fará com seu sangue o que fez com o sangue do novilho e o aspergirá em cima e em frente do propiciatório. ¹⁶Ele deverá fazer expiação pelo santuário por causa da impureza dos israelitas e por causa das transgressões deles, por todos os seus pecados. Assim ele deverá fazer pela Tenda do Encontro que está armada com eles no meio da impureza deles. ¹⁷Mas ninguém poderá estar na Tenda do Encontro desde a hora em que ele entrar para fazer expiação no santuário até a hora em que sair. Ele deverá fazer expiação por si mesmo, por sua casa e por toda a assembleia de Israel.

¹⁸Então ele sairá para o altar que está diante do

Senhor

e fará expiação por ele ao pegar parte do sangue do novilho e do bode e colocá-lo em toda a volta, sobre os chifres do altar. ¹⁹Sete vezes ele deverá aspergir parte do sangue sobre o altar com seu dedo, purificá-lo e santificá-lo das impurezas dos israelitas.

²⁰Ele deverá completar a purificação do santuário, da Tenda do Encontro e do altar, e então apresentará o bode vivo. ²¹Arão deverá colocar as suas duas mãos sobre a cabeça do bode vivo e confessar sobre ele todas as iniquidades dos israelitas, todas as suas transgressões, todos os seus pecados, e deverá colocá-los sobre a cabeça do bode e conduzi-lo, com a ajuda de um homem designado para

essa tarefa, para o deserto. ²²O bode levará embora todas as iniquidades deles para uma região que está isolada, e ele deverá conduzir o bode para o deserto.

²³Arão entrará na Tenda do Encontro, tirará as vestes de linho que havia colocado quando entrou no santuário e as deixará ali.

²⁴Então deverá banhar seu corpo com água em um lugar santo e vestir suas roupas. Depois, ele sairá e apresentará sua oferta queimada e a oferta queimada do povo e fará expiação por si mesmo e pelo povo. ²⁵A gordura da oferta queimada ele deverá queimar sobre o altar.

²⁶O homem que tiver enviado o bode para Azazel deverá lavar suas roupas e banhar seu corpo em água e, depois disso, poderá entrar novamente no acampamento. ²⁷Quanto ao novilho e ao bode da oferta de purificação, cujo sangue foi levado para fazer expiação dentro do santuário, eles deverão ser levados para fora do acampamento, e seu couro, carne e esterco, queimados com fogo. ²⁸O homem que os queimar deverá lavar suas roupas e banhar seu corpo em água e, depois disso, poderá entrar novamente no acampamento.

²⁹Esta deverá ser uma regra permanente para vós: no décimo dia do sétimo mês deveis afligir-vos e não fareis trabalho algum; isso envolve tanto o habitante nativo quanto o estrangeiro residente que vive entre vós. ³⁰Porque nesse dia será feita expiação por vós para vos purificar: vós deveis purificar-vos diante do

Senhor

de todos os vossos pecados. ³¹Será um sábado de descanso solene para vós, e vós deveis afligir-vos: é uma regra permanente. ³²O sacerdote que for ungido e ordenado para officiar como sacerdote no lugar de seu pai deverá vestir as vestes de linho sagradas ³³e purificar o santuário sagrado e a Tenda do Encontro e o altar; ele deverá fazer expiação em nome dos sacerdotes e de todo o povo da assembleia.

³⁴Essa será uma regra permanente para que façais expiação pelos israelitas de todos os seus pecados uma vez por ano”.

E ele fez como o

Senhor

havia ordenado a Moisés.

16.1,2 Introdução

Depois da morte dos dois filhos de Arão (v. 1). Essa retrospectiva do capítulo 10 situa as leis sobre o Dia da Expição firmemente em um contexto histórico específico: elas foram reveladas a Moisés para impedir que quaisquer outros sacerdotes sofressem uma morte prematura ao servirem no Tabernáculo. Isso revela, mais uma vez, que Levítico está basicamente interessado em relatar a história de Israel, em cuja trajetória a Lei foi dada.¹

O

Senhor

falou a Moisés (v. 2). Assim como nos capítulos 8 a 10, as leis que dizem respeito aos sacerdotes não são reveladas diretamente aos sacerdotes nem mesmo ao sumo sacerdote Arão, mas a Moisés. Isso enfatiza o papel especial de Moisés na hierarquia israelita: ele é superior até mesmo a Arão, o sumo sacerdote. Ele é o grande mediador entre Deus e o homem. O papel singularmente elevado de Moisés percorre os livros de Êxodo a Deuteronômio, e também é evidente aqui.

A precaução básica que Arão precisa tomar para proteger a si mesmo é que ele não entre a qualquer momento no santuário atrás da cortina (v. 2). Ele não pode entrar na parte mais interior do Tabernáculo, o Lugar Santíssimo, em que a arca era guardada, “a qualquer momento”. A expressão hebraica traduzida aqui por “não [...] a qualquer momento” poderia implicar uma proibição total de entrar. No entanto, o contexto deixa claro que, com as precauções apropriadas, o sumo sacerdote pode entrar no Lugar Santíssimo uma vez por ano. A razão de Arão não poder entrar no Lugar Santíssimo sempre que quiser é que o local abriga a arca em que está o propiciatório, a tampa da arca.² É ali que Deus vem ao encontro de seu povo. No centro do Tabernáculo, escondido em uma nuvem (cf.

Êx 24.15ss.), Deus costumava aparecer. Antes da construção do Tabernáculo, Deus havia aparecido ao seu povo no monte Sinai. Agora ele habita entre eles na parte santíssima do santuário. A familiaridade pode produzir desprezo. Essas leis deixam clara a verdade de que Deus é santo e igualmente exige reverência quando ele habita permanentemente com Israel como aconteceu na primeira ocasião em que apareceu no Sinai (Êx 19).

16.3-5 Exigências básicas para as cerimônias

Certos elementos precisavam ser preparados antecipadamente para as cerimônias do Dia da Expição. Eles incluíam um novilho para uma oferta de purificação e um carneiro para a oferta queimada, ambos sacrificados em favor do sumo sacerdote (v. 3), e dois bodes e mais um carneiro em favor da comunidade (v. 5). Regulamentos que regem a seleção de animais sacrificiais são encontrados em Levítico 1 e 4.

O sumo sacerdote também precisava usar um conjunto especial de vestes para a maior parte da cerimônia, listadas no versículo 4: uma túnica, calções, um cinto e um turbante, todos feitos de linho. Em outras palavras, um traje mais simples e menos vistoso do que o normal precisa ser usado pelo sumo sacerdote. Seu uniforme sumo sacerdotal oficial é descrito em Êxodo 28. Tecidos belamente coloridos, bordados entrelaçados, ouro e joias o faziam parecer um rei.³ No Dia da Expição, ele parecia mais um escravo. Sua roupa consistia em quatro peças simples de linho branco, ainda mais simples do que as vestes do sacerdote comum (Êx 39.27-29). O significado simbólico dessas vestes especiais não é explicado claramente em nenhuma passagem. Certamente, elas chamam a atenção para a natureza singular da ocasião. Nesse único dia, o sumo sacerdote entra no “outro mundo”,⁴ na presença do próprio Deus. Portanto, ele tem de se vestir de forma adequada à ocasião. Entre os outros homens, a sua dignidade como o grande mediador entre o homem e Deus é incomparável, e as suas roupas esplêndidas chamam a atenção para a glória do seu ofício. Mas na presença de Deus, até mesmo o sumo sacerdote está privado de toda a honra: ele se torna simplesmente um servo do Rei dos reis, cuja verdadeira condição é representada na simplicidade do seu traje. Ezequiel (9.2,3,11; 10.2,6,7) e Daniel

(10.5; 12.6,7) descrevem anjos vestidos em linho, enquanto Apocalipse 19.8 descreve os santos no céu usando roupas semelhantes.

16.6-10 Estrutura da cerimônia

Os versículos 6 a 10 resumem a ordem dos acontecimentos do dia.

(1) Arão oferece o novilho como uma oferta de purificação por si mesmo e pelos sacerdotes (v. 6).

(2) Arão lança sortes para decidir qual bode deve ser sacrificado como uma oferta de purificação pelo povo e qual deve ser enviado para o deserto (v. 7,8).

(3) O bode para a oferta de purificação é sacrificado (v. 9).

(4) O outro bode é apresentado diante do Senhor e então enviado para o deserto (v. 10).

Tanto o versículo 8 quanto o 10 descrevem o bode enviado ao deserto como o bode para Azazel. O significado dessa expressão é explicado mais adiante nos comentários do versículo 22.

16.11-28 A cerimônia principal descrita em detalhes

16.11-19 Os ritos de aspersão de sangue

A primeira parte da cerimônia é uma oferta de purificação em favor de Arão e dos sacerdotes (v. 11-14). Ela contém certas semelhanças com a oferta de purificação pelo sacerdote ungido descrita em 4.3-12: em ambos os casos, um novilho é o animal sacrificial (16.11; cf. 4.3), seu sangue é aspergido sete vezes (16.14; cf. 4.6) e as partes inutilizadas são queimadas fora do acampamento (16.27; cf. 4.11,12). A diferença desse sacrifício em relação aos descritos no capítulo 4 é o lugar em que o sangue é aspergido. No sacrifício de purificação sacerdotal comum, o sangue era aspergido na parte externa da cortina que levava ao Lugar Santíssimo e no altar de incenso, que também estava fora da cortina.⁵ Dessa vez, no entanto, o sangue é levado ao Lugar Santíssimo e aspergido na tampa da arca (v. 14).

Entrar no Lugar Santíssimo é um procedimento repleto de perigos. Para se proteger da ira de Deus, o sumo sacerdote tem de preparar um incensário cheio de brasas quentes tiradas do altar da oferta queimada no pátio externo e colocar nele incenso puro. A fumaça do incenso deveria cobrir o propiciatório, a fim de que o sumo sacerdote não morresse (v. 12,13). A explicação mais clara é oferecida por Hertz: “O propósito da fumaça do incenso era criar uma cortina de fumaça que impediria que o sumo sacerdote olhasse para a Presença Sagrada”.⁶ Keil⁷ sugere que o incenso era para impedir que Deus visse o pecador. Mas visto que o texto diz que o incenso cobre a tampa da arca e não o sumo sacerdote (v. 13), a primeira explicação parece a mais provável. No entanto, às vezes o incenso pode evitar a ira de Deus (Sl 141.2; Nm 17.1ss. [VP 16.46ss.], e essa ideia talvez esteja na base do uso de incenso⁸ aqui.

No relato detalhado da cerimônia (v. 11-28), a segunda etapa, lançar as sortes sobre os bodes, é omitida. Tudo o que precisa de explicação foi dito no resumo dos versículos 7 e 8. O tratado mishnaico Yoma fornece os detalhes dessa parte da cerimônia. Embora a sua lei provavelmente reflita a prática em Jerusalém antes da destruição do templo em 70 d.C., e seja incerto se o mesmo procedimento era seguido na época do AT, a sua descrição é de algum interesse na ausência de outras informações.

Os dois bodes eram colocados diante do sumo sacerdote, um do lado direito e um do lado esquerdo. Duas sortes eram colocadas em uma urna, uma com a inscrição “ao

Senhor

” e a outra sendo “a Azazel”. O sumo sacerdote colocava a sua mão na urna e tirava uma sorte em cada mão e colocava as sortes na cabeça dos bodes. Então todos poderiam ver qual seria usado como uma oferta de purificação e qual seria enviado ao deserto.⁹

A terceira etapa da cerimônia (v. 15-19) envolve o sacrifício do bode “ao

Senhor

” como uma oferta de purificação em favor do povo. O novilho foi oferecido em favor dos sacerdotes; agora o bode é oferecido pelo povo e o seu sangue é usado do mesmo modo que o do novilho. Ele é aspergido sete vezes sobre a tampa da arca e diante dela (v. 15). Presumivelmente também nessa ocasião Arão poderia entrar somente sob a proteção de uma nuvem de incenso (v. 15; cf. v. 12,13).

A expressão obscura na segunda metade do versículo 16 — Assim ele deverá fazer pela Tenda do Encontro — parece se referir a uma aspersão de sangue semelhante na primeira parte da Tenda do Encontro onde ficava o altar do incenso.¹⁰ Êxodo 30.10 diz que o altar do incenso precisa ser aspergido com o sangue de uma oferta de purificação uma vez por ano. Há alusões aos rituais nessa parte da tenda novamente no resumo do versículo 20: são mencionados o santuário, isto é, o santuário interno, o Lugar Santíssimo; a Tenda do Encontro, isto é, a parte externa da tenda; o altar, isto é, o altar da oferta queimada no pátio principal.

Após o Lugar Santíssimo e o Lugar Santo terem sido purificados, o santuário externo precisava ser purificado ao aspergir sete vezes sobre o altar principal¹¹ da oferta queimada com o sangue do novilho e do bode (v. 18). Usar o sangue de ambos os animais simbolizava o fato de que o altar precisava ser purificado das contaminações dos sacerdotes e do povo.

Os versículos 16, 19 e 20 explicam o propósito de todos esses rituais de sangue de purificar e santificar o santuário e os altares da impureza dos israelitas.¹² A impureza que afeta todo homem e mulher em maior ou menor grau (veja Lv 11 —15) contamina o Santuário. Esses rituais do Dia da Expição tornam o impossível possível. Ao purificarem o santuário, eles permitem que o Deus santo habite entre um povo não santo (v. 16,17; cf. Is 6.3ss.; Sl 15; 24.3ss.). O versículo 17 enfatiza o fato de que somente um homem, o sumo sacerdote, pode

entrar no Lugar Santíssimo. Em ambos os Testamentos, há um só mediador entre Deus e o homem (cf. 1Tm 2.5).

16.20-22 O bode expiatório

Os versículos 20 a 22 (cf. v. 10) descrevem a quarta e mais notável etapa da cerimônia do Dia da Expição, o envio do bode expiatório para o deserto.¹³ Após ser escolhido por sorteio (v. 7,8), o animal é levado diante do sumo sacerdote, que coloca ambas as mãos na cabeça do bode e confessa todos os pecados da nação. Essa ação transfere simbolicamente os pecados ao bode (v. 21). Depois, ele é enviado ao deserto por um homem designado para essa tarefa.¹⁴

O simbolismo dessa cerimônia é óbvio. Como os versículos 21 e 22 explicam, essa cerimônia remove os pecados do povo e os deixa em um lugar impuro, o deserto. A ideia básica é suficientemente clara, mas certos detalhes são bem obscuros. Qual é o significado de “região que está isolada” (v. 22) e “Azazel” (v. 8,10,26)?

Uma região que está isolada é literalmente “uma região de exclusão/eliminação/morte”. “Excluído” poderia ser uma referência ao fato de que o lugar para o qual o bode era levado estava “excluído” do acampamento, talvez por um vale profundo, de modo que o animal não tinha nenhuma chance de voltar a Israel e trazer de volta a culpa dos pecados dos israelitas. De maneira alternativa, isso poderia se referir ao fato de que ele era levado a um lugar onde sua vida era “eliminada”. Em épocas posteriores, a Mishná relata que o bode era levado a um rochedo íngreme e empurrado dali para que fosse morto.¹⁵

O texto diz que esse bode é para Azazel (v. 8,10,26). O que se tem em mente com o vocábulo é incerto. Etimologias diferentes são sugeridas para combinarem com interpretações diferentes.¹⁶ A explicação mais popular entre os comentaristas é que Azazel é o nome de um demônio que vivia no deserto. Três argumentos são apresentados a favor dessa visão. Em primeiro lugar, Azazel está em contraste direto com o Senhor (v. 8). Será que “O

Senhor”

(hebr.: YHWH), o nome pessoal de Deus, estaria em contraste com algo impessoal? Em segundo lugar, na literatura judaica posterior (1En 8.1; 9.6), Azazel é o nome de um demônio. Em terceiro lugar, o AT considera o deserto o antro de demônios e criaturas semelhantes (Lv 17.7; Is 13.21; 34.14; cf. Mt 12.43 etc.).

Os que adotam essa interpretação insistem em que o bode não era considerado um sacrifício ou oferta a Azazel. Os pecados de Israel estavam simplesmente sendo enviados de volta ao seu autor, Azazel, que vivia no deserto. Apesar desse argumento, não é difícil ver o rito sendo interpretado erroneamente como uma oferta ao demônio, se Azazel é o nome de um demônio. Portanto, há importância na objeção de Hertz a essa visão. “A oferta de sacrifícios a ‘sátiros’ é descrita como um crime abominável já no capítulo seguinte (17.7); a homenagem a um demônio do deserto, não pode, portanto, ser associada com o mais santo dos ritos do Templo no capítulo que vem imediatamente antes.”¹⁷

Hoffmann¹⁸ e Hertz¹⁹ preferem outra interpretação, a saber, que Azazel é um substantivo hebraico raro que significa “destruição completa”.

Uma terceira possibilidade é que Azazel significa “precipício rochoso”; essa foi a explicação de Rashi. “Era uma rocha escarpada e pedregosa”.²⁰ Mais recentemente, essa interpretação foi endossada por G. R. Driver,²¹ que fornece uma nova derivação do termo.

Se o versículo 22 é uma expansão do que é dito antes no versículo 10, como argumentei, Rashi teria fundamento para entender “região [terra] isolada” como interpretação de Azazel. Se essa expressão é entendida como uma terra ou região que está isolada/afastada ou eliminada, há base para Azazel significar “rochoso” ou “escarpado”. Se ela significa um lugar que isola/afasta ou elimina, Azazel pode ser mais acertadamente interpretado como “destruição total”, como sugerido por Hertz e Hoffmann.

Não importa o que Azazel signifique para nós, há pouca dúvida quanto ao significado total da cerimônia. “Quer Azazel signifique a montanha em que o bode é destruído, quer o pecado que é entregue à destruição, quer o anjo mau que é subornado a fim de não se tornar um acusador, tudo isso remete à mesma ideia básica: a de que o pecado é exterminado de Israel.”²²

16.23-28 A purificação dos participantes

Após o bode ter levado embora todos os pecados da nação ao deserto, era importante que o acampamento e o santuário não fossem contaminados imediatamente. Esses versículos, portanto, lembram todos os participantes de se lavarem antes de retomarem as suas atividades normais (v. 24,26,28). Arão também precisava remover as suas peças de linho especiais, lavar-se e colocar suas roupas normais de sumo sacerdote (v. 23,24; cf. v. 4). Com essas vestes, ele oferecia os carneiros como ofertas queimadas por si mesmo e pela nação (v. 24; cf. v. 3,5) e queimava a gordura da oferta de purificação no altar (v. 25; cf. 4.10,26 etc.).

16.29-34 O dever do povo

Até aqui, a lei se concentrou quase inteiramente no que o sumo sacerdote e os seus auxiliares tinham de fazer nesse dia santo. No entanto, o sumo sacerdote ministrava em favor não apenas de si mesmo e dos sacerdotes, mas também de toda a nação (p. ex., v. 17). Aprendemos aqui o que a nação precisava fazer no Dia da Expição.

“Esta deverá ser uma regra permanente para vós que [...] devereis afligir-vos e não fareis trabalho algum” (v. 29). Regra permanente é uma expressão usada com bastante frequência para enfatizar a importância da execução de um dever religioso específico (p. ex., Páscoa, Êx 12.14; manter o candelabro aceso, Êx 27.21; dar aos sacerdotes a sua porção, Lv 7.36). Portanto, a tripla repetição dessa expressão (v. 29,31,34) deve sublinhar quão importante era para o povo fazer a sua parte.

No décimo dia do sétimo mês (aproximadamente outubro), eles precisavam afligir a si mesmos e se abster de trabalhar. Era um sábado de descanso solene (v. 31; cf. 23.3,24,32,39). Estrangeiros residentes também não podiam trabalhar. Eles também estavam debaixo do quarto mandamento de observar o sábado

semanal (Êx 20.10).

A palavra afligir-vos é rara (Lv 23.27,32; Nm 29.7, sobre o Dia da Expição; Is 58.3,5; Sl 35.13). Em Isaías, ela está associada ao jejum. Salmos 35 sugere que uma ampla variedade de práticas penitenciais estava envolvida, incluindo o autoexame e a oração.

Eu me vestia de panos de saco,

afligia-me com jejum e

orava reclinando a cabeça sobre o peito (Sl 35.13)

Por mais impressionante que as cerimônias desempenhadas pelo sumo sacerdote possam ser, elas eram insuficientes. A lei insiste que a nação inteira, israelitas e estrangeiros igualmente, deve demonstrar verdadeira penitência para que as cerimônias sejam eficazes.

Os versículos 32 a 34 resumem a lei. Veja p. 226 “A estrutura de Levítico 16”.

A importância das cerimônias do Dia da Expição

O propósito dessas leis é impedir que Arão, em teoria o homem mais santo de Israel, sofra uma morte súbita ao entrar no Tabernáculo (v. 2,13). Os ritos ensinam que nenhum homem, por mais santo que seja, pode se aproximar da presença de Deus sem a realização da expiação apropriada.

Os ritos de aspersão de sangue são descritos como ofertas de purificação. O significado desse sacrifício foi descrito mais detalhadamente no capítulo 4. No trecho de Levítico analisado aqui simplesmente se afirma que esses ritos purificam as diferentes partes do Tabernáculo da impureza do povo de Israel

(v. 16,19). Sangue é o meio apropriado de purificação e santificação. O pecado e a impureza de Israel são transmitidos ao lugar em que o povo adora. A não ser que sejam purificados, Deus condenará o seu povo ao juízo.

O aspecto mais memorável do dia era o envio de um bode ao deserto. Isso é explicado como sendo o envio dos pecados da nação para longe do povo (v. 21,22). A necessidade de a nação como um todo ser purificada do pecado é representada vividamente aqui. O público geral não testemunhava dos ritos no Lugar Santíssimo. Mas todos assistiam à cerimônia do bode expiatório e todos podiam entendê-la. Ela era um auxílio visual de grande impacto que demonstrava a realidade do pecado e a necessidade de eliminá-lo.

Esse aspecto ainda era realçado pelo cancelamento total do trabalho e pelo exercício de práticas penitentes como o jejum. Por si mesmo, o bode expiatório poderia ter levado alguns a acharem que era uma tarefa fácil purificar a nação de suas condutas pecaminosas. O mandamento de “afligir-se” (v. 29,31) enfatizava a necessidade de que cada indivíduo examinasse a si mesmo e se arrependesse dos seus pecados.

O Dia da Expição no NT

Muitas cerimônias do Dia da Expição são analisadas no livro de Hebreus, especialmente no capítulo 9. O autor extrai muitas lições teológicas dos rituais. Mas ainda mais importante em sua reflexão é a crucificação de Cristo. Para Hebreus, o Dia da Expição prefigura a crucificação. Cristo na cruz alcançou o que os sumos sacerdotes da antiga aliança haviam tentado fazer no Dia da Expição. A eficácia dessa expiação foi demonstrada quando o véu do Templo foi rasgado ao meio (Mt 27.51; Mc 15.38; Lc 23.45). Para Hebreus, o rasgar do véu corresponde ao rasgar da carne de Cristo. Agora todos os cristãos têm o direito de entrar na presença de Deus (Hb 10.19ss.).

Debaixo da nova aliança, a situação teológica mudou completamente.²³ Não há mais necessidade alguma de que um dia da expiação ocorra todo ano. A primeira Sexta-feira Santa foi o dia definitivo quando os pecados do homem foram

purificados de uma vez por todas. Agora todo homem que está em Cristo tem o direito, outrora reservado somente ao sumo sacerdote, de entrar na presença de Deus. Ele podia entrar somente uma vez por ano; nós podemos nos aproximar a qualquer hora.

Embora em um sentido estrito o Dia da Expição não seja mais relevante para o cristão, pode-se aprender, com base no estudo desse dia, muito sobre a natureza do pecado, a necessidade da expiação e a superioridade do sacrifício de Cristo. Em uma série de contrastes, Hebreus mostra como o cristão desfruta de privilégios muito superiores aos de Arão, pois o nosso sumo sacerdote Cristo é muito superior a Arão.

(a) Arão era um pecador que precisava oferecer sacrifício por si mesmo antes de fazer expiação pelo povo. Cristo é puro e sem pecado e não precisa oferecer nenhum sacrifício por si mesmo (Hb 7.26ss.).

(b) Arão precisava repetir os sacrifícios regularmente. Cristo obteve uma redenção eterna por sua própria morte (9.6-14,25ss.).

(c) Os rituais de Arão garantiam sua entrada no santuário terreno; a morte de Cristo o levou ao santuário celestial (9.24).

(d) A repetição dos sacrifícios de Arão era um lembrete constante da persistência do pecado. O sacrifício de uma vez por todas de Cristo obteve o perdão permanente dos pecados (10.1-18).

Tudo isso deveria nos dar “coragem para entrar no santuário por meio do sangue de Jesus” (10.19).

O NT não dá importância direta ao bode expiatório enviado para o deserto; mas desde a epístola de Barnabé, escrita em aproximadamente 200 d.C., os cristãos viram no bode expiatório um tipo de Cristo. Assim como ele foi enviado para morrer no deserto carregando os pecados do povo, assim Cristo foi crucificado fora de Jerusalém pelos pecados do seu povo.²⁴

O NT também não faz referência à exigência de que o Dia da Expição seja um sábado solene e dia de aflição. Podemos observar, no entanto, que após tratar dos rituais do dia, Hebreus faz um apelo para uma resposta cristã apropriada:

“aproximemo-nos com coração sincero, com a plena certeza da fé, com o coração purificado da má consciência e tendo o corpo lavado com água limpa

[...] Pensemos em como nos estimular uns aos outros ao amor e às boas obras, não abandonando a prática de nos reunir...” (Hb 10.22-25, A21).

Por fim, se a Sexta-feira Santa for considerada o equivalente cristão do Dia da Expição, talvez aprovemos o costume em muitos países de tornar esse dia um feriado público, “um sábado de descanso solene”, no qual os cristãos podem frequentar a igreja, lembrar-se da morte do seu Salvador e lamentar os seus pecados que foram a causa dela.

¹ Cf. comentários de 1.1 e do capítulo 8: “Observações preliminares”.

² Hebr., kappōret. O modo mais apropriado de traduzir esse vocábulo é debatido. Provavelmente ele está relacionado com kipper, “fazer expiação”, como é sugerido pela tradução grega hilastērion (propiciação) e pelas outras versões antigas. A tradução para o inglês mercy seat (assento da misericórdia; [“propiciatório”, nas antigas versões em português]) reflete a ideia de que essa parte da arca era usada para a expiação. A concepção de que ela era um “assento” vem de observações como Salmos 99.1: “o

Senhor

reina [...] ele se assenta entronizado sobre os querubins”. Esses querubins ladeavam o propiciatório (Êx 25.17-22), fazendo-o parecer um trono.

Muitos estudiosos, no entanto, associaram kappōret com o termo árabe kafara: “cobrir” e traduziram o termo por “tampa”. A plausibilidade dessa etimologia depende de kipper significar “cobrir o pecado”. Se essa associação for rejeitada (veja nossa análise acima nas p. 49ss.), parece improvável que kappōret signifique meramente “tampa”. Isso era uma espécie de tampa da arca, mas era muito mais. Era o lugar em que a glória de Deus aparecia e em que a expiação era feita uma vez por ano. A etimologia de kappōret não importa para os autores bíblicos: o que é realçado aqui e em Êxodo 25.22 é que é o lugar em que “virei a ti e [...] falarei contigo” (A21). M Görg, ZAW 89 (1977), p. 115-8, defende uma derivação egípcia e que kappōret significa Fussfläche (estrado para os pés).

³ Sobre o significado simbólico das roupas do sumo sacerdote, veja o comentário de 8.6-9.

⁴ Cf. E. R. Leach, Culture and communication, p. 86, para o significado simbólico das partes diferentes do Tabernáculo.

⁵ [Para a posição desses elementos, o leitor deve consultar o diagrama na página 81.](#)

⁶ [Hertz, p. 156; cf. Hoffmann, vol. 1, p. 447.](#)

⁷ [Keil, p. 399.](#)

⁸ [Veja mais em M. Haran, VT 10 \(1960\), p. 128.](#)

⁹ [Veja Yoma 4:1s.](#)

¹⁰ [Keil, p. 400](#)

¹¹ [No versículo 18, “o altar que está diante do](#)

Senhor

” é interpretado por comentaristas judeus (p. ex., Hertz, p. 158, e Hoffmann, vol. 1, p. 450) como uma referência ao altar de ouro do incenso no Lugar Santo. Ele é descrito como estando “diante do

Senhor

” em 4.7 e 18, e eles identificam a ação ordenada aqui com a de Êxodo 30.10. No entanto, a maioria dos comentaristas acredita que aqui se tem em mente o altar do sacrifício queimado. O texto diz que os sacrifícios nesse altar ocorrem diante do Senhor (p. ex., 1.3,5 etc.). Quando há referência ao altar do incenso, ele é definido como estando “na Tenda do Encontro”, bem como “diante do

Senhor

” (veja 4.7,18). Alguns comentaristas (p. ex., Snaith, p. 115; Elliger, p. 213) acham que não ocorria uma aspersão do altar de ouro nessa ocasião, sendo ele um conceito posterior encontrado em Êxodo 30, mas não em Levítico 16. A improbabilidade dessa interpretação é defendida de forma convincente por Hoffmann, vol. 1 (p. 450ss.). Prefiro a interpretação de Keil (p. 401) e Gispén (p. 248) de que o altar do incenso era aspergido com sangue e que há referência a isso de forma resumida nos versículos 16 e 20. Veja a exegese desses versículos.

¹² [\(Por\) todos os seus pecados \(v. 16,21\) \(lekol-hattō'tām\) especifica com mais](#)

exatidão as palavras anteriores impurezas e transgressões. Para outros exemplos de lekol com a função de especificação mais exata, cf. 5.3,4; Êx 28.38; 36.1.

De modo alternativo, se ḥaṭṭā't aqui significa “purificação” (cf. cap. 3 n. 3), a expressão poderia ser traduzida por “para a sua purificação completa”, “para purificar a todos eles”.

¹³ Para alguns possíveis paralelos hititas com o ritual do bode expiatório, veja O. R. Gurney, Some aspects of hittite religion (1977), p. 47ss.

¹⁴ ‘ittî, “pronto”, de ‘ēt, “tempo”. Daí “preparado”: designado para essa tarefa; cf. TEV e Gispén, p. 249.

¹⁵ Yoma, 6.6.

¹⁶ A etimologia de ‘azā’zēl é incerta e várias sugestões foram feitas. 1. Keil, p. 398; Hertz, p. 154; BDB, p. 736b derivam o termo de ‘āzal: “expulsar, remover”; ‘zizl ‘z’z: “algo expulso”, como, por exemplo, “demônio”, ou “mandar embora, remoção total”. 2. LXX e a Vulgata parecem derivar o termo de ‘ēz: “bode”; ‘āzal: “partir”. Assim, Snaith, p. 113: “o bode partiu”; de Vaux, Ancient Israel, p. 508s. [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)]; cf. versões em inglês: “(e)scape-goat” [“bode expiatório”, “bode que fugiu”]. 3. Driver, JJS 1 (1956), p. 98, sugere que o termo está relacionado ao árabe ‘azāzu: “solo acidentado”, daí “precipício”. Para mais tratamentos, veja C. L. Feinberg: “The scapegoat of Leviticus 16”, Bibliotheca Sacra 115 (1958), p. 320-33; e J. Milgrom, EJ 5, cc. 1384-7.

¹⁷ Hertz, p. 156.

¹⁸ Hoffmann, vol. 1, p. 444.

¹⁹ Hertz, p. 154.

²⁰ Rashi, p. 73b.

²¹ G. R. Driver, JJS 1 (1956), p. 97s.

²² Hoffmann, vol. 1, p. 444.

²³ Veja Introdução (VII), p. 28: “Levítico e o cristão”.

²⁴ Micklem, p. 79s.

I. Leis sobre o sacrifício (1.1—7.38)

II. A instituição do sacerdócio (8.1—10.20)

III. A impureza e seu tratamento (11.1—16.34)

☛ IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

Princípios de convivência (cap. 19)

Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

Regras para os sacerdotes (cap. 21)

Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

Festas religiosas (cap. 23)

Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

Um caso de blasfêmia (24.10-23)

O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

☛ A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17).

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18).

C. Princípios de convivência (cap. 19).

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20).

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21).

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22).

G. Festas religiosas (cap. 23).

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9).

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23).

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25).

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26).

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27).

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

A estrutura de Levítico 17

O capítulo 17 tem uma organização sistemática. Ele começa com uma fórmula inicial comum em Levítico (v. 1,2; cf. 1.1; 4.1; 6.1; 7.28; 11.1; 15.1; 16.1,2; 18.1,2; 19.1,2). Depois disso vêm quatro parágrafos que tratam do sacrifício e do consumo de carne. Cada parágrafo começa de forma semelhante: “Se algum israelita ou estrangeiro residente que vive entre vós” (v. 3,8,10,13), continua com uma definição do pecado (v. 3,4,8,9,10,13,14), prescreve a punição de que um homem será “eliminado” por desobediência (v. 4,9,10,14) e, em geral, termina apresentando outra razão para obedecer à lei (v. 5-7,11,12,14).

Portanto, o material se divide do seguinte modo:

v. 1,2 Introdução

v. 3-7 Animais domésticos não devem ser mortos fora do Tabernáculo

v. 8,9 Sacrifícios não devem ser oferecidos fora do Tabernáculo

v. 10-12 Nenhum sangue deve ser ingerido

v. 13-16 Regras sobre a caça

As leis nesse capítulo tratam de vários problemas relacionados com o sacrifício e o ato de comer carne. Essas questões já foram analisadas nos capítulos 1 a 7 e 11

(cp. 7.26,27 com 17.10ss, e 11.39,40 com 17,15,16). O capítulo 17 une temas que percorrem os dezesseis anteriores: em particular, ele explica o significado especial do sangue nos sacrifícios (v. 11.ss.).

Diferentemente dos regulamentos nos capítulos anteriores, essa seção fala muito pouco sobre a função dos sacerdotes. Ela se concentra nos erros que um leigo é passível de cometer: ele pode ficar tentado a imolar animais fora do Tabernáculo (v. 3-7) ou se esquecer de tirar o sangue antes de comer a carne (v. 10ss.). Dessa perspectiva, essas leis têm mais em comum com aquelas que vêm a seguir nos capítulos 18 a 26, que se destinam a promover a santidade da nação inteira de Israel. Por essa razão, críticos atuais geralmente afirmam que o capítulo 17 pertence ao grupo dos capítulos seguintes e é uma parte do Código de Santidade, sobre o qual se acredita ser anterior aos capítulos iniciais de Levítico.

Essa visão, no entanto, não está livre de problemas. Por exemplo, o capítulo 17 não tem a maior parte da fraseologia característica dos capítulos 18ss. e tem alguns aspectos em comum com o material anterior.¹ Prefiro considerar o capítulo 17 uma ligação entre as duas metades do livro: os capítulos 1-16 contêm os regulamentos rituais para a vida e adoração públicas e os capítulos 18-25 regulam as atividades pessoais e privadas de indivíduos. Para uma análise mais detalhada dos problemas críticos, o leitor deve consultar a Introdução.²

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Fala a Arão e seus filhos e a todos os israelitas e dize a eles: Isto é o que o

Senhor

ordenou. ³Se algum israelita matar um boi, cordeiro ou uma cabra dentro ou fora do acampamento ⁴e não o levar para a entrada da Tenda do Encontro para

apresentá-lo como uma oferta ao

Senhor

diante do Tabernáculo do

Senhor

, esse homem será considerado culpado de derramamento de sangue; ele derramou sangue e esse homem será eliminado de entre o seu povo. ⁵Esta é uma ordem para que os israelitas tragam seus sacrifícios, que estão sacrificando em campo aberto, que eles os tragam para o

Senhor

ao sacerdote na entrada da Tenda do Encontro. Eles deverão oferecê-los como ofertas pacíficas ao

Senhor

.

⁶O sacerdote lançará o sangue contra o altar do

Senhor

na entrada da Tenda do Encontro e queimará a gordura para produzir um aroma agradável ao

Senhor

. ⁷Eles não deverão continuar oferecendo seus sacrifícios aos demônios-bode, com os quais estão se prostituindo. Esta deverá ser uma regra permanente para eles e seus descendentes.

⁸Também dirás a eles: Se algum israelita ou estrangeiro residente que vive entre vós oferecer uma oferta queimada ou um sacrifício, ⁹mas não a levar para a entrada da Tenda do Encontro para oferecê-la ao

Senhor

, esse homem será eliminado do seu povo.

¹⁰Se algum israelita ou estrangeiro residente que vive entre eles comer algum sangue, voltarei o meu rosto contra o homem que comer sangue e o eliminarei do seu povo, ¹¹porque a vida do corpo está no sangue, e o dei a vós no altar para fazer expiação pela vossa vida: pois é o sangue que faz expiação pela vida. ¹²Por isso eu disse aos israelitas que ninguém entre vós poderá comer sangue, nem o estrangeiro residente que vive entre vós poderá comer sangue. ¹³Se algum israelita ou estrangeiro residente que viver entre vós caçar uma caça, seja de ave, seja de animais que podem ser comidos, ele deverá derramar o sangue deles e cobri-lo com terra. ¹⁴Pois na vida de todo animal, seu sangue é sua vida, e eu disse aos israelitas: ‘Não deveis comer o sangue de qualquer animal, porque a vida de todo animal é o seu sangue’. Todos os que o comerem serão eliminados.

¹⁵Toda pessoa, nativa ou estrangeira residente, que comer carne de um animal que morreu naturalmente ou foi morto por outro animal deverá lavar suas roupas e se banhar em água, e estará impura até a tarde. Depois se tornará pura. ¹⁶Se não lavar suas roupas ou não banhar seu corpo, carregará a sua iniquidade”.

17.1,2 Introdução

17.1

Cf. 1.1; 4.1; 6.1; 7.28 etc. Veja comentários de 1.1 e 16.1.

17.2

Isto é o que o

Senhor

ordenou. Fraseologia idêntica é usada em 8.5; 9.6.

17.3-7 Animais domésticos não devem ser mortos fora do Tabernáculo

Essa lei proíbe matar os animais sacrificiais principais, boi, ovelha ou bode, em qualquer lugar que não seja o Tabernáculo. A palavra matar pode incluir matar para propósitos não sacrificiais (p. ex., Gn 37.31; 1Sm 14.32), embora seja usada mais comumente para o ato do abate ritual no sacrifício (“imolar”; cf. Lv 1.5,11 etc.). A observação que essa lei faz é que no deserto nenhum ato de abate secular é permitido. Se um israelita desejava comer carne, ele precisava levar o seu animal ao Tabernáculo como uma oferta pacífica. Ali o sacerdote o imolava do modo aprovado, aspergiria o sangue e queimaria a gordura (v. 5,6). Aquele que o estava oferecendo então receberia de volta a carne do animal para comê-la (veja 3.1ss.; 7.22ss.).

A pena para negligenciar essa regra é determinada no versículo 4. Esse homem será considerado culpado de derramamento de sangue [...] e esse homem será eliminado de entre o seu povo. Em outras palavras, essa transgressão é tão grave quanto o assassinato.³ Ele derramou sangue e, conseqüentemente, Deus o punirá diretamente. Essa é a interpretação tradicional da expressão “ser eliminado”, e ela parece combinar com os contextos diferentes em que é encontrada (p. ex., Êx 30.33; Lv 7.20ss.; 20.17ss.).

Um notável advogado israelita descreveu a pena:

A ameaça de ser eliminado pela mão de Deus, quando ele mesmo decidir, paira sobre o transgressor de forma constante e inescapável; ele não é diferente do paciente a quem seus médicos dizem que sua doença é incurável e que pode morrer a qualquer momento. Por mais misericordiosa que essa ameaça talvez soe para criminosos de hoje — por ser vaga e não imediata —, na Antiguidade o seu efeito psicológico deve ter sido devastador. O fato de que a ira do Deus onipotente e onisciente está sendo dirigida particularmente contra você entre todas as pessoas e de que sem dúvida ela atingirá você com força e intensidade imprevisíveis em qualquer dia do ano e em qualquer minuto de hora era um fardo pesado demais para um fiel suportar.⁴

Outras interpretações foram sugeridas. Uma é que essa é uma exigência de que a pena de morte seja imposta pela agência humana após a condenação nos tribunais. Mas embora a expressão pareça considerar a morte, é improvável que tenha em mente a execução judicial, pois muitos dos crimes aos quais a pena de morte está ligada são pecados secretos que seriam difíceis de serem julgados no tribunal (p. ex., Êx 30.38; Lv 7.20,21; Nm 15.30,31). Além disso, Deus às vezes ameaça eliminar as pessoas de forma direta. Essa ameaça seria desnecessária se a pena capital fosse obrigatória (17.10; 20.3ss.).

Mais uma possibilidade é que ser “eliminado do seu povo” significa ser expulso da nação. Podemos encontrar um apoio para essa ideia nas leis de Hamurábi §154, que preveem o banimento em um caso semelhante a Levítico (20.17). Mas aplicam-se a esta interpretação as mesmas objeções aplicadas às anteriores, isto é, a dificuldade de julgar em muitos casos, bem como o fato de que Deus inflige a pena em outros.

O AT muitas vezes se refere à morte como descansar com seus pais (p. ex., 1Rs 1.21) ou ser enterrado com os pais (1Rs 14.31). Parece, portanto, que essa expressão talvez não somente se refira à morte prematura nas mãos de Deus, mas sugira juízo na vida por vir. Os transgressores serão eliminados do seu povo para sempre. De fato, sob os sistemas judiciais dos vizinhos de Israel, tentativas foram feitas para impedir que a alma de criminosos abomináveis desfrutasse de descanso na vida futura.⁵

O motivo implícito nessa lei severa é exposto nos versículos 5 a 7: impedir sacrifícios aos demônios-bode que habitavam o deserto (veja comentário de

16.20ss.). A tradução do hebraico (sé'îrîm) é problemática. Geralmente isso simplesmente significa “bodes”. Portanto, parece provável que se pensava que os demônios assumiam a forma de bodes, de modo bem semelhante aos sátiros da mitologia clássica. Oferecer sacrifícios a demônios era uma violação flagrante do primeiro mandamento: “Não terás outros deuses além de mim”. Isso explica por que os envolvidos deveriam ser eliminados. Êxodo 22.19 [VP 22.20] insiste: “Quem sacrificar a qualquer outro deus, e não somente ao

Senhor

, será completamente destruído”.

Qualquer pessoa envolvida em adoração demoníaca secreta poderia afirmar que ela meramente matou o animal fora do acampamento. Para evitar essa possível desculpa, determina-se que todos os animais sejam mortos no Tabernáculo (v. 5).

Essa lei poderia ser eficaz somente quando comer carne era um luxo raro e quando todos viviam perto do Santuário como durante a peregrinação no deserto. Após a ocupação, não era mais praticável insistir em que todo abate de animais fosse restrito ao Tabernáculo. Isso teria levado os que viviam muito longe do Santuário a se tornarem vegetarianos. Deuteronômio 12.20ss., portanto, permite que essas pessoas comam ovelhas e bois sem passar pelos procedimentos afirmados em Levítico, embora a passagem ainda insista em que os regulamentos sobre o sangue sejam observados (Dt 12.23ss; cf. Lv 17.10ss.).

17.8,9 Sacrifícios não devem ser oferecidos fora do Tabernáculo

Essa lei trata de outros tipos de sacrifício que as pessoas poderiam ser tentadas a executar fora do Tabernáculo, isto é, a oferta queimada e a oferta pacífica, aqui simplesmente chamada de um “sacrifício”. Seria pouco provável que as pessoas levassem ofertas de cereais, basicamente dádivas ao sacerdócio, ou ofertas de purificação para purificar o Tabernáculo a um lugar que não fosse o Tabernáculo. Isso não faria sentido.

Embora não seja afirmado por que ofertas e sacrifícios queimados fora do Tabernáculo eram proibidos, provavelmente a razão disso era a mesma que a fornecida nos versículos 5 a 7, isto é, que podiam ser ofertas a demônios. Outros possíveis motivos incluem o sectarismo, romper a unidade da adoração de Israel ou evitar as taxas cobradas pelo sacerdócio oficial. Independentemente da razão que as pessoas poderiam ter para desejar oferecer sacrifícios fora do Tabernáculo, elas enfrentavam a perspectiva de serem eliminadas (v. 9). Essa lei era obrigatória tanto para o estrangeiro residente e o estrangeiro que se estabeleceu em Israel quanto para o israelita nativo (v. 8, cf. v. 10,12,15).

O estrangeiro residente (v. 8), muitas vezes traduzido por “peregrino/estrangeiro que peregrina entre vós” (hebr.: *gēr*),⁶ ocorre com frequência nas leis do Pentateuco. Como estrangeiro, ele se encontrava em uma situação complicada. Como muitos estrangeiros em uma cultura estranha, estava sujeito à exploração, e muitas das leis exigem caridade e justiça para com o estrangeiro (p. ex., Êx 22.20 [VP 22.21]; Lv 19.10; Dt 26.11 etc.). Muitas vezes ele é mencionado junto ao órfão e à viúva como parte daqueles grupos especialmente merecedores de caridade (p. ex., Dt 24.19ss.). Mais de uma vez o israelita nativo é lembrado de que ele deve ser sensível aos problemas dos estrangeiros porque os próprios israelitas foram estrangeiros no Egito (p. ex., Êx 23.9).

Por outro lado, o estrangeiro residente deve se conformar às regras principais da sociedade israelita. Por exemplo, ele precisa observar o sábado (Êx 20.10) e o Dia da Expição (Lv 16.29). Ele precisa se abster da adoração pagã (Lv 20.2) e de blasfêmia (24.16). Se não se submete a essas leis, ele tem de enfrentar as mesmas penas que os israelitas nativos (24.16,22). O fato de que a lei entende ser necessário especificar que certas regras não se aplicavam aos estrangeiros parece implicar que, em algumas questões, os estrangeiros podiam preservar seus costumes tradicionais.

17.10-12 Nenhum sangue deve ser ingerido

Em decorrência direta de limitar o abate de animais ao Tabernáculo, o sangue desses animais não podia ser “comido”, isto é, bebido ou comido na carne cujo

sangue não tivesse sido drenado. A importância desse princípio é ressaltada seis vezes em cinco versículos (v. 10-14). Essa regra remonta à época de Noé, que teve permissão para comer carne sob a condição de que evitasse o sangue (Gn 9.4). Ela é reafirmada em Levítico 7.26,27; Deuteronômio 12.16,23; 15.23; 1Samuel 14.32ss. É uma regra que se aplica tanto aos estrangeiros residentes quanto aos nativos (v. 10,12). A contravenção dela envolve a eliminação do culpado (v. 10) (veja comentário do v. 4). Evidentemente, essa era uma regra religiosa de importância fundamental.

No entanto, a sua importância exata não é clara. Duas explicações são oferecidas para a proibição: em primeiro lugar, porque a vida do corpo está no sangue (v. 11; cf. v. 12).⁷ O vocábulo hebraico *nepesh*, traduzido aqui por vida, tem uma ampla variedade de significados que incluem palavras tão diferentes em nosso idioma como “garganta”, “apetite”, “alma”, “vida”, “pessoa”.⁸ Mas, nesse contexto, a tradução mais apropriada é “vida”. Esse versículo praticamente identifica a vida de um animal com o seu sangue. Em um nível básico, isso é evidente: quando um animal perde seu sangue, ele morre. Seu sangue, portanto, fornece-lhe vida. Ao abster-se de comer carne com sangue nele, o homem está honrando a vida. Comer sangue é desprezar a vida. Essa ideia surge de modo extremamente claro em Gênesis 9.4ss., em que a santidade da vida humana é associada com não comer sangue. Assim, um propósito dessa lei é inculcar o respeito por toda forma de vida.⁹

Uma segunda razão para a proibição é fornecida no versículo 11: “o dei a vós no altar para fazer expiação pela vossa vida: pois é o sangue que faz expiação pela vida”. Essa declaração, a mais explícita sobre a função do sangue no sacrifício, já foi analisada extensivamente acima (veja comentário de 1.4). Aqui basta dizer que fazer expiação literalmente significa “pagar um resgate” ou “resgate”, e o versículo 11c poderia ser parafraseado assim: “o sangue paga o resgate conforme o preço da vida”.¹⁰ Em outras palavras, o preço de resgate pela vida de um homem não é um pagamento monetário (como em Êx 21.30), mas a vida de um animal representado pelo seu sangue aspergido sobre o altar. Considerando que o sangue animal faz expiação pelo pecado humano desse modo, ele é sagrado e não deve ser consumido pelo homem.

17.13-16 Regras sobre a caça

As leis anteriores trataram de animais domésticos, por exemplo, cordeiros e cabras (v. 3), e particularmente de animais sacrificiais, que precisavam ser mortos perto do altar (v. 6,8,9,11). Mas somente animais domésticos selecionados podiam ser oferecidos nos sacrifícios (1.2). As mesmas regras se aplicavam ao animal de caça selvagem? Eles precisavam ser mortos no pátio do Tabernáculo (v. 3,4)? Seu sangue podia ser comido? O que acontece se for encontrado um animal que morreu naturalmente ou foi morto por outros animais? Pode-se comê-lo? Esse parágrafo responde a essas perguntas.

Somente a proibição de sangue se aplica à caça selvagem. Considerando que não havia nenhuma questão de animais selvagens sendo oferecidos como sacrifício, não importava onde eram mortos. Além disso, teria sido impraticável sugerir que toda gazela precisava ser perseguida até entrar no Tabernáculo antes de ser morta. Mas quando alguém caça um animal, “ele deverá derramar o sangue dele e cobri-lo com terra [...] Não deveis comer o sangue de qualquer animal” (v. 13,14). Em outras palavras, beber o sangue de animais selvagens é precisamente tão sacrílego quanto beber o sangue de outro animal.

Se um animal morre naturalmente ou em decorrência de um ataque feito por outro animal, não há como ter certeza de que seu sangue foi drenado apropriadamente. Portanto, se um homem come a carne dele, ele se torna impuro e precisa se lavar e trocar suas roupas para livrar-se de potencial impureza (v. 15,16).¹¹ Uma causa adicional da impureza seria o contato com a carcaça de um animal que morre: isso é contaminador em si mesmo (11.39,40).

Regulamentos semelhantes sobre a caça e consumo de animais de caça estão presentes em Deuteronômio 12.15,16,22ss. Há a recomendação ali de que animais encontrados mortos sejam utilizados de outra forma; os israelitas nativos não podem comê-los, mas esses animais podem ser consumidos por estrangeiros residentes ou estrangeiros que estão de passagem. Não há nenhum conflito de princípio entre as provisões de Deuteronômio e Levítico. Deuteronômio não menciona as consequências de comer esse tipo de carne, mas o fato de que o livro instrui os israelitas nativos a evitar comer tal carne indica que ele concordava com Levítico em que essa carne causa impureza. Enquanto Levítico permite que tanto o israelita quanto o estrangeiro se tornem impuros e insiste em que se lavem depois, Deuteronômio simplifica a regra proibindo essa carne totalmente aos israelitas, mas permitindo que estrangeiros a comam à vontade.

Isso parece ser um caso de afirmar um princípio ao mesmo tempo que há variação na sua aplicação detalhada.¹²

Levítico 17 e o NT

Ao longo de toda a história, o povo de Deus tendeu a se esquecer de que devia lealdade exclusiva a Deus. Alguns anos após a promulgação dessa lei, lemos que os israelitas se juntaram a Baal-Peor (Nm 25.1ss.). Deuteronômio 32.17 diz: “Ofereceram sacrifícios a demônios que não eram deuses”. As histórias posteriores falam sobre um conflito contínuo entre a adoração do Senhor e a de Baal (p. ex., Jz 2.11ss; 1Rs 16.29ss. etc.). Cristo advertiu seus discípulos de que não podiam servir a Deus e a Mamom (Mt 6.24; Lc 16.13). Paulo advertiu os coríntios contra participarem da adoração pagã, pois isso envolvia a adoração de demônios. “Antes digo que as coisas que os pagãos sacrificam, sacrificam-nas a demônios, e não a Deus. E não quero que tenhais comunhão com os demônios. Não podeis beber do cálice do Senhor e do cálice de demônios. Não podeis participar da mesa do Senhor e da mesa de demônios. Ou será que estamos provocando os ciúmes do Senhor? Por acaso somos mais fortes do que ele?” (1Co 10.20-22, A21). Sob novas formas, tanto o materialismo (Mamom) quanto os demônios ainda buscam seduzir e afastar o cristão do compromisso total com Cristo.

A ideia de que “o sangue faz expiação” é obviamente a pressuposição implícita na compreensão que o NT tem da morte de Cristo. “Sem derramamento de sangue não há perdão dos pecados” (Hb 9.22). De acordo com o NT, os rituais sacrificiais de Levítico preveem e prenunciam o único sacrifício redentor perfeito e eficaz, a morte de Cristo. A tipologia dos diferentes sacrifícios já foi examinada (veja esp. caps. 1, 3, 4 e 16).

Mas a proibição de beber sangue animal merece comentários especiais. É uma das poucas obrigações rituais do AT cuja observância foi imposta à igreja primitiva. O Concílio de Jerusalém, depois de debater se convertidos gentios deviam ser circuncidados e obrigados a cumprir a Lei de Moisés, decidiu que tudo o que era necessário consistia em que “vos abstenhais da carne de animais

sacrificados aos ídolos, do sangue, da carne de animais sufocados e da imoralidade sexual” (At 15.29, A21). Se um animal era morto por sufocamento, seu sangue não saía e, portanto, ele fazia parte da categoria de carne mencionada em Levítico 17.11ss.

Para o intérprete atual, os decretos de Jerusalém levantam problemas. Eles deveriam ser permanentemente obrigatórios? Ou eram uma concessão para evitar ofender as sensibilidades judaicas (cf. Rm 14)? Claramente, a impureza sexual (porneia) nunca foi aprovada (1Co 5; Ap 2.14). Mas Paulo permite que cristãos comam carne oferecida aos ídolos contanto que a refeição não ocorra em um templo pagão e amigos pagãos não interpretem isso equivocadamente (1Co 8; 10.25ss.). Parece provável, portanto, que Paulo não considerava a ingestão de sangue intrinsecamente errada, mas afirmou que isso deveria ser evitado sempre que pudesse ofender cristãos judeus (cf. Rm 14.2,3,14,15). Alguns grupos na igreja continuaram a se abster de sangue até a época de Tertuliano (início do século 3).

O ensino de Cristo reafirma a identificação da vida com o sangue. Talvez seja o caso que a visão paulina da proibição de sangue tenha suas raízes no ensino do nosso Senhor, pois nele a identificação levítica do sangue com a vida é ao mesmo tempo reafirmada e transfigurada. De acordo com Levítico, “o sangue é a vida” e, portanto, não deve ser bebido. Aqueles que ignoram essa lei serão eliminados. De acordo com o nosso Senhor, é o sangue que dá vida eterna, e aqueles que desejam desfrutar dela precisam beber o seu sangue. “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.54, A21). Toda vez que a ceia do Senhor é ministrada, o adorador é lembrado pelas palavras de Cristo, “Este é o meu sangue”, de que somente por meio da morte do seu Salvador na cruz que ele desfruta da vida eterna.

¹ Cf. R. Killian, *Literarkritische und formgeschichtliche Untersuchung des Heiligkeitgesetzes*, p. 176ss.; Hoffmann, vol. 1, p. 469.

² Cf. Introdução, p.1-4: “A estrutura de Levítico”; e p. 4-5: “As fontes de Levítico”.

³ Cf. J. Milgrom, *JBL* 90 (1971), p. 154s.

⁴ H. H. Cohn, *Israel Law Review* 5 (1970), p. 72. Para uma análise mais antiga

da questão, veja Saalschütz, p. 476ss.

⁵ Por exemplo, não concedendo ao corpo do executado um enterro apropriado, MAL A53; ação proibida em Dt 21.22,23; cf. Epopeia de Gilgamesh 12.152ss.

⁶ Veja de Vaux, Ancient Israel, p 74ss. [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)].

⁷ No versículo 14, a tradução seu sangue é sua vida apresenta problemas. Literalmente, o hebraico diz: “seu sangue está em sua vida”. A maioria das traduções e comentários considera a preposição “em” expressando essência e, portanto, omitem-na na tradução.

⁸ Veja H. W. Wolff, The anthropology of the OT (London: SCM, 1974) p. 10-25 [edição em português: Antropologia do Antigo Testamento, ed. rev. e atual. (São Paulo: Hagnos, 2014)], e C. Westermann, THWAT II, p. 71-96.

⁹ Hertz, p. 168; J. Milgrom, Interpretation 17 (1963), p. 288-301, e “A prolegomenon to Lev. 17.11”, JBL 90 (1971), p. 149-56.

¹⁰ Muitos autores, por exemplo, de Vaux, Sacrifice, p. 93, entendem que esse versículo significa que o sangue faz expiação pelo pecado libertando a vida do animal. Acredito que a interpretação seguida aqui faça mais justiça ao uso em outros trechos das Escrituras. Veja comentário de 1.4 e também a análise de Milgrom, JBL 90 (1971), p. 150s.; Levine, Presence of the Lord, p. 68.

¹¹ Sobre “carregará a sua iniquidade”, cf. 5.1; 7.18.

¹² Cf. a Introdução, p. 28: “Levítico e o cristão”.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

☛ B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

A estrutura de Levítico 18

Esse capítulo se divide em quatro seções:

- v. 1-5 Exortação para evitar os costumes dos pagãos
- v. 6-18 Uma lista de uniões consideradas incestuosas
- v. 19-23 Outros costumes cananeus (basicamente desvios sexuais) que devem ser evitados
- v. 24-30 Advertência das consequências de negligenciar essas regras

A ordem do conteúdo nesse capítulo é vagamente parecida com a forma do tratado da aliança, que está presente em outras partes da literatura bíblica (p. ex., Êx 20, Deuteronômio).¹

v. 2 Preâmbulo: “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus”.

v. 3 Retrospecto histórico: “Egito, onde habitastes”

v. 4 Estipulação básica: “devereis praticar as minhas leis”

v. 5 Bênção: “ele desfrutará da vida”

v. 6-23 Estipulações detalhadas

v. 24-30 Maldições

O capítulo 17 iniciou uma nova seção em Levítico, que trata da religião e ética pessoais em oposição à adoração oficial, que foi o interesse principal dos primeiros dezesseis capítulos do livro. O capítulo 18 desenvolve isso ao estabelecer as bases da moralidade israelita e define quais uniões sexuais são compatíveis com os princípios de Yahweh.

Há um forte teor polêmico nessas leis. Sete vezes é repetido que os israelitas não devem se portar como as nações que habitavam Canaã antes deles (v. 3 [2x], 24,26,27,29,30). Seis vezes a expressão “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” é repetida (v. 2,4,5,6,21,30). A moralidade sexual de Israel aqui é descrita como algo que distingue a nação dos seus vizinhos como o povo especial do Senhor. O capítulo 17 também enfatizou que Israel não deveria comprometer o seu testemunho adorando demônios ou comendo sangue. O capítulo 18 insiste em que certas normas de moralidade sexual são igualmente marcas decisivas de lealdade religiosa.

Hertz² argumenta que a ordem das leis nos capítulos 18 a 20 é significativa. Esses capítulos determinam “os princípios fundacionais da moralidade social. A primazia é dada entre eles à instituição do casamento [...] a pedra fundamental de toda a sociedade humana [...] Qualquer violação da natureza sagrada do casamento é considerada uma transgressão abominável, invocando a punição do Céu tanto sobre o transgressor quanto sobre a sociedade que tolera a transgressão”.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Fala aos israelitas e dize-lhes: Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus. ³Não deveis vos comportar como se comportam na terra do Egito, onde habitastes; e não deveis vos comportar como se comportam na terra de Canaã, à qual estou levando-vos. Não deveis seguir as regras [os costumes] deles. ⁴Vós deveis praticar as minhas leis e cumprir as minhas regras para segui-las; eu sou o

Senhor

, o vosso Deus. ⁵Vós cumprireis as minhas regras e as minhas leis; se um homem as praticar, ele desfrutará da vida por meio delas: eu sou o

Senhor

.

⁶Nenhum homem entre vós poderá se aproximar de qualquer uma de suas parentas próximas para ter relações sexuais com ela: eu sou o

Senhor

.

⁷Não terás relações com teus parentes: se ela for tua mãe, não terás relações com ela.

⁸Não terás relações com a mulher de teu pai; ela está unida com teu pai.

⁹Não terás relações com tua irmã, a filha de teu pai, ou a filha de tua mãe, seja

ela da parentela próxima, seja ela da parentela distante.

¹⁰Não terás relações com tua neta, porque ela está unida contigo.

¹¹Não terás relações com tua meia-irmã, se ela pertencer à parentela de teu pai; ela é tua irmã.

¹²Não terás relações com a irmã de teu pai; ela é parenta de teu pai.

¹³Não terás relações com a irmã de tua mãe, porque ela é parenta de tua mãe.

¹⁴Não descobrirás a nudez de teu tio; não te aproximarás da mulher dele; ela é tua tia.

¹⁵Não terás relações com tua nora; ela é mulher de teu filho; não terás relações com ela.

¹⁶Não terás relações com a mulher de teu irmão; ela está unida com teu irmão.

¹⁷Não terás relações com uma mulher e a filha dela; não tomarás a filha do filho dela, ou a filha da filha dela para ter relações com ela; eles são parentes, isso é perversão.

¹⁸Não te casarás com uma mulher e com a irmã dela para perturbá-la ao ter relações com ela [a irmã] enquanto ela [tua mulher] estiver viva.

¹⁹Não te aproximarás de uma mulher durante a impureza menstrual dela para terem relações.

²⁰Não te deitarás sexualmente com a mulher de teu próximo para te tornares impuro em consequência disso.

²¹Não permitirás que nenhum de teus filhos seja oferecido a Moloque, e não profanarás o nome do teu Deus: eu sou o

Senhor

.

²²Não te deitarás com um homem como te deitas com uma mulher: isso é abominação.

²³Não terás cópula com animal algum para te tornares impuro em consequência disso. Uma mulher não ficará diante de um animal para ter cópula com ele: isso é confusão.

²⁴Não vos torneis impuros com todas estas coisas, porque com todas estas coisas as nações que estou expulsando de diante de vós se tornaram impuras.

²⁵A terra se tornou impura e eu a castiguei por sua iniquidade e a terra vomitou seus habitantes.

²⁶Vós deveis cumprir as minhas regras e as minhas leis e não fareis nenhuma dessas abominações, e isso se aplica tanto aos nativos quanto aos estrangeiros residentes que vivem entre vós ²⁷(porque todas essas abominações foram praticadas pelo povo na terra diante de vós e a terra se tornou impura),²⁸para que a terra não vos vomite por torná-la impura assim como vomitou a nação que estava ali antes de vós.

²⁹Pois todo aquele que fizer qualquer uma dessas abominações será eliminado do seu povo. ³⁰Mas vós cumprireis a minha ordem e não praticareis nenhum dos costumes abomináveis que costumavam ser praticados antes de vós para que não vos torneis impuros com eles. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.”

18.1-5 Exortação para evitar costumes pagãos

18.1,2a

Para essa fórmula inicial, compare: 1.1,2; 4.1,2; 12.1,2; 20.1,2 etc.

18.2b-5

Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus (v. 2,4). Essa expressão ou a forma mais breve, “Eu sou o

Senhor

”, é um refrão característico deste capítulo e dos seguintes em Levítico, embora também seja encontrada em Êxodo e Números.

Uma expressão quase idêntica³ começa os Dez Mandamentos em Êxodo 20.2//Deuteronômio 5.6. Por essa razão, ela pode ser descrita como um preâmbulo⁴ que corresponde àqueles encontrados em tratados hititas do segundo milênio a.C. Ela também pode ser descrita como a fórmula da aliança. Isso tem mérito porque essa breve expressão, de somente três palavras em hebraico, resume as verdades fundamentais sobre a Aliança do Sinai.

A concisão da expressão encobre a rica associação de ideias a que ela remetia no antigo Israel. Ela ocorre em três tipos principais de contexto. Em primeiro lugar, ela faz uma retrospectiva da redenção de Israel da escravidão no Egito.⁵ Quando Deus revelou o significado pleno do seu nome Yahweh a Moisés, ele ligou essa revelação a uma promessa de que salvaria seu povo da escravidão no Egito e levaria os israelitas à terra de Canaã. “Eu sou o

Senhor

. Eu vos tirarei do trabalho forçado sob os egípcios, vos livrarei da escravidão e [...] eu vos tomarei por meu povo e serei vosso Deus; e sabereis que eu sou o

Senhor

vosso Deus” (Êx 6.6,7, A21). Essa breve expressão, “eu sou o

Senhor

vosso Deus”, era um lembrete do que Deus havia feito por Israel e como havia escolhido tornar os israelitas seu povo.

Em segundo lugar, Israel, como o povo de Deus, deveria imitar a Deus, ser santo.⁶ “Pois eu sou o

Senhor

, vosso Deus, e vós deveis santificar-vos e ser santos porque eu sou santo” (Lv 11.44).

Em terceiro lugar, essa expressão muitas vezes fornece o motivo para observar uma lei particular. Debaixo da aliança, o povo de Deus deveria guardar a Lei, não meramente como um dever formal, mas como uma resposta amorosa à graça de Deus na redenção.⁷

Nessa fórmula muito breve, os israelitas eram lembrados constantemente de quem eles eram e a quem eles serviam (v. 3).

Não deveis vos comportar como se comportam na terra do Egito [...] na terra de Canaã (v. 3). A predominância dos costumes denunciados aqui como perversões egípcias e cananeias é bem atestada nas Escrituras e em fontes não bíblicas. Na família real egípcia, irmãos casavam com irmãs. As leis de Hamurábi e dos hititas proíbem algumas relações incestuosas listadas aqui,⁸ mas por implicação permitiam outras uniões mencionadas aqui. Até mesmo os patriarcas desconsideraram algumas dessas regras: Abraão casou com sua meia-irmã⁹ (Gn 20.12; cf. Lv 18.9) e Jacó era casado com duas irmãs ao mesmo tempo (Gn 29; cf. Lv 18.18).

Há referência à homossexualidade (v. 22) entre os cananeus (Gn 19.5ss) e a prática também é atestada na Mesopotâmia.¹⁰ A bestialidade (v. 23) também é conhecida com base em fontes egípcias, cananeias e hititas. Havia um ritual na região oriental do delta do Nilo que envolvia a coabitação de mulheres e bodes. Aliás, Ramsés II, possivelmente o faraó do Êxodo, afirmava ser descendente/filho do deus Ptah, que assumia a forma de um bode.¹¹ Textos ugaríticos falam sobre deuses que copulam com animais.¹² As leis hititas (c. 1500 a.C.) proíbem certas formas de bestialidade ao mesmo tempo que permitem outras.¹³

Em conexão com as ofertas a Moloque, os ossos chamuscados de crianças encontrados em um templo perto de Amã, destruído aproximadamente na época da Conquista (final da Idade do Bronze), mostram que os habitantes pré-israelitas da terra praticavam sacrifício infantil (v. 21).¹⁴

Não devereis seguir as regras [costumes] deles (v. 3).

Seguir (hālāk) é mais literalmente “andar”. A ideia da vida como uma jornada é comum nas Escrituras¹⁵ e na literatura cristã posterior, por exemplo, em O peregrino.

Regra (hōq)¹⁶ é uma de diversas palavras para “lei” no Pentateuco. Ela é derivada do verbo “gravar” (hāqāq), usada, por exemplo, em Jó 19.23 e Isaías 49.16. O substantivo denota algo inscrito por Deus, um limite para o mar que ele não pode passar (Jr 5.22). Quando hōq é usado para uma lei, isso chama a atenção para a inquestionabilidade da lei, um decreto ou uma regra fornecida pelo legislador, humano ou divino (p. ex., Êx 5.14; 15.25; Sl 2.7). Esse, portanto, é um termo especialmente apropriado para as regras que vêm a seguir: há uma inquestionabilidade nelas; há pouca tentativa de justificar essas regras, como, por exemplo, argumentar que elas representam amor pelo próximo. “Eu sou o

Senhor

” é um motivo suficiente para guardá-las. Elas também são regras que definem limites que não podem ser transgredidos nas relações sexuais. A outra palavra traduzida por lei (mishpāt) nesse capítulo (v. 4,5,26) também transmite um sentido de inquestionabilidade investida de autoridade. Uma mishpāt é uma decisão legal, a sentença proferida por um juiz (shōpēt) (Dt 17.11; 19.6).

Ele desfrutará da vida por meio delas (v. 5). Literalmente “ele viverá por meio delas”. Para os autores do AT, vida significa primordialmente vida física. Mas está claro que nessa passagem e em outras semelhantes, mais do que a mera existência está sendo prometido. O que se tem em mente é uma vida feliz em que um homem desfruta da abundância divina em saúde, filhos, amigos e na prosperidade. Guardar a Lei é o caminho para as bênçãos divinas, para uma vida feliz e satisfatória no presente (Lv 26.3-13; Dt 28.1-14).

Mas e a vida após a morte? O AT antevia que a vida continuava no Sheol, uma versão sombria e depressiva da vida na terra. E em algumas passagens há sugestões de que os justos desfrutarão de uma existência muito melhor na

presença do próprio Deus (p. ex., Sl 73; Dn 12.1-3). Mas é Jesus e Paulo que insistem em que o significado pleno de vida é vida eterna. Todo aquele que conseguir cumprir a Lei desfrutará da vida eterna (Mt 19.17; Rm 10.5; Gl 3.12). No Evangelho de João, o homem precisa obedecer à nova lei — a palavra de Cristo: “se alguém obedecer à minha palavra, nunca verá a morte” (Jo 8.51).

18.6-18 Uniões proibidas

Nenhum homem entre vós poderá se aproximar de qualquer uma de suas parentas próximas para ter relações sexuais com ela (v. 6). Essa é uma declaração do princípio geral implícito nas regras detalhadas fornecidas nos versículos seguintes. “Parenta” é literalmente “carne da sua carne” (cf. Gn 2.23). “Ter relações sexuais” — uma tradução mais literal seria “descobrir a nudez de” (cf. v. 14). A expressão abrange relações sexuais no casamento e fora dele. Efetivamente então essas regras definem os limites nos quais um homem pode buscar uma mulher para si.

A pressuposição não mencionada que está na base dessas regras é que um homem buscará uma parceira entre o seu próprio povo. Os casamentos com não israelitas são claramente proibidos em outras passagens (p. ex., Dt 7.3). Uma preferência era expressa por casamentos dentro da tribo (Nm 36; cf. Jz 21) e até mesmo entre primos (Gn 24). Mas qualquer parente mais próximo do que isso era excluído de acordo com essas regras. Elas regulam somente a escolha do homem porque ele geralmente tomava a iniciativa na época bíblica (Jz 14.1ss.). Uma mulher que consentia em uma união ilícita, no entanto, era considerada igualmente culpável e sofria a mesma punição que o seu parceiro (Lv 20.10ss.).

Essas regras podem ser resumidas na tabela a seguir:

Um homem não pode casar com sua:¹⁷

Mãe (v. 7)

Tia (v. 12,13), isto é, irmã do pai ou da mãe Madra:

Irmã ou meia-irmã (v. 9)	Meia-irmã (v. 11)	Enteada (v. 17)	Cunha
Neta (v. 10)	“Neta enteada” (v. 17)		

Há uma omissão notável nessa tabela. O casamento com a própria filha não é proibido. A razão disso provavelmente é que uma união desse tipo já era considerada ilícita (Gn 19.30ss.). Isso é expressamente proibido tanto nas leis de Hamurábi (LH 154) quanto nas leis hititas (HL 195). Em outras palavras, esses regulamentos ampliam as proibições do incesto já aceitas em outras partes do Oriente Próximo.

Nenhum homem entre vós poderá se aproximar de qualquer uma de suas parentas próximas para ter relações sexuais com ela (v. 6). A tabela acima explica o que se quer dizer: a relação sexual é proibida entre pessoas que são consanguíneas em primeiro e segundo grau.¹⁸ Assim, um homem não pode casar com sua mãe ou sua irmã (consanguinidade de primeiro grau, v. 7,9) ou com sua tia ou sua neta (consanguinidade de segundo grau, v. 12,13,10). Além disso, ele não pode casar com a esposa de um parente de sangue próximo, isto é, a esposa de seu irmão ou seu tio ou sua madrasta (v. 16,14,8). Essas regras não tratam do casamento durante a vida de um irmão ou tio, que está incluído na proibição do adultério (v. 20; Êx 20.14). O casamento após a morte do primeiro marido da mulher ou após ele se divorciar dela é o que é proibido aqui.

O fundamento implícito dessas regras é explicado nas orações subordinadas adverbiais causais.¹⁹ Por exemplo: “Não terás relações com tua neta, porque ela está unida contigo” (v. 10). “Ela está unida contigo” poderia ser traduzido mais literalmente por “porque ela é a sua nudez” (cf. 8,14,16), ou, como poderíamos dizer, “ela é sua carne e sangue”. A lei na verdade usa uma expressão como essa nos versículos 12, 13 e 17. Ela é parenta de teu pai é literalmente “ela é a carne de teu pai”.

Com a nossa compreensão de biologia, entendemos facilmente que os nossos filhos são uma extensão de nós mesmos; eles estão em uma relação de sangue vertical conosco. Mas estranha ao nosso modo de pensar é a ideia de que a nudez de uma esposa é a nudez do seu marido e vice-versa (v. 7,8,16).²⁰ Em outras palavras, o casamento, ou mais precisamente a relação sexual marital, torna o homem e a mulher parentes tão próximos quanto pais e filhos. Nas palavras de Gênesis 2.24: “eles serão uma só carne”. O casamento assim cria tanto relações de sangue verticais na forma de filhos quanto relações “de sangue” horizontais entre os cônjuges. A moça que casa com alguém de uma família se torna parte integral e permanente dessa família do mesmo modo que se tornam os filhos que

nascem na família. Mesmo que seu marido morra ou se divorcie dela, ela ainda tem essa relação “de sangue” horizontal com a família. No pensamento hebraico, o casamento tornava uma moça não somente uma nora, mas também uma filha dos pais do marido dela (Rt 1.11; 3.1). Ela se tornava uma irmã do irmão do marido dela. Por essa razão, se o seu marido morre, seu cunhado não pode casar com ela (v. 16). Irmãos não podem casar com irmãs (v. 9).

Os princípios fundamentais que estão na base das regras nos versículos 6 a 18 são, portanto, claros: um homem não pode casar com uma mulher que seja parente de sangue próximo ou uma mulher que se tornou parenta próxima por meio de um casamento anterior com um parente de sangue próximo do homem. Todos os relacionamentos proibidos aqui podem ser considerados desenvolvimentos desses princípios básicos. Mas certas expressões nessas seções são difíceis de entender e exigem mais análise.

Não terás relações com tua irmã, a filha de teu pai, ou a filha de tua mãe, seja ela da parentela próxima, seja da parentela distante (v. 9). A maioria dos comentaristas entende que essa é uma proibição do casamento de um homem com a sua irmã plena (filha de teu pai) ou a sua meia-irmã (filha de tua mãe). A última expressão “... da parentela próxima [...] da parentela distante” é mais difícil. Ela é normalmente compreendida como sendo uma explicação mais detalhada da regra que proíbe o casamento com uma irmã plena ou meia-irmã. A irmã plena havia nascido na família, ao passo que a meia-irmã havia nascido fora dela, daí a tradução da RSV: “quer tenha nascido em casa, quer fora de casa”. Tal redundância em um texto legal é improvável, portanto, outras explicações foram buscadas. Hoffmann²¹ e Hertz²² acreditam que “parentela próxima” e “parentela distante” significam “legítima” e “ilegítima”. Mas parece improvável que um caso periférico fosse destacado em uma tabela de regras básicas. A terceira explicação, pressuposta na nossa tradução, também parece estar na base da tradução da NEB: “quer tenha crescido na família, quer em outra casa”.²³ Essa forma interpreta os termos hebraicos no seu sentido mais natural e encontra significado legal em cada expressão. Essa regra pressupõe que o casamento com uma irmã plena é ilícito (tua irmã) e então especifica casos menos óbvios (meias-irmãs).

A filha de teu pai, ou a filha de tua mãe. Uma meia-irmã por meio da mãe de um homem pressupõe um casamento anterior da mãe dele. Em seu primeiro casamento, a mulher teve uma filha. Quando ela se casava de novo, sua filha podia ser criada no novo lar de sua mãe (“parentela próxima”) ou ser deixada

para trás com os seus pais ou irmãos (“parentela distante”). Independentemente de onde sua primeira filha crescesse, um filho do seu segundo casamento não poderia casar-se com ela. Em outras palavras, “seja ela da parentela próxima, seja da parentela distante” se refere somente à “filha de tua mãe”. “A filha de teu pai” seria automaticamente classificada como “parentela próxima”, visto que ela cresceria na casa do pai dela.

Não terás relações com tua meia-irmã, se ela pertencer à parentela de teu pai; ela é tua irmã (v. 11). “Meia-irmã” é literalmente “uma filha da mulher de teu pai”. A maioria dos comentaristas identifica “filha da mulher de teu pai” com “filha de teu pai” e dizem que o que se tem em mente aqui é uma meia-irmã por meio do próprio pai, ao passo que “a filha de teu pai” no versículo 9 significa uma irmã plena. Já argumentamos que essa é uma interpretação improvável de “a filha de teu pai”, que à primeira vista inclui meias-irmãs, bem como irmãs plenas.

A visão de Saalschütz parece muito mais provável. Ele entende “filha da mulher de teu pai” como sendo uma irmã por casamento de pai ou mãe e não uma meia-irmã. Podemos imaginar a situação a seguir. O homem A casa com a mulher B e têm a filha C, enquanto o homem D casa com a mulher E e gera o filho F. Normalmente, C poderia casar com F sem objeção. Mas o que acontece se o homem A e a mulher E morrem e então o homem D casa com a mulher B? Os filhos das primeiras uniões podem se casar ou o segundo casamento dos pais deles os tornou irmão e irmã? C ainda pode se casar com F?

Essa lei diz que um homem (F) não pode casar com a sua irmã por casamento de pai ou mãe (C) se ela pertencer à parentela de teu pai.²⁴ É essa última expressão que faz com que a maioria dos comentaristas e tradutores entendam que se tem em mente a meia-irmã de um homem e não a sua irmã por casamento de pai ou mãe, pois entendem parentela (môledet) com o sentido de “filho/descendente, família ou nascimento”. Mas em Gênesis, môledet claramente define um grupo mais amplo do que a família nuclear, incluindo os primos. Talvez “patrilinhagem” ou “família estendida” pudesse ser uma tradução apropriada.²⁵ De todo modo, um homem podia certamente buscar uma esposa no môledet do pai dele contanto que não fosse uma parenta próxima demais dele (Gn 24.4). Essa regra afirma que um homem não podia casar com sua irmã por casamento de pai ou mãe se ela também fosse considerada parte da “parentela de teu pai”.

Não terás relações com a mulher de teu irmão (v. 16). Essa regra exemplifica o

princípio geral sobre a escolha de parceiros matrimoniais. Não deve haver uniões com parentes próximos ou suas esposas. Essa lei não está condenando uma situação adúltera. A iniquidade do adultério é pressuposta (cf. v. 20). Antes, a regra tem em mente o fim do primeiro casamento “de teu irmão” por meio de morte ou divórcio. Após a morte do marido, uma mulher não pode casar com o seu cunhado. Deuteronômio 25.5ss. apresenta uma exceção a esse princípio. Caso uma mulher se torne viúva antes de gerar um filho, seu cunhado tem o dever de casar-se com ela para “perpetuar o nome de seu irmão” (v. 7). Esse costume do levirato, atestado em outros trechos das Escrituras e da literatura do antigo Oriente,²⁶ ilustra a importância suprema de ter filhos na Antiguidade. Herdeiros impediam a transferência de propriedade familiar a terceiros e asseguravam o sustento dos pais na velhice, em épocas em que pensões e outros serviços de previdência eram desconhecidos.

Não te casarás com uma mulher e com a irmã dela (v. 18). Esse é mais um exemplo do princípio básico de que, por meio de um casamento, as irmãs de uma mulher se tornavam as irmãs do marido dela. Portanto, ele não pode tomar nenhuma delas como segunda esposa.²⁷

Para perturbá-la. Isso pode significar “para ser uma esposa rival”. Certamente, a rivalidade e a perturbação eram comuns em casamentos bígamos, especialmente entre irmãos. A história da família de Jacó é uma exposição eloquente sobre a sabedoria dessa lei (Gn 29ss.; cf. 1Sm 1.6,7).

Enquanto ela estiver viva limita a aplicação dessa regra à duração da vida da mulher. Caso o seu marido se divorcie dela, ele não pode casar com a irmã dela, mas se ela morreu, ele pode. Esse costume de casamento de sororato é análogo à lei do levirato de que acabamos de tratar (Dt 25.5ss.), mas, diferentemente do levirato, não era obrigatória. Ele também era conhecido entre os assírios e hititas.²⁸ Os rabinos consideram esse tipo de acordo extremamente louvável, “visto que nenhuma outra mulher mostraria a mesma afeição aos filhos órfãos da falecida irmã”.²⁹

18.19-23 Outros costumes cananeus que devem ser evitados

18.19

Cf. Levítico 15.19ss.; 20.18; 2Samuel 11.4.

18.20

Adultério: cf. Êxodo 20.14. Levítico 20.10; Deuteronômio 22.22. A definição de adultério no AT, em comum com a de outras sociedades antigas, era bem mais restrita do que a do NT. Ele era definido como relação sexual entre uma mulher casada ou noiva e alguém que não era o seu marido. A relação sexual entre um homem casado e uma mulher livre, embora fosse condenada, não era adultério e não autorizava a pena de morte.³⁰

18.21

Não permitirás que nenhum de teus filhos seja oferecido³¹ a Moloque. As ofertas a Moloque são condenadas em diversas ocasiões no AT (cf. Lv 20.2-5; 1Rs 11.7; 2Rs 23.10; Jr 32.35). Embora diversas ideias³² quanto ao que constitui um sacrifício a Moloque tenham sido apresentadas, agora é relativamente certo que envolvia sacrifício infantil³³ (cf. Dt 12.31; 18.10).

Vestígios de sacrifícios a Moloque foram encontrados no norte da África, e há evidências que sugerem que essa prática derivava da Fenícia. Muitas vezes se achou que sacrifícios assim implicavam lançar crianças vivas ao fogo. De Vaux mostra que somente uma descrição contemporânea de prática cartaginesa pode

implicar isso; as outras afirmam que os bebês eram mortos antes.³⁴ Ele sugere que esse costume foi praticado em Israel somente a partir do século 7 a.C., aproximadamente na época em que essa parte de Levítico estava sendo redigida segundo a teoria crítica comum.³⁵ Depois que Roland de Vaux escreveu seu texto, evidências de sacrifício infantil foram descobertas na Jordânia do período da Conquista. É interessante que venham de um templo em Amã, no território dos amonitas, cuja divindade era Moloque, de acordo com 1Reis 11.7.

Não profanarás o nome do teu Deus. Essa expressão ou outra bastante semelhante ocorre várias vezes em Levítico (19.12; 20.3; 21.6; 22.32).

“Profanar”³⁶ significa tornar algo impuro. O objeto do verbo é sempre algo santo, como, por exemplo, o santuário de Deus (21.12,23); as comidas sagradas (22.15); o sábado (Is 56.2,6; Ez 20.13,16 etc). Profanar o nome de Deus ocorre quando o seu nome é usado indevidamente em um falso juramento (Lv 19.12), porém, mais comum é que isso aconteça indiretamente, fazendo algo que Deus desaprova (p. ex., cometer idolatria, Ez 20.39; violar a aliança, Jr 34.16; deformar a si mesmo, Lv 21.6). Por meio dessas ações, Israel profana o nome de Deus; isto é, elas lhe dão uma má reputação entre os gentios (Ez 36.20,21). É por isso que os israelitas devem se afastar da adoração a Moloque.

18.22

A homossexualidade é condenada em toda a Escritura (Gn 19; Lv 20.13; Jz 19.22ss.; Rm 1.27; 1Co 6.9). Abominação, um termo de forte condenação no hebraico (tô‘ēbāh), é usado cinco vezes nesse capítulo (v. 22,26,27,29,30) e em 20.13. Ele é mais comum em Deuteronômio (17 vezes), em Provérbios (21 vezes) e em Ezequiel (43 vezes). Outros autores o usam com menos frequência. Ele tem origem em uma raiz que significa “odiar” ou “detestar”.³⁷ Uma abominação é literalmente algo detestável e odiado por Deus (p. ex., Pv 6.16; 11.1).

18.23

A bestialidade é condenada na maioria das coleções legais no Pentateuco (Êx 22.18 [VP 22.19]; Lv 20.15,16; Dt 27.21) porque isso é confusão.³⁸ Uma nação assim não é natural; ela transgride os limites dados por Deus entre o homem e o animal. A santidade no Pentateuco é uma questão de pureza,³⁹ de manter separado o que Deus criou para ser separado. Essa lei é uma de várias que condenam diversos tipos de misturas consideradas não naturais (Lv 19.19; Dt 22.5, 9-11).

18.24-30 Advertências e exortações finais

O epílogo adverte Israel dos perigos decorrentes da adoção de práticas cananeias. Se os israelitas fizerem isso, contaminarão a si mesmos e sofrerão a mesma punição que os seus predecessores: para que a terra não vos vomite [...] assim como vomitou a nação que estava ali antes de vós (v. 28). Essa expressão bastante incomum e notável (cf. v. 25 e 20.22) personifica a terra de Canaã, que acha os costumes dos habitantes dela tão revoltantes a ponto de vomitá-los, assim como o grande peixe vomitou Jonas (2.11 [VP 2.10]) ou como vomita um homem que bebeu demais (Is 19.14).

Era o costume de tratados e compilações de leis antigas terminarem com uma série de maldições para aqueles que os violassem. Esse padrão também é encontrado nas Escrituras (cf. Êx 23.20,21; Lv 26.14ss.; Dt 28.15ss.). Essa passagem tem essa função, embora seu estilo seja mais semelhante à retórica persuasiva de Deuterônomo.

Levítico 18 e o NT

Para a maioria dos cristãos, é bem evidente que a maioria das regras enunciadas

nesse capítulo ainda se aplica hoje. Os autores do NT pressupõem que as leis sobre o incesto (v. 6-18; cf. 1Co 5.1ss.), adultério (v. 20, p. ex.: Rm 13.9), idolatria (v. 21; cf. 1Co 10.7ss.; Ap 2.14) e homossexualidade (v. 22; Rm 1.27; 1Co 6.9) ainda são obrigatórios para a consciência cristã.

De fato, no que diz respeito ao adultério, o NT é mais rígido do que o AT. De acordo com Jesus: “Todo aquele que se divorcia de sua mulher e casa com outra comete adultério; e quem casa com a divorciada também comete adultério” (Lc 16.18, A21; cf. Mt 19.3-12; Mc 10.2-12). Enquanto sob a Lei do AT um homem casado podia tomar uma segunda esposa, divorciando-se ou não da primeira, ou ter um caso com uma mulher descompromissada e não ser acusado de adultério, essa afirmação classifica os três atos como casos de adultério. Ao ensinar isso, Jesus introduziu a reciprocidade plena entre os sexos: maridos infiéis são tão adúlteros quanto esposas infiéis. No entanto, essa nova definição de adultério não é uma ruptura tão grande com o AT quanto possa parecer à primeira vista. Ela leva as leis sobre o incesto em Levítico 18 à sua conclusão lógica: se o casamento torna um homem uma só carne com a sua mulher, ele não pode mais tarde abandoná-la e tomar outra.⁴⁰

Isso não significa que o cristão aceita a interpretação do versículo 5 — “se um homem as praticar, ele desfrutará da vida por meio delas” — por alguns dos oponentes farisaicos de Paulo. Eles defendiam que isso mostrava que cumprir a Lei colocava o homem em um relacionamento correto com Deus (Gl 3.12; Rm 10.5). Paulo defendeu que cumprir a Lei é fruto da justificação e não o meio de justificação. Sua exegese é mais fiel ao cenário original de Levítico 18.5. A Lei foi dada ao povo da aliança após a sua redenção do Egito (v. 3), e não como uma barreira moral que os israelitas precisavam saltar caso desejassem ser salvos.

Somente porque essas leis parecem moralmente certas de uma perspectiva cristã, talvez não notemos a incongruência em aceitá-las como ainda válidas enquanto rejeitamos aquelas no capítulo anterior como obsoletas, não mais obrigatórias para a consciência cristã. Teólogos sistemáticos tradicionalmente justificaram essa diferenciação argumentando que as leis nesse capítulo são morais, ao passo que as outras são cerimoniais. Na introdução, defendi que essa divisão é estranha ao pensamento bíblico. A razão de algumas dessas leis se aplicarem a nós e outras não está na nossa situação. Os dramas morais do homem mudam muito pouco com o tempo. Ainda precisamos de diretrizes para regular como o homem trata os outros ao seu redor. Mas a situação do cristão com respeito à salvação mudou drasticamente; não há mais necessidade de continuar com sacrifícios

animais agora que o verdadeiro Cordeiro de Deus apareceu.

¹ [Veja D. J. McCarthy, Treaty and covenant \(Rome: Biblical Institute Press, 1963\), p. 109ss., e os comentários de Deuteronômio de J. A. Thompson e P. C. Craigie.](#)

² [Hertz, p. 172.](#)

³ [As traduções para o inglês ocultam o fato de que o hebraico usa palavras diferentes para “eu” e “teu/vosso” no Decálogo.](#)

⁴ [Por exemplo, ANET, p. 202s.](#)

⁵ [Lv 11.45; 19.34,36; 23.43; 25.38,55; 26.13,45; Nm 15.41.](#)

⁶ [Cf. Lv 19.2; 20.7,24.](#)

⁷ [Lv 18.4,30; 19.3,4,10,25,31; 23.22; 24.22; 25.17; 26.1.](#)

⁸ [LH 154-8; HL 189s.; cf. v. 7,8,15.](#)

⁹ [Podemos observar que, na época de Davi, uma união desse tipo era proibida; daí a grande frustração de Amnom por não poder se casar com Tamar \(2Sm 13.2\). Cf. G. J. Wenham, VT 22 \(1972\), p. 342s.](#)

¹⁰ [Veja Reallexikon der Assyriologie 4, p. 459-68. Veja também M. H. Pope, “Homosexuality”, in: IDBS, p. 415-7.](#)

¹¹ [W. Krebs, Forschungen und Fortschritte 37 \(1963\), p. 19-21.](#)

¹² [A. van Selms, Marriage and family life in Ugaritic literature \(London: Luzac, 1954\), p. 81s.](#)

¹³ [HL 187s., 199s.](#)

¹⁴ [J. B. Hennessey em uma carta ao autor. Veja também o relatório preliminar de Hennessey em PEQ 98 \(1966\), p. 152-62; e V. Hankey, Levant 6 \(1974\), p. 131. Para um amplo exame de outras evidências, veja A. R. W. Green, The role of human sacrifice in the Ancient Near East \(1975\).](#)

¹⁵ [Cf. Lv 26.3; Dt 5.33; Sl 1.1; Pv 2.20; Mt 7.13,14; Jo 8.12; Rm 13.13.](#)

¹⁶ Veja THWAT, vol. 1, p. 626-33.

¹⁷ O termo “madrasta” traduz o termo hebraico “mulher do pai”, e isso inclui qualquer segunda esposa, quer um homem se case novamente após a morte da sua primeira esposa, quer se case após um divórcio, quer em um relacionamento polígamo. A poligamia era possível, mas rara na época do AT.

¹⁸ Usando as definições de consanguinidade vigentes na genética moderna, em oposição ao direito romano ou canônico.

¹⁹ Veja F. L. Horton, Jr., “Form and structure in laws relating to women”, SBL 1973, Seminar Papers, p. 20-33; G. J. Wenham, “The biblical view of marriage and divorce”, Third Way 1.21 (3 Nov. 1977): 7-9; “The restoration of marriage reconsidered”, JJS 30 (1979): 36-40.

²⁰ Uma tradução mais literal do versículo 7 mostra claramente a ideia de que a nudez de uma mulher é a de seu marido. “Não descobrirás a nudez do seu pai, que é a nudez da sua mãe, ela é sua mãe, não descobrirás a nudez dela”.

²¹ Hoffmann, vol. 2, p. 14.

²² Hertz, p. 178.

²³ Mas Porter, p. 146, comentando sobre a NEB, oferece a interpretação comum dessa expressão. A interpretação adotada aqui é uma modificação da visão de Saalschütz, p. 770s. Ele acha que o primeiro casamento da mulher gerou um filho, e o seu segundo, uma filha.

²⁴ Saalschütz, p. 769s., na verdade traduz essa oração “se ela (a mulher do pai) gerar filhos para o teu pai”, entendendo que môledet é um particípio que significa “gerar”. Em outras palavras, se o segundo casamento de D e B produzir filhos, os filhos dos seus primeiros casamentos C e F não podem casar. Isso é improvável, pois em nenhum outro lugar nas Escrituras môledet aparece significando “gerar”, e se isso fosse um particípio, o seu sujeito seria “filha”, e não “mulher”, como a visão de Saalschütz exige.

²⁵ Gn 12.1; 24.4; 31.3,13; 43.7; 48.6; cf. Nm 10.30.

²⁶ Gn 38; Rt 4; Mt 22.23ss.; cf. MAL A30-33; HL 193.

²⁷ J. Murray, Principles of conduct (London: Tyndale, 1957, p. 251ss.), defende que a bigamia em geral é condenada aqui. Ele traduz a passagem por “Não casarás com uma mulher e também com outra”. Embora o hebraico poderia ter esse sentido, isso é improvável, pois em outras passagens nesse capítulo, irmã sempre indica irmã, e em nenhum trecho do AT a bigamia é considerada ilegal em contraste com desaconselhável.

²⁸ MAL A31; HL 192.

²⁹ De acordo com Hertz, p. 180.

³⁰ Gn 34; Êx 22.15,16 [VP 22.16,17]; Dt 22.28,29; cf. J. J. Finkelstein, JAOS 86 (1966), p. 359.

³¹ Oferecido (he‘ebîr) (lit., “passar por”) é diferente do termo para sacrifício ortodoxo — hiqrîb, “levar para perto de/aproximar”.

³² P. ex., Snaith: “crianças eram fornecidas [...] para serem treinadas como prostitutas do templo” (p. 125).

³³ De Vaux, Sacrifice, p. 56-90.

³⁴ Ibidem, p. 81.

³⁵ Ibidem, p. 75.

³⁶ Hebr.: ḥillēl; veja THWAT I, p. 570-5, e Introdução, P. 15: “Santidade”.

³⁷ Hebr.: tô‘ēbāh, “abominação”, tā‘ab, “detestar”; THWAT, vol. 2, p. 1051-5.

³⁸ Tebel, usado somente aqui e em 20.12 (do verbo bālal, “misturar”).

³⁹ Veja Introdução (VI.2), p. 15: “Santidade”.

⁴⁰ Para uma análise mais aprofundada, veja G. J. Wenham, “The biblical view of marriage and divorce: NT teaching”, Third Way 1.22 (17 nov. 1977), p. 7-9.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

☛ C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

A estrutura de Levítico 19

Esse capítulo abrange uma variedade tão grande de temas que o leitor atual acha difícil ver qualquer sentido na sua organização. No entanto, uma vez que se reconheça que “Eu sou o

Senhor

(o vosso Deus)” marca o fim de um parágrafo, sua estrutura se torna bem mais clara. O capítulo se divide em dezesseis parágrafos, organizados em três seções (4, 4, 8).

v. 1,2a Introdução

v. 2b-10 Obrigações religiosas

v. 2b Sejam santos

v. 3 Honrem os pais e o sábado

v. 4 Proibição da idolatria

v. 5-10 Sacrifícios e comida

v. 11-18 A boa convivência

- v. 11,12 Honestidade
- v. 13,14 Proibição da exploração dos vulneráveis
- v. 15,16 Justiça no tribunal
- v. 17,18 Amem o seu próximo

- v. 19-37 Obrigações diversas

- v. 19-25 Proibição de cruzamentos de espécies
- v. 26-28 Proibição de práticas pagãs
- v. 29,30 Proibição da prostituição sagrada
- v. 31 Proibição da necromancia
- v. 32 Respeitem os idosos
- v. 33,34 Amem os estrangeiros
- v. 35,36 Negócios justos
- v. 37 Exortação final

A primeira seção (v. 2b-10) consiste em quatro parágrafos, cada um terminando com a oração que apresenta a razão dos mandamentos: “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus”. A segunda seção (v. 11-18), também com quatro parágrafos que

terminam com “Eu sou o

Senhor

”, tem uma estrutura mais coesa e se desenrola até alcançar seu clímax em “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (v. 18). A terceira seção é mais longa e usa tanto “Eu sou o

Senhor

” quanto “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” como refrão. Seu início e fim são marcados por um inclusio: “Guardareis as minhas regras” (v. 19,37).

Outros recursos retóricos nesse capítulo ajudam a lhe fornecer unidade. A ordem “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (v. 18) é ecoada na ordem “Amareis o estrangeiro residente como a vós mesmos” (v. 34). Os filhos precisavam reverenciar os seus pais e “guardar os meus sábados” (v. 3); por sua vez, os pais não devem prostituir as suas filhas, mas sim, “guardar os meus sábados e reverenciar o meu santuário” (v. 29,30). O temor a Deus é motivo para tratar os fracos de forma justa (v. 14) e para honrar os idosos (v. 32). Mais um tema unificador nesse capítulo é o Decálogo. Todos os Dez Mandamentos são citados ou aludidos, e às vezes são expostos e desenvolvidos de um modo novo.¹ A diversidade do material nesse capítulo reflete a diferenciação da vida. Todos os aspectos das atividades humanas estão sujeitos à Lei de Deus.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Fala a toda a comunidade dos israelitas e dize-lhes: Devereis ser santos, porque eu, o

Senhor

, o vosso Deus, sou santo.

³Cada um de vós deverá reverenciar sua mãe e seu pai e guardar os meus sábados: eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

⁴Não vos voltareis aos ídolos nem fareis deuses fundidos de metal: eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

⁵Quando sacrificardes uma oferta pacífica ao

Senhor

, devereis sacrificá-la de tal forma que sejais aceitos, ⁶mas ela deverá ser comida no dia do sacrifício ou no dia seguinte, e o que sobrar até o terceiro dia deverá ser queimado com fogo. ⁷Se alguma coisa for de fato comida no terceiro dia, estará podre; não será aceita. ⁸Todo aquele que a comer deverá carregar a sua iniquidade porque profanou a coisa sagrada do

Senhor

, e essa pessoa será eliminada do seu povo.

⁹Quando fizerdes a colheita da vossa terra, não irás até o canto do teu campo para colher, e não colherás as espigas caídas da tua colheita.

¹⁰Não colherás até a última uva da tua vinha nem as uvas caídas. Deverás deixá-las para os pobres e os estrangeiros residentes. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

¹¹Não furtareis, não enganareis e não defraudareis o vosso concidadão.

¹²Não fareis falsos juramentos em meu nome e não profanareis o nome do vosso Deus: eu sou o

Senhor

.

¹³Não oprimirás o teu próximo e não o roubarás. Não reterás contigo o pagamento do trabalhador diarista até a manhã seguinte.

¹⁴Não amaldiçoarás um surdo nem colocarás uma pedra de tropeço diante do cego, mas temerás o teu Deus: eu sou o

Senhor

.

¹⁵Não praticareis injustiça no tribunal: não mostrarás favoritismo ao pobre nem deferência ao poderoso. Com justiça julgarás o teu concidadão.

¹⁶Não andarás por aí espalhando calúnias entre o teu povo; não te levantarás contra o teu próximo em uma ação contra a vida: eu sou o

Senhor

.

¹⁷Não odiarás o teu irmão em teu coração: repreenderás o teu concidadão, para que não incorras em pecado por causa dele.

¹⁸Não te vingarás nem guardarás rancor contra teu próprio povo, mas amarás o teu próximo como a ti mesmo: eu sou o

Senhor

.

¹⁹Guardareis as minhas regras. Não cruzareis as espécies diferentes do vosso gado; não semeareis dois tipos de semente no vosso campo; não vestireis uma roupa contendo mistura de tecidos.

²⁰Se um homem se deitar com uma escrava que foi prometida a outro homem, mas não foi completamente resgatada nem lhe foi dada a liberdade, a compensação deverá ser paga. Eles não serão mortos, porque ela não era livre.

²¹Ele deverá levar a sua restituição ao

Senhor

até a entrada da Tenda do Encontro, um carneiro como oferta de restituição. ²²O sacerdote fará a expiação por ele diante do

Senhor

com o carneiro da oferta de restituição por causa do pecado que ele cometeu, e ele receberá o perdão pelo pecado que cometeu.

²³Quando tiverdes entrado na terra e plantado todo tipo de árvore frutífera, deveis tratar o seu fruto como incircunciso; durante três anos ele deverá ser incircunciso para vós e não poderá ser comido. ²⁴No quarto ano, todo o seu fruto será uma santa oferta de louvor ao

Senhor

. ²⁵Mas no quinto ano podereis comer do seu fruto e assim aumentar a sua produção para vós mesmos: eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

²⁶Não comereis carne com sangue nela. Não praticareis encantamentos nem adivinhações.

²⁷Não deveis aparar as beiras do vosso cabelo nem danificar as pontas da vossa barba.

²⁸Não fareis cortes no vosso corpo em favor dos mortos nem marca alguma em

vós mesmos. Eu sou o

Senhor

.

²⁹Não profanarás a tua filha, fazendo dela uma prostituta, para que a terra não se prostitua e fique repleta de perversão.

³⁰Guardareis os meus sábados e reverenciareis o meu santuário: eu sou o

Senhor

.

³¹Não vos voltareis a espíritos nem buscareis médiuns para não vos tornardes impuros por meio deles; eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

³²Levanta-te diante dos idosos e honra os anciãos, e teme o teu Deus: eu sou o

Senhor

.

³³Quando entre vós habitar um estrangeiro na vossa terra, não deveis oprimi-lo.

³⁴Que o estrangeiro residente seja tratado entre vós como um de vós, como um nativo. Devereis amá-lo como a vós mesmos, porque vós fostes estrangeiros residentes na terra do Egito. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

³⁵Não praticareis injustiça em qualquer decisão legal, nas medidas, nos pesos ou no volume. ³⁶Devereis ter balanças justas, pesos justos, um efa justo e um him justo: eu sou o

Senhor

, o vosso Deus, que vos tirou da terra do Egito.

³⁷Guardareis todas as minhas regras e praticareis todas as minhas decisões: eu sou o

Senhor

”.

Regras para a santidade prática

19.1,2a Introdução

Compare com 4.1; 8.1; 18.1 etc. Comunidade: cf. 4.13

19.2b-10 Obrigações religiosas

19.2b Sejam santos

“Devereis ser santos, porque eu, o

Senhor

, o vosso Deus, sou santo” (cf. 11.44,45; 20.26) poderia ser descrito como o lema de Levítico. Para uma exposição completa do seu significado, veja a Introdução, p. 15: “Santidade” (VI. 2). Esse lema relembra Israel do seu chamado fundamental para ser uma “nação santa” (Êx 19.6). O povo de Israel deve imitar Deus, cuja natureza essencial é a sua santidade (Is 6.3; Sl 99.9 etc.). O significado da santidade na vida diária é detalhado nos preceitos que vêm a seguir.

Ao desenvolver a ideia de santidade como ordem, e não confusão, essa lista afirma a retidão e honestidade como santas e declara a contradição e desonestidade como opostas à santidade. Roubar, mentir, dar falso testemunho, trapacear em pesos e medidas, todos os tipos de dissimulação como falar mal dos surdos (e presumivelmente sorrir diante deles), odiar o seu irmão no seu coração (enquanto supostamente fala gentilmente com ele), essas atitudes são claramente contradições entre o que parece e o que é.²

A santidade é expressa na integridade moral, que por sua vez é simbolizada pela inteireza física. A busca da santidade significa que os sacerdotes e animais sacrificiais não devem ter nenhuma deformação física (Lv 21.17ss.), enquanto as pessoas comuns precisam se lavar ritualmente para se purificarem de seus fluxos (Lv 15). Portanto, no capítulo 19, misturas (v. 19ss.) e deformações físicas (v. 27,28) são incompatíveis com a santidade.

Portanto, a santidade é menos uma ideia abstrata ou mística e mais um princípio regulador na vida cotidiana de homens e mulheres [...] A santidade, então, é alcançada não pela fuga do mundo nem pela renúncia semelhante à dos monges dos relacionamentos humanos, família ou posição social, mas pelo espírito com que cumprimos as obrigações da vida nos seus detalhes mais simples e mais comuns: dessa maneira — praticando a justiça, amando a misericórdia e andando

em humildade com o nosso Deus — a vida diária é transfigurada.³

19.3 Honrem os pais e o sábado

Deverá reverenciar sua mãe e seu pai. A santidade começa no lar. Êxodo 20.12//Deuteronômio 5.16 dizem: “Honra”. A palavra traduzida por reverenciar aqui é aquela usada nos versículos 14 e 32 para “temer a Deus” (cf. Pv 1.7). No caso de uma criança, seus pais estão no lugar de Deus: por meio deles, ela pode aprender como Deus é e o que ele exige. É adequado, portanto, que em seus primeiros anos uma criança honre e tema aos seus pais, assim como mais tarde ela temerá a Deus.

Guardar os meus sábados (cf. Êx 20.8ss.//Dt 5.12ss.). “A conexão desses dois preceitos é significativa. Ao mesmo tempo que honrar os pais tem primazia entre as atividades humanas, a santificação do sábado é o primeiro passo para a santidade na sua vida espiritual”.⁴

19.4 Proibição da idolatria

Não vos voltareis aos ídolos nem fareis deuses fundidos de metal. Cf. Êxodo 20.3-6//Deuteronômio 5.7-10; Êxodo 20.23; 32.23; cf. Deuteronômio 4.16. A palavra aqui traduzida por ídolo é usada somente duas vezes na Lei (aqui e em Lv 26.1), mas é mais frequente em Isaías (p. ex., Is 2.8,18,20; 10.10,11 etc.). Duas etimologias diferentes foram sugeridas para ela: ou ela é um diminutivo de deus (’ēl) — “deusinho” ou ela é derivada de uma raiz semítica que significa “ser fraco”. Se essa é a raiz, poderíamos tornar evidentes as nuances ocultas traduzindo-a por “fracote”. De todo modo, essa palavra é sempre usada para depreciar deuses pagãos e expor a sua impotência.⁵

Nem fareis deuses fundidos — ecoando Êxodo 34.17; cf. Deuteronômio 27.15. O

deus fundido arquetípico era o bezerro de ouro fabricado por Arão enquanto Moisés estava no monte Sinai (Êx 32; cf. Dt 9.12,16; Ne 9.18; Os 13.2). Embora ele seja descrito como um bezerro fundido, é bem provável que somente partes da imagem tenham de fato sido fundidas em metal. Outras partes provavelmente consistiam em madeira revestida de ouro (cf. Jr 10.3,4; Is 49.9ss.). Isso explica como o bezerro podia ser queimado (Êx 32.20).

19.5-10 Sacrifícios e comida

O capítulo 17 insiste em que somente carne sacrificada apropriadamente como uma oferta pacífica pode ser comida. Ambas as leis nesse parágrafo regulam qual alimento pode ser comido e sob quais condições. As regras para as ofertas pacíficas (v. 5-8; cf. 7.15-20) fornecidas aqui abrangem os pontos que afetam o leigo quando apresenta uma oferta pacífica. Elas são menos complicadas do que as encontradas no capítulo 7, talvez porque essa versão seja destinada aos leigos, ao passo que o capítulo 7 era dirigido aos sacerdotes, que precisavam conhecer os aspectos mais específicos da lei.

19.9,10

Espigas caídas reservadas aos pobres; cf. Levítico 23.22; Deuteronômio 24.19-22. Essa é uma de diversas leis no Pentateuco⁶ focadas em aliviar a situação dos pobres, como viúvas, órfãos e estrangeiros residentes. Essas pessoas raramente tinham terra própria e precisavam depender da venda de seu trabalho para comprar comida. Essa lei lhes dava direito a uma pequena quantidade de comida gratuita todo ano à custa dos membros mais afluentes da sociedade. A história de Rute fornece um vislumbre de como essa lei era colocada em prática (Rt 2).

A estrutura de 19.11-18

Cada um dos quatro parágrafos nessa seção termina com a frase que apresenta a razão dos mandamentos: “Eu sou o

Senhor

” (v. 12,14,16,18). Palavras diferentes para “próximo” são usadas nessa seção, de modo que o versículo 18 constitui um clímax literário, bem como teológico, de toda a passagem.

v. 11,12

conci¹dadão,

Eu sou o SENHOR

v. 13,14

próximo,

Eu sou o SENHOR

v. 15,16

conci¹dadão, povo, próximo,

Eu sou o SENHOR

v. 17,18

irmão, conci¹dadão, povo, próximo,

Eu sou o SENHOR

Três vezes ocorre a sequência “concidadão [...] próximo”. Primeiro ela está em forma simples (v. 11-14), depois, é expandida pela inserção de “povo” (v. 15,16) e, por fim, nos versículos 17 e 18, a sequência se torna “irmão [...] concidadão [...] povo [...] próximo”. Alguém que escutasse as leis perceberia a sequência repetida. O pequeno atraso em mencionar “próximo” pela terceira vez deveria tornar o ouvinte especialmente alerta à grande ordem de amar o seu próximo como a si mesmo (v. 18).

19.11-18 A boa convivência

19.11,12 Honestidade

Não furtareis (v. 11), uma citação do oitavo mandamento (Êx 20.15), é seguida por uma paráfrase do nono e do quarto (Êx 20.16,7): Não fareis falsos juramentos em meu nome e não profanareis o nome do vosso Deus (v. 12). Falsas reivindicações de propriedade podem ser iguais a furto e levar um caso a um tribunal em que juramentos serão feitos em nome de Deus. Uma parte pode usá-los falsamente e, assim, profanar o nome⁷ (cf. Êx 22.6ss. [VP 22.7ss.]; Lv 5.20ss. [VP 6.1ss.]; Js 7.11; Os 4.2).

Concidadão (v. 11), hebraico ‘ămīṭ: além de Zacarias 13.7, esse termo ocorre somente em Levítico (5.21 [VP 6.2]; 18.20; 19.11,15,17; 24.19; 25.14ss.). Seu significado exato é incerto, mas 24.19ss. sugere que ele abrange tanto israelitas quanto estrangeiros residentes.

19.13,14 Proibição da exploração dos vulneráveis

Enquanto os versículos 11 e 12 proíbem procedimentos fraudulentos entre iguais ou ao menos entre aqueles que têm condições de levar o outro ao tribunal se tiverem uma queixa, esses versículos tratam da exploração dos vulneráveis que não teriam condições de buscar essa reparação. O tratamento ríspido dispensado a eles é chamado de opressão e furto⁸ (v. 13).

Não reterás contigo o pagamento do trabalhador diarista até a manhã seguinte (v. 13). Trabalhadores por diária sabiam que normalmente seriam pagos ao anoitecer (Mt 20.8). Atrasar o pagamento até a manhã seguinte poderia não ser ilegal, mas poderia causar privação a um pobre e sua família. Deuteronômio 24.15 o descreve clamando a Deus contra o seu patrão. Os surdos e os cegos (v. 14) também não têm como se defender contra aqueles que se aproveitam das suas deficiências. Os israelitas precisam temer a Deus: maus procedimentos não escaparão da sua atenção (cf. Dt 27.18).

19.15,16 Justiça no tribunal

Não praticareis injustiça no tribunal (v. 15) é o tema desse parágrafo. Os juízes precisam administrar a justiça de forma imparcial sem considerar a condição social dos que estão sendo julgados (v. 15), e os que são chamados como testemunhas precisam ser justos. Eles não devem espalhar calúnias que levariam um homem ao tribunal ou, ainda pior, acusá-lo falsamente de crimes que trazem a pena de morte (v. 16). Essa insistência no tratamento justo é um tema regular da literatura bíblica (Êx 23.1-3,6-8; Dt 16.19,20; 19.15-21; 27.25; Sl 72.2; Pv 16.13, cf. LH 1-5).

Para o nosso modo de pensar, é difícil ver uma conexão entre os versículos 15 e 16. Na maioria dos casos, a justiça na nossa sociedade é administrada por advogados profissionais, mas se alguém fosse ao tribunal no antigo Israel, os juízes dessa pessoa seriam os anciãos da aldeia.⁹ Na atmosfera íntima de um julgamento local, seria especialmente fácil para vizinhos deixarem as suas rixas e animosidades pessoais distorcerem os procedimentos. Eu sou o

Senhor

lembra todos os participantes de que Deus é o juiz supremo: que as decisões deles reflitam o que ele faria.

19.17,18 Amem o seu próximo

É muito melhor simplesmente evitar levar o seu irmão ao tribunal. Esses versículos fornecem alguns remédios alternativos. Em primeiro lugar, não odiarás o teu irmão em teu coração (v. 17; cf. Mt 5.21ss.; 1Jo 2.9; 3.15). Se você tem uma razão real para estar aborrecido com ele, trate a questão com ele, repreenda-o, como Abraão fez com Abimeleque (Gn 21.25). O valor de ser franco com as pessoas em vez de abafar as diferenças é mencionado mais de uma vez na Bíblia. “É melhor a repreensão declarada que o amor encoberto” (Pv 27.5, A21). Uma marca do sábio é que ele aprende dessa repreensão, ao passo que o tolo a rejeita (Pv 9.8; 15.12; 19.25). O NT também recomenda que as pessoas sejam sinceras umas com as outras com respeito a dar e receber conselho (Mt 18.15-22; Gl 6.1).

Hertz comenta acertadamente sobre esse versículo: “Um preceito extremamente difícil de ser cumprido; é tão difícil administrar repreensão com delicadeza e tato quanto o é receber repreensão. Obviamente, a repreensão deve ser feita com toda a gentileza, senão ela deixará de cumprir seu propósito”.¹⁰

Para que não incorras em pecado por causa dele. Em outros trechos da lei, essa expressão se refere a carregar a pena do pecado (Lv 20.20; 22.9; 24.15). Aqui, o seu sentido não é tão claro. A sugestão mais provável¹¹ é que todo aquele que repreende um homem e faz com que ele pare de pecar é liberto da culpa do pecado desse homem (cf. Ez 33). Ao mesmo tempo, pela repreensão sincera a parte lesada pode salvar as suas próprias emoções de transbordarem em uma ação pecaminosa como aconteceu com Caim (Gn 4).¹²

Depois de outros dois “Nãos” — “Não te vingarás nem guardarás rancor contra teu próprio povo” —, vem a ordem mais positiva de todas: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Amarás¹³ e próximo¹⁴ têm um escopo e significado

tão abrangentes no hebraico como os termos correspondentes em nosso idioma. Jesus e Paulo não estavam esticando o significado desses versículos ao afirmar que todos os nossos deveres para com os outros homens estavam resumidos nessa ordem (Mt 22.39,40; Rm 13.9). “O que a intenção de todo homem deve ser para com o seu próximo não poderia ser expresso melhor em muitas páginas do que nessa única frase.”¹⁵

19.19-25 Proibição de cruzamentos de espécies

Essa seção vai do sublime ao ridículo! Ao menos essa é a impressão que a transição do amor ao próximo (v. 18) à proibição de cruzamentos (v. 19; Dt 22.9-11) transmite ao leitor atual. Mas, em Israel, ambos eram aspectos da santidade. Levítico 11 pronuncia impuros aqueles animais que não combinam com as categorias normais. As divisões no reino animal refletiam aquelas no mundo humano, entre homens puros e impuros, entre Israel e as nações. Na criação, Deus separou a luz das trevas, as águas das águas. Essa proibição de todas as misturas, especialmente o cruzamento misto, mostra o homem seguindo os passos de Deus. Ele precisa manter separado o que Deus criou separado. Assim como Deus separou Israel de entre as nações para ser a sua própria posse, assim os israelitas precisam manter a sua identidade santa não casando com as pessoas de outras nações (Dt 7.3-6). Assim, nas grandes e pequenas decisões da vida, a nação de Israel era constantemente lembrada de que era diferente, santa, separada para o serviço de Deus.

Os versículos 20 a 22 tratam do caso da moça escrava que está noiva. Não fica claro por que esse mandamento deve ser agrupado com regulamentos que tratam da agricultura. Muitas vezes, moças escravas eram estrangeiras (Dt 21.10-14), e isso poderia explicar a razão disso ter sido inserido após a proibição de misturas no versículo 19. Não é o casamento com uma escrava, no entanto, que é o foco aqui, mas o adultério com uma escrava que foi prometida a outro homem (v. 20). Na época do AT, a relação sexual entre uma moça noiva e alguém que não era o noivo dela era considerado igual a adultério. Consequentemente, ambas as partes estavam sujeitas à pena de morte.¹⁶ Essa lei afirma uma exceção ao princípio geral da pena de morte; nesses casos, eles não serão mortos (v. 20).

A razão apresentada para essa exceção é porque ela não era livre. Considerando que ela é uma escrava, a pena de morte não se aplica à moça nem ao sedutor dela. Se ela tivesse sido uma moça livre e as circunstâncias da ofensa sugerissem que a moça tivesse sido uma vítima involuntária, ela teria escapado e o seu parceiro teria sido morto.¹⁷ Nesse caso, nenhum dos dois está sujeito à pena de morte, mas uma pena completamente diferente é imposta ao homem. Ele deverá levar [...] um carneiro como oferta de restituição (v. 21).¹⁸ Isso mostra que o adultério era considerado uma transgressão não somente contra a noiva da moça e seus pais, mas também um pecado grave que exigia o tipo mais custoso de expiação sacrificial.

Além disso, a compensação deverá ser paga (v. 20). Essa é a expressão mais problemática na lei: literalmente, “haverá um *biqqōret*”. A palavra *biqqōret* ocorre somente aqui no AT e seu significado, portanto, é bastante incerto. Na tradução, adotei como tentativa a interpretação que Speiser oferece ao termo.¹⁹ Ele associa *biqqōret* com um termo acadiano (*baqrum/pirqum*)²⁰ e mostra que em outros casos de relação sexual pré-marital o homem deveria pagar o preço da noiva (presente de noivado) ao pai da moça.²¹ Assim, nesse caso, o dono da moça exigiria compensação pelo fato de que após esse episódio ele não poderia pedir tanto dinheiro a qualquer outro parceiro matrimonial em potencial. Speiser acha que prometida a outro homem não indica noivado e, por isso, a parte prejudicada que recebe a compensação é o seu dono. À luz das observações sobre a pena de morte no versículo 20, parece mais provável que a moça era considerada noiva e, portanto, que a compensação seria entregue a seu noivo, que já havia pago o preço da noiva ao dono dela. Em outros casos de adultério, o marido lesado poderia perdoar a sua esposa e insistir em que o parceiro dela pagasse o valor de resgate para salvar a sua vida.²² Assim, nesse caso, o noivo da escrava recebe a compensação pelo noivado violado²³ e uma oferta de restituição é apresentada no santuário.

Outras traduções de *biqqōret* são menos prováveis. “Haverá uma investigação” (RSV; cf. NEB) é vago: toda disputa legal teria envolvido uma investigação. “Ela será açoitada” (AV) remonta a uma interpretação judaica antiga, provavelmente baseada na derivação incerta de *biqqōret* de *bāqār*, “boi”, isto é, um chicote de couro de boi.

Após tratar de escravas, a lei continua abordando problemas associados com a plantação de pomares (v. 23-25). A santidade envolve a consagração total da vida e do trabalho de um homem ao serviço de Deus. Isso era simbolizado na

oferta de um dia em sete e no dízimo de toda a produção e também na dedicação dos primeiros frutos da lavoura. Esse princípio abrange não somente as colheitas (Êx 23.19; Lv 23.10; Dt 26.1ss.), mas também os animais (Êx 34.19,20; Dt 15.19) e até mesmo os filhos (Êx 13.2; Nm 8.16ss.). Ao dedicar a primícia de tudo a Deus, o homem da antiga aliança reconhecia publicamente que tudo o que ele tinha era de Deus e lhe agradecia as bênçãos (1Cr 29.14).

As árvores frutíferas, no entanto, dão poucos frutos nos primeiros anos, e essa lei especifica que é a colheita do quarto ano que é considerada a dos primeiros frutos e que precisa ser dedicada a Deus. A antiga lei babilônica (LH 60) também considera o prazo de quatro anos para um pomar desenvolver seu potencial. De maneira semelhante, os animais sacrificiais não podem ser oferecidos antes do seu oitavo dia (Êx 22.29 [VP 22.30]) e meninos não são circuncidados até o oitavo dia (Gn 17.12).

E assim aumentar a sua produção para vós mesmos (v. 25). A fidelidade em dedicar os primeiros frutos será recompensada por boas colheitas nos anos seguintes. “Honra o

Senhor

com teus bens e com as primícias de toda a tua renda; assim os teus celeiros se encherão com fartura, e os teus lagares transbordarão de vinho” (Pv 3.9,10, A21).

19.26-28 Costumes pagãos que devem ser evitados

19.26

Não comereis carne com sangue nela: cf. 17.10ss. Não praticareis encantamentos nem adivinhações. Segundo Gênesis 44.5,15, José adivinhava com sua taça. Afora essa referência, não sabemos exatamente quais

instrumentos mágicos são abrangidos nessa proibição da adivinhação e encantamento. As nações vizinhas faziam uso abundante da magia para tentar prever o futuro (cf. Is 2.6; Ez 21.26ss. [VP 21.21ss.]). Israel não podia empregar esses instrumentos, pois a nação estava em um relacionamento especial com Deus e ele revelava a sua vontade por meio dos profetas ou indiretamente por meio do Urim e Tumim sacerdotais (Êx 28.30; Lv 8.8.). Quando Deus se calava, o povo deveria andar pela fé e viver de acordo com a vontade geral de Deus declarada na Lei.

19.27,28

Proibição da desfiguração corporal (cf. 21.5; Dt 14.1; cf. Jó 1.20; Is 22.12 etc.). Isso geralmente é entendido como simplesmente uma proibição de ritos de luto pagãos, mas há mais aqui. O luto não era desencorajado, somente aqueles costumes que envolviam desfiguração física. Essa lei está em sintonia com outras regras sobre a santidade que buscam afirmar a ordem natural da criação e preservá-la da corrupção (cf. v. 19; 18.22,23; 21.17ss.). Deus criou o homem à sua imagem e pronunciou que toda a criação era muito boa (Gn 1). O homem não deve desfigurar a semelhança divina implantada nele ao escoriar seu corpo. A aparência externa do povo deve refletir sua condição interna como povo escolhido e santo de Deus (Dt 14.1,2). Paulo usa uma linha semelhante de raciocínio em 1Coríntios 6. O corpo do cristão pertence a Cristo e, portanto, “glorificai a Deus no vosso corpo” (1Co 6.20, A21).

v. 29,30 Proibição da prostituição sagrada

Prostitutas sagradas eram uma característica bem conhecida da religião da Antiguidade. Aliás, o hebraico muitas vezes as chama de “moças santas”.²⁴ Para dissipar quaisquer dúvidas que ainda permaneçam sobre a verdadeira natureza da

santidade, aqui se declara que a prostituição cultural profana a moça, isto é, torna-a não santa, e enche a terra de perversão. De fato, Deus é honrado quando os homens observam o sábado e respeitam o seu Santuário. Ezequiel 23.37ss. condena Israel por fazer precisamente o oposto de Levítico 19.29,30.

19.31 Proibição da necromancia

Enquanto o versículo 26 tratava de tipos mecânicos de adivinhação, esse versículo proíbe qualquer recurso àqueles que afirmam estar em contato com os espíritos dos mortos. Espíritos (*'obôṭ*) foi entendido como uma referência à mulher que invocava o espírito dos mortos, geralmente cavando um buraco e colocando várias ofertas nele para atrair o espírito. O método usado em Israel é descrito em 1Samuel 28.7ss. (cf. Is 29.4).²⁵ Mais precisamente, *'obôṭ* é uma ortografia depreciadora de *'abôṭ* (“pais) e significa “espíritos dos ancestrais” que vivem no mundo inferior.²⁶ Médiuns (*yiddeōnî*) estão geralmente associados com a necromancia (Lv 20.6; Dt 18.11; 1Sm 28.3 etc.). Literalmente, a palavra significa “conhecedor” e se refere ao conhecimento de praticantes da magia ou aos espíritos conhecedores que eles invocam.²⁷ Esse último sentido é preferido em 20.27, em que *yiddeōnî* é traduzido por “espírito”.

19.32 Respeitem os idosos

De acordo com Isaías 3.5, uma sociedade que não honra os idosos está à beira da destruição.

19.33,34 Amem o estrangeiro residente

A grande ordem de amar o próximo como a si mesmo é especificamente ampliada aqui para incluir os estrangeiros residentes. Uma fraseologia quase idêntica é usada nos versículos 18 e 34. Israel deve ser especialmente sensível aos problemas dos residentes estrangeiros, visto que os próprios israelitas outrora estavam nessa situação no Egito; cf. Deuteronômio 10.19.

19.35,36 Justiça no tribunal e negócios justos

Para justiça no tribunal, cf. v. 15ss.; Deuteronômio 16.18ss.

Sobre negócios justos, cf. Deuteronômio 25.13ss. A lei e os profetas igualmente condenam aqueles que manipulam as medidas (Am 8.5; Mq 6.10ss.). “Todos aqueles que agem desonestamente são uma abominação para o

Senhor

” (Dt 25.16; cf. Pv 20.10).

Um him era um sexto de um efa. Os equivalentes modernos exatos são incertos. Um efa talvez tenha sido equivalente a aproximadamente 22 litros, e 1 him, a 3,5 litros.²⁸

Levítico 19 e o NT

O versículo 18 — “amarás o teu próximo como a ti mesmo” — é citado muitas vezes no NT (Mt 5.43; 19.19; 22.39; Mc 12.31,33; Lc 10.27; Rm 13.9; Gl 5.14; Tg 2.8) e desde então foi considerado a essência da ética cristã.

Isso, no entanto, é mais do que um resumo dos princípios cristãos. No seu contexto original, Levítico 19.18 condensa e expressa os princípios que governam todas as leis em volta do versículo. O amor ao próximo resulta em não roubá-lo nem mentir a ele nem trapaceá-lo nos negócios. Os outros preceitos sobre a conduta de convívio social nesse capítulo são aplicações do princípio do amor em situações específicas.

Para o cristão, é evidente que o amor a Deus e ao próximo ainda deve governar as suas ações. Uma vez que as leis detalhadas de Levítico 19 exemplificam o princípio do amor em ação na sociedade israelita, precisamos perguntar a nós mesmos se situações semelhantes ainda existem na nossa sociedade e, em caso positivo, como o amor atuaria hoje.

Muitos dos preceitos mais gerais são precisamente tão pertinentes hoje quanto no antigo Israel. A corrupção (v. 15,16), a prostituição (v. 29), a adivinhação (v. 26) e o ocultismo (v. 31), a exploração de estrangeiros (v. 33,34) e os métodos comerciais fraudulentos (v. 35,36), todas essas coisas florescem quando o homem não torna o amor ao próximo seu princípio orientador.

A escravidão, por exemplo, não existe mais, de modo que as leis nos versículos 20 a 22 dificilmente ainda são relevantes para nós. Quanto a não colher nas beiradas dos campos lavrados, não há nada que impeça um fazendeiro cristão de fazer isso (v. 9.10); mas se ele fizesse isso, ele não ajudaria os pobres da sociedade, que é o real propósito dessa lei. Doar para instituições de caridade ou apoiar esquemas de assistência governamentais são ações que chegariam mais perto de cumprir o espírito dessa lei.

Embora algumas dessas leis sejam inaplicáveis hoje em dia porque a nossa sociedade é muitíssimo diferente da do antigo Israel, outras não são mais relevantes para nós por causa da situação teológica diferente debaixo da nova aliança. Isso está claro no caso das leis sacrificiais (v. 5-8), porque o sacrifício animal não tem mais função alguma após a morte de Cristo. A lei sobre misturas (v. 19) também é teologicamente irrelevante na situação da igreja. É uma lei como a que trata dos animais impuros (cap. 11), que simbolizava a separação de Israel das nações. A igreja de Deus abrange homens de toda língua e nação e não é mais necessário, portanto, preservar aquelas leis que tipificavam a singularidade e pureza de Israel. Mas o homem ainda é chamado a imitar Deus (Mt 5.48; 1Co 11.1): “Sede santos, porque eu sou santo” (Lv 19.2; cf. 1Pe 1.16). A aplicação detalhada desses imperativos pode mudar de época para época, mas

os princípios fundamentais de conduta santa permanecem inalterados.

¹ [Versículo 4, cf. Êx 20.3-6; versículo 12, cf. Êx 20.7; versículos 3,30, cf. Êx 20.8-12; versículo 16, cf. Êx 20.13; versículos 20-22,29, cf. Êx 20.14; versículos 11,13, cf. Êx 20.15; versículos 15,16, cf. Êx 20.16; versículos 17,18, cf. Êx 20.17.](#)

² [M. Douglas, Purity and danger, p. 53s. \[edição em português: Pureza e perigo, Série Debates \(São Paulo: Perspectiva, 2014\)\].](#)

³ [Hertz, p. 190s.](#)

⁴ [Hertz, p. 192.](#)

⁵ [Veja 'ělîl, in: TDOT, vol. 1, p. 285-7.](#)

⁶ [Êx 22.20ss. \[VP 22.21ss.\]; 23.6,11; Lv 19.13; Dt 14.28,29; 15.1ss.; 23.20,21 \[VP 23.19,20\], 25,26 \[VP 20.24,25\]; 24.6,10-22; cf. Is 3.14,15; Am 2.6ss.](#)

⁷ [Sobre profanar o nome de Deus, cf. 18.21 e comentário.](#)

⁸ [Sobre oprimirás, veja Lv 5.21 \[VP 6.2\]; Dt 28.29-33; Pv 14.31; Ec 4.1; roubarás: Gn 21.25; Jz 9.25; Mq 2.2; Sl 35.10.](#)

⁹ [Cf. Excursão II: “Execução da lei em Israel”, p. 239-4.](#)

¹⁰ [Hertz, p. 200.](#)

¹¹ [Cf. Hoffmann, vol. 2, p. 42s.](#)

¹² [Veja Gispén, p. 279.](#)

¹³ [“Amarás” \(hebr., 'āhēb\). Veja TDOT, vol. 1, p. 99-118; THWAT, p. 60-73.](#)

¹⁴ [“Próximo” \(hebr., rē'ā' \). Veja THWAT II, p. 786-791.](#)

¹⁵ [Calvino, vol. 3, p. 195.](#)

¹⁶ [P. ex., Dt 22.23,24.](#)

¹⁷ [P. ex., Dt 22.25-27; LE 26; LH 130; HL 197.](#)

¹⁸ Sobre a oferta de restituição, veja o comentário do capítulo 5. Também veja o tratamento em Milgrom, Cult and conscience, p. 129ss.

¹⁹ E. A. Speiser, Oriental and biblical studies, p. 128-31.

²⁰ Usado em LH 279 com relação a demandas sobre escravos.

²¹ Veja Êx 22.15,16 [VP 22.16,17]; Dt 22.28,29; LE 31; HL 35.

²² Veja HL 198; LH 129; MAL A15; Pv 6.20-23; cf. G. J. Wenham, VT 22 (1972), p. 333.

²³ Porter, p. 157, acha que o dinheiro seria entregue a seu dono ou a seu noivo.

²⁴ Qedēshāh: “prostituta cultual”; cf. qādōsh, “santo” (Gn 38.21,22; Dt 23.18 [VP 23.17]; Os 4.14).

²⁵ Veja TDOT, vol. 1, p. 130-4; H. A. Hoffner, “2nd millennium antecedents to the Hebrew ’ôb”, JBL 86 (1967), p. 385-401.

²⁶ Conforme J. Lust, “On wizards and prophets”, SVT 26 (1974), p. 133-42; M. Dietrich; O. Loretz; J. Sanmartin, UF 6 (1974), p. 450s.

²⁷ Veja H. A. Hoffner, JBL 86, p. 396.

²⁸ Veja de Vaux, Ancient Israel, p. 200ss. [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)].

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

☛ D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

A estrutura de Levítico 20

Expressões como “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” e “Guardareis as minhas regras”, que marcam seções separadas no capítulo 19, servem à mesma função aqui. O capítulo se divide assim:

v. 1,2a Introdução

v. 2b-6 Pecados contra a religião

v. 7,8 Exortação à santidade

v. 9-21 Pecados contra a família

v. 22-26 Exortação à santidade

v. 27 Pecados contra a religião

Ambas as seções iniciam com a mesma fórmula: “Se um homem” (v. 2,9, hebr. ’îsh kî), e ambas terminam com exortações à santidade (v. 7,8 e v. 22ss.). A primeira seção se divide em três parágrafos, cada um terminando com uma ameaça: “Eu mesmo voltarei o meu rosto contra esse homem e o eliminarei de entre o seu povo...” (v. 3,5,6). A repetição da proibição da necromancia no versículo 27 (cf v. 6) é estranha.¹

A maioria dos assuntos tratados nesse capítulo já foi tratada nos capítulos 18 e 19 (cf. 20.2-5//18.21; 20.6,27//19.31; 20.9//19.3; 20.10-21//18.6-21,22,23). As exortações à santidade (v. 7,8,22-26) são semelhantes às aquelas encontradas em 11.44,45; 18.2-5,24-30; 19.36,37.

A diferença entre as leis nesse capítulo e as anteriores está na forma. As dos capítulos 18 e 19 têm forma apodíctica; isto é, elas proíbem ou ordenam certos tipos de conduta, mas raramente indicam quais seriam as consequências de negligenciar essas regras. Em contraste, as leis nesse capítulo são casuísticas; isto é, elas afirmam o que deve ser feito caso uma das regras apodícticas seja violada. Elas determinam o que acontecerá a um transgressor da lei nesse caso. Desse modo, elas completam e reforçam o conteúdo dos capítulos anteriores.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Dize aos israelitas: Se um homem, um israelita ou um estrangeiro residente em Israel, oferecer algum de seus descendentes a Moloque, ele tem de ser morto: o povo da terra o apedrejará com pedras. ³Eu mesmo voltarei o meu rosto contra esse homem e o eliminarei de entre o seu povo, porque ele entregou um de seus descendentes a Moloque para contaminar o meu santuário e profanar o meu santo nome. ⁴Se o povo da terra fechar os seus olhos para esse homem quando ele entregar um de seus descendentes a Moloque e não o executar, ⁵eu mesmo voltarei o meu rosto contra esse homem e sua família, e o eliminarei do seu povo, a ele e a todos os que o seguirem para se prostituírem com Moloque.

⁶Se alguém se voltar aos espíritos e médiuns para se prostituir com eles, eu voltarei o meu rosto contra essa pessoa e a eliminarei de entre seu povo.

⁷Vós deveis santificar-vos e ser santos, pois eu sou o

Senhor

, o vosso Deus. ⁸Vós guardareis as minhas regras e as praticareis. Eu sou o

Senhor

, o vosso santificador.

⁹Pois se um homem amaldiçoar seu pai ou sua mãe, ele deverá ser morto, visto que amaldiçoou seu pai e sua mãe; a culpa [da sua morte] é dele.

¹⁰Se um homem cometer adultério com a mulher de seu próximo,² o adúltero e a adúltera deverão ser mortos.

¹¹Se um homem se deitar com a mulher de seu pai, descobrindo a nudez de seu pai, os dois deverão ser mortos. A culpa é deles.

¹²Se um homem se deitar com sua nora, os dois deverão ser mortos. Eles fizeram confusão, e a culpa é deles.

¹³Se um homem se deitar com um homem como se deita com uma mulher (ambos cometeram uma abominação), eles deverão ser mortos; a culpa é deles.

¹⁴Se um homem coabitar com uma mulher e a mãe dela, isso é perversão; deverão queimar tanto ele quanto elas no fogo para que não haja perversão entre vós.

¹⁵Se um homem copular com um animal, ele deverá ser morto; também deveis matar o animal.

¹⁶Se uma mulher se aproximar de um animal para copular com ele, deverás matar a mulher e o animal. Eles deverão morrer; a culpa é deles.

¹⁷Se um homem coabitar com sua irmã, filha de sua mãe ou de seu pai, e vir a nudez dela, e ela vir a nudez dele, isto é uma desgraça. Eles serão eliminados em público diante do seu povo; ele teve relações com sua irmã e levará a culpa dele.

¹⁸Se um homem se deitar com uma mulher que não está bem e tem relações com ela, ele exporá o fluxo dela, isto é, ele descobrirá o fluxo de sangue dela; os dois serão eliminados do seu povo.

¹⁹Não deverás ter relações com a irmã de sua mãe ou de seu pai, porque assim exporás sua parenta próxima; eles levarão a sua culpa.

²⁰Se um homem se deitar com sua tia, descobrindo a nudez de seu tio, eles levarão a sua culpa e morrerão sem filhos.

²¹Se um homem coabitar com a mulher de seu irmão, isso é impureza; ele descobriu a nudez de seu irmão. Eles ficarão sem filhos.

²²Vós guardareis todas as minhas regras e praticareis todas as minhas leis, para que assim a terra à qual vos estou levando para nela viverdes não vos vomite.

²³Não deveis seguir as regras da nação que estou expulsando de diante de vós, porque eles fizeram todas essas coisas, e eu tive repugnância deles. ²⁴Eu vos disse: Tomareis posse da terra deles, e eu a darei a vós para a possuídes, uma terra que dá leite e mel. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus, que vos separou dos povos.

²⁵Por isso, fareis separação entre animais puros e impuros, entre aves puras e impuras para que não vos torneis abomináveis por meio dos animais, das aves e de tudo o que rasteja na terra que eu separei para vós como impuros. ²⁶Vós deveis ser santos para mim, porque eu, o

Senhor

, sou santo, e eu vos separei dos povos para que sejais meus.

²⁷Se um homem ou mulher estiverem possuídos por um espírito ou demônio, deverão ser mortos. Serão apedrejados. A culpa é deles.”

20.1,2a Introdução

Cf. 4.1; 6.1 etc.

20.2-6 Pecados contra a religião

20.2-5 Adoração de Moloque

A natureza de Moloque já foi tratada em 18.21. O capítulo 18 simplesmente proibiu a adoração de Moloque. O capítulo 20 prescreve a pena de morte para aqueles que ignoram a proibição. A pena de morte é determinada para uma variedade de transgressões religiosas e sexuais, muitas delas listadas nesse capítulo, mas raramente o modo de execução é especificado. A morte por apedrejamento era exigida para bois que chifravam pessoas (Êx 21.28ss.), necromantes (Lv 20.27), blasfemadores (Lv 24.16ss.; 1Rs 21.10ss.), violadores do sábado (Nm 15.35,36), idólatras (Dt 13.11 [VP 13.10]); 17.5), filhos desobedientes (Dt 21.21) e noivas adúlteras (Dt 22.21,24). Nunca é explicado precisamente por que o apedrejamento era considerado apropriado nesses casos específicos, embora haja sugestões de que isso expressa a rejeição comunitária desses pecados (Dt 17.7) e que o objetivo era servir de fator desencorajador para os outros membros de Israel (Dt 13.12 [VP 13.11]).

20.2

O apedrejamento era executado pelo povo da terra,³ isto é, cidadãos comuns (cf. Lv 4.27), em oposição a somente os anciãos e juízes. Em contextos semelhantes, Deuteronômio prescreve que isso seja feito por “todo o povo” (13.10 [VP 13.9]; 17.7) ou “todos os homens da cidade” (21.21; 22.21).

20.3

Eu mesmo voltarei o meu rosto contra esse homem e o eliminarei de entre o seu povo. Essa ameaça parece ser um acréscimo à execução judicial prescrita no versículo 2, que sugere que “eliminar” pode envolver mais do que morte prematura.⁴

20.4

Se o povo [...] fechar os seus olhos. A execução judicial era deixada para a iniciativa individual,⁵ e era sempre mais fácil ignorar uma transgressão e deixar as coisas como estavam. De fato, os que mais provavelmente saberiam da apostasia de alguém a Moloque seriam os vizinhos próximos e membros da família, que naturalmente seriam extremamente adversos à execução judicial. Mas a lealdade a Deus precisa estar acima de elos de sangue e amizade (cf. Dt 13.7-12 [VP 13.6-11]; Lc 14.26). Se um homem colocar a lealdade à família acima da devoção a Deus, “eu mesmo voltarei o meu rosto contra esse homem e sua família” (v. 5).

20.5

Para se prostituírem. A infidelidade a Yahweh, que havia estabelecido uma aliança com Israel, é muitas vezes comparada à licenciosidade sexual (p. ex., Êx 34.15,16; Lv 17.7; Jz 2.17; Os 4.12 etc.). O NT usa a mesma imagem para descrever o relacionamento entre Cristo e a igreja (2Co 11.2; Ef 5.32,33; 1Co

6.15ss.; Ap 2.20,21).

20.6

Necromancia: cf. o versículo 27 e 19.31. Em 1Samuel 28.9 está a afirmação de que Saul tentou purgar a terra da necromancia no início do seu reinado.

20.7,8 Exortação à santidade

Cf. v. 22-26; 11.44,45; 18.2-5,24-30; Êx 19.4-6; Dt 7.6-11 etc.

20.9-21 Pecados contra a vida familiar

Se um homem amaldiçoar seu pai ou sua mãe, ele deverá ser morto (v. 9). No Decálogo, a ordem de honrar os pais vem após os deveres religiosos e antes das responsabilidades para com o próximo. Aqui a lei penal segue a mesma ordem: amaldiçoar pai e mãe está entre a necromancia (v. 6) e o adultério (v. 10). Todos esses pecados são considerados pecados que fazem alguém merecer a pena de morte.

“Amaldiçoar” significa mais do que proferir palavras ocasionais de raiva. Textos como 2Samuel 16.5ss e Jó 3.1ss. apresentam uma ideia do veneno e dos sentimentos ácidos que amaldiçoar poderia implicar. É a exata antítese de “honrar”. Honrar no hebraico significa literalmente “tornar importante ou glorioso”, ao passo que amaldiçoar significa “depreciar, tornar desprezível”.⁶ O

fato de que o ato de amaldiçoar faz alguém merecer a pena de morte é reiterado em outros trechos nas Escrituras (Êx 21.17; Pv 20.20; Mt 15.4; Mc 7.10; cf. Dt 21.18ss.). Esse aspecto é enfatizado aqui pela expressão a culpa é dele, literalmente “seu sangue está nele”. A expressão ocorre somente em Ezequiel 18.13; 33.5 e nesse capítulo como uma “coda” de várias leis (v. 11,12,13,16,27), aparentemente como justificativa da pena de morte nesses casos. Parece equivalente à expressão mais comum “seu sangue estará sobre sua cabeça” (p. ex., Js 2.19; 2Sm 1.16). Se um homem viola uma lei desse tipo, ele o faz sabendo das consequências e, portanto, não pode fazer objeção à pena imposta.⁷

A santidade da autoridade dos pais subentendida nessa lei é notável. Enquanto em certos aspectos a lei penal do AT era muito mais branda do que a de culturas contemporâneas vizinhas, ela era muito mais rígida com respeito a transgressões contra a religião e a vida familiar.⁸ Amaldiçoar pai ou mãe é destacado como objeto de censura especial, parcialmente com base em uma determinação de manter a estrutura da família e parcialmente porque os pais representam a autoridade de Deus diante do filho: amaldiçoá-los é quase igual a blasfêmia. No entanto, raramente, se é que alguma vez, a pena de morte pode ter sido invocada para essa transgressão. Como outras punições afirmadas na lei, ela representa a pena máxima, não a mínima.⁹

Outros crimes capitais listados nos versículos 10 a 16 incluem o adultério (v. 10; cf. 18.20; Dt 22.22), incesto com parentes próximos (v. 11,12,14; cf. 18.7,8,15,17), homossexualidade (v. 13; cf. 18.22) e bestialidade (v. 15,16; cf. 18.23; Êx 22.18 [VP 22.19]). Depois, aparecem crimes para os quais não é determinada nenhuma pena humana, mas em vez disso há a promessa de punição divina. A coabitação com uma irmã (v. 17; cf. 18.9,11) e relações sexuais com uma mulher durante a sua menstruação (v. 18; cf. 18.19) são punidas por eliminação da pessoa (cf. v. 3,5,6 e 17.4). Não ter filhos resultará da coabitação com uma tia por casamento (v. 20) ou cunhada (v. 21; cf. 18.16). Uma pena alternativa, aparentemente intermediária entre a eliminação e ficar sem filhos, é prescrita para relações sexuais com uma tia de sangue: eles levarão a sua culpa (v. 19; cf. 18.12,13).

Alguns aspectos específicos merecem ser observados. Coabitar com (v. 14,17,21) é literalmente “tomar”; para um sentido semelhante, veja Deuteronômio 20.7. Geralmente, o verbo traduzido por “tomar” (lāqah) é usado para um casamento pleno e reconhecido (p. ex., Gn 11.29; Êx 21.10); mas, visto que essas uniões são proibidas, a lei dificilmente pode ter em mente um

casamento público dessas pessoas. Antes, elas moram juntas sem a cerimônia pública comum para identificá-las como casadas.¹⁰

Isso é uma desgraça (v. 17). A única outra passagem em que a palavra hebraica (ḥesed) tem esse sentido é Provérbios 14.34: “o pecado é a desgraça de um povo”. Normalmente, a palavra significa “amor leal”, “bondade”. Saalschütz¹¹ defende que a palavra é intencionalmente escolhida para expressar a distorção do amor fraternal em pura paixão sexual.

Sem filhos (v. 20,21). Na época bíblica, e até mesmo hoje em países pobres, não ter filhos era considerado uma grande calamidade (p. ex., Gn 30.1,2; 1Sm 1.8ss.; cf. Sl 127.3ss.).

Ele descobriu a nudez de seu irmão (v. 21), porque a nudez de uma mulher é a de seu marido e vice-versa; cf. o versículo 20: a nudez de seu tio. Por meio da relação sexual, o homem e a mulher se tornam uma só carne. Veja acima sobre 18.6-18.

20.22-26 Exortação à santidade

Cf. v. 7-9; 18.24-30; 11.44,45.

Nesse parágrafo curto, Israel é lembrado da base de toda a existência da nação. É por meio das promessas divinas (v. 24; cf. Gn 15.7,8; 28.4) que Israel agora está posicionado e pronto para entrar em Canaã e expulsar os seus habitantes (v. 23). Deus escolheu Israel para ser o seu povo santo. Ele separou os israelitas das outras nações (v. 24,26); portanto, eles devem distinguir entre os animais puros e impuros, como determinado no capítulo 11. Ao distinguirem entre os tipos diferentes de animais, eles estão imitando Deus, que escolheu Israel entre todas as nações para ser um povo que é sua propriedade exclusiva (v. 25,26).

Levítico 20 e o NT

Na análise do capítulo 18, argumentamos que o NT endossava os princípios morais cristalizados naquele capítulo. O adultério, o incesto, a homossexualidade e assim por diante são tão pecaminosos na nova aliança quanto o eram na antiga. Esse capítulo, no entanto, vai adiante: ele insiste em que aqueles que negligenciam essas leis devem ser mortos.

A posição do NT sobre essas penas não é definida. Por um lado, Cristo parece endossar a pena de morte no caso em que filhos desonram os pais (Mt 15.4; Mc 7.10). Paulo resume a lista de pecados graves em Romanos 1.18-32 com as palavras “aqueles que praticam essas coisas merecem morrer” (v. 32). Por outro lado, Cristo não insistiu na pena de morte para a mulher pega em adultério (Jo 8.1ss.).

A dúvida de como reconciliar essas atitudes conflitantes no NT deixou muitas pessoas perplexas. Calvino¹² talvez esteja certo ao defender que a razão de Cristo não ter insistido na execução da adúltera era que ele havia vindo para salvar os homens e não para julgá-los.¹³ Mas isso não significa que aqueles cujo trabalho é estabelecer e defender a justiça e a moral, isto é, os juízes e magistrados, devam ser impedidos de impor penas para o adultério.

Uma posição desse tipo era defensável no século 16 quando quase todas as pessoas professavam normas cristãs. Hoje, na maioria dos países, a igreja se vê como uma minoria em uma cultura estranha, de fato em uma situação fortemente parecida com a da igreja primitiva. Assim como os cristãos do NT reconheciam a autoridade divina dessa legislação, embora soubessem que era impossível fazer vigorar a obediência a ela na sua época, a igreja de hoje precisa fazer o mesmo. No entanto, ainda podemos nos beneficiar do estudo dessas leis. Elas nos lembram de que ainda que o homem de hoje não leve a sério essa conduta, na visão de Deus ela constitui um pecado grave e sério que torna o culpado merecedor da censura mais severa.

Excursão 1:

Princípios da punição no Pentateuco

As coleções de lei,¹⁴ muitas vezes chamadas incorretamente de códigos legais, da Mesopotâmia e da Ásia Menor ajudaram a entender as leis bíblicas em uma perspectiva histórica e capacitaram o comentarista atual a perceber mais claramente tanto a singularidade da lei de Israel quanto os pontos que ela tinha em comum com os conjuntos de leis das nações vizinhas. Neste excursão, chamarei a atenção para alguns contrastes entre a lei bíblica e a de outros povos orientais, depois examinarei o que o próprio Pentateuco tem a dizer sobre o propósito da punição e, por fim, esboçarei os tipos principais de pena que ele prescreve. Esse procedimento permitirá que vejamos quais transgressões o AT considerava as mais graves.

Um aspecto notável da lei bíblica é a preeminência que ela atribui aos valores humanos, em oposição às considerações econômicas de grande parte da lei cuneiforme. Isso surge com clareza especial na lei penal hebraica.¹⁵ Em Israel, as transgressões religiosas e transgressões contra a vida e a estrutura familiar tendiam a ser punidas mais severamente do que em outros lugares, ao passo que a lei cuneiforme tendia a considerar a perda financeira mais grave do que a perda da vida ou, ao menos, a ver a perda da vida pelo prisma econômico. Por exemplo, a lei da Babilônia punia com a morte a invasão de propriedade, a pilhagem durante incêndios e o roubo;¹⁶ mas, em Israel, nenhuma transgressão contra a propriedade ordinária acarretava a pena de morte.¹⁷ Em contraste, em Israel, a pena de morte era obrigatória para o homicídio, porque o homem foi criado à imagem de Deus (Gn 9.5,6), ao passo que outros sistemas legais permitiam a compensação monetária.¹⁸

A perspectiva humanitária da lei bíblica também é ilustrada pela sua abolição da punição substitutiva. A substituição era muitas vezes permitida na lei cuneiforme; por exemplo, se por meio de uma construção defeituosa, uma casa cai, matando o filho do chefe da família, o filho daquele que construiu a casa precisa ser morto (LH 230). Mas Deuteronômio proíbe explicitamente esse tipo de punição substitutiva: “Os pais não serão mortos por causa dos filhos, nem os filhos por causa dos pais; cada um morrerá pelo próprio pecado” (Dt 24.16,

A21). É somente em questões especificamente religiosas que o princípio de culpa coletiva entra em ação. Embora Deuteronômio insista em que filhos não devam ser mortos pelos pais, o livro também insiste em que uma aldeia deve ser exterminada se alguns dos seus habitantes cometem idolatria (Dt 13.13ss. [VP 13.12ss.]), enquanto o Decálogo menciona que Deus castigará os pecados dos pais nos filhos (Êx 20.5; Dt 5.9).

O propósito da punição

Os princípios implícitos nas leis bíblicas sobre a punição são resumidos em Deuteronômio 19.19,20, uma passagem que trata da punição de uma falsa testemunha: “tu lhe farás o que ela pretendia fazer a seu irmão. Assim exterminarás o mal do meio de ti. Quando ouvirem isso, os demais temerão e nunca mais cometerão semelhante mal no meio de ti” (A21). Há alusão a cinco princípios nessa passagem, que podem ser ilustrados com base em outras partes do Pentateuco.¹⁹

(1) O transgressor precisa receber sua compensação legal, que não deve ser simplesmente equiparada a uma vingança. A pena precisa corresponder ao crime. Isso talvez seja visto mais claramente em Gênesis 9.6: “Quem derramar sangue de homem, terá o seu sangue derramado pelo homem” (A21) e no princípio geral do talião enunciado em vários lugares: “vida por vida, olho por olho, dente por dente” (Dt 19.21; Êx 21.23,24; Lv 24.18ss.). Essa fórmula do talião, no entanto, é somente uma fórmula; ela não deve ser entendida literalmente a não ser no caso de homicídio premeditado (Nm 35.31). Nas ocorrências em que a fórmula aparece, geralmente fica evidente que o legislador não está exigindo o seu cumprimento literal, mas algum pagamento para compensar a transgressão (veja Êx 21.22ss.).²⁰

(2) A punição tem o objetivo de “exterminar o mal do meio de ti”. O que isso significa? “O mal” não pode se referir à própria transgressão, pois ela não pode ser desfeita. Nem pode se referir à possível repetição da transgressão. Antes, é uma referência à culpa que está sobre a terra e os seus habitantes. Esse conceito, embora seja estranho ao nosso modo de pensar secular, ocupa um lugar

importante na Bíblia. Em Gênesis 4.10,11, o sangue de Abel clama a Deus da terra, que, portanto, é maldita por causa dele. Em Levítico 18.24-28, o texto diz que as transgressões dos pagãos fazem com que eles sejam expulsos de Canaã. Ainda mais claro é Deuteronômio, 21.1-9, em que é prescrito um rito para fazer expiação pelo pecado de um assassino desconhecido. A tentativa de descobrir o assassino demonstrou ser fútil e, portanto, um bezerro é morto junto a um rio e vários ritos são executados. Essa série de ações não anula o homicídio, nem garante que assassinatos assim não sejam cometidos no futuro, mas faz expiação pela culpa de sangue que está sobre aqueles cuja responsabilidade é executar punição. Os anciãos dizem: “Ó,

Senhor

, perdoa o teu povo Israel, que tu resgataste, e não ponhas o sangue inocente no meio do teu povo Israel” (v. 8, A21).

(3) A punição deve impedir outros de praticar a transgressão: “Quando ouvirem isso, os demais temerão e nunca mais cometerão semelhante mal no meio de ti” (Dt 19.20, A21; cf. 13.12 [VP 13.11]; 17.13; 21.21).

(4) A punição permite que o transgressor faça expiação e seja reconciliado com a sociedade. Após pagar a pena, o transgressor não sofre perda alguma de direitos civis. A degradação do transgressor como um motivo para a punição é especificamente excluída de Deuteronômio 25.3, em que o número de chicotadas é limitado a quarenta: “pois, se recebesse mais do que isso, teu irmão seria humilhado aos teus olhos” (A21). A brutalidade humilhante de muitas punições sob a lei assíria está em claro contraste com a perspectiva hebraica. A mutilação é exigida somente uma vez no Pentateuco, em um caso extremo (Dt 25.11,12), e ali a pena é branda em comparação com algumas delas nas leis assírias (p. ex., MAL A4,5,8,9,40).

(5) A punição permite que o transgressor faça compensação para com a parte lesada. A lei hebraica, assim como a lei mesopotâmica, não tinha sistema de multas. Em vez disso, ela impunha compensações, de modo que o que sofria recebia benefícios da punição, e não o Estado (p. ex., Êx 22; Lv 5.20ss. [VP 6.1ss.]).

Lei civil e criminal

O uso de compensações em vez de multas realça um aspecto do sistema legal bíblico do qual o leigo normalmente não está consciente; ele é basicamente um sistema de lei civil em que muitos aspectos de lei criminal foram inseridos. Isso significa que muitas transgressões são consideradas delitos civis: injustiças contra cidadãos individuais para as quais a parte lesada precisa buscar reparação por iniciativa própria por meio dos tribunais.

O número de transgressões que podem ser apropriadamente chamadas de crimes, ações que o próprio Estado proíbe e busca erradicar, é bastante restrito na lei do Oriente Próximo, embora seja ampliado consideravelmente no AT pelo grande número de delitos religiosos. É um tanto artificial tentar distinguir lei civil e lei criminal no AT, pois a totalidade da vida é vista como vivida sob o governo de Deus e, portanto, todo delito é pecado. Nenhum pecado pode ser visto de forma despreocupada pela comunidade, visto que é provável que ele provoque a ira de Deus. No entanto, caso haja o desejo de distinguir os elementos de lei criminal e os de lei civil, o tipo de pena imposta talvez forneça um critério. A compensação monetária indica que a transgressão deve ser considerada no âmbito da lei civil, enquanto a pena de morte ou punição física indica que a transgressão deve ser considerada um crime. A execução judicial de homicidas, no entanto, mostra quão estranha a distinção entre lei civil/criminal é para o pensamento bíblico. Embora o assassinato seja considerado um crime, no sentido de que o pagamento de compensações à família da vítima é proibido, o estado não tem papel algum na execução judicial do criminoso. É responsabilidade de um parente, o vingador de sangue, executar o assassino se conseguir ou, se não conseguir, persegui-lo até a cidade de refúgio e ali convencer as autoridades da cidade de que aquele que cometeu o homicídio é um assassino. O vingador de sangue então precisa executá-lo (Êx 21.12-14; Nm 35.10ss.; Dt 19).

Tipos de punição

O Pentateuco estabelece os três tipos principais de punição: a pena de morte para os pecados públicos mais graves contra a vida, a religião e a família, a “eliminação” para pecados particulares graves e a restituição para transgressões contra a propriedade.

1. A pena de morte

A pena de morte é prescrita para uma ampla variedade de crimes: o homicídio premeditado (Êx 21.12ss.; Nm 35; Dt 19), sequestro (Êx 21.16; Dt 24.7), desobediência persistente a autoridades e pais (Dt 17.12; 21.18ss.), adultério (Lv 20.10; Dt 22.22), homossexualidade (Lv 20.13), as formas piores de incesto (Lv 20.11,12), falsa profecia (Dt 13.2ss.), profanação do sábado (Nm 15.32ss.), blasfêmia (Lv 24.13ss.), idolatria (Lv 20.2ss.), magia e adivinhação (Êx 22.17 [VP 22.18]). Alguns desses crimes também eram puníveis com a morte na lei babilônica.²¹

Não está claro o número de casos em que a pena de morte realmente era exigida e com quanta frequência a compensação era permitida. A compensação é explicitamente proibida no caso de assassinato (Nm 35.31), e isso parece ser o significado da expressão deuteronomica: “Não olharás para ele com piedade” (A21), em Deuteronomio 19.13 e, por analogia, em 13.9 [VP 13.8] (idolatria); 19.21 (falso testemunho) e 25.12. Pareceria improvável a compensação ser permissível naqueles casos em que o modo de execução é prescrito (Dt 21.21; 22.21). No caso de blasfêmia e profanação do sábado, evidentemente dependia da gravidade da transgressão particular se a pena suprema era exigida (Êx 31.13-17; Nm 15.32-36; Lv 24.11-22). Era somente profanar o sábado trabalhando de fato ou blasfemar o nome de Yahweh, em vez de reverenciá-lo como Deus, que fazia alguém merecer a morte. Isso mostra que as penas prescritas na lei eram as penas máximas. Nos casos em que houvesse circunstâncias mitigadoras, penas menores teriam sido executadas. Esses eram casos em que a evidência era clara. Na prática, a exigência de ao menos duas testemunhas (Dt 19.15) teria limitado a aplicação dessas penas a violações flagrantes da lei. Muitos transgressores secretos inevitavelmente devem ter escapado da punição.

2. “Eliminação”

A lei se refere diversas vezes a Deus eliminando um transgressor ou à pessoa culpada sendo eliminada/excluída do meio do seu povo (p. ex., Êx 12.15,19; Lv 7.20,21,25,27; 17.4,9,14; 18.29; 19.8; 20.3,5,6,17,18; Nm 15.30,31). É uma punição reservada geralmente a transgressões religiosas e sexuais. Considerando que algumas dessas transgressões também podem acarretar a pena de morte, “eliminar” poderia ser concebido como um modo alternativo de descrever a pena capital (p. ex., Lv 20.6 e 27). No entanto, visto que eliminar está em contraste com a execução judicial em Levítico 20.2ss. (o homem que escapa do apedrejamento ainda precisa enfrentar a possibilidade de ser eliminado), é necessário que o sentido seja algo diferente. Para um caso de incesto, a lei babilônica exige a expulsão da comunidade, ao passo que a lei bíblica fala sobre o homem culpado ser “eliminado” (LH 154; cf. Lv 20.17,18). Pode-se argumentar que “eliminar” significa excomunhão da comunidade da aliança. Mas esse tratamento é reservado aos impuros, e não a criminosos (Lv 13.45,46; Nm 5.1-4). Parece melhor, portanto, manter a interpretação tradicional de “eliminar”: é uma ameaça de punição direta de Deus geralmente na forma de morte prematura. Uma vez que muitas transgressões puníveis por “eliminar” facilmente escapariam da descoberta humana, uma ameaça de juízo divino teria sido o fator desencorajador principal para cometê-las.²²

3. Restituição

Nos casos de furto ou apropriação indevida de propriedade, era exigida a restituição da propriedade roubada. Penas adicionais variam com o grau de penitência mostrada pelo ladrão. Se demonstra arrependimento, ele restitui o que roubou mais um quinto (Lv 5.24 [VP 6.5]).²³ Se é pego em posse dos bens, ele restitui o dobro. Se já se desfez dos bens por meio de venda ou de outro modo, ele precisa restituir o quádruplo ou quántuplo. A pena pode ter sido aumentada no último caso por causa da maior dificuldade de provar a sua culpa e porque o ladrão fez uma tentativa deliberada de esconder os seus rastros (Êx 22).²⁴ Se um ladrão não pode pagar, a parte lesada pode tomá-lo como escravo até ele pagar

toda a sua dívida com o trabalho (22.2 [VP 22.3]). Sua escravidão normalmente duraria um máximo de seis anos (Êx 21.1ss; Dt 15.12ss.) ou até o ano do Jubileu (Lv 25.39ss.). A escravidão no antigo Oriente não era tão opressiva quanto em épocas mais recentes. Havia pouca diferença entre um escravo e um trabalhador contratado (Lv 25.39-55). De fato, pode-se argumentar que a escravidão hebraica era mais humana do que o seu equivalente moderno, isto é, a prisão. Tanto nas leis de Hamurábi quanto no Pentateuco a prisão não é imposta como punição, embora fosse conhecida no Egito e na monarquia posterior. Para citar Driver e Miles: “Essa punição, que tem um custo alto para a comunidade, geralmente corrompendo o prisioneiro e muitas vezes levando sofrimento imerecido aos seus dependentes, é a invenção de uma época posterior”.²⁵ Há duas menções no Pentateuco a alguém que fica preso enquanto aguarda o julgamento (Lv 24.12; Nm 15.34). A coisa mais próxima da prisão na Antiguidade era a restrição imposta a um homicida involuntário, que está limitado a viver em uma cidade de refúgio até a morte do sumo sacerdote (Nm 35.26ss.).

Excursão 2:

Execução da lei em Israel

Se o antigo Israel tinha um código de ética extremamente minuciosos nos Dez Mandamentos e um sistema penal elaborado, a nação também tinha um meio de assegurar a execução da lei? Isso dependia somente da boa vontade pública ou havia uma organização reconhecida para manter a lei e a ordem? Essas não são perguntas fáceis de responder, pois foi durante aqueles períodos em que a lei não era executada que o problema surgiu no AT. Quando o país não tinha um governo central forte, a injustiça foi mais evidente, e nessa época foi que mais se falou sobre a ausência de um bom governo: “Naquela época, não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia certo” (Jz 17.6, A21; cf. 18.1; 19.1). Portanto, temos mais informações sobre as falhas governamentais do que sobre os êxitos governamentais.

No entanto, podemos ter uma ideia razoável com base no AT e em culturas vizinhas sobre como o governo funcionava.²⁶ Mas é necessário ter certas coisas em mente. Em primeiro lugar, a cultura de aldeia do antigo Israel era muito diferente da sociedade urbana ocidental, e os problemas de execução da lei eram insignificantes em comparação com os nossos. Eles viviam em comunidades pequenas e fortemente coesas em que todos conheciam a todos, e teria sido extremamente difícil, portanto, qualquer pessoa cometer uma transgressão sem que o fato se tornasse conhecido de todos. No anonimato de massa da sociedade atual é muito mais fácil os criminosos permanecerem escondidos. Em segundo lugar, era uma sociedade conservadora e autoritária e, portanto, o desvio social era menos provável. Por fim, visto que a sociedade era muito mais compacta, inevitavelmente havia menos especialização. Um homem poderia facilmente desempenhar a função de representante no conselho da cidade, juiz e policial no seu tempo livre e ser um agricultor no resto da semana. Assim, não devemos necessariamente esperar encontrar uma força policial profissional, como a que César Augusto implementou mais tarde no Império Romano.

Embora isso signifique que o problema de garantir a execução da lei era muito menor do que na nossa sociedade, isso não significa que não existia. Podemos distinguir vários recursos para encorajar a observância da lei. Em primeiro lugar,

o conhecimento da lei era promovido por uma festa a cada sete anos em que a Lei era lida (Dt 31.9ss.) pelos levitas, enviados para instruir o povo na lei (2Cr 17.8,9). Desse modo, os hebreus estariam completamente familiarizados com o que a Lei exigia. Em outras palavras, os levitas desempenhavam uma função equivalente aos meios de comunicação na sociedade moderna. Em segundo lugar, no período inicial, havia um sistema de democracia tribal. Parece provável que cada tribo ou aldeia elegeisse anciãos para governarem as suas atividades e atuarem como juizes em disputas legais. No período da monarquia, foi acrescentado a esse sistema mais antigo um tribunal de apelo central em Jerusalém para decidir casos controversos (2Cr 19.8ss.).

Nesse sistema, corretivos específicos estavam disponíveis contra os transgressores. Quando uma transgressão era cometida, ficava sob a responsabilidade da parte lesada ou sua família levar o acusado diante do tribunal e provar a sua culpa. Um homem que suspeitasse que sua mulher estava sendo infiel precisava levá-la ao tribunal e provar isso (Dt 22.13ss.). Pais que tinham um filho teimoso e rebelde precisavam informar o caso aos anciãos (Dt 21.18ss.). No caso de assassinato, era a responsabilidade de um parente, o vingador de sangue, executar o assassino (Nm 35). Essencialmente, então, o sistema era um sistema de autoajuda regulada pelos tribunais. Testemunhas eram convocadas publicamente para denunciar crimes (Lv 5.1; Jz 17.2). Assim, para a maioria das transgressões, a iniciativa para a execução judicial era a responsabilidade de indivíduos.

Na maioria dos casos, parece que o querelante também era responsável por executar a decisão do tribunal, mas há evidências de que às vezes ele era auxiliado por “oficiais” (shōṭerîm). A palavra literalmente significa “escriba”, de modo que uma das funções deles talvez tenha sido registrar decisões. Eles também tinham a responsabilidade de reunir as tropas e são mencionados ao lado dos juizes em um ou dois casos (Dt 20.5; 16.18; 1Cr 23.4), por isso, talvez tenham tido ainda a função de oficial de justiça ou guarda para garantir a execução da sentença; mas isso não está claro. Como já foi explicado, é provável que um indivíduo tenha assumido várias funções na sociedade.

Na maioria dos casos, portanto, a execução legal era uma questão particular pela qual a pessoa lesada era responsável. As transgressões religiosas, no entanto, eram mais graves, e, nesse caso, execuções judiciais públicas poderiam ser instituídas (p. ex., Dt 13.13ss. [VP 13.12ss.]). Além do mais, quando a parte lesada era fraca demais para garantir os seus direitos legais pessoalmente, ela

podia apelar ao rei (p. ex., 1Rs 3.16ss.). Um dos deveres fundamentais do rei era promover a justiça na terra: “Que ele defenda a causa dos pobres, liberte os necessitados e esmague o opressor” (Sl 72.4). O fato de que Davi não cumpriu os seus deveres nesse aspecto deu a Absalão uma desculpa para fomentar uma rebelião (2Sm 15).

¹ [Hoffmann, vol. 2, p. 80, oferece uma explicação possível. Ele sugere que o capítulo tem uma organização simétrica de acordo com a lista principal de transgressões contra a decência \(v. 9-21\). Isso é precedido e seguido por exortações \(v. 7,8 e v. 22-26\), que por sua vez são ladeadas por dois crimes puníveis com apedrejamento \(v. 2 e v. 27\). Os versículos 3-6 são um interlúdio.](#)

² [Parece haver uma ditografia no texto aqui. Traduzido literalmente, esse versículo diz: “Se um homem cometer adultério com a mulher do, se um homem cometer adultério com a mulher do seu próximo ...”. Visto que as versões têm o mesmo conteúdo, a corrupção deve ter ocorrido em um estágio inicial na transmissão do texto. Sobre o problema de conteúdo duplicado, veja S. Talmon, “Conflate readings”, IBS, p. 170-3.](#)

³ [Sobre essa expressão, veja de Vaux, Ancient Israel, p. 71 \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\].](#)

⁴ [Veja comentário de 17.4.](#)

⁵ [Veja Excurso II: “Execução da lei em Israel”, p. 293-4.](#)

⁶ [THWAT, vol. 2, p. 541-7.](#)

⁷ [Saalschütz, p. 462, sugere que o uso dessa expressão significa que o homem precisa ser executado por apedrejamento. Essa interpretação tornaria a referência mais explícita a apedrejamento no versículo 27 redundante.](#)

⁸ [Veja Excurso I: “Princípios da punição no Pentateuco”, p.287-92.](#)

⁹ [Veja Excurso I: “Princípios da punição no Pentateuco”, p.287-92.](#)

¹⁰ [O termo acadiano equivalente ahāzum é usado de modo semelhante para indicar uma união estável em LH 128.](#)

¹¹ [Saalschütz, p. 792s.](#)

¹² Calvino, vol. 3, p. 78.

¹³ Veja também J. D. M. Derrett, Law in the NT (London: DLT, 1970), p. 156-88, que sugere que a mulher escapou por causa de um aspecto técnico.

¹⁴ As coleções de lei principais podem ser encontradas em traduções para o inglês em ANET, p. 159-98. S. Greengus, em IDBS, p. 533ss., lista os principais paralelos.

¹⁵ M. Greenberg, “Some postulates of biblical criminal law”, Yehezkel Kaufmann Jubilee Volume (ed. M. Haran, Jerusalem, 1960), p. 5-28; E. M. Good, “Capital punishment and its alternatives in Ancient Near Eastern law”, Stanford Law Review 19 (1967): 947-77; S. M. Paul, Studies in the book of the covenant in the light of cuneiform and biblical law (Leiden: Brill, 1970); J. J. Finkelstein, “The goring ox”, Temple Law Quarterly 46 (1973): 169-290; B. S. Jackson, Essays in Jewish and comparative legal history, p. 25-63.

¹⁶ LH 6-11, 21s., 25.

¹⁷ O furto de despojos dedicados a Deus era punível com a morte (Js 7).

¹⁸ Cf. HL 1-6.

¹⁹ Veja J. L. Saalschütz, Das Mosaische Recht, p 493s., para uma exposição mais detalhada.

²⁰ Para uma análise atual, veja B. S. Jackson, Essays, p. 75-107.

²¹ Por exemplo, assassinato, LH 1; feitiçaria, LH 2; adultério LH 129; incesto, LH 157.

²² Veja uma análise mais detalhada sobre isso no comentário de Levítico 17.

²³ Essa é a visão tradicional, e ela deve ser preferida à sugestão de B. S. Jackson in Theft in early Jewish law (Oxford: Clarendon, 1972), p. 172s., de que o que Levítico tem em mente para transgressões seculares é a restituição de duas vezes mais um quinto da quantidade furtada.

²⁴ Para outras explicações, veja Jackson, Theft, p. 154ss.

²⁵ G. R. Driver e J. Miles, The Babylonian laws, vol. 1 (Oxford: Clarendon, 1952), p. 501.

²⁶ R. de Vaux, Ancient Israel, p. 150ss. [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)]; D. J. Wiseman, “Law and order in OT times”, Vox Evangelica 8 (1973): 5-21.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

☛ E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

A estrutura de Levítico 21 e 22

Os capítulos anteriores trataram da santidade de israelitas comuns. Os capítulos 21 e 22 agora prosseguem considerando a santidade dos líderes religiosos, os sacerdotes. Eles precisam seguir padrões mais elevados.

Esses capítulos se dividem em seis seções, e cada uma termina com a fórmula “eu sou o

Senhor

, o teu (o vosso) santificador” (21.8,15,23; 22.9,16,32). O único outro trecho em que essa expressão é usada é 20.8.

21.1-9 Restrições quanto ao luto e casamento para sacerdotes comuns

v. 10-15 Restrições quanto ao luto e casamento para o sumo sacerdote

v. 16-24 Impedimentos físicos para exercer o ofício sacerdotal

22.1-9 Impedimentos para comer a comida sacerdotal

v. 10-16 O direito dos parentes à comida sacerdotal

v. 17-33 Impedimentos físicos para o uso sacrificial de animais

A inclusão de regras sobre as exigências para animais sacrificiais em uma seção

que trata principalmente dos sacerdotes é notável. Se, como observamos no capítulo 11, os animais sacrificiais são os sacerdotes do mundo animal,¹ essa organização é bem lógica. A fraseologia da Lei chama a atenção para esse paralelismo: muitas das deformações que impedem que um sacerdote ofereça sacrifícios (21.18-20) são iguais às aquelas que impedem que animais sejam oferecidos como sacrifícios (22.20-24).

Caracteristicamente, a seção termina com uma exortação à santidade que realça a importância de obedecer à Lei (22.31-33; cf. 18.24-30; 19.36,37; 20.22-26).

Exegese e exposição

¹O

Senhor

disse a Moisés: “Fala aos sacerdotes, os filhos de Arão, e dize a eles: Que ninguém entre seus parentes se contamine por causa dos mortos, ²exceto por um parente próximo, sua mãe, seu pai, seu filho, sua filha, seu irmão, ³ou sua irmã jovem não casada que lhe é próxima; por ela ele poderá se contaminar. ⁴Ele não se contaminará em um casamento entre seus parentes para assim se profanar.

⁵Eles não deverão rapar a cabeça, aparar a barba ou marcar com cortes o seu corpo. ⁶Eles serão santos para o seu Deus e não profanarão o nome do seu Deus, porque oferecem as ofertas de alimentos ao

Senhor

, o alimento de seu Deus, e eles deverão ser santos.

⁷Eles não se casarão com uma prostituta ou uma mulher que não seja virgem ou uma mulher divorciada, porque o sacerdote é santo para o seu Deus. ⁸Tu o santificarás, porque ele oferece o pão do teu Deus. Ele deverá ser santo para ti, porque eu, o Senhor, teu santificador, sou santo.

⁹A filha de um sacerdote que se profanar com prostituição, assim profanando seu pai, deverá ser queimada no fogo.

¹⁰O sacerdote que é o maior entre seus irmãos, em cuja cabeça foi derramado o óleo da unção e que foi designado para usar as vestes, não deverá desarrumar seu cabelo e nem rasgar suas roupas. ¹¹E não poderá se aproximar de nenhuma pessoa morta; nem mesmo por seu pai ou por sua mãe ele poderá se tornar impuro. ¹²Ele não poderá deixar o santuário, para que não profane o santuário de seu Deus, porque a consagração do óleo da unção do seu Deus está sobre ele. Eu sou o

Senhor

.

¹³Ele deverá se casar com uma jovem em sua virgindade. ¹⁴Uma viúva ou divorciada, uma jovem que não for virgem, ou uma prostituta, com nenhuma destas ele poderá se casar. Mas se casará com uma jovem em idade de casar dos seus parentes, ¹⁵para que não profane seus filhos entre seu povo, porque eu, o

Senhor

, sou o santificador dele”.

¹⁶O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁷“Fala a Arão desta maneira: Se um de teus descendentes tiver um defeito físico, ele não se aproximará para oferecer o alimento de seu Deus. ¹⁸De fato, nenhum homem que tiver um defeito físico poderá se aproximar, nenhum cego, manco, ou que tenha um nariz fendido, ou uma perna ou um braço mais comprido, ¹⁹ou um pé ou uma mão quebrada, ²⁰nenhum corcunda, ou anão, ou com visão deficiente, ou que tenha sarna, ou feridas, ou testículos esmagados. ²¹Nenhum homem entre os descendentes do sacerdote Arão que tiver um defeito físico poderá se aproximar para apresentar as ofertas de alimento do

Senhor

. Se ele tiver um defeito, não poderá apresentar o alimento de seu Deus.

²²Ele poderá comer o alimento do seu Deus, isto é, das coisas santíssimas e das coisas santas. ²³Ele só não poderá entrar no véu ou se aproximar do altar, porque tem um defeito, para que não profane os meus santuários, pois eu sou o

Senhor

, o santificador deles”.

²⁴E Moisés falou a Arão e a seus filhos e a todos os israelitas.

21.1-9 Restrições quanto ao luto e casamento para sacerdotes comuns

Cadáveres eram impuros, e qualquer pessoa que tivesse contato com eles se tornava impura (Nm 19.11ss.). Por essa razão, sacerdotes não podiam participar de cerimônias fúnebres de uma pessoa que não fosse um parente muito próximo (v. 2,3). Sua irmã jovem não casada (v. 3): se fosse casada, era dever do marido dela organizar o seu enterro; se fosse mais nova,² seria provável que seus pais ainda estivessem vivos e em condições suficientemente boas para sepultá-la. A mulher do sacerdote não é explicitamente mencionada nessa lista de pessoas. Considerando que ela é “uma só carne” com ele, a lei simplesmente pressupõe que ele contaminaria a si mesmo por ela. Como uma forma de chamar a atenção de seus ouvintes, Ezequiel, um sacerdote, recebeu a ordem de não prantear nem mesmo quando sua mulher morreu (Ez 24.15ss.).

21.4

Ele não se contaminará em um casamento é um tanto obscuro. Talvez a interpretação mais provável³ seja considerar isso um prenúncio do versículo 7. Ele adverte o sacerdote a evitar a contaminação unindo-se em casamento a uma mulher de caráter duvidoso. A maioria dos comentaristas, no entanto, acha que o versículo se refere à contaminação por meio da morte de um “parente por afinidade”, isto é, alguém que é parente do sacerdote por meio de casamento, e não de sangue.⁴

21.5,6

Eles não deverão rapar a cabeça:⁵ cf. 19.27,28; Deuteronômio 14.1. A desfiguração do corpo humano é incompatível com a santidade, que é simbolizada na perfeição física; cf. v. 18-21. Se essa regra se aplicava a leigos (19.27,28), ela seria muito mais aplicável aos sacerdotes que haviam sido separados para o serviço divino, para oferecer o alimento de seu Deus (v. 6). Sobre essa expressão, cf. 3.11,16; 21.21.

21.7,8

Os sacerdotes são consagrados a Deus e a sua mulher deve ser uma mulher de bom caráter. Eles não podem casar com uma mulher conhecida por ter uma conduta sexual irregular. O fato de que a lei está mais interessada no caráter e reputação da mulher do que na sua experiência sexual anterior é indicado pelo fato de que o sacerdote comum podia casar com uma viúva (veja o v. 14, em que viúvas são acrescentadas àquelas mulheres proibidas de casar com o sumo sacerdote), mas não com uma divorciada. Por mais inocente que fosse a mulher divorciada, era provável que a sua reputação tivesse sido afetada pelo divórcio.

21.9

Assim como o caráter da esposa impactava a vida de seu marido, o mesmo podia ocorrer com o caráter dos filhos. Portanto, a filha de um sacerdote que se torna prostituta (frequente o bastante em um mundo em que a prostituição cultual era lugar-comum) profana o seu pai. Uma punição exemplar, queimá-la, é prescrita para essa transgressão para demonstrar que na adoração do Senhor não há espaço para essas práticas pagãs.

21.10-15 Restrições quanto ao luto e casamento para o sumo sacerdote

21.10

Restrições ainda mais severas são impostas ao sumo sacerdote. Sua situação santa como o mediador supremo entre Deus e Israel é simbolizada por sua unção e suas vestes cerimoniais esplêndidas (cf. Êx 28 e 29; Lv 8). Ele não pode sequer exhibir os sinais normais do luto, desarrumar seu cabelo e rasgar suas roupas (cf. Js 7.6; Jó 2.12; Gn 37.29,34). Seu cabelo foi ungido e as suas roupas criadas especialmente para ele. Se os desarrumava, isso poderia servir para anular a sua consagração.

21.11,12

Ele também não pode participar do enterro dos seus parentes mais próximos, seu pai e sua mãe, de tão plena que é a sua dedicação ao serviço de Deus.

O versículo 12 não significa que o sumo sacerdote morava no santuário, somente que os seus deveres tinham precedência sobre os seus vínculos familiares, até mesmo quando os seus pais morriam. Levítico 10.3-7 conta como os dois filhos de Arão morreram e como os sacerdotes precisaram se portar nessa situação.

Naquela ocasião, eles foram impedidos de prantear porque a morte deles era juízo divino, e prantear implicaria uma crítica a Deus. Nessa lei, o sumo sacerdote recebe a ordem de sempre colocar os seus deveres oficiais acima dos familiares (cf. Mt 8.21,22).

21.13-15

Por fim, sua esposa precisa ter um caráter imaculado. Nem mesmo uma viúva é suficientemente boa para o sumo sacerdote. Ela precisa ser uma moça israelita nova do seu povo, pronta para casar-se (v. 14). O versículo 15 fornece a razão: para que não profane seus filhos entre seu povo. Geralmente supõe-se que essa é uma insistência em que sua mulher seja apropriada para um homem da sua posição. Mas isso talvez signifique que, ao casar com essa moça, ele assegurará que os seus filhos sejam realmente seus. Se ele casasse com uma moça que não era virgem, sempre haveria uma possibilidade de que o primeiro filho (e, portanto, potencial sumo sacerdote) não fosse de linhagem sacerdotal.⁶

21.16-24 Impedimentos físicos para o exercício do ofício sacerdotal

Várias deformações físicas, nem todas com uma identificação segura,⁷ impedem que um sacerdote officie no santuário. Fica ainda mais clara a ideia de que a santidade acha expressão física na inteireza e normalidade. Os animais impuros

(cap. 11) são impuros porque não se locomovem do modo normal apropriado ao seu tipo. Várias transgressões listadas no capítulo 19 eram impuras pelo fato de não expressarem integridade moral.⁸

Embora um sacerdote defeituoso não possa oferecer sacrifício pessoalmente, ele contudo pode desfrutar dos privilégios sacerdotais, aquelas partes dos sacrifícios reservadas aos sacerdotes (veja Lv 2.3,10; 6.10,11,22 [VP 6.17,18,29]; 7.6), contanto que esteja em um estado de pureza ritual (veja 22.1-9).

¹ Sacerdotes = animais sacrificiais. Israel = animais puros. Gentios = animais impuros.

² Para uma fundamentação da tradução jovem para betulāh, geralmente traduzido por “virgem”, veja G. J. Wenham em VT 22 (1972): 326-48; cf. TDOT, vol. 2, p. 338-43.

³ Veja Keil, p. 430.

⁴ Para essas sugestões, veja Hoffmann, vol. 2, p. 85s.; Gispén, p. 301s.; Porter, p. 168.

⁵ Lit., “abrir manchas calvas”.

⁶G. J. Wenham, VT 22 (1972), p. 238.

⁷ Hārum (nariz fendido), somente no versículo 18, é formalmente um participio passivo que significa “fendido”; cf. Isaías 11.15. As versões e comentaristas judaicos acham que se tem em mente um dano ao nariz. Gibbēn, somente no versículo 20. A LXX, Vulgata e a maioria dos tradutores modernos acham que essa palavra significa “corcunda”. A NEB ressuscita como tentativa uma antiga tradição judaica de que essa é uma referência a “sobrancelhas deformadas”. Daq significa “fino, pequeno”, por exemplo, como uma qualificação para incenso (16.12) ou vacas (Gn 41.3,4). Somente aqui é proposto o significado “anão”. Outra possibilidade é que o termo se refira a uma doença do olho; assim a NEB e aparentemente a LXX e a Vulgata. Gārāb (ferida) e yallepet (sarna) são encontrados no versículo 20 e em 22.2 (gārāb; tb. em Dt 28.27) e denotam algum tipo de doença de pele. O termo acadiano gārābu significa “sarna” ou “lepra” de acordo com CAD G, p. 46.

⁸ Veja Introdução (VI.2), p.15: “Santidade”.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

☛ F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Dize a Arão e a seus filhos que se separem das coisas sagradas dos israelitas que eles dedicarem a mim para que não profanem o meu santo nome. Eu sou o

Senhor

.

³Dize a eles: Se um homem entre os vossos descendentes ao longo das vossas gerações se aproximar das coisas sagradas que os israelitas dedicarem ao

Senhor

, enquanto ele [o homem] estiver impuro, esse homem será eliminado de diante de mim. Eu sou o

Senhor

.

⁴Nenhum descendente de Arão que sofrer de uma doença de pele grave ou de um fluxo poderá comer das coisas separadas até que esteja puro. Isso se aplica ao homem que tiver tocado um cadáver ou estiver sofrendo de fluxo de sêmen, ⁵ou ao homem que tiver tocado algo que enxameia que o torne impuro ou tiver tocado alguém que esteja sofrendo de alguma impureza contagiosa; ⁶a pessoa

que o tocar se tornará impura até a tarde e não poderá comer das coisas sagradas a não ser que lave seu corpo em água. ⁷Quando o sol se puser, ele estará puro, e depois disso ele poderá comer das coisas sagradas, pois esta é a sua comida. ⁸Ele não comerá qualquer animal que morrer de morte natural ou que for morto por animais para assim se tornar impuro por meio disso. Eu sou o

Senhor

.

⁹Eles deverão cumprir a minha ordem para não incorrer em pecado e morrer por causa disso quando o profanarem. Eu sou o

Senhor

, o santificador deles. ¹⁰Nenhum estranho poderá comer das coisas sagradas, mesmo que more com o sacerdote ou esteja empregado por ele. ¹¹Mas se o sacerdote comprar alguém como escravo, este poderá comer, e qualquer um que tiver nascido na sua casa poderá comer sua comida. ¹²A filha de um sacerdote que se casar com um estranho não poderá comer das coisas sagradas que foram contribuídas. ¹³Mas se a filha de um sacerdote tiver enviuvado ou se divorciado, não tiver filhos e voltar à casa de seu pai como nos tempos da infância, ela poderá comer da comida de seu pai. Mas nenhum estranho poderá comer dela.

¹⁴Se alguém comer alimento sagrado de forma inadvertida, ele deverá acrescentar um quinto a ela e dá-la ao sacerdote, ¹⁵para que assim as coisas sagradas dos israelitas que eles contribuírem ao

Senhor

não sejam profanadas. ¹⁶E deverão fazer com que sofram o castigo da reparação, se comerem das coisas sagradas, porque eu sou o

Senhor

, o santificador deles”.

¹⁷O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁸“Fala a Arão e a seus filhos e a todos os israelitas e dize-lhes: Se alguém da casa de Israel ou dos estrangeiros residentes em Israel trazer uma oferta como oferta queimada por seus votos ou como oferta voluntária que apresentam ao

Senhor

, ¹⁹para ser aceita deverá ser de um macho perfeito do rebanho bovino, ovino ou caprino. ²⁰Não deveis oferecer qualquer coisa que tenha defeito, porque não será aceita por vós. ²¹Se alguém oferecer uma oferta pacífica como cumprimento de um voto, ou como oferta voluntária, do rebanho bovino ou ovino, deverá ser perfeito para ser aceito; não poderá ter defeito algum. ²²Não oferecereis estes ao

Senhor

: os cegos, os de pernas quebradas, com cortes, com fluxos, ou sarnas ou feridas. Não deveis apresentar nenhum desses como oferta de alimento no altar para o

Senhor

. ²³Poderás apresentar como oferta voluntária um boi ou um cordeiro com pernas mais compridas ou atrofiadas, mas não será aceito como oferta de voto. ²⁴Não podereis oferecer ao

Senhor

um animal que foi castrado de alguma forma: não podereis fazer isso em vossa terra. ²⁵Nem podereis oferecer como alimento do vosso Deus qualquer animal como estes comprado de estrangeiros, porque estão deformados, há defeito neles, eles não seriam aceitos.”

²⁶O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²⁷“Quando nascer um bezerro, um cordeiro ou um cabrito, ele deverá permanecer com sua mãe durante sete dias; a partir do oitavo dia, será aceitável como oferta, uma oferta de alimento para o

Senhor

. ²⁸Não imolareis uma vaca ou uma ovelha e sua cria no mesmo dia.

²⁹Quando oferecerdes um sacrifício de confissão ao

Senhor

, deveis oferecê-lo de tal modo que sejais aceitos. ³⁰Deverá ser comido no mesmo dia. Não deixareis nada para a manhã seguinte. Eu sou o

Senhor

.

³¹Guardareis os meus mandamentos e os praticareis. Eu sou o

Senhor

. ³²Não profanareis o meu santo nome e eu serei santificado entre os israelitas. Eu sou o

Senhor

, o vosso santificador, ³³que vos tirou da terra do Egito para ser o vosso Deus. Eu sou o

Senhor

”.

22.1-9 Impedimentos para comer a comida sacerdotal

O parágrafo anterior lidou com impedimentos físicos permanentes para o ofício sacerdotal. Esses sacerdotes que não exerciam sua função ainda podiam comer comida sacerdotal. Mas esse parágrafo determina sob quais circunstâncias os

sacerdotes não podem officiar nos sacrifícios nem comer a comida sacerdotal. Sempre que estiverem impuros, quer por meio de doença de pele (cf. caps. 13 e 14), quer por fluxos (cap. 15), quer por contato com homens ou animais mortos (11.39), eles não podem comer comida sacerdotal sob a ameaça de serem eliminados, porque ela é santa (v. 2,3). O santo e o impuro precisam ser mantidos separados.¹

22.10-16 Direitos dos parentes à comida sacerdotal

As partes dos sacrifícios reservadas a eles e os dízimos (veja caps. 6 e 7) constituíam o salário dos sacerdotes, que não tinham terra própria para cultivar. Como seria de esperar, as famílias dos sacerdotes também comiam as coisas sagradas. Mas quem era considerado membro da família do sacerdote? Esse parágrafo explica. Nenhum estranho (v. 10) — isto é, que não é de origem sacerdotal — pode comer a comida santa, a menos que essa pessoa tenha sido incorporada à família do sacerdote. Simplesmente morar com o sacerdote ou trabalhar para ele é insuficiente (v. 10). Escravos, no entanto, e seus filhos eram considerados membros da família (v. 11). Os próprios filhos do sacerdote, com certeza, tinham direito a comer a comida sacerdotal. Os filhos do sexo masculino não são mencionados, visto que teriam direito automaticamente às porções sacerdotais quando eles mesmos se tornassem sacerdotes. A filha de um sacerdote também tinha direito à comida sacerdotal, até casar (v. 12). A partir daí ela era considerada pertencente à família do marido dela. Se este fosse um “estranho”, ela não poderia mais desfrutar da comida sacerdotal. Mas se o marido morresse em seguida ou se divorciasse dela e a mulher não tivesse filhos que pudessem sustentá-la, ela podia voltar à casa dos seus pais e comer da comida sacerdotal novamente (v. 13).

Às vezes, um estranho poderia comer inadvertidamente as coisas sagradas e de fato roubar o sacerdote. Nesse caso, ele precisava repor o que comeu e acrescentar 20% (v. 14). O versículo 16 é um tanto obscuro. Talvez seja uma referência a 5.14ss., que insiste que qualquer pessoa que peca inadvertidamente com respeito às coisas sagradas também precisa levar um carneiro como oferta de restituição ou é mais um lembrete da compensação mencionada no versículo

22.17-30 Defeitos em animais sacrificiais

Assim como defeitos físicos excluía os sacerdotes (21.17-23) do serviço no Tabernáculo, também qualquer tipo de defeito em um animal impede que ele seja usado no sacrifício. Tanto o sacerdote quanto a vítima precisam ser perfeitos. A necessidade de animais livres de defeitos foi repetidamente enfatizada nos capítulos 1 a 4. Aqui, algumas imperfeições consideradas defeitos são listadas (v. 19-24), com termos que claramente ecoam os defeitos em sacerdotes no capítulo 21 (v. 17-21). É improvável que esses paralelos linguísticos sejam uma coincidência em vista da forte conexão entre sacerdotes e animais sacrificiais no pensamento israelita (veja cap. 11).

Em sacrifícios totalmente opcionais como as ofertas voluntárias, defeitos secundários não importavam (v. 23), mas animais castrados não deveriam ser oferecidos sob quaisquer circunstâncias. A castração de animais não deveria ser praticada em Israel. Não podereis fazer isso em vossa terra (v. 24).³ Nem mesmo animais castrados comprados de estrangeiros deveriam ser usados no sacrifício (v. 25). Homens em condição semelhante não podiam sequer adorar no antigo Israel (Dt 23.2 [VP 23.1]). Implícita nessa proibição está a ideia de que a castração prejudica a boa criação de Deus. A santidade é simbolizada na inteireza. Além disso, a bênção de Deus sobre todos os seres vivos era que deveriam “frutificar e multiplicar” (Gn 1.22,28; 8.17).

22.26-30

O mesmo tema reaparece aqui. Um bezerro ou um cordeiro não podem ser sacrificados no mesmo dia que a sua mãe (v. 28). Mais do que mero sentimentalismo parece estar na base dessa lei. Ela está em conformidade com

outras leis como a que proíbe que os homens peguem uma ave e seus ovos (Dt 22.6,7) ou cozinhem um filhote no leite da sua mãe (Êx 23.19; 34.26; Dt 14.21) ou destruam árvores desenfreadamente (Dt 20.19,20). Noé foi comissionado para juntar um par de cada tipo de animal para preservar a vida do Dilúvio que devastaria tudo (Gn 6.19,20; 7.2,3). Todo israelita deveria fazer a sua parte na conservação evitando a destruição desenfreada da criação dada por Deus.

O fato de que animais não podem ser sacrificados antes do seu oitavo dia (v. 27) também é afirmado em Êxodo 22.29 [VP 22.30]. Os animais sacrificiais precisavam ser totalmente consumidos logo (cf. Êx 23.18). Regras mais precisas que governam o consumo de ofertas pacíficas aparecem em Levítico 7.15-18.

22.31-33

Uma exortação característica dessa parte de Levítico (cf. 18.24ss.; 19.36,37; 20.26) conclui os capítulos 21 e 22. Pela sexta vez, a expressão-chave Eu sou o

Senhor

, vosso santificador (v. 32) marca o fim de uma seção (21.8,15,23; 22.9,16). A santidade de Deus e a sua graça redentora, que vos tirou da terra do Egito, devem inspirar o povo de Deus a obedecer às suas leis (v. 31).

Levítico 21 e 22 e o NT

Esses capítulos, como muitos outros no livro, constituem o pano de fundo de grande parte do ensino do NT. Cristo é tanto sacerdote perfeito (21.17-23; Hb 7.26) quanto vítima perfeita (22.18-30; Hb 9.14; 1Pe 1.19; 2.22). Sua noiva (cf. 21.7-15) é a igreja, que ele está santificando para torná-la “sem mancha, nem ruga, nem qualquer coisa semelhante, mas santa e irrepreensível” (Ef 5.27, A21;

cf. Ap 19.7,8; 21.2).

Vemos aqui que a exigência de santidade é comum a ambos os Testamentos. Entretanto, o NT a vê primariamente na dimensão moral e insiste em que a verdadeira santidade pode ser alcançada somente por meio da redenção, e não pela natureza. Essa redenção inclui aqueles com deformações físicas; para o banquete de Cristo são convidados os aleijados, os mancos e os cegos (Lc 14.13,21; cf. Jo 5.3). A extensão da graça de Cristo a eunucos e estrangeiros já havia sido prevista em Isaías 56.4-8.

Há indicações em Levítico 21 de que a integridade física era considerada um símbolo da integridade moral. Certamente, o AT exigia que os seus sacerdotes se portassem corretamente e com dignidade (cf. 1Sm 2.12ss; Os 4.4-10; 5.1). De forma semelhante, os líderes religiosos da igreja devem ser considerados pessoas de bom caráter (At 6.3; 1Tm 3; Tt 1.5-11). As suas esposas (1Tm 3.11; cf. Lv 21.7,13-15) e seus filhos (1Tm 3.4; Tt 1.6; cf. Lv 21.9) devem ter um bom procedimento. Seus filhos não podem ser acusados de libertinagem (asōtia, Tt 1.6), uma palavra que serviria bem para descrever a conduta da filha do sacerdote mencionada em 21.9.

Dirigindo-se a colegas de ministério sobre esse tema, Bonar escreve sobre a escolha de uma esposa: “Muito terrível é sua responsabilidade se você diminuir o seu zelo, seu amor, sua espiritualidade por casar com alguém que tem mais da terra e do mundo presente em sua pessoa e espírito do que do céu e da eternidade vindoura”.⁴ E sobre a conduta dos filhos de ministros, ele observa: “A conduta da família é observada pelo mundo, e eles colocam a culpa das suas ações más na conta dos seus pais [...] Eles [os filhos] prejudicam a utilidade do seu pai, que perde influência diante do mundo se os seus conselhos e modo de agir não tiverem tido êxito em aproximar a sua própria família de Deus”.⁵

Por fim, todos os cristãos são chamados a serem sacerdotes em um sentido figurado (1Pe 2.5,9). Eles devem colocar o seu amor a Deus acima do amor pela família (Lc 14.26). O sumo sacerdote não podia contaminar a si mesmo enterrando o seu pai e mãe (21.11). Em uma linha semelhante, Jesus desafiou um discípulo relutante com estas palavras: “Segue-me e deixa os mortos sepultarem seus próprios mortos” (Mt 8.21,22, A21; Lc 9.59,60).

¹ [Veja Introdução \(VI.2\), p. 15: “Santidade”.](#)

² Keil, p. 435. Milgrom, Cult and conscience, p. 63-6, acha que é improvável que um carneiro fosse exigido nesse caso. A ambiguidade do sufixo da terceira pessoa complica a interpretação. Não sejam profanadas (lit., “não profanarão”). De acordo com Keil, a terceira pessoa do plural tem força indefinida: daí a tradução passiva adotada aqui. De acordo com Milgrom, “eles” = os sacerdotes. O versículo 16a pode ser expandido: “E [os sacerdotes] deverão fazer com que eles [os israelitas] sofram o castigo da reparação, se [os israelitas] comerem das coisas sagradas”.

³ Aqui seguimos a interpretação dos primeiros tradutores (Vulgata, Targumim, Pseudo-Jônatas e Neofiti), Josefo Antiguidades 4.8.40, e alguns comentaristas judaicos (p. ex., Elliger, p. 300; Hoffmann II, p. 113; Porter, p. 176) de que esse versículo está proibindo a castração como tal, e não somente o sacrifício de animais castrados (RSV; NEB; Gispén, p. 317).

⁴ Bonar, p. 375.

⁵ Bonar, p. 376.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

☛ G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

G. Festas religiosas (cap. 23)

A estrutura de Levítico 23

Nos capítulos anteriores, “Eu sou o

Senhor

(o vosso/teu Deus)” muitas vezes servia para realçar a estrutura do material. A expressão faz isso novamente nesse capítulo (v. 22,43), dividindo o capítulo em duas seções principais — as festas da primavera (v. 5-22) e as festas do outono (v. 26-43). Elas também são subdividas por mais uma expressão que é incomum fora desse capítulo: “Essa é uma regra permanente para os vossos descendentes em todos os lugares em que habitardes” (v. 14,21,31,41).

Outras palavras e expressões-chave nesse capítulo são “os encontros do

Senhor

” [“as estações designadas”] (v. 2,4,37,44), “convocações santas” (v. 2,4,7,8,21,24,27,35,37) e “não fareis trabalho (pesado) algum” (v. 7,8,21,25,30,31,36).

Usando essas expressões como marcadores, dividimos o capítulo da seguinte forma:

v. 1-4 Introdução: o sábado

v. 5-22 Festas da primavera

v. 5-14 Páscoa e Pães sem Fermento

v. 15-22 Festa das Semanas

23-43 Festas do outono

v. 23-32 Dia de descanso solene e Dia da Expição

v. 33-43 Festa dos Tabernáculos

44 Resumo final

Os refrãos recorrentes nesse capítulo sobre “convocações santas” e “dias de descanso” mostram que esse capítulo está tratando de como os leigos devem celebrar esses “dias santos”. Esse é um calendário para os leigos, e não para os sacerdotes. Uma comparação com Números 28 e 29 confirma isso. Números 28 e 29 especifica em detalhes quais animais devem ser oferecidos em cada dia. Em contraste, esse capítulo geralmente se satisfaz com uma breve referência a “uma oferta de alimento” (v. 8,13,18,27,36,37), uma expressão que inclui todos os sacrifícios, exceto a oferta de purificação.¹ Era a tarefa do sacerdote saber qual tipo de sacrifício precisava ser oferecido em cada ocasião. Era suficiente para o leigo se lembrar de que ele precisava comparecer à convocação santa, em que sacrifícios seriam oferecidos em favor dele, e observar os dias de descanso extraordinários.

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Fala aos israelitas e dize-lhes: Quando convocardes os encontros designados pelo

Senhor

, eles serão convocações santas; estes são os meus encontros.

³Durante seis dias o trabalho poderá ser feito, mas, no sétimo dia, o sábado do descanso solene, haverá uma convocação santa. Não fareis trabalho algum. É um sábado do

Senhor

em todas as vossas habitações.

⁴Estes são os encontros do

Senhor

, as santas convocações que anunciareis no tempo apropriado. ⁵No décimo quarto dia do primeiro mês no crepúsculo é a Páscoa do

Senhor

. ⁶No décimo quinto dia desse mês começa a Festa dos Pães sem Fermento do

Senhor

: durante sete dias deveis comer pães sem fermento. ⁷No primeiro dia, fareis uma convocação santa. Não fareis trabalho pesado algum. ⁸Deveis oferecer ao

Senhor

uma oferta de alimento durante sete dias. No sétimo dia, haverá uma convocação santa. Não fareis trabalho pesado algum.”

⁹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁰“Fala aos israelitas e dize-lhes: Quando entrardes na terra que estou vos dando para colherdes vossas colheitas, deveis levar um feixe, os primeiros frutos da vossa colheita, ao sacerdote. ¹¹Então ele deverá dedicar o feixe diante do

Senhor

, para que sejais aceitos. No dia depois do sábado, o sacerdote deverá dedicá-lo.

¹²No dia em que dedicardes o feixe deveis oferecer uma oferta queimada ao

Senhor

de um cordeiro perfeito de um ano ¹³e uma oferta de cereais de um quinto de um efa da melhor farinha misturada com azeite, uma oferta de alimento com um aroma agradável ao

Senhor

e uma oferta de bebida de um quarto de him de vinho. ¹⁴Não deveis comer pão, cereais tostados ou cereais frescos até esse dia quando levardes a oferta do vosso Deus. Essa é uma regra permanente para os vossos descendentes em todos os lugares em que habitardes.

¹⁵Deveis contar sete semanas completas do dia depois do sábado, do dia em que levardes o feixe da dedicação, ¹⁶até o dia depois do sétimo sábado. (Em outras palavras) deveis contar cinquenta dias e então oferecer uma nova oferta de cereais ao

Senhor

. ¹⁷Das vossas habitações deveis levar como oferta de dedicação dois pães feitos de um quinto de um efa da melhor farinha assados com fermento como os primeiros frutos do

Senhor

.

¹⁸Com os pães deveis oferecer sete cordeiros perfeitos de um ano, um novilho e dois carneiros, como oferta queimada, bem como suas ofertas de cereais e ofertas de bebida, como uma oferta de alimento com um aroma agradável ao

Senhor

. ¹⁹Deveis fazer uma oferta de purificação com um bode e uma oferta pacífica

com dois cordeiros de um ano. ²⁰O sacerdote deverá dedicá-los como uma oferta de dedicação diante do

Senhor

junto com os pães dos primeiros frutos e os dois cordeiros. Eles são santos para o

Senhor

, isto é, para o sacerdote. ²¹Devereis anunciar uma proclamação nesse mesmo dia. Devereis ter uma santa convocação. Não fareis trabalho pesado algum. Essa é uma regra permanente para os vossos descendentes em todos os lugares em que habitardes.

²²Quando fizerdes a colheita da vossa terra, não ireis até a beirada do vosso campo na vossa colheita e não deveis colher as espigas caídas da vossa colheita. Deixai-as para os pobres e estrangeiros residentes: Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.”

²³O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²⁴“Fala aos israelitas desta maneira: No primeiro dia do sétimo mês deveis ter um dia de descanso solene, um memorial, anunciado com uma trombeta, uma santa convocação. ²⁵Não fareis trabalho pesado algum, e oferecereis uma oferta de alimento ao

Senhor

.”

²⁶O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²⁷“Mas no décimo dia desse sétimo mês é o Dia da Expição. Devereis ter uma santa convocação; aí vos afligireis e trareis

uma oferta de alimento ao

Senhor

. ²⁸Não fareis trabalho algum nesse dia específico, pois é o Dia da Expição para fazer expiação por vós diante do

Senhor

, o vosso Deus. ²⁹Pois todo aquele que não se afligir nesse dia específico será eliminado do seu povo. ³⁰E todo aquele que fizer algum trabalho nesse dia específico, eu o destruirei de entre o seu povo. ³¹Não fareis trabalho algum. Essa é uma regra permanente para vossos descendentes em todos os lugares em que habitardes. ³²Devereis guardá-lo como um sábado de descanso solene e vos afligireis: da tarde do nono dia até a tarde seguinte vós o guardareis como o vosso sábado.”

³³O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ³⁴“Fala aos israelitas desta maneira: A partir do décimo quinto dia do sétimo mês, durante sete dias, deveis comemorar a Festa dos Tabernáculos do

Senhor

. ³⁵No primeiro dia, haverá uma santa convocação: não fareis trabalho pesado algum. ³⁶Durante sete dias apresentareis uma oferta de alimento ao

Senhor

. No oitavo dia, deveis ter uma santa convocação e oferecer uma oferta de alimento ao

Senhor

: é uma assembleia sagrada. Não fareis trabalho pesado algum.

³⁷Estas são as estações designadas do

Senhor

, quando convocareis santas convocações para oferecer as ofertas de alimento do

Senhor

, as ofertas queimadas, as ofertas de cereais e as ofertas de bebida correspondentes a cada dia. ³⁸Elas são oferecidas além dos sábados do

Senhor

, e além das vossas dádivas, ofertas por voto e ofertas voluntárias que vós apresentais ao

Senhor

.

³⁹Mas no décimo quinto dia do sétimo mês, quando tiverdes feito a colheita do produto da vossa terra, deveis celebrar a festa do

Senhor

durante sete dias. No primeiro dia e no oitavo dia haverá um descanso solene.

⁴⁰No primeiro dia apanhareis para vós o fruto de árvores esplêndidas, ramos de palmeiras, ramos de árvores frondosas, salgueiros das margens dos rios e vos alegrareis diante do

Senhor

, o vosso Deus, durante sete dias. ⁴¹Deveis celebrá-la como uma festa ao

Senhor

durante sete dias no ano. É uma regra permanente para os vossos descendentes.

Deveis celebrá-la no sétimo mês. ⁴²Deveis habitar em tendas durante sete dias, isto é, todo israelita nativo deverá habitar em tendas, ⁴³para que assim os vossos descendentes saibam que eu fiz os israelitas habitarem em tendas quando os tirei da terra do Egito. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.”

⁴⁴E Moisés falou aos israelitas sobre os encontros do

Senhor

.

23.1-4 Introdução: os encontros do Senhor e o sábado

Esses versículos apresentam o tema dos encontros do Senhor (v. 2,4,44) ou “estações designadas” (v. 37) (mô‘ēḏ). A palavra é derivada de um verbo que significa “designar ou fixar” (p. ex., 2Sm 20.5). Onde o substantivo ocorre mais comumente é na expressão “Tenda do Encontro”, isto é, a parte da tenda propriamente no Tabernáculo que Deus havia designado como o lugar para encontrar o seu povo. Deus também fixou épocas em que o seu povo poderia vir para encontrá-lo, em uma convocação santa.

Convocação santa (v. 2,3,4,7,8,21,24,27,35,36,37) — essa expressão ocorre onze vezes nesse capítulo, seis vezes em Números 28 e 29, duas vezes em Êxodo 12.16 e em nenhuma outra passagem. Com base nessas passagens, descobrimos que eram oferecidos sacrifícios nas convocações santas. A palavra convocação (miqrā’) literalmente significa um “chamado”, “reunião” ou “conferência para leitura”. O termo “convocação” é usado sozinho em Números 10.2 em referência a ocasiões em que todo o povo deve ser convocado para o Tabernáculo por meio do toque de uma trombeta. Em Isaías 1.13 e 4.5 é uma referência às grandiosas convocações celebradas no pátio do Templo. Juntando esses dados, podemos argumentar que uma “convocação santa” era um encontro nacional para a adoração pública. Primeiramente, era uma ocasião para a oferta de sacrifício, mas em épocas posteriores talvez ela tenha incluído também a leitura e exposição das Escrituras (cf. Dt 31.10ss; Ne 8 e 9).

Esse capítulo explica em detalhes essas festas anuais. Mas antes de elas serem

detalhadas, o povo é lembrado da festa semanal, o sábado. Como as outras festas listadas aqui, era um período de descanso do trabalho e uma ocasião para “uma convocação santa” (v. 2,3). No sábado, o homem precisava imitar o seu Criador, que descansou do seu trabalho de criação no sétimo dia (Gn 2.1-3; Êx 20.11) e recordar a sua redenção da escravidão egípcia (Dt 5.15; cf. Lv 23.43).

Keil² mostra que o princípio sabático influencia todas as leis do Pentateuco sobre as festas. Há sete festas no ano: Páscoa, Pães sem Fermento, Festa das Semanas; Dia de Descanso Solene, Dia da Expição, Tabernáculos, o dia logo depois da Festa dos Tabernáculos. Durante essas festas, havia sete dias de descanso: o primeiro e sétimo dias dos Pães sem Fermento, Semanas [Dia dos Primeiros Frutos], o Dia de Descanso Solene, Dia da Expição, o primeiro dia da Festa dos Tabernáculos, o primeiro dia depois da Festa dos Tabernáculos. A maioria dessas festas ocorria no sétimo mês do ano. Cada sétimo ano é um ano sabático (Êx 21.2ss; Lv 25.2ss.; Dt 15.1ss.). Após 49 (7 x 7) anos, havia um “ano supersabático”, o ano do Jubileu (Lv 25.8ss.). Por meio desse sistema elaborado de festas e anos sabáticos, a importância do sábado era realçada. Em virtude de tanta familiaridade, o sábado semanal poderia vir a ser tomado por certo. Mas essas festas e anos sabáticos constituíam grandes interrupções da vida diária e introduziam um elemento de variedade no ritmo da vida. Desse modo, eles lembravam o israelita constantemente do que Deus havia feito por ele e de que, ao observar o sábado, ele estava imitando o seu Criador, que descansou no sétimo dia.

23.5-22 As festas da primavera

23.5-14 Páscoa e Pães sem Fermento

23.5

Nada além de um breve lembrete da Páscoa é fornecido aqui. Evidentemente, a lei mais detalhada em Êxodo 12 e 13 é pressuposta, e aqueles capítulos são o melhor comentário desse versículo.³

23.6

O dia seguinte, o décimo quinto dia do primeiro mês,⁴ era o primeiro dia da Festa dos Pães sem Fermento que tinha uma semana de duração. Ela é chamada assim porque nenhum pão fermentado comum podia ser consumido durante a semana, recordando o Êxodo do Egito, quando os israelitas precisaram partir tão apressadamente que não houve tempo para fermentar o pão (Êx 12.14ss.).

A palavra hebraica aqui traduzida por Festa (ḥag) talvez signifique literalmente “peregrinação” (cf. o árabe ḥaj para a peregrinação a Meca). A palavra é usada para as Festas dos Pães sem Fermento (v. 6), dos Tabernáculos (v. 39) e das Semanas (Êx 34.22 ss.; Dt 16.16). Se essa é a etimologia correta, ela talvez reflita o fato de que, em épocas posteriores, essas festas eram sempre celebradas no santuário central em Jerusalém e envolviam uma peregrinação para as pessoas de fora da cidade que desejassem participar (cf. 1Rs 12.26-32).

O primeiro e último dias dessa festa eram, como o primeiro e último dias da principal festa do outono, a Festa dos Tabernáculos, dias de descanso em que nenhum “trabalho pesado” podia ser feito (v. 7,8,35,36). A expressão trabalho pesado (lit., “obra de trabalho”, mele’ket ‘abōdāh) não é definida precisamente e parece ser uma alusão ao quarto mandamento. “Seis dias trabalharás (ta’abōd) e farás todo o teu trabalho (mela’ktekā)” (Êx 20.9). O primeiro e o último dias das festas eram dias como o sábado, em que o trabalho ordinário na lavoura ou no comércio parava e ocorria uma convocação santa. O adjetivo pesado não se aplica a trabalho proibido no sábado ou no Dia da Expiação. Ali ocorre outra expressão, o sábado do descanso solene (v. 3,32). Muitos comentaristas sugerem que descanso solene abrange não somente trabalho pesado, mas também pequenos trabalhos domésticos como cozinhar ou acender o fogo (cf. Êx 16.23-

30; Nm 15.32-36).

Uma oferta de alimento (v. 8,13,18,25,27,36): essa provavelmente é uma expressão resumida para “todos os sacrifícios apropriados”.⁵ Números 28 e 29 determina o número e tipo de sacrifícios exigidos em cada dia das festas.

Levítico apresenta um novo elemento nas cerimônias comuns mais antigas das festas da Páscoa e dos Pães sem Fermento (veja Êx 12 e 13). Tanto Êxodo 23.15 quanto 34.18-20 indicam que uma oferta de primeiros frutos deve ser levada nessa ocasião. Levítico 23.10-13 é mais específico. Após o povo entrar na Terra Prometida, os israelitas devem levar um feixe (provavelmente de cevada, porque ela amadurecia antes do trigo) como uma oferta de dedicação⁶ e um cordeiro como uma oferta queimada, com os acompanhamentos prescritos de ofertas de cereais e bebida. A oferta de cereais nessa ocasião era duas vezes maior do que o normal (cf. Nm 28.13), provavelmente porque era o início da colheita. Somente após essas ofertas terem sido oferecidas a Deus, o próprio adorador podia comer da produção da nova estação (v. 14).

No dia depois do sábado (v. 11,15; cf. v. 16): o significado dessa expressão foi tema de muita controvérsia. O sábado em questão seria o sábado comum, isto é, o primeiro sábado após o início da Festa dos Pães sem Fermento? Ou o sábado é o primeiro dia dos Pães sem Fermento em que o trabalho pesado era proibido? De acordo com a primeira interpretação, “o dia após o sábado” significa domingo; de acordo com a segunda, isso significa o décimo sexto dia do mês.

O judaísmo ortodoxo e a maioria dos comentaristas atuais defendem a segunda interpretação. Algumas seitas judaicas, no entanto, e alguns autores atuais apoiam a primeira interpretação.⁷ Os argumentos exegéticos estão bastante equilibrados. Parece um pouco mais natural identificar “o sábado” com o dia do sábado do que o primeiro dia da festa. Além disso, caso se aceite que Levítico se baseia no calendário dos Jubileus,⁸ pareceria mais provável que o primeiro feixe fosse oferecido no domingo (o dia depois do sábado) do que na quinta-feira (segundo dia da festa).

23.15-22 A Festa das Semanas (Pentecostes)

Cinquenta dias após o primeiro feixe ter sido oferecido, ocorria uma festa para marcar o fim da colheita de cereais (v. 15,16). Ela também é chamada de a Festa da Colheita (Êx 23.16). Seu nome no NT, Pentecostes (At 2.1), vem da palavra grega que significa “quinquagésimo” (pentēkostos).

Como as outras grandes festas, era um dia de descanso em que ocorria uma convocação santa e sacrifícios apropriados eram oferecidos, incluindo pães frescos (v. 17). Essa era a única ocasião no ano em que era necessário levar pães com fermento como uma oferta (Lv 2.11; cf. 7.13).

Os sacrifícios na Festa das Semanas estavam em uma escala bem mais generosa do que aqueles para a Festa dos Pães sem Fermento (cf. v. 12,18,19). Após as bênçãos da colheita terem sido trazidas, era certo e apropriado expressar gratidão, em adoração, pela bondade de Deus e se lembrar das necessidades dos pobres (v. 22).

O versículo 22 é uma ligeira abreviação da lei em 19.9,10. Ele omite a referência à colheita de uvas, que seria inapropriada nessa época do ano, visto que uvas amadurecem muito mais tarde. Muitos sugerem⁹ que isso é uma inserção inadequada originária de 19.9,10. Mas em ambos os capítulos, os versículos são na verdade integrados cuidadosamente na estrutura total com a fórmula “Eu sou

Senhor

, o vosso Deus”. É possível que haja o mesmo raciocínio em ambos os capítulos. Os sacrifícios suprem as necessidades materiais dos sacerdotes (Lv 19.5-8; 23.17-21), então é necessário cuidar dos outros membros vulneráveis da sociedade, a saber, os pobres e os estrangeiros residentes. Deuterônomo conecta regularmente as necessidades dos levitas com aquelas dos pobres e peregrinos (p. ex., Dt 14.27-29; 16.11).

23.23-43 As festas do outono

O outro conjunto principal de festas está situado no sétimo mês do ano (setembro-outubro). Nesse mês, o verão quente e seco chega ao fim, as uvas e azeitonas são colhidas e o israelita começa a aguardar a chegada das chuvas. Em um bom ano, elas começariam em outubro e durariam até março. O sétimo mês, então, marcava o fim de um ano agrícola e o início de um novo ano. O trabalho de cultivo era pouco intenso e havia tempo para avaliar a condição espiritual e material. As festas nesse mês têm um sabor mais solene do que aquelas na primavera. Quatro sábados extraordinários são prescritos no espaço de um mês, incluindo o dia mais santo da expiação (v. 25,28,35,36).

Os sacrifícios especiais para essas festas são listados em Números 29. Essa lista mostra que a Festa dos Tabernáculos era considerada a mais importante do ano.

Os versículos 26 a 32 resumem como os leigos precisavam observar o Dia da Expição, abstendo-se de todos os tipos de trabalho e afligindo a si mesmos (isto é, por meio do jejum e outros exercícios penitenciais). Se o leigo não observasse esse dia, ele era eliminado¹⁰ (cf. 16.29,30).

Os versículos 33 a 43 enfatizam novamente os aspectos importantes da Festa dos Tabernáculos no que diz respeito aos leigos. Durante essa semana, eles devem morar em abrigos feitos de ramos. O objetivo disso era lembrá-los de como haviam vivido em tendas no passado, quando saíram do Egito, e fazer com que apreciassem as boas casas que agora desfrutavam (cf. Dt 6.10,11). É somente quando estamos privados das nossas bênçãos diárias — saúde, comida, roupas ou moradia — que percebemos o quanto devemos ser gratos. Deuteronômio faz essa observação de forma extremamente eloquente em 7.12—8.20: “Cuidado para não te esqueceres do

Senhor

[...] depois de teres comido e estares farto” (8.11,12, A21).

Levítico 23 e o NT

Em nenhum outro aspecto a continuidade entre os Testamentos é tão clara

quanto no calendário. A igreja cristã se apropriou de três principais festas do AT: Páscoa do AT = Sexta-feira Santa; Pães sem Fermento = Páscoa; Festa das Semanas = Pentecostes. Os três acontecimentos mais significativos no ministério redentor de Cristo coincidem com essas festas. O fato de eles nem sempre coincidirem hoje se deve a várias modificações do calendário introduzidas desde o século 1.

A última ceia parece ter sido uma refeição pascal (cf. Mt 26.17), e João dá a entender que nosso Senhor era o verdadeiro Cordeiro Pascal cujos ossos não seriam quebrados (Jo 19.36 citando Êx 12.46; cf. Jo 19.14). O domingo de Páscoa¹¹ era provavelmente o dia em que o primeiro feixe era oferecido como oferta de dedicação. É essa cerimônia de oferecimento dos primeiros frutos que levou Paulo a descrever a ressurreição de Cristo como os primeiros frutos (1Co 15.23). Em outra passagem, ele usa mais um aspecto da Festa dos Pães sem Fermento como um incentivo para a santidade: assim como era necessário remover todo o fermento da casa para se preparar para a Festa dos Pães sem Fermento, assim também é necessário remover o pecado da comunidade cristã.

“Removei o fermento velho, para que sejais massa nova [...] Porque Cristo, nosso cordeiro da Páscoa, já foi sacrificado. Portanto, celebremos a festa, não com fermento velho, nem com fermento da maldade e da corrupção, mas com os pães sem fermento da sinceridade e da verdade” (1Co 5.7,8, A21).

Por fim, o envio do Espírito Santo à igreja ocorreu na Festa das Semanas, o Pentecostes, o quinquagésimo dia após a Páscoa (At 2.1).

Reconhecer o contexto veterotestamentário dessas festas cristãs talvez pudesse dar uma profundidade maior à adoração cristã. Quando celebramos a Sexta-feira Santa, devemos pensar não somente sobre a morte de Cristo na cruz por nós, mas também sobre o primeiro Êxodo do Egito que prenunciava a nossa libertação da escravidão do pecado. Na Páscoa, recordamos a ressurreição de Cristo e vemos nela uma garantia da nossa própria ressurreição no último dia, assim como os primeiros frutos da colheita garantem uma colheita plena depois disso (1Co 15.20,23). Em Pentecostes, louvamos a Deus pela dádiva do Espírito e todas as nossas bênçãos espirituais; o AT também nos lembra de adorar pelos nossos benefícios materiais.

Na época do AT, essas festas eram ocasiões para descanso do trabalho cotidiano e para uma reunião do povo de Deus em convocações santas. As festas também

eram um tempo para regozijar-se diante do Senhor (23.40). Quanto mais razões a igreja tem para se regozijar hoje, em vista de todos os benefícios espirituais que são nossos por meio do nosso Senhor Jesus!

¹ [Veja comentário de 1.9.](#)

² [Biblical Archaeology, vol. 1, p. 469ss.](#)

³ [Cf. também Deuteronômio 16.1-8; J. B. Segal, The Hebrew Passover \(London: 1963\); de Vaux, Ancient Israel, p. 484ss. \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento, \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\]; H. J. Kraus, “Zur Geschichte des Passah-Mazzot-Festes”, Evangelische Theologie 18 \(1958\): 47-67; M. Haran, “The Passover sacrifice”, VTS 23 \(1972\): 86-116. Crepúsculo \(v. 5\) \(lit., “entre os anoiteceres”\); cf. Êxodo 12.6; 29.4; 30.8 etc. O significado da expressão é muito discutido. A maioria dos comentaristas acha que ela significa “à tardezinha/noite” \(cf. Dt 16.16, “na hora do poente”\) ou, mais precisamente, o período entre o pôr do sol e a completa escuridão. A visão judaica ortodoxa é que ela significa “entre o meio-dia e o pôr do sol”, e isso é defendido por Gispén, p. 323s., com base em que teria sido impossível matar todos os cordeiros pascais entre o pôr do sol e o escurecer completo. Na época do NT, o sacrifício da Páscoa começava cerca de 3h da tarde.](#)

⁴ [O primeiro mês do ano, nisã, começava em meado de março. Na época do NT, a maioria dos judeus seguia o calendário lunar, com 29 ou 30 dias em cada mês. A cada três anos, aproximadamente, era necessário intercalar um mês extra para manter o ano lunar em sincronia com o Sol. Nesse calendário, as festas judaicas ocorrem em dias diferentes do ano solar em cada ano \(p. ex., em 1976, a Páscoa ocorreu em 15 de abril, e em 1977, em 3 de abril\) e em dias diferentes da semana \(1976: quinta-feira; 1977: domingo\). Normalmente, a visão na maioria dos livros-texto é que uma versão mais primitiva desse sistema era seguida na época do AT \(veja de Vaux, Ancient Israel, p. 178ss.\).](#)

Mais recentemente, porém, foi defendido que, na verdade, o AT segue o calendário mencionado no livro dos Jubileus, usado pelos essênios em Qumran, o chamado calendário dos Jubileus. Esse emprega um ano de exatamente 52 semanas (364 dias). Cada ano começava em uma quarta-feira, e todas as grandes festas — dos Pães sem Fermento (Lv 23.6), do Dia de Descanso Solene (Lv 23.24) e dos Tabernáculos (Lv 23.24) — começavam na quarta-feira. Para defender essa teoria, foi mostrado que, de acordo com Gênesis 1.14, o Sol e a

Lua foram criados na quarta-feira (o quarto dia da semana) para servirem de “sinais e estações” (lit., “encontros, hebr. mō‘ēd) (conforme P. Beauchamp, *Création et séparation* [Paris, 1969], p. 113s.). Se pressupormos que um calendário dos Jubileus está na base da história do Dilúvio, todos os aspectos decisivos nessa narrativa ocorrem em dias apropriados da semana; veja G. J. Wenham, “The coherence of the flood narrative”, VT 28 (1978): 342-5. Por fim, S. B. Hoenig sugeriu que o ano do Jubileu, mencionado em Levítico 25.8ss., também servia para harmonizar o calendário com o ano solar acrescentando mais 49 dias a cada 49 anos (Tradition 7 [1964], p. 23: “Sabatical years and the year of Jubilee”, JBR 59 [1969]: 222-36).

A simplicidade do calendário dos Jubileus é óbvia. Se as festas principais sempre começavam na quarta-feira, isso teria sido um grande benefício para as pessoas comuns, que não possuíam calendários. Se as festas começavam na quarta-feira, aqueles que viviam bem longe de Jerusalém não teriam precisado viajar no sábado para ir ao Templo. Mas, independentemente do calendário usado, isso não faz nenhuma diferença para o significado religioso das festas.

⁵ [Veja comentário de 1.9 \(p. 45-6, esp. nota 7\).](#)

⁶ [Sobre esse termo, veja comentário de 7.30 \(p. 119-20\).](#)

⁷ [Elliger, p. 315; Heinisch, p. 104; Bertholet, p. 80.](#)

⁸ [Veja p. 312 comentário do versículo 6.](#)

⁹ [Conforme Gispén, p. 329s.; Elliger, p. 317; Noth, p. 172.](#)

¹⁰ [Sobre essa expressão, veja o comentário de 17.4.](#)

¹¹ [Veja p. 312 sobre a questão do significado do dia após o sábado.](#)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

☛ H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

A estrutura de Levítico 24

O material de Levítico 24 se divide assim:

v. 1 Introdução

v. 2-9 Leis sobre o Lugar Santo

v. 2-4 O candelabro

v. 5-9 Os Pães da Presença

v. 10-23 Um caso de blasfêmia

v. 10-12 A transgressão

v. 13-22 A sentença de Deus

v. 23 Execução realizada pelo povo

Esse capítulo não tem os marcadores estruturais claros de muitas seções de Levítico. Pontos de contato com capítulos próximos incluem “eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” (v. 22), “Essa é uma regra permanente para os vossos descendentes” (v. 3; cf. 3.17; 10.9; 16.29; 17.7; 23.14,21,31,41) e “um direito permanente” (v. 9; cf. 6.11 [VP 6.18]; 7.34; 10.15).

Apesar dessas expressões familiares, os comentaristas não foram capazes de identificar conexões claras entre o material nesse capítulo e o que vem antes e depois dele. Gispén¹ defende que as leis sobre o Lugar Santo (v. 2-9) talvez tenham sido incluídas para lembrar o povo de que tinha a obrigação de suprir para a adoração de Deus em todos os períodos e não somente nas festas listadas no capítulo 23.

A única razão que os comentaristas conseguem achar para a presente posição da história do blasfemador (v. 10-23) é que ela ocorreu logo após Moisés ter transmitido as instruções sobre o candelabro e os Pães da Presença (v. 2-9). Se essa explicação está correta, ela realça que Levítico é essencialmente uma obra narrativa (cf. caps. 8—10). As leis foram transmitidas em momentos e lugares específicos para tratar de situações particulares.

Em cada seção, podem ser observados sinais de organização cuidadosa. A lei sobre os Pães da Presença ecoa a que trata do candelabro: “que tragam” (v. 2,5), “arranjá-la” (v. 3,4,8), “regularmente” (v. 3,4,8), “diante do

Senhor

” (v. 3,4,6,8). No caso do blasfemador, a descrição da sua execução (v. 23) segue de perto a sentença divina (v. 14). Isso é um exemplo do padrão de ordem-cumprimento também encontrado nos capítulos 8 a 10, usado para enfatizar a obediência do povo à palavra de Deus. A explicação do juízo (v. 15-22) também é organizada cuidadosamente.²

Exegese e exposição

¹O Senhor falou a Moisés da seguinte forma: ²“Ordena aos israelitas que tragam a ti azeite de oliva puro e refinado para a luz, a fim de manter uma lâmpada sempre acesa. ³Fora da cortina do testemunho na Tenda do Encontro Arão deverá arranjá-la diante do

Senhor

regularmente desde a tarde até a manhã. Essa é uma regra permanente para os vossos descendentes. ⁴No candelabro puro ele deverá arranjar regularmente as lâmpadas diante do

Senhor

.

⁵Deverás pegar da melhor farinha e assar doze pães dela, dois décimos de um efa de farinha para cada pão. ⁶Deverás colocá-los em duas pilhas: seis em cada pilha na mesa [de ouro] pura diante do

Senhor

. ⁷Em cima de cada pilha colocarás incenso puro para que seja usado para o pão como porção memorial, uma oferta de alimento para o

Senhor

. ⁸Todo dia de sábado ele deverá arranjar isso regularmente diante do

Senhor

: é dos israelitas como uma aliança eterna. ⁹Ela é para Arão e seus filhos, e eles deverão comê-la em um lugar santo, pois é uma das coisas santíssimas, um direito permanente para ele das ofertas de alimento do

Senhor

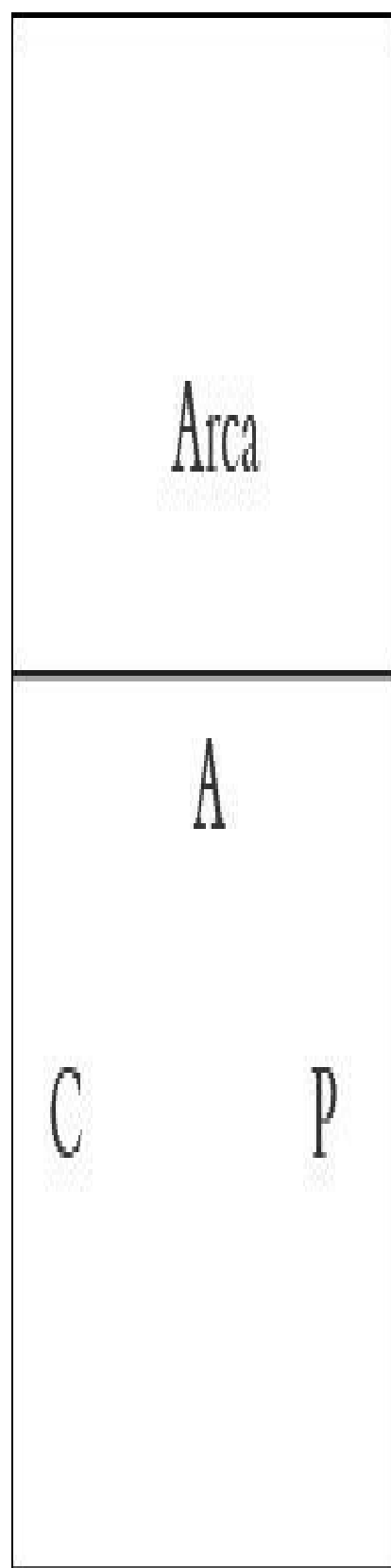
.”

24.2-4 O candelabro

Os versículos 2 e 3 repetem com uma leve abreviação as instruções de Êxodo 27.20,21. A sua estrutura é descrita em Êxodo 25.31-39, a sua construção, em Êxodo 37.17-24, e o ato de erigi-la, em Êxodo 40.25,26. Vários aspectos da sua estrutura e decoração são inteiramente apropriados para o final da Idade do Bronze (séculos 15 a 13 a.C. e caiu em desuso mais tarde).³ A antiguidade do candelabro ainda é confirmada por 1Samuel 3.3.

24.5-9 Os Pães da Presença

Assim como o candelabro e o altar do incenso, os Pães da Presença⁴ eram mantidos no Lugar Santo, a “antessala” do Lugar Santíssimo na Tenda do Encontro.



← Lugar Santíssimo

← Lugar Santo

A = Altar de Incenso

C = Candelabro

P = Mesa dos Pães da Presença

Os pães eram colocados em uma mesa baixa relativamente pequena revestida de ouro (veja Êx 25.23-30//37.10-16). Juntamente com os pães, vários pratos pequenos precisavam ser colocados na mesa. Josefo diz que os pães eram empilhados um sobre o outro (Antiguidades 33.6.6). Apesar da tradução inglesa comum,⁵ colocar um sobre o outro parece ser o único modo de doze pães enormes⁶ terem sido organizados em uma mesa desse tamanho (90 cm x 45 cm).

24.6

Deverás colocá-los em duas pilhas: seis em cada pilha. Parece provável que as duas pilhas de seis pães representavam as doze tribos de Israel, do mesmo modo que as duas pedras com seis nomes gravados em cada uma serviam de “pedras de memorial dos israelitas” (Êx 28.9-12). Como a circuncisão (Gn 17.13,19) e o sábado (Êx 31.16), os Pães da Presença simbolizavam a “aliança eterna” (v. 8) entre Deus e Israel (cf. Sl 105.10; Rm 11.28,29). De maneira alternativa, essa expressão poderia ser uma referência à aliança eterna anunciada a Noé de que Deus nunca mais destruiria a terra e suas colheitas em um dilúvio. Mas essa interpretação parece menos provável (Gn 9.16).

24.7-9

Porção memorial (v. 7): é o termo usado para descrever a oferta de cereais em 2.2,9,16; 5.12; 6.8 (VP 6.15). Veja o comentário de 2.2. No caso dos Pães da Presença, porém, era queimado incenso em vez dos pães.

É uma das coisas santíssimas (v. 9). Isso significava que o pão podia ser comido somente pelos sacerdotes em um lugar santo (v. 6.9ss [VP 6.16ss.]). O sacerdote

de Nobe chamado Abimeleque, portanto, estava se desviando um tanto das regras permitindo que Davi e seus homens comessem o pão. Ele, no entanto, insistiu em que os homens não estivessem impuros em decorrência de relações sexuais recentes (1Sm 21.4-7 [VP 21.3-6]; cf. Lv 15.16ss.).

¹ [Gispen, p. 337.](#)

² [Veja o comentário desses versículos.](#)

³ [C. L. Meyers, The tabernacle menorah \(1976\), esp. p. 182ss.](#)

⁴ [Os “Pães da Presença” \(Êx 25.30\), provavelmente chamados assim porque eram colocados diante do Senhor \(v. 6,8\), nas versões antigas são chamados de “pães da proposição”.](#)

⁵ [O termo ma‘ăreket, geralmente traduzido por “fileira”, literalmente significa “disposição” e é usado somente para os Pães da Presença. Tanto Gispen, p. 340, quanto Elliger, p. 324, traduzem o termo para o inglês por “staple”, isto é, pilha.](#)

⁶ [O versículo 5 diz que um quinto de um efa de farinha era usado para fazer cada pão. O volume exato de um efa é incerto \(veja de Vaux, Ancient Israel, p. 202 \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\]\), mas os números sugerem que cerca de três litros com aproximadamente dois quilos de farinha eram usados em cada pão.](#)

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

☛ I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

Exegese e exposição

¹⁰Um homem de mãe israelita e pai egípcio, que vivia entre os israelitas, começou uma briga com um israelita de linhagem pura. ¹¹O homem de ascendência mestiça pronunciou o Nome e amaldiçoou. Assim o levaram a Moisés. Ora, o nome da mãe dele era Selomite, filha de Dibri, da tribo de Dã. ¹²Eles o colocaram em reclusão enquanto buscavam orientação do

Senhor

.

¹³O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ¹⁴“Leva o blasfemador para fora do acampamento e depois deixa que aqueles que o ouvirem ponham a mão sobre a cabeça dele e que toda a comunidade o apedreje. ¹⁵E tu dirás aos israelitas: Se um homem amaldiçoar a Deus, ele levará o seu castigo. ¹⁶Mas todo aquele que pronunciar o nome do

Senhor

como uma maldição certamente deverá ser morto. Toda a comunidade o apedrejará. Isso se aplica tanto a estrangeiros residentes quanto a israelitas nativos. Se ele pronunciar o Nome como uma maldição, ele deverá ser morto.

¹⁷Se um homem tirar a vida de outro homem, ele certamente será morto. ¹⁸Todo aquele que tirar a vida de um animal deverá restituí-la, vida por vida. ¹⁹Se um homem ferir o seu próximo, aquilo que ele fez deverá ser feito a ele, ²⁰ferimento

por ferimento, olho por olho, dente por dente. O ferimento que ele infligir a outro homem, o mesmo ferimento será infligido a ele. ²¹Todo aquele que matar um animal deverá restituí-lo, e todo aquele que matar um homem deverá ser morto. ²²Tereis a mesma lei para o estrangeiro residente e para o israelita nativo, porque eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.”

²³Assim Moisés falou aos israelitas, e eles levaram o blasfemador para fora do acampamento e o apedrejaram. Assim os israelitas fizeram como o

Senhor

havia ordenado a Moisés.

24.10-23 O caso de um blasfemador

Esse episódio ilustra como muitas dessas leis de casuística¹ no Pentateuco podem ter se originado. Elas resultavam de situações específicas levadas ao tribunal para um julgamento legal. A pena em determinado caso era registrada como um guia para juízes no futuro, caso situações semelhantes ocorressem novamente. Devemos observar que o juiz cuja decisão é registrada aqui não é Moisés, mas Deus. O próprio Deus era o autor da Lei em Israel,² e não o rei ou alguma autoridade humana como ocorria na lei mesopotâmica.

Pronunciou o Nome e amaldiçoou (v. 11). Não era simplesmente pronunciar o nome santo de Yahweh (o

Senhor

) que constituía a transgressão, como os judeus muitas vezes afirmam, ou amaldiçoar por si mesmo. Era usar o nome do Senhor em uma maldição que

fazia alguém merecer a pena de morte (veja v. 14ss.).³

O uso indevido do nome de Deus é condenado no terceiro mandamento (Êx 20.7). Amaldiçoar a Deus é proibido em Êxodo 22.27 [VP 22.28] (o mesmo verbo qillêl é usado em Êxodo 22.27, bem como em Levítico 20.9 com respeito a amaldiçoar os pais). A história de Nabote mostra que a pena de morte para a blasfêmia não era letra morta na época do AT (1Rs 21.10,13). A blasfêmia era uma das acusações pelas quais o nosso Senhor e Estêvão foram condenados à morte (Mt 26.65,66; At 6.11ss.).

A blasfêmia traz culpa sobre aqueles que a ouvem, bem como sobre o próprio blasfemador. Para se livrarem dessa culpa, os ouvintes precisavam colocar a mão na cabeça do blasfemador (v. 14). A morte que se seguia então fazia expiação tanto pelos seus próprios pecados quanto pelos dos ouvintes.⁴

Em todo o antigo Oriente, a pena de morte era imposta para uma variedade mais ampla de crimes do que na sociedade ocidental dos dias de hoje. Isso se aplica ao AT tanto quanto aos sistemas mesopotâmicos, mas enquanto as leis de Hamurábi consideram as transgressões contra a propriedade e crimes semelhantes como crimes capitais, o AT não as considera. Na visão do AT, pecados contra a família e religião são os mais graves e, por isso, muitas vezes atraem a pena de morte, ao passo que questões econômicas não são tratadas tão seriamente.

Isso se aplica tanto a israelitas quanto a estrangeiros residentes (v. 16,22). Estrangeiros residentes em Israel deveriam mostrar respeito por Deus. Outras leis que também se aplicavam a estrangeiros residentes são mencionadas em Êxodo 12.19,49; Levítico 16.29; 17.15; 18.26; Números 9.14; 15.30. De acordo com Êxodo 12.38, havia não israelitas entre os que saíram do Egito.

O incidente da blasfêmia forneceu uma ocasião para expor alguns princípios fundamentais da lei bíblica em uma pequena digressão, os versículos 16 a 22. Esses versículos são organizados cuidadosamente em um padrão concêntrico chamado “palíastrofe”⁵ [um tipo de quiasmo].

A o estrangeiro residente e o israelita nativo (v. 16)

B tirar a vida de um homem (v. 17)

- C tirar a vida de um animal (v. 18)
- D aquilo que ele fez, deverá ser feito a ele (v. 19)
- D' O [...] que ele infligir, o mesmo [...] será infligido a ele (v. 20)
- C' matar um animal (v. 21a)
- B' matar um homem (v. 21b)
- A' o estrangeiro residente e o israelita nativo (v. 22)

A simetria e o equilíbrio dessa estrutura reforçam as observações feitas explicitamente no texto, isto é, que, nesses casos, a mesma pena precisa ser aplicada tanto ao estrangeiro residente quanto ao israelita nativo (v. 16,22) e que em todos os casos a punição precisa corresponder à transgressão: Se um homem ferir o seu próximo, aquilo que ele fez deverá ser feito a ele (v. 19).

Olho por olho, dente por dente (v. 20): essa é uma das três passagens no AT que determinam a chamada lex talionis (cf. Êx 21.23-25; Dt 19.21), um princípio fundamental da lei bíblica e do Oriente Próximo, isto é, que a punição precisa ser proporcional à transgressão. A retribuição é um dos objetivos principais do sistema penal na Bíblia.⁶

Parece provável que a expressão olho por olho etc. tenha sido somente uma fórmula. Na maioria dos casos em Israel, ela não era aplicada literalmente. Ela indicava a necessidade de fazer uma compensação apropriada à perda sofrida. Assim, se um escravo perdia um olho, ele recebia sua liberdade (Êx 21.26). O homem que matava um boi precisava pagar o suficiente ao seu dono para que ele comprasse outro (Lv 24.18). Somente no caso de homicídio premeditado essa compensação era proibida (Nm 35.16ss.). Então o princípio de vida por vida precisa ser executado literalmente, porque o homem foi criado à imagem de Deus (Gn 9.5,6).⁷

Levítico 24 e o NT

O candelabro de ouro e a mesa dos Pães da Presença são mencionados em Hebreus 9.2. Jesus se refere aos Pães da Presença em Mateus 12.1ss.//Marcos 2.23ss.//Lucas 6.1ss. Os fariseus criticaram Jesus por permitir que seus discípulos pegassem e comessem espigas no sábado. De acordo com sua tradição, essa ação equivalia a fazer uma colheita. Os discípulos, portanto, estavam trabalhando no sábado. Jesus mostra que, quando Davi esteve com fome, ele violou a Lei (a de Lv 24.9) muito mais explicitamente comendo os Pães da Presença (veja 1Sm 21). Jesus declara que as leis farisaicas sobre o sábado ignoram o próprio sentido do sábado. As leis foram criadas para o bem do homem, e não para fazê-lo morrer de fome no sábado.

A lei sobre a blasfêmia (Lv 24.14ss.) fazia parte das justificativas das sentenças de morte decididas contra Cristo e Estevão (Mt 26.65ss.; At 6.11ss.), embora claramente nesses casos a blasfêmia tenha tido um significado mais amplo do que em Levítico 24. Não obstante, o NT está certamente de acordo com o AT em desencorajar o uso profano do nome de Deus (p. ex., Mt 5.34ss.; Tg 3.9).

Jesus trata da *lex taliones* no Sermão do Monte. “Ouvistes que foi dito: Olho por olho e dente por dente. Eu, porém, vos digo: Não resistais ao homem mau” (Mt 5.38,39, A21). No contexto, as observações de Jesus são uma crítica a interpretações do AT prevaletentes na sua época. Essas interpretações tinham a intenção de abrandar a ética do AT. Por exemplo, dizia-se: “O assassinato foi proibido, mas não há problema em ficar com raiva”. Jesus disse que, embora o assassinato seja a pior consequência da raiva, até mesmo a raiva é pecado (5.21ss.). Declarava-se ainda: “O adultério é errado, mas não há problema com o divórcio”. Jesus disse que o novo casamento após o divórcio poderia ser adultério com outro nome (Mt 5.27-32). O contexto dos versículos 38 a 42, portanto, torna improvável que Jesus estivesse rejeitando a *lex talionis* como tal. O que parece mais provável é que Jesus está atacando aqueles que transformam esse princípio legal em uma máxima para a conduta pessoal. Os seguidores de Cristo não devem viver conforme o princípio de pagar com a mesma moeda. Um amor totalmente abnegado como o de Cristo precisa ser uma característica da atitude deles. “Dá a quem te pedir e não voltes as costas a quem te pedir emprestado” (v. 42, A21). É improvável que as observações do nosso Senhor tivessem o objetivo de encorajar juízes a deixar impunes os transgressores. O NT reconhece que os juízes humanos precisam administrar punições apropriadas à transgressão (At 25.11; Rm 13.4; 1Pe 2.14,20) e declara que é com base nisso

que Deus julgará a humanidade (Lc 12.47,48; 1Co 3.8ss.).

¹ Aquelas que começam com “Se um homem fizer isso e isso” e então determinam a pena.

² Cf. os Dez Mandamentos escritos pelo dedo de Deus (Êx 31.18). Para uma comparação útil do pensamento bíblico e mesopotâmico sobre a lei, veja S. M. Paul, *Studies in the book of the covenant* (Leiden: Brill, 1970).

³ Saalschütz, p. 495.

⁴ Hoffmann, vol. 1, p. 121s.; Gispén, p. 38.

⁵ A palístrofe é uma designação usada para a estrutura quiástica de trechos bíblicos mais extensos, que é mais ampla do que o quiasmo entre duas ou três linhas de um texto poético. (N. do E.)

⁶ Veja mais no Excurso I: “Princípios da punição no Pentateuco” (p. 287-92); também de Vaux, *Ancient Israel*, p. 149s.

⁷ B. S. Jackson, *Essays in Jewish and corporative legal history* (Leiden: Brill, 1975), p. 75-107.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

☛ J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

A estrutura de Levítico 25

Como nos capítulos anteriores, a expressão “Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus” indica o fim de uma seção (v. 17,38,55). O capítulo assim se divide em três seções principais:

v. 1 Introdução

v. 2-22 O Jubileu — um sábado para a terra

v. 23-38 O Jubileu — e o resgate da propriedade

v. 39-55 O Jubileu — e o resgate de escravos

Cada seção termina com uma exortação que fornece razões teológicas para observar a lei (v. 17-22,35-38,55). Algumas palavras e expressões distribuídas de modo relativamente uniforme nas três seções indicam os interesses principais do capítulo: por exemplo, “Jubileu”, “retornar à sua propriedade”, “teu irmão ficar pobre” e “temerás o teu Deus”.

O Jubileu

O propósito principal dessas leis é impedir a ruína completa dos devedores. Na época bíblica, um homem que fazia uma dívida que não pudesse pagar poderia ser forçado a vender a sua terra ou até mesmo a sua liberdade pessoal tornando-se escravo. Quando isso ocorria sem controle algum, esse processo produzia grande divisão social, com uma classe de proprietários de terras ricos explorando uma massa de servos sem terra. Esse tipo de situação surgiu em muitas sociedades, e nem mesmo Israel estava imune a ela, apesar dessa legislação. Padrões de construção de casas levaram arqueólogos a concluir que o Israel antigo era uma sociedade relativamente igualitária, mas que, no final do período da monarquia, a distância entre os ricos e pobres havia aumentado. “As casas ricas são maiores e mais bem construídas em um quarteirão diferente daquele em que as casas pobres estão amontoadas”.¹ Isaías denuncia os que “ajuntam casas e mais casas, que acrescentam um campo a outro, até que não haja mais lugar” (Is 5.8, A21), enquanto Amós apresenta uma repreensão indignada contra os que “vendem o justo por prata, e o necessitado, por um par de sandálias” (Am 2.6, A21). Caso o Jubileu tivesse sido observado, essa exploração descontrolada dos pobres teria sido contida. Levítico 25 proíbe que uma pessoa venda a si mesmo ou a sua terra em definitivo. De fato, ela somente pode alugar a sua terra ou o seu trabalho durante o máximo de 49 anos. O aluguel é pago em uma grande quantia de uma só vez antecipadamente, como se houvesse uma venda, mas no ano do Jubileu, a terra volta ao seu dono original e o escravo recebe a sua liberdade.

Esse ano do Jubileu ocorria a cada 49 anos. Se um homem declarasse falência no ano seguinte ao Jubileu, ele seria escravizado pelo tempo máximo de 48 anos a não ser que um parente pudesse resgatá-lo; mas se isso acontecesse em um estágio posterior do ciclo de anos, ele precisaria esperar um tempo mais breve para a sua libertação. Assim, uma vez na vida de qualquer homem, tudo começava do zero. Todos tinham a chance de um novo começo. Os ricos precisavam se desfazer da terra e dos escravos que haviam adquirido nos 49 anos anteriores, enquanto os pobres recuperavam a sua terra e liberdade. O Jubileu teria restaurado alguma aparência de igualdade entre os homens, desse modo retomando algo do relacionamento que existia entre os homens na sua criação. Outras leis no Pentateuco têm um alvo semelhante. Êxodo 23 prescreve que a cada sete anos o solo deve ficar sem ser lavrado, para que ele possa desfrutar de um Ano Sabático. É permitido que o solo siga o seu curso natural e volte ao menos parcialmente ao seu estado anterior ao cultivo humano. Por causa da ideia

semelhante implícita no Ano Sabático, isso é mencionado em Levítico 25.

Mas como instituição social, o ano do Jubileu permaneceu um ideal, que raramente se concretizou, se é que alguma vez ocorreu. A literatura rabínica diz que ele foi considerado obsoleto em épocas pós-exílicas. Crônicas talvez indique que o Ano Sabático não foi observado nem mesmo em épocas pré-exílicas (2Cr 36.21). Mas a falta de êxito em implementar um ideal não significa que ele não poderia ter sido realizado caso tivesse havido o desejo para isso. Evidências da Mesopotâmia indicam que, na época da antiga Babilônia (secs. 19/17 a.C.), alguns reis fizeram decretos administrativos cujos efeitos eram semelhantes às leis do Jubileu.² Sugeriu-se que o Jubileu foi invenção da época de Neemias,³ mas North fez uma defesa convincente da perspectiva de que era mais provável que os seguidores de Moisés tivessem adotado esse idealismo do que os homens abatidos e desanimados que voltaram do Exílio.⁴

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés no monte Sinai da seguinte forma: ²“Fala aos israelitas e dize a eles: Quando entrardes na terra que estou vos dando, a terra deverá descansar como um sábado para o

Senhor

. ³Durante seis anos semearás o teu campo, podarás a tua vinha e colherás o seu fruto, ⁴mas no sétimo ano deverá haver um sábado de descanso solene para a terra, um sábado para o

Senhor

. Não semearás o teu campo nem podarás a tua vinha. ⁵Não colherás o que cresce por si mesmo nem ajuntarás as uvas das tuas videiras não podadas. Será um ano

de descanso solene para a terra. ⁶O crescimento sabático da terra será o alimento para vós — do teu escravo, da tua escrava, do teu servo e do estrangeiro que vive contigo, ⁷do teu gado e dos animais selvagens que estão na tua terra. Todos os seus frutos podem ser comidos.

⁸Deverás contar sete ciclos de anos sabáticos, isto é, sete anos vezes sete, e os quarenta e nove dias dos sete ciclos dos anos sabáticos serão para ti um ano [ou: os dias dos sete ciclos dos anos sabáticos serão para ti quarenta e nove anos].

⁹Então tocarás a trombeta em toda a tua terra no décimo dia do sétimo mês, o Dia da Expição. ¹⁰Devereis santificar o quinquagésimo ano e proclamar um livramento na terra. É um Jubileu para vós: todos deveis retornar à vossa propriedade e às vossas famílias. ¹¹O quinquagésimo ano será um Jubileu para vós: não sementeis nem colhereis o que crescer por si mesmo e não colhereis as uvas das vinhas não podadas, ¹²porque o Jubileu será santo para vós. Podereis comer dos frutos do campo aberto.

¹³Nesse ano do Jubileu cada um de vós deverá retornar à sua herança.

¹⁴Se venderdes algo ao vosso próximo ou comprardes algo do vosso próximo, não explorareis o vosso irmão. ¹⁵Mas ao preço proporcional ao número de anos depois do Jubileu deverás comprá-lo do teu próximo; e ele deverá vendê-lo a ti a um preço proporcional ao número de anos de produção. ¹⁶Se faltarem muitos anos (até o Jubileu), poderás aumentar o preço proporcionalmente; mas se faltarem poucos anos, deverás reduzir o preço proporcionalmente, pois ele está te vendendo um número de colheitas. ¹⁷Que nenhum de vós explore o seu próximo, mas temerás o teu Deus, pois eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

¹⁸Devereis cumprir as minhas regras e guardar os meus juízos para praticá-los e então habitareis na terra de forma segura. ¹⁹A terra dará seus frutos e vós comereis até a plenitude e vivereis nela de forma segura. ²⁰Se perguntardes: ‘O que comeremos no sétimo ano se não sementarmos e se não colhermos dos seus frutos?’. ²¹Eu mandarei a minha bênção sobre vós no sexto ano e ela produzirá colheitas suficientes para três anos. ²²Sementeis novamente no oitavo ano e comereis da colheita anterior até o novo ano quando chegar a nova colheita. Até então comereis da colheita anterior.

²³A terra não deverá ser vendida em definitivo, pois a terra é minha e vós sois estrangeiros residentes e peregrinos comigo, ²⁴e deveis permitir o resgate para cada parte da terra que vos pertence.

²⁵Se teu irmão ficar pobre e vender parte da terra que pertence a ele, seu resgatador, que é seu parente mais próximo, virá e resgatará o que o teu irmão tiver vendido. ²⁶Se o homem não tiver um resgatador, porém, mais tarde conseguir ajuntar o suficiente para o seu próprio resgate, ²⁷ele deverá calcular o número de anos desde a venda e devolver a diferença ao homem a quem vendeu a sua propriedade, e então retornará à sua propriedade. ²⁸Mas se não conseguir ajuntar o suficiente para restituí-lo, a propriedade que vendeu deverá continuar na posse do comprador até o ano do Jubileu. Então ela será liberada, e ele poderá retornar à sua propriedade.

²⁹Se um homem vender uma casa de moradia em uma cidade murada, ela poderá ser comprada de volta em até um ano depois da venda. O período de resgate para ela será de um ano. ³⁰Se não for resgatada em um ano completo, uma casa em uma cidade murada se tornará propriedade inalienável do comprador para os seus descendentes; não será liberada no Jubileu. ³¹Mas casas em aldeias abertas não muradas serão consideradas como as casas que estão no campo da terra: o resgate é possível para elas e elas serão liberadas no Jubileu.

³²Quanto às cidades levíticas, as casas nas cidades que pertencem a eles, os levitas sempre poderão resgatá-las. ³³Se um dos levitas resgatar, a casa comprada na cidade que pertencer a eles será liberada no Jubileu, porque as casas nas cidades levíticas são propriedade deles entre os israelitas. ³⁴Mas os campos e as pastagens adjacentes às cidades deles nunca poderão ser vendidas, pois é propriedade deles para sempre.

³⁵Se teu irmão ficar pobre e não conseguir se sustentar, tu o sustentarás como se fosse um estrangeiro residente ou um peregrino e o deixarás viver contigo. ³⁶Não cobrarás juro algum dele, mas temerás a Deus e o deixarás viver contigo. ³⁷Não cobrarás juros dele sobre qualquer empréstimo de dinheiro ou de alimento que lhe fizeres. ³⁸Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus, que vos tirou da terra do Egito para vos dar a terra de Canaã para ser o vosso Deus.

³⁹Se teu irmão que vive contigo ficar pobre e se vender a ti, não o farás trabalhar para ti como escravo. ⁴⁰Ele ficará contigo como empregado ou peregrino; até o ano do Jubileu ele deverá trabalhar contigo. ⁴¹Depois ele será liberto de ti, ele e também os filhos dele, e deverá retornar à família dele e voltar à propriedade do pai dele. ⁴²Pois são meus escravos, os quais tirei da terra do Egito; não serão revendidos como escravos. ⁴³Não o dominarás nem o tratarás com dureza, mas temerás o teu Deus.

⁴⁴Mas se tiveres algum escravo ou escrava dentre as nações à tua volta (podereis obter escravos ou escravas deles, ⁴⁵e também dos peregrinos que vivem entre vós e das famílias deles que estão com eles, se gerarem filhos na vossa terra), podereis tê-los como propriedade. ⁴⁶Podereis deixá-los como herança aos vossos filhos. Podereis fazê-los trabalhar para vós para sempre. Mas não dominareis com dureza os vossos irmãos, os israelitas.

⁴⁷Se um estrangeiro residente ou peregrino se tornar próspero, e teu irmão que vive com ele se tornar pobre e se vender ao estrangeiro residente ou peregrino⁵ que vive contigo, ou a um membro da família do estrangeiro residente, ⁴⁸continua válido o direito de resgate para ele depois de ter se vendido. Um de seus irmãos poderá resgatá-lo; ⁴⁹ou seu tio ou primo poderá resgatá-lo; ou um de seus parentes de sangue de sua família poderá resgatá-lo; ou, se ele prosperar, ele mesmo poderá se resgatar. ⁵⁰Ele deverá calcular com aquele que o comprou o número de anos de sua venda [à escravidão] até o ano do Jubileu, e seu preço de venda será estabelecido pelo número de anos que tenha ficado com ele, como se fosse um empregado. ⁵¹Se ainda houver muitos anos pela frente, ele deverá restituir como preço de seu resgate uma proporção apropriada do preço da compra. ⁵²Se faltarem apenas alguns anos até o Jubileu, ele os deverá calcular e, na proporção do número de anos, restituir o dinheiro do resgate. ⁵³Ele deverá tratá-lo como um empregado durante os anos em que estiver com ele. Não permitirás que o domine com dureza.

⁵⁴Se ele não resgatar a si mesmo durante esses [anos], ele deverá ser libertado no ano do Jubileu, ele e seus filhos. ⁵⁵Pois os filhos de Israel me pertencem como escravos; eles são meus escravos, os quais eu tirei da terra do Egito. Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.”

25.2-22 O Jubileu — um sábado para a terra

A terra deverá descansar como um sábado para o

Senhor

(v. 2). As leis sobre o Jubileu começam com um lembrete do Ano Sabático (v. 2-5) (cf. Êx 23.10,11). Assim como um homem trabalha durante seis dias e descansa no sétimo,⁶ assim também a terra deve ser cultivada durante seis anos e então descansar, ficando sem cultivo no sétimo ano. Durante aquele ano, não deve haver cultivo, sementeira, poda ou colheita organizados (v. 4,5). Os filhos de Israel devem se portar como nômades que eram antes da conquista. Qualquer pessoa pode pegar e ajuntar tudo o que encontrar, onde quer que o alimento esteja. Esse seria um benefício especial a escravos e outras pessoas sem terra (v. 6; cf. Êx 23.11).⁷

O ano de descanso proclamava aos israelitas que o fator decisivo não é o trabalho diário no campo ou na vinha, mas Yahweh, o doador da terra. Desse modo, o Ano Sabático transmite, com clareza ainda maior do que o sábado semanal, a relatividade de todo o trabalho. O objetivo de todo o trabalho, a sua coroa, é o descanso, o sábado diante do Senhor.⁸

Enquanto o Ano Sabático aliviava a situação dos pobres, em todo sétimo Ano Sabático era feita uma tentativa de lhes dar um novo começo. A terra era devolvida àqueles que a haviam vendido (devereis retornar à vossa propriedade), e os que haviam sido escravizados voltavam à sua família (v. 10). Isso era o Jubileu. Essa palavra é uma transliteração aproximada do termo hebraico (yôbēl), que geralmente deve significar “carneiro” ou “chifre de carneiro”. O ano

do Jubileu então receberia o seu nome do som do chifre de carneiro no início do ano (v. 9). Se esse é o significado básico da palavra, deve-se supor que ele foi logo esquecido, porque João 6.6,8 precisa explicar isso com outra palavra traduzida por chifre de carneiro (shôpār). De forma alternativa, a LXX pode estar correta ao traduzi-la por “livramento” (aphesis).⁹

*O quinquagésimo ano será um Jubileu para vós (v. 11). Considerado juntamente com o versículo 8, que fala sobre sete ciclos dos anos sabáticos, pareceria que o ano do Jubileu (ano 50) vinha imediatamente após um Ano Sabático (ano 49), isto é, que havia dois anos de descanso da terra em sequência. Embora essa seja a visão da maioria dos comentaristas, North a rejeita com base no fato de que teria sido impossível privar-se de duas colheitas sucessivamente. Os versículos 20 a 22 vislumbra problemas suficientes na celebração de um Ano Sabático; dois em seguida, então, seriam inconcebíveis. North defende, portanto, que o quinquagésimo ano (v. 11) significa o quadragésimo nono. Esse seria um caso de contagem inclusiva.*¹⁰

Mais uma possibilidade, sugerida por Hoenig¹¹ e adotada como tentativa na minha tradução do versículo 8, os quarenta e nove dias dos sete ciclos dos anos sabáticos serão para ti um ano, é que o ano do Jubileu era um “ano” muito curto que durava somente quarenta e nove dias, intercalado no sétimo mês do quadragésimo nono ano. Esse “ano” curto funcionaria como o 29 de fevereiro nos nossos anos bissextos e serviria para manter as festas religiosas, muitas delas relacionadas com a colheita, em sincronia com as estações.

Visto que o Jubileu exige que um comprador de terra a devolva ao dono original, o valor de compra precisa ser proporcional ao número de anos até o Jubileu seguinte (v. 13-17).

Aqueles que obedecem à Lei recebem a promessa de uma rica bênção (v. 18ss.). Eles desfrutarão de paz (habitareis [...] de forma segura) e colheitas abundantes. Essas promessas se repetem em todo o AT, mas as passagens em que elas são desenvolvidas mais plenamente são Levítico 26.3-13 e Deuteronômio 28.1-14. A instituição do Ano Sabático fornecia um verdadeiro teste da confiança de Israel nessas promessas. Nesse período, pedia-se deles que se privassem intencionalmente de um ano de colheita, confiando que Deus proveria o suficiente nos anos anteriores para ajudá-los a passar por essa fase. Algumas perguntas que inevitavelmente surgem sobre a sabedoria de uma lei desse tipo são respondidas nos versículos 20 e seguintes. A ideia de uma grande colheita

para durar três anos¹² enviada no sexto ano pode dar a impressão ao homem ocidental de algo irreal. Mas se o cronograma é miraculoso, a ideia de grandes variações na produção não é. O tamanho da colheita é determinado pelos períodos e quantidade de chuva durante o período de crescimento. Ambos os fatores podem mudar dramaticamente de um ano para o seguinte em Israel.¹³

25.23-28 O Jubileu e o resgate de propriedade

25.23

O princípio teológico que está na base do Jubileu é enunciado: A terra não deverá ser vendida em definitivo, pois a terra é minha. Repetidas vezes, o Pentateuco reitera que é Deus quem dá a terra a Israel (p. ex., Gn 15.7; 17.8; 24.7; Êx 6.4; Lv 20.24; 25.2,38; Dt 5.16). Cada tribo e cada família em cada tribo recebe uma porção da terra por decreto divino (Nm 32; Js 13ss.). Ao insistir em que a terra não possa ser alienada da família a quem Deus a cedeu (cf. 1Rs 21.3), essa lei tem a intenção de preservar a ideia de que a terra em última instância pertence a Deus. Os israelitas são somente estrangeiros residentes e peregrinos na terra. Em outras palavras, ela não lhes pertence realmente; eles a habitam exclusivamente graças à misericórdia e ao favor de seu Deus, o grande proprietário das terras (1Cr 29.15; Sl 39.13 [VP 39.12]; Hb 11.13; 1Pe 2.11).

25.25

O interesse imediato da lei é o resgate de terra e propriedade. Se um homem é forçado a vender parte da propriedade da sua família, idealmente outro membro da família deve vir e comprá-la de volta para ela. Exemplos disso são relatados

em Rute 4 e Jeremias 32.7ss. Quanto mais próxima é a relação, maior é o dever moral de agir como resgatador (veja v. 48,49).

25.26

Se um parente não é capaz de resgatar a propriedade e a situação do homem melhora, ele mesmo pode comprá-la de volta.

25.27

O preço do resgate precisa ser calculado tendo como referência a data do Jubileu (cf. v. 16,50ss.).

25.28

A liberação no ano do Jubileu é o último recurso.

25.29-34

Vários casos especiais são tratados aqui. Casas em cidades não estão sujeitas à

liberação no Jubileu, talvez porque até mesmo naquela época a renovação era relativamente rápida nas cidades. A fim de resgatá-las, é necessário fazer isso em até um ano (v. 29,30).¹⁴ Porém, as cidades levíticas têm de ser tratadas de forma diferente. Todas as tribos menos a dos levitas receberam terras. Os levitas não receberam terra alguma, somente quarenta e oito cidades e os pastos adjacentes a elas (Nm 35.1-8; Js 21; 1Cr 6.54-81). Se os levitas tivessem recebido permissão para vender as suas casas urbanas sem nenhuma garantia de resgate final no Jubileu, poderiam ter acabado sem casa própria. O propósito dessas leis nos versículos 32 a 34 é impedir que isso ocorra.

O caso analisado no versículo 33 é um pouco obscuro. Algumas traduções modernas seguem a Vulgata e inserem “não” no primeiro segmento da frase: Se um dos levitas resgatar. Mas isso é desnecessário, pois a lei não deixa de fazer sentido na presente formulação. Se um dos levitas vende a sua propriedade, e outro levita a resgata, a propriedade ainda assim volta ao proprietário original no ano do Jubileu.¹⁵

25.35

Tu o sustentarás como se fosse um estrangeiro residente. O orgulho familiar às vezes pode produzir um desejo vingativo quando um membro da família passa por tempos difíceis. Por desonrar o nome da família, ele pode ser marginalizado e não ajudado. Os israelitas não devem deixar que esses sentimentos determinem a sua conduta. Eles precisam ser tão generosos com membros da sua própria família em necessidade quanto seriam com estrangeiros. A lei bíblica é extremamente insistente em que estrangeiros sejam bem tratados. Se a família intervém para ajudar desse modo, o homem que vendeu a sua terra pode não ter a desgraça adicional da escravidão imposta a ele (veja v. 39ss.).

25.36,37

Não cobrarás juro algum dele. Empréstimos livres de juros são bem atestados nos registros financeiros da Antiguidade, e leis contra a cobrança de juros excessivos também são conhecidas,¹⁶ mas Israel é um caso isolado em proibir pagamentos de juro em empréstimos aos pobres.¹⁷ Esses empréstimos eram extremamente generosos: eles permitiam que um agricultor pobre comprasse sementes suficientes para a estação seguinte. Tanto aqui como em Êxodo 22.24 [VP 22.25], juros são proibidos para empréstimos aos pobres, enquanto Deuteronômio 23.21 [VP 23.20] permite explicitamente que juros sejam cobrados de estrangeiros.

25.38

Eu sou o

Senhor

, o vosso Deus [...] para vos dar a terra. A generosidade de Deus ao seu povo é um exemplo aos israelitas de como devem tratar uns aos outros (cf. Mt 18.23-35). “Se Deus nos amou assim, nós também devemos amar uns aos outros” (1Jo 4.11, A21).

25.39-55 Resgate da escravidão

Como último recurso em casos de uma grande dívida (p. ex., Êx 22.2 [VP 22.3]; 2Rs 4.1-7), o devedor poderia se vender como escravo. Essas leis têm o objetivo de tornar a escravidão o mais humana possível. Não o dominarás nem tratarás com dureza (v. 43,46,53). Dominar (lit., “governar”; veja Sl 72.8) às vezes tem uma conotação negativa (p. ex., Ne 9.28). A crueldade caracterizava a escravidão

no Egito (Êx 1.13,14).

Na nossa mente, a escravidão evoca imagens de navios cheios de escravos da África e opressão em plantações. Em Israel, a escravidão deveria ser muito diferente, como essas leis deixam claro. Era algo semelhante à prisão no mundo atual e tinha o propósito quase semelhante de permitir que um homem sem condições de pagar uma multa liquidasse sua dívida diretamente com seu trabalho. Sob alguns aspectos, isso era menos degradante e desmoralizante do que a penitenciária moderna; em primeiro lugar, o homem não era isolado da sociedade como aconteceria a ele na prisão. De maneira ideal, um dos seus parentes deveria comprar o devedor e assim saldar a dívida (v. 39-43). Se isso não fosse possível no caso em que nenhum dos seus parentes tivesse dinheiro suficiente, eles ainda assim devem tentar resgatá-lo mais tarde quando os fundos permitirem (v. 48-53). Se isso provar ser impossível, ele deve ser liberto no ano do Jubileu (v. 40,41,54).¹⁸

A libertação do Jubileu não se aplica a escravos estrangeiros (v. 44-46). Uma razão teológica está na base dessa discriminação: Deus redimiu seu povo da escravidão egípcia para torná-lo seu escravo (v. 42,55). É inapropriado, portanto, que um israelita seja revendido como escravo, especialmente a um estrangeiro (cf. Rm 6.15-22; Gl 4.8,9; 5.1). Portanto, o ano do Jubileu é uma garantia de que nenhum israelita será reduzido a essa condição novamente, além de ser uma celebração do grande resgate em que Deus tirou os israelitas do Egito, para que pudesse ser o seu Deus, e eles, o seu povo (v. 38,42,55; cf. Êx 19.4-6).

Levítico 25 e o NT

Robert North trata das lições que um cristão pode aprender desse capítulo em quatro tópicos: justiça social, adoração social, virtudes pessoais e tipologia messiânica.¹⁹ Dificilmente a análise dele pode ser melhorada, e aqui alguns dos seus pontos principais são resumidos.

Justiça social

O Jubileu tinha o objetivo de impedir o acúmulo da riqueza da nação nas mãos de bem poucos. Todo israelita tinha um direito inalienável à terra da sua família e à sua liberdade. Se perdesse essas coisas por causa do endividamento, ele as recuperava no Jubileu. A lei bíblica se opõe igualmente às tendências monopolistas do capitalismo desenfreado e do comunismo radical, em que toda a propriedade está nas mãos do Estado. Ao preservar a terra em uma família particular, o Jubileu também promovia a unidade familiar.

Adoração social

O Jubileu é apresentado nesse capítulo como uma extensão do dia do sábado e do Ano Sabático (v. 3ss.). A verdadeira religião não está em oposição a uma sociedade justa. O interesse por uma coisa deve ser inseparável do interesse pela outra. A palavra profética “quero misericórdia e não sacrifícios” (Os 6.6; Mt 9.13; 12.7) era uma palavra a uma sociedade que achava que Deus ficaria satisfeito com o sacrifício por si mesmo. Se tivessem prestado atenção em Levítico, os homens da época de Oseias poderiam não ter cometido esse erro.

Virtudes pessoais

“Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Lv 19.18) é o princípio moral amplamente abrangente que inspira a legislação do Jubileu. O NT também reconhece que os ricos têm uma obrigação de ajudar os pobres (p. ex., 1Jo 3.17; Tg 2.15ss.). O Jubileu ainda chama a atenção para a natureza passageira da estadia terrena do homem: vós sois estrangeiros residentes e peregrinos comigo

(v. 23). Igualmente, os cristãos precisam reconhecer que são apenas peregrinos e hóspedes aqui e buscam outra cidade “da qual Deus é o arquiteto e construtor” (Hb 11.10, A21). Por fim, os fiéis em ambas as alianças são assegurados de que aqueles que colocam a vontade de Deus em primeiro lugar têm a provisão para todas as suas necessidades físicas (Lv 26.18ss.; cf. Mt 6.25ss.).

Tipologia messiânica

Em Nazaré, Jesus declarou (Lc 4.18,19):

Enviou-me para proclamar libertação aos presos
e restauração da vista aos cegos,
para pôr em liberdade os oprimidos
e para proclamar o ano aceitável do Senhor (A21).

Em Isaías 61.1, passagem que Jesus estava citando, a palavra usada para “libertação” (derôr) é a mesma encontrada em Levítico 25.10. Parece bem provável, portanto, que a descrição profética do “ano aceitável do Senhor” tenha sido parcialmente inspirada pela ideia do ano do Jubileu. A era messiânica leva liberdade aos oprimidos e libertação aos cativos.

Essa era foi inaugurada com a primeira vinda de Cristo (Lc 4.21). Ela será consumada por sua segunda vinda (Tg 5.1-8; cf. Lc 16.19-31). O Jubileu, então, não somente olha em retrospectiva e vê o primeiro resgate realizado por Deus do seu povo do Egito (Lv 25.38,55), mas também olha para frente e vê a “restituição de todas as coisas” (At 3.21),²⁰ em “novos céus e nova terra, nos quais habita a justiça” (2Pe 3.13, A21).

¹ De Vaux, Ancient Israel, p. 73 [edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento (São Paulo: Vida Nova, 2004)]; cf. W. F. Albright, The archeology of Palestine (Harmondsworth: Penguin, 1960), p. 119.

² Veja J. J. Finkelstein, JCS 15 (1961): 91-104; idem, “Some new Misharum material and its implications”, in: Studies in honor of B. Landsberger (Chicago: University Press, 1965), p. 223-46; D. J. Wiseman, JSS 7 (1962): 161-72.

³ R. Westbrook, “Jubilee laws”, Israel Law Review 6 (1971): 209-26, defende que o único aspecto da lei do Jubileu que é tardio e impraticável é a ideia de um ciclo regular de cinquenta anos de liberações e devoluções.

⁴ R. North, Sociology of the biblical Jubilee (Rome: Pontifical Biblical Institute, 1954), p. 204ss. A. van Selms, IBS, p. 496-8, defende que o Jubileu foi implementado às vezes na época pré-exílica. B. Z. Wacholder, IDBS, p. 762s., acha que o Ano Sabático também era observado antes do Exílio.

⁵ Seguindo as versões “e peregrino” em vez de “peregrino” do TM.

⁶ Observe os ecos do quarto mandamento (Êx 20.9,10) nos versículos 3 e 4.

⁷ Crescimento sabático (v. 6) (lit., “sábado”). Usado somente com o sentido de “o que cresce no Ano Sabático” nesse versículo.

⁸ Gispen, p. 350.

⁹ Esse é o significado defendido por North, Biblical Jubilee, p. 96ss., em que uma análise completa das etimologias propostas será encontrada.

¹⁰ North, Biblical Jubilee, p. 109ss; cf. João 20.26, em que “oito dias depois” significa uma semana depois.

¹¹ S. B. Hoenig, “Sabbatical years and the Year of Jubilee”, JQR 59 (1969), p. 222-36. Para mais abordagens, veja a nota de rodapé anterior sobre Levítico 23.6.

¹² Com os três anos, tem-se em mente provavelmente parte do sexto ano, todo o sétimo e parte do oitavo. Assim, Rashi, p. 116, seguido por Hoffmann, vol. 2, p. 336.

¹³ Veja D. Baly, The geography of the Bible, 2. ed. (London: Lutterworth, 1974), p. 43ss.

¹⁴ No versículo 20, uma cidade murada segue a LXX e não o TM, trazendo lāh em vez de lō’.

¹⁵ Assim, Saalschütz, p. 150; Hoffmann, vol. 2, p. 341s.; Gispén, p. 362s. Keil, p. 463, defende que a lei inclui não somente o resgate feito pelos levitas de propriedade levítica, mas também vendas a não levitas, que poderiam ser descritas como resgate pelo fato de que todas as casas levíticas haviam sido cedidas a eles pelas outras tribos.

¹⁶ LE 18A-21; LH 48-51, 88ss.

¹⁷ Veja R. P. Maloney, “Usury and restrictions on interest-taking in the Ancient Near East”, CBQ 36 (1974): 1-20; também S. E. Loewenstamm, JBL 88 (1969): 78-80; H. Gamoran, JNS 30 (1971): 127-34.

¹⁸ Êxodo 21.1ss. e Deuteronômio 15.12ss. permitem que o escravo seja libertado após um serviço de sete anos, embora tenha a opção de continuar no serviço, se quiser. É incerto como a libertação do Jubileu está relacionada a essa libertação após sete anos. Se o Jubileu nunca foi executado, a questão de conciliação entre as duas prescrições nunca teria ocorrido na prática.

¹⁹ R. North, Biblical Jubilee, p. 213-31.

²⁰ “Restituição” (apokatastasis) é usado por Filo para designar o Jubileu em Decálogo 164.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

☛ K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

A estrutura de Levítico 26

Levítico 26 é uma coleção de bênçãos para aqueles que cumprem a Lei, e maldições para aqueles que não a cumprem. Uma coleção dessas bênçãos e maldições era o modo comum de concluir um texto legal importante na época bíblica. A seção principal de Deuteronômio termina com uma série semelhante de bênçãos e maldições (Dt 28). Também encontramos esse padrão em Êxodo 23.25ss. e Josué 24.20.

Esse é um padrão que ocorre fora da Bíblia na literatura que abrange os três primeiros milênios a.C. Coleções legais como as leis de Ur-Nammu, Lipit-Ishtar e Hamurábi, marcos delimitadores dos babilônios, e os tratados hititas, arameus e assírios normalmente terminam com uma seção de bênçãos e maldições.¹

A semelhança entre os textos bíblicos e legais, no entanto, é mais do que formal; ela muitas vezes se estende ao conteúdo. Muitas maldições bíblicas têm paralelos em textos extrabíblicos.² No entanto, há uma diferença importante e significativa de perspectiva. Enquanto os textos bíblicos são promessas diretas sobre como Deus responderá à conduta do seu povo, com bênçãos para o obediente e juízo para o negligente, os textos não bíblicos são orações para que os deuses executem essas bênçãos e maldições. Além disso, a Bíblia somente reconhece Deus como o Criador e Juiz que executará esses tratados. Outros escritos apelam a uma pluralidade de divindades, rogando a cada deus responsável por uma esfera particular de efeitos naturais, chuva, doença, guerra e assim por diante, que ajam do seu próprio modo se o tratado ou lei não fossem obedecidos.

Internamente, o capítulo tem uma estrutura bem clara. Expressões que eram

centrais para a divisão do material em capítulos anteriores reaparecem neste: “Eu sou o

Senhor

(vosso Deus)” (v. 1,2,13,44,45). Assim como no capítulo 19, temos uma fórmula dupla no começo e fim do capítulo. Essas expressões indicam a seguinte divisão do material.

v. 1,2 Os fundamentos da Lei

v. 3-13 Bênçãos

v. 14-45 Maldições

v. 46 Resumo

As maldições ainda são divididas em seis subseções pelos segmentos de frase introdutórios: “Mas se não me ouvirdes (v. 14,18,21,23,27)[...] Eu vos castigarei [sete vezes mais pelos vossos pecados]” (v. 16,18,21,24,28). O versículo 40 afirma o inverso e oferece uma promessa de restauração quando o povo se arrepender.

v. 14-17 Maldições gerais — doença, fome, derrota

v. 18-20 Falta de chuva e colheita ruim

v. 21,22 Animais selvagens

v. 23-26 Guerra, levando à praga e fome

v. 27-39 Guerra, levando ao canibalismo, devastação e deportação da terra

v. 40-45 Promessa de restauração

Hoffmann³ sugeriu que as bênçãos também podem ser divididas em cinco subseções (v. 4,5; 6; 7,8; 9,10; 11,12). Mas ele não fundamenta isso no conteúdo ou na forma. As cinco bênçãos não correspondem ao tema das cinco maldições, e ele não indica quaisquer expressões que se repitam. Usando o último critério como o nosso guia, as bênçãos se dividem em três grupos que começam com “darei” (wenaṭattî, v. 4,6,11).

Portanto, as bênçãos são divididas assim:

v. 4,5 a dádiva de chuvas e boas colheitas

v. 6-10 a dádiva da paz, ausência de animais selvagens, derrotas ou fome

v. 11-13 a dádiva da presença de Deus

Embora as bênçãos não correspondam exatamente às maldições em extensão⁴ e número, o tema delas é semelhante e há diversos ecos claros das bênçãos nas maldições.⁵

Exegese e exposição

¹“Não fareis ídolos para vós mesmos, nem erigireis colunas sagradas esculpidas, nem colocareis pedras decoradas na vossa terra para adoração, pois eu sou o

Senhor

, o vosso Deus.

²Guardareis os meus sábados e reverenciareis o meu santuário. Eu sou o

Senhor

.

³Se seguirdes os meus estatutos e guardardes os meus mandamentos e os praticardes, ⁴darei as vossas chuvas no tempo certo, e a terra dará o seu produto e as árvores darão o seu fruto. ⁵A debulha durará até a colheita das uvas, e a colheita das uvas durará até a sementeira, e vós comereis o vosso alimento com abundância e habitareis na vossa terra com segurança.

⁶Darei paz na terra e vos deitareis sem que alguém vos atemorize. Eliminarei os perigosos animais selvagens da vossa terra e nenhum exército passará pela vossa terra.

⁷Perseguireis os vossos inimigos, e eles cairão à espada diante de vós. ⁸Cinco de vós perseguirão cem, e cem de vós perseguirão dez mil, e vossos inimigos cairão à espada diante de vós.

⁹Eu serei misericordioso convosco, farei vosso campo frutífero e vos multiplicarei e estabalecerei a minha aliança convosco. ¹⁰Vós comereis da antiga colheita até que esteja envelhecida, e então removereis a antiga para dar lugar à nova colheita. ¹¹Eu farei a minha habitação entre vós e não vos detestarei. ¹²Eu andarei entre vós e me tornarei o vosso Deus, e vos tornareis o meu povo. ¹³Eu o sou o

Senhor

, o vosso Deus, que vos tirou da terra do Egito, pois éreis escravos dos egípcios, e quebrei as barras do vosso jugo e vos dei condições de andardes não encurvados.

¹⁴Mas se não me ouvirdes e não praticardes todos esses mandamentos, ¹⁵se rejeitardes os meus estatutos e detestardes os meus juízos e assim não praticardes todos os meus mandamentos e quebrardes a minha aliança, ¹⁶eu mesmo farei isto a vós: Eu vos castigarei com pânico, com doença e com febre, fazendo com que vossa visão falhe e vosso coração doa. Semeareis a vossa semente em vão e vossos inimigos a comerão. ¹⁷Voltarei o meu rosto contra vós, e sereis derrotados diante dos vossos inimigos; os que vos odeiam vos governarão, e fugireis mesmo quando ninguém vos perseguir.

¹⁸Se mesmo assim vós não me derdes ouvidos, eu vos disciplinarei sete vezes mais pelos vossos pecados. ¹⁹Eu quebrarei em pedaços o vosso forte orgulho. Farei com que o vosso céu se torne como o ferro e a vossa terra como o bronze. ²⁰Vossa força será gasta de forma inútil, de modo que a terra não produzirá suas colheitas e as árvores não produzirão o seu fruto.

²¹E se me contrariardes e não vos dispuserdes a me dar ouvidos, eu vos afligirei mais sete vezes pelos vossos pecados. ²²Mandarei os animais selvagens do campo contra vós e eles matarão os vossos filhos, destruirão o vosso gado e reduzirão a vossa população e devastarão todos os vossos caminhos.

²³E se com estas coisas ainda não vos voltardes para mim e ainda assim me desafiardes, ²⁴então eu pessoalmente vos desafiarei e vos ferirei sete vezes pelos vossos pecados. ²⁵Trarei sobre vós uma espada vingadora de vingança da aliança: então vos reunireis nas vossas cidades e eu enviarei uma praga ao vosso meio, e vós sereis entregues ao poder de um inimigo.

²⁶Quando eu interromper o vosso suprimento de pão, dez mulheres assarão o vosso pão em um mesmo forno, elas o pesarão novamente antes de devolvê-lo, e vós comereis e não vos satisfareis.

²⁷Se, apesar disso, ainda não me ouvirdes e me contrariardes, ²⁸eu vos contrariarei com ira e pessoalmente vos disciplinarei sete vezes pelos vossos pecados. ²⁹Comereis a carne dos vossos filhos e filhas. ³⁰Eu destruirei os vossos lugares altos, derrubarei os vossos altares de incenso e jogarei os vossos cadáveres sobre os destroços dos vossos ídolos, e eu vos detestarei.

³¹Transformarei as vossas cidades em ruínas e arrasarei os vossos santuários, e não sentirei mais o vosso aroma agradável. ³²Eu mesmo deixarei devastada a vossa terra de tal forma que os vossos inimigos que se estabeleceram nela ficarão horrorizados com ela. ³³Quanto a vós, quando eu vos espalhar entre as nações, desembainharei a espada contra vós e a vossa terra se tornará devastada, e vossas cidades, arruinadas. ³⁴Então a terra desfrutará dos seus sábados durante todo o período da sua devastação, enquanto estiverdes na terra dos vossos inimigos; então a terra descansará e desfrutará dos seus sábados. ³⁵Pois durante todos os dias da sua devastação ela descansará, será o descanso que não teve durante os vossos sábados quando habitáveis nela.

³⁶Amolecerei o coração daqueles de vós deixados nas terras de vossos inimigos: ao som de uma folha agitada pelo vento eles sairão correndo. Fugirão como se

estivessem fugindo da espada. Eles cairão, mesmo que ninguém os esteja perseguindo. ³⁷Eles tropeçarão uns sobre os outros, como numa batalha, embora não haja ninguém perseguindo-os, e vós não tereis forças para resistir aos vossos inimigos. ³⁸E perecereis entre as nações, e a terra dos vossos inimigos vos devorará. ³⁹Aqueles de vós que sobrarem definharão na vossa culpa nas terras de vossos inimigos, e eles definharão na culpa do que fizeram os pais deles.

⁴⁰Se então confessarem a sua culpa e a culpa de seus pais — que agiram de forma traiçoeira comigo e até me contrariaram, ⁴¹de modo que eu também os contrariei e os levei à terra de seus inimigos — , ou se então o coração incircunciso deles se humilhar e eles aceitarem a sua culpa, ⁴²eu lembrarei da minha aliança com Jacó e também da minha aliança com Isaque, e também lembrarei da minha aliança com Abraão, e eu lembrarei da terra. ⁴³A terra será deixada por eles e desfrutará dos seus sábados, quando estiver devastada sem eles, e eles aceitarão o castigo por sua culpa, porque rejeitaram os meus juízos e detestaram os meus estatutos. ⁴⁴Mas ainda assim, quando estiverem na terra de seus inimigos, eu não os rejeitarei nem os detestarei a ponto de destruí-los totalmente e quebrar a minha aliança com eles, pois eu sou o

Senhor

, o seu Deus. ⁴⁵Mas para o bem deles lembrarei da aliança com os homens da primeira geração, os quais eu tirei da terra do Egito à vista das nações a fim de que eu me tornasse o Deus deles. Eu sou o

Senhor

.”

⁴⁶Estes são os estatutos, juízos e leis que o

Senhor

colocou entre ele e os israelitas no monte Sinai pela mão de Moisés.

26.1,2 Os fundamentos da lei

Uma característica das coleções legais da Bíblia é incluir um lembrete de alguns dos pontos mais importantes um pouco antes do fim (cf. Êx 23.20-24; Dt 29). Há breves alusões aqui a alguns mandamentos (Êx 20.3ss.), especialmente com respeito ao modo que eles se aplicam na terra de Canaã, embora Levítico 19.3,4,30 forneça os paralelos verbais mais próximos. É notável ver a reverência pelo santuário destacada com uma menção especial, mas a pureza do Tabernáculo ocupa um papel muito importante na lei levítica. Bonar comenta: “Pode-se afirmar que toda a decadência e deterioração começam sempre que vemos o desprezo por estas duas ordenanças — o sábado e o santuário. Eles são a cerca exterior em volta do amor interior ordenado pelo versículo 1”.⁶

26.3-13 As bênçãos da obediência

26.4,5 A dádiva de chuvas e boas colheitas

Para terem o melhor resultado, as chuvas precisam vir na estação certa. O versículo 4 promete isso, e a consequência é descrita no versículo 5; os agricultores precisarão trabalhar sem parar para recolherem todas as colheitas. O trigo era geralmente colhido no início do verão, então havia um intervalo de dois meses até as uvas e azeitonas estarem prontas para serem colhidas. Uma vez que as chuvas comesçassem no final do outono ou início do verão, a sementeira começaria.⁷ As colheitas grandiosas significarão que não haverá nenhuma preocupação com o suprimento de alimento. “Vós comereis o vosso alimento com abundância e habitareis na vossa terra com segurança” (v. 5; cf. Jz 6.11; 18.7; Is 47.8). Jesus também prometeu que aqueles que buscam primeiro o reino de Deus não precisam se preocupar com roupas e comida (Mt 6.25-33).

26.6-10 A dádiva da paz

Comida sem segurança tem um valor limitado. Se os inimigos invadem, eles podem privar o país de grande parte da sua produção, como aconteceu na época de Gideão (Jz 6.3,4,11). A próxima bênção para os obedientes assegura-os de paz ou, caso seus inimigos ataquem, de vitórias fáceis e decisivas (v. 7,8; cf. Jz 7). Nem os animais selvagens os atacarão. Na época bíblica, ainda havia leões e ursos em Canaã (Jz 14.5; 2Rs 2.24; Is 11.6-9). Protegido do ataque de adversários humanos e animais, o povo crescerá em número e verá o cumprimento da promessa de Abraão (v. 9; Gn 17.6; cf. Gn 1.28; 9.1,7; 35.11).

26.11-13 A dádiva da presença de Deus

Eu farei a minha habitação entre vós (v. 11). Uma tradução mais literal seria: “Darei o meu Tabernáculo entre vós”. O Tabernáculo deveria ser o lugar em que Deus habitava entre o seu povo (Êx 25.8), mas os pecados de Israel poderiam torná-lo um santuário vazio (Êx 33.14ss.; cf. Lv 16.16). As bênções alcançam um grande clímax ao confortarem os israelitas com o fato de que, se forem fiéis, todas as promessas incluídas na aliança serão cumpridas. Deus andar⁸á com o seu povo, como ele andava no jardim do Éden antes da Queda (Gn 3.8; cf. Dt 23.15 [VP 23.14]). O que Deus havia prometido repetidamente como o objetivo da aliança — “Eu [...] me tornarei o vosso Deus” — será contemplado como realidade (Gn 17.8; Êx 6.7; 29.45,46; Lv 11.45; cf. Êx 19.5,6).

Os salmistas (p. ex., Sl 72) e os profetas (p. ex., Is 11) preveem uma época em que as bênções prometidas se tornariam uma realidade. Mas Ezequiel é quem mais utiliza Levítico como inspiração direta para as suas profecias. Ele antevê uma nova era em que Deus enviaria um pastor fiel, como Davi, para salvar o povo de animais selvagens (Ez 34.25; cf. Lv 26.6). Na nova aliança, haverá chuva e colheitas abundantes (Ez 34.26,27; cf. Lv 26.4,5,13). O povo não será oprimido pelas nações (Ez 34.28; cf. Lv 26.7,8). O povo se multiplicará e será

frutífero (Ez 36.10,11; cf. Lv 26.9). Eles se tornarão o povo de Deus e a habitação dele estará com eles (Ez 36.28; 37.24-27; cf. Lv 26.2,11,12).

26.14-39 As maldições por causa da desobediência

26.14-17 Primeira maldição: advertências gerais

Nas maldições, o inverso das bênçãos é apresentado. Era comum em textos legais que as maldições fossem muito mais completas e longas do que as seções de bênçãos (cf. Dt 28 e a introdução do capítulo 26). Mas essa desproporção também tem um propósito didático positivo. É muito fácil achar que as bênçãos de chuvas, paz e até mesmo da presença de Deus são garantidas. É saudável lembrar em detalhe de como a vida é quando as dádivas providenciais de Deus são removidas.

Deus lhes diz que, se rejeitarem “os meus estatutos”, com isso violarão “a minha aliança”. Em toda esfera, Israel experimentará fracassos. Doenças físicas e mentais serão acompanhadas de derrota nas batalhas. Para ameaças semelhantes contra violadores da aliança, veja Deuteronômio 28 (cf. v. 16 com Dt 28.22,33,65; 1Sm 2.33; cf. v. 17 com Dt 28.25).

26.18-20 Segunda maldição: falta de chuva e colheitas fracas

Eu vos disciplinarei sete vezes mais (v. 18). Esses juízos são descritos como disciplina. Em toda a Bíblia, há referência à disciplina divina: Deus pune o seu

povo não meramente porque este merece, mas porque o Senhor o ama e quer corrigir os seus caminhos insensatos (Dt 8.5; Jr 30.11; 31.18; Sl 38.2 [VP 38.1]; 94.12; Pv 3.11,12; Hb 12.5-11). Amós lamenta que, apesar de juízos de fome e falta de chuva, doença e derrota, “não vos convertestes a mim” (Am 4.6,8,9,10,11).

Sete vezes mais pelos vossos pecados (v. 18,21,24,28). Sete parece ser um número arredondado para punições repetidas (cf. Sl 79.12; Pv 24.16; Is 4.1). É um número apropriado e evocativo em vista da importância do sétimo na religião israelita,⁹ e serve de lembrete de que essas punições são para a violação do cerne dessa religião, a aliança (cf. v. 25). O livro de Apocalipse descreve uma série de juízos sétuplos que tomam conta do mundo nos últimos dias (Ap 5—16).

Eu quebrarei em pedaços o vosso forte orgulho (v. 19). A prosperidade muitas vezes leva ao orgulho e à autoconfiança (Dt 8.11-19; 32.15). O juízo coloca um homem no seu devido lugar e o lembra de quem ele de fato depende (cf. Pv 8.13; 16.18; Is 2.9-22; 13.11; Lc 1.51; Tg 4.6).

Farei com que o vosso céu se torne como o ferro (v. 19). De forma mais literal: “Eu vos darei vosso céu como ferro e vossa terra como bronze”. Aqui a fraseologia do versículo 4 é ecoada ironicamente. Deus não abandona o seu povo rebelde: suas dádivas a ele são apenas diferentes. Em vez de chuva, ele lhes dá seca e colheitas ruins. Essa imagem vívida, descrevendo o efeito de um sol impiedoso que torna o solo duro demais para ser arado, é encontrada em formas um pouco diferentes em Deuteronômio 28.23 e VTE 528-32.

26.21,22 Terceira maldição: animais selvagens

Temos aqui o inverso dos versículos 6 e 9. Os primeiros “samaritanos” foram afligidos desse modo de acordo com 2Reis 17.25,26. Ezequiel repete essa maldição na sua pregação (Ez 5.17; 14.15,21). Se me contrariardes (v. 21) (lit., “andardes obstinadamente comigo”) é uma expressão característica desse capítulo (cf. v. 23,24,27,28,40,41).

26.23-26 Quarta maldição: guerra

Sempre que Deus não deu paz (v. 6), a humanidade sofreu os horrores da guerra listados nos versículos 23 a 26. Para os autores bíblicos, as guerras contra Israel não eram aleatórias, mas enviadas por Deus como uma espada vingadora de vingança da aliança (v. 25) para punir o seu povo pelas violações da aliança (Jz 2.11-15; 2Rs 17.7ss.; Is 10.5ss.; Lc 19.42-44). Com frequência, os profetas Jeremias e Ezequiel se referem à espada e à praga como juízos enviados do céu, em ocasiões que claramente citam Levítico.¹⁰

26.27-39 Quinta maldição: guerra e exílio

Em detalhes assustadores, alguns outros aspectos da guerra são agora mencionados, incluindo o canibalismo (v. 29; cf. Dt 28.53-57; 2Rs 6.28,29; Lm 2.20), matança indiscriminada (v. 30; cf. Am 8.3; Ez 6.5), a destruição de cidades e santuários (v. 30,31; cf. Ez 6.3ss.) e dispersão entre as nações (v. 33; cf. Jr 31.10; 49.32; Ez 5.10,12; 12.14 etc.).

Embora talvez consideremos esses acontecimentos meramente efeitos colaterais lamentáveis da guerra, eles são muito mais do que isso. São uma negação de todas as esperanças cristalizadas na aliança com Abraão de que os seus descendentes se tornariam uma grande nação, herdariam a terra de Canaã e assim por diante (cf. Gn 15; 17). Eles representam uma inversão das bênçãos nos versículos 11 a 13 de que Deus estaria presente com o seu povo. Até mesmo os símbolos da presença de Deus com o seu povo, lugares altos,¹¹ altares de incenso, santuários e sacrifícios que produzem aroma agradável serão destruídos (v. 30,31).

26.40-46 Promessa de restauração

No entanto, os juízos ainda assim são descritos como “disciplina” (v. 28, cf. v. 18). Eles não são a última palavra de Deus ao seu povo que vive em pecado. O juízo não demonstra que Deus rejeitou o seu povo. Antes, ele o pune porque é o seu próprio povo (Am 3.2). Assim, se os israelitas confessarem os seus pecados e humilharem o seu coração,¹² Deus se lembrará da sua aliança com os patriarcas (v. 42-45). O que essa lembrança significará na prática não é detalhado aqui, mas Deuteronômio 30, uma passagem semelhante em um contexto semelhante, explica que isso significará restauração e retorno à Terra da Promessa e prosperidade ali. Isso parece estar implícito também nessa passagem de Levítico.

Levítico 26 e o NT

As bênçãos e maldições desse capítulo são dirigidas à nação eleita de Israel. Os profetas viram o cumprimento das maldições nas tribulações que culminaram no Exílio, enquanto Ezequiel (Ez 34—37) previu o cumprimento das bênçãos na era messiânica. Mas a inauguração dessa era produz novas complicações para a interpretação de Levítico 26. Os eleitos não são encontrados agora somente em Israel, mas entre todas as nações. O reino prometido à igreja é um reino espiritual, e não um reino terreno (cf. Jo 18.36). Como o NT vê a relevância desse capítulo? Ele se aplica somente a Israel, à igreja ou ao mundo inteiro? As bênçãos e maldições devem ser entendidas de modo inteiramente espiritual ou elas também são experimentadas nesta vida? Algumas dessas perguntas não parecem receber uma resposta clara, mas em alguns casos podemos ser mais precisos.

Em primeiro lugar, o NT considera que a nação de Israel ainda é o povo da aliança e ainda está sujeito, portanto, às bênçãos e maldições impostas nesse capítulo. As advertências de Cristo aos seus conterrâneos pressupõem que eles são o povo da aliança de Deus, passíveis do juízo de Deus se não ouvirem a sua

palavra. Algumas maldições em Levítico 26 têm suas contrapartes no ensino de Cristo sobre guerras e fomes e a destruição do templo (Mc 13//Lc 19—21).

Paulo afirma categoricamente que a aliança com os israelitas não foi invalidada pela incredulidade deles. “Os dons e o chamado de Deus são irrevogáveis” (Rm 11.29, A21)¹³ simplesmente significa que eles precisam sofrer as maldições da aliança em vez de desfrutar das suas bênçãos. Mas o apóstolo tem a expectativa de que um dia serão salvos (Rm 11.26), assim como Levítico 26 e Deuteronômio 30 também apresentam essa expectativa. Parece haver uma indicação dessa expectativa também no próprio ensino de Jesus, quando ele fala sobre Jerusalém sendo “pisada pelos gentios, até que os tempos destes se completem” (Lc 21.24, A21; cf. Rm 11.25).

O NT também parece considerar o princípio da bênção e maldição se aplicando à igreja, individual e coletivamente.¹⁴ Em ambos os Testamentos, a salvação é trazida pela graça de Deus, quer essa graça seja vista nas promessas a Abraão, quer na morte de Cristo; mas aqueles que aceitam essa graça desfrutarão dos seus privilégios ao fazer a vontade de Deus, porém sofrerão se não a fizerem. Assim, Jesus fala sobre recompensas para os discípulos fiéis e adverte os indolentes de que a sua falta de comprometimento não passará despercebida no juízo final (p. ex., Mt 5.19; 6.25ss.; Lc 11.41ss.). Paulo tem a expectativa de que todos aparecerão diante do tribunal de Deus para receber a recompensa pelos atos praticados na terra (1Co 3.10-15; 2Co 5.10).

Embora o NT pareça ter a expectativa de que somente no juízo final as bênçãos e maldições serão finalmente distribuídas de modo justo, os Evangelhos e as Epístolas também consideram um cumprimento parcial e provisório nesta vida. Jesus prometeu: “Buscai primeiro o seu reino e a sua justiça, e todas essas coisas [isto é, roupas e comida] vos serão acrescentadas” (Mt 6.33, A21). Paulo atribuiu a doença e morte de cristãos coríntios ao seu mau comportamento na ceia do Senhor (1Co 11.30; cf. Lv 26.16). Mas o NT não procura uma correspondência exata entre a presente condição do cristão e sua glória final.¹⁵ Em algumas sociedades, de fato “todos os que querem viver uma vida piedosa em Cristo Jesus sofrerão perseguições” (1Tm 3.12).

Por fim, o NT mostra que assim como o mundo inteiro desfruta da generosidade de Deus (Mt 5.45; At 17.25) e deve crer no evangelho, assim todos os homens devem temer a maldição dele (At 17.30,31). O que isso significa em detalhes é exposto no livro de Apocalipse: muitos juízos horripilantes descritos em

Apocalipse nos capítulos 6 e seguintes têm o seu antecedente original nas maldições da aliança de Levítico 26 e Deuteronômio 28.

¹ [Para uma análise mais detalhada do tratado da aliança, veja K. Baltzer, *The covenant formulary* \(Oxford: Blackwell, 1971\); D. J. McCarthy, *Treaty and covenant* \(Rome: Pontifical Biblical Institute, 1963\) e *OT covenant* \(Oxford: Blackwell, 1972\).](#)

² [Veja D. R. Hillers, *Treaty-curses and the OT prophets* \(Rome: Pontifical Biblical Institute: 1964\).](#)

³ [Hoffmann, vol. 2 p. 363ss.](#)

⁴ [É comum que o número e extensão das maldições sejam muito maiores que o número das bênçãos. Por exemplo: Deuteronômio 28, Lei de Hamurábi e a maioria dos tratados extrabíblicos.](#)

⁵ [“Aliança” \(v. 9,15,25,42,44\); regras, mandamentos \(v. 3,14,15\), tornar-se o vosso Deus \(o Deus deles\) \(v. 12,45\); tirados da terra do Egito \(v. 13,45\); detestar \(v. 11,15,30,43,44\); “darei” \(v. 4,6,11,17,19,30,31\).](#)

⁶ [Bonar, p. 473.](#)

⁷ [Detalhes do calendário agrícola na Canaã do século 10 são registrados no calendário de Gezer; veja de Vaux, *Ancient Israel*, p. 184 \[edição em português: *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, tradução de Daniel de Oliveira \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\]; tradução em ANET, p. 320.](#)

⁸ [Uma forma incomum \(hitpael\) do verbo comum “ir” é usada aqui; ela muitas vezes tem o significado de “andar para cá e para lá”. Essa palavra também é usada para o ato dos patriarcas andarem com Deus em Gn 5.22,24; 6.9; 17.1; 24.40; 48.15.](#)

⁹ [Sétimos dia, mês, ano etc. Veja acima, p. 310-1.](#)

¹⁰ [Veja as concordâncias. Ezequiel se refere três vezes à interrupção do suprimento de alimento: 4.16; 5.16; 14.16; cf. Lv 26.26.](#)

¹¹ [Lugares altos \(v. 30\) geralmente se refere a locais cananeus de adoração. Sobre a palavra traduzida por essa expressão, veja P. H. Vaughan, *The meaning of*](#)

bāmâ in the OT (London: Cambridge UP, 1974). Ao entrar na terra, Israel deveria destruir esses santuários (Nm 33.52). Aqueles reis que não faziam isso eram considerados violadores da Lei (2Rs 16.4). Aqui, no entanto, eles parecem ser considerados legítimos, talvez um indicativo da data antiga do material. A referência a santuários (v. 31, plural) também parece ser antiga.

¹² Aceitarem a (o castigo pela) culpa (v. 41,43). ‘Awōn significa tanto “culpa” quanto “punição pela culpa” (BDB 730b). Aceitarem (rātsāh) é a palavra usada para Deus aceitar um sacrifício (veja 1.4 para mais abordagens).

¹³ As percepções de Paulo são apresentadas mais plenamente em Romanos 9.27 —11.32.

¹⁴ Veja Apocalipse 2 e 3.

¹⁵ O AT também não; veja, por exemplo, Salmos 73 ou o livro de Jó.

IV. Prescrições para a santidade prática (17.1—27.34)

A. Princípios básicos sobre o sacrifício e os alimentos (cap. 17)

B. Princípios básicos sobre a conduta sexual (cap. 18)

C. Princípios de convivência (cap. 19)

D. Crime capital e outros crimes graves (cap. 20)

E. Regras para os sacerdotes (cap. 21)

F. Regras sobre comer sacrifícios (cap. 22)

G. Festas religiosas (cap. 23)

H. Regras para o Tabernáculo (24.1-9)

I. Um caso de blasfêmia (24.10-23)

J. O Ano Sabático e o Jubileu (cap. 25)

K. Exortação a obedecer à Lei: bênçãos e maldições (cap. 26)

☛ L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

L. Resgate de ofertas prometidas em voto (cap. 27)

Levítico 27: votos

É um enigma por que o capítulo 27, que trata de votos, aparece nessa atual posição no livro, visto que o capítulo 26 com as suas bênçãos e maldições teria sido uma conclusão apropriada para Levítico. Geralmente, os comentaristas oferecem uma explicação histórica para a posição do capítulo: ele aparece aqui ou porque essa era a lei que foi revelada próximo ao Sinai (a opinião conservadora) ou porque é um acréscimo posterior ao Código de Santidade em Levítico 17 a 26 (a opinião liberal).

Nenhuma dessas posições, porém, realmente explica por que o legislador ou editor colocou as leis sobre votos aqui e não em alguma outra parte.¹ Poderia ser uma combinação de ideias. As bênçãos e maldições (cap. 26) são, em certo sentido, votos de Deus ao seu povo, suas promessas quanto ao que ele fará por eles no futuro. Pode ser também que isso conduzisse à consideração de como os homens fazem votos a Deus (cap. 27). De forma alternativa, os homens muitas vezes fazem votos em épocas de tensão e mais raramente em épocas de grande prosperidade. O capítulo 26 primeiro trata brevemente de períodos de bênção e então detalhadamente de períodos de maldição. O último elemento, a maldição, é seguido imediatamente por uma seção (cap. 27) que mostra como os votos devem ser honrados.

A estrutura de Levítico 27

v. 1 Introdução

v. 2-13 Votos que envolvem pessoas e animais

v. 2-8 Votos de pessoas

v. 9,10 Votos que envolvem animais puros

v. 11-13 Votos que envolvem animais impuros

v. 14-24 Dedicção de casas e terra

v. 14,15 Casas

v. 16-24 Terra

v. 25-33 Regulamentos diversos sobre votos

v. 25 Padrão de pagamento

v. 26,27 Tratamento das primeiras crias

v. 28,29 O banimento

v. 30-33 Dízimos

v. 34 Conclusão

As primeiras duas seções, que tratam de votos (v. 2-13) e dedicações (v. 14-24), têm uma estrutura clara. Ambas começam com um caso principal iniciado por “se um homem” (’îsh kî) (v. 2,14) e casos secundários são iniciados por “e se” (we’im). Esse padrão se assemelha mais ao dos primeiros capítulos de Levítico do que ao dos capítulos 18 a 26.

O uso de votos

Sabe-se que, diante da morte, até mesmo ateus oram. Em toda a história humana, homens que se viram em dificuldades terríveis oraram por livramento e fizeram votos a Deus, prometendo algo a ele se os resgatasse. O AT fornece diversos exemplos de homens fazendo votos nessas circunstâncias. Jacó, fugindo de seu irmão, ofereceu dar o dízimo dos seus bens caso Deus o levasse para casa em segurança (Gn 28.20ss.). Israel, após ser derrotado pelos cananeus, fez um voto de que destruiria totalmente as cidades inimigas (Nm 21.2). Jonas fez votos no ventre do peixe (Jn 2.10 [VP 2.9]).

Votos são feitos no calor do momento. Em retrospectiva, quando a crise acaba, esses votos podem muito bem parecer tolos e desnecessários, e a pessoa que fez o voto pode ficar tentada a esquecê-lo ou somente cumpri-lo parcialmente. As Escrituras incluem diversas advertências sobre uma atitude desse tipo. Característico da atitude bíblica é Eclesiastes 5.3,4 [VP 5.4,5]: “Quando fizeres algum voto a Deus, não demores a cumpri-lo; porque ele não se agrada de tolos. O que votares, trata de cumpri-lo. É melhor não fazer voto do que fazer e não cumprir” (A21) (cf. Dt 23.22-24 [VP 23.21-23]; Pv 20.25). Faria bastante sentido ser parte do propósito desse capítulo desencorajar o juramento impulsivo fixando um valor relativamente alto para a anulação de votos e penalizando aqueles que mudam de ideia.² Se um homem tenta substituir o animal que prometeu por outro, ele perde ambos os animais (v. 10,13). Se deseja resgatar a propriedade que é o seu voto, ele precisa pagar 20% a mais (v. 13,15,19,27,31).

Exegese e exposição

¹O

Senhor

falou a Moisés da seguinte forma: ²“Fala aos israelitas e dize-lhes: Se um homem fizer um voto incomum ao

Senhor

envolvendo a avaliação de pessoas, ³a avaliação de um homem entre vinte e sessenta anos de idade será de cinquenta siclos de prata, isto é, siclos santos, ⁴mas a avaliação de uma mulher será de trinta siclos. ⁵Para o homem de cinco a vinte anos, a avaliação será de vinte siclos, mas para a mulher, de dez siclos. ⁶Entre um mês e cinco anos de idade a avaliação será de cinco siclos para o homem e três siclos para a mulher. ⁷Para quem tem sessenta anos ou mais, a avaliação será de quinze siclos para o homem e dez siclos para a mulher. ⁸Se um homem for mais pobre do que a avaliação, ele será colocado diante do sacerdote, e o sacerdote deverá avaliá-lo; o sacerdote o avaliará segundo as suas posses.

⁹Se alguém fizer um voto envolvendo um animal que pode ser ofertado em sacrifício ao

Senhor

, tudo o que ele der ao

Senhor

será santo. ¹⁰Ele não poderá mudá-lo ou substituir um animal ruim por bom ou bom por ruim. Se de fato substituir um animal por outro, tanto um quanto o outro se tornarão santos. ¹¹Se [alguém fizer um voto envolvendo] um animal impuro que não pode ser oferecido em sacrifício ao

Senhor

, ele deverá colocar o animal diante do sacerdote. ¹²O sacerdote deverá avaliar se o animal é bom ou ruim: sua avaliação será determinante. ¹³Se realmente quiser resgatá-lo, deverá acrescentar um quinto do preço avaliado.

¹⁴Se um homem dedicar a sua casa como uma dádiva santa ao

Senhor

, o sacerdote deverá avaliar se é boa ou ruim: o valor que o sacerdote determinar será válido. ¹⁵Se o que dedica a casa quiser resgatá-la, deverá acrescentar um quinto ao preço avaliado e então poderá tê-la.

¹⁶Se um homem dedicar ao

Senhor

parte da terra que lhe pertence, sua avaliação será proporcional à semente dela: um campo que produzir um ômer de semente de cevada será avaliado em cinquenta siclos de prata. ¹⁷Essa avaliação será válida se ele dedicar seu campo a partir do ano do Jubileu. ¹⁸Mas se dedicar o seu campo depois do Jubileu, o sacerdote deverá calcular para ele o dinheiro de acordo com o número de anos que faltam até o Jubileu [seguinte], e isso será subtraído da avaliação [total]. ¹⁹Se o que dedica o campo quiser resgatá-lo, deverá acrescentar um quinto do preço avaliado, e então o campo continuará pertencendo a ele. ²⁰Mas se não resgatar o campo ou tiver vendido o campo a outro homem, não poderá ser resgatado novamente. ²¹Quando o campo for liberado no ano do Jubileu, ele se tornará uma dádiva santa para o

Senhor

como um campo consagrado; torna-se propriedade sacerdotal.

²²Se um homem dedicar ao

Senhor

um campo que ele comprou e que não pertence à sua propriedade [familiar], ²³o sacerdote deverá calcular para ele o valor da avaliação até o ano do Jubileu, e o ofertante deverá dar o valor no mesmo dia como uma dádiva santa ao

Senhor

. ²⁴No ano do Jubileu, o campo deverá retornar ao homem de quem foi comprado, isto é, ao homem de cuja família é a propriedade. ²⁵Toda avaliação

será estabelecida com base no siclo santo, em vinte geras o siclo.

²⁶Nenhum homem poderá dedicar ao

Senhor

uma primeira cria de um animal que já pertence ao

Senhor

como primeira cria, como do rebanho bovino ou ovino. Esta [já] é do

Senhor

. ²⁷Mas se for um animal impuro, ele poderá ser resgatado segundo a sua avaliação, com o acréscimo de um quinto do seu valor. E se não quiser resgatá-lo, deverá ser vendido pelo preço avaliado.

²⁸Mas nenhuma das coisas consagradas que um homem puder consagrar ao

Senhor

de tudo o que possui, seja humano, seja animal, seja parte da terra que lhe pertence, poderá ser vendida ou resgatada. Toda coisa consagrada é santa: é do

Senhor

.

²⁹Todo ser humano que for consagrado não poderá ser resgatado: ele deverá ser morto.

³⁰Todo o dízimo da terra, da colheita da terra ou das árvores frutíferas, é do

Senhor

; é uma coisa santa para o

Senhor

. ³¹Se um homem resgatar parte de seu dízimo, deverá acrescentar um quinto a

ele. ³²Todo o dízimo do rebanho bovino ou ovino, isto é, todos os animais que são contados ao passarem debaixo do cajado do pastor, desses o décimo animal é uma coisa santa para o

Senhor

. ³³Não se deve considerar se são bons ou ruins ou fazer alguma substituição deles, e se alguém fizer alguma substituição, tanto esse animal quanto o substituto serão santos. Não poderão ser resgatados.”

³⁴Esses são os mandamentos que o

Senhor

ordenou a Moisés para os israelitas no monte Sinai.

27.1-8 Votos de pessoas

O tipo mais básico de voto é dedicar a si mesmo ao serviço de Deus, como Absalão fez no exílio (2Sm 15.8) ou como o salmista fez (Sl 116.14-18). Ambos usam uma palavra que muitas vezes implica escravidão, e nesse caso o conteúdo do seu voto era tornarem-se escravos de Deus. Casos os regulamentos permitissem, eles poderiam ter trabalhado como escravos no Templo; mas esse era um privilégio reservado aos sacerdotes e levitas. Para ficarem livres do voto, eles precisavam pagar ao santuário o preço que teriam tido no mercado de escravos.³ Cinquenta siclos era um valor razoável para um escravo adulto masculino⁴ (v. 3; cf. 2Rs 15.20). Vinte siclos eram o preço para um garoto (v. 5; cf. Gn 37.2,28). As mulheres geralmente valiam menos do que os homens no mercado, de modo que, caso se dedicassem com um voto a Deus, elas precisavam pagar menos: 50-67% do valor masculino de acordo com os versículos 4 a 7. O fato de que crianças são incluídas nessa tabela indica que um homem poderia prometer com um voto a sua família, bem como a si mesmo a Deus.

Esses números são muito altos. O salário médio de um trabalhador nos tempos bíblicos era de cerca de um siclo por mês.⁵ Não é de admirar que poucos tinham condições para pagar as avaliações determinadas aqui (v. 8).

27.9,10 Votos de animais puros

Em uma cultura em que o sacrifício animal era a forma normal de adoração, prometer com voto um animal sacrificial era comum (veja Lv 7.16; 22.18ss.; Dt 12.11,17; Sl 50.14; 56.13 [VP 56.12]; 66.13 etc.). Quando um homem fazia um voto, ele mencionava um animal particular que ofereceria (p. ex., Jz 11.30,31). Quando chegava o momento do sacrifício, sempre havia a possibilidade de ele achar que havia sido generoso demais e tentar oferecer outro animal menos valioso. O versículo 10 faz uma advertência severa contra uma ação desse tipo: tanto um quanto o outro se tornarão santos, isto é, são confiscados para o santuário.

27.11-13 Votos de animais impuros

Votos que envolviam animais impuros também eram permitidos em Israel. Isso não era anormal como parece à primeira vista. Se leigos comuns podiam prometer entregar a própria vida com um voto à escravidão divina no santuário (veja v. 2-7) ainda que não pudessem servir ali, animais impuros também podiam ser prometidos com um voto, embora não pudessem ser sacrificados. Eles poderiam ser usados pelos sacerdotes ou, se os sacerdotes não precisassem deles, ser vendidos para obtenção de lucro. Se, no entanto, o homem preferisse ficar com o animal, ele poderia resgatá-lo por 20% a mais do que a avaliação do sacerdote (v. 13).

27.14-24 Dedicções

27.14,15 Casas

Uma nova seção começa no versículo 14. Ela é iniciada pela palavra traduzida por se (kî) que indica um regulamento principal. Ela marca uma transição dos versículos 2 a 13, que tratam de pessoas e animais vivos, para os versículos 14 a 24, que tratam de objetos inanimados como casas e terras. Coisas como essas são “dedicadas”, literalmente “tornadas ou declaradas santas” (veja v. 14-19,22,26). Sem dúvida, isso tem o mesmo efeito que prometer com voto — essas coisas se tornam santas (cf. v. 9 e 14). Consequentemente, a casa ou um pedaço de terra passa a pertencer ao santuário e os sacerdotes podem utilizar isso como desejarem. Se quem dedica deseja manter a posse da sua casa, ele pode fazer isso pagando 20% a mais do que a avaliação do sacerdote (v. 15).

Parece provável que as casas a que se faz referência aqui são casas em cidades, que não contavam como parte do patrimônio familiar e, portanto, podiam ser compradas e vendidas livremente (cf. 25.29ss.). A dedicação de terras era mais complicada, como o parágrafo seguinte (v. 16-24) explica, porque no Jubileu ela normalmente voltava ao proprietário original. Casas em aldeias e as terras sobre as quais elas eram construídas pertenciam ao patrimônio familiar e, portanto, não podiam ser oferecidas diretamente ao santuário.

27.16-24 Dedicção de terras

Se um homem dedica parte do seu patrimônio a Deus, há a expectativa de que ele a resgatará antes do ano do Jubileu pagando 20% a mais do que a avaliação do sacerdote (v. 19,20). Essa avaliação é determinada pelo tamanho do campo e o número de anos até o Jubileu seguinte. Um campo que produzir um ômer de

semente de cevada⁶ é avaliado em um siclo para todo ano até o Jubileu, totalizando um máximo de cinquenta siclos (v. 16ss.). Na Mesopotâmia, o valor padrão da cevada era um siclo por ômer,⁷ de modo que a avaliação de um siclo por ano para um campo de um ômer parece bem apropriado aqui. Portanto, o valor do campo era igual ao valor das colheitas que ele produziria até o Jubileu. Não podemos ter certeza de que a cevada era tão barata em Israel quanto na Mesopotâmia, em que as produções de grãos eram excepcionalmente boas. O AT sugere que cinquenta siclos por ômer era barato em comparação com preços em períodos de fome (2Rs 7.1), mas supõe-se que preços normais eram ainda menores. Se a cevada custava mais do que um siclo por ômer em Israel, isso significaria que um proprietário poderia resgatar o seu campo por menos do que o valor das colheitas. Isso faria sentido, visto que, uma vez que tivesse resgatado o campo, ele teria de trabalhar para produzir alguma colheita.

A maioria dos comentaristas, no entanto, traduz o versículo 16b de outra forma: “um campo que requer um ômer de semente de cevada”.⁸ Visto que a produção de grãos em Israel variava entre trinta vezes e cem vezes o grão semeado (Mt 13.8), isso faria com que a terra tivesse um preço muito baixo. Isso poderia, obviamente, ser uma política intencional a fim de encorajar o resgate do patrimônio familiar (v. 19).

Certamente, deixar de resgatar a terra antes do ano do Jubileu é algo penalizado. Essa terra é confiscada para os sacerdotes (v. 20,21). O versículo 20 menciona outra circunstância em que a terra é confiscada: se ele tiver vendido o campo a outro homem. Como um homem pode vender um pedaço de terra que ele dedicou ao santuário? Alguns comentaristas consideram isso uma prática “esperta” do proprietário, o que explica a pena. Keil⁹ considera isso preguiça. Ele acha que se um homem dedicava um campo ao santuário, ele ainda assim precisava cultivá-lo, visto que os sacerdotes não teriam tempo com seus deveres religiosos para cultivá-lo pessoalmente. O proprietário podia pagar o dinheiro do resgate anualmente e ficar com a produção para si mesmo. Mas se ele decidia “vender”, isto é, alugar¹⁰ o seu campo a outro homem, então ele não voltava a ele no Jubileu, mas ao santuário (v. 21). Como um campo consagrado (v. 21): veja o versículo 28.

Os versículos 22 a 24 consideram o caso um pouco diferente da terra que foi comprada, mas que não pertence ao patrimônio familiar. No ano do Jubileu, ela voltará ao proprietário original (v. 24). Ela pode, no entanto, ser dedicada ao Senhor em qualquer época antes do Jubileu, mas nesse caso ela precisa ser

resgatada imediatamente pelo valor fixado pelo sacerdote (v. 23).

27.25-33 Regulamentos diversos

27.25 Padrão de pagamento

Um siclo pesava cerca de 12 gramas, mas havia muita variação de acordo com padrões locais.¹¹ Disputas sobre dedicações ao santuário devem ser resolvidas pelo siclo do santuário.

27.26,27 As primeiras crias

As primeiras crias dos animais pertenciam automaticamente a Deus (Êx 13.2; 34.19,20) e, portanto, não podiam ser dedicadas ao Senhor em um voto. A lei antiga (Êx 34.20) prescrevia que as primeiras crias dos animais impuros deviam ser resgatadas por um cordeiro ou ser mortos. Nessa seção, o resgate é permitido de acordo com as condições comuns: pagamento do valor do animal mais 20% ao santuário.

27.28,29 O banimento

Banir ou consagrar era um voto mais solene e irreversível do que a dedicação

ordinária. Qualquer coisa que era consagrada ao Senhor não podia ser resgatada. Era comum invocar o banimento em guerras contra os habitantes nativos de Canaã. No juízo divino, todos os inimigos de Israel e as suas propriedades foram consagrados ao Senhor (p. ex., Nm 21.2; Dt 7.2; 1Sm 15). Isso também podia ser usado como uma sentença judicial contra os idólatras (Êx 22.19 [VP 22.20]; Dt 13.16 [VP 13.15]). Parece improvável que israelitas comuns pudessem pronunciar esses votos; somente líderes reconhecidos tinham autoridade para declarar uma sentença de morte.¹²

27.30-33 Dízimos

Após Deus aparecer a Jacó em Betel, este fez um voto dizendo: “Se Deus for comigo [...] certamente te darei o dízimo de tudo quanto me deres” (Gn 28.20-22). Isso indica que os dízimos são um tipo de voto. Levítico 27, portanto, permite que as regras que governam votos comuns também se apliquem aos dízimos (cf. v. 9-13 com v. 30-33).

Levítico 27 e o NT

O costume de fazer votos e dar dízimos é simplesmente pressuposto no NT (veja At 18.18; 21.23; Mt 23.23) assim como é em Levítico 27. Mas observamos na base dessas leis levíticas um interesse em que um homem cumpra os seus votos; ele não deveria prometer apressadamente dar algo a Deus no calor do momento e, depois, quando tivesse se acalmado, voltar atrás na sua promessa. Mudar de ideia é penalizado por uma sobretaxa de 20% ao voto. O NT tem um interesse semelhante em que os homens cumpram a sua palavra: “Seja, porém, o vosso falar sim, sim; não, não” (Mt 5.33-37, A21; Mt 23.16-22; 2Co 1.17-20; Tg 5.12). Somente no caso de votos que envolviam propriedade familiar (Lv 27.16-24) a lei parece facilitar a mudança nos votos ao avaliar a terra por um valor bem

baixo. Isso permitia que o ofertante apressado da terra recuperasse o patrimônio familiar sem muita dificuldade. Se a terra era perdida de modo definitivo, isso teria levado um homem à pobreza, incapaz de sustentar os seus pais ou filhos adequadamente. Jesus também constatou esse perigo nos votos. Era errado, ele disse, dedicar algo ao Templo se isso deixasse os seus pais sem sustento. Os fariseus, que encorajavam esses votos irresponsáveis como marca de piedade, na verdade estavam negligenciando o mandamento de honrar pai e mãe (Mt 15.3-9//Mc 7.9-13).

Epílogo

Com essas leis sobre votos e dízimos termina o livro de Levítico. Em uma leitura inicial, esse parece ser um assunto estranho para terminar. Mas o tema dos votos está na verdade fortemente relacionado aos interesses principais do livro inteiro. Os homens que se dedicam a Deus se tornam, por assim dizer, escravos de Deus, santos para o Senhor. Alguns homens, os sacerdotes, podem de fato servir a Deus no santuário. Os capítulos 8 a 10 falam sobre a ordenação de Arão e seus filhos ao sacerdócio. Os capítulos 21 e 22 expõem as qualidades procuradas nos sacerdotes, qualidades que simbolizam a perfeição e santidade de Deus. Aqueles que não são de uma linhagem sacerdotal ainda assim podem servir a Deus, e de fato precisam ser santos porque Deus é santo (11.44,45; 19.2; 20.7,26). Esse tema percorre os capítulos 11 a 20: o povo eleito de Deus precisa representar visivelmente o caráter de Deus. Na sua escolha de comida, na doença e na saúde, na sua vida familiar, na sua conduta honesta e correta e no seu amor ao próximo eles revelam ao mundo como Deus é.

Animais prometidos em voto precisam ser sacrificados; eles também se tornam santos quando oferecidos em voto. O sacrifício estava no centro da adoração do AT, e Levítico fornece instruções mais precisas sobre procedimentos sacrificiais do que qualquer outra parte das Escrituras, e o livro também lista as ocasiões em que animais precisavam ser oferecidos (caps. 1—7; 12—17; 22 e 23). Por fim, um homem pode dedicar terra ou propriedade a Deus, recordando a legislação do Jubileu (cap. 25).

Assim, esse capítulo de fato recapitula os grandes temas que ocuparam nossa atenção no restante do livro e nos lembra deles. Levítico 27 mostra que a santidade é mais do que uma questão de chamado divino e ritual correto. A obtenção dela exige a consagração total da vida de uma pessoa ao serviço de Deus. Ela envolve oferecer a si mesmo, a sua família e todas as suas posses a Deus.

“Sede santos, porque eu, o

Senhor

, o vosso Deus, sou santo.”

¹ [Hertz, p. 305, defende que, pelo fato de o livro começar com leis que tratam do santuário, é apropriado que ele termine com um tema semelhante.](#)

² [Veja Saalschütz, p. 358ss.](#)

³ [G. J. Wenham, “Leviticus 27.2-8 and the price of slaves”, ZAW 90 \(1978\): 264-5. Sobre o termo avaliação \(’erkekā\), veja o comentário de 5.15 e E. A. Speiser, Oriental and biblical studies, p. 124ss.](#)

⁴ [Veja I. Mendelsohn, Slavery in the Ancient Near East \(New York: Oxford UP, 1949\), p. 117ss.](#)

⁵ [Conforme Mendelsohn, Slavery, p. 118; cf. de Vaux, Ancient Israel, p. 76 \[edição em português: Instituições de Israel no Antigo Testamento \(São Paulo: Vida Nova, 2004\)\].](#)

⁶ [Um ômer \(kōr\) variava entre 134 e 241 litros; de Vaux, Ancient Israel, p. 202.](#)

⁷ [Para preços da cevada, veja R. P. Maloney, CBQ 36 \(1974\): 4ss.; P. Garelli; V. Nikiprowetsky, Le Proche-Orient Asiatique: les empires mésopotamiens, Israel \(Paris: Presses universitaires de France, 1974\), p. 273s., 285s.](#)

⁸ [A ambiguidade surge porque o hebraico não deixa claro se semente = semente ou colheitas. O último significado está claro no versículo 30: “colheita \[isto é, semente\] da terra”. O hebraico seria traduzido mais literalmente por: “semente de um ômer de cevada é avaliada em cinquenta siclos”. “Semente” é assim ambíguo. O termo se refere à semente semeada ou à semente colhida? A maioria](#)

dos comentaristas acha que é a primeira opção: que um campo que requer um ômer de semente é avaliado em um siclo para cada ano até o Jubileu. Seguindo de Vaux, Ancient Israel, p. 168, prefiro pensar que um campo que produzir um ômer de semente é avaliado nesse valor. Zera' claramente tem esse sentido no versículo 30: "colheita da terra", e isso faz mais sentido para a avaliação da terra.

⁹ Keil, p. 483s.

¹⁰ Toda venda de terra era na verdade somente uma locação da terra até o ano do Jubileu. Veja 25.13ss.

¹¹ Veja de Vaux, Ancient, p. 205.

¹² Veja Saalschütz, p. 368ss.; THWAT, vol. 1, p. 635-9.

Bibliografia

I. Comentários

Estas obras são citadas nas notas de rodapé somente pelo nome do autor.

Baentsch

, B. Exodus, Leviticus, Numeri. Handkommentar zum AT (Göttingen: 1903).

Bertholet

, A. Leviticus. Kurzer Handkommentar zum AT (Tübingen: Mohr, 1901).

Bonar

, A. A. A commentary on Leviticus (London: Banner of Truth, 1966; reimpr. de 1861).

Calvin

, J. Commentary on the four last books of Moses (Grand Rapids: Eerdmans, reimpr. da tradução de 1986).

Cazelles

, H. Le Lévitique. 2. ed. Bible de Jérusalem (Paris: du Cerf, 1958).

Clements

, R. E. In:

Allen

, C. J., org. The Broadman Bible commentary (London: Marshall, Morgan; Scott, 1970). vol. 2: Leviticus.

Cook

, F. C., org. Speaker's commentary (London: Murray, 1871). vol. 1. parte 2.

Dillman

, A. Exodus und Leviticus. 2. ed. Kurzgefasstes Exegetisches Handbuch zum AT (Leipzig: Hirzel, 1880).

Eerdmans

, B. D. Das Buch Leviticus (Giessen: Töpelmann, 1912).

Elliger

, K. Leviticus. Handbuch zum AT (Tübingen: Mohr, 1966).

Erdman

, C. R. The Book of Leviticus (New York: Revell, 1951).

Gispen

, W. H. Het Boek Leviticus. Commentaar op het OT (Kampen: Kok, 1950).

Heinisch

, P. Das Buch Leviticus. Die heilige Schrift des AT (Bonn: Hanstein, 1935).

Hertz

, J. H., Leviticus. The Pentateuch and Haftorahs (London: Oxford UP, 1932).

Hoffmann

, D., Das Buch Leviticus (Berlin: Poppelauer, 1905-1906). vols. 1-2.

Keil

, C. F. The Pentateuch. Biblical Commentary on the OT (Grand Rapids: Eerdmans, reimpr.). vol. 2.

Kornfeld

, W. Das Buch Leviticus. Kleinkommentare zur Heiligen Schrift (Düsseldorf: Patmos, 1972).

Maarsingh

, B. Leviticus. De Prediking van het OT (Nijkerk: Callenbach, 1974).

Micklem

, N. "The Book of Leviticus". In:

Buttrick

, G. A., org. The Interpreter's Bible (New York: Abingdon, 1953). vol. 2.

Milgrom

, J., "The Book of Leviticus". In:

Laymon

, C. M., org. The Interpreter's one volume commentary on the Bible (Nashville: Abingdon, 1971).

Noth

, M., Leviticus. OT Library (London: SCM, 1965).

Porter

, J. R., Leviticus. Cambridge Bible Commentary (Cambridge: University Press, 1976).

Rashi

, Pentateuch with Rashi's commentary. Tradução para o inglês de M. Rosenbaum; A. M. Silbermann (New York: Hebrew Publishing Company).

Saalschütz

, J. L. Das Mosaische Recht. 2. ed. (Berlin: Heymann, 1853; reimpr. 1974).

Snaith

, N. H. Leviticus and Numbers. New Century Bible (London: Nelson, 1967).

II. Textos gerais e introdutórios

Livros

Baltzer

, K. The covenant formulary (Oxford: Blackwell, 1971).

Baly

, D. The geography of the Bible (London: Lutterworth, 1957).

Bright

, J. The authority of the OT (London: SCM, 1967).

Douglas

, M. Purity and danger (London: Routledge and Kegan Paul, 1966).

_____. Pureza e perigo. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros; Zilda

Zakia Pinto, Série Debates (São Paulo: Perspectiva, 2014). Tradução de: Purity and danger.

_____. Natural symbols (London: Barrie and Rockliff, 1970).

_____. Implicit meanings (London: Routledge and Kegan Paul, 1975).

Eissfeldt

, O. The OT: an introduction (Oxford: Blackwell, 1965).

Fohrer

, G. Introduction to the OT (Nashville: Abingdon, 1968).

_____;

Sellin

, E. Introdução ao Antigo Testamento. 2. ed. Tradução de Mateus Rocha da 11. ed. alemã (São Paulo: Paulinas, 1990-1992). Tradução de: Einleitung in das Alte Testament.

Harrison

, R. K. Introduction to the OT (Grand Rapids: Eerdmans, 1969; London: Tyndale, 1970).

Kaiser

, O. Introduction to the OT (Oxford: Blackwell, 1975).

Kaufmann

, Y. The religion of Israel (London: Allen and Unwin, 1961).

_____. A religião de Israel: do início ao exílio babilônico. Tradução de Attilio Cancian (São Paulo: Perspectiva, 1989). Tradução de: The religion of Israel (do original hebraico).

Keil

, C. F. Manual of biblical archaeology (Edinburgh: Clark, 1987-1988). vols. 1-2.

Kilian

, R. Literarkritische und formgeschichtliche Untersuchung des Heiligkeitgesetzes (Bonn: Hanstein, 1963).

Külling

, S. R. Zur Datierung der "Genesis-P-Stücke" (Kampen: Kok, 1964).

Leach

, E. R. Culture and communication (Cambridge: University Press, 1976).

McCarthy

, D. J. Treaty and covenant (Rome: Pontifical Biblical Institute, 1963).

McEvenue

, S. E. The narrative style of the priestly writer (Rome: Biblical Institute Press, 1971).

Meyers

, C. L. The tabernacle menorah; a synthetic study of a symbol from the biblical cult (Missoula: Scholars Press, 1976).

Milgrom

, J. Studies in Levitical terminology (Berkeley: University of California, 1970). vol. 1.

Neusner

, J. The idea of purity in ancient Judaism (Leiden: Brill, 1973).

Noth

, M. The laws in the Pentateuch and other studies (Edinburgh: Oliver and Boyd,

1966).

_____. A history of Pentateuchal traditions (Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972).

Rad

, G von. Die Priesterschrift im Hexateuch literarisch untersucht und theologisch gewertet (Suttgart: Kohlhammer, 1934).

Rendtorff

, R. Die Gesetze in der Priesterschrift. 2. ed. (Göttingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1963).

Reventlow

, H. G. Das Heiligkeitgesetz formgeschichtlich untersucht (Neukirchen: 1961).

Speiser

, E. A. Oriental and biblical studies (Philadelphia: University of Pennsylvania, 1967).

Turner

, V. W. The ritual process (London: Routledge and Kegan Paul, 1969).

Vaux

, R. de. Ancient Israel: its life and institutions (London: Darton, Longman and Todd, 1961).

_____. Instituições de Israel no Antigo Testamento. Tradução de Daniel de Oliveira (São Paulo: Vida Nova, 2004). Tradução de: Ancient Israel (do original francês).

Weinfeld

, M. Deuteronomy and the Deuteronomic school (Oxford: Clarendon, 1972).

Wellhausen

, J. Prolegomena to the history of ancient Israel (Cleveland: Meridian, reimpr. em 1957 da edição de 1885).

Artigos

Brueggemann

, W. “The kerygma of the priestly writers”. ZAW 84 (1972): 397-413.

Dommershausen

. “Heiligkeit, ein alttestamentliches Sozialprinzip?”. Tübinger Theologische Quartalschrift 148 (1968): 153-66.

Driver

, G. R. “Three technical terms in the Pentateuch”. JSS 1 (1956): 97-105.

Freedman

, D. N. “Variant readings in the Leviticus scroll from Qumran Cave 11”. CBQ 36 (1974): 524-34.

Hurvitz

, A. “The usage of šēš and būš in the Bible and its implication for the date of P”. HTR 60 (1967): 117-21.

_____. “Linguistic observations on the biblical usage of the priestly term ‘ēdāh” (hebraico). Tarbiz 40 (1971): 261-7.

_____. “The evidence of language in dating the Priestly Code”. RB 81 (1974): 24-7.

Packer

, J. I. “What did the cross achieve?”. TB 25 (1974): 3-45.

Shekan

, P. W. “The Qumran Manuscripts and textual criticism”. VTS 4 (1957): 148-60.

Vink

, J. G. “The date and origin of the Priestly Code in the OT”. OTS 15 (1969): 1-144.

Waltke

, B. K. “The Samaritan Pentateuch and the text of the OT”. In:

Payne

, J. B., org. New perspectives on the OT (Waco: Word, 1970). p. 212-39.

Wenham

, G. J. “History and the OT”. In:

Brown

, C., org. History, criticism and faith (Leicester: IVP, 1977). p. 13-75.

III. Levítico 1—7

Livros

Gray

, G. B. Sacrifice in the OT (Oxford: Clarendon, 1925).

Green

, A. R. W. The role of human sacrifice in the Ancient Near East (Missoula: Scholars Press, 1975).

Levine

, B. A. In the presence of the Lord (Leiden: Brill, 1974).

Lyonnet

, S.;

Sabourin

, L. Sin, redemption and sacrifice (Rome: Pontifical Biblical Institute, 1970).

Milgrom

, J. Cult and conscience: the 'asham' and the priestly doctrine of repentance (Leiden: Brill, 1976).

Moraldi

, L. Espiazione sacrificale e riti espiatori nell' ambiente biblico e nell' Antico Testamento (Rome: Pontifical Biblical Institute, 1956).

Rendtorff

, R. Studien zur Geschichte des Opfers im alten Israel (Neukirchen: 1967).

Schmid

, R. Das Bundesopfer in Israel (München: Kösel, 1964).

Thompson

, R. J. Penitence and sacrifice in early Israel outside the Levitical law (Leiden: Brill, 1963).

Vaux

, R. de. Studies in OT sacrifice (Cardiff: University of Wales, 1964).

Artigos

Branden

, A. van den. “Lev 1—7 et le tarif de Marseilles, CIS I, 165”. *Revista degli Studi Orientali* 40 (1965): 107-30.

Davies

, D. J. “An interpretation of sacrifice in Leviticus”. *ZAW* 89 (1977): 387-99.

Fisher

, L. R. “A new ritual calendar from Ugarit”. *HTR* 60 (1970): 485-501.

Garnet

, P. “Atonement constructions in the OT and the Qumran Scrolls”. *EQ* 46 (1974). p. 131-63.

Gugliemo

, A. de. “Sacrifice in the Ugaritic texts”. *CBQ* 17 (1955): 76-96.

Heller

, J. “Die Symbolik des Fettes im AT”. *VT* 20 (1970): 106-8.

Hillers

, D. R. "Ugaritic šnpt 'Wave offering'". BASOR 198 (1970): 42; BASOR 200 (1970): 18.

Hoftijzer

, J. "Das sogenannte Feueropfer". VTS 16 (1967): 114-34.

Levine

, B. A. "Ugaritic descriptive rituals". JCS 17 (1963): 105-11.

_____. "The descriptive tabernacle texts of the Pentateuch". JAOS 85 (1965): 307-18.

Levine

, B. A.;

Hallo

, W. W. "Offerings to the temple gates at Ur". HUCA 38 (1967): 17-58.

McCarthy

, D. J. "The symbolism of blood and sacrifice". JBL 88 (1969): 166-76.

Milgrom

, J. "The function of the ḥaṭṭā'ṭ sacrifice" (hebraico). Tarbiz 40 (1970): 1-8.

_____. "Sin-offering or purification-offering". VT 21 (1971): 237-39.

_____. "The alleged wave-offering in Israel and in the Ancient Near East". IEJ 22 (1972): 33-8.

_____. "shôq hatterûmāh: a chapter in cultic history" (hebraico). Tarbiz 42 (1972): 1-11.

_____. "Two kinds of ḥaṭṭā'ṭ". VT 26 (1976): 333-7.

_____. "Israel's sanctuary: the priestly 'Picture of Dorian Gray'". RB 83 (1976): 390-9.

_____. "Atonement in the OT". In: IDBS. p. 78-82.

_____. "Sacrifices and offerings, OT". In: IDBS. p. 763-71.

Moor

, J. C. de. "The peace offering in Ugarit and Israel". In: Schrift en uitleg (W. H. Gispen FS) (Kampen: Kok, 1970). p. 112-7.

Péter

, R. "L' imposition des mains dans l' A. T.". VT 27 (1977): 48-55.

Rainey

, A. F. "The order of sacrifice in OT ritual texts". Biblica 51 (1970): 485-98.

_____. "Sacrifice and offerings". In:

Tenney

, M. C., org. The Zondervan Pictorial Encyclopedia of the Bible (Grand Rapids: Zondervan, 1975). vol. 5. p. 194-211.

Rost

, L. "Erwägungen zum israelitischen Brandopfer". BZAW 77 (1958): 177-83.

_____. "Der Leberlappen". ZAW 79 (1967): 35-41.

Snaith

, N. H. "Sacrifices in the OT". VT 7 (1957): 308-17.

_____. "The sin offering and the guilt offering". VT 15 (1965): 73-80.

Stevenson

, W. B. “Hebrew olah and zebach sacrifices”. In: Festschrift A. Bertholet(Tübingen: 1950). p. 488-97.

Urie

, D. M. L. “Sacrifice among the west Semites”. PEQ 81 (1949): 67-82.

Vincent

, A. “Les rites du balancement (tenoûphâh) et du prélèvement (teroûmâh) dans le sacrifice de communion de l’A. T.”. In: Mélanges Syriens offerts à R. Dussaud I (Paris: Geuthner, 1939). vol. 1. p. 267-72.

IV. Levítico 8—10

Artigos

Gradwohl

, R. “Das ‘fremde Feuer’ von Nadab und Abihu”. ZAW 75 (1963): 288-96.

Haran

, M. “The uses of incense in the ancient Israelite ritual”. VT 10 (1960): 113-29.

Laughlin

, J. C. H. “The ‘strange fire’ of Nadab and Abihu”. JBL 95 (1976): 559-65.

V. LEVÍTICO 11

Livros

Bare

, G. Plants and animals of the Bible (United Bible Societies: 1969).

Cansdale

, G. S. Animals of Bible lands (Exeter: Paternoster, 1970).

Schapiro

, D. L'hygiène alimentaire des Juifs devant la science moderne (Paris: Erelji, 1930).

Simoons

, F. J. Eat not this flesh: food avoidances in the old world (Madison: University of Wisconsin, 1961).

Artigos

Driver

, G. R. "Birds in the OT". PEQ (1955): 5-20.

Gispen

, W. H. “The distinction between clean and unclean”. OTS 5 (1948): 190-6.

Jirku

, A. “Lev. 11.29-33 im Lichte der Ugarit-Forschung”. ZAW 84 (1972): 348.

Khalifé

, L. “Etude sur l’histoire rédactionnelle de deux textes parallèles: Lev. 11 et Deut. 14:1-21”. Melto 2 (1966): 57-72.

Milgrom

, J. “The biblical diet laws as an ethical system”. Interpretation 17 (1963): 288-301.

Moran

, W. L. “The literary connection between Lev 11:13-19 and Deut. 14:12-18”. CBQ 28 (1966): 271-7.

Vaux

, R. de. “Les sacrifices de porcs en Palestine et dans l’ Ancient Orient”. BZAW 77 (1958): 250-65.

Wenham

, G. J. “The theology of unclean food”. EQ (1981): 6ss.

VI. Levítico 12—15

Livros

Browne

, S. G. Leprosy in the Bible (London: Christian Medical Fellowship, 1970).

Vos

, C. J. Women in OT worship (Delft: Judels and Brinkman, 1968).

Artigos

Hulse

, E. V. "The nature of biblical 'leprosy' and the use of alternative medical terms in modern translations of the Bible". PEQ 107 (1975): 87-105.

Macht

, D. I. "A scientific appreciation of Lev. 12:1-5". JBL 52 (1933): 253-60.

Wilcox

, R. R. "Venereal disease in the Bible". British Journal of Venereal Disease 25 (1949): 28-33.

VII. Levítico 16

Artigos

Ashbel

, D. “The goat sent to Azazel” (hebraico). Beth Miqra 11 (1965): 89-102.

Feinberg

, C. L. “The scapegoat of Lev. 16”. Bibliotheca Sacra 115 (1958): 320-33.

Haran

, M. “The complex of ritual acts performed inside the Tabernacle”. Scripta Hierosolymitana 8 (1961): 272-302.

Langdon

, S. H. “The scape-goat in Babylonian religion”. ExpT 24 (1912-1013): 9-13.

Milgrom

, J. “Day of atonement”. In: Encyclopedia Judaica. vol. 5. p. 1384-7.

VIII. Levítico 17—27

Livros

Epstein

, L. M. Marriage laws in the Bible and the Talmud (Cambridge: Harvard, 1942).

Fox

, R. Kinship and marriage (Harmondsworth: Penguin, 1967).

Jackson

, B. S. Theft in early Jewish law (Oxford: Clarendon, 1972).

_____. Essays in Jewish and comparative legal history (Leiden: Brill, 1975).

Mendelsohn

, I. Slavery in the ancient Near East (New York: Oxford UP, 1949).

Murray

, J. Principles of conduct (Grand Rapids/London: Eerdmans/Tyndale, 1957).

North

, R. Sociology of the biblical Jubilee (Rome: Pontifical Biblical Institute, 1954).

Paul

, S. M. Studies in the book of the covenant in the light of cuneiform and biblical law (Leiden: Brill, 1970).

Philips

, A. C. J. Ancient Israel's criminal law (Oxford: Blackwell, 1970).

Artigos

Cohn

, H. H. "The penology of the Talmud". *Israel Law Review* 5 (1970): 53-74.

Finkelstein

, J. J. "Sex offenses in Sumerian laws". *JAOS* 86 (1966): 355-72.

_____. "Some new misharum material and its implications". In: *Studies in honor of B. Landsberger* (Chicago: University Press, 1965). p. 233-46.

_____. "The goring ox". *Temple Law Quarterly* 46 (1973): 169-290.

Fisher

, E. J. "Cultic prostitution in the Ancient Near East? A reassessment". *BTQ* 6 (1976): 225-36.

Gamoran

, H. "The biblical law against loans on interest". *JNES* 30 (1971): 127-34.

Good

, E. M. "Capital punishment and its alternatives in Ancient Near Eastern law". *Stanford Law Review* 19 (1967): 947-77.

Greenberg

, M. "Some postulates of biblical criminal law". In: *Y. Kaufmann Jubilee Volume* (Jerusalem: Magnes, 1960). p. 5-28.

Haran

, M. "The Passover sacrifice". *VT* 23 (1972): 86-116.

Hennessey

, J. B. "Excavation of a Late Bronze Age temple at Amman". *PEQ* 98 (1966): 155-62.

Hoenig

, S. B. "Sabbatical years and the year of Jubilee". JQR 59 (1969): 222-36.

Hoffner Jr

, H. A. "2nd millennium antecedents to the Hebrew 'ôb". JBL 86 (1967): 385-401.

_____. "Incest, sodomy and bestiality in the Ancient Near East". In: Orient and occident: essays for C. H. Gordon (Neukirchen: 1973), p. 81-90.

Horton

, F. L. "Form and structure in laws relating to women: Lev. 18:6-18". In: SBL 1973 Seminar Papers. p. 20-33.

Krebs

, W. "Zur kultischen Kohabitation mit Tieren im alten Orient". Forschungen und Fortschritte 37 (1963): 19-21.

Loewenstamm

, S. E. "M/Tarbit and Neshek". JBL 88 (1969): 78-80.

Maloney

, R. P. "Usury and restrictions on interest taking in the Ancient Near East". CBQ 36 (1974): 1-20.

Milgrom

, J. "A prolegomenon to Lev. 17:11". JBL 90 (1971): 149-56.

Snaith

, N. H. "The cult of Molech". VT 16 (1966): 123s.

Wenham

, G. J. "Betûlāh: a girl of marriageable age". VT 22 (1972): 326-48.

_____. "The biblical view of marriage and divorce: 1 — The cultural background". Third Way 1.20 (20 October, 1977): 3-5.

_____. "The biblical view of marriage and divorce: 2 — Old Testament teaching". Third Way 1.21 (3 November, 1977): 7-9.

_____. "The restoration of marriage reconsidered". JJS 30 (1979): 36-40.

_____. "Leviticus 27.2-8 and the price of slaves". ZAW 90 (1978): 264s.

Westbrook

, R. "Jubilee laws"; "Redemption of Land". Israel Law Review 6 (1971): 209-26; 367-75.

Wiseman

, D. J. "The laws of Hammurabi again". JSS 7 (1962): 161-72.

_____. "Law and order in OT times". Vox Evangelica 8 (1973): 5-21.

Índice de passagens bíblicas

Antigo Testamento

Gênesis

1 [1]

1 e 2 [1]

1.14 [1]

1.20 [1]

1.20-30 [1]

1.22,28; 8.17 [1]

1.27 [1]

1.28 [1]

1.28; 9.1,7; 35.11 [1]

1.29,30 [1]

2.1-3 [1]

2.17 [1]

2.23 [1]

2.24 [1]

3 [1], [2]

3.1 [1]

3.8 [1]

3.14 [1]

3.17,18; 6.13,14 [1]

4 [1]

4.10,11 [1]

4.13 [1]

5.22,24; 6.9; 17.1; 24.40; 48.15 [1]

6.3 [1]

6.5 [1]

6.19,20; 7.2,3 [1]

7.14 [1]

8.21 [1], [2]

9.4 [1], [2], [3], [4]

9.5,6 [1], [2]

9.6 [1]

9.16 [1]

10.19,30 [1]

11.29 [1]

12.1; 24.4; 31.3,13; 43.7; 48.6 [1]

15 [1]

15; 17 [1]

15.7,8; 28.4 [1]

15.7; 17.8; 24.7 [1]

16.15 [1]

17 [1]

17.1 [1]

17.6 [1]

17.8 [1]

17.10 [1]

17.12 [1]

17.13,19 [1]

19 [1]

19.5 [1]

19.30 [1]

20.12 [1]

21.25 [1], [2]

22 [1], [2]

22.16 [1]

23.7,12,13 [1]

24 [1]

24.4 [1]

24.10 [1]

27.1 [1]

27.32 [1]

28.3; 48.4 [1]

28.20 [1]

28.20-22 [1]

28.20,21 [1]

29 [1], [2]

29.27 [1]

30.1,2 [1]

32.19 [1]

34 [1]

35 [1]

37.2,28 [1]

37.29 [1]

37.29,34 [1]

37.31 [1]

37.34 [1]

38 [1]

38.21,22 [1]

41.3,4 [1]

43.11,15,25,26 [1]

44.5,15 [1]

45.18 [1]

48.17 [1]

49.6 [1]

50.10 [1]

Êxodo

1.13,14 [1]

3 [1]

3.8 [1]

4.6 [1]

5.5 [1]

5.14; 15.25 [1]

6.4 [1]

6.6,7 [1]

6.7; 29.45,46 [1]

6.16 [1]

6.23 [1]

7—12 [1]

12 e 13 [1], [2]

12.3,6; 17.1 [1]

12.6; 29.4; 30.8 [1]

12.14 [1], [2]

12.15,19 [1]

12.15; 13.3,7 [1]

12.16 [1]

12.19,49 [1]

12.22 [1]

12.38 [1]

12.46 [1]

13.2 [1]

13.2,13; 20.10; 21.28 [1]

13.2; 34.19,20 [1]

13.14 [1]

16.1,2,9 [1]

16.19 [1]

16.23-30 [1]

18.11,12 [1]

19 [1], [2], [3], [4]

19; 40.34 [1]

19.4-6 [1], [2]

19.5,6 [1], [2], [3], [4], [5]

19.6 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

19.10 [1]

19.10-15 [1]

19.15 [1]

19.21 [1]

20 [1]

20.1 [1]

20.2 [1], [2]

20.3 [1]

20.3-6 [1], [2]

20.5 [1]

20.7 [1], [2], [3]

20.8 [1]

20.8-12 [1]

20.8,11 [1]

20.9 [1]

20.9,10 [1]

20.10 [1], [2], [3], [4]

20.11 [1]

20.12 [1]

20.13 [1]

20.14 [1], [2], [3]

20.15 [1], [2]

20.16 [1]

20.16,7 [1]

20.17 [1]

20.23; 32.23 [1]

20.26 [1]

20.26; 28.42,43 [1]

21.1 [1], [2]

21.2 [1]

21.10 [1]

21.12 [1]

21.12-14 [1]

21.16 [1]

21.17 [1]

21.22 [1]

21.23-25 [1]

21.23,24 [1]

21.26 [1]

21.28 [1]

21.30 [1], [2], [3]

22 [1], [2]

22.2 [1]

22.6 [1], [2], [3]

22.15,16 [1], [2]

22.17 [1], [2]

22.18 [1], [2]

22.19 [1], [2]

22.20 [1], [2]

22.24 [1]

22.27 [1], [2], [3]

22.28,29 [1]

22.29 [1], [2]

23 [1]

23.1-3,6-8 [1]

23.9 [1]

23.10,11 [1]

23.11 [1]

23.15 [1]

23.16 [1]

23.18 [1]

23.18; 34.25 [1], [2]

23.19 [1]

23.19; 34.26 [1]

23.20-24 [1]

23.20,21 [1]

23.25 [1]

24 [1]

24.1 [1]

24.3-8 [1], [2]

24.4,12; 32.15,16; 34.1-4 [1]

24.5 [1]

24.6-8 [1], [2]

24.6,8 [1]

24.7 [1]

24.8 [1]

24.15 [1]

24.16,17 [1]

25.2,3; 30.13 [1]

25.8 [1]

25.11,24 [1]

25.22 [1]

25.23-30 [1]

25.30 [1]

25.31-39 [1]

27.1-8 [1]

27.20,21 [1]

27.21 [1]

28 [1]

28 e 29 [1], [2]

28 e 39 [1]

28.5 [1]

28.9-12 [1]

28.15 [1]

28.30 [1]

28.31-34; 39.22-26 [1]

28.36 [1]

28.38; 36.1 [1]

28.39 [1], [2]

28.41; 30.30; 40.15 [1]

29 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

29.1 [1]

29.1-36; 40.9 [1]

29.1; 39.30 [1]

29.4 [1]

29.10-14 [1]

29.15-18 [1]

29.19 [1], [2]

29.31 [1]

29.34 [1]

29.35 [1]

29.36,37 [1]

29.37; 30.29 [1], [2]

29.38 [1]

29.42 [1]

29.43-45 [1]

29.43-46 [1], [2]

30 [1]

30.7,8 [1]

30.9 [1]

30.10 [1], [2]

30.15 [1]

30.17 [1], [2]

30.23 [1]

30.33 [1], [2]

30.38 [1]

31.13-17 [1]

31.14 [1]

31.16 [1]

31.18 [1]

32 [1], [2], [3], [4], [5]

32—34 [1]

32.11-14 [1]

32.20 [1]

32.25-35 [1]

32.30-35 [1]

32.39 [1]

33.14 [1]

33.15 [1]

34 [1]

34.15,16 [1]

34.17 [1]

34.19,20 [1]

34.20 [1]

34.22 [1]

35 [1]

35—40 [1]

35.1 [1]

35.22 [1]

35.29 [1]

37 [1]

37.17-24 [1]

39 e 40 [1]

39.27 [1]

39.27-29 [1]

40 [1], [2]

40.7 [1]

40.9-11 [1]

40.9; 29.36; 30.29 [1]

40.16-38 [1]

40.25,26 [1]

40.34 [1]

40.34-38 [1], [2]

40.36-38 [1]

Levítico

1 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14]

1 a 16 [1]

1 a 5 [1], [2]

1 a 7 [1]

1 e 4 [1]

1—17 [1], [2], [3]

1—3 [1], [2]

1—5 [1], [2], [3]

1—7 [1], [2]

1.1 [1], [2]

1.1—5.26 [1]

1.1—7.38 [1]

1.1,2 [1]

1.2 [1], [2]

1.2 e 4.2 [1]

1.3-17 [1]

1.3,10; 21.16 [1]

1.3,10; 22.18 [1]

1.5,11 [1]

1.9,13,17; 2.2,9,16; 3.5,16 [1]

1.9,17; 2.2,9,12; 3.5,16 [1]

1.13; 3.9,14; 7.3,33; 8.18 [1]

2 [1], [2], [3], [4]

2 e 3 [1]

2.2,9,16 [1]

2.2,9,16; 5.12; 6.8 [1]

2.3,10 [1]

2.3,10; 6.10,11,22 [1]

2.11 [1]

2.14 [1]

3 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

3.2,8,13 [1]

3.2,8,13; 4.4,15,24; 16.21 [1]

4 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

4 e 5 [1], [2], [3], [4]

4 e 5; 12—15 [1]

4.1 — 5.13 [1]

4.1-12; 6.23 [1]

4.3-12 [1]

4.6,7 [1]

4.7,18 [1]

4.8-10 [1]

4.11 [1]

4.13-21 [1]

4.20,26,31; 12.7,8 [1]

4.22-26 [1]

4.22-31 [1]

4.25 [1]

4.27 [1]

4.27—5.13 [1]

5 [1], [2], [3], [4]

5.1 [1]

5.1-6 [1]

5.7 [1]

5.11 [1]

5.14 [1]

5.14-24 [1]

5.14-26 [1]

5.15 [1]

5.17-19 [1]

5.20 [1], [2]

5.20-26 [1]

5.21 [1]

5.24 [1]

6 a 17 [1]

6 e 7 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

6.1-6 [1]

6.1-6; 6.7-11; 6.12-16 [1]

6.1—7.38 [1], [2]

6.1,2; 6.17,18 [1]

6.2 [1]

6.2,17,18 [1]

6.7 [1]

6.7-11 [1], [2]

6.7—7.10 [1]

6.9-11 [1]

6.9,19 [1]

6.10,18 [1]

6.11 [1]

6.11,20 [1]

6.12 [1]

6.12-16 [1]

6.17-23 [1]

6.17-23; 7.1-10; 7.11-21 [1]

6.19 [1]

7 [1], [2]

7.1-10 [1]

7.1-7 [1], [2]

7.1,11,37 [1]

7.8 [1], [2]

7.11-21 [1]

7.11-36 [1]

7.12 [1]

7.15-18 [1]

7.16; 22.18 [1]

7.18; 20.17,20 [1]

7.18; 22.23,25,27 [1]

7.19,20 [1]

7.20 [1], [2]

7.20,21 [1]

7.20,21,25,27; 17.4,9,14; 18.29; 19.8; 20.3,5,6,17,18 [1]

7.20,21; 22.3 [1], [2]

7.20; 10.1-3 [1]

7.22 [1], [2]

7.22-27 [1], [2]

7.22-27; 7.28-36; 7.37,38 [1]

7.22,23,28,29 [1]

7.22,28 [1]

7.26,27 [1]

7.28-36 [1], [2]

7.31-33 [1]

7.36 [1]

7.36; 10.9; 16.29,34; 17.7; 23.14,21,31,41; 24.3 [1]

7.37,38 [1], [2], [3]

7.38 [1]

8 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

8 a 10 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

8 e 9 [1], [2], [3], [4]

8—10 [1], [2]

8.1-5 [1]

8.1—10.20 [1]

8.2; 29.4 [1]

8.6-9 [1]

8.8 [1]

8.9,13,17,21,29,36 [1]

8.10-13 [1]

8.11-15,23-30 [1]

8.13 [1]

8.14-17 [1]

8.15 [1]

8.18-21 [1]

8.22 [1]

8.22-24 [1], [2]

8.22-30 [1]

8.30 [1]

8.31-36 [1]

8.35; 10.2,6,7,9; 16.2,13 [1]

9 [1], [2], [3], [4], [5]

9.1-4 [1]

9.4,6 [1]

9.5,6 [1]

9.7 [1]

9.8 [1]

9.8-21 [1]

9.22-24 [1]

9.23 [1]

9.23,24 [1]

9.24 [1], [2]

10 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

10.1-3 [1]

10.1,2 [1]

10.2 [1], [2]

10.3 [1]

10.3-7 [1]

10.4 [1]

10.5 [1]

10.6,7a [1]

10.6; 22.16 [1]

10.7b [1]

10.8-11 [1]

10.10 [1], [2], [3]

10.12-18 [1]

10.15; 22.12 [1]

10.19 [1]

10.20 [1]

11 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

11 a 15 [1]

11—15 [1], [2]

11—16 [1], [2]

11.1-3 [1]

11.1—16.34 [1]

11.4-8 [1]

11.9-11 [1]

11.9-12 [1]

11.10 [1]

11.13-19 [1], [2]

11.20-23 [1], [2]

11.24-28 [1]

11.24-45 [1]

11.25,28; 14.8,9 [1]

11.29-38 [1]

11.39,40 [1]

11.39,40 e 17.15 [1]

11.41-44 [1]

11.41-45 [1]

11.44 [1]

11.44,45 [1]

11.44,45; 19.2; 20.26 [1]

11.45 [1]

11.45; 18.3; 19.34,36; 22.33 [1]

11.45; 19.34,36; 23.43; 25.38,55; 26.13,45 [1]

11.46,47 [1]

11.46,47; 13.59; 14.54-57; 15.32,33 [1]

12 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

12—15 [1]

12; 14; 15 [1]

12.6 [1]

12.6; 14.13,19 [1]

12.8; 14.19 [1]

13 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

13 e 14 [1], [2]

13.1 [1]

13.2-8 [1]

13.9-17 [1]

13.18-28 [1]

13.29-37 [1]

13.38,39 [1]

13.40-44 [1]

13.45,46 [1], [2], [3]

13.46 [1]

13.47-58 [1]

13.59 [1]

14 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

14 a 16 [1]

14.1-32 [1]

14.2 [1]

14.2-9 [1]

14.6 [1]

14.8,9 [1]

14.9 [1]

14.10-32 [1]

14.12 [1]

14.12,21,24; 23.15,17,20 [1]

14.14 [1]

14.20 e 16.24 [1]

14.33-53 [1]

14.34; 18.3; 23.10; 25.2 [1]

14.36 [1]

14.54-57 [1]

15 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

15.1 [1]

15.2-15 [1]

15.11 [1]

15.15,30 [1]

15.16 [1]

15.16-18 [1]

15.19 [1], [2]

15.19-24 [1], [2]

15.25-30 [1]

15.31 [1]

15.31; 16.16,19 [1]

16 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12]

16.1,2 [1]

16.3-5 [1]

16.4 [1]

16.6-10 [1]

16.11-19 [1]

16.11-28 [1]

16.12 [1]

16.14 [1]

16.16 [1]

16.19 [1]

16.20-22 [1]

16.21 [1], [2]

16.23-28 [1]

16.29 [1]

16.29-34 [1]

16.29; 17.15; 18.26 [1]

16.33 [1]

17 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

17 a 26 [1]

17—27 [1]

17.1 [1]

17.1-9 [1], [2]

17.1—27.34 [1]

17.1,2 [1]

17.2 [1], [2], [3]

17.3-7 [1]

17.7 [1], [2]

17.8,9 [1]

17.9,10; 18.29; 20.6 [1]

17.10 [1], [2], [3], [4]

17.10-12 [1]

17.11 [1], [2], [3]

17.13 [1]

17.13-16 [1]

18 [1], [2], [3], [4], [5]

18 a 26 [1]

18 a 27 [1]

18 e 20 [1], [2]

18—25 [1]

18.1-5 [1]

18.2 [1]

18.4,30; 19.3,4,10,25,31; 23.22; 24.22; 25.17; 26.1 [1]

18.5 [1], [2]

18.6-18 [1]

18.6-20 [1]

18.9 [1]

18.18 [1]

18.19 [1]

18.19-23 [1]

18.20 [1]

18.21 [1]

18.21; 19.12; 20.3; 21.6; 22.2 [1]

18.22 [1]

18.23 [1]

18.24-28 [1]

18.24-30 [1], [2]

19 [1], [2], [3], [4]

19 e 25 [1]

19.1,2a [1]

19.2 [1], [2], [3]

19.2; 20.7,24 [1]

19.2b [1]

19.2b-10 [1]

19.3 [1]

19.3,4,10; 20.7 [1]

19.3,4,30 [1]

19.4 [1]

19.5-10 [1]

19.5-8; 23.17-21 [1]

19.7 [1]

19.9,10 [1], [2]
19.9,10,19,23-25 [1]
19.10 [1]
19.11-18 [1]
19.11,12 [1]
19.12 [1]
19.13 [1]
19.13,14 [1]
19.14,32; 25.17,36,43 [1]
19.15,16 [1]
19.17,18 [1]
19.18 [1], [2], [3], [4], [5]
19.18,19; 20.7-9 [1]
19.19 [1], [2]
19.19-25 [1]
19.20-22 [1], [2]
19.24 [1]
19.26 [1]
19.26-28 [1]
19.27,28 [1]
19.29,30 [1]

19.31 [1]

19.32 [1]

19.33,34 [1]

19.34 [1]

19.35,36 [1]

20 [1], [2], [3]

20.1,2a [1]

20.2 [1], [2], [3], [4], [5]

20.2-5 [1], [2]

20.2-6 [1]

20.2,4 [1]

20.2; 24.10-23; 20.9; 20.10 [1]

20.3 [1]

20.3; 22.2,32 [1]

20.4 [1], [2]

20.5 [1]

20.6 [1], [2]

20.6 e 27 [1]

20.7 [1]

20.7,8 [1]

20.8; 21.8,15,23; 22.9,16,32 [1]

20.9 [1], [2]

20.9-16 [1]

20.9-21 [1]

20.10 [1], [2], [3], [4]

20.11,12 [1]

20.13 [1], [2]

20.15,16 [1]

20.17,18 [1]

20.18 [1]

20.20 [1]

20.20; 22.9; 24.15 [1]

20.22-26 [1]

20.24; 25.2,38 [1]

20.27 [1]

21 [1], [2], [3]

21 e 22 [1], [2]

21—24 [1]

21.1-9 [1]

21.4 [1]

21.5,6 [1]

21.6 [1], [2]

21.7,13-15 [1]

21.7,8 [1]

21.8 [1]

21.9 [1], [2]

21.10 [1], [2], [3]

21.10-15 [1]

21.11,12 [1]

21.13-15 [1]

21.16-24 [1]

21.17 [1]

21.17-21 [1]

21.17-23 [1]

22 [1]

22 e 27 [1]

22.1-9 [1]

22.2 [1]

22.4 [1]

22.10-16 [1]

22.12 [1]

22.14 [1]

22.17-30 [1]

22.23 [1], [2]

22.26-30 [1]

22.31-33 [1]

23 [1], [2], [3], [4], [5]

23.1-4 [1]

23.5 [1]

23.5-14 [1]

23.5-22 [1]

23.6 [1], [2], [3]

23.10 [1]

23.10-13 [1]

23.15-22 [1]

23.17,20 [1]

23.22 [1]

23.23-43 [1]

23.24 [1], [2]

23.27,32 [1]

23.43 [1]

24 [1], [2], [3], [4], [5], [6]

24.1-9 [1]

24.2-4 [1]

24.5-9 [1]

24.6 [1]

24.7-9 [1]

24.9 [1]

24.10 [1], [2]

24.10-23 [1], [2]

24.11-22 [1]

24.12 [1]

24.13 [1]

24.14 [1], [2]

24.16 [1]

24.18 [1], [2]

25 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

25.2 [1]

25.2-22 [1]

25.8 [1], [2]

25.10 [1]

25.23 [1]

25.23-28 [1]

25.25 [1]

25.26 [1]

25.27 [1]

25.28 [1]

25.29-34 [1]

25.35 [1]

25.36,37 [1]

25.38 [1]

25.38,42 [1]

25.38,55 [1]

25.39 [1]

25.39-55 [1], [2]

26 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15]

26.1 [1]

26.1,2 [1]

26.2,11,12 [1]

26.3 [1], [2]

26.3-13 [1], [2], [3]

26.4,5 [1]

26.4,5,13 [1]

26.6 [1]

26.6-10 [1]

26.7,8 [1]

26.9 [1], [2]

26.11-13 [1]

26.14 [1]

26.14-17 [1]

26.14-39 [1]

26.16 [1]

26.18 [1]

26.18-20 [1]

26.21,22 [1]

26.22 [1]

26.23-26 [1]

26.24,28 [1]

26.26 [1]

26.27-39 [1]

26.31 [1]

26.40-46 [1]

26.42,45 [1]

26.46 [1]

27 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

27.1-8 [1]

27.2-7 [1]

27.9,10 [1]

27.11-13 [1]

27.14-24 [1]

27.14,15 [1]

27.16-24 [1], [2]

27.25 [1]

27.25-33 [1]

27.26,27 [1]

27.28,29 [1]

27.30-33 [1]

32 [1]

40.7 [1]

50.8; 51.18,21 [1]

66.13,15 [1]

Números

1.2; 14.29 [1]

1.18 [1]

2.3 [1]

3.3 [1]

3.24,30 [1]

3.40-51 [1]

5.1-4 [1], [2]

5.1-4; 12.14,15; 31.19-24 [1]

5.2-4 [1]

5.2,3 [1]

5.6-10; 6.9-12 [1]

5.6-8 [1]

5.7 [1]

5.12,27 [1]

5.15 [1]

5.26 [1]

5.31; 14.34 [1]

6 [1], [2]

6.3 [1]

6.3,4 [1]

6.6-12 [1]

6.6-8 [1]

6.9 [1], [2]

6.9-12 [1]

6.11 [1]

6.11,12 [1]

6.12 [1]

6.13-20 [1]

6.14 [1], [2]

6.14; 15.3 [1]

6.23 [1]

7 [1]

7.16 [1]

8.5 [1]

8.8 [1]

8.9 [1]

8.10 [1]

8.10-12 [1]

8.13 [1], [2]

8.16 [1]

8.20 [1]

9.14; 15.30 [1]

10.2 [1]

10.30 [1]

12 [1]

12.6 [1]

12.9 [1], [2], [3]

12.10 [1]

13 e 14 [1]

13.27 [1]

14 [1]

14.6 [1]

14.9 [1]

14.10 [1], [2]

15.9 [1]

15.24 [1]

15.27 [1]

15.27-30 [1]

15.30,31 [1], [2]

15.32 [1]

15.32-36 [1], [2]

15.33 [1]

15.34 [1]

15.35,36 [1], [2]

15.37-41 [1]

15.39,40 [1]

15.41 [1]

16 e 17 [1]

16.5 [1]

16.7 [1]

16.16 [1]

17.1 [1]

17.1-15 [1]

17.5 [1]

18.19 [1]

18.26 [1]

19.6 [1]

19.11 [1]

19.13,20 [1], [2]

19.19 [1]

20 [1]

20.1,2 [1]

20.3 [1]

20.8 [1]

20.12 [1], [2]

21.2 [1], [2]

25 [1], [2]

25.1 [1]

25.6-13 [1]

25.13 [1]

27; 36 [1]

27.18,23 [1]

27.21 [1]

28 [1], [2]

28 e 29 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12]

28.3-8 [1]

28.13 [1]

29 [1]

29.7 [1]

31.16 [1]

31.23 [1]

31.29,41 [1]

31.50 [1]

32 [1]

33.52 [1]

35 [1], [2], [3]

35.1-8 [1]

35.10 [1]

35.11 [1]

35.16 [1]

35.25 [1]

35.26 [1]

35.31 [1], [2]

35.31,33 [1]

35.33 [1]

36 [1]

Deuteronômio

4.16 [1]

4.30,31; 30.1-10 [1]

5.6 [1]

5.7-10 [1]

5.9 [1]

5.12 [1]

5.15 [1]

5.16 [1], [2]

5.22; 9.10; 18.16 [1]

5.33 [1]

6.5 [1]

6.10,11 [1]

7.2 [1]

7.3 [1]

7.3-6 [1]

7.6 [1]

7.6-11 [1]

7.6-8 [1]

8.5 [1]

8.11-19; 32.15 [1]

9.12,16 [1]

10.19 [1]

12 [1]

12.7 [1], [2]

12.11,17 [1]

12.12,18; 27.7 [1]

12.15,16,22 [1]

12.16,23; 15.23 [1]

12.20 [1]

12.23 [1]

12.31; 18.10 [1]

13.2 [1]

13.7-12 [1]

13.11 [1]

13.12 [1]

13.13 [1], [2]

13.16 [1]

14.1 [1], [2]

14.1,2 [1]

14.4 [1]

14.5 [1], [2]

14.10 [1]

14.21 [1], [2]

14.27-29; 16.11 [1]

14.28,29; 15.1 [1]

15.1 [1]

15.12 [1], [2]

15.19 [1]

16.1-8 [1]

16.10 [1]

16.16 [1], [2]

16.18 [1]

16.19,20; 19.15-21; 27.25 [1]

17.7 [1]

17.9 [1]

17.11; 19.6 [1]

17.12; 21.18 [1]

18 [1]

18.3 [1]

18.11; 1 [1]

18.15 [1], [2]

19 [1], [2]

19.13 [1]

19.15 [1]

19.19,20 [1]

19.20 [1]

19.21 [1], [2]

20.5; 16.18; 1 [1]

20.7 [1]

20.8; 23.3 [1]

20.19,20 [1]

21.1-9 [1]

21.6-9 [1]

21.10-14 [1]

21.18 [1], [2]

21.21 [1]

21.21; 22.21 [1]

21.22,23 [1]

22.5, 9-11 [1]

22.6,7 [1]

22.8 [1]

22.9 [1]

22.9-11 [1]

22.13 [1]

22.21,24 [1]

22.22 [1], [2], [3]

22.23,24 [1], [2]

22.25-27 [1]

22.28,29 [1], [2]

23.2 [1], [2]

23.10 [1]

23.11 [1]

23.13-15 [1]

23.15 [1]

23.18 [1]

23.21 [1]

23.22-24 [1]

24.7 [1]

24.15 [1]

24.16 [1]

24.19 [1]

24.19-22 [1]

25.3 [1]

25.4 [1]

25.5 [1], [2], [3]

25.11,12 [1]

25.13 [1]

25.16 [1]

26 [1], [2]

26.1 [1]

26.9,10 [1]

26.11 [1]

27 [1], [2]

27.2-8; 31.11,12,24 [1]

27.7 [1]

27.15 [1]

27.18 [1]

27.21 [1]

28 [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

28.1 [1]

28.1-14 [1], [2]

28.11 [1]

28.15 [1], [2]

28.18 [1]

28.22,33,65 [1]

28.23 [1]

28.25 [1]

28.27 [1]

28.29-33 [1]

28.53-57 [1]

29 [1]

30 [1], [2]

31.9 [1]

31.10 [1]

32.17 [1]

33.8 [1]

33.10 [1]

34.9 [1]

Josué

2.19 [1]

7 [1]

7.1 [1]

7.6 [1]

7.11 [1]

7.19 [1]

9 [1]

13 [1]

21 [1]

21.16 [1]

22.23,29 [1]

24.20 [1]

Juízes

2.11 [1]

2.11-15 [1]

2.17 [1]

3.15,17,18 [1]

6.3,4,11 [1]

6.11; 18.7 [1]

7 [1]

8.27; 17.5; 18.17 [1]

9.25 [1]

9.45 [1]

11.30,31 [1]

13.4,5 [1]

13.15 [1]

13.16 [1]

13.19,23; 1 [1]

13.20 [1]

14.1 [1]

14.5 [1]

17.2 [1], [2]

17.6 [1]

19.22 [1]

20.26; 21.4 [1]

21 [1]

Rute

1.11; 3.1 [1]

2 [1]

4 [1], [2]

1Samuel

1 [1], [2]

1.2 [1]

1.6,7 [1]

1.8 [1]

1.24 [1]

1.24—2.11 [1]

2.11 [1]

2.12 [1]

2.17,29; 26.19 [1]

2.28; 14.3; 21.10 [1]

2.33 [1]

3.3 [1]

6.19 [1]

10.1 [1]

10.1,9 [1]

13.9 [1]

14.32 [1], [2], [3]

14.33 [1]

14.33,34 [1]

14.41 [1]

15 [1]

15.22 [1]

16.2 [1]

17 [1]

17.7 [1]

21 [1]

21.4-7 [1]

21.5 [1], [2]

21.14 [1]

28.7 [1]

28.9 [1]

2Samuel

1.11 [1]

1.16 [1]

7.14 [1], [2]

8.6 [1]

11.4 [1], [2]

11.11 [1], [2]

12.1-6 [1]

13.2 [1]

14.2 [1]

15 [1]

15.8 [1]

16.5 [1]

19.25 [1]

20.5 [1]

21.3-6 [1]

24.24 [1]

24.25 [1], [2]

1Reis

1.21 [1]

3.16 [1]

5.1 [1]

8.22,65 [1]

8.62 [1]

8.63 [1]

8.66 [1]

9.25 [1]

11.7 [1], [2]

11.34 [1]

12.26-32 [1]

14.31 [1]

16.29 [1]

18.36 [1]

18.38 [1]

18.38,39 [1]

21.3 [1]

21.10 [1]

21.10,13 [1]

2Reis

2.20-22 [1]

2.24 [1]

3.20 [1]

4.1-7 [1]

5.20 [1]

5.26,27; 15.5; 2 [1]

5.27 [1], [2]

6.28,29 [1]

7.1 [1]

7.3 [1]

8.7-9 [1]

11.14; 19.1 [1]

15.20 [1]

16.4 [1]

16.13,15 [1]

17.3 [1]

17.7 [1]

17.25,26 [1]

22.11,19 [1]

23 [1]

23.10 [1]

1Crônicas

6.54-81 [1]

21.26 [1]

29.14 [1]

29.15 [1]

2Crônicas

7.1 [1], [2]

13.5 [1]

17.8,9 [1]

19.8 [1]

26.16 [1]

26.16-19 [1]

26.16,18 [1]

26.17 [1]

29.7,8 [1]

29.20-30 [1]

30.16 [1]

31.5 [1]

36.21 [1]

Esdras

1.4; 8.28 [1]

2.36 [1]

6.23 [1]

8.15 [1]

9 e 10 [1]

9.5 [1]

10.2,10 [1]

10.11 [1]

Neemias

7.39 [1]

7.65 [1]

8 e 9 [1]

9.18 [1]

9.28 [1]

13 [1]

13.23 [1]

Jó

1.5 [1]

1.20 [1]

1.20,21 [1]

2.12 [1]

3.1 [1]

6.6 [1]

19.23 [1]

19.27 [1]

Salmos

1.1 [1]

2.7 [1]

8.6 [1]

104.15 [1]

105.10 [1]

116.14-18 [1]

127.3 [1]

127.3-5 [1]

127.4,5 [1]

14.3 [1]

141.2 [1]

15; 24.3 [1]

16.7 [1]

18.6 [1]

20 [1]

20 e 50 [1]

20.4 [1]

20.6 [1]

24.4; 73.13 [1]

26; 50; 54; 107; 116 [1]

35 [1]

35.10 [1]

35.13 [1], [2]

38.2 [1]

39.13 [1]

40, 51 e 66 [1]

40.7 [1]

40.14 [1]

45.8 [1]

50; 66.13-15 [1]

50.14; 56.13 [1]

51.9 [1], [2]

51.18,19 [1]

54.8 [1]

56 [1]

56.13,14 [1]

68.15 [1]

72 [1]

72.2 [1]

72.4 [1]

72.8 [1]

73 [1], [2]

77.8 [1]

78.20; 105.41 [1]

79.12 [1]

81.17 [1]

85.2 [1]

99.9 [1]

Provérbios

1.7 [1]

2.20 [1]

3.9,10 [1]

3.11,12 [1]

6.16; 11.1 [1]

6.20-23 [1]

6.35 [1], [2]

7 [1]

8.13; 16.18 [1]

9.8; 15.12; 19.25 [1]

14.31 [1]

14.34 [1]

16.13 [1]

20.1 [1]

20.10 [1]

20.20 [1]

20.25 [1]

23.29 [1]

24.16 [1]

27.5 [1]

27.9 [1]

29.24 [1]

31.6,7 [1]

Eclesiastes

4.1 [1]

5.3,4 [1]

Isaías

1.13 e 4.5 [1]

1.16 [1]

1.18 [1]

2.6 [1]

2.8,18,20; 10.10,11 [1]

2.9-22; 13.11 [1]

3.5 [1]

3.14,15 [1]

4.1 [1]

5.8 [1]

6.3 [1], [2]

6.3-5 [1]

10.5 [1]

11 [1]

11.6-9 [1]

11.15 [1]

13.21; 34.14 [1]

14.10 [1]

19.14 [1]

22.12 [1]

29.4 [1]

31.3 [1]

38.10 [1]

42.1 [1]

47.8 [1]

49.9 [1]

49.13 [1]

49.15 [1]

49.16 [1]

53 [1], [2], [3], [4]

56.2,6 [1]

56.4-8 [1]

58.3,5 [1]

59.16 [1]

61.1 [1], [2]

61.3 [1]

65.4 [1], [2]

Jeremias

4.14; 12.2 [1]

5.22 [1]

10.3,4 [1]

14.12 [1]

30.11; 31.18 [1]

31.7 [1]

31.10; 49.32 [1]

31.36 [1]

32.7 [1]

32.35 [1]

34.16 [1]

49.4 [1]

Lamentações de Jeremias

1.1 [1]

2.20 [1]

Ezequiel

4.14 [1]

5.10,12; 12.14 [1]

5.17; 14.15,21 [1]

6.3 [1]

6.5 [1]

10.2 [1]

12.10 [1]

18.6; 22.10 [1]

18.13; 33.5 [1]

20.11 [1]

20.13,16 [1]

20.27 [1]

20.39 [1]

21.12 [1]

21.26 [1]

22.26 [1]

23.24; 26.7 [1]

23.37 [1]

24.2; 30.6 [1]

24.15 [1]

24.17,22 [1]

28.24 [1]

33 [1]

34 [1]

34—37 [1]

34.25 [1]

34.26,27 [1]

34.28 [1]

36.10,11 [1]

36.20,21 [1]

36.28; 37.24-27 [1]

43.20 [1]

44.3; 45.7,22 [1]

45.1 [1]

12.1-3 [1]

Oseias

4.2 [1]

4.4-10; 5.1 [1]

4.11; 7.5 [1]

4.12 [1]

4.14 [1]

5.15; 10.2 [1]

6.6 [1]

8.13 [1]

13.2 [1]

26.18,21,23,27 [1]

Amós

2 e 3 [1]

2.6 [1], [2]

3.2 [1], [2]

4.6,8,9,10,11 [1]

4.7 [1]

5.19 [1]

5.22 [1]

8.3 [1]

8.5 [1]

2.10 [1]

Miqueias

2.2 [1]

3.7 [1]

6.10 [1]

13.7 [1]

1.7,13 [1]

Mateus

3.17 [1]

5.17-48 [1]

5.19; 6.25 [1]

5.21 [1]

5.23,24 [1]

5.27 [1]

5.27-32 [1]

5.33-37 [1]

5.34 [1]

5.38,39 [1]

5.43; 19.19; 22.39 [1]

5.45 [1]

5.48 [1], [2], [3], [4]

6.12 [1]

6.24 [1]

6.25 [1]

6.25-33 [1], [2]

6.33 [1]

7.13,14 [1]

8.2-4; 11.5 [1]

8.4 [1]

8.17 [1]

8.21,22 [1], [2], [3], [4]

9.13; 12.7 [1], [2]

10.6,7 [1]

10.8 [1]

12.1 [1]

12.43 [1]

13.8 [1]

15 [1]

15.3-9 [1]

15.4 [1], [2]

15.10-20 [1]

15.11 [1]

15.17-20 [1]

16.27; 25.31 [1]

18.15-22 [1]

18.20 [1]

18.23-25 [1]

18.23-35 [1]

19.3-12 [1]

19.17 [1]

20.8 [1]

22.23 [1]

22.39,40 [1]

23.16-22 [1]

23.23 [1]

25.34,41 [1]

26.17 [1]

26.17-19 [1]

26.65 [1]

26.65,66 [1]

27.51 [1]

Marcos

1.6 [1]

1.11 [1]

2.23 [1]

5.25 [1]

5.34 [1]

5.41 [1]

7 [1]

7.9-13 [1]

7.10 [1], [2], [3]

7.11 [1]

7.14 [1]

7.14-23 [1]

10.2-12 [1]

10.45 [1]

12.30,31 [1]

12.31,33 [1]

12.33 [1]

13 [1]

14.3 [1]

15.38 [1]

Lucas

1.15 [1]

1.51 [1]

2.9 [1]

2.22-24 [1]

2.24 [1]

3.22 [1]

4.18,19 [1]

4.21 [1]

6.1 [1]

7.36 [1]

8.43 [1]

9.31 [1]

9.59,60 [1]

9.59,60; 14.26,27 [1]

10.7 [1], [2]
10.27 [1]
11.41 [1]
12.47,48 [1]
12.48 [1], [2]
14.13,21 [1]
14.26 [1], [2]
16.13 [1]
16.18 [1]
16.19-31 [1]
17.11-14 [1]
17.11-19 [1]
17.14 [1], [2]
19—21 [1]
19.8,9 [1]
19.42-44 [1]
21.24 [1]
22.37 [1]
23.45 [1]

João

1.14 [1], [2]

1.17,18; 5.30 [1]

1.29 [1]

2.11 [1]

3 [1]

3.16 [1]

4.24 [1]

5.3 [1]

6.6,8 [1]

6.54 [1]

8.1 [1]

8.12 [1]

8.51 [1]

10.28 [1]

12.38 [1]

14.15 [1]

17.24 [1]

18.28 [1]

18.36 [1]

19.14 [1]

19.36 [1]

20.26 [1]

Atos dos Apóstolos

2.1 [1], [2]

2.11 [1]

2.43 [1]

3—5 [1]

3.21 [1]

3.22 [1]

6.3 [1]

6.11 [1], [2]

6.15; 7.55,56 [1]

8.26-39 [1]

8.30 [1]

10; 15; 1 [1]

10.11-16 [1]

10.28 [1]

13.1-3 [1]

15 [1]

15.29 [1]

17.25 [1]

17.30,31 [1]

18.18; 21.23 [1]

21.22-26 [1]

21.23-26 [1]

21.26 [1]

25.11 [1]

Romanos

1.18-32 [1]

1.27 [1], [2]

2 e 3 [1]

3.23 [1]

5.8 [1]

6.5 [1]

6.15-22 [1]

6.17-19 [1]

6.23 [1]

8.20 [1]

8.32 [1]

9.27—11.32 [1]

10.5 [1], [2]

10.36 [1]

11.25 [1]

11.26 [1]

11.28,29 [1]

11.29 [1]

12.1 [1]

12.1,2 [1]

13.4; 1 [1]

13.9 [1], [2], [3]

13.13 [1]

14 [1]

14.2,3,14,15 [1]

14.15 [1]

15.4 [1]

1Coríntios

2.8 [1]

3.8 [1]

3.10-15 [1], [2]

5 [1]

5.1 [1]

5.1-5 [1]

5.7,8 [1]

6 [1]

6.9 [1], [2], [3]

6.15 [1], [2]

6.19,20 [1]

6.20 [1]

8; 10.25 [1]

9.4 [1]

9.5 [1]

9.7 [1]

9.9 [1]

9.13,14 [1]

10.1—11.32 [1]

10.7 [1]

10.20-22 [1]

10.26 [1]

11.1 [1], [2]

11.25 [1]

11.27 [1]

11.30 [1], [2]

14.33 [1]

15.20,23 [1]

15.23 [1]

2Coríntios

1.17-20 [1]

3 [1]

3.6 [1]

5.10 [1]

11.2 [1]

Gálatas

3.12 [1], [2]

4.8,9; 5.1 [1]

5.14 [1]

5.25 [1]

6.1 [1]

Efésios

1 e 2 [1]

1.10 [1]

2.22 [1]

4.30 [1]

5.2 [1]

5.18 [1], [2]

5.27 [1]

5.32,33 [1]

Filipenses

4.18 [1]

Colossenses

1.2 [1]

1.22 [1]

3.2 [1]

3.12 [1]

1 Tessalonicenses

5.8 [1]

5.16 [1]

5.18 [1]

1 Timóteo

1.18; 3.1 [1]

2.5 [1]

3 [1]

3.3,8 [1], [2]

3.4 [1]

3.11 [1]

3.12 [1]

5.2 [1]

3.16 [1]

Tito

1.5-11 [1]

1.6 [1], [2]

2.2,3 [1]

Hebreus

4.14 [1]

5—10 [1]

7.25 [1]

7.26 [1], [2]

7.27 [1], [2], [3]

9; 10 [1]

9.2 [1]

9.12-14 [1]

9.14 [1]

9.22 [1], [2], [3]

9.26 [1]

10.6-8 [1]

10.19 [1]

10.19-22 [1]

10.22-25 [1]

11.10 [1]

11.13 [1]

12.5-11 [1]

12.28 [1]

12.28,29 [1]

13.4 [1]

13.10-16 [1]

13.15,16 [1], [2]

Tiago

1.25 [1]

2.8 [1]

2.15 [1]

3.1 [1]

3.9 [1]

4.6 [1]

5.1-8 [1]

5.12 [1]

1Pedro

1.2 [1]

1.2; 2.9,10 [1]

1.15 [1]

1.16 [1], [2], [3]

1.18,19 [1]

1.19; 2.22 [1]

2.5 [1], [2]

2.5,9 [1]

2.9 [1]

2.11 [1]

2.22 [1]

2.24,25 [1]

3.2 [1]

4.17 [1]

2Pedro

1.4 [1]

3.13 [1]

1João

1.7 [1], [2]

1.7-9 [1]

1.8,9 [1]

1.9 [1]

2.1,2 [1]

2.9; 3.15 [1]

3.17 [1]

4.11 [1]

Apocalipse

1.6 [1]

1.13 [1]

2 e 3 [1]

2.14 [1], [2]

2.20,21 [1]

5—16 [1]

7.9 [1]

7.14 [1]

19.7,8; 21.2 [1]

19.8 [1]

21.23 [1]

Índice de fontes extrabíblicas antigas

Carta de Arístéas

145—149 [1]

151 [1]

154—155 [1]

1Enoque

8.1 [1]

9.6 [1]

Outras Obras Antigas

Leis de Eshnunna

18A-21 [1]

22, 37 [1]

26 [1]

31 [1]

Leis de Hamurábi

1 [1]

1-5 [1]

9, 23, 106, 120, 126, 131, 206s., 227, 249, 266, 281 [1]

2 [1]

6-11, 21s., 25 [1]

48-51, 88ss [1]

60 [1]

128 [1]

129 [1], [2]

130 [1]

154 [1], [2]

154-158 [1]

157 [1]

230 [1]

279 [1]

Leis do Médio Império Assírio

4 [1]

5 [1]

8 [1]

9 [1]

15 [1]

25 [1]

30-33 [1]

31 [1]

40 [1]

47 [1]

53 [1]

Leis Hititas

1-6 [1]

35 [1]

189 [1]

192 [1]

193 [1]

195 [1]

197 [1]

198 [1]

199 [1]

Epopeia de Gilgamesh

12.152 [1]

Tratados de vassalagem de Esar-Hadom

528—532 [1]

Filo, Decálogo

164 [1]

Josefo, Antiguidades

3:10:7 [1]

4:8:40 [1]

33.6.6 [1]

Tratados da Mishná

[Repetição/Explicação], da Toseftá [Suplemento] e do Talmude [Instrução]

Shabbat [Sábado]

3.1 [1]

Yoma (= Kippurim)

[Dia da Expição]

4:1s [1]

6.6 [1]

Índice remissivo

A

adivinhações [1]

adultério [1], [2], [3]

Albright, W. F. [1]

aliança [1], [2], [3], [4]

altar [1], [2], [3]

Amiran, R. [1]

amor [1]

anciãos [1], [2], [3]

Andersen, F. I. [1]

Anderson, A. A. [1]

animais [1], [2], [3]

Ano Sabático [1]

Arão [1], [2]

arca [1], [2]

Ashbel, D. [1]

assembleia [1]

aves [1], [2], [3]

Azazel [1], [2]

azeite [1], [2], [3]

B

Baentsch, B. [1], [2]

Baltzer, K. [1], [2], [3]

Baly, D. [1], [2]

Bare, G. [1], [2], [3]

Baumgartner, W. [1]

Beauchamp, P. [1]

bênçãos [1], [2]

Bertholet, A. [1], [2], [3], [4], [5], [6]

bestialidade [1], [2], [3]

bezerro de ouro [1]

bode expiatório [1]

Bodenheimer, F. S. [1]

Bonar, A. A. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

Bright, J. [1], [2]

Browne, S. G. [1], [2], [3], [4]

Brueggemann, W. [1]

C

calendário [1], [2]

Calvino, J. xiii, [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

candelabro [1]

Cansdale, G. S. [1], [2], [3], [4], [5]

casamento [1], [2]

castração [1]

Cazelles, H. [1], [2]

Clements, R. E. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9]

Código de Santidade [1], [2]

Cohn, H. H. [1], [2]

comunidade [1], [2]

Cook, F. C. [1]

costumes cananeus [1], [2], [3]

costumes egípcios [1]

Craigie, P. C. [1], [2]

D

Davies, D. J. [1], [2], [3], [4]

Decálogo [1], [2], [3], [4], [5]

deformação, deformidade [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

demônios [1], [2]

Derrett, J. D. M. [1]

de Vaux, R. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25]

Dia da Expição [1], [2]

Dietrich, M. [1]

Dillmann, A. [1], [2], [3]

dívidas [1]

divórcio [1]

dízimos [1]

doença de pele [1]

Dommershausen, W. [1]

Douglas, M. xiv, xv, [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17]

Driver, G. R. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

E

Eerdmans, B. D. [1]

Eissfeldt, O. [1], [2]

eliminado, cortado, ser [1], [2], [3]

Elliger, K. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18]

empréstimos [1]

Epstein, L. M. [1]

Erdman, C. R. [1]

escravidão [1], [2]

estrangeiro residente [1], [2], [3]

expiação [1], [2], [3]

F

Feinberg, C. L. [1], [2]

fermento [1], [2], [3]

Finkelstein, J. J. [1], [2], [3], [4]

Fisher, E. J. [1]

Fisher, L. R. [1]

fluxos [1]

Fohrer, G. [1], [2]

fonte sacerdotal P [1], [2]

Fox, R. [1]

Freedman, D. N. [1], [2]

G

Gamoran, H. [1], [2]

Garelli, P. [1]

Garnet, P. [1]

Gesenius, W. xvii

Gispen, W. H. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30]

Good, E. M. [1], [2], [3]

Gooding, D. W. xv, [1]

gordura [1], [2]

Görg, M. [1]

Gradwohl, R. [1]

Gray, G. B. [1]

Green, A. R. W. [1], [2]

Greenberg, M. [1], [2], [3]

Greengus, S. [1]

Gugliemo, A. de [1]

Gurney, O. R. [1]

H

Hallo, W. W. [1]

Hankey, V. [1]

Haran, M. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

Harrison, R. K. xv, [1], [2]

Heine [1]

Heinisch, P. [1], [2], [3]

Heller, J. [1], [2]

Hennessey, J. B. [1], [2]

Hertz, J. H. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16]

Hillers, D. R. [1], [2]

Hoenig, S. B. [1], [2], [3]

Hoffmann, D. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30], [31], [32]

Hoffner, H. A. [1]

Hoftijzer, J. [1], [2]

Holladay, W. L. [1]

homicídio [1], [2]

homossexualismo [1]

Horton, F. L. [1]

Hulse, E. V. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

Hurvitz, A. [1], [2], [3]

I

idolatria [1]

imposição de mãos [1], [2]

impureza [1], [2], [3]

incenso [1], [2]

incesto [1]

J

Jackson, B. S. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8]

Jacobsen, T. [1]

jejum [1]

Jellicoe, S. [1]

Jirku, A. [1]

Jubileu, Ano do Jubileu [1]

juízes [1], [2]

Juízes [1]

juramentos judiciais [1]

juros [1]

justiça, administração da [1], [2], [3]

K

Kaiser, O. [1], [2], [3]

Kaufmann, Y. [1], [2], [3], [4], [5], [6]

Keil, C. F. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25], [26], [27], [28], [29], [30], [31], [32]

Khalifé, L. [1]

Kilian, R. [1], [2], [3]

Kornfeld, W. [1], [2], [3]

Kraft, R. A. [1]

Kraus, H. J. [1]

Krebs, W. [1]

Külling, S. R. [1], [2], [3]

L

Langdon, S. H. [1]

Laughlin, J. C. H. [1], [2]

lavagem ritual [1], [2], [3], [4]

Leach, E. R. xiv, [1], [2], [3], [4], [5]

leis alimentares [1], [2], [3], [4], [5], [6]

Levine. B. A. xiv, [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12]

levirato [1]

Lewis, C. S. x, [1]

Loewenstamm, S. E. [1]

Loretz, O. [1]

Lust, J. [1]

Lyonnet, S. [1]

M

Maarsingh, B. [1], [2], [3], [4]

Maass, F. [1]

Macht, D. I. [1], [2]

maldições [1]

Maloney, R. P. [1], [2]

McCarthy, D. J. [1], [2], [3], [4], [5]

McEvenue, S. E. xiv, [1], [2]

Mendelsohn, I. [1], [2]

menstruação [1]

Meyers, C. L. [1], [2]

Micklem, N. [1], [2]

Miles, J. C. [1]

Milgrom, J. xiv, [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14], [15], [16], [17], [18], [19], [20], [21], [22], [23], [24], [25]

misturas [1], [2], [3]

Moisés [1]

Moloque [1], [2]

Moor, J. C. [1], [2]

Moraldi, L. [1]

Moran, W. L. [1]

morte [1], [2]

Murray, J. [1], [2]

N

Nadabe e Abiú [1]

Neusner, J. [1]

Nikiprowetsky, V. [1]

North, R. xiii, xiv, [1], [2], [3], [4], [5]

Noth, M. [1], [2], [3], [4], [5]

Nuzi, textos de [1]

O

oferta de alimento [1], [2]

oferta de cereais [1]

oferta de confissão [1], [2]

oferta de purificação [1], [2], [3]

oferta de restituição [1], [2], [3]

oferta pacífica [1], [2]

oferta queimada [1], [2], [3]

oferta voluntária [1]

oração [1], [2]

Orígenes [1]

Orlinsky, H. M. [1]

P

Packer, J. I. [1], [2]

Pães da presença , [1], [2], [3]

Pães sem Fermento, Festa dos [1]

país [1], [2]

Pão da Presença [1], [2]

parto e nascimento [1]

Páscoa [1], [2]

Paul, S. M. [1], [2], [3]

pecado [1], [2], [3], [4], [5], [6]

pena de morte [1], [2], [3]

penalidades [1]

Péter, R. [1], [2], [3]

Philips, A. C. J. [1]

pobres [1], [2], [3]

Pope, M. H. [1]

Porter, J. R. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10]

presença divina [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

primeiro feixe [1]

primeiros frutos [1]

propiciatório [1]

prostituição [1], [2], [3], [4]

punição [1]

purificação [1], [2], [3], [4], [5], [6]

Purvis, J. D. [1]

Q

Qumran, textos de [1]

R

Rad, G. von [1]

Rainey, A. F. [1], [2], [3], [4]

Rashi [1], [2], [3]

Rendtorff, R. [1], [2], [3]

restituição [1]

Reventlow, H. G. [1], [2]

rituais de luto [1], [2]

Rost, L. [1], [2]

S

Saalschütz, J. L. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13], [14]

sábado [1], [2]

Sabourin, L. [1]

sacerdotes [1], [2], [3], [4]

sacrifício [1], [2]

sacrifício humano [1], [2]

sal [1]

salário [1], [2]

sangue [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10]

Sanmartin, J. [1]

santidade [1], [2], [3], [4], [5], [6]

Schapiro, D. [1]

Schmid, R. [1], [2]

Segal, J. B. [1]

Semanas, Festa das (Pentecostes) [1]

Shakespeare, W. [1]

Simoons, F. J. [1], [2]

Sinai [1], [2]

Skehan, P. W. [1]

Snaith, N. H. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7], [8], [9], [10], [11], [12], [13]

Speiser, E. A. [1], [2], [3], [4], [5], [6], [7]

Stevenson, W. B. [1]

sumo sacerdote [1], [2], [3], [4]

T

Tabernáculo [1], [2], [3], [4]

Tabernáculos, Festa dos [1]

talião [1]

Talmon, S. [1], [2]

Taylor, J. V. [1]

Tenda do Encontro [1], [2], [3], [4]

terra, venda de [1]

texto hebraico [1]

textos ugaríticos [1], [2]

Thompson, J. A. [1], [2]

Thompson, R. J. [1]

Tov, E. [1]

tratados [1], [2]

Turner, V. W. [1], [2]

U

unção [1]

Urie, D. M. L. [1]

Urim e Tumim [1], [2]

V

van den Branden, A. [1]

van Selms, A. [1], [2]

Vaughan, P. H. [1]

Vermes, G. [1]

vestimenta do sumo sacerdote [1], [2], [3]

Vincent, A. [1], [2]

Vink, J. G. [1]

vizinhos [1]

Vos, C. J. [1], [2], [3]

votos [1], [2]

W

Wacholder, B. Z. [1]

Waltke, B. K. [1], [2], [3]

Weinfeld, M. [1], [2], [3], [4]

Wellhausen, J. [1], [2], [3], [4]

Wenham, G. J. [1], [2], [3]

Wenham, J. W. [1]

Wesley, C. [1]

Westbrook, R. [1]

Westermann, C. [1], [2]

Wilcox, R. R. [1]

Wiseman, D. J. [1], [2]

Wolff, H. W. [1]

Conheça outras obras da série:

Comentário Expositivo

COMENTÁRIO
EXEGETICO

1CORÍNTIOS

GORDON
D. FEE


VIDA NOVA

COMENTÁRIO
EXEGETICO

1CORÍNTIOS

GORDON
D. FEE


VIDA NOVA

1168 páginas - 16x23 - capa dura

Este comentário é aclamado o melhor estudo já produzido sobre 1Coríntios. Escrevendo para pastores, professores e alunos de teologia, Gordon Fee oferece uma exposição acessível da carta, destrinchando seu conteúdo e sua ampla relevância teológica. Por essa razão, os aspectos mais acadêmicos da obra, como a interação com outros comentaristas, foram transferidos para as notas de rodapé. Outras características também se destacam. Em primeiro lugar, há um empenho do autor por estabelecer o contexto histórico e literário de 1Coríntios nas introduções de cada seção, reconstruindo assim os aspectos históricos e acompanhando o fluxo do argumento de Paulo, com o cuidado de fazer uma exegese de toda a carta à luz desses antecedentes. Em segundo lugar, a grande expertise de Fee na área da crítica textual permitiu que tratasse de cada variante textual que tivesse peso exegético, em alguns casos com bastante profundidade. Em terceiro lugar, o autor conclui quase cada seção com aplicações, o que demonstra sua preocupação de que a Palavra de Deus seja viva e pertinente aos dias de hoje.

Esta primeira edição em língua portuguesa é baseada na segunda edição inglesa de 2014, a qual leva em conta a extensa pesquisa acadêmica dos últimos 30 anos acerca dessa que é considerada uma das principais epístolas paulinas.

COMENTÁRIO
EXEGETICO

APOCALIPSE

GRANT R.
OSBORNE



COMENTÁRIO
EXEGETICO

APOCALIPSE

GRANT R.
OSBORNE



1024 páginas - 16x23 - capa dura

O livro de Apocalipse contém algumas das passagens mais difíceis das Escrituras.

O comentário de Osborne sobre Apocalipse tem como alvo interpretar o texto e, ao mesmo tempo, apresentar aos leitores as perspectivas da erudição contemporânea de maneira clara e acessível. Osborne começa com uma detalhada introdução a Apocalipse e mostra as muitas dificuldades associadas a sua interpretação.

Ele discute a autoria, data da composição e o ambiente social e cultural da obra. Analisa também os elementos que tornam tão complexa a interpretação da literatura apocalíptica, incluindo o uso de símbolos e figuras de linguagem, alusões ao Antigo Testamento e o papel da predição profética.

O autor analisa diversas abordagens de comentaristas quanto a se Apocalipse se refere principalmente ao passado ou aos eventos que ainda estão no futuro, evitando uma abordagem interpretativa demasiadamente técnica.

Em vez de fazer a exegese do texto de maneira muito restrita, segundo o método versículo por versículo, ele analisa seções mais extensas com o intuito de identificar e ressaltar a mensagem central e a teologia ali encontradas.

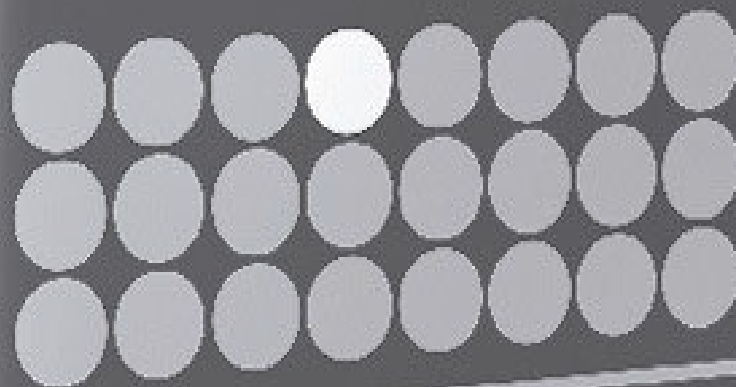
Em todo o livro, ele interage com o melhor da erudição recente e apresenta suas conclusões de maneira acessível.

Conheça outra obra do autor

Números

Introdução
e comentário

Gordon J. Wenhan



SÉRIE CULTURA BÍBLICA VIDA NOVA

Os comentários da Série Cultura Bíblica foram elaborados para ajudar o leitor a alcançar uma compreensão do real significado do texto bíblico.

A introdução de cada livro dá às questões de autoria e data um tratamento conciso, embora completo. Isso é de grande ajuda para o leitor, pois mostra não só o propósito de cada livro como as circunstâncias em que foi escrito. É também de inestimável valor para professores e estudantes que buscam informações sobre pontos-chaves, pois aí se veem combinados o mais alto conhecimento e o mais profundo respeito com relação ao texto sagrado.

Veja a riqueza do tratamento que o texto bíblico recebe em cada comentário da Série Cultura Bíblica:

Os comentários tomam cada livro e estabelecem as respectivas seções, além de destacar os temas principais.

O texto é comentado versículo por versículo.

São focalizados os problemas de interpretação.

Em notas adicionais, as dificuldades específicas de cada texto são discutidas em profundidade.

O objetivo principal dos comentários é buscar o verdadeiro significado do texto da Bíblia, tornando sua mensagem plenamente compreensível.